

Organizadores
Ricardo Figueiredo Pinto
Janaína Santana de Melo
Viktória Baía Pinto
Mylene Cunha de Melo Calixto
Danyel Furtado Tocantins Alvares
Cileide Tavares Borges do Couto

II ENCONTRO CIENTÍFICO DO *Grupo Pesquisas & Publicações - GPs*

23 a 26 de setembro de 2021
Evento 100% online

Promoção



Eixos temáticos

Educação Saúde pública Saúde mental Artes marciais

Realização



Belém - Pará - 2021

COMISSÃO CIENTÍFICA

ANÍBAL NEVES DA SILVA

CARLOS ALEXANDRE FELÍCIO BRITO

CÉLIO ROBERTO SANTOS DE SOUZA

DANYEL FURTADO TOCANTINS ALVARES

DIVALDO MARTINS DE SOUZA

ELIANA DA SILVA COELHO MENDONÇA

GIODANNA SALGADO DOS SANTOS FURTADO

JANAÍNA SANTANA DE MELO

BIRATAN DOS SANTOS PALMEIRA

JORGE LUÍS MARTINS DA COSTA

NAHON DE SÁ GALENO

MARCIO VENÍCIO CRUZ DE SOUZA

MARCO JOSÉ MENDONÇA DE SOUZA

MOISÉS SIMÃO SANTA ROSA DE SOUSA

NEY CALANDRINI DE AZEVEDO

RICARDO FIGUEIREDO PINTO

VICTÓRIA BAÍA PINTO

Pesquisa em saúde; Ricardo Figueiredo Pinto, Janaína Santana de Melo, Victória Baía Pinto, Mylene Cunha de Melo Calixto, Danyel Furtado Tocantins Alvares, Cileide Tavares Borges do Couto (Organizadores).

Editora Conhecimento & Ciência – Belém – Pará – Brasil Editora Conhecimento & Ciência. Belém – PA, 2021, 384p.

ISBN: 978-65-86785-36-4

DOI:

*O conteúdo dos capítulos é de inteira responsabilidade dos autores

Supervisão e Revisão Final: Ricardo Figueiredo Pinto

Diagramação e Design: Victória Baía Pinto

Capa: Victória Baía Pinto

APRESENTAÇÃO

O Grupo de Pesquisas & Publicações-GPs em parceria com a editora Conhecimento & Ciência-C&C têm o prazer de proporcionar a comunidade acadêmica em geral o II Encontro Científico do Grupo Pesquisas & Publicações-GPs.

Importante evento que conta com a participação de mestrandos e doutorandos da Faculdade Interamericana de Ciências Sociais – FICS, bem como de várias instituições brasileiras, além de contar com a participação de graduandos de várias instituições de ensino superior brasileiras.

A editora Conhecimento & Ciência-C&C que completou em abril próximo passado vinte e um anos em atividade está lançando neste evento quase uma dezena de novas obras acadêmicas e científicas, produto das pesquisas dos alunos de graduação e de pós-graduação, bem como de profissionais de diversos estados brasileiros.

O Grupo de Pesquisas & Publicações-GPs, com um pouco mais de um ano de atividade está realizando seu segundo evento científico, de nível nacional, no qual seus membros fundadores, efetivos e colaboradores, também estão lançando mais uma obra reunindo ensaios e pesquisas de seus membros e orientandos, bem como de outros profissionais interessados nas temáticas deste e-book.

Queremos desejar a todos que aproveitem ao máximo os vinte e quatro capítulos que fazem parte deste e-book, nas áreas de saúde, educação, ciências jurídicas, e artes marciais. Desejamos a todos que aproveitem o conteúdo desta obra.

Os organizadores.

SUMÁRIO

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR PARA EDUCAR COM SAÚDE ..	9
EFEITOS BENÉFICOS DO EXERCÍCIO FÍSICO	18
QUADRO GERAL EPIDÊMICO DA TUBERCULOSE NO PARÁ	27
FÉ E RELIGIOSIDADE NO CÍRIO DE NAZARÉ: COMPONENTE METAFÍSICO MELHORANDO A APTIDÃO FÍSICA	54
OS BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO RESISTIDO EM INDIVÍDUOS COM ARTRITE REUMATÓIDE: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	71
EFEITO DO DESTREINO SOBRE A FORÇA DE PREENSÃO MANUAL EM ATLETAS DE BRAZILIAN JIU-JITSU	80
A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO PÚBLICA EM SAÚDE.....	97
SAÚDE EM SEGURANÇA: PROMOÇÃO E PREVENÇÃO DE DOENÇAS	110
ASSOCIAÇÃO ENTRE OBESIDADE CENTRAL E FUNCIONALIDADE EM IDOSOS COM SÍNDROME METABÓLICA	123
TREINAMENTO DE FORÇA COMO INTERVENÇÃO NA SAÚDE MENTAL EM IDOSOS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	132
PERCEPÇÃO DAS MULHERES COM CÂNCER DE MAMA SOBRE A ASSISTÊNCIA DO CUIDADO HUMANIZADO E QUALIDADE DE VIDA	150
CARACTERIZAÇÃO DO PACIENTE PORTADOR DA DOENÇA DE CHAGAS: FASE AGUDA E FASE CRÔNICA	162
TIPOS DE AVALIAÇÃO	178
REDES SOCIAIS E METODOLOGIAS ATIVAS NA EDUCAÇÃO	201
A DESIGULDADE SOCIAL NA PANDEMIA, PELOS PRINCÍPIOS E OS FUNDAMENTOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988	218
A EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO: NOVOS PROCESSOS DE INTERATIVIDADE E DINAMISMO POR MEIO DA TECNOLOGIA DIGITAL	233
O ADOLESCENTE AUTOR DE ATO INFRACIONAL USUÁRIO DE DROGAS E O REGIME DE SEMILIBERDADE NA CIDADE DE BELÉM-PA	250
A INFLUÊNCIA DA PRÁTICA DO SWASTHYA YÔGA NA EMPRESA EM TEMPOS DE PANDEMIA	273
A HISTÓRIA DA LUTA OLÍMPICA: O ESPORTE DE COMBATE NA ESCOLA	282
ANÁLISE DOS PERFIS DE LIDERANÇA DA ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO PARÁ – ESEPA COM ÊNFASE EM GESTÃO COM PESSOAS.....	293

GESTÃO EM EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA: DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS GESTORES E TUTORES.....	327
FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA: O PROCEDIMENTO DE TRABALHO AVALIATIVO A PARTIR DA CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA DE VYGOSTKY	345
PLURAL: ENTRE O SER E O PERCEBER DO UNIVERSO FEMININO	360
GESTÃO EM SAÚDE NO BRASIL: MITO OU REALIDADE DA FALTA DE RECURSOS PARA SEU FINANCIAMENTO?	372

PARTE I

Saúde





**A IMPORTÂNCIA DA
EDUCAÇÃO FÍSICA
ESCOLAR PARA
EDUCAR COM SAÚDE**

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR PARA EDUCAR COM SAÚDE

Bruna Maria Monteiro Ferreira
Gilberto Cardoso Bahia
Valéria de Nazaré Alves de Paula

RESUMO

A educação física escolar (EFE) e a saúde estão associadas ao longo da história, este projeto busca refletir como modelos de conhecimento sobre a educação física escolar foram elaborados ligados à origem social e às referências de políticas públicas que elaboraram e organizaram propostas de “saúde” com base na escola. E, ao intervir, o Estado, não deixou a educação física escolar de fora. A medicina inseriu-se na instituição educacional, pretendendo modificá-la e realizar um projeto bem diferente do que até então se delineava pela proposta empreendida pelas instituições de saúde, dominantes até o momento, pois o conceito de saúde, além, dos riscos, nos faz pensar no conceito de prevenção e de promoção da mesma. O objetivo é problematizar as relações entre a EFE e a saúde, questionando como professores podem contribuir para uma transformação desta realidade social, através de sua prática pedagógica e como a EFE pode ser um veículo de educação a saúde dos alunos. As relações entre a Educação Física Escolar (EFE), enquanto área de conhecimento, e a saúde, questionando quais os papéis que esta disciplina, enquanto integrante da grade curricular, pode desempenhar, com vistas à promoção da saúde dos seus alunos. Antes, pretendo estabelecer qual o entendimento que esta pesquisa incorpora sobre o conceito de saúde e suas relações com a EFE.

Palavras-chave: Educação Física Escolar. Promoção da Saúde. Atividade Física.

ABSTRACT

School physical education (EFE) and health are associated throughout history, this project seeks to reflect on how knowledge models on school physical education were developed linked to social origin and references to public policies that elaborated and organized proposals for “health” school-based. And, when intervening, the State did not leave school physical education out. Medicine inserted itself in the educational institution, intending to modify it and carry out a very different project from what was outlined by the proposal undertaken by health institutions, dominant until now, because the concept of health, in addition to risks, in makes you think about the concept of prevention and promotion of it. The objective is to problematize the relationship between EFE and health, questioning how teachers can contribute to a transformation of this social reality, through their pedagogical practice, and how EFE can be a vehicle for educating students' health. The relationship between Physical Education at School (EFE), as an area of knowledge, and health, questioning what roles this discipline, as part of the curriculum, can play, with a view to promoting the health of its students. Rather, I intend to establish what understanding this research incorporates about the concept of health and its relationship with EFE.

Keywords: School Physical Education. Health Promotion. Physical Activity.

RESUMEN

La educación física escolar (EFE) y la salud están asociadas a lo largo de la historia, este proyecto busca reflexionar sobre cómo se desarrollaron modelos de conocimiento en educación físicos escolares vinculados al origen social y referencias a políticas públicas que elaboraron y organizaron propuestas de "salud" desde la escuela. Y, al intervenir, el Estado no dejó fuera la educación física escolar. La medicina se insertó en la institución educativa, con la intención de

modificarla y llevar a cabo un proyecto muy diferente al planteado por la propuesta emprendida por las instituciones de salud, dominante hasta ahora, porque el concepto de salud, además de riesgos, te hace pensar. sobre el concepto de prevención y promoción del mismo. El objetivo es problematizar la relación entre EFE y salud, cuestionando cómo los docentes pueden contribuir a una transformación de esta realidad social, a través de su práctica pedagógica, y cómo EFE puede ser un vehículo para la educación de la salud de los estudiantes. La relación entre la Educación Física en la Escuela (EFE), como área de conocimiento, y la salud, cuestionando qué roles puede jugar esta disciplina, como parte del currículo, con miras a promover la salud de sus estudiantes. Más bien, pretendo establecer qué comprensión incorpora esta investigación sobre el concepto de salud y su relación con EFE.

Palabras clave: Educación Física Escolar. Promoción de la salud. Actividad física.

INTRODUÇÃO

A discussão sobre as possíveis relações construídas historicamente entre a Educação Física, os esportes ou a prática dos exercícios e a saúde vêm sendo, com o decorrer dos anos, um tema recorrente no meio acadêmico. Na última década, porém, um diferencial pode ser notado: as reflexões ultrapassaram a dimensão estritamente biológica da saúde, encarada enquanto ausência de doenças ou um completo bem-estar físico, mental e social, para um questionamento sobre as relações complexas que a saúde mantém com a prática dos exercícios, problematizando as questões de ordem multifatorial relacionadas à saúde, que acabam por enfraquecer esta relação. A saúde não é mais considerada como a ausência de doenças. Num primeiro momento, passou a ser interpretada pela Organização Mundial da Saúde como um completo bem-estar físico, mental e social. Esse conceito ainda permanece no ambiente profissional da EFE, a saúde não é uma condição estática, existente somente devido à ausência de doenças, mas um processo de aprendizagem, tomada de decisão, e ação para otimização do bem-estar próprio.

Entender a relação da EFE com a saúde, exclusivamente através dos benefícios orgânicos da aptidão física, pode ser encarado como um reducionismo do conceito de saúde e da própria profissão (Devide, 1996). De acordo com Palma (2001a), a desigualdade social, as questões socioeconômicas e o olhar focalizado nas relações entre os sujeitos, grupos sociais, instituições e as esferas da economia, política e cultura, são aspectos a serem investigados para se construir um novo entendimento do que seja a saúde.

Para Palma,

(...) se a educação física (...) quiser dar sentido a sua existência e relacionar-se com a saúde, devem começar por estar vigilante às

‘promessas de felicidade’, às quais poucos podem resistir e ao processo de exclusão, que amiúde ela corrobora (Palma, 2001b, p. 37).

Além da aptidão física, existem outras questões que influenciam a saúde individual e coletiva, que vêm sendo ignoradas por parte dos professores na EFE, que têm raízes sociais e devem ser consideradas para que se amplie o entendimento do papel desta disciplina como veículo de promoção da saúde, pois impedem que o indivíduo desenvolva hábitos de vida saudáveis e estilos de vida ativos.

O início da construção de uma EFE que contribua para transformar esta concepção dentro do espaço escolar, pode se dar com o desenvolvimento de conteúdos relevantes para o cotidiano dos alunos, construídos coletivamente na interação da sala de aula, que tematizem a questão da saúde, suas relações com um estilo de vida ativo, mas também com os demais componentes que afetam a saúde individual e coletiva (Devide, 1999; Devide; Rizzuti, 1999; Oliveira, Devide, 2001). A partir da interação entre a temática e os profissionais atuantes e comprometidos, a EFE pode se tornar um veículo potencial para a melhoria da saúde de seus alunos, tornando-os consumidores críticos dos elementos da cultura corporal. O pressuposto comum às tendências da Promoção da Saúde e da Aptidão Física Relacionada à Saúde, de se desenvolver estilos de vida ativos e permanentes, além da discussão sobre estratégia de educação para a saúde, trazem novos elementos para aqueles profissionais que atuam com a EFE, em virtude da realidade em que atuam com os seus alunos.

Para Gonçalves e Vilarta (2004) a compreensão do fator para melhorar a qualidade de vida apoia-se nos conceitos voltados à promoção da saúde em seu foco mais relevante: as atividades físicas, associando-se ao bem-estar físico, à saúde e a qualidade de vida.

Dentro desta visão, a possível intervenção no sentido de induzir modificações no comportamento apresentado pela sociedade quanto à aptidão física e à saúde, onde a adoção de programas de Educação Física Escolar que assumam a incumbência de desenvolver métodos que levem os indivíduos a perceberem a importância de adotarem um estilo de vida ativo e saudável busquem as atividades físicas como forma de promoção da saúde, destacando a importância de que a educação para saúde deverá ser alcançada com a interação de ações que possam envolver o próprio homem em seus hábitos e atitudes, sendo representado pelos seus hábitos alimentares, estado de estresse, lazer, inatividade física dentre outras. Assim percebe-se que o estado de vida saudável não é estático, sendo o mesmo readaptado durante a vida, desta maneira não se apoiando apenas com base referencial na natureza biológica e higienista, mas sim, sob um contexto didático-pedagógico, percebendo o fato de a saúde ser educável.

Na busca dessas transformações nas representações sociais dos alunos, sobre a relação entre a EFE e a saúde, algumas preocupações devem ser centrais, considerar possível e necessária nas aulas de EFE, o desenvolvimento de estilos de vida ativos e permanentes, através de aulas que combatam: a causalidade entre a prática do exercício e a saúde, a automedicação, discutir a educação para a saúde e desenvolver a promoção da Saúde.

A presente pesquisa tem como objetivo analisar os aspectos relacionados à contribuição da Educação Física escolar como uma prática que possa ser entendida como uma possibilidade de prevenção à obesidade de crianças e jovens inseridas em tal contexto, promovendo desta forma a manutenção da saúde.

Desta forma esperamos que os profissionais de educação física possam oportunizar ações que permitem a reflexão que envolve a relação entre a teoria e a prática de atividades físicas, bem como os hábitos alimentares que influenciam o bem-estar do indivíduo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O termo saúde pode ser entendido e analisado de diversas maneiras. Entre elas, a Educação Física visa seu entendimento apoiado nos aspectos da saúde renovada.

Bento (1991 apud MARQUES; GAYA, 1999, p.92) diz que:

[...] ao considerar a saúde como uma categoria pedagógica, rompe com os limites de uma interpretação exclusivamente médica e predominantemente curativa, abrindo espaço para a abordagem do tema da saúde numa perspectiva de formação e educação [...].

Moraes e Almeida (2004 apud PIRES, 2008) refletem sobre uma proposta para desenvolver um trabalho com o conteúdo da atividade física em promoção a saúde direcionando a educação para autonomia, que leve aos indivíduos a percepção dos benefícios das atividades físicas em virtude da saúde.

De acordo com Guedes e Guedes (1996 apud DARIDO et al., 2003) a saúde renovada é também relacionada a aptidão física e mental. Assim, os mesmos preocupam-se com o estilo de vida mais ativo, entendendo que a maior parte dos distúrbios orgânicos (sedentarismo, problemas cardíacos e estresse) ocorre na vida adulta, em decorrência do estilo de vida adotado e consequência do estilo de vida moderna.

Assim, Nahas (apud DARIDO et. al., 2003) destaca a importância da redefinição do papel dos programas de atividades físicas, pondo em prática a promoção da saúde renovada, por meio de uma proposta de estilo de vida ativo e saudável, neste sentido, Darido et al. (2003) passa a entender que estas propostas de Educação Física com base na saúde renovada incorporam princípios já citados com enfoque sociocultural, dizendo que o objetivo da Educação Física é ensinar os conceitos básicos entre atividade física, aptidão física e saúde.

Dentro desta visão, a possível intervenção no sentido de induzir modificações no comportamento apresentado pela sociedade quanto à aptidão física e à saúde, onde Lessa (2009, p.17) completa dizendo que o rol de atividades desenvolvidas pelo Corpo de Bombeiros Militar possui magnitudes que, para o seu cumprimento, depende, dentre elas, da capacidade física destes profissionais.

Guedes (1999) sugere a adoção de programas de Educação Física que assumam a incumbência de desenvolver métodos que levem os indivíduos a perceberem a importância de adotarem um estilo de vida ativo e saudável, buscando as atividades físicas como forma de promoção da saúde, destacando a importância de que a educação para saúde deverá ser alcançada com a interação de ações que possam envolver o próprio homem em seus hábitos e atitudes, sendo representado pelos seus hábitos alimentares, estado de estresse, lazer, inatividade física dentre outras. Assim percebe-se que o estado de vida saudável não é estático, sendo o mesmo readaptado durante a vida, desta maneira não se apoiando apenas com base referencial na natureza biológica e higienista, mas sim, sob um contexto didático- pedagógico, percebendo o fato de a saúde ser educável.

Em relação à inatividade física, Weineck (2003) define a falta de atividades físicas como um nível de exigências musculares que se encontra abaixo de um determinado limiar de estimulação por longo período, ou seja, quando os músculos são pouco estimulados. Em consequência, a inatividade física evidencia-se uma elevação no aparecimento de doenças hipocinéticas, estas relacionam-se principalmente ao sistema cardiovascular, aparelho locomotor ativo e passivo, sistema metabólico, sistema hormonal, sistema nervoso autônomo, sistema nervoso central (fraquezas coordenativas).

Ferreira (2001) diz que é exatamente na possibilidade de o exercício contribuir positivamente para a saúde que se apoia o movimento da aptidão física relacionada à saúde. Podemos destacar alguns benefícios da prática dos exercícios físicos, como o controle do peso e o risco de doenças cardiovasculares, pois a atividade física tem fundamental importância na regulação ou condicionamento da capacidade cardiorrespiratória, assim amenizando os riscos de doenças cardíacas coronarianas (BUFFET, 2007).

Em relação à função cardiorrespiratória, Monteiro (1998 apud CORRADINI 2009, p. 30) diz: A função cardiorrespiratória depende de três importantes sistemas: o respiratório, que capta o oxigênio do ar inspirado e o transporta para o sangue; o cardiovascular, que bombeia e distribui o oxigênio carregado pelo sangue; os musculoesqueléticos, que utiliza este oxigênio para converter substratos armazenados em trabalho, durante a atividade física.

Para Gonçalves e Vilarta (2004) a compreensão do fator para melhorar a qualidade de vida apoia-se nos conceitos voltados à promoção da saúde em seu foco mais relevante, as atividades físicas, associando-se ao bem estar físico, à saúde e a qualidade de vida.

METODOLOGIA

Esta pesquisa trata-se de uma revisão bibliográfica que tem como finalidade a realização de um estudo, cujo objetivo foi compreender a influência da prática pedagógica do professor na participação do aluno nas aulas de Educação Física, na perspectiva de promoção da saúde por meio da prática de atividade física no ensino fundamental. O estudo foi estruturado contendo as discussões sobre: a educação física no ensino fundamental, relação entre exercícios físicos e saúde escolar, saúde e qualidade de vida do aluno.

Para conseguir obter os resultados desejados, foram utilizados procedimento de pesquisas, por meios de periódicos científicos e dissertações/teses pesquisadas em revistas como, a revista movimento, revista horizonte, seminário de pesquisa, semana da educação física, esporte e lazer e entre outras fontes. Na busca pela compreensão acerca da importância educacional do componente curricular Educação Física, foi utilizada como procedimento metodológico a Pesquisa participante como intervenção no contexto concreto do componente curricular no ensino fundamental, visando a mudança e a transformação para melhorar a realidade da qualidade de vida.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

A relação atividade física e saúde vem crescendo cada vez mais e o foco na qualidade de vida das pessoas que as praticam, com isso, a Educação Física Escolar (EFE) torna-se importante componente curricular nas escolas e deixa de ser apenas para recreação, trazendo grandes benefícios para além das quadras.

Armstrong (apud MAITINO, 1998) diz que:

O primeiro objetivo da inclusão da atividade física relacionada à saúde nos currículos da Educação Física deve ser para que as crianças se tornem independentes quanto às suas atividades. Os professores devem ajudá-las e encorajá-las a internalizar a motivação para serem mais ativas, de forma que, quando a motivação extrínseca dos seus professores diminuir, esta criança continue a manter um estilo de vida sadio e ativo. Para conseguir esta independência, a criança deve entender os princípios sobre atividades que objetivam a saúde, além de saber como tomar decisões para engajar-se em programas individuais que devem ser periodicamente redirecionados e modificados com o passar dos anos.

Os alunos mostram curiosidade sobre o aprendizado da prática de educação física e são particularmente receptivos às informações, logo, percebem suas dificuldades nos exercícios e atividades, assim podem entender através das aulas sobre a importância da educação física. Frente a esses desafios, procuramos uma ação docente mais efetiva e comprometida que possa ajudar estes alunos na melhora da qualidade de vida.

Guedes (1999) destaca que grande parte das ações do professor de Educação Física é de simples coadjuvante do processo educacional, responsável simplesmente por ‘entreter’ as crianças e os jovens mediante as chamadas atividades recreativas, por organizar e acompanhar atividades comemorativas.

O professor deve organizar, planejar, orientar e avaliar, sendo mais comprometido com o desenvolvimento humano e de ensino para que o aluno possa colocar em prática aquilo que aprendeu nas aulas e levar esse aprendizado para a vida, assim, pode repassar esses aprendizados para familiares e torna-se um adulto mais comprometido com sua saúde e bem-estar. Pois a escola ensina para a vida toda e não só por uma fase da vida.

Com isso, vemos a importância da educação física para o corpo e mente e para as relações sociais e familiares, trazendo diversos benefícios para o aluno e mostrando a importância de um professor de educação física, possuindo sua capacidade de motivar, atuando diretamente com atividades específicas da cultura de movimento, envolvendo a família para o processo de educação para a saúde e favorecendo para uma postura mais saudável e positiva.

CONCLUSÃO

A participação nas aulas de EFE ou a adoção da prática de exercícios físicos no estilo de vida, não podem ser encaradas como suficientes à prevenção ou solução dos problemas de saúde.

É necessário ampliar o entendimento que professores de EFE têm a respeito da saúde e da sua relação com a profissão. Estas representações fundamentam, em parte, o seu trabalho

profissional e têm contribuído para perpetuar a noção de causalidade entre esta disciplina e a saúde.

Enquanto educador, o profissional da área deve estar ciente das implicações de uma concepção equivocada frente ao relacionamento da EF com a saúde. O professor de EFE deve estar atualizado ao conceito multifatorial da saúde, à sua dimensão social, portanto, coletiva, para que, munido de instrumentação teórica consistente, tenha condições de discutir e ampliar a relação de compromisso da EFE para além da esfera da aptidão física, como uma via de educação para a saúde dos alunos.

Reconhecer, primeiramente, que o seu papel é parcial neste processo, que está relacionado aos múltiplos aspectos da vida em sociedade, torna-se o ponto de partida para uma intervenção bem sucedida. A partir dessa reorientação paradigmática, acredito em que a EFE assume a tarefa de desenvolver estilos de vida ativos, permanentes e conscientes, a EFE poderá legitimar o seu papel em relação à promoção da saúde dos alunos de forma satisfatória.

REFERÊNCIAS

- ALVES Junior, E. de D. **Atividade Física e Saúde a perspectiva para o século XXI: preparando os jovens para o envelhecimento**. In.: Mourão et alli (orgs.). Anais da III Semana da Educação Física, Esporte e Lazer. Rio de Janeiro: UGF, 2001, p. 37-45.
- BRAIT, B. (org.). Bakhtin, **dialogismo e construção do sentido**. Campinas: Unicamp, 1997.
- CARVALHO, Y. M. **O “mito” da atividade física e saúde**. São Paulo: Hucitec, 1995.
- CORBIN, C.; FOX, K. **A aptidão para toda a vida**. Revista Horizonte. Lisboa. V. II, n. 12, p. 205-208, 1986.
- DEVIDE, F. P. **A Escada da Aptidão para Toda a Vida sob o enfoque da Promoção da Saúde: uma análise crítica**. Anais do VII Seminário Bienal de Pesquisa da UFRRJ. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1995, p. 319.
- DEVIDE, F. P. **Educação física e saúde: em busca de uma reorientação para a sua práxis**. Revista Movimento. Porto Alegre. ano III, n. 5, p. 44-55, 1996.
- DEVIDE, F. P. **As aulas de Educação Física Escolar sob a ótica de seus atores**. Sprint. Rio de Janeiro. XVIII, n. 105, p. 34-40, 1999.
- DEVIDE, F. P. Educação Física, **Qualidade de Vida e Saúde: campos de intersecção e reflexões sobre a intervenção**. Revista Movimento. Porto Alegre. V. 8, n. 2, p. 77-84, 2002.



**EFEITOS BENÉFICOS
DO EXERCÍCIO FÍSICO**

EFEITOS BENÉFICOS DO EXERCÍCIO FÍSICO

Bruna Maria Monteiro Ferreira
Gilberto Cardoso Bahia
Valéria de Nazaré Alves de Paula

RESUMO

O exercício precisa ser integrado não apenas na vida cotidiana das pessoas, mas também na cultura popular, no planejamento familiar e na educação infantil. Essa necessidade surge de vários fatores: do fator social, quando os homens têm o direito de se exercitar em grupo, ao fator econômico, quando se verifica que os custos da saúde individual e coletiva recaem sobre a população. O objetivo desse artigo é fazer um levantamento bibliográfico das diversas literaturas afim de mostrar que quando o indivíduo deixa de ser sedentário, ele parte para uma vida mais saudável que ajuda no seu dia a dia, deixando-o mais disposto para suas tarefas, ou seja, a forma física e a boa saúde são complementares entre si, aumentando a massa muscular e a resistência. Os exercícios estimulam a construção e a função muscular, trazendo diversos benefícios para o corpo, boa saúde significa a ausência de doenças e forma física pressupõe energia suficiente para não depender fisicamente de outras pessoas. Promovendo benefícios para o cérebro, ajudando na memória, aprendizado e combatendo a ansiedade.

Palavras-chave: Exercício físico. Atividade física. Benefícios.

ABSTRACT

Exercise needs to be integrated not only into people's daily lives, but also into popular culture, family planning and early childhood education. This need arises from several factors: from the social factor, when men have the right to exercise in groups, to the economic factor, when it is verified that the costs of individual and collective health fall on the population. The purpose of this article is to carry out a bibliographical survey of the various literatures in order to show that when the individual is no longer sedentary, he starts a healthier life that helps in his daily life, leaving him more willing to do his tasks, that is, fitness and good health are complementary to each other, increasing muscle mass and endurance. Exercise stimulates muscle building and function, bringing many benefits to the body, good health means the absence of disease and physical fitness requires enough energy not to physically depend on other people. Promoting benefits for the brain, aiding memory, learning and fighting anxiety.

Keywords: Physical exercise. Physical activity. Benefits.

RESUMEN

El ejercicio debe integrarse no solo en la vida cotidiana de las personas, sino también en la cultura popular, la planificación familiar y la educación de la primera infancia. Esta necesidad surge de varios factores: desde el factor social, cuando los hombres tienen derecho a hacer ejercicio en grupo, hasta el factor económico, cuando se comprueba que los costos de la salud individual y colectiva recaen sobre la población. El propósito de este artículo es realizar un relevamiento bibliográfico de las distintas literaturas con el fin de mostrar que cuando el individuo deja de ser sedentario, inicia una vida más saludable que le ayuda en su vida diaria, dejándolo más dispuesto a realizar sus tareas, es decir, la buena forma física y la buena salud se complementan entre sí, aumentando la masa muscular y la resistencia. El ejercicio estimula el desarrollo y la función de los músculos, aportando muchos beneficios al cuerpo, la buena salud significa la ausencia de enfermedades y la aptitud física requiere suficiente energía para

no depender físicamente de otras personas. Fomentando beneficios para el cerebro, ayudando a la memoria, aprendiendo y combatiendo la ansiedad.

Palabras clave: Ejercicio físico. Actividad física. Beneficios.

INTRODUÇÃO

Para o termo: Exercício físico, encontramos várias definições na literatura. É considerado atividade que além do gasto energético, proporciona maior aptidão física e atlética, resultando em maiores índices de saúde. Também utilizado para recreação e fins estéticos.

É considerado uma subcategoria da atividade física. Toda atividade física planejada, estruturada e repetitiva que tem por objetivo a melhoria e manutenção de um ou mais componentes de aptidão física (MATOS, D. C.; SILVA, J. E.; LOPES, C. S, 2005).

Já a atividade física é qualquer movimento feito pelos músculos do corpo que tenha como resultado o gasto de energia em valores superiores ao gasto em repouso.

Para González e Fensterseifer (2008), atividade Física (AF) é entendida como qualquer movimento corporal produzido pelos músculos esqueléticos do qual resultam dispêndios energéticos.

A análise desses conceitos remete a algumas reflexões. Inicialmente nota-se que um único termo pode ter amplitudes variáveis, portanto, ao estudar um termo particularmente, é necessário determinar qual é a abrangência da abordagem. Deve-se considerar também que os termos atividade físicos e exercício físico não são intercambiáveis, ou seja, não podem ser adotados como sinônimos. Parece plausível compreender que todo exercício físico é atividade física, mas nem toda atividade física é exercício físico.

Quando praticamos exercícios físicos, a capacidade do cérebro de se adaptar e criar novas conexões, denominada neuroplasticidade, aumenta e a atividade no hipocampo, parte do cérebro responsável pela memória e pela aprendizagem, torna-se intensa. Isso indica que os exercícios físicos podem ser importantes aliados para o desenvolvimento cognitivo e a memória.

Segundo Richard Maddock, professor de psiquiatria da Universidade da Califórnia, há uma descoberta muito consistente de que o cérebro funciona melhor após o exercício.

Publicado recentemente em "Nature Medicine", evidências científicas consideráveis já demonstram que o exercício remodela o cérebro e afeta o pensamento. Os pesquisadores mostraram em ratos e camundongos que correr estimula a criação de novas células cerebrais no hipocampo, uma parte do cérebro dedicada à formação de memória e armazenamento. O

exercício também pode melhorar a saúde e a função das sinapses entre os neurônios, permitindo que as células cerebrais se comuniquem melhor.

Além dos benefícios cerebrais, praticar algum exercício libera endorfina, uma substância que combate o estresse, melhora o humor e o sono, minimiza o desconforto dos exercícios e bloqueia a sensação de dor.

O exercício é um método poderoso contra a depressão e também pode servir de distração, permitindo que o indivíduo encontre algum tempo de silêncio para sair do ciclo de pensamentos negativos que alimentam a depressão. Ele alivia a tensão e o estresse, aumenta a energia física e mental, qualquer coisa que faça você se mover pode ajudar, mas você terá um benefício maior se você focar a atenção na atividade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Hoje, existem diversos meios para se conhecer e praticar exercícios físicos e boa parte da população tem acesso a essa informação, porém muitos ainda deixam de procurar uma melhora na qualidade de vida através de exercícios e geralmente culpam a rotina de trabalho, cuidar de casa e dos filhos. E só buscam praticar algo, quando estão com algum tipo de enfermidade.

Condicionamento físico e exercício físico estão relacionados à prevenção, recuperação de doenças e qualidade de vida. Além disso, o crescente corpo da literatura mostra que a participação em diferentes formas de atividade física está positivamente correlacionada com a saúde mental.

No que se refere a aptidão física, Araújo e Oliveira (2008),

A importância do conhecimento dessa variável reflete-se no fato de que valores dos componentes morfológicos e funcionais da aptidão física acima da média populacional indicam menor exposição a riscos de várias doenças crônico-degenerativas, tais como: câncer, hipertensão, aterosclerose, coronariopatias, diabetes, osteoporose e obesidade. No entanto, níveis aquém dos estimados tornam-se mais graves, quando associados a comportamentos de alto risco como tabagismo, dietas hipercalóricas e, sobretudo, sedentarismo.

Cada vez mais crianças e adolescentes estão se tornando sedentários. Essa consequência atinge crianças de todos os níveis socioeconômicos, trazendo consequências negativas diretas sobre a sociedade moderna. O estilo de vida tem sofrido constantes mudanças de comportamento com relação à dieta alimentar e atividade física, esses fatores estão relacionados diretamente ao perfil da sociedade atual.

Segundo estudo de Papini, et al (2010),

O desenvolvimento precoce de sobrepeso/obesidade tem aumentado de forma alarmante entre crianças e adolescente em todo mundo, tornando-se, um problema de saúde pública que pode gerar impacto negativo a sociedade tanto a curto quanto em longo prazo. Esse aumento crescente de pessoas com sobrepeso/obesidade é consequência do sedentarismo que pode ser explicada por alguns fatores como ambientais e comportamentais; entre eles a inatividade física e hábitos alimentares inadequados vêm contribuir para o acúmulo de energia. Dessa forma, entende que esses são um dos principais fatores mais relacionado com a característica do sobrepeso/obesidade.

A prevenção primária começa no início do ano letivo e deve ser continuada ao longo da vida do indivíduo. Escolas e famílias devem manter e desenvolver o hábito de se exercitar. As escolas devem fornecer programas de exercícios e estudos sobre dança, entretenimento e esportes. A intensidade, duração e frequência da atividade devem ser individuais e graduais, e os participantes devem estar cientes e considerar no currículo escolar.

De acordo com Nahas (2001),

Os exercícios regulares, a prática de esportes e uma vida que envolva caminhadas frequentes são opções inteligentes e agradáveis para uma vida mais saudável. Use a atividade física como uma forma de diversão, de prevenção e compensação para a tensão do dia-a-dia. O Lazer Ativo pode contrapor o trabalho ou estudo exaustivo e geralmente sedentário.

Embora muito se sabe dos benefícios da prática de atividade física para a saúde, uma grande parcela da população não a pratica com a frequência recomendada (SILVA; ET AL, 2012). Deste modo, essa problemática tem preocupado pesquisadores de diferentes áreas da saúde, que busca compreender sobre essa temática. Sabe-se que a prática de atividade física/exercício físico regular vem contribuir de forma positivamente para um estilo de vida saudável e ativo desta população.

A inatividade física é o quarto fator mais importante de risco de morte no mundo, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS). Todos anos, mais de 3 milhões de pessoas morrem por doenças que podem ser prevenidas com a prática regular de atividades físicas. Por isso, é essencial incluir exercícios na rotina diária.

A declaração de Ghebreyesus foi divulgada no lançamento das novas diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre atividade física e comportamento sedentário. O

documento, intitulado justamente “Cada movimento conta”, recomenda que adultos pratiquem de 150 a 300 minutos de atividade física aeróbica por semana, de intensidade moderada a vigorosa. Esse tempo pode ser dividido em até uma hora por cinco dias ou 40 minutos por sete dias.

Vale ressaltar que os benefícios promovidos pela atividade física, não está relacionado apenas ao aumento de peso, mas existe uma grande contribuição em todo nosso metabolismo em função da manutenção de nossa saúde em geral, estudos mostram ligações entre a prática de exercícios e aspectos específicos da saúde psicológica, mais notadamente a ansiedade, estresse, depressão, humor e emoção, autoestima e disfunção psicológica.

A atividade física tem diversos benefícios no nosso corpo e mente, quem opta em praticar algum tipo de exercício físico, acaba por escolher viver uma vida mais saudável e longa. Passando o exemplo para a família e amigos.

O exercício prescrito corretamente, traz benefícios muito mais significativos, pois através do estudo adequado sobre o tipo físico do indivíduo e sua particularidade é o que fará o profissional de educação física constituir e aprimorar seu treino. Podendo assim alcançar o objetivo desejado, evitando e tratando doenças (MATSUDO,1992). Iniciada precocemente, alguns autores reportam incremento de até 2,5 anos na expectativa de vida em função de participação em um programa de exercício físico regular. Assim, provavelmente além de oferecer melhor qualidade de vida, a atividade física, proporciona mais anos de vida.

De Rose Jr. (2009, p. 34), diz que além da obesidade outros problemas crônicos como a hipertensão arterial podem ser evitados através da prática de atividade física. Conforme se observa, manter uma vida ativa pode trazer inúmeros benefícios para quem pratica.

Alves e Lima (2008), citam benefícios como:

[...] estímulo ao crescimento e desenvolvimento, prevenção da obesidade, incremento da massa óssea, aumento da sensibilidade à insulina, melhora do perfil lipídico, diminuição da pressão arterial, desenvolvimento da socialização e da capacidade de trabalhar em equipe. (p. 384)

Segundo de Rose Jr. (2009, p. 212), acrescida aos benefícios para a saúde, a atividade física oferece oportunidades de lazer e socialização, além de agregar valores como autoestima, confiança e motivação para a participação futura em programas de atividade física.

Nesta perspectiva um bom programa de atividade física, independente da finalidade, precisa investigar as necessidades dos indivíduos, adequar seu conteúdo a essas necessidades e conter exercícios variados para todas as capacidades motoras, como sugeridas por Cress, (2004).

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo foi realizado através de pesquisas em livros e sites relacionados a educação física e saúde, a partir de uma revisão bibliográfica, de caráter exploratório e descritivo, baseado em dados presentes em artigos científicos registrados no Google, pesquisas registradas nas bases de dados do SCIELO, Organização Mundial da Saúde, VivaBem UOL e não esgotando as buscas, ainda se pesquisou em revistas digitais como Efdeportes.com, Educação física em Revista, Revista Ciência & Saúde Coletiva, Revista Virtual EfARTIGOS, Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde e entre outras fontes. Buscando os significados e perspectivas dos diversos autores da educação física.

Atividade	Função de prevenção	Função de tratamento
Exercícios Físicos	- Os exercícios realizados pelo menos 3 vezes por semana com intensidade moderada oferecem benefícios cardiovasculares e impulsionam o colesterol HDL (“bom”). - Os exercícios aeróbicos utilizam o oxigênio para a produção de energia por longos períodos. Assim, o trabalho com o coração e com os pulmões proporciona maior resistência cardiovascular. Além de ajudar a tornar os músculos mais fortes e mais flexíveis. - Ajudam a manter um peso saudável e reduzir gordura, o que, por sua vez, reduz o risco da diabetes, tornando o corpo mais sensível à ação da insulina e, dessa forma o açúcar do sangue é controlado melhor. - Reduz o tecido adiposo abdominal, que é associado às mudanças metabólicas iniciais que podem levar a diabetes. - Perda do peso e da porcentagem de gordura corporal, redução da pressão arterial em repouso.	- Reduz a adiposidade corporal, a queda da pressão arterial, a melhora do perfil lipídico e da sensibilidade à insulina, o aumento do gasto energético, da massa e da força muscular, da capacidade cardiorrespiratória, da flexibilidade e do equilíbrio. - Fortalece toda a série de eventos metabólicos e é através disso que o corpo utiliza a glicose. - Produz efeitos sobre a glicose e a insulina reduzindo os riscos da diabetes

Figura: Tabela do método, prevenção e tratamento dos exercícios físicos para doenças crônicas. Segundo Edward & Sheldon (2003).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para se ter uma melhor qualidade de vida, é importante o conhecimento sobre a atividade física e exercícios físicos. No entanto, mesmo com as inovações tecnológicas, ainda encontramos indivíduos que optam por não realizar nenhum tipo de exercício e questionar que serve apenas para fins estéticos.

Ao investigar o conceito de qualidade de vida, encontramos que os principais responsáveis são os exercícios físicos e a boa alimentação. Fazendo com que desde a infância, o indivíduo já possa praticar algum tipo de esporte, por exemplo, trazendo-lhe benefícios e ajudando no crescimento e desenvolvimento.

Com estilos de vida menos ativos, a população tem um aumento significativo de sobrepeso/obesidade que vem agravando os problemas de saúde, principalmente as doenças crônicas. O processo de envelhecimento vem acompanhado de diversas modificações no corpo, é quando o indivíduo se sente mais cansado e com menos disposição no dia a dia, acarretando doenças. Dessa forma a atividade física torna-se muito mais essencial nessa fase, prevenindo e restabelecendo os equilíbrios biológicos e psicológicos, trazendo a saúde e o bem-estar.

Por tanto, vale ressaltar que os benefícios do exercício físico não são apenas para o combate do aumento da gordura corporal, mas também contribui para o tratamento de doenças e combate da depressão, ansiedade e estresse.

Independente da fase em que o indivíduo se encontra, sendo ele criança ou adulto, deve-se ter muito cuidado na prescrição e orientação das atividades. Uma atividade física, como visto, é considerada um fator importante para a manutenção de uma vida saudável e orientada de forma adequada pode trazer benefícios específicos para o indivíduo. Promovendo a energia diária para o corpo.

CONCLUSÃO

A educação física como área da saúde, ainda tem grandes desafios. Implantar o exercício físico como prática essencial diária é um longo caminho a percorrer, mas não impossível de chegar. E através deste artigo mostro sua importância e que mantendo uma vida longe do sedentarismo desde a infância, aumenta também a chance de hábitos saudáveis na vida adulta.

Nos últimos anos o exercício físico foi voltado para o interesse psicológico, ajudando no tratamento e prevenção de algumas doenças, ganhando seu espaço e trazendo mais uma

vitória para quem o pratica. Portanto, a educação física deixou de ser vista apenas para quem queria ter um corpo escultural e foi sendo reconhecida para o tratamento de doenças. Esse é mais um passo que o profissional de educação física ganha para levar qualidade de vida para a população e fazer com que o exercício físico se torne um hábito.

REFERÊNCIAS

Como o Exercício Físico Pode Fazer Bem ao Cérebro e Evitar Perda de Memória. **VivaBem UOL**.

Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2019/01/23/como-o-exercicio-fisico-pode-fazer-bem-ao-cerebro-e-evitar-perda-de-memoria.htm>. Acesso em: 19 Maio 2021.

Como o exercício físico pode fazer bem ao cérebro. **Revista GZH Saúde**. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/noticia/2019/01/como-o-exercicio-fisico-pode-fazer-bem-ao-cerebro-cjr9e24bv002b01qdp9o1d3ro.html>. Acesso em: 19 Maio 2021.

Exercício físico e sua relação com a saúde, prevenção e tratamento de doenças crônicas não transmissíveis. **efdeportes.com**.

Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd173/exercicio-fisico-e-sua-relacao-com-a-saude.htm>. Acesso em: 19 Maio 2021.

OMS lança novas diretrizes sobre atividade física e comportamento sedentário. **Organização Mundial da Saúde**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/26-11-2020-oms-lanca-novas-diretrizes-sobre-atividade-fisica-e-comportamento-sedentario>. Acesso em: 19 Maio 2021.

Flávio Alves Oliveira. A importância da prática da atividade física em indivíduos idosos. **Educação Física em Revista**. V.4, N1, 2010.

Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/efr/article/view/1547>. Acesso em: 19 Maio 2021

Rodrigo Sinnott Silva, Ivelissa da Silva, Ricardo Azevedo da Silva, Luciano Souza, Elaine Tomasi. Atividade física e qualidade de vida. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**. V15, N1, 2010.

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63012432013>. Acesso em: 19 Maio 2021.

Os Benefícios do Exercício Físico na Saúde Mental. **Hospital Santa Mônica**. Disponível em: <https://hospitalsantamonica.com.br/os-beneficios-do-exercicio-fisico-na-saude-mental>. Acesso em 19 Maio 2021.

Suzete Neves Pessi Ribeiro. Atividade Física e sua intervenção junto a depressão. **Revista Brasileira Atividade Física & Saúde**. V3, N2, 1998. Disponível em: <https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/1084/1267>. Acesso em: 19 Maio 2021.

Edvaldo de Farias. Obesidade na infância e adolescência. **Revista EFArtigos**. Disponível em: <http://efartigos.atspace.org/otemas/artigo42.html>. Acesso em: 19 Maio 2021.



**QUADRO GERAL
EPIDÊMICO DA
TUBERCULOSE NO PARÁ**

QUADRO GERAL EPIDÊMICO DA TUBERCULOSE NO PARÁ

Cícero Pereira Batista
Victória Baía Pinto
Ricardo Figueiredo Pinto

RESUMO

Este estudo tem como premissa analisar a distribuição geral da Tuberculose (TB) no estado do Pará, com o intuito de manutenção, prevenção da doença, e a partir disso analisar as eficácias de tratamentos ornados dentro das unidades básicas de saúde. A TB configura ainda um grande problema de saúde pública no Brasil e chama atenção de autoridades em saúde em nível mundial. A doença está intimamente ligada às questões socioeconômicas da população. Vale ressaltar que a TB possui relação com as condições de saneamento básico e com a classe social. Pessoas em maior situação de miséria estão mais expostas à manifestação do bacilo. Destaca-se que além da situação de moradia, a alimentação se torna um fator determinante para infecção, associada também com a ingestão de álcool, tabaco e outras drogas. As ações que têm grande impacto no controle da TB foram estabelecidas pelo Programa Nacional de Controle da Tuberculose (PNCT) e visam a descentralização dessas ações para as diversas unidades de APS, a monitorização de indicadores, a educação em saúde nas unidades de APS e o diagnóstico precoce, evitando a disseminação da doença.

Palavras-chave: Tuberculose; epidemiologia; Belém do Pará.

ABSTRACT

This study's premise is to analyze the general distribution of Tuberculosis (TB) in the state of Pará, with the aim of maintenance and prevention of the disease, and from that, analyze the effectiveness of treatments provided within the basic health units. TB is still a major public health problem in Brazil and draws the attention of health authorities worldwide. The disease is closely linked to the population's socioeconomic issues. It is noteworthy that TB is related to basic sanitation conditions and social class. People in greater poverty situations are more exposed to the manifestation of the bacillus. It is noteworthy that, in addition to the housing situation, food becomes a determining factor for infection, also associated with the ingestion of alcohol, tobacco and other drugs. The actions that have a great impact on TB control were established by the National Tuberculosis Control Program (PNCT) and aim at decentralizing these actions to the various PHC units, monitoring indicators, health education in PHC units and the early diagnosis, preventing the spread of the disease.

Keywords: Tuberculosis; epidemiology; Belém do Pará.

RESUMEN

La premisa de este estudio es analizar la distribución general de la Tuberculosis (TB) en el estado de Pará, con el objetivo de mantener y prevenir la enfermedad, y a partir de ello analizar la efectividad de los tratamientos brindados dentro de las unidades básicas de salud. La tuberculosis sigue siendo un importante problema de salud pública en Brasil y llama la atención de las autoridades sanitarias de todo el mundo. La enfermedad está estrechamente relacionada con los problemas socioeconómicos de la población. Es de destacar que la TB está relacionada con las condiciones básicas de saneamiento y la clase social. Las personas en situaciones de mayor pobreza están más expuestas a la manifestación del bacilo. Es de destacar que, además de la situación habitacional, la alimentación se convierte en un factor determinante de contagio,

asociado también a la ingestión de alcohol, tabaco y otras drogas. Las acciones que tienen un gran impacto en el control de la TB fueron establecidas por el Programa Nacional de Control de la Tuberculosis (PNCT) y tienen como objetivo descentralizar estas acciones a las distintas unidades de APS, los indicadores de seguimiento, la educación en salud en las unidades de APS y el diagnóstico precoz, previniendo la propagación de la enfermedad.

Palabras llave: Tuberculosis; epidemiología; Belém do Pará.

INTRODUÇÃO

A Tuberculose (TB) é uma doença milenar e até a atualidade ainda é responsável por altos índices de mortalidade por falta de prevenção e cuidados, representando um grave problema de saúde pública. A TB é uma doença infecciosa transmitida predominantemente por via aérea e compromete os pulmões, cujo agente etiológico é a bactéria *Mycobacterium tuberculosis* (MT) (CHAVES, et. al., 2017).

O Brasil notificou 68 mil casos novos de tuberculose em 2014, e essa elevada incidência faz com que o mesmo ocupe a 16ª posição em número de casos entre os 22 países de alta carga da doença. No país, ocorreram cerca de 4,6 mil mortes ocasionadas pela tuberculose em 2013, mantendo-se como terceira causa de morte por doenças infecciosas e a primeira causa entre as doenças infecciosas em pacientes com AIDS.

O tratamento da doença apresenta os mesmos resultados quando se trata da eficácia, entre jovens e idosos, portanto, a cura pode ser esperada para ambos os grupos (CHAVES, et. al., 2017). Apesar disso, A TB ainda é um grande problema de saúde pública no Brasil e chama atenção de autoridades em saúde em nível mundial. A doença está intimamente ligada às questões socioeconômicas da população (COUTINHO et. al., 2012). O agravo atinge todas as faixas etárias, predominando nos indivíduos economicamente ativos (de 15 a 54 anos) e do sexo masculino (Ministério da Saúde, 2010).

REFERENCIAL TEÓRICO

1. Epidemiologia

No estado do Pará, sete municípios são considerados prioritários para o Programa Nacional de Controle da Tuberculose (PNCT). Em 2015, o Pará apresentou uma taxa de incidência de 31 casos por 100 mil habitantes. O município de Belém, capital do estado, apresentou uma taxa de incidência de 45,8 por 100 mil habitantes, sendo responsável por metade dos novos casos no Pará (Ministério da Saúde, 2016). A partir disso, nota-se a

importância de se verificar o quadro epidemiológico da TB no estado do Pará pois pesquisas que relacionem essas doenças ao espaço geográfico têm se tornado de grande relevância para o meio científico, pois a dinâmica dos espaços influencia na ocorrência e na manutenção das doenças, assim como a existência e a eficácia das unidades de saúde (LEAL, et. al., 2019).

O estudo da epidemiologia da TB se faz necessário não só por se tratar de altos índices de mortalidade, mas também porque a Organização Mundial da Saúde (OMS) destacou que apesar dos índices de TB se encontrarem em decréscimo desde o ano de 2002, a OMS retrata que 1/3 da população mundial, ainda hoje, apresenta a infecção pelo *Mycobacterium tuberculosis* (BRASIL, 2002).

Vale ressaltar que a TB possui relação com as condições de saneamento básico e com a classe social. Pessoas em maior situação de miséria estão mais expostas à manifestação do bacilo. Destaca-se que além da situação de moradia, a alimentação se torna um fator determinante para infecção, associada também com a ingestão de álcool, tabaco e outras drogas (CAMPOS, 2006), além da idade, convivência com o doente e imunodepressão (SILVA, 2018).

Ainda que os números mostrem uma redução no número de casos, o Brasil ocupa o 20º lugar entre os países com maior número de casos de TB no mundo, com uma taxa de incidência de 46 casos por 100.000 habitantes (OMS, 2013) cujas condições socioeconômicas da população são mais precárias, ou seja, naquelas caracterizadas por hipossuficiência econômica, educação deficiente, aglomerados populacionais, desnutrição e alcoolismo, como já mencionado. Na Região Norte, em 2010, foram notificados 7.056 casos de tuberculose, correspondendo a um coeficiente de 44,5 casos/100.000 habitantes, sendo a região com a maior incidência da doença (LEÃO, 2013).

Em 2011, uma das capitais com maior incidência foi Belém, no estado do Pará, que apresentou uma taxa de 84,9 casos por 100.000 habitantes (BRASIL, 2012). A taxa apresentada pela região Norte neste ano se mostrou maior que a média das taxas do Brasil, que foi de 37,2 casos/100.000 habitantes. Um fator importante que deve ser destacado é a subnotificação dos casos de tuberculose no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), que impossibilita o real conhecimento da situação epidemiológica da tuberculose e prejudica o planejamento de ações voltadas para o seu controle. A busca de dados de diferentes fontes de informação ajudaria a minimizar a ocorrência do problema (PINHEIRO, 2012).

Em virtude de a Região Norte apresentar uma das maiores taxas de tuberculose, se torna importante a realização de trabalhos de cunho epidemiológico nessa região, para que, desta maneira, se torne mais compreensível a distribuição da doença e suas peculiaridades em relação a outras regiões do Brasil (SILVA, 2018).

O Estado do Pará registrou nos anos de 2006 a 2008 uma incidência total 9.890 casos de tuberculose todas as formas. Um número expressivo segundo a Secretaria Estadual de Saúde. Desses casos 4.548 ocorreram no município de Belém, capital do estado do Pará e no município de Ananindeua, sendo 885 em Ananindeua e 3.663 casos de tuberculose em Belém (RIBEIRO, 2011; BRASIL, 2009).

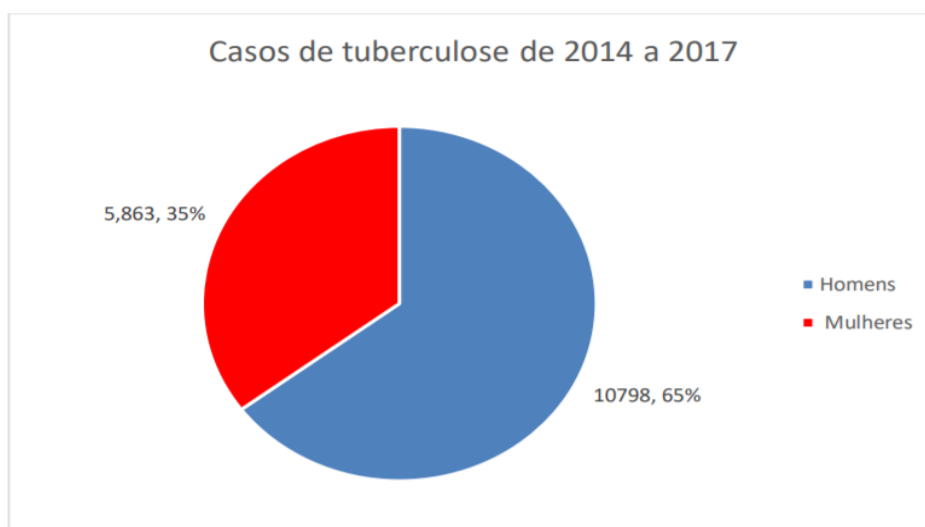
Dos 315 municípios caracterizados pelo Ministério da Saúde como prioritários para o combate à tuberculose (TB), 11 estão no estado do Pará, onde foram notificados, em 2007, 2.920 casos novos da doença. A capital Belém foi responsável por quase metade dos casos novos (BRITO, et. al. 2007).

Dentro dessa perspectiva, é imprescindível analisar as características epidemiológicas da TB, dentre elas, a distribuição espacial de casos de um mesmo município para possíveis identificações de áreas de risco e subnotificações. Estudos recentes têm contribuído para a identificação dessas incidências. E partir de então, abranger outras características para uma melhor análise de um quadro geral epidêmico nessas áreas.

2. Dados epidêmicos no Estado do Pará

Um estudo recente, foram confirmados no período de 2014 a 2017, 10.798 casos de tuberculose em homens e 5.863 casos em mulheres, totalizando 16.661 casos de tuberculose nesses 4 anos. A incidência da tuberculose foi maior nas pessoas com idade entre 20-59 anos de idade e entre pessoas de menor escolaridade. A frequência absoluta no ano de 2014 foi de 3.984 casos, no ano de 2015 de 4.026 casos, no ano de 2016 de 4.239 casos e no ano de 2017 de 4.412 casos (PEREIRA, et. al., 2019). Como mostra o gráfico a seguir:

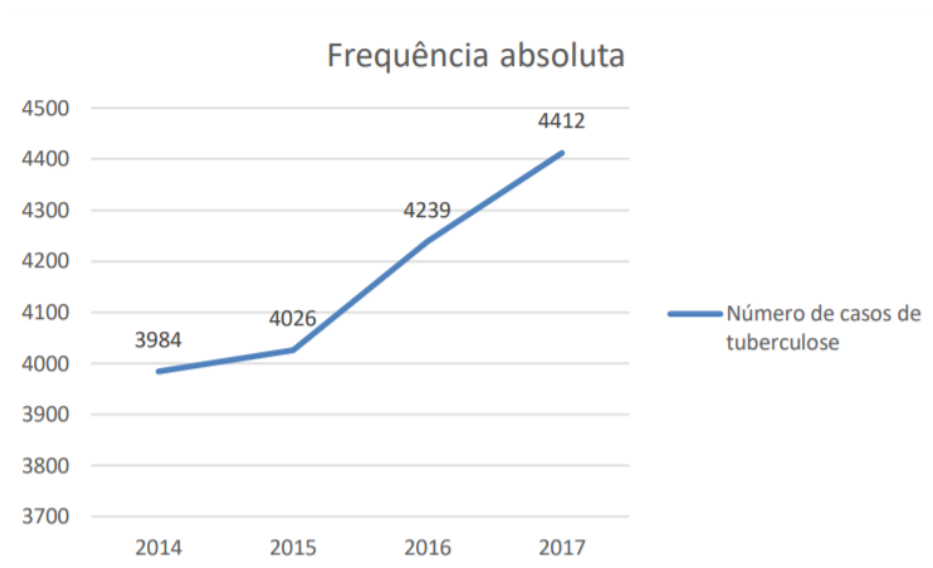
Gráfico 1. Casos de tuberculose segundo o sexo



Fonte: Pereira, et. al., 2019

Há uma frequência absoluta maior de tuberculose no sexo masculino, de acordo com dados provenientes do SINAN, algo que estudos epidemiológicos anteriores sobre o assunto também apontam.

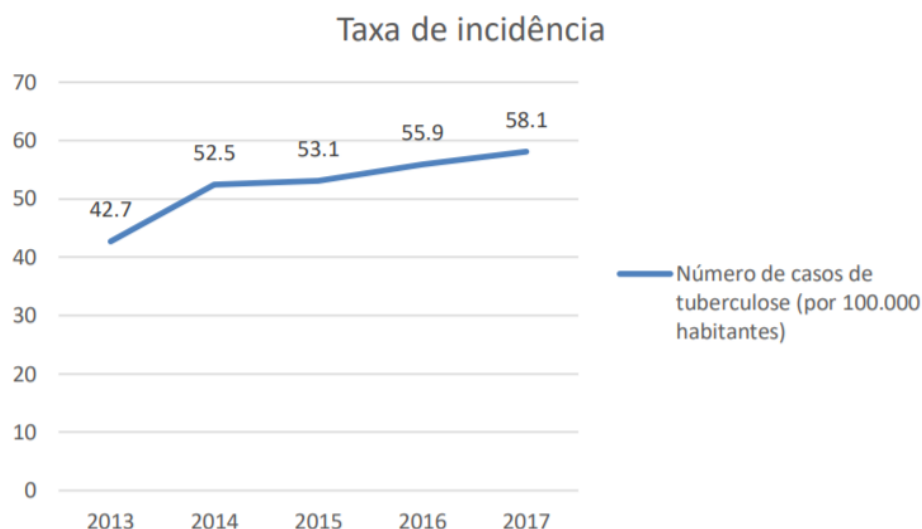
Gráfico 2. Frequência absoluta do número de casos de tuberculose.



Fonte: Pereira, et. al., 2019

No ano de 2014, 8,5% dos diagnósticos de tuberculose foram de pessoas com AIDS, enquanto nos anos de 2015, 2016 e 2017, a porcentagem de pessoas com AIDS e tuberculose foi de 8,8%, 8,6% e 9,0%, respectivamente (PEREIRA, et. al., 2019) fato este que reforça o conceito de maior predisposição de pessoas com AIDS desenvolver a tuberculose.

Gráfico 3. Taxa de incidência da tuberculose no estado do Pará.



Fonte: PEREIRA, et. al., 2019

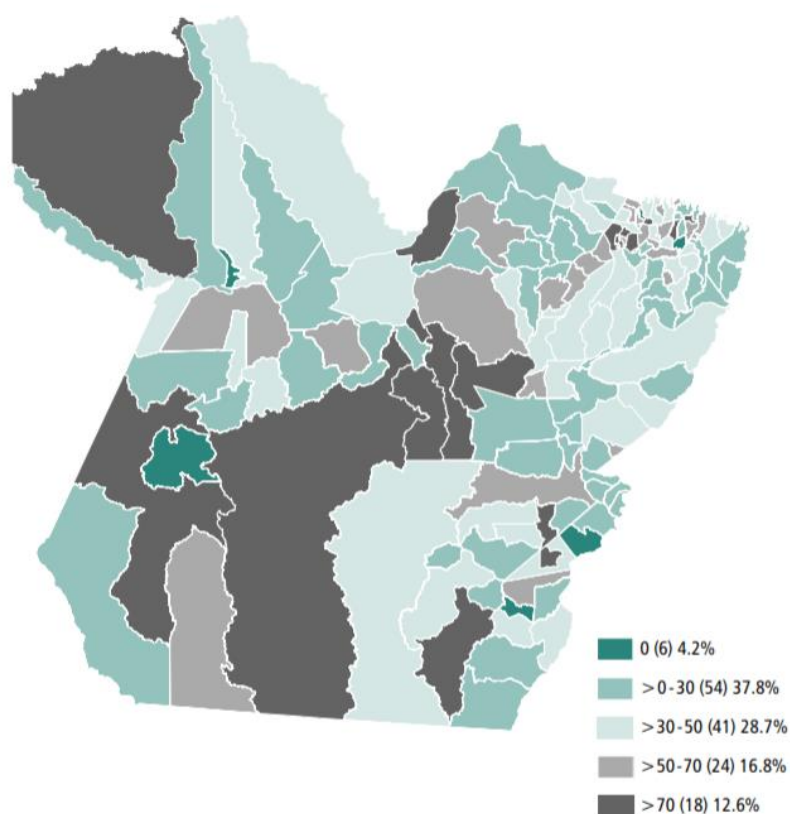
A taxa de incidência da tuberculose no ano de 2014 no estado do Pará foi de 52,5 casos/100.000 habitantes, no ano de 2015 de 53,1 casos/100.000 habitantes, no ano de 2016 foi de 55,9 casos/100.000 habitantes e no ano de 2017 foi de 58,1 casos/100.000 habitantes. No ano de 2013 foi de 42,7 casos/100.000 habitantes, o que mostra que a incidência da tuberculose aumentou no estado (PEREIRA, et. al., 2019).

Segundo o Sindicato dos Médicos do Pará (SINDMEPA), a TB é a terceira causa de mortes por doenças infecciosas no Brasil, e atinge aproximadamente 3.500 pessoas no estado do Pará. Os dados, de 2013, colocam o estado no topo do ranking de casos na região Norte e, com 42,7 casos para cada grupo de 100 mil habitantes, em quinto em todo o país, segundo o Programa Estadual de Combate à Tuberculose (BRASIL, 2015).

A taxa de cura encontra-se em 73,1%, com abandono de tratamento em 9,7% e 2,7 mortes para cada 100 mil habitantes. Em relação ao tipo resistente da doença, foram registrados 409 casos no país em 2014, dos quais 25 só no Pará, que possui sete dos 181 municípios brasileiros considerados prioritários pelo Ministério de Saúde para frear a transmissão: Abaetetuba, Ananindeua, Belém, Bragança, Castanhal, Marituba e Santarém (BRASIL, 2015).

Segundo o Ministério da Saúde, o Pará acompanha a média nacional e confirma que o Brasil é o 16º entre os 22 países listados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), por concentrarem 80% da carga mundial de tuberculose. Em 2013, foram notificados 73 mil casos novos da doença em todo o país (BRASIL, 2015). A cobertura de programa de controle da tuberculose no estado do Pará é de 58,2% e a implantação da estratégia de tratamento supervisionado – TS/DOTS corresponde a 40,0% das unidades de saúde. O estado do Pará possui onze municípios prioritários (BRASIL, 2006)

Figura 1. Municípios segundo taxa de incidência (por 100 mil hab.) para tuberculose. Pará, 2004.



Fonte: Ministério da Saúde (BRASIL, 2006)

Segundo dados da Secretaria Estadual de Saúde, em 2004, foram registrados no Sinan 3.213 casos novos de tuberculose, representando 83,5% dos casos esperados. A incidência em 2004 foi de 54,3/100 mil hab. para casos de todas as formas e 36,3 para casos bacilíferos. A corte de tratamento de 2004, considerando os municípios prioritários, mostrou uma cura de 72,2%, estando abaixo da meta nacional de 85%. O abandono foi de 8,8%, óbitos com tuberculose, 4,6%, transferência, 10,6% e encerramento dos casos, 70,6%. A co-infecção TB/HIV foi de 0,02%.

Outro fator a ser considerado é a Programação Pactuada Integrada de Vigilância em Saúde (PPI-VS), que é definida como:

É o conjunto de atividades, de metas e de recursos financeiros, pactuado entre a Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretarias Estaduais de Saúde – SES e Secretarias Municipais de Saúde – SMS, relativos a área de epidemiologia e controle de doenças e ações básicas de vigilância sanitária (Art. 1º Ministério da Saúde Secretaria de Vigilância em Saúde, 2016).

E está agrupada em algumas atividades e definidas algumas metas, agrupadas nos seguintes módulos:

I. notificação de doenças e agravos; II. investigação epidemiológica; III. diagnóstico laboratorial de agravos de saúde pública; IV. vigilância ambiental; V. vigilância de doenças transmitidas por vetores e antropozoonoses; VI. controle de doenças; VII. imunizações; VIII. monitorização de agravos de relevância epidemiológica; IX. divulgação de informações epidemiológicas; X. elaboração de estudos e pesquisas em epidemiologia; XI. alimentação e manutenção de sistemas de informação; XII. acompanhamento da PPI-VS; e XIII ações básicas de vigilância sanitária (Art. 2º Ministério da Saúde Secretaria de Vigilância em Saúde, 2016).

A partir disso, foi feito um recorte do caderno de Registros da Secretaria Estadual de Saúde, especificamente relacionado a TB no Estado do Pará e nos municípios prioritários. E foi detectado que na capital do Estado, onde se concentra a maior porcentagem de casos de TB e no estado de modo geral, as medidas de PPI-VS não foram cumpridas. A partir da tabela abaixo:

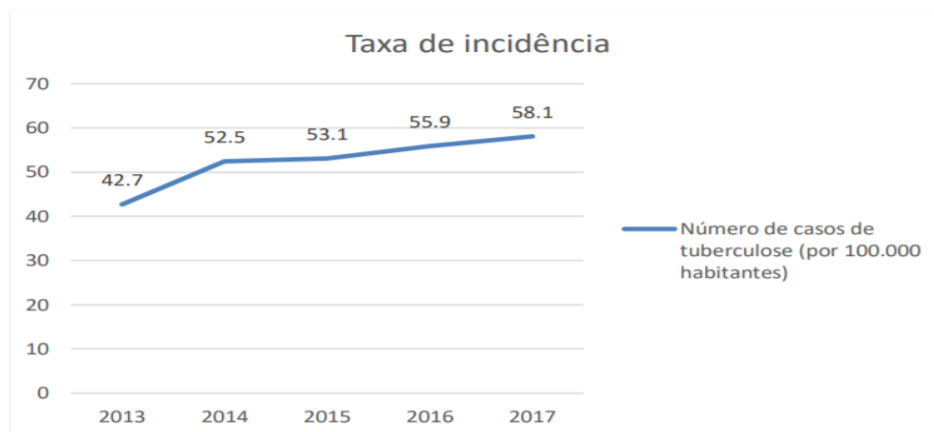
Tabela 1. Cumprimento do Programação Pactuada Integrada de Vigilância em Saúde – PPI-VS

		Pará	Belém	Abaetetuba	Ananindeua
Controle de doenças	Cura de casos novos de tuberculose bacilíferos	não cumprida	não cumprida	Cumprida	cumprida
	Encerramento de casos novos de tuberculose bacilíferos	não cumprida	cumprida	Cumprida	cumprida

Fonte: Secretaria de Vigilância e Saúde/MS (BRASIL, 2006).

Verifica-se que a taxa de incidência de tuberculose no estado do Pará é inferior à taxa de incidência do município de Belém, fato este que pode ser justificado pela possível subnotificação de casos novos pelo SINAN.

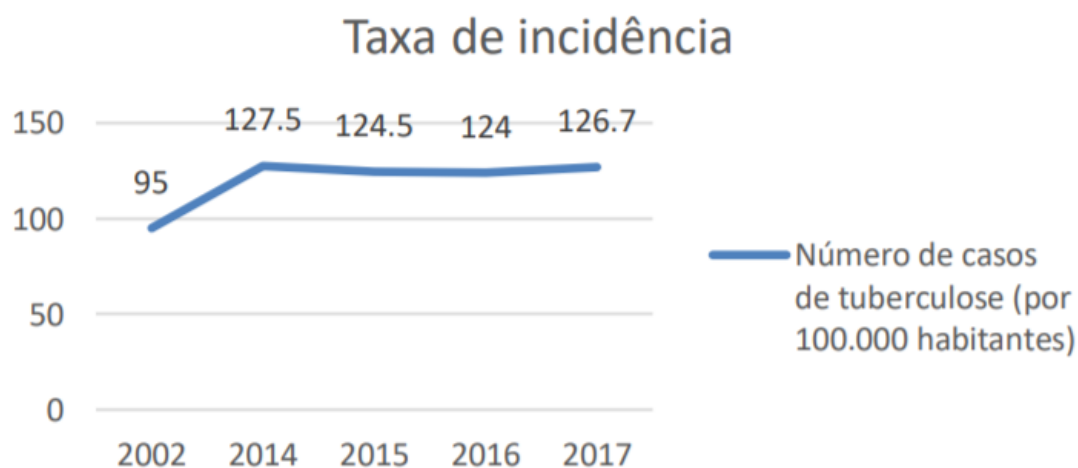
Gráfico 4. Taxa de incidência da tuberculose em Belém



Fonte: Pereira, et. al., 2019

A taxa de incidência da tuberculose no ano de 2014 em Belém foi de 127,5 casos/100.000 habitantes, no ano de 2015 de 124,5 casos/100.000 habitantes, no ano de 2016 foi de 124,0 casos/100.000 habitantes e no ano de 2017 de 126,7 casos/100.000 habitantes. Verifica-se que a taxa de incidência da tuberculose em Belém aumentou quando comparado a um estudo realizado em 2002 que apresentou uma prevalência de 95,0 casos/100.000 habitantes (DIAS, 2019).

Gráfico 5. Taxa de incidência da tuberculose em Belém



3. Incidência de casos de TB no município de Belém

Em seu trabalho, Lima et. al. (2017) identificou a incidência da infecção com as condições de vida da população no município de Belém, no Pará.

A identificação de áreas carentes no município seguiu o critério do IBGE, o qual considera a presença de características, como:

[...] existência de unidades habitacionais que ocupam ou tenham ocupado terreno de propriedade alheia há pelo menos 10 anos; urbanização desordenada e densa; e precariedade de serviços públicos essenciais, como saneamento, energia elétrica e abastecimento de água¹⁶. Foi relacionado o número de áreas carentes em cada bairro com a incidência e a mortalidade por TB, para avaliar a relação desses indicadores com as condições de vida da população (IBGE, 2010 apud LIMA et. al. 2017).

Durante o período estudado por Lima et. al. (2017), foram notificados 7.444 casos de TB em indivíduos residentes no município de Belém, dos quais 6.541 (87,9%) foram de casos novos, representando uma incidência de 93 casos por 100.000 habitantes. As taxas de incidência nos anos de 2006 e 2010 foram, respectivamente, 84,8 e 98,4 por 100.000 habitantes, representando um aumento de 16%. As médias da taxa bruta e da taxa suavizada da incidência de casos de TB mostraram tendência de crescimento gradativo ao longo dos anos avaliados e a existência de grande variação das taxas entre os bairros (LIMA et. al. 2017).

Tabela 2 – Estatística descritiva das taxas de incidências bruta e suavizada da TB, por 100.000 habitantes, em Belém, estado do Pará, Brasil, no período de 2006 a 2010.

ANO	Taxa bruta				Taxa suavizada			
	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
2006	72,26	68,80	-	319,45	81,08	44,03	8,33	246,06
2007	86,23	76,14	-	345,11	86,84	42,34	15,73	254,20
2008	88,40	88,00	-	467,30	91,49	47,50	12,34	313,23
2009	97,00	135,30	-	1.028,80	97,53	61,26	11,12	415,52
2010	95,30	91,60	-	534,80	96,09	40,95	21,58	304,08

Fonte: Lima et. al., 2017

Nas duas taxas, o menor valor de incidência ocorreu no ano de 2006 e o maior, no ano de 2009. A taxa suavizada, em todos os anos, foi maior que a taxa bruta, porém a variação da taxa suavizada foi menor (23,0 vs. 15,7).

Para verificar a correlação espacial entre as taxas suavizadas, Lima et. al. utilizou o índice de Moran global (IMG). A identificação de áreas críticas ou de transição foram avaliadas pelo índice de Moran local (IML), para comparar o valor de cada bairro estudado com bairros vizinhos e exibir dependência e padrões espaciais¹⁵. Os quadrantes gerados foram analisados da seguinte forma:

Q1 (valores positivos, médias positivas) e Q2 (valores negativos, médias negativas) – indicaram pontos de associação espacial positiva, no sentido que uma localização

possui vizinhos com valores semelhantes; Q3 (valores positivos, médias negativas) e Q4 (valores negativos, médias positivas) – indicaram pontos de associação espacial negativa, no sentido que uma localização possui vizinhos com valores distintos (LIMA, et. al., 2017).

Os bairros com as maiores taxas de incidência suavizada foram Águas Lindas (275,4%), Una (245,2%), Coqueiro (243,7%), Maracangalha (159,2%), São Francisco (148,4%), Parque Guajará (144,4%) e Praia Grande (132,8%). Os bairros que apresentaram as menores taxas de incidência suavizada foram Agulha (-67,8%), Souza (-48,8%), Maracacuera (-26,1%), Canudos (-25,4%), Fátima (-25,0%) e Baia do Sol (-21,3%) (LIMA, et al., 2017).

O IMG apresentou valores de -0,12 ($p=0,12$) em 2006, -0,15 ($p=0,01$) em 2007, -0,13 ($p=0,03$) em 2008, -0,10 ($p=0,02$) em 2009 e -0,15 ($p=0,05$) em 2010, que evidenciaram dependência espacial negativa significativa para os anos de 2007 a 2010 (mas não para 2006), demonstrando que os bairros com altas taxas de incidência estão cercados por bairros de baixas taxas, confirmando a distribuição espacial aleatória da doença nos bairros (LIMA, et al., 2017).

A Tabela 2 mostra a frequência dos pontos de associação espacial, positiva e negativa, evidenciando que, ao longo dos anos, houve um aumento no número de bairros classificados no quadrante Q2 e uma diminuição do número de bairros no quadrante Q1. Ainda assim, a taxa de incidência de casos de TB mostrou um aumento em todos os quadrantes, em relação ao ano de 2006. As frequências das taxas de incidência dos quadrantes Q1 e Q3 foram as mais altas e as dos quadrantes Q2 e Q4, as mais baixas.

Tabela 3 – Frequência do número de bairros e da taxa de incidência de TB, por 100.000 habitantes, em Belém, estado do Pará, Brasil, no período de 2006 a 2010, de acordo com o quadrante definido IML.

Ano	Indicadores	Quadrantes				Total
		Q1 (+/+)	Q2 (-/-)	Q3 (+/-)	Q4 (-/+)	
2006	Nº de bairros	11	17	19	24	71
	%					100,0
	Taxa de incidência	15,5	23,9	26,8	33,8	
		112,6	54,38	123,62	51,94	
2007	Nº de bairros	9	18	21	23	71
	%					100,0
		12,7	25,3	29,6	32,4	

	Taxa de incidência	130,60	64,76	120,26	56,47	
2008	Nº de bairros	10	22	16	23	71
	%					100,0
	Taxa de incidência	14,1	31,0	22,5	32,4	
		131,83	69,98	141,05	60,06	
2009	Nº de bairros	7	25	17	22	71
	%					100,0
	Taxa de incidência	9,9	35,2	23,9	31,0	
		145,50	72,63	158,62	63,33	
2010	Nº de bairros	8	21	19	23	71
	%					100,0
	Taxa de incidência	11,2	29,6	26,8	32,4	
		133,59	75,59	133,43	70,90	

Fonte: LIMA, et. al., 2017

Nos quadrantes Q1 e Q3, estão os bairros com as maiores taxas de incidência do Município, que são os bairros de Val-de-Cans (304,0), Jurunas (148,0), Cremação (144,0), Fátima (144,0), entre outros.

Portanto, com a evolução da classificação dos bairros, de acordo com o quadrante, mostrou que, dentre os 71 bairros de Belém, 21 (29,6%) permaneceram com taxas de incidência altas, 35 (49,3%) permaneceram com taxas baixas, nove (12,7%) tiveram diminuição das taxas e seis (8,4%) tiveram aumento das taxas. Não ocorreram mudanças nas taxas de incidência que fossem estatisticamente significativas no período estudado.

Apesar da incidência da TB, no Brasil, apresentar um declínio nos últimos anos, Belém apresentou uma tendência crescente e uma incidência média duas vezes superior à incidência observada no estado do Pará, quase três vezes maior que a média no Brasil, (LIMA, et. al., 2017). O estudo de Lima evidencia a concentração de casos na capital, o que também ocorre em outros estados brasileiros (BIERRENBACH, et. al., 2007).

Essas características podem ser uma consequência da alta densidade demográfica e dos bolsões de pobreza característicos dos grandes centros urbanos, apesar de ser, nas capitais do país, onde existem maior oferta dos serviços de saúde e melhores condições de diagnóstico e tratamento para os casos da doença³, aumentando o número de registros de notificações mas também onde há ocorrência de subnotificações devido a densidade observada nos grandes centros em comparação com municípios mais afastados (LIMA, et. al., 2017).

Outro aspecto a ser considerado, ainda na região de Belém, é que se acredita que na maioria dos casos, a TB pode ter resolutividade na Atenção Primária em Saúde (APS), e equipes de saúde capacitadas podem interferir positivamente para melhor controle da doença, por meio da busca ativa dos sintomáticos respiratórios (BRASIL, 2015; BRASIL, 2011). Nessa perspectiva, percebe-se a importância de serviços de acesso à saúde próximos às populações de um determinado território, com ações resolutivas, de controle e de informações.

Foi realizado um estudo ecológico, descritivo, retrospectivo com abordagem quantitativa, realizado por meio do mapeamento geográfico da incidência de TB, conforme casos novos notificados no período de 2010 a 2015, na USF Eduardo Angelim, que se localiza no bairro Parque Guajará, no município de Belém-Pará. A amostra do estudo foi de 44 casos de TB, e dentre os 44 casos notificados no período de 2010 a 2015, o maior número de casos foi verificado no ano de 2012 (25,1%) e o menor em 2010 (6,8%). Sendo a área Café Liberal com maior número de casos, sendo responsável por 40,9% das notificações (SANTOS, et. al., 2017).

A caracterização da população estudada no período de seis anos demonstra que a TB foi mais prevalente no sexo masculino (31 casos/70,45%), cor parda (34 casos/77,3%), faixa etária entre 14-25 anos (12 casos/27,3%) e escolaridade até o ensino fundamental incompleto (10 casos/22,7%) corroborando com estudos já citados anteriormente (SANTOS, et. al., 2017).

4. Perfil clínico-epidemiológico de pacientes com TB em Belém

Outro estudo, demonstrou o perfil clínico-epidemiológico de pacientes com TB, também no município de Belém, foi realizado em uma unidade municipal de saúde no Município de Belém, uma das referências em diagnóstico e tratamento da TB. Foram adotados como critérios de inclusão: prontuários de pacientes com diagnóstico clínico-laboratorial de TB confirmado e cadastrados no Programa Nacional de Controle da Tuberculose da unidade de estudo, no período de janeiro de 2011 a dezembro de 2012 (FREITAS, et. al., 2016).

Foram analisados 102 prontuários com ano de base 2011/2012, sendo que a maioria dos indivíduos pesquisados pertencia ao sexo masculino, com idade média de $35,39 \pm 14,39$ anos.

A tabela 3 sintetiza os dados encontrados referentes ao perfil sociodemográfico dos sujeitos do estudo.

Tabela 4 - Perfil sociodemográfico dos indivíduos com TB atendidos em uma unidade básica de saúde de Belém, Estado do Pará, Brasil, 2011-2012

Variáveis	N	%
Sexo		
Feminino	46	45,10
Masculino	56	54,90
Estado civil		
Solteiro	65	63,73
Casado	19	18,63
Divorciado	3	2,94
Viúvo	5	4,90
União estável	7	6,86
Não relatado	3	2,94
Raça		
Parda	50	49,02
Branco	35	34,32
Preto	9	8,82
Não relatado	8	7,84
Escolaridade		
Ensino superior completo	9	8,82
Ensino superior incompleto	7	6,86
Ensino médio completo	21	20,59
Ensino médio incompleto	12	11,76
Ensino fundamental completo	5	4,90
Ensino fundamental incompleto	34	33,35
Ensino fundamental incompleto	5	4,90
Analfabeto	9	8,82

Não relatado

Profissão/Ocupação

Doméstica	11	10,78
Estudante	15	14,70
Vendedor	8	7,84
Outros	59	57,86
Não relatado	9	8,82

Fonte: Freitas, et. al., 2016

Destaca-se que dentre os prontuários analisados, a procedência da maioria, 99 pacientes (97,06%), era urbana, apenas de um paciente (0,98%) era rural e dois prontuários (1,96%) não relatavam a procedência dos pacientes.

Ainda na pesquisa de Freitas et. al., (2016), foi analisado também, as variáveis clínicas da TB, dentre elas a quantidade de pessoas com hábitos tabagistas, 26 pacientes (25,50%) eram fumantes, enquanto um número elevado de 71 pacientes (69,60%) não possuía tal prática; os demais pacientes – cinco (4,90%) – não possuíam o relato em seus prontuários. Foram observados também os aspectos associados à doença, como a perda de peso recente, qual a classificação clínica da TB, além dos registros do exame Pesquisa de BAAR (baciloscopia), como descrito na tabela 4.

Tabela 5 – Perfil clínico dos indivíduos com TB atendidos em uma unidade básica de saúde de Belém, Estado do Pará, Brasil, 2011-2012

Variáveis	N	%
Tabagismo		
Sim	26	25,50
Não	71	69,60
Não relatado	5	4,90
Perda de peso recente		
Sim	80	78,44
Não	20	19,60
Não relatado	2	1,96

Forma clínica da TB

Pulmonar	84	82,35
Ciliar	1	0,98
Óssea	3	2,94
Pleural	7	6,86
Pericárdica	1	0,98
Ganglionar	3	2,94
Disseminada	1	0,98

Soropositividade ao HIV

Sim	6	5,88
Não	95	93,14
Não relatado	1	0,98

Pesquisa de BAAR

Positivo	66	64,71
Negativo	24	23,53
Não relatado	12	11,76

Fonte: FARIAS, et. al., 2016

Verificou-se entre os pacientes com TB que a maioria não tinha a coinfeção pelo HIV, 95 pacientes (93,14%) obtiveram resultado negativo no exame de sorologia, seis pacientes (5,88%) possuíam resultado sorológico positivo e apenas um (0,98%) não foi relatado.

Tendo em vista este estudo, fica evidente que o perfil dos pacientes com TB são, em sua maioria homens, (54,90%), tanto neste estudo, como o de Chaves et. al. (2017) também no município de Belém, que será abordado mais adiante, além de outros trabalhos na literatura, dado que pode ser justificável pelo Ministério da Saúde de que homens não cuidam tão bem da saúde como mulheres, e ainda estar mais suscetível a fatores de risco quando comparado às mulheres (BRASIL, 2011).

Segundo Brito et. al. (2004), a aids é uma das comorbidades que apresentam maiores fatores de risco para a TB. E como já mencionado, o HIV ocasionou alterações nos mecanismos de defesa do organismo humano contra o agente causal da TB, por conta disso a infecção pelo HIV pode ser dita como o principal fator de risco para a evolução da infecção em latência provocada pelo *Mycobacterium tuberculosis*.

Apesar de ter sido verificado neste estudo que a maioria dos pacientes não eram diagnosticadas com HIV, é sempre importante o incentivo para realização do teste sorológico para este vírus, pois é auxiliador no processo de diagnóstico da doença. Trata-se de um exame simples, disponível em diversas unidades de saúde e preconizado para todos os portadores de TB, sendo potencializador a eficácia do tratamento, uma vez que o aumento da prevalência do HIV repercute em graves implicações no controle da TB (VENDRAMINI, et. al., 2005; SAN e OLIVEIRA, 2013).

Chaves, et. al. (2017) também prevê aspectos epidemiológicos no município de Belém, e aborda ainda aspectos evolutivos. Quando se trata de evolução, é necessário levar em conta o tratamento da doença, na tuberculose, a eficácia em idosos e jovens e com a utilização adequada e oportuna dos medicamentos, a cura pode ser esperada em ambos os grupos. Entretanto, destaca-se a existência de peculiaridades inerentes aos idosos, como os déficit de memória, polifarmácia e os frequentes aparecimentos de efeitos adversos nesse grupo populacional, por isso, é obrigatório que o tratamento seja supervisionado como forma de detecção precoce de efeitos adversos, garantia da ingestão do medicamento e consequente aumento do indicador de cura (CHAIMOWICZ, 2011).

Tabela 6 – Dados evolutivos dos idosos com tuberculose (n=82). Belém, Pa, 2009-2013

Variáveis	N (%)
Reação adversa	
Sim	41 (50,0)
Não	41 (50,0)
Tipos de reação adversa	
Manifestações gastrointestinais	29 (70,7)
Manifestações neurológicas	14 (34,1)
Manifestações reumatológicas	11 (26,8)
Hepatotoxicidade	10 (24,4)
Manifestações dermatológicas	9 (22,0)
Manifestações cardiovasculares	3 (7,3)
Nefrotoxicidade	1 (2,4)
Manejo da reação	

Suspensão do tratamento	13 (31,7)
Substituição de esquema terapêutico	2 (4,9)
Acompanhamento pós-alta	
Tratamento Diretamente Observado	23 (31,9)
Baciloscopia de controle	20 (50,0)
Situação de encerramento	
Cura	49 (59,8)
Abandono	2 (2,4)
Óbito por tuberculose	13 (15,9)
Óbito por outras causas	6 (7,3)
Transferência para outro estado	1 (1,2)
Tuberculose multirresistente	1 (1,2)
Sem informação	10 (12,2)

Fonte: FARIAS, et. al., 2016

Na relação das variáveis de exposição com o desfecho verifica-se que a cura ocorreu mais frequentemente nos idosos da faixa etária de 60-69 anos, enquanto o óbito foi mais frequente nos pacientes na faixa etária de 70-79 anos, havendo significância estatística nessa relação. Em relação às variáveis sexo, agravos associados e TDO com o desfecho não houve significância estatística. Pacientes que evoluíram a óbito por tuberculose apresentaram menor tempo de internação (≤ 7 dias) e reação adversa ao esquema terapêutico específico para a tuberculose (Tabela 5).

Apesar do elevado percentual de idosos que apresentaram reações adversas, apenas 31,7% necessitaram suspender o tratamento e 4,9% substituir por esquema especial, resultado muito próximo ao estudo realizado em São Paulo com a população geral, no qual a modificação da terapêutica devido os efeitos colaterais ocorreu em 3,7% dos casos.

É de fundamental importância a detecção precoce das reações adversas, por isso os familiares e cuidadores devem ser orientados quanto ao aparecimento deles, principalmente nos casos em que os idosos apresentem dificuldade na verbalização, percepção dos sintomas ou déficit cognitivo.

Contudo, deve-se destacar o elevado percentual de óbitos devido à tuberculose (15,9%), semelhante ao identificado em estudo realizado no Rio de Janeiro, RJ, no qual a proporção de óbitos foi bem maior no grupo dos idosos do que entre os não idosos.

Tendo em vista que a representação socioeconômica da região interfere diretamente na incidência de TB na população, um estudo abordou uma análise socioeconômica nos bairros do município de Belém, foi utilizada a classificação das populações de acordo com o tipo do local de residência, utilizada pelo IBGE. A população foi dividida entre moradores que residiam em áreas carentes e aqueles que não residiam (LIMA, 2014).

Em 2010, Belém possuía 101 áreas carentes, com uma população de 758.524 pessoas (54,9%), distribuída em 193.577 domicílios particulares ocupados e uma média de 3,9 moradores por domicílio de acordo com a tabela abaixo:

Tabela 7 - Distribuição demográfica por áreas carentes.

	SIM %	Áreas carentes		NÃO %	Total	%
		%				
População	758.524	54.9	622.951	45.1	1.381.475	100
Domicílios	193.577	52.5	175.300	47.5	368.877	100
Média de moradores por domicílio	3.9		3.6		3.8	

Fonte: LIMA, 2014

A incidência da tuberculose, em Belém, foi em média duas vezes superior a incidência estadual, mostrando a concentração de casos de tuberculose na capital, em concordância com dados encontrados por Bierrenbach et al. (2007), que em 2004, mostrou que no Brasil 63,5% dos casos de tuberculose foram provenientes das capitais ou das regiões metropolitanas. Esta concentração de casos de tuberculose nas capitais pode ser uma consequência da alta densidade demográfica e dos bolsões de pobreza característicos dos grandes centros urbanos, além do que, é nas capitais que existe também a maior oferta dos serviços de saúde e as melhores condições de diagnóstico e tratamento para os casos da doença, mesmo quando oriundos de outras localidades que não as capitais dos estados (Xavier & Barreto et al., 2007).

Em Belém, a taxa de cura está aquém de atingir a meta preconizada pela OMS, que é de curar 85% dos casos novos de tuberculose, até 2015 (Brasil, 2013a). A baixa taxa de cura pode estar associada a proporção de casos de coinfeção TB/HIV-1.

Em relação ao abandono do tratamento, observou-se uma redução da taxa de abandono, o que indica um ponto positivo no combate a tuberculose, porém, ainda continua acima da média nacional e bastante superior a meta preconizada pela OMS que é de 5% (Brasil, 2012a). O abandono do tratamento pode estar associado a diversos fatores, sendo os principais relacionados ao medicamento (efeitos colaterais e tempo de duração do tratamento), ao próprio paciente (uso irregular da medicação e/ou não ingestão da mesma, baixo nível socioeconômico, internações por outras doenças e hábitos de vida) e ao desempenho do serviço de saúde e equipe profissional (falhas na orientação do paciente, prescrições medicamentosas inadequadas, falta de fornecimento da medicação e falhas no agendamento de consultas) (Oliveira, 2000).

5. Prevalência da TB no município de Ananindeua

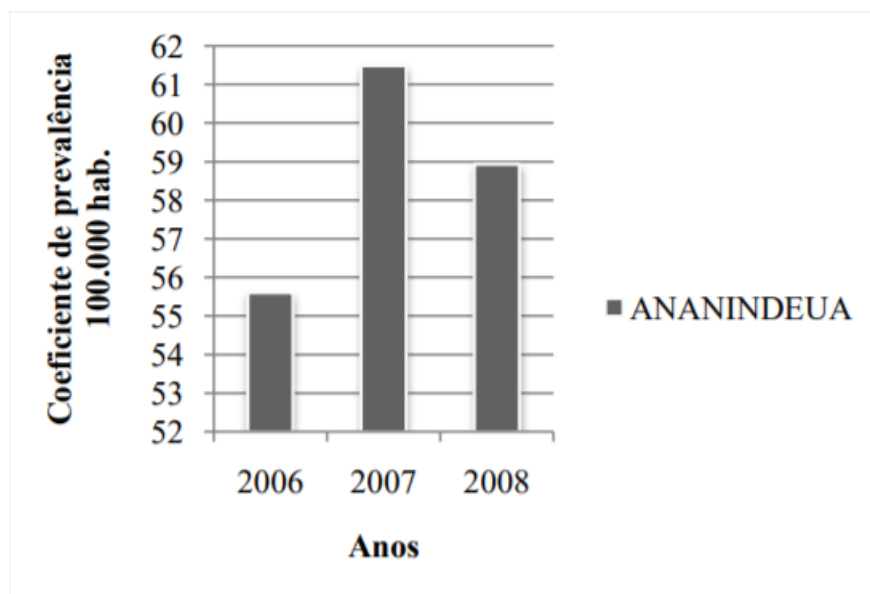
O estudo de Ribeiro (2011) abordou a prevalência da TB no município de Ananindeua, o qual teve número expressivo segundo a Secretaria Estadual de Saúde nos registros de 2006 a 2008. Segundo o quadro a seguir:

Tabela 8 – Prevalência de TB no município de Ananindeua

Município	2006		2007		2008	
	prevalência	Coef. de preval. 100.000 hab	prevalência	Coef. de preval. 100.000 hab	prevalência	Coef. de prevalen. 100.000 hab
Abaetetuba	49	36,75	44	32,48	50	36,23
Ananindeua	277	55,61	316	61,49	292	58,93
Anapú	45	124,53	36	50,23	26	25,76
Belém	1.192	83,45	1.181	81,41	1.290	90,58
Benevides	20	43,69	27	57,06	17	37,27
Bragança	48	46,27	45	42,75	41	38,71
Castanhal	89	56,16	71	43,8	79	49,65
Marituba	80	78,93	77	73,04	62	62,79
Santa Isabel	36	71,23	37	71,64	39	71,61
Total	1.836		1.834		1.900	

Fonte: Fonte: Secretaria Estadual de Saúde (SESPA-2008) apud RIBEIRO (2011)

Gráfico 6. Coeficiente de prevalência de TB no Município de Ananindeua



Fonte: Ribeiro, 2011).

Os dados aqui abordados são provenientes da Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Pará (SESPA), e da Secretaria Municipal de Saúde (SESMA) e foram organizados de acordo com sexo, idade e relacionados aos maiores números de prevalência de tuberculose - todas as formas - nos anos de 2006 a 2008 nos municípios mais próximos da capital do Estado do Pará e nos bairros do Jurunas, Cremação e Guamá em Belém-Pa.

Outro município que também deve ser observado com os devidos cuidados em relação às altas taxas de tuberculose em torno de 277 casos em 2006, 316 em 2007 e 292 casos em 2008 foi Ananindeua que no período em estudo apresentou poucas reduções nos coeficientes de prevalências da doença.

Esses valores são bastante preocupantes quando levamos em consideração valores que afirmam que o coeficiente, para o país, de prevalência de tuberculose de todas as formas, foi de 48,4/100.000 (BRASIL, 2009). Em 2007, o aumento desta doença foi extremamente preocupante para município de Ananindeua, já que houve um aumento considerável de 2,12% nos casos de tuberculose, todas as formas, o que elevou estes coeficientes neste ano para 61,49/100.000 hab (gráfico 6). Aproximando-se dos índices constatados no Rio de Janeiro, que foram de 91,9/100.000 hab. considerados os maiores coeficientes de prevalência do Brasil no período

Poucos estudos abrangem o Estado do Pará e suas especificidades de cada município, e por isso, é importante levar em consideração os dados epidêmicos disponibilizados para que possamos fazer uma análise ampliada de forma efetiva. Tendo isso em vista, em um estudo mais recente, foi possível observar dados epidemiológicos do município de Paragominas.

6. Dados epidemiológicos no município de Paragominas

No estudo de de Gonçalves et. al. (2019), ela aborda que, nos últimos três anos (2017, 2018 e 2019) houve uma tendência de elevação no número de casos no município de Paragominas, a partir de notificações. Essas problemáticas justificam e incrementam a relevância dessa pesquisa, que tem por objetivo, a análise do perfil epidemiológico de casos de tuberculose nos municípios do Estado do Pará.

A análise dos dados obtidos indicou que, dos 31 bairro, em cinco deles (16,3%): Andradina, Angelim, Aragão, Camboatã, e Centro, em 2017, houve notificação de 10 casos, já em 2018, 11 casos notificados, e as incidências foram mais elevadas aos bairros Aragão (50%) e Centro (30%), em 2017, já em 2018, Camboatã (63,6%) foi o mais afetado.

Tabela 9. Valores para frequência absoluta (fi) e relativa (fr %) sobre a incidência de TB entre 2010 e 2018, em cinco, dos 31 bairros analisados. Paragominas – PA.

	2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018	
Bairros	fi	fr	fi	fr	fi	fr	fi	fr	fi	fr	fi	fr	fi	fr	fi	fr	fi	fr
	(%)		(%)		(%)		(%)		(%)		(%)		(%)		(%)		(%)	
I	0	0,0	0	0,0	2	40,0	2	25,0	0	0,0	2	66,6	2	33,4	0	0,0	0	0,0
II	1	100	1	16,6	0	0,0	1	12,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	18,2
III	0	0,0	1	16,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	5	50,0	2	18,2
IV	0	0,0	2	33,4	3	60,0	3	37,5	5	100	1	33,4	1	16,6	1	10,0	7	63,6
V	0	0,0	2	33,4	0	0,0	2	25,0	0	0,0	0	0,0	3	50,0	4	30,0	0	0,0
Total	1		6		5		8		5		3		6		10		11	

Legendas: I-Andradina, II - Angelim, III - Aragão, IV- Caboatã, V - Centro.

Fonte: Gonçalves et. al. (2019)

Na análise de três biênios (2010 - 2011; 2012 – 2013; 2016 – 2017)), dos primeiros cinco bairros analisados, os dados indicaram, uma evolução:83,3%; 62,5%; 60%, respectivamente. Para 2014-2015, houve uma involução nos casos notificados (- 60%). Finalmente, em 2018, a evolução equivaleu a 10% (GONÇALVES, et. al., 2019).

Para outros cinco bairros: Cidade Nova, Colônia/Fazenda, Cidade Jardim, Helena Coutinho e Jaderlândia, em 2017, ocorreu um empate técnico entre Cidade Nova (33,3%), e o Colônia/fazenda (37,1%). Em 2018, no Cidade Nova, ocorreu uma involução (26,0%), porém, no Colônia/ fazenda, houve evolução (52,2%), isso quando comparado os dados de 2017 e 2018 (tabela 10).

Tabela 10. Valores para frequência absoluta (fi) e relativa (fr %) sobre a incidência de TB entre 2010 e 2018, nos cinco bairros analisados. Paragominas – PA.

Bairros	2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018	
	<i>fi</i>	<i>fr</i>	<i>fi</i>	<i>fr</i>	<i>fi</i>	<i>fr</i>	<i>fi</i>	<i>fr</i>	<i>fi</i>	<i>fr</i>	<i>fi</i>	<i>fr</i>	<i>fi</i>	<i>fr</i>	<i>fi</i>	<i>fr</i>	<i>fi</i>	<i>fr</i>
	(%)		(%)		(%)		(%)		(%)		(%)		(%)		(%)		(%)	
VI	15	62,3	3	18,8	7	63,6	11	52,4	6	35,3	3	17,7	1	4,5	9	33,3	6	26,0
VII	2	8,4	7	43,7	0	0,0	4	19,0	5	29,4	8	47,0	11	50,0	10	37,1	12	52,2
VIII	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	5,9	1	4,5	0	0,0	0	0,0
IX	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	4,8	0	0,0	1	5,9	0	0,0	0	0,0	0	0,0
X	7	29,3	6	37,5	4	36,4	5	23,8	6	35,3	4	23,5	9	41,0	8	29,6	5	21,8
Total	24		16		11		21		17		17		22		27		23	

Legendas: VI - Cidade Nova, VII - Colônia/Fazenda, VIII - Cidade Jardim, IX - Helena Coutinho, X - Jaderlândia

Fonte: Gonçalves et. al. (2019)

Para o biênio 2010-2011, os dados obtidos e analisados indicaram uma involução (66,67%); porém, em 2012-2013 e 2014-2015, houve uma evolução: 52,38%; 81,48%. O mesmo foi verificado em 2016, porém, o valor percentual foi menor ($\pm 29\%$).

O estudo permitiu conhecer o perfil epidemiológica da tuberculose no município de Paragominas, no período de 2010 a 2018. Em relação aos índices de tuberculose no município, foi possível analisar que em alguns bairros a doença apresentou grandes evoluções, porém em outros bairros houve uma diminuição nos casos de Tuberculose. Os bairros que apresentaram esses aumentos nos números de casos, são bairros periféricos, que possuem precariedade no saneamento básico, o que torna os moradores dos mesmos mais vulneráveis a doença (GONÇALVES, et. al., 2019).

A autora conclui ainda que outro aspecto importante, está relacionado a idade e ao sexo dos indivíduos diagnosticados com a doença, as maiores incidências dos casos foram em pessoas com idades entre 21 a 30 anos, já em relação ao sexo, o maior porcentual foi para o sexo masculino. Portanto, para que os índices da doença possam diminuir, principalmente nos bairros que houve as evoluções da doença, é necessário que haja intensificação nas ações de vigilância da tuberculose, além também da criação de novas estratégias, para que a população não seja acometida pela doença.

A tuberculose ocorre com maior frequência nos grupamentos humanos com piores condições socioeconômicas e isso é válido para populações de qualquer tamanho: países mais pobres têm mais tuberculose, as regiões mais atrasadas, os espaços urbanos mais precários e os grupos humanos submetidos a regimes especiais (BRITO 2007).

Levando em conta esses estudos, fica evidente que a TB ainda representa uma doença infecciosa atual e, aparentemente, permanece distante de seu período de erradicação.

Segundo Hino et. al., (2013), em países desenvolvidos, a maior incidência de TB é nas pessoas acima dos 50 anos, o que difere dos países em desenvolvimento. Nestes, a enfermidade é mais incidente em adultos jovens, ou seja, a população economicamente ativa, resultando em comprometimento da parcela produtiva da comunidade.

A escolaridade da população afeta o acesso ao conhecimento e a capacidade de compreensão das pessoas, interferindo diretamente na educação e no entendimento acerca da promoção e prevenção das doenças e da terapêutica prescrita. Assim, os doentes de TB, por apresentarem, predominantemente, baixa escolaridade, mostram-se em condições desfavoráveis e, por conta disso, necessitam de mais investimentos do governo direcionados a eles (ARAÚJO et. al., 2013).

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, K. M. F. A. et. al. Evolução da distribuição espacial dos casos novos de tuberculose no município de Patos (PB), 2001-2010. Cad Saúde Colet [Internet]. Pernambuco, 2013.
- BIERRENBACH A. L, et. al. Incidência de tuberculose e taxa de cura, Brasil, 2000 a 2004. Rev Saude Publica. n.1, v, 41, p. 24-33, 2007.
- BIERRENBACH, A. L. Incidência da tuberculose e da taxa de cura, Brasil, 2000 a 2004. Revista de Saúde Pública n, 41, v.1, p. 24-33. 2007.
- BRASIL. Coeficiente de Incidência de Tuberculose – Caso Novo- Todas as Formas. Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Pará. Belém-Pa 2009.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010 - aglomerados subnormais. Rio de Janeiro: IBGE; 2010.
- BRASIL. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de vigilância epidemiológica. Brasília: Ministério da Saúde; 2002. Tuberculose; p. 12-3.
- BRASIL. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Vigilância em Saúde. Situação da tuberculose no Brasil. Brasília: Ministério da Saúde; 2012.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Tuberculose na atenção primária à saúde. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2011. 131 p.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico. 44 (1), 2013.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico. n.9, v. 45, p. 1-5, 2015.
- BRASIL. Sindicato dos Médicos do Pará (SINDMEPA). Pará lidera casos de Tuberculose. 2015. Disponível em: <<https://sindmepa.org.br/2015/03/para-lidera-em-casos-de-tuberculose/>>. Acesso em: 05 de Maio de 2020.
- BRASIL. Sistema Nacional de Vigilância em Saúde: Relatório de Situação - Pará. Brasília/DF, 2006.
- BRASIL. Tuberculose Belém: Incidência Por Faixa Etária e Sexo. Secretaria Municipal de Saúde. Belém-Pa, 2008.

- BRITO, M. L; Santana, Z. R. D; Maia, R. et al. Qualidade das Baciloscopias de escarro realizada em unidades laboratoriais no município de Belém Pará. *Jornal brasileiro de Pneumologia, Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia*. Brasília – DF, 2008. Cad. saúde colet. n.3, v.15, p. 417-424. Rio de Janeiro, 2008.
- CAMPOS H. S. Etiopatogenia da tuberculose e formas clínicas. *Pulmao RJ*. n.1, v. 15, p. 29-35. Rio de Janeiro, 2006.
- CHAIMOWICZ F, MIRANDA S.S. Tuberculose pulmonar. In: Freitas EV, Py L, Nery AL, Cançado FAXC, Gorzoni ML, Doll J. *Tratado de geriatria e gerontologia*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2011. p. 644-56.
- CHAVES, E. C. Aspectos epidemiológicos, clínicos e evolutivos da tuberculose em idosos de um hospital universitário em Belém, Pará. *Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.* n. 1, v. 20, p. 47-58. Rio de Janeiro, 2017.
- DIAS, J. R. P. et al. Análise do perfil clínico-epidemiológico dos idosos portadores de hipertensão arterial sistêmica nas microáreas 4, 6 e 7 da USF Tenoné. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 2, p. 2-41. São Paulo, 2019
- FREITAS, W. M. T. M. et. al. Perfil clínico-epidemiológico de pacientes portadores de tuberculose atendidos em uma unidade municipal de saúde de Belém, Estado do Pará, Brasil. *Rev Pan-Amaz Saude*. n. 2, v. 7, p. 45-50. Belém, 2016.
- GONÇALVES, A. F. Perfil Epidemiológico de Casos de Tuberculose no Município de Paragominas-PA. *Revista Saúde e Meio Ambiente – RESMA, Três Lagoas*, v. 9, n.2, pp. 34-48, Agosto/Dezembro. 2019.
- HIJJAR M. A. Retrospecto do controle da tuberculose no Brasil. *Rev Saude Publica*. n.1, v. 41, p. 50-58, 2007.
- HINO P. A ocorrência da tuberculose em um distrito administrativo do município de São Paulo. *Esc Anna Nery (impr.)*. n. 1, v. 17, p. 153-159, São Paulo, 2013.
- LEAL, B. N. et. al., Análise espacial em tuberculose e a rede de atenção primária em saúde. *Rev Bras Enferm*. n. 72, v. 5, p. 1262-1267. Belém, 2019.
- LEÃO, R. N.Q. *Medicina Tropical e Infectologia na Amazônia*. Editora Samauma, v. 2, p. 1101-1138, 2013.
- LIMA, S. S. *Epidemiologia Espacial da Tuberculose em Belém do Pará*. Tese apresentada ao Programa de PósGraduação em Biologia de Agentes Infecciosos e Parasitários do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Pará. Belém, 2014.
- LIMA, S. S. et. al. Análise espacial da tuberculose em Belém, estado do Pará, Brasil. *Rev Pan-Amaz Saude*. n. 2, v. 8, p. 57-65. Belém, 2017.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. Estabelece procedimentos para elaboração, implementação e acompanhamento da Programação Pactuada e Integrada de Vigilância em Saúde – PPI-VS. Disponível em: <<https://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2016/junho/24/2.b%20Inst.Normativa%20PPI%20VS.pdf>>. Acesso em: 06 de maio de 2020.

OLIVEIRA, H. B., MOREIRA-FILHO, D. C. Abandono de tratamento e recidiva da tuberculose: aspectos de episódios prévios, Campinas, SP, Brasil, 1993-1994. *Revista de Saúde Pública*. n.5, v. 34, p. 437-443, São Paulo, 2000.

Organização Mundial da Saúde. *Global tuberculosis report*, 2013. Geneva: WHO; 2013.

Organização Mundial da Saúde. *Tuberculose & tabagismo*. Genebra: OMS; 2009.

PEREIRA, L. F. S. et. al. Epidemiologia da tuberculose no estado do Pará. *Braz. J. Hea. Rev.*, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 800-808, mar./apr. 2019.

PINHEIRO et al. Subnotificação da tuberculose no Sistema de Informação de Agravos e notificação (SINAN): abandono primário de bacilíferose captação de casos em outras fontes de informação usando linkage probabilístico. *Caderno de Saúde Pública*, v. 28, p. 1559-1568, 2012.

RIBEIRO, W. A. TUBERCULOSE: Um Perfil Epidemiológico dos Municípios de Belém e Ananindeua-PA No Período de 2006 a 2008. v. 25, n. 1. Belém, 2011.

SAN PEDRO A, OLIVEIRA RM. Tuberculose e indicadores socioeconômicos: revisão sistemática da literatura. *Rev Panam Salud Publica*. n. 4, v.33, p. 294-301.

SANTOS, B. O. et. al. Análise espaço-temporal da incidência de tuberculose na atenção primária. Santos et al. *Pará Res Med J*. n. 2, v. 1.

Vendramini S. H. F. et. al. Tuberculose em município de porte médio do sudeste do Brasil: indicadores de morbidade e mortalidade, de 1985 a 2003. *J Bras Pneumol*. n. 3, v. 31, p. 237-243, 2005.

XAVIER M. I. M. BARRETO M. L. Tuberculose na cidade de Salvador, Bahia, Brasil: o perfil na década de 1990. *Cad Saude Publica*. n.2, v.23, p. 445-453. Bahia, 2007.

XAVIER, M. I. M., BARRETO, M. L. Tuberculose na cidade de Salvador, Bahia, Brasil: o perfil na década de 1990. *Caderno de Saúde Pública*. n.2, v. 23, p. 445-453, 2007.



**FÉ E RELIGIOSIDADE
NO CÍRIO DE NAZARÉ:
componente metafísico
melhorando a aptidão
física.**

FÉ E RELIGIOSIDADE NO CÍRIO DE NAZARÉ: componente metafísico melhorando a aptidão física.

Gilberto Cardoso Bahia
Bruna Maria Monteiro Ferreira
Valéria De Nazaré Alves De Paula

RESUMO

Na premissa de supor que um corpo condicionado athleticamente é aquele que se apresenta saudável em vários parâmetros, como mente, metabolismo orgânico, relações sociais, entre outros, afastamos de proposições que vão além da visão científica pragmática (restritas aos naturais, exatas e até humanas), como as observadas nas dimensões metafísicas, de espiritualidade, religiosidade e fé. Desde os primórdios da civilização humana, têm-se relatos da influência direta de fenômenos metafísicos relacionados aos físicos. Estes agindo em uma correlação harmônica de benefício da saúde do corpo e da mente – “*Mens sana in corpore sano*” – ratificado nos métodos de tratamento da medicina tradicional chinesa, homeopatia, quiropraxia, massoterapia, etc. Nessa visão, leva-se ao questionamento de: serão a fé e a religiosidade, as ferramentas metafísicas motivacionais que proporcionam a superação física necessária para realizar seu propósito? Com o objetivo de identificar quais fatores metafísicos estão associados à melhora da aptidão física, de peregrino, oriundos do município de Castanhal/PA, que não são condicionados, e nem habituados à prática esportiva, na longa e exaustiva caminhada até Belém – Pará e na procissão do Círio de Nossa Senhora de Nazaré. A pesquisa é de campo, com abordagem qualitativa, que apresenta um enfoque fenomenológico, de caráter descritivo antropológico, com a análise de questionários semiabertos e de observação comportamental dos sujeitos, a partir de dados inseridos em programa de computador, usado para levantamento de categorias linguísticas relevantes – IRAMUTEQ. Onde se obteve que a espiritualidade, inseridas na fé e na religiosidade são fatores fortalecem o corpo durante a peregrinação.

Palavras-chave: Metafísica, Religiosidade, Fé, Aptidão física.

ABSTRACT

In the premise of supposing that an athletically conditioned body is one that presents itself healthy in several parameters, such as mind, organic metabolism, social relations, among others, we depart from propositions that go beyond the pragmatic scientific view (restricted to the natural, exact and even human ones), such as those observed in the metaphysical, spirituality, religiosity and faith dimensions. Since the dawn of human civilization, there have been reports of the direct influence of metaphysical phenomena related to physicists. These acting in a harmonic correlation of benefit to the health of the body and mind - “*Mens sana in corpore sano*” - ratified in the methods of treatment of traditional Chinese medicine, homeopathy, chiropractic, massage therapy, etc. In this view, it leads to the question: are faith and religiosity, the motivational metaphysical tools that provide the physical overcoming necessary to accomplish its purpose? In order to identify which metaphysical factors are associated with the improvement of physical fitness, of pilgrims, from the municipality of Castanhal / PA, who are not conditioned, nor used to sports, in the long and exhausting walk to Belém - Pará and in procession of the Círio de Nossa Senhora de Nazaré. The research is field-based, with a qualitative approach, which presents a phenomenological focus, of an anthropological descriptive character, with the analysis of semi-open questionnaires and behavioral observation of the subjects, based on data inserted in a computer program, used to survey linguistic categories. relevant - IRAMUTEQ. Where it was found that spirituality, inserted in faith and religiosity are factors that strengthen the body during the pilgrimage.

Keyword: Metaphysics, Religiosity, Faith, Physical fitness

RESUMEN

En la premisa de suponer que un cuerpo atléticamente condicionado es aquel que es sano en varios parámetros, como la mente, el metabolismo orgánico, las relaciones sociales, entre otros, nos alejamos de proposiciones que van más allá de la visión científica pragmática (restringida a lo natural). , exactos e incluso humanos), como los observados en las dimensiones metafísica, espiritual, religiosidad y fe. Desde los albores de la civilización humana, ha habido informes de la influencia directa de fenómenos metafísicos relacionados con la física. Estos actúan en una correlación armónica de beneficio para la salud del cuerpo y la mente - “Mens sana in corpore sano” - ratificado en los métodos de tratamiento de la medicina tradicional china, homeopatía, quiropráctica, masajes terapéuticos, etc. Desde esta perspectiva, conduce a la pregunta: ¿son la fe y la religiosidad las herramientas metafísicas motivacionales que brindan la superación física necesaria para lograr su propósito? Para identificar qué factores metafísicos se asocian a la mejora de la forma física, los peregrinos del municipio de Castanhal / PA, que no están ni acondicionados ni acostumbrados a los deportes, en la larga y agotadora caminata hasta Belém - Pará y en procesión por el Círio de Nossa Senhora de Nazaré. La investigación es de campo, con un enfoque cualitativo, que presenta un enfoque fenomenológico, de carácter antropológico descriptivo, con el análisis de cuestionarios semiabiertos y observación conductual de los sujetos, a partir de datos ingresados en un programa informático, utilizado para Encuesta de categorías lingüísticas relevantes - IRAMUTEQ. Donde se constató que la espiritualidad, incrustada en la fe y la religiosidad son factores que fortalecen el cuerpo durante la peregrinación.

Palabras clave: metafísica, religiosidad, fe, aptitud física.

INTRODUÇÃO

É de senso comum acreditar que determinadas situações que ocorrem naturalmente em nosso cotidiano físico não têm relação direta com fatores que vão além de nosso conhecimento científico. Pois estes ultrapassam o bom senso, e beiram a visão pragmática que a ciência nos impõe. Assim somos induzidos a pensar que saúde, fé e religiosidade são totalmente distintas, quando na verdade estão conectadas diariamente sem percebermos.

Processos metafísicos, ditas até sobrenaturais, se apresentam mais normalmente do que se pode imaginar, como, por exemplo, na medicina tradicional chinesa (MTC), usada por milênios, que, até hoje, acumula adeptos por todo o mundo. Descrita por Cintra (2010, p. 15), como:

[...] uma racionalidade diferente da Biomedicina Alopática e envolve, do diagnóstico ao tratamento, intervenções diretas no corpo humano e uma cosmologia *vitalista*, ou seja, fundamentada na ideia de que a energia (Qi) organiza a matéria orgânica. A centralidade do corpo tanto na terapêutica quanto na cosmologia instigou-nos a indagar como se percebe o corpo a partir do contato com a MTC.

Esta indagação se dá sem nos afastarmos de outros métodos de cura observados na medicina alternativa, como Ayurveda, homeopatia, naturopatia, massoterapia, quiropraxia,

entre outros tantos, que buscam a partir de um conceito metafísico, agir diretamente no plano físico, para a melhora do corpo e sanidade de pessoas doentes.

Entretanto, temos a real dimensão de que a fé e a religiosidade são fatores descritos no plano supra sensorial, que vão além da compreensão humana, e fundamentam o pensamento filosófico da metafísica, forçando-nos a pensar, de forma racional e coerente: como determinadas pessoas conseguem reverter casos graves de enfermidades, retornar de longos estados de coma irreversíveis, uma mãe conseguir erguer um carro para tirar seu filho de baixo, ou até mesmo, suportar grandes sacrifícios impostos ao corpo em detrimento da crença religiosa e da fé.

Com isso, a partir de uma visão holística, o presente trabalho busca analisar como processos metafísicos, como a fé e a religiosidade, podem de forma direta e determinante afetar a aptidão física de indivíduos, que não possuem o preparo atlético adequado para suportar tamanho sacrifício de uma peregrinação extensa, como a romaria de caminhada do município de Castanhal-PA até a capital, Belém, e a do Círio de Nazaré (Belém – Pará).

Neste sentido, temos uma sólida relação com fenômenos sócios-culturais, observados na corporeidade destes romeiros, onde tamanha manifestação de fé está intimamente ligada ao comportamento religioso observado comumente na regionalidade destes, transcendendo questões do plano físico para o plano espiritual (metafísico).

Quando se parte do pressuposto que um corpo saudável e condicionado fisicamente é aquele que apresenta uma formação atlética bem estruturada, e homeostaticamente regulado, acreditando-se, dessa maneira, que não existe algo além do plano estrutural e racional, observado na organogênese deste indivíduo.

Porém, faz-se necessária uma análise de um todo, sabendo que de acordo com a OMS (Organização Mundial da Saúde), um corpo saudável é o que apresenta uma normalidade no funcionamento orgânico, mental, social e por que não inserir espiritual.

Com isso, levamo-nos a analisar de que modo e como uma pessoa sem as condições físicas adequadas para realizar uma atividade, que exige um grande recurso ativo do corpo, consegue de forma eficiente cumprir seu objetivo? Pois é fato que qualquer peregrinação de longa trajetória se torna dificultosa deste ponto de vista, requerendo uma preparação e condicionamento físico, tornando-se até determinante e essencial para a realização de todo seu trajeto, trazendo à pessoa um condicionante de dor e sofrimento, descrito por Duarte (1998, p.13)

Nas línguas latinas, a categoria 'sofrimento' alternativa à de 'dor', constitui uma dessas formas inevitáveis para lidar com a dimensão entranhada do adoecimento [...] a experiência de uma disrupção das formas e funções regulares da pessoa, implica

necessariamente o 'sofrimento', quer se entenda no sentido físico mais restrito, quer se entenda no sentido 'moral' abrangente, em que o estamos aqui empregando e que engloba, o sentido físico.

Ainda encontramos, em alguns casos, pessoas doentes e portadores de deficiência seguindo seu percurso em busca de seu bem-estar espiritual.

Agora, como romeiros e peregrinos, que efetivamente não apresentam um treinamento direcionado para este processo, conseguem cumprir sua meta? Será que algo além do plano físico contribui para tal fato se concretizar?

Sendo assim, questionamos: serão a fé e a religiosidade, as ferramentas metafísicas motivacionais que proporcionam ao peregrino/romeiro a superação física necessária para realizar seu propósito?

Estes são os questionamentos básicos para a realização deste estudo.

Paradigma quântico, a metafísica e sua relação com bem-estar físico:

Não é de hoje que temos relatos que fé e religiosidade se mostram presentes na vida cotidiana de muitas pessoas. Ela se estabelece nas pequenas coisas, quase imperceptíveis ao nosso entendimento pragmático; porém, se faz mais nítida nas coisas que transcendem a nossa percepção limitada, como um milagre, a força interior de um atleta estafado em cruzar a linha de chegada, a força de viver de uma pessoa acometida por uma grave enfermidade, sendo estes alguns exemplos que possam demonstrar que existe algo, além do plano físico perceptível, que estimule e provoque uma mudança de comportamento positivo.

Estudos antropológicos atuais têm mostrado que a visão religiosa continua presente em todos os estratos sociais, como parte importante da compreensão do processo saúde e doença (IBÁÑEZ et al., 2000), levando-nos a relacionar fé religiosa e sanidade física. Sendo este autor, precisamente, a nossa base teórica de construção e referencial de consulta para a construção desta pesquisa, entre outros autores, que irão fundamentar toda as hipóteses construídas.

A medicina psiquiátrica acredita que tal relação entre saúde e religião está ligada a uma questão de neurose universal, descrita por Freud (1907) como doença de desordem obsessiva compulsiva de pessoas mentalmente perturbadas. Contudo, de acordo com Panzini (2007, p. 109):

[...] desde a Assembleia Mundial de Saúde de 1983, a questão de incluir uma dimensão 'não material' ou 'espiritual' de saúde vem sendo discutida extensamente a ponto de haver uma proposta para modificar o conceito básico de 'saúde' da OMS, para 'um estado dinâmico de completo bem-estar físico, mental, espiritual e social e não meramente a ausência de doença.

Sendo assim, podemos perceber que o conceito de saúde e bem-estar vai além do corpo físico e alimentação saudável, como é dito popularmente.

Este fato se torna bem evidente quando nos deparamos com um novo modelo de correlação entre saúde e espiritualidade, o chamado ‘Paradigma quântico’, que em seu cerne descreve que o corpo e a alma, são unidades distintas que interagem de forma a preservar o bem-estar físico do indivíduo.

Descartes em 1619, já refletia sobre estes fatores em sua obra, *Discurso do método: regras para direção do espírito* (pg. 09):

Meu corpo, como posso ver claramente, é uma substância. É uma substância material, assim como minha alma é uma substância pensante. A coisa chamada eu, consiste de duas partes distintas - a máquina que se move, ou corpo, e a mecânica que pensa, ou a alma.

Imortalizando a alma pensante (DESCARTES, 1619 p. 09):

[...]isto infiro que sou uma substância cuja natureza toda consiste em pensar e para cuja existência não há necessidade de lugar nenhum, nem Ele depende de nenhuma coisa material; de sorte que *eu*, isto é, a alma pelo que sou, é inteiramente distinta de meu corpo e é até mais fácil de ser conhecida do que este último; e mesmo se o corpo não existisse, não deixaria a Alma de ser o que é.

Neste pensamento clássico, positivista e tecnicista, vemos então corpo e alma distintos, unidades separadas de um todo, ponto que a física quântica em seu novo paradigma científico, procura agregar de forma a construir um conjunto unitário, superando a dicotomia apresentada por Descartes, em seu dualismo cartesiano.

Temos então, o entendimento deste modelo quântico na descrição de Freire em seu artigo digital ‘*Da Física Quântica à Espiritualidade*’ (2008, p. 32):

[...] o homem será entendido não mais como um casual amontoado de órgãos, porém um domínio unitário de campos quânticos sutis produzidos e organizados pela consciência, estabelecendo-se a perfeita fusão de sua trindade consubstancial – matéria, energia e espírito.

O autor ratifica seu conceito quântico, na premissa de bem-estar físico e melhora da saúde quando pontua: “Em apoio à medicina, ciência e religião voltarão a se unir, proporcionando ao homem o almejado bem-estar e o equilíbrio que ele sempre aspirou”. (FREIRE 2008, p. 33)

Outra relação positiva, em que a fé e a religiosidade estão associadas ao bem-estar físico, se encontra nos baixos índices de suicídio, abuso de drogas e álcool, comportamento

delinquente, satisfação marital, sofrimento psicológico e alguns diagnósticos de psicose funcional, como a depressão, ansiedade e stress (Rocha, 2002).

Com isso, a parede entre medicina e espiritualidade está ruindo, como descreve Panzini et al. (2007, p. 106): “[...] médicos e profissionais de saúde têm descoberto a importância da prece, da espiritualidade, e da participação religiosa na melhora da saúde física e mental, bem como para responder a situações estressantes de vida”.

E é fato que o flagelo e sacrifício, expostos na peregrinação durante as procissões do Círio de Nazaré, abalam física e mentalmente seus adeptos. Entretanto, o processo se torna atenuado, pela crença religiosa destes, fortificada pela fé em cumprir uma determinada promessa, finalizando seu objetivo com alegria e paz interior.

A questão principal é que tanto a crença religiosa, a espiritualidade, a fé entre outros componentes, não estão associados cientificamente ao plano físico, e sim ao plano metafísico (acima do natural – sobrenatural), algo improvável pelo método científico moderno, pois não possuem variáveis mensuráveis neste padrão quantitativo cartesiano.

Algo enfatizado no texto digital, de um artigo antropológico, (CLEUTIGRE, 2015, p.05):

[...] Uma das maneiras mais efetivas de se atribuir regras e leis quando não se consegue explicar aos outros o motivo ou vantagens delas é atribuí-las a algo maior, superior, que deve simplesmente ser seguido, seja com ideia de um líder com aptidões divinas, ou combinando com conceitos metafísicos que os justifiquem.

Neste aspecto podemos enfatizar que, dentro do pensamento metafísico, temos Deus como máxima entidade divina, e que rege os padrões inexplicáveis pela ciência e a Ele se atribuem os fatos injustificáveis observados neste plano físico.

Sendo assim, Deus, ratificado no título de Garrett (2008): “*Metafísica: conceitos-chaves em filosofia*”, tornar-se a “Obra” metafísica mais complexa, pois discute-se a sua existência em múltiplas dimensões, que permeiam a ideologia supranaturalista, como: a ontológica (relacionada com o estudo do ser, da existência e da própria realidade); a cosmológica (relacionada ao ramo da astronomia que se foca em estudar a origem, a evolução, a composição e a estrutura do Universo) e a teleológica (relacionada à ciência que tem a finalidade como essencial na explicação das modificações que ocorrem na realidade).

Baseado neste fundamento, Freire (2008, p.37) conclui de forma concisa e objetiva em seu artigo supracitado dizendo: “Assim religião e ciência, urdindo seus preceitos fundamentais, encontrar-se-ão no palco da imponderabilidade quântica, dando-se as mãos, em perfeita concórdia, na condução do homem às fronteiras do Infinito”.

Com isso, a relação religião, espiritualidade e fé, como componentes metafísicos e o bem-estar físico e mental melhorando a qualidade de vida, como componente físico, estão evidentes em vários aspectos epistemológicos da ciência, que demonstra o descrito por Williams Shakespeare, em sua peça Hamlet (ato I, cena V): “Há mais coisas entre o céu e a terra do que sonha nossa vã filosofia”.

Corporeidade, religiosidade e fenômeno sociocultural:

Para uma reflexão mais abrangente temos que a espiritualidade, observada nas manifestações de peregrinação, está intimamente ligada à processos de corporeidade, onde corpo, mente e espírito, estão fundidos em uma trilogia que ultrapassa a visão limitada e restrita da razão científica, como descreve Lima (2015, p. 46):

[...] a peregrinação como experiência do corpo em sacrifício, em devotamento ao sagrado, em busca da nova síntese do eu, nos leva à vivência da corporeidade como necessária à presença do indivíduo no mundo como totalidade em equilíbrio entre a mente e o espírito, abandonando o lugar de corpo utilitário.

Transportando o pensamento de que o martírio imposto pela peregrinação nos leva a viver a corporeidade como alicerce para o equilíbrio de corpo, mente e espírito, observado no ‘Paradigma quântico’.

Podemos citar também que a corporeidade se estabelece, na sociedade por meio de experiências coletivas, onde se pode ter vivências culturais inseridas no cotidiano de vida de cada sujeito social (Lima, 2015). Desse modo, acredita-se que a noção de corporeidade que temos se dá pelos saberes vividos na cultura de cada povo e sua região, dando identidade ao corpo social.

Este fenômeno religioso se manifesta na corporeidade social dos romeiros, a partir do martírio da peregrinação que estes impõem aos seus corpos não preparados para suportar este sacrifício. Sendo assim, a relação entre corporeidade, vivência sociocultural, paradigma quântico e religiosidade se mostra evidente na peregrinação evidenciada na caminhada durante o período do Círio de Nazaré, no trajeto Castanhal (PA) – Belém (PA).

O município de Castanhal está localizado na região nordeste do estado do Pará, a 54 Km, da capital Belém, com uma população de 173.277 habitantes, de maioria católica (aproximadamente 120.000 habitantes), de acordo com o censo de 2018 (IBGE), em uma área de 1030 Km² e PIB per capita acima de R\$ 18.000,00, que se mostra como um local de médio índice de desenvolvimento econômico.

Experiências vividas neste campo, o da peregrinação, constrói o corpo em sua razão religiosa, existencial, social e cultural, moldando os saberes antropológicos, nas premissas espirituais e humanas, instituindo uma nova visão de corpo e corporeidade, transformando o sujeito social e aproximando-o do divino.

Lima (2015, p. 48), descreve tamanha metamorfose da seguinte maneira: “Acreditamos, portanto, que a peregrinação dá acesso à transformação do sujeito que é um ser corpóreo, religioso e desejoso de ressignificações”. Ou seja, Corporeidade é peregrinar.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi realizada de forma descritiva qualitativa, que de acordo com Cervo; Bervian; Da Silva (2007) o pesquisador observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos, que podem variar, sem manipulá-los, procurando descobrir com maior exatidão possível a frequência com que o fenômeno ocorre, e sua interação com outros diferentes e com suas características. Com uma abordagem fenomenológica de Husserl, cujo o interesse não é o mundo que existe, mas sim o modo como o conhecimento do mundo se realiza para cada pessoa. A partir dos relatos de um grupo focal de peregrinos/romeiros do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, que fazem o trajeto do município de Castanhal – PA, até Belém, capital paraense.

Nesta perspectiva, a fenomenologia se torna a abordagem mais eficiente e positiva, pois mostra detalhada a descrição da ação do sujeito, como descreve Dentz (2009, p. 44-45), parafraseando Charles Sanders Peirce (1839-1914):

[...]entende a fenomenologia como a ciência dos modos de aparecimento dos fenômenos. Pensamos que as condições ontológicas de possibilidade da investigação fenomenológica são sustentadas por três pilares centrais: (1) a manifestação qualitativa do fenômeno, (2) a expressão existencial do percepto como alguma coisa real e (3) a regularidade ontológica apresentada pelo fenômeno, dada por sua matriz eidética de hábitos consolidados.

Esta peregrinação de longa distância, entendendo-se que é um trajeto realizado a pé, faz parte do perfil cultural da região, onde devotos adeptos da religião católica mostram-se harmonicamente relacionados com o sacrifício e o flagelo impostos pela condição da caminhada, realizando-o de maneira a encontrar paz e conforto espiritual.

O grupo focal, ao qual o estudo se destina, se deu de vinte indivíduos de ambos os sexos com faixa etária entre 18 e 48 anos, todos peregrinos contumazes ao trajeto, sendo a maioria residentes do município de Castanhal no Pará e/ou arredores desta localidade, excluindo-se

aqueles que fazem o trajeto pela primeira vez no ano. A escolha por um grupo focal se baseia na premissa:

[...]da comunicação e na interação. Seu principal objetivo é reunir informações detalhadas sobre um tópico específico (sugerido por um pesquisador, coordenador ou moderador do grupo) a partir de um grupo de participantes selecionados. Ele busca colher informações que possam proporcionar a compreensão de percepções, crenças, atitudes sobre um tema, produto ou serviço. (KITZINGER, 2000, p. 27)

A abordagem dos pesquisados se deu de forma direta, alguns no início da peregrinação, e outros ao longo do trajeto, em pontos aleatórios na rodovia (BR-316). E todos assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) explicitando a manutenção do anonimato e não divulgação dos dados, que não sejam para fins acadêmicos.

A coleta se deu no período que antecede, ou seja, dois dias antes da festa religiosa que culmina sempre no segundo domingo de mês outubro de 2019.

Visando entender os sacrifícios nos múltiplos contextos que cada participante esteve sujeito, procurou-se fazer uma coleta de dados, a partir de um questionário semiaberto, contendo 6 perguntas, acreditando que este método de coleta se faz mais abrangente e coerente, pois cada participante pôde relatar, à sua maneira, as situações encontradas ao longo do percurso, suas angústias e suas motivações passivas e ativas.

A análise dos dados foi feita a partir da descrição qualitativa de seus relatos de caso, observados em seus questionários. Por meio de um programa digital de análise de categorias linguísticas, chamado IRAMUTEQ, usado para destacar de forma diferenciada os grupos categóricos de palavras, e assim demonstrar quais as mais relevantes nas respostas dos participantes.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

A partir dos resultados da análise feita pelo Iramuteq e alguns relatos escolhidos aleatoriamente, a discussão será desenvolvida diante a cada pergunta, pois desta forma é possível uma compreensão específica de cada resultado apresentado.

Pergunta 1- Qual sua principal motivação para acompanhar a peregrinação/romaria?



promessa
ao fé senhor
principal ano
motivação

Alguns relatos: “promessas e fé que tenho em Maria e no seu filho Jesus Cristo”

De acordo com o quadro do Iramuteq e o relato acima, entendemos que a principal motivação é a fé e as promessas feitas como forma de doação e/ou provação de uma graça divina. Corroborando a esta premissa, temos Lima (2015, p. 91), que reforça como “[...] o sagrado encontra-se no percurso, no movimento, no olhar intenso para o dele, na imagem santa, na promessa feita e cumprida, nas dores do corpo e da alma e no desafio alcançado”.

Entendendo-se deste modo, que o componente motivacional observado para que a prerrogativa de se submeter a um martírio da árdua caminhada e cumpri-la de forma satisfatória está presente na fé e na crença religiosa de seus partícipes, aumentando a sua autoconfiança ante as dores físicas e ao cansaço extremo em que o corpo é submetido durante o trajeto.

Deste modo, fortalecendo que a fé religiosa é um fator que se torna preponderante para que os peregrinos consigam realizar seus objetivos e cumprirem suas promessas prévias.

Pergunta 2- Qual a principal dificuldade sentida, para o cumprimento da peregrinação/romaria?



Alguns relatos: “a dificuldade deve ser a falta de atividade física”

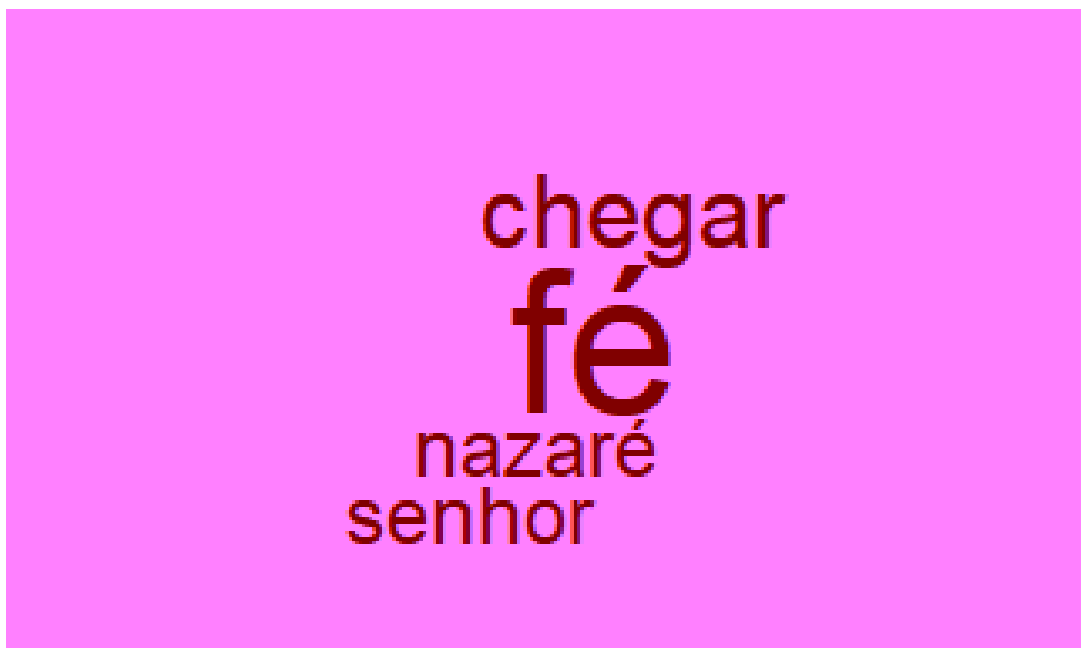
Diante desses relatos pode-se refletir sobre a preparação física, que a maioria dos romeiros não tem, e os malefícios que essa falta pode trazer. Nos levando a considerar que, tal sacrifício imposto aos seus corpos poderia ser relativamente amenizado com um bom preparo de suas competências físicas ante as várias dificuldades encontradas ao longo da peregrinação.

Sendo esta dor e a falta de preparo físico, compensadas pela crença religiosa que estes apresentam, fortalecendo seus corpos e dando a motivação necessária para cumprirem seus objetivos.

Ratificando este pensamento temos Panzini (2007) que demonstra que a frequência religiosa também esteve consistentemente associada à melhor saúde física, como os exemplos de resistência observados no trajeto longo de Castanhal à capital Belém.

Sendo a crença na vida religiosa e espiritual o fator que impõe a superação das mazelas do corpo e da alma, fazendo-os crer na salvação de seus espíritos através do suplício de seus corpos.

Pergunta 3- A que você atribui conseguir cumprir todo o trajeto da peregrinação/romaria?



Alguns relatos: “Somente a fé nos faz chegar até lá”

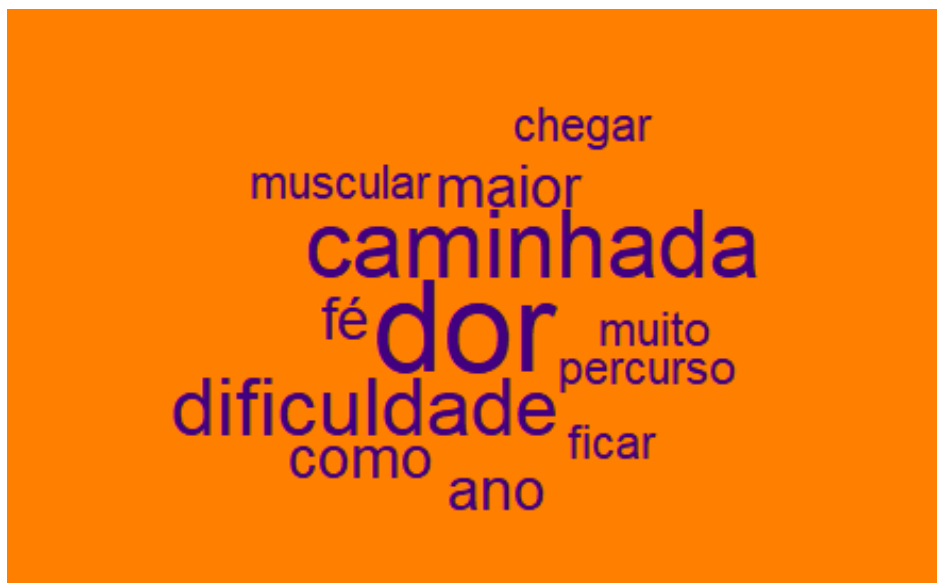
Compreendemos que mesmo com todas as dificuldades apresentadas na pergunta anterior, a fé novamente é citada como a principal fonte de motivação. Ela está presente em todo o trajeto, entretanto, a chegada é de suma importância, pois é na mesma que os peregrinos podem sentir a satisfação de promessa cumprida, e assim atingir seu bem-estar mental e espiritual, deixando de lado as dificuldades físicas encontradas ao decorrer do trajeto.

Até mesmo o estudo da física nos mostra que “De fato, torna-se lícito que, se consciência humana existe, interfere e produz a realidade física, ela necessariamente advirá de alguma fonte abstrata, comum e superior. (FREIRE, 2008, pg 8.)

Concordamos com essa linha de raciocínio quando nos deparamos com os peregrinos que superam suas dores físicas e focam nos seus objetivos psicológicos, que são sustentados apenas por fé.

A partir deste pensamento e da resposta escolhida, entende-se que para esses peregrinos somente a fé é capaz de superar quaisquer dificuldades e levar a conclusão de um objetivo, ignorando obstáculos presentes, e satisfazendo sua espiritualidade.

Pergunta 4- Faça um breve relato da dificuldade enfrentada em sua peregrinação/romaria:



Alguns relatos: “Como em qualquer outra caminhada, tem as dificuldades de sempre, físico e mental, mas nessa caminhada há um sentimento que faz total diferença para que se cumpra toda a caminhada, que é a fé”.

Podemos afirmar diante desses dados e relatos que a fé é o início, meio e fim de todo o trajeto. Tamanha afirmação apenas corrobora o que foi descrito nas questões anteriores, sendo a principal motivação que impulsiona os peregrinos durante o trajeto é sua forte crença na divindade e a fé que estes apresentam.

A busca pela superação das limitações musculares, articulares, mentais e espirituais se dá ao fato de acreditar que é possível e que a presença divina sempre os amparará nos momentos de grande dificuldade. Acreditar que pode e saber administrar seus sentimentos a sua divindade é o que alimenta a fé de chegar ao objetivo.

Sendo assim, temos um ciclo de retroalimentação onde a fé alimenta a crença e a crença nutre a fé, dando o apoio necessário para que os devotos da divindade cumpram seu martírio no trajeto.

Não há parâmetro que meça o poder da fé, “É provável que tenhamos de desenvolver métodos que além de levar em consideração a complexidade do tema, sejam capazes de melhor definir o papel da religiosidade/espiritualidade/crenças pessoais no processo de adoecimento e sua relação com a qualidade de vida”. (ROCHA, 2002, p. 92).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a compreensão das dimensões da metafísica, de espiritualidade, religiosidade e fé existentes ao entrevistar e observar os peregrinos está comprovado que têm influência e está

relacionado à aptidão física, pois mesmo com dores, cansaço e etc, obtém uma “força”, assim, verificou-se a força na saúde dos peregrinos, porém alguns ainda não têm o hábito das atividades físicas.

Sendo assim, constatamos nesta pesquisa que como futuros profissionais da área da Educação Física, sabemos a importância que os profissionais da área devem ter, e investir mais em transmitir o conhecimento dos maiores benefícios da aptidão física para a saúde e promover o incentivo a prática de atividades que levem as pessoas que participam de peregrinações pela fé, assim, com a dimensão da fé, a buscarem trabalhar para o seu bem-estar através dessa prática.

Vale constatar que nesta pesquisa, percebe-se a essência da cultura do pagador de promessa, quando o mesmo supera o seu próprio limite, para que consiga chegar ao seu objetivo final, que é na Basílica de Nossa Senhora de Nazaré, supera tudo, tempo, sol, chuva, cansaço, dores, etc, pois partir do município de Castanhal é realmente impressionante a todos, não apenas da área de saúde, como também mais especificamente, aos profissionais de Educação física e toda a população que acompanha por meio das mídias e TVs.

Outro fator importante, que é o que foi apresentado nos estudos teóricos desta pesquisa, pois se estudou sobre a Metafísica, Deus e a Fé, no entanto, constatamos que mesmo com múltiplas dimensões complexas da metafísica, com toda a busca da compreensão e estudos da existência humana e sua relação com o Universo desde a sua origem e evolução, a ciência tem a finalidade de buscar explicar, comprovar e demonstrar as atividades decorrentes na realidade e do proposto nesta pesquisa.

Por fim, é necessário que se haja uma associação do potencial físico, da aptidão física para a saúde da população pagadora de promessa, ou seja, onde os peregrinos obtenham consciência, buscando se preparar mais para que melhorem sua aptidão física e sua saúde. Porém, compreendemos que sua fé os faz ultrapassarem todos os obstáculos, entretanto, se a prática de atividades físicas fosse mais frequente entre essa população, as dificuldades como cansaço e dores amenizariam.

Como sugestão final, em compreensão da cultura de um povo que é movido pela fé e suas promessas, e em virtude de analisar mais profundamente essa questão, propomos que para melhorar a aptidão física desses pagadores de promessas, houvesse um projeto que inscrevesse, sob forma de cadastro as pessoas que fazem promessa da caminhada de Castanhal – Pa para Belém – Pa, no Círio de Nossa Sra. de Nazaré, para fazer exercícios que melhorem sua saúde física e mental, ou seja, assim criar e cultivar a cultura física de educação para a saúde. Criando um espaço de educação, sensibilização, alerta, provocação sobre a atividade física e a saúde,

onde haja professores da área de educação física dentre outros profissionais da área de saúde e educação, buscando de uma maneira multidisciplinar encaminhar especificamente essas pessoas regadas de fé, para obterem e fortalecerem sua fé na compreensão de que se melhorar sua aptidão física o retorno e consequência de sua fé, será mais positivo.

REFERÊNCIAS

- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia científica. McGraw Hill, 1980.
- CINTRA, Maria Elisa Rizzi. Concepções de Corpo segundo Pacientes e Profissionais de Medicina Tradicional Chinesa do Centro de Saúde Escola do Butantã. 2010. PhD Thesis. Universidade Federal de São Paulo São Paulo.
- DESCARTES, R. Discurso do método: regras para direção do espírito. São Paulo: Martin Claret; 2005.
- DENTZ, R. A Percepção Sensorial e o Pensamento Metafísico: uma inspiração Peirceana. Revista Redescrições – Revista on line do GT de Pragmatismo e Filosofia Norte-americana Ano I, número 1, 2009. Acesso: 14/03/2019
- FREIRE, G. Da física quântica à espiritualidade. In: Salgado, M. Saúde e espiritualidade. São Paulo: Inede, 2008.
- GALVAO, Marli Teresinha Gimenez et al . Esperança em mulheres portadoras da infecção pelo HIV. Rev. esc. enferm. USP, São Paulo , v. 46, n. 1, p. 38-44, Feb. 2012 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342012000100005&lng=en&nrm=iso>. access on 21 Jan. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0080-62342012000100005>.
- GARRETT, B. Metafísica: conceitos-chaves em filosofia. Artmed Editora S.A. São Paulo. 2008.
- IBÁÑEZ, N.; MARSIGLIA, R. Medicina e saúde: um enfoque histórico. In: CANESQUI, A.M. (Org.). Ciências sociais e saúde para o ensino médico. São Paulo: Hucitec, 2000. p.49-74
- KITZINGER, J. Focus groups with users and providers of health care. In: POPE, C.; MAYS, N. (Org.). Qualitative research in health care. 2. ed. London: BMJ Books, 2000.
- LIMA, Marisa Mello de. Uma admirável marcha da esperança: o Caminho da Fé e a corporeidade na peregrinação. 2015. xiv, 114 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação Física) —Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- PANZINI, Raquel Gehrke et al. Qualidade de vida e espiritualidade. Rev. psiquiatr. clín., São Paulo, v. 34, supl. 1, p. 105-115, 2007 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832007000700014&lng=en&nrm=iso>.
- access: on 07 Apr. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0101-60832007000700014>.
- PERES, Julio Fernando Prieto; SIMAO, Manoel José Pereira; NASELLO, Antonia Gladys. Espiritualidade, religiosidade e psicoterapia. Rev. psiquiatr. clín., São Paulo, v. 34, supl. 1, p.

136-145, 2007 . Available from
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832007000700017&lng=en&nrm=iso. access
on 21 Jan. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0101-60832007000700017>.

ROCHA, N. S. Associação entre estado de saúde, espiritualidade/religiosidade/crenças pessoais e qualidade de vida. Dissertação de mestrado. UFRS. 2002.



**OS BENEFÍCIOS DO
EXERCÍCIO RESISTIDO EM
INDIVÍDUOS COM ARTRITE
REUMATÓIDE: Uma revisão
bibliográfica**

OS BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO RESISTIDO EM INDIVÍDUOS COM ARTRITE REUMATÓIDE: Uma revisão bibliográfica

Gilberto Cardoso Bahia
Valéria de Nazaré Alves de Paula

RESUMO

As comorbidades que atingem o sistema osteomusculoarticular, estão crescendo a cada dia, e podemos notar esta crescente no número de adeptos em academias de musculação, buscando reabilitação destas enfermidades, e com isso melhorar sua qualidade de vida. Entre os muitos agravos físicos, observamos a artrite reumatoide, que a cada dia que passa, torna-se mais evidente na população ativa, estando diretamente ligada as conhecidas doenças autoimunes e que podem ser tratadas e reabilitadas a partir de um plano de atividades físicas frequentes. Neste panorama, o presente trabalho busca fazer uma revisão bibliográfica de artigos que mostram o benefício da prática frequente de atividade física para pacientes com o quadro de artrite reumatoide. A pesquisa será bibliográfica, a partir de artigos extraídos diretamente de plataformas como Google acadêmico, Scielo e Periódicos da CAPES, discutindo os dados relevantes da melhora do bem-estar físico de pacientes com a artrite reumatoide e as vantagens da prática regular de atividade física no processo de reabilitação osteomusculoarticular.

Palavras-chave: Artrite reumatoide, atividade física, reabilitação osteomusculoarticular

ABSTRACT

The comorbidities that affect the musculoskeletal system are growing every day, and we can see this growing number of supporters in bodybuilding gyms, seeking rehabilitation from these diseases, and thus improving their quality of life. Among the many physical problems, we observe rheumatoid arthritis, which with each passing day, becomes more evident in the active population, being directly linked to known autoimmune diseases and that can be treated and rehabilitated from a plan of frequent physical activities. In this context, the present work seeks to carry out a literature review of articles that show the benefit of frequent physical activity practice for patients with rheumatoid arthritis. The research will be bibliographical, from articles extracted directly from platforms such as Google Academic, Scielo and CAPES Periodicals, discussing relevant data on the improvement of physical well-being of patients with rheumatoid arthritis and the advantages of regular physical activity in musculoskeletal rehabilitation process.

Keywords: Rheumatoid arthritis, physical activity, musculoskeletal rehabilitation

RESUMEN

Las comorbidades que afectan al sistema musculoesquelético están creciendo día a día, y podemos ver este número creciente de seguidores en los gimnasios de culturismo, buscando rehabilitación de estas enfermedades, y así mejorando su calidad de vida. Entre los muchos problemas físicos, observamos la artritis reumatoide, que cada día que pasa se hace más evidente en la población activa, estando directamente ligada a enfermedades autoinmunes conocidas y que pueden ser tratadas y reabilitadas a partir de un plan de actividades físicas frecuentes. En este contexto, el presente trabajo busca realizar una revisión de la literatura de artículos que muestren el beneficio de la práctica frecuente de actividad física para pacientes con artritis reumatoide. La investigación será bibliográfica, a partir de artículos extraídos directamente de plataformas como Google Academic, Scielo y CAPES Periodicals, discutiendo datos relevantes sobre la mejora del bienestar físico de los pacientes con artritis reumatoide y las ventajas de la actividad física regular en el proceso de rehabilitación musculoesquelética.

Palabras clave: artritis reumatoide, actividad física, rehabilitación musculoesquelética.

INTRODUÇÃO

Cotidianamente é observado a comprovação científica dos benefícios da atividade física de modo geral, para a saúde de seus adeptos. A melhora na qualidade de vida e bem-estar físico e mental, que se nota nos índices positivos de satisfação e autoestima, atrai cada vez mais pessoas ao mundo fitness de ganho de saúde (LIZ, 2016).

Neste sentido temos que o aumento no número de praticantes ao estilo de vida saudável, está diretamente atrelado aos benefícios biopsicossociais que as atividades físicas proporcionam, agregando fatores positivos a sua vida cotidiana e com isso, afastando agravos de saúde que pode restringi-lo a uma vivência social ativa.

Entre estes muitos praticantes da atividade física, observamos indivíduos com comorbidades se inserindo cada vez mais nos ambientes de academias, com notória evolução positiva de suas limitações, impostas por suas enfermidades, e com isso potencializando sua reabilitação neuronal, muscular e articular, a partir da cinesioterapia (KNOB, 2017).

Lesões neuronais, ligamentares, ósseas e articulares, estão entre as mais percebidas no âmbito clínico, levando em consideração agravos que possam causar uma limitação no sistema osteomusculoarticular, promovendo uma perda de massa muscular (sarcopenia) e elevando índice de saúde como triglicerídeos, LDL e glicemia, que podem levar à cardiopatias e derrames, devido a vida sedentária que estas limitações provocam.

Doenças autoimunes, estão também inseridas neste contexto de comorbidades limitantes, pois provocam agravos diretamente relacionadas ao sistema osteomusculoarticular, como a febre reumática, mal de Sjogren e principalmente a artrite reumatoide, podendo todas serem amenizadas e até combatidas de forma efetiva, com atividades físicas reabilitadoras.

Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo, fazer uma revisão bibliográfica de artigos relacionados aos benefícios da atividade física no tratamento e reabilitação de pacientes com artrite reumatoide.

A pesquisa será bibliográfica, a partir de levantamento de artigos extraídos em plataformas como o Google acadêmico, Scielo e periódicos da CAPES, onde a discussão se baseará no contexto geral destes artigos e suas conclusões a respeito dos benefícios do exercício resistido na reabilitação, tratamento e melhora dos quadros de artrite reumatoide.

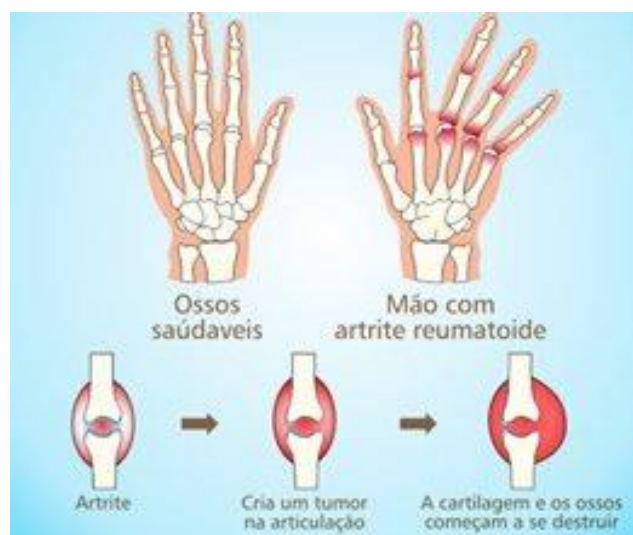
REFERENCIAL TEÓRICO

Artrite reumatoide

De acordo com a Sociedade Brasileira de Reumatologia (SBR), a artrite reumatoide é uma doença inflamatória crônica que pode afetar várias articulações. E atinge mais mulheres que homens em uma proporção de 2:1, podendo iniciar-se a partir dos 30 anos e aumentando a incidência com ao longo da vida.

Entre as articulações mais atingidas temos o punho e a mão, eventualmente a coluna, afetando principalmente a região cervical. De acordo com Goeldner (2011, p. 496), caracteriza-se pela inflamação do tecido sinovial de múltiplas articulações, levando a destruição tecidual, dor, deformidades e redução na qualidade de vida do paciente, sintomatologia típica de processo inflamatório localizado (Figura I). Contudo pode atingir outras partes do corpo como pele, unha, olhos, sangue, sistema nervoso entre outros.

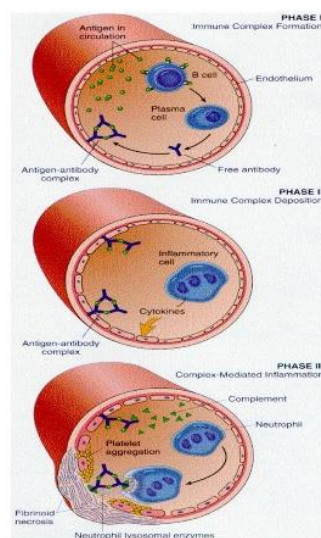
A artrite reumatoide está diretamente relacionada com as conhecidas doenças autoimunes, diagnosticadas a partir de exames de provas de atividade inflamatória como o VHS e a proteína C reativa correlacionam-se com a atividade da doença. Exames de imagem como radiografias, ultrassonografias, tomografias, ressonância, etc podem ser solicitados pelo médico reumatologista após a avaliação de cada quadro clínico individualmente (LAURINDO et al, 2004).



(Figura I)

Para o Núcleo de Estudos de Doenças Autoimunes (NEDAI), as doenças autoimunes se caracterizam por inflamações causadas pelo acúmulo de imunocomplexos formados pela junção de anticorpos com proteínas produzidas pelo próprio corpo, reconhecidos como

antígenos invasores, que sedimentam-se trazendo problemas de saúde a diferentes órgãos do corpo, e principalmente as articulações. (Figura II)



1ª Fase
Formação de
imunocomplexos

2ª Fase
Deposição de imunocomplexos;
Recrutamento e ativação de
leucócitos mediados pelo
complemento e receptor Fc.

3ª Fase
Inflamação mediada por
imunocomplexos e lesão
tecidual.

(Figura II)

Exercício resistido

Para Cuenca et al. (2008), o exercício resistido pode ser conhecido como treinamento com cargas ou treinamento de força, pois leva em consideração o trabalho gerado pelo músculo contra uma resistência contrária, e que é o programa de treinamento que traz benefícios para o aumento de força, aumento de tamanho dos músculos, melhor desempenho esportivo, crescimento da massa livre de gordura e diminuição da gordura corporal.

Benefícios que podemos observar diariamente nos ambientes de prática de atividade física, onde temos o crescimento de adeptos com melhora significativa no estilo de vida e no controle dos índices de saúde como colesterol, triglicerídeos, glicemia e etc.

Ratificada por Matsudo (1997) que descreve os exercícios com pesos como os mais completos entre todas as formas de treinamento físico, capaz de melhorar a forma do corpo, evitam as incapacidades físicas de sedentários e idosos, e contribuem para evitar doenças crônicas como a obesidade, tão bem ou melhor do que outros tipos de atividade física.

Nesta premissa, observa-se um relevante benefício aos adeptos do exercício resistido, para melhora da força, e condicionamento físico, além de proporcionar uma evolução nos quadros de problemas musculoesqueléticos, devido aos movimentos que a prática permite, principalmente os que exploram movimentos multiarticulares aumentando a longevidade de vida.

METODOLOGIA

A pesquisa é de fundo bibliográfico, descrito por Marconi e Lakatos (2001, p. 43-44) como:

[...]trata-se de levantamento de toda a bibliografia já publicada em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto, com o objetivo de permitir ao cientista o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações.

Realizado a partir da análise de artigos que apresentem a relação entre exercício resistido e os benefícios na reabilitação e tratamento de artrite reumatoide publicados a datar dos anos de 2010 até os dias de hoje, excluindo-se todos que não apresentem o perfil adotado na pesquisa.

Os artigos serão extraídos de publicações em sites de referência de pesquisa como Scielo, Google acadêmico e Periódicos da CAPES, fazendo a triagem baseado nos critérios de inclusão relacionados com o tema da pesquisa e escritos em português. Excluindo-se os que não tiverem relevância ao tema proposto, que relaciona artrite reumatoide e exercício resistido e escritos em outros idiomas.

A discussão será feita com a descrição dos apontamentos mais pertinentes dos artigos selecionados, que apontem as vantagens e potencialidades da prática do exercício resistido na reabilitação e tratamento da artrite reumatoide. Enumerando os artigos que fazem a relação da enfermidade e melhora na qualidade de vida com a prática do ER, analisando e descrevendo suas conclusões, efeitos positivos e bem-estar físico dos doentes de artrite reumatoide.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

Avaliação do treinamento resistido progressivo na melhoria da capacidade funcional de pacientes com artrite reumatoide – 2015:

Há 30 anos, as práticas terapêuticas para pessoas com Artrite Reumatoide costumavam ser conservadoras, com estratégias de mobilizações e repouso, devido ao receio de agravar o estado das articulações lesadas (RUTHERFORD; JONES; ROUND et, al., 1990), no entanto, hoje já é conhecido o efeito do exercício físico para a melhora de diversos domínios da vida das pessoas que possuem A.R., assim como o efeito do treinamento resistido como uma das diversas modalidades disponíveis.

Neste artigo em questão, mensurou-se o efeito do Exercício Resistido em pessoas com artrite reumatoide, a partir de testes realizados antes, durante e após treino, utilizando protocolos específicos, pois para Oude Voshaar *et al.* (2011), dentre os diversos instrumentos de avaliação

física disponíveis para o público em questão, os mais comuns são o HAQ para avaliar capacidade funcional e o SF-36, para a qualidade de vida. Além do END para mensurar a diminuição das dores.

Dentre os achados, percebeu-se que os participantes obtiveram melhora do fortalecimento global (medido por dinamômetro de preensão manual) e específico, pois alguns grupos musculares apresentaram melhora significativa ($< 0,05$) da força. Além disso, após 6 semanas de treinamento, os avaliados tiveram uma considerável diminuição nos resultados do HAQ, sugerindo bons efeitos a partir do treinamento resistido para retardar os efeitos da artrite reumatoide.

Não somente após 6 semanas, ao serem reavaliados com 12 semanas corridas, o resultado do teste em questão diminuiu novamente, melhorando, portanto, a capacidade funcional dos indivíduos. Já no quesito “qualidade de vida”, os achados do SF-36 seguiram a mesma linha de melhora do teste anterior, com resultados significativos nos domínios de aspectos sociais, emocionais, saúde mental e vitalidade, com diminuição das dores pelo END, com melhora da força muscular em joelhos, cotovelos, ombros, punhos e mãos.

Ao serem submetidos por exame Doppler, o fluxo sanguíneo dos participantes diminuiu nas comparações antes e após treinamento, corroborando o efeito anti-inflamatório provocado pela prática do exercício físico (ELLEGAARD, TORPPEDERSEN, LUND, et al., 2013), além de estudos de Rahnema e Mazloun (2012) que comprovam que exercícios de força tem bons efeitos na artrite reumatoide, com necessidade de se iniciar a atividade o mais cedo possível para o retardo da doença.

Influência do exercício físico sobre a artrite reumatoide – uma revisão de literatura – 2015:

Dos diversos resultados esperados a partir do exercício físico, para os artríticos, a diminuição da velocidade de progressão da doença é um dos mais estimados, tal como a preservação das articulações e Amplitude De Movimento (ADM). Para isso, algumas medidas devem ser tomadas como o repouso. No entanto, o repouso tem se mostrado benéfico muito mais em situações específicas que globais, pois a aderência ao treinamento mostra resultados muito mais efetivos que o repouso (etapa crônica da doença), o qual apresenta melhor eficácia na fase aguda da patologia.

Por isto, a proteção articular a partir do treinamento é uma das melhores estratégias não farmacológicas para se colocar em prática, visto as diversas possibilidades de tratamento existentes. No presente artigo, para se alcançar esta proteção articular, uma das medidas

evidenciadas pela ciência como benéfica é (mais uma vez) o exercício resistido, conforme relata Costa e Beck (2011):

[...]Atividade aeróbica, exercícios resistidos, alongamentos e relaxamentos devem ser estimulados observando-se os critérios de tolerância ao exercício e à fadiga. Repouso e exercício devem ser enfatizados reconhecendo-se que a degeneração articular na AR é maior quando o repouso é prolongado.

Os benefícios de um programa de atividade física no tratamento da artrite reumatoide 2013

A Artrite Reumatoide (AR) é uma doença que se manifesta devido a inflamação das articulações, e pode apresentar uma evolução progressiva em alguns pacientes. (SILVA, VANNUCCI, LATORRE, ZERBINI, 2003). Os exercícios físicos melhoram o desempenho motor além de modificar a composição corporal e aprimorar a força muscular. No entanto, segundo Balsamo & Simão (2005) essas modificações só acontecerão se o profissional seguir os princípios básico: especialidade, individualidade, progressão e sobrecarga. O fortalecimento muscular é de extrema importância ao paciente para que o mesmo não perca a mobilidade e a amplitude de movimento, não se esquecendo de alongar ao iniciar o fortalecimento. De acordo com Ronai et al., (2008) os exercícios estáticos, também conhecidos como isométricos são indicados na fase aguda do tratamento, pois nesse período o paciente encontra-se com dor decorrente do processo inflamatório, e é nesta etapa que esses exercícios melhoram a inflamação e também previne a atrofia muscular. Porém, esse tipo de exercício não deve ser prescrito para pacientes com artrite reumatoide exacerbada, pois exercem uma grande demanda sobre a função cardíaca. De acordo com Fiore (1999), o treinamento de resistência muscular deve ser preferido ao treinamento aeróbico, pois pode parar ou reverter a perda de massa muscular sendo, portanto, preferência para a manutenção da capacidade funcional e independência.

Evans (1999) relata, que o treinamento de força deve privilegiar os grandes grupos musculares, pois eles são importantes durante as atividades diárias. De acordo com Kisner e Colby (2006), para que um indivíduo tenha uma vida saudável fisicamente é necessário que seus músculos sejam capazes de produzir, manter e regular tensão, para atender as demandas das atividades cotidianas. O Ministério da Saúde (2002) orienta os pacientes a realizarem exercícios para preservação de tônus muscular e manutenção da amplitude e função articular, no período Inter crises, orientados por fisioterapeuta e/ou educador físico.

Avaliação da capacidade funcional em pacientes com artrite reumatoide: implicações para a recomendação de exercícios físicos 2014

Neste estudo, foram realizados testes funcionais. O conceito da funcionalidade diz respeito à capacidade de realizar atividades e tarefas do dia a dia, de forma eficiente e independente. Não existem normativas para avaliação dos resultados dos testes funcionais descritos em pacientes com artrite reumatoide. Os testes foram validados para populações idosas, mas podemos inferir a sua aplicação nos pacientes de doenças reumáticas que também apresentam queda da capacidade funcional ao longo do tempo. A partir das definições relacionadas ao uso das avaliações funcionais, é possível estabelecer o processo de tomada de decisões com relação à prática de exercícios físicos, intencionalmente prescritos para tratar e controlar os sinais e sintomas decorrentes da artrite reumatoide. Após os testes funcionais, será recomendada o tipo de atividade física. Além disso, de maneira prática, é possível acompanhar o desenvolvimento físico dos pacientes em todas as aptidões físicas ao longo do tratamento, mesmo que alguma capacidade sofra queda importante de desenvolvimento, esta pode ser contornada com tipos de exercícios intencionalmente escolhidos e modulados. Após a escolha da modalidade ou aptidão física, os parâmetros como a intensidade e o volume do exercício físico devem ser controlados.

REFERÊNCIAS

- BERNARDI, Daniela Filócomo; REIS, Mariana de Almeida Santos; LOPES, Natália Bermejo. O tratamento da sarcopenia através do exercício de força na prevenção de quedas em idosos: revisão de literatura. **Ensaio e Ciência: Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde**, v. 12, n. 2, p. 197-213, 2008.
- CUENCA, R. N., Borges, K. F., da Silva, M. S. V., & Romanholo, R. A. (2008). Exercício resistido com pesos na redução de gordura corporal em praticantes de musculação do município de Cacoal/RO. *RBONE-Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento*, 2(10).
- GOELDNER, Isabela et al. Artrite reumatoide: uma visão atual. **J. Bras. Patol. Med. Lab.** Rio de Janeiro, v. 47, n. 5, p. 495-503. Oct. 2011. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-24442011000500002&lng=en&nrm=iso>. access on 28. Apr. 2021. <https://doi.org/10.1590/S1676-24442011000500002>
- KNOB, Bruna et al. Reabilitação cinesioterapêutica em um homem com artrite reumatoide. **Saúde em Revista**, v. 17, n. 46, p. 35-45, 2017.
- LAURINDO, IMM et al. Artrite reumatóide: diagnóstico e tratamento. **Rev. Bras. Reumatol.**, São Paulo , v. 44, n. 6, p. 435-442, Dec. 2004 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0482-50042004000600007&lng=en&nrm=iso>. access on 28 Apr. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0482-50042004000600007>.

LIZ, Carla Maria; ANDRADE, Alexandro. **Análise qualitativa dos motivos de adesão e desistência da musculação em academias.** Revista Brasileira Ciências do Esporte. 2016; 38(3): 267-274.)

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade Metodologia do. *Trabalho Científico.* São Paulo: Atlas, 2001.

MATSUDO, V. Exercícios resistidos. Revista Âmbito Esportivo. v.2, p. 24-26, 1997.

LOURENZI, Felipe Martinelli. **Avaliação do treinamento resistido progressivo na melhoria da capacidade funcional de pacientes com artrite reumatoide:** Ensaio Clínico Controlado e Randomizado – São Paulo, 2015.

LUKACHEWSKI, Jacqueline Moreira; CORNELIAN, Bianca Reis; PATRÍCIA BARBOSA, Carmem. **A influência do exercício físico sobre a artrite reumatoide – uma revisão de literatura.** Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, v. 13, n. 4, p. 119-136, out./dez. 2015.

SANTOS, Leandra Rodrigues dos. Os benefícios de um programa de atividade física no tratamento da artrite reumatoide. 2018.

SANTANA, Frederico Santos de et al. Avaliação da capacidade funcional em pacientes com artrite reumatoide: implicações para a recomendação de exercícios físicos. **Revista Brasileira de Reumatologia**, v. 54, n. 5, p. 378-385, 2014.



**EFEITO DO DESTREINO
SOBRE A FORÇA DE
PREENSÃO MANUAL EM
ATLETAS DE BRAZILIAN
JIU-JITSU**

EFEITO DO DESTREINO SOBRE A FORÇA DE PREENSÃO MANUAL EM ATLETAS DE BRAZILIAN JIU-JITSU

Ideval Augusto Dos Santos Gonçalves

Lucas kirchhof Santos

Erik Artur Cortinhas Alves

Márcio Venício Cruz de Souza

RESUMO

A força é uma variável física muito treinada por atletas de variadas modalidades esportivas, nas artes marciais ela acaba sendo um fator determinante na decisão de uma luta, como acontece no caso do Brazilian Jiu-Jitsu (BJJ). A presente pesquisa discorre sobre o feito do destreino em um período de 19 semanas e suas consequências sobre a força de preensão manual em atletas do Brazilian jiu-jítsu. O objetivo do estudo foi analisar a variação na força de preensão manual em atletas do BJJ, durante o período de destreino. O estudo caracteriza-se como pesquisa de campo com enfoque intervencional e abordagem quantitativa. Foram selecionados 7 atletas da academia (Castro Team Brazilian Jiu-Jitsu). Os instrumentos de coletas de dados utilizados para obtenção de resultados dividiram-se nas seguintes etapas: Questionário de caracterização da amostra, contendo 7 (sete) itens a serem preenchidos, relacionados a nome, sexo do participante, idade, graduação de faixa, categoria de peso do atleta, mão predominante e teste de força de preensão manual, utilizando o dinamômetro CAMRY (electronic hand dynamometer). Os dados obtidos encontram-se exposto em forma de tabelas e analisados por meio do programa estatístico ssps v.21. Conclui-se que o período de 19 semanas de destreinamento, não alteraram de forma significativa os níveis de força dos atletas para a competição.

Palavras-chaves: Brazilian jiu-jítsu; força de preensão manual; dinamômetro; destreino.

ABSTRACT

Strength is a physical variable much trained by athletes from different sports, in martial arts it ends up being a determining factor in the decision of a fight, as in the case of Brazilian Jiu-Jitsu (BJJ). The present research discusses the detraining feat in a period of 19 weeks and its consequences on the handgrip strength in Brazilian jiu-jitsu athletes. The aim of the study was to analyze the variation in handgrip strength in BJJ athletes during the detraining period. The study is characterized as field research with an interventional focus and a quantitative approach. Seven athletes from the academy (Castro Team Brazilian Jiu-Jitsu) were selected. The data collection instruments used to obtain the results were divided into the following steps: Sample characterization questionnaire, containing 7 (seven) items to be completed, related to the participant's name, gender, age, grade level, category of athlete's weight, predominant hand and handgrip strength test, using the CAMRY dynamometer (electronic hand dynamometer). The data obtained are displayed in the form of tables and analyzed using the ssps v.21 statistical program. It is concluded that the period of 19 weeks of detraining did not significantly alter the strength levels of the athletes for the competition.

Keywords: Brazilian jiu-jitsu; handgrip strength; dynamometer; detraining.

RESUMEN

La fuerza es una variable física muy entrenada por deportistas de diferentes deportes, en las artes marciales acaba siendo un factor determinante en la decisión de una pelea, como es el caso del Jiu-Jitsu Brasileño (BJJ). La presente investigación discute la hazaña de desentrenamiento en un período de 19 semanas y sus consecuencias sobre la fuerza de agarre en los atletas brasileños de jiu-jitsu. El objetivo del estudio fue analizar la variación en la fuerza de agarre en

los atletas de BJJ durante el período de desentrenamiento. El estudio se caracteriza por ser una investigación de campo con enfoque intervencionista y enfoque cuantitativo. Se seleccionaron siete atletas de la academia (Castro Team Brazilian Jiu-Jitsu). Los instrumentos de recolección de datos utilizados para obtener los resultados se dividieron en los siguientes pasos: Muestra de cuestionario de caracterización, que contiene 7 (siete) ítems a completar, relacionados con el nombre del participante, sexo, edad, grado, categoría de peso del atleta, mano predominante y prueba de fuerza de la empuñadura, utilizando el dinamómetro CAMRY (dinamómetro electrónico de mano). Los datos obtenidos se muestran en forma de tablas y se analizan mediante el programa estadístico ssps v.21. Se concluye que el período de 19 semanas de desentrenamiento no alteró significativamente los niveles de fuerza de los atletas para la competencia.

Palabras llave: jiu-jitsu brasileño; fuerza de agarre; dinamómetro; desentrenamiento.

INTRODUÇÃO

A força é uma variável física muito treinada por atletas de variadas modalidades esportivas, nas artes marciais ela acaba sendo um fator determinante na decisão de uma luta, no caso do Brazilian Jiu-Jitsu (BJJ), a força é utilizada em conjunto com várias técnicas, entre essas, as projeções e as imobilizações, sendo essenciais nas lutas, desse modo força e técnica juntas são fator chave para os lutadores. Dentre as técnicas principais utilizadas no BJJ estão às aplicações de golpes que criam alavancas mecânicas, viabilizando com que o sujeito com menor força muscular tenha a capacidade para vencer um adversário mais forte, explorando o fato deste ter menor habilidade ao aplicar as técnicas (FRANCHINI; TAKITO; PEREIRA., 2003).

O uso da força dentre outras capacidades como: agilidade, velocidade e resistência, é fundamental quando levamos em consideração o agarre palmar contra o oponente, neste movimento é relevante debater a quantidade de força nas mãos do atleta no momento da aplicação de um golpe. O aprimoramento das capacidades de força, velocidade e da resistência de força devem ter uma semelhança próxima do gesto desportivo, para que a parte técnica e o vigor físico sejam plenamente utilizadas em atividades competitivas (OLIVEIRA., 2008).

Uma inquietação que possivelmente pode prejudicar o desempenho da força dos atletas em diversas modalidades esportivas inclusive no BJJ, é o destreino ou interrupção do treinamento físico, condição esta que atletas de alto nível de competição vinham ou vem sofrendo, por consequência do isolamento social, ocasionada pela pandemia da COVID-19. Ao longo de muitos meses a pandemia parou setores importantes para a sociedade, locais fechados, a exemplo de academias e clubes, paralisaram suas atividades, levando em consideração a aglomeração de pessoas que ocorriam nestes locais (FERREIRA; BOCALINI., 2020).

O teste de preensão manual, pode ser um bom indicativo funcional para atletas ou não atletas, seja pelas suas características de preensão que possibilitaram movimentos básicos do dia a dia, seja na sua utilidade em desportos populares atualmente. Dentre os tipos básicos de

preensão manual que são mais divulgados na literatura, se destacam os que apresentam os seguintes parâmetros: o de força, acontecendo a ação de flexão dos dedos sobre a região palmar, e a medida de precisão, referente à aproximação dos dedos polegar e indicador (ACHE DIAS, et al., 2010).

Com o uso do dinamômetro é possível fazer o monitoramento da força de preensão manual dos atletas de BJJ. Segundo Schlusse, Anjos e Kac (2008) o teste é feito normalmente com um equipamento manejável, consistindo em um processo rápido, de pequeno custo e que é pouco desagradável aos indivíduos participantes. Em suma, o equipamento vem ajudar no acompanhamento do desenvolvimento de desempenho desses atletas, relacionado com padrões físicos específicos, no intuito de estabelecer o índice de força utilizado por esses competidores.

Essa pesquisa justifica-se em virtude de existir uma escassez de trabalhos que avaliem a força de preensão manual em um intervalo logo de destreino com atletas de BJJ. Diante disso, este estudo tem como objetivo, analisar a variação na força de preensão manual em atletas do BJJ, durante período de destreino.

REFERENCIAL TEÓRICO

DEFINIÇÃO DE FORÇA MUSCULAR

Força muscular pode ser definida como o maior esforço que o sistema neuromuscular, através dos motoneurônios ou Neurônios motores é capaz, proporcionando ao sistema muscular, contrações voluntárias máximas (GUEDES., 2007).

Conforme Barbanti (2011) fisiologicamente, força muscular é a competência de um indivíduo em realizar tensão contra alguma resistência, envolvendo aspectos mecânicos e fisiológicos na definição da mesma.

De acordo com Moreira et al (2003) a força é fator determinante na avaliação da condição física. Desse modo a força de preensão manual é analisada como uma das medidas da capacidade de força geral dos indivíduos.

CLASSIFICAÇÕES DE FORÇA MUSCULAR

A diversos tipos de força muscular no BJJ. Segundo Paula, Mendes e Krug (2018), entre as classes mais constantes de força apresentadas no jiu-jitsu estão: a capacidade muscular isométrica e isotônica, força de potência e por fim resistência muscular localizada anaeróbica e aeróbica.

De acordo com Bompa, Pasquale e Cornacchia (2015) a força isotônica(dinâmica), é a capacidade mais conhecida de contração muscular. Como a palavra indica, em uma contração muscular isotônica, a tensão se mantém durante toda a amplitude de movimento.

Conforme Bompa, Pasquale e Cornacchia (2015) na força isométrica os músculos descrevem uma tensão sem mudar de comprimento. No decorrer de uma contração isométrica, a aplicação de força contra um objeto em repouso obriga o musculo a desempenhar grande tensão sem alterar seu comprimento.

A resistência muscular é a capacidade que o musculo tem de suportar o esforço por um longo período de tempo. Segundo Bompa, Pasquale e Cornacchia (2015) essa variável de força é muito utilizada no treinamento de resistência e tem a missão de cumprir uma parte fundamental nos programas de treino de força.

Sobre a força de potência, de acordo com Prestes et al (2016) é a competência de movimentar um corpo e/ou objeto o mais rápido que for possível, no menor período de tempo.

A melhora nas habilidades e na força no BJJ contribui para um ótimo desempenho competitivo. Conforme Silva et al (2014) apesar de tudo, ainda é difícil definir qual é a manifestação da força mais importante para o Jiu-jitsu, pois essa variável estará sempre ligada a fatores como técnica, estratégia do adversário, tipo de golpe e posição executada.

APERFEIÇOAMENTO DA FORÇA

Quando em uma determinada modalidade de luta, o objetivo do treino é voltado para as especificidades das técnicas, dentre elas a melhora da força e agilidade dos membros superiores e a pegada com a mão, lembramos do BJJ como um grande exemplo disso, sobretudo no período que se aproximam os campeonatos, e com esses aprimoramentos das técnicas de luta os atletas sofrem possíveis alterações na força:

Durante a luta de jiu-jitsu, o atleta se encontra em contato com o adversário na maior parte do tempo e, para manter essa posição, necessita realizar movimentos sucessivos de preensão, o que demonstra a importância de uma função muscular adequada para esse movimento específico. Entretanto, apesar da vasta literatura disponível avaliando a força de preensão na população normal, poucos estudos analisam esta característica na população dessa modalidade esportiva (OLIVEIRA et al., 2006).

Em muitos esportes os membros superiores são constantemente utilizados e no BJJ agarres são comuns, como é um esporte de arte marcial no qual as mãos são elementos de grande utilização durante as lutas, o aperfeiçoamento das técnicas de agarre e de treinos de força são fundamentais. É necessário efetuar estudos ligados à mudanças de preensão palmar com o uso de parâmetros biomecânicos relacionados a força, dentre estes a força máxima, em diferentes

modalidades esportivas, de forma a gerar informações que permitam determinar um dado a mais na ciência do esporte e estabelecer avaliações quantitativas sobre o desempenho de atletas (BORGES JUNIOR et al., 2009).

O aprimoramento das capacidades físicas, especificamente força é essencial para atletas do BJJ, que executam com magnitude as principais técnicas de lutas, no momento da competição:

Quando se trata de esporte competitivo as capacidades físicas devem ser treinadas para que os atletas desempenhem com magnitude as principais funções vitais da competição. No caso das lutas, como o Jiu-Jitsu, a força é imprescindível para desenvolver, melhorar e evoluir as capacidades e habilidades. A força pode e deve ser desenvolvida para melhorar o desempenho atlético (PAULA; MENDES; KRUG., 2018).

O programa de treino do BJJ pode promover algumas alternâncias na capacidade de força, durante o período de pré-competição:

Pesquisas com atletas de Artes Marciais são comumente realizadas sob a perspectiva de se analisar variáveis metabólicas ou capacidades de força pura, potência associadas ao rendimento. Diante da demanda da flexão dos músculos do punho na modalidade Jiu-Jitsu brasileiro, esta capacidade poderia ser aprofundada, na tentativa de entendê-la como determinante do rendimento do atleta (GASPAROTTO et al., 2015).

O BJJ é uma das modalidades de luta que exige com frequência a força muscular. Entre todas as valências físicas condicionantes, a capacidade de força é uma das mais importantes a ser desenvolvida durante o processo de treinamento no BJJ, principalmente pela necessidade do uso constante da “pegada” (MOREIRA et al., 2003).

DESTREINO

O destreino pode ocorrer em situações nas quais os atletas se afastam dos treinos por conta de algum fator, por exemplo, o distanciamento social, medida de prevenção que foi adotada pela Organização Mundial da Saúde e governos locais, para conter a propagação do vírus da COVID-19, o afastamento dos treinos pode ser suficiente para desenvolver alterações na função neuromuscular.

Destreino é a interrupção do treinamento que implica na perda completa ou parcial das funções anatômicas, fisiológicas e de desempenho, efeito da redução ou pausa dos treinos, a descontinuação do treinamento acarreta as vezes em um desalento temporário ou cancelamento por completo de um disciplinado programa de condicionamento físico (MUJIKÁ; PADILLA., 2000).

Uma das implicações relacionadas ao destreino é a redução na força muscular, conforme Michelin, Coelho e Burini (2008) o período de um mês de destreinamento exerceu efeito apenas

na flexibilidade de mulheres e homens, não ocorrendo alterações na força muscular dos membros superiores e na composição corporal, por consequência da intervenção nem tampouco com o período de interrupção do treinamento.

Dessa forma Papeshi e Carnevali (2011) dizem que a interrupção do treino é um processo que dependendo do tempo, pode acarretar perda do trabalho que foi realizado no treinamento, perdas essas que estão ligados aos ganhos, adaptações e benefícios que são alcançados durante o tempo de treinamento. Esse processo é chamado de destreino.

DINAMOMETRIA MANUAL

A dinamometria manual consiste em uma medida de força isométrica, que envolve a geração de força sobre um instrumento imóvel. O musculo acaba por se contrair em isometria, permanecendo sob tensão constante por um curto intervalo de tempo, contudo a alteração em seu comprimento é pouco perceptível (SCHLUSSEL; ANJOS; KAC., 2008).

O objetivo da dinamometria é avaliar a força de preensão e a capacidade funcional, tanto em atletas como indivíduos não atletas:

A dinamometria é todo processo que envolva a verificação de uma força feita por pressão ou compressão de um segmento que possua carga. A força exercida pode ser medida através de um dinamômetro que é capaz de mensurar o comportamento de uma carga específica que pode ser deformada (SOARES et al.,2012).

Fernandes e Martins (2011) afirmam que os padrões de força manual divergem conforme mudam as modalidades esportivas, essas mudanças também ocorrem de acordo com sexo, nível atlético, peso, idade e o tipo de treino.

FORÇA DE PREENSÃO PALMAR

Diversos equipamentos foram fabricados para medir a força de preensão palmar, é possível encontrar desde adaptações básicas de instrumentos de pressão sanguínea até sistemas computadorizados avançados (LIMA et al.,2014).

O dinamômetro na sua aplicabilidade pode ser ideal para acompanhar o desenvolvimento esportivo como instrumento avaliativo:

Isto pode ser especialmente proveitoso para pesquisadores, médicos e fisioterapeutas que trabalham com a medida da preensão manual, bem como para pesquisadores da área desportiva, atletas e técnicos que utilizam esse tipo de avaliação como ferramenta essencial de trabalho (ACHE DIAS et. al.,2010).

O teste de preensão palmar seria um dos mecanismos mais eficazes no BJJ, para evitar possíveis lesões provocadas por estresses físicos decorrentes das altas frequências de treino, além de estabelecer graus de funcionalidade que serviriam na reabilitação de lesões desses atletas (OLIVEIRA et al., 2006).

As lesões são comuns em qualquer modalidade de esporte de alto rendimento. Lesões que podem muitas vezes afastar os praticantes dos treinamentos e das competições, inclusive, por longo período de tempo (SOUZA; MENDES., 2014).

Apesar do BJJ demandar uma infinidade de outros grupamentos musculares dentro do período de uma luta, a força de preensão palmar, sobre tudo, tem a possibilidade de estar ligada a uma adequada aptidão física dos praticantes desta modalidade. De acordo com Oliveira et al (2006) um grupo de atletas teve aumento nos padrões de força, mesmo após fazer o teste repetidas vezes, enquanto um grupo de indivíduos destreinados apresentou queda ao fazer a mesma pratica. Isso significa que o teste mostra um panorama da capacidade que o indivíduo desempenha naquele momento.

É possível observar a importância deste protocolo para a avaliação de atletas que usam vários músculos, principalmente aqueles usados na pegada palmar. Segundo Gasparotto et al (2015) o uso frequente deste tipo de movimento, seja no momento do treino ou próximo de competições, determina um parâmetro de um possível desgaste muscular que pode ser fundamental para o desfecho do combate.

METODOLOGIA

TIPO DE PESQUISA

O presente estudo caracteriza-se como pesquisa de campo com enfoque intervencional. Estudo de Campo: procura o aprofundamento de uma realidade específica. É basicamente realizada por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar as explicações e interpretações que ocorrem naquela realidade (GIL., 2008).

TIPO DE ABORDAGEM

A abordagem é quantitativa, traduzindo em números as informações coletadas para classificá-las e analisá-las de maneira objetiva, clara, com instrumentos padronizados, evitando distorções na análise dos dados coletados (MATTOS; ROSSETO JR; RABINOVICH., 2008).

LOCAL DA INVESTIGAÇÃO

A pesquisa ocorreu na academia (Castro Team Brazilian Jiu-Jitsu), localizada na Travessa Angustura no bairro do Marco, Belém (PA), o processo de coletas de dados aconteceu em duas etapas, antes do período de destreino provocado por consequência do isolamento social, medida adotada por vários países para conter a disseminação do vírus da COVID-19, sendo que 1ª etapa de avaliação realizou-se antes do treino, na segunda semana do mês de março, e na 2ª etapa realizou-se a reavaliação que aconteceu 6 semanas após o fim do período de destreino, na segunda semana do mês de setembro. Totalizando um período de 25 semanas entre o período de avaliação e reavaliação.

AMOSTRA

Inicialmente amostra contava com 12 atletas, porém 2 atletas não compareceram na 1ª etapa de avaliação, sendo assim a 1ª etapa de avaliação foi realizada com 10 atletas. Na reavaliação 3 atletas não compareceram na 2ª etapa, com isso a pesquisa foi realizada com 7 atletas no total, no grupo de esportistas remanescentes constavam os seguintes grupos de graduados: 3 faixas preta, 1 faixa marrom e 3 faixas azul, com categorias de pesos distintas, com média de idade $25,1 \pm 5,3$ anos e apenas sujeitos do sexo masculino.

Nas categorias de peso a divisão dá-se da seguinte forma: (3) faixas pretas: entre eles um (pesado); um (médio) e um (meio pesado), (3) faixas azuis: um (pesadíssimo); um (leve) e um (médio), (1) um na faixa marrom, categoria (pena). A frequência de treino desta população é: dois sujeitos treinam seis (6) vezes por semana e o restante treina cinco (5) vezes por semana.

Dentre os sete participantes, todos dizem praticar outra modalidade além do BJJ, três praticam apenas musculação, dois praticam musculação e crossfit, um pratica futebol e um pratica crossfit.

Critério de inclusão

Praticante de BJJ a pelo menos 3 anos, no mínimo 3 vezes durante a semana e competir em campeonatos organizados pela Confederação Brasileira de Jiu-Jitsu (CBJJ). Não apresentar alguma patologia ósteo-mio-articular de membros superiores que comprometesse a pesquisa.

Indivíduos acima de 18 anos do sexo masculino que demonstraram interesse em participar da pesquisa e com estado cognitivo preservado.

Critério de exclusão

Foram excluídos: atletas do sexo feminino e também atletas do sexo masculino com diagnóstico de distúrbios metabólicos, tendinites e tenossinovites ou que estejam em tratamento fisioterápico.

Atletas que utilizassem medicamentos que pudessem influenciar os dados da pesquisa tais como: relaxante muscular, anti-inflamatório, anabolizantes e dentre outros medicamentos ou que foram submetidos a procedimentos cirúrgicos ortopédico nos membros superiores até 12 meses antes da realização do teste de preensão palmar.

MATERIAIS

Questionário de caracterização da amostra, contendo 7 (sete) itens preenchidos, relacionados a nome, sexo do participante, idade, graduação de faixa, categoria de peso do atleta, mão predominante e teste de força de preensão manual.

Dinamômetro CAMRY (electronic hand dynamometer), com escala de força mensurada em quilograma-força (kg/f), manopla ajustável e uma cadeira da marca Tramontina com encosto.

PROCEDIMENTOS DAS COLETAS DE DADOS

A coleta de dados foi realizada por um único avaliador, utilizando para aferir a força de preensão palmar o dinamômetro CAMRY (electronic hand dynamometer), a posição na realização do teste é reconhecida pela (American Society of Hand Therapists (ASHT) é utilizada em diferentes estudos, considerado o padrão para realização do teste de pressão manual. A posição que a ASHT recomenda é que os sujeitos estejam sentados com a coluna ereta. O ângulo de flexão do quadril e joelhos à 90°, os pés apoiados no chão em relação ao posicionamento do membro superior, tem-se que o ombro se mantém em posição aduzida junto ao tronco, o cotovelo a 90° com o antebraço em posição neutra (entre a pronação e supinação) e o punho na posição neutra sem que ocorra desvios, enquanto o examinador sustenta o dinamômetro (FESS; MORAN.,1992).

Os sujeitos foram orientados a realizar o movimento de preensão para cada três tentativas em ambos os lados do antebraço por cinco segundos, após o comando verbal do examinador e o tempo recuperação entre as tentativas de quinze segundos. Foi computado o maior valor registrado entre as medidas e utilizado uma ficha para coletar os dados, as informações coletadas durante cada tentativa serão registradas, na ficha em quilogramas-força (kg/f).

PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Os dados foram analisados por meio do programa estatístico SSPS v.21, o nível α de significância estabelecido foi de $p < 0.05$. A distribuição dos dados foi verificada pelo teste de normalidade Shapiro-Wilk. As diferenças entre o pré e o pós destreino foram testadas pelo teste t para grupos pareados (variáveis com distribuição normal). Os dados de idade e força de preensão estão apresentados em média $\pm$ desvio-padrão.

ASPECTOS ÉTICOS

O aspecto ético da pesquisa foi desenvolvido com base na resolução nº466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde do Brasil. O qual foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa do Centro de Saúde Escola do Marco Teodorico da Universidade Estadual do Pará (UEPA), cujo protocolo correspondente é **CAAE: 39874820.6.0000.8767**, foi apresentado o termo de consentimento livre esclarecido aos atletas participantes da pesquisa o qual continha o objetivo do procedimento a ser utilizado, os participantes assinaram de forma espontânea. Os responsáveis da pesquisa garantem a preservação dos dados, da confidencialidade e do anonimato dos indivíduos pesquisados.

RESULTADOS

Na tabela estão os dados de preensão manual de atletas de BJJ, obtidas por diferentes categorias de peso.

Tabela 01. Força de preensão manual de atletas de BJJ

	Mão direita (kg)				Mão esquerda (kg)			
	Média $\pm$ DP	Máx	Mín	p-valor	Média $\pm$ DP	Máx	Mín	p-valor
Pré	50.4 $\pm$ 9.2	60	34,6	0.8448	49 $\pm$ 10.4	62,7	36,2	0.8899
Pós	50.6 $\pm$ 8	61.4	39		48.7 $\pm$ 11.8	63.6	33.1	

Através das análises estatísticas realizadas nas amostras obtidas, não houve diferenças significativas em relação força de preensão manual (mãos direita e esquerda) dos atletas de BJJ. O período de 19 semanas de destreino alterou de forma significativa os níveis de força dos atletas para a competição.

DISCUSSÃO

Os resultados obtidos da pesquisa mostraram, que 19 semanas de destreino não causaram mudanças significativas na força de preensão manual dos 7 atletas de BJJ que realizaram o estudo. Ressaltando os resultados de Fontoura, Schneider e Meyer (2004), estes constataram que sete meninos pré-púberes, que passaram por 12 semanas de destreino, não apresentaram diminuição considerável na força muscular em valores totais.

A importância em avaliar a força de preensão manual no teste com dinamômetro serve como parâmetro da condição física do indivíduo que o executa, seja este um atleta ou idoso, isto é, constata a atual condição funcional do sujeito e o ajuda a buscar uma melhora destes parâmetros. Fernandes et al (2011) afirmam que a avaliação da força de preensão manual no teste com dinamômetro é um dos meios mais fáceis e eficazes de testes de força.

Os estudos ainda mostraram a relação entre força de preensão manual e o surgimento de patologias na população idosa, de acordo com Kerr et al (2006) a perda de força pode ter uma ligação casual com o aparecimento de comorbidades como obesidade, osteoporose, diabetes, entre outras.

Em contribuição os resultados obtidos na pesquisa Gasparete et al (2010) constaram que no período de três semanas de destreino não houve diferença considerável no desempenho da força muscular tanto em exercícios multiarticulares para grandes grupos musculares, quanto em exercícios uniarticulares para pequenos grupos musculares, em 10 jovens adultos com idade entre 18 a 30 anos.

Acrescentam-se, nas discussões o estudo de Michelin, Coelho e Burini (2008) que avaliaram os efeitos de um mês de destreinamento sobre a aptidão física, em 44 indivíduos de ambos os sexos, usando protocolo de nove meses envolvendo exercícios aeróbicos, de resistência muscular localizada e flexibilidade, com duração de 80 min, os resultados chegaram à conclusão que ambos os grupos mantiveram os ganhos de força de membros inferiores mesmo após um mês de destreino.

Sendo assim, vale ressaltar os resultados obtidos na pesquisa, no período de 19 semanas de interrupção dos treinos, os atletas não sofreram mudanças nos níveis de força, prosseguindo a comparação de resultado, Vassilis et al (2019) analisaram a força isocinética dos membros inferiores de treze jogadores juvenis de futebol de elite, após 4 semanas de pausa, os resultados obtidos no teste isométrico máximo do joelho, relataram que não teve mudança na força isocinética de ambos os membros inferiores.

Colaborando com os achados Oliveira et al (2009) com uma amostra de sete atletas de handebol sub-21 do sexo feminino, testou a força máxima dinâmica antes e depois do período

de 40 dias de destreinamento, utilizando os exercícios (agachamento, supino, rosca direta e remada alta), os resultados constaram que não foram observadas mudanças estatisticamente significativas na força máxima, comparando o período de destreinamento com o período de treinamento.

Desse modo, continuando com a indagação sobre o período de destreino em que indivíduos podem sofrer alterações nos níveis de força, Lemmer et al (2000) apresentaram estudo com dezoito jovens de 20-30 anos e vinte três idosos de 65-75 anos, após 12 semanas de destreino, nenhum grupo apresentou diferença significativa na força, contudo com 12 a 31 semanas de destreino a população pesquisada sofreu um decréscimo nos níveis de força. Em vista disso, o princípio da reversibilidade está ligado a esse fator, de acordo com Denadai e Greco (2005) a velocidade de perdas ocorrem em dimensões que podem ser maiores ou semelhantes do que as velocidades de ganho, em concordância com o estado de condicionamento, do nível de atividade física realizada e do tipo de adaptação analisada.

Henwood e Faaffe (2008) verificaram trinta e oito adultos que entraram em um período de destreinamento de 24 semanas subsequente a 24 semanas de treinamento, as semanas de destreinamento resultaram em uma perda modesta de força e potência muscular, mas foram recuperados após 12 semanas de retreinamento.

Esses estudos retratados contrapõem-se aos resultados apresentados, em relação a não alteração da força nas 19 semanas de destreino em que os 7 atletas foram submetidos na pesquisa, estes apresentam uma regularidade de treino de 5 a 6 vezes na semana, com a periodização do treinamento e são praticantes de outras modalidades de exercícios físicos além do BJJ, como musculação, cross fit e futebol. Acreditando que esses sejam os possíveis motivos dos resultados obtidos, ressaltando com isso o princípio da continuidade que conforme Lussac (2008) diz que está intimamente ligada ao princípio da adaptação, pois a continuidade ao longo do tempo é primordial para o organismo, progressivamente se adaptar.

Neste sentido o estudo apresenta contribuições relevantes, uma vez que existe escassez em pesquisas relacionadas ao destreino no período de pandemia. Desta forma, mais estudos devem ser desenvolvidos em relação a variação de força de preensão manual em atletas de BJJ que passaram por longos períodos sem treino e a velocidade em que um atleta dessa categoria pode recuperar a força na mão.

Sendo assim, os testes de força com dinamômetro manual são importantes, mesmo o BJJ sendo muito técnico, a anamnese que é feita faz referência a um movimento específico, contínuo e que exige um grande esforço. A possibilidade ainda de comparar os resultados de

um competidor que aumentou sua força de uma luta para a outra, ter tido melhora no retrospecto pessoal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível concluir com a realização da pesquisa, que o período de 19 semanas de destreino causado em razão do isolamento social da COVID 19, não provocaram perdas significativas no ponto de vista estatísticos sobre a força de preensão manual dos atletas de BJJ. Neste contexto ressaltamos a importância de novos estudos com maiores períodos de destreino, para que possa haver possibilidade de alteração nos níveis de força desta população.

REFERÊNCIAS.

ACHE DIAS, Jonathan; et al. Força de preensão palmar: métodos de avaliação e fatores que influenciam a medida. rev. Bras Cineantropom Desempenho Hum. v. 12, n. 3, p. 209-216, 2010.

BARBANTI, V. J. Dicionário de educação física e esporte. 3^a Ed. Barueri sp: Editora Manole ,2011.

BORGES JUNIOR, Noé Gomes; et al. Estudo comparativo da força de preensão isométrica máxima em diferentes modalidades esportivas. rev. Bras Cineantropom Desempenho Hum. v. 11, n. 3, p. 292-298, 2009.

BOMPA, T.O; PASQUALE, N. D; CORNACCHIA, L.J. Treinamento de força levado a sério: 3^a. ed. Barueri Sp : Editora Manole, 2015.

DENADAI, Benedito Sérgio; GRECO, Camila Coelho. Prescrição do Treinamento Aeróbio: Teoria e Prática. Editora Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2005.

FRANCHINI, Emerson; TAKITO, Monica Yuri; PEREIRA José Nilton De Campos. Frequência cardíaca e força de preensão manual durante a luta de jiu-jitsu. Buenos Aires Res. Digital s, Buenos Aires, v .9, n. 65, p. 1-6, 2003.

FERNANDES, Alex de Andrade; MARTINS, João Carlos Bouzas. Teste de força de preensão manual: análise metodológica e dados normativos em atletas. rev. fisioterapia movimento, Curitiba-PR, v.24, n .3, p. 567-578, jul/set. 2011.

FONTURA, Andrea Silva Da; SCHNEIDER, Patrícia; MAYER, Flávia. O feito do destreinamento de força muscular em meninos pré-púberes. rev. Bras Med Esporte, Porto Alegre, v.10, n.14, p.281-28.2004.

FESS, E; MORAN C. Grip strength. In: Casanova JS, Clinical assessment recommendations. 2nd ed. Chicago. American society of hand therapists. p. 41-45, 1992.

FERREIRA, Lucas Guimarães; BOCALINI, Danilo Salles. Atenuação do destreinamento durante a pandemia de COVID-19: considerações práticas para o treinamento de força e potência em ambiente doméstico. rev. Bras Fisiol Exerc. v.19, n.2. ES, p. 47-55, 2020.

FERNANDES, Luciane Fernanda Rodrigues Martinho; et al. Correlações entre força de preensão manual e variáveis antropométricas da mão de jovens adultos; Correlations between grip strength and anthropometric variables of Young adults' hand .rev. Fisioterapia e Pesquisa, São Paulo-SP, v.18, n .2, p 151-6. abr/jun. 2011.

GASPAROTTO, Guilherme da Silva; et al. Força de preensão manual em atletas de Jiu-Jitsu brasileiro: estudo comparativo entre graduações. rev. do Departamento de Educação Física e Saúde e do Mestrado em Promoção da Saúde da Universidade de Santa Cruz do Sul / Unisc Fisioter, Santa Cruz do Sul-RS, v.16, n. 3, p.160-163, 2015.

GUEDES, D.P. Saiba tudo sobre musculação. Rio de Janeiro: shape, 2007.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GASPARETE, Luiz F, et at. Comportamento da força muscular após três semanas de destreinamento em adultos jovens. rev. Bras. Ci. e mov.v.18, n.1, p.19-25, 2010.

HENWOOD, Tim R; TAAFFE, Dennis R. Detraining and retraining in older adults who follow Muscle strength or long-term muscle strength Specific Training. rev. journal of gerontology: medical sciences. v.63, n.7, P. 751-758,2008.

KERR, A. et al. Does admission grip strength predict length of stay in hospitalized older patients? rev. age and ageing. v.35, n.1, p. 82-84,2006.

LIMA, Mauricio Correa; et al. Força de preensão manual em atletas de judô. rev. Bras Med Esporte.v.20, n. 3, p. 2010-213, 2014.

LEMMER, Jeff T el at. Age and gender response to force training and detraining. rev. med. Sci sports execs.v.32, n.8, p. 1505 -1512, 2000.

LUSSAC, Ricardo Martins Porto. Os princípios do treinamento esportivo: conceitos, definições, possíveis aplicações e um possível novo olhar. rev digital. Buenos Aires. V. 13, n. 121,2008.

MOREIRA, S. R; et al. Correlação de variáveis antropométricas de membros superiores com a força de preensão manual em praticantes de Jiu-Jitsu. rev.Motriz. v.9, n.1, p.147, 2003.

MATTOS, Mauro Gomes de; ROSSETO JR, Adriano José; RABINOVICH, Shelly Blecher. Metodologia da pesquisa em educação física: Construindo sua monografia, artigos e projetos. Phorte, 3º ed. São Paulo, 2008.

MUJIKA Inigo; PADILLA Sabino. Detraining: loss of training-induced physiological and performance adaptations. Part I – short term insufficient training stimulus. rev. Sports Med.v.30, n.2, p. 79-87, 2000.

MICHELIN, Edilaine; COELHO, Cristianne de Farias; BURINI, Roberto Carlos. Efeito de um mês de Destreinamento sobre a Aptidão Física Relacionada á Saúde em Programa de Mudança de Estilo de vida. rev. Bras Med Esporte, Botucatu SP, v.14, n.3, P. 192-196, 2008

MOREIRA, Demóstenes; et al. Abordagem sobre preensão palmar utilizando o dinamômetro JAMAR®: uma revisão de literatura. rev. Bras. Ci. e Mov. v.11, n.2, p.95-99, 2003.

OLIVEIRA, Paulo. Roberto de. Periodização contemporânea do treinamento desportivo: modelo das cargas concentradas de força: sua aplicação nos jogos desportivos (basquetebol, futebol de campo, futsal, voleibol) e luta (judô). São Paulo: Phorte, 2008.

OLIVEIRA, Márcio; et al. Avaliação da força de preensão palmar em atletas de jiu-jitsu de nível competitivo. rev. bras. Ci e Mov. v.14, n. 3, p. 63-70, 2006.

OLIVEIRA, Vagner de Lima, et al. Efeito de um período de destreinamento sobre variáveis neuromusculares em atletas de handebol. rev. Fitness & performance jornal, Rio de Janeiro, v.8, n.2, p.96 -102, 2009.

PAULA, Vinicius Ferreira de; Mendes, Olga de Castro; krug, Andrade de. Oliveira. Força de atletas de nível estadual de jiu jitsu em período competitivo. rev, Educação física UNIFABI, Bebedouro SP, v. 6, n. 3, p. 80-90, 2018.

PRESTES, J.et al. Prescrição e periodização do treinamento de força em academias: 2ª. ed. Barueri sp : Editora manole, 2016.

PAPESCHI, J; CARNEVALI, L. efeito fisiológico do destreinamento. Disponível em: <http://www.carnevalijunior.com.br/2011/02/14/efeitos-fisiologicos-do-destreinamento/> >Acesso em 9 de out.2020.

SILVA, et al. Teste físicos discriminam praticantes de Brazilian jiu jitsu? Triângulo. Minero. rev.Bras,cie. e mov. v. 22, n. 1. Triângulo Mineiro-MG, p.92-96, 2014.

SOUZA, Edmar Junio de; MENDES, Cátia Rodrigues dos Santos. Lesões mais frequentes no jiu-jitsu com o treinamento de alto rendimento., rev. Vita et Sanitas, Trindade-Go, v.8, n.8, p. 184-206,2014.

SCHLUSSEL, Michael Maia; ANJOS, Luiz Antônio; KAC, Gilberto. Dinamômetro manual e seu uso na avaliação nutricional. Rev. Nutr, Campinas SP, v. 21, n.2, p. 223-235, 2008.

SOARES, Antonio Vinícius, et al. Correlação entre os teste de Dinamometria de preensão manual, escapular e lombar. rev. Acta Brasileira do movimento humano, Santa Catarina, v.2, n.1, p. 65-72, 2012.

VASSILIS, Samolis et al. Effect of a 4-week detraining period followed by a 4-week strength program on isokinetic strength in elite youth soccer players. rev. Journal of Exercise Rehabilitation. v.15, n.1, P. 67-73,2019.



**A IMPORTÂNCIA DA
GESTÃO PÚBLICA EM
SAÚDE**

A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO PÚBLICA EM SAÚDE

Jorge Luís Martins Da Costa

Ricardo Figueiredo Pinto

Victória Baía Pinto

RESUMO

O artigo versa sobre a gestão pública em saúde, sendo umas das mais relevantes pautas políticas de todos os governos, haja vista, a importância de uma boa gestão pública em saúde que configura na responsabilidade de oferecer serviços que atendam os anseios da população de maneira abrangente e saudável, como por exemplo, serviços básicos de saúde, vacinação, entre outros. E quando se fala em saúde pública, entendemos que a mesma é um direito universal, no qual cabe ao estado reger os meios mais coesos e cabíveis de disponibilizar tal acesso aos cidadãos, de acordo com a população, PIB, e necessidades específicas de cada município, estado ou região. Pois, se destaca que a saúde pública é um assunto de cunho político e possui importantes pautas para o alcance dos objetivos políticos sociais, como por exemplo, crescimento econômico, bem-estar da população, assim como o desenvolvimento de modo social e saúde da mesma. Dessa forma, o tema se justifica pela necessidade de conhecimento acerca de como se dá nos âmbitos municipal, estadual e federal, políticas que possam efetivamente contribuir para uma gestão em saúde, que venha ao encontro das necessidades da população e que possa contemplar de forma mais homogênea os que dela se prevalecem para uma melhor qualidade de vida. O objetivo geral foi analisar a importância da gestão pública em saúde. Pesquisas com base na revisão da literatura foram realizadas para fazer uma síntese das informações disponíveis sobre o tema importância da gestão pública em saúde.

Palavra-chave: importância, gestão pública e saúde.

ABSTRACT

The article deals with public health management, being one of the most relevant policy agendas of all governments, given the importance of good public health management that sets the responsibility to provide services that meet the needs of the population in a comprehensive way, and healthy, such as basic health services, vaccination, among others. And when it comes to public health, we understand that it is a universal right, in which it is up to the state to govern the most cohesive and appropriate means of providing such access to citizens, according to the population, GDP, and specific needs of each municipality, state or region. Because, it is highlighted that public health is a matter of a political nature and has important guidelines for the achievement of social political objectives, such as economic growth, population well-being, as well as social development and health. Thus, the theme is justified by the need for knowledge about how it happens at the municipal, state and national levels, policies that can effectively contribute to a health management that meets the needs of the population and can contemplate more homogeneous those who take advantage of it for a better quality of life. The general objective was to analyze the importance of public health management. Research based on the literature review was carried out to summarize the information available on the topic of importance of public health management.

Keyword: importance, public management and health.

RESUMEN

El artículo trata sobre la gestión de la salud pública, que es una de las agendas políticas más relevantes de todos los gobiernos, dada la importancia de una buena gestión de la salud pública que establece la responsabilidad de brindar servicios que satisfagan las necesidades de la población de manera integral y saludable. , tales como servicios básicos de salud, vacunación, entre otros. Y en materia de salud pública entendemos que es un derecho universal, en el que le corresponde al Estado gobernar los medios más cohesionados y adecuados para brindar ese acceso a la ciudadanía, de acuerdo con la población, el PIB y las necesidades específicas. de cada municipio, estado o región. Porque, se destaca que la salud pública es un asunto de carácter político y tiene importantes lineamientos para el logro de objetivos sociopolíticos, como el crecimiento económico, el bienestar de la población, así como el desarrollo social y la salud. Así, el tema se justifica por la necesidad de conocer cómo ocurre a nivel municipal, estatal y nacional, políticas que puedan contribuir de manera efectiva a una gestión en salud que atienda las necesidades de la población y pueda contemplar de manera más homogénea a quienes se aprovechan de para una mejor calidad de vida. El objetivo general fue analizar la importancia de la gestión en salud pública. Se realizó una investigación basada en la revisión de la literatura para resumir la información disponible sobre el tema de importancia de la gestión en salud pública.

Palabra clave: importancia, gestión pública y salud

INTRODUÇÃO

De um modo geral e introdutório, podemos destacar que administração é:

Em seu sentido geral, podemos afirmar que a administração é a utilização racional de recursos para a realização de fins determinados, [...]. Os recursos [...] envolvem, por um lado, os elementos materiais e conceituais que o homem coloca entre si e a natureza para dominá-la em seu proveito; por outro, os esforços despendidos pelos homens e que precisam ser coordenados com vistas a um propósito comum. [...] A administração pode ser vista, assim, tanto na teoria como na prática, como dois amplos campos que se interpenetram: a “racionalização do trabalho” e a “coordenação do esforço humano coletivo”. (TEIXEIRA, 2019, p. 25 apud PARO, 1996).

As principais funções de um profissional que realiza a função de gestor em saúde pública consistem em gerenciar gastos, tal qual organizar e executar os processos, e também supervisionar os colaboradores. São funções de cunho rotineiro para o gestor em saúde pública.

Desta forma destaca a importância de um gestor, pois o mesmo é o responsável em organizar, supervisionar e executar todos os empreendimentos de poder público que estão em execução e/ou serão executados e são empreendimentos inteiramente ligados com o governo, possuindo regras a serem cumpridas de cunho administrativo. (TEIXEIRA, 2019).

Destaca-se a importância de uma gestão pública em saúde, pois como qualquer setor, e necessário para o desenvolvimento e execução dos objetivos que devem ser traçados a partir dos valores econômicos repassados (planejamento orçamentário). A gestão em si, independente

do setor, área, entre outros, é uma área complexa e cheia de desafios, por isso é importante um profissional qualificado para garantir o bom funcionamento do espaço público. (TEIXEIRA, 2019).

REFERENCIAL TEÓRICO

Gestão pública em saúde e sua importância

Por configurar com umas das mais importantes pautas políticas de todos os governos, a importância de uma boa gestão pública em saúde, configura na responsabilidade de oferecer serviços que atendam a população de maneira igualitária e saudável, como por exemplo, serviços básicos de saúde, vacinação, entre outros. (PAIM; TEIXEIRA, 2006).

Quando se fala em saúde pública, entendemos que a mesma é um direito universal, no qual cabe ao Estado reger os meios mais coesos e cabíveis de disponibilizar tal acesso aos cidadãos, de acordo com a população, PIB, entre outros. (BRASIL, 2010).

Destaca-se que a saúde pública é um assunto de cunho político e possui importantes pautas para o alcance dos objetivos políticos sociais, como por exemplo, crescimento da economia, bem-estar populacional bem como o desenvolvimento da população de modo social e saúde (SAÚDE NAS AMÉRICAS, 2006).

Para Paim e Teixeira (2006), no que tange as definições de gestão em saúde, os autores apontam uma multiplicidade de significados para a terminologia que de alguma forma estão em comum consenso interdisciplinar sobre o contexto político que a norteia.

Não é possível separar a administração do governo, como é impossível separar a prática da teoria. A oposição tradicional entre direito constitucional e direito administrativo, ciência política e ciência administrativa, política e administração procura mostrar um mundo onde a execução está absolutamente separada da decisão, em nível dos que exercem o poder. Essa representação que busca neutralizar a administração é desmentida todos os dias na real relação de dominação. (TEIXEIRA, 2019, p. 26, apud MOTTA, 1986, p. 41).

A saúde pública integra a parte de um sistema de saúde, no contexto de uma ação coletiva entre o Estado e a Sociedade Civil, com o objetivo de manter uma qualidade de vida dos cidadãos, a responsabilidade de garantir a qualidade e acesso à saúde dos cidadãos, de determinada comunidade, é regida em benefícios de todos. (BRASIL, 2010).

(...) saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL, 1988, art. 196).

No que tange a disponibilidade de acesso à saúde à sociedade de um modo geral, é necessário destacar que a mesma não se limita apenas em disponibilizar hospitais, UPA (unidade de pronto atendimento), esse “direito à saúde” entre outros, vai além de uma estrutura específica, envolve também práticas sociais que englobam os valores reconhecidos na sociedade. (PAIM; TEIXEIRA, 2006).

A atuação da sociedade manifesta-se nas instituições, nas práticas sociais e nos valores socialmente reconhecidos que modelam as atitudes, condutas sociais em favor da vida e da saúde. O Estado é a instituição que coordena e mobiliza as condições para o cumprimento das Fesp, cuja responsabilidade específica e atribuída perativamente ao governante ou autoridade sanitária designada para este fim e que deve ser capaz de mobilizar os atores pertinentes, os recursos necessários e as estratégias.

Desta forma, o Estado é o gerenciador que garante a prática de práticas sociais e mobiliza as condições de aplicá-las. Assim, o Estado incube responsabilidades aos governantes visando mobilizar e criar estratégias no qual, os recursos pertinentes à prática de um programa social, como por exemplo, tratamentos odontológicos, vacinação, entre outros sejam realizados de acordo com o que fora previamente planejado. (ANDRADE, 2001).

A saúde pública não é e não pode ser vista como uma “disciplina de cunho acadêmico”, ela é fundamentalmente uma prática social, onde seus principais objetivos compete apenas o cunho social público, onde uma das atividades que compete à saúde pública, e destacada no parágrafo anterior, de extrema importância: mobilização social. (ANDRADE, 2001).

A saúde pública e parte integrante do sistema de saúde e a definição das funções essenciais apoiam - se no conceito de saúde pública como uma ação coletiva do Estado e da Sociedade Civil para proteger e melhorar a saúde dos indivíduos e das comunidades. E uma noção que ultrapassa as intervenções de base populacionais ou comunitárias e que inclui a responsabilidade de garantir o acesso a cuidados de saúde de qualidade.

No que compete ao lado histórico sobre gestão de saúde no Brasil, a mesma surgiu com um objetivo de juntar e/ou compatibilizar os conhecimentos que norteiam a administração pública, como por exemplo, o compartilhamento de ideias eficazes em prol de combater epidemias. (PAIM; TEIXEIRA, 2006).

Destaca-se que gestão pública em saúde está atrelada e anda paralelamente sobre influência política, como por exemplo, a reforma sanitária brasileira (RSB), que foi um marco ocorrido em meados das décadas de 70 e 80, que lutava por melhorias de qualidade de saúde, bem como a criação de políticas e democratização da saúde, que visavam assegurar o direito

igualitário de acesso à saúde para todos os cidadãos brasileiros. A qual foram políticas que beneficiaram a população e primordiais para a institucionalização do Sistema único de Saúde – SUS. (ANDRADE, 2001).

Os gestores (federais, estaduais e municipais) do SUS cumprem um papel decisivo na conformação das práticas de saúde por meio das políticas, dos mecanismos de financiamento etc., mas não governam sozinhos. Apesar de haver uma direção - os gestores - a quem formalmente cabe governar, na verdade todos governam - os trabalhadores e os usuários (FEUERWERKER, 2005, p.501).

Ao longo dos anos, com o avanço do processo de municipalização do Sistema único de Saúde, a gestão que trabalha e administra os serviços destinados exclusivamente à saúde, vem ganhando maior consonância com os governos municipais, ou seja, o SUS expande-se em prol de atender e estar mais perto da população, visando garantir os serviços de saúde que são direitos de todos. Pois os municípios podem optar em incorporar as estratégias do governo federal com os planos de saúde administrativos municipais, visando, por exemplo, um maior incentivo financeiro, que priorizam determinadas áreas e condições de saúde de determinada comunidade.

No âmbito do governo municipal, destacam-se as unidades básicas de saúde-UBS, no qual, uma das funções mais importantes é desempenhar o atendimento primário ao cidadão que necessita de determinado atendimento, normalmente as necessidades básicas são oferecidas pelas UBS, como por exemplo, curativos, atendimentos médico/odontológicos, entre outros. Os hospitais oferecem atendimentos mais específicos e abrangentes, no qual oferecem serviços mais especializados. (ANDRADE, 2001).

No que compete aos gestores do Sistema Único de Saúde, em prol de garantir direitos aos cidadãos bem como assegurar uma boa gestão, de acordo com a carta dos direitos dos usuários de saúde (2011), destaca.

- I. Promover o respeito e o cumprimento desses direitos e deveres com a adoção de medidas progressivas para sua efetivação;
- II. Adotar as providências necessárias para subsidiar a divulgação desta carta, inserindo em suas ações as diretrizes relativas aos direitos e deveres dos usuários, ora formalizada;
- III. Incentivar e implementar formas de participação dos trabalhadores e usuários nas instâncias e nos órgãos de controle social do SUS;
- IV. Promover atualizações necessárias nos regimentos e estatutos dos serviços de saúde, adequando-os a esta carta;

V. Adotar formas para o cumprimento efetivo da legislação e normatizações do sistema de saúde. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011, p. 24).

A gestão pública de saúde no âmbito municipal executa serviços administrativos que atendem os pacientes, conforme grau de necessidade do mesmo. Assim quando a gestão pública municipal é bem executada, exerce papéis fundamentais como a diminuição de pacientes em hospitais, a secretária municipal de saúde pode encaminhar os atendimentos de baixa e alta complexidade, dos quais o SUS na maioria das vezes executa tais atendimentos. (MACHADO, 2007).

Desta forma, as unidades Básicas de Saúde (UBS), bem como as estratégias de Saúde da Família (ESF), que são programais do governo federal, administrados pelos órgãos municipais, executam um papel importante em encaminhar o cidadão para os hospitais, contribuindo com a diminuição de superlotação nos hospitais, através de procedimentos que, em muitas situações podem ser tratados e solucionados pelo atendimento básico. (ANDRADE, 2001).

É de extrema importância destacar que uma boa gestão pública de saúde, influencia diretamente nos resultados de atendimento público municipal, é necessário que os mesmos estejam empenhados em garantir um atendimento de qualidade para os seus cidadãos. (MACHADO, 2007).

Corroborando com o exposto, Fernandes, Machado, Anshau (2009), destacam:

[...] gerenciar uma equipe de saúde e atender as perspectivas dos usuários requer um profissional equilibrado, que consiga superar as limitações que o serviço apresenta e que, além de prestar assistência baseada nos princípios do SUS, consiga lidar com o déficit de pessoal, de materiais, de recurso bem como com a demanda cada vez maior de usuários (FERNANDES; MACHADO; ANSHAU, 2009, p. 1542).

Presume-se que, devido a certas condições clínicas / cirúrgicas de baixa complexidade, a oferta adequada de cuidados primários de alta qualidade pode prevenir ou reduzir a frequência de hospitalização. Portanto, devido à sensibilidade à atenção primária, uma maior taxa de hospitalização no hospital pode indicar uma menor taxa de acesso e utilização de serviços de atenção primária, ou de baixa resolução / alta qualidade de serviços de atenção primária. (MACHADO, 2007).

O Sistema Único de Saúde – SUS

O Sistema Único de Saúde, o SUS, é formado pelo conjunto de todas as ações e serviços de saúde prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público. À iniciativa privada é permitido participar desse Sistema de maneira complementar.

O SUS pode ser considerado uma das maiores conquistas sociais consagradas na Constituição de 1988. Seus princípios apontam para a democratização nas ações e nos serviços de saúde que deixam de ser restritos e passam a ser universais, da mesma forma, deixam de ser centralizados e passam a nortear-se pela descentralização. (BRASIL, 2000, p. 1).

O Sistema Único de Saúde - SUS - foi criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pelas Leis nº 8080/90 e 8142/90, sua principal finalidade e serviço consiste em alterar a forma de atendimento e os serviços de saúde eram ofertados, ou sejam, visa deixar os atendimentos igualitários bem como extinguir a desigualdade de assistência. Assim, é obrigatório o atendimento público justo, eficiente e igualitário, com a proibição de quaisquer cobranças de cunho monetário sob qualquer pretexto. (BAPTISTA, 2005).

A implementação do SUS ocorreu de fato, no início do século XXI, de reconhecimento mundial, bem como reconhecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), como o maior sistema de saúde público, gratuito e universal do planeta. De acordo com os dados da OMS, 7 a cada 10 brasileiros, são dependentes da assistência oferecida pelo SUS, pois a maioria da população brasileira não possui planos de saúde particular, por vários motivos, como financeiro, principalmente. (MATTA, 2007)

Por isso, o acesso ao sistema público de saúde é um grande passo em direção a uma nação que respeita e cuida de seus cidadãos, desde ao nascer, a chegada da terceira idade, por exemplo. Faz-se necessário a presença de um gestor competente e habilitado em executar a função com maestria, diante dos desafios, pois infraestrutura, profissionais qualificados e recursos financeiros, são alguns desafios de competência do gestor, pois é do mesmo a responsabilidade de destinar os recursos para os setores de maneira coesa, justa e correta. (MATTA, 2007)

O Sistema Único de Saúde foi institucionalizado no ano de 1988, logo, de acordo com a Constituição Federal, foi promulgada também a Lei que visa mudar a desigualdade de

prestação e assistência à saúde a população, ou seja, a implantação de que os serviços de saúde públicos são direitos de todos e deve ser oferecido de maneira igualitária. O SUS é aberto a todas as pessoas físicas e arrecada recursos por meio de impostos e doações sociais pagos pelo poder público, sendo recursos dos governos federal, estadual e municipal. (BAPTISTA, 2005).

É através do SUS que todos os cidadãos podem consultar-se, realizar exames, bem como internações ou demais atendimentos que envolvem saúde, totalmente gratuito. Contemplam o Sistema Único de Saúde: centros e postos de saúde, unidades básicas de saúde, hospitais, incluindo os universitários, hemocentros, laboratórios, entre outros, fundamentais em garantir um atendimento de saúde de qualidade em prol da população necessitada. Contempla o SUS, também, a distribuição de medicamentos, tratamentos de Câncer, HIV, entre outras enfermidades. O SUS é um sistema que contempla a população de um modo geral, e garante o atendimento igualitário aos cidadãos. (BAPTISTA, 2005).

O SUS é uma referência de sistema público de saúde, por sua magnitude, princípios e objetivos em prestar uma assistência de saúde para sua população de maneira justa e igualitária. Para Costa et. Al. (2007), o processo de implementação e execução do SUS não têm sido fáceis em decorrência de intervenções que tem como alvo a descentralização de planos de ações do atendimento à saúde. Assim, é constituída por uma rede de prestadores públicos e privados, redes descentralizadas, regionais, hierárquicas e que variam de acordo com a complexidade dos serviços prestados à população.

Entre os princípios organizativos do Sistema Único de Saúde, que são os meios que são utilizados para realizar a culminância de um princípio, de acordo com Gonçalves (2014), destacam-se:

Regionalização e hierarquização: os serviços de saúde devem estar organizados em níveis crescentes de complexidade (atenção primária, atenção secundária e atenção terciária), circunscritos a uma área geográfica específica, planejados com base nas necessidades dos diversos usuários (MINAS GERAIS, 2009);

Descentralização e comando único: o SUS deve ser descentralizado, porém prevê a divisão de responsabilidades entre as três esferas do governo – gestores federais, estaduais e municipais. Assim, cabe geralmente ao município a administração direta dos serviços de saúde, enquanto os outros níveis (estadual e municipal) ficam responsáveis por outras funções, como formular e executar políticas e definir normas;

Municipalização: o fortalecimento da gestão municipalizada do SUS está fundamentado na gestão dos municípios e não centrado no Governo Federal, trata-se de uma estratégia fundamental para o acesso integral da população à promoção, proteção e recuperação da saúde; e

Participação social: a participação da comunidade está garantida nas questões do SUS por meio dos Conselhos e das Conferências de Saúde, divididos em segmentos de acordo com a natureza de sua inserção no sistema de saúde

(usuários, gestores e trabalhadores). Esses segmentos, por lidarem diretamente com questões relativas à saúde da comunidade e por conhecerem as necessidades locais, devem ter voz ativa na formulação das políticas locais e na fiscalização de sua execução (o que é garantido no nível municipal pelos Conselhos Municipais de Saúde e pelas Conferências Municipais de Saúde). A participação da comunidade é uma diretriz do SUS assegurada pelo artigo 198 da CF/88 e regulamentada pela Lei n. 8.142/90. (GONÇALVES, 2014, p 16 a 17)

É através do SUS que toda a comunidade pode usufruir e tem o direito de realizar consultas, fazer exames, entre outros tratamentos vinculados a este grandioso sistema de saúde, e tais atendimentos englobam as esferas federal, estadual e municipal, independentemente de ser público ou privado, desde que sejam contratados pela administração pública de saúde. (GONÇALVES, 2014).

Os gestores do SUS são os representantes dos três níveis de governo. Assim, a responsabilidade para com a gestão do sistema é dos municípios, dos estados, do Distrito Federal e da União solidariamente por meio de seus órgãos que são, respectivamente, as Secretarias Municipais de Saúde (SMS), as Secretarias Estaduais de Saúde (SES) e o Ministério da Saúde. Isso na medida em que a direção do SUS é única em cada nível de governo, ou seja, ela é exercida por esses órgãos em suas respectivas esferas.

A rede do SUS é organizada de forma regionalizada e com nível de complexidade crescente. Os municípios podem formar consórcios para desenvolver ações e prestar serviços que estejam sob suas responsabilidades, sendo que, mesmo nesse caso, a direção do sistema continua sendo única em cada nível de governo. (BRASIL, 2000, p. 9).

Desta forma, destaca-se que o SUS é destinado e é um direito oferecido a todos os cidadãos, seu financiamento é realizado a partir dos recursos que são arrecadados por intermédio de impostos entre outras contribuições sociais, que são pagos e compõe os recursos das três esferas (federal, estadual e municipal). (JÚNIOR; JÚNIOR, 2006).

O SUS é uma importante ferramenta que visa o atendimento justo às necessidades de saúde dos cidadãos. O SUS recomenda promover a saúde e priorizar ações preventivas para democratizar informações relevantes para que as pessoas conheçam seus direitos e agravos à saúde. Controlar a ocorrência, aumento e disseminação de doenças, bem como o controle de qualidade de medicamentos, alimentos, fiscalizações, saúde e instalações de atendimento ao público. (GONÇALVES, 2014).

Quando a saúde pública não é suficiente para atender toda a população em uma determinada área, a iniciativa privada participa do SUS de forma complementar por meio de contratos e convênios de prestação de serviços ao país². Pelas características de descentralização adotadas pelos governos federal e estadual, os municípios têm desempenhado

o papel mais importante nesse processo. Cada município da aliança é responsável pela gestão, ou seja, pelo controle, planejamento e execução da maioria dos serviços de saúde. (STARFIELD, 2004).

A atenção primária se diferencia dos outros níveis assistenciais por quatro atributos característicos: atenção ao primeiro contato, longitudinalidade, integralidade e coordenação. Destes quatro atributos, a longitudinalidade tem relevância por compreender o vínculo do usuário com a unidade e/ou com o profissional. A população deve reconhecer a Unidade como fonte regular e habitual de atenção à saúde, tanto para as antigas quanto para as novas necessidades. Já o profissional deve conhecer e se responsabilizar pelo atendimento destes indivíduos. A longitudinalidade está fortemente relacionada à boa comunicação que tende a favorecer o acompanhamento do paciente, a continuidade e efetividade do tratamento, contribuindo também para a implementação de ações de promoção e de prevenção de agravos de alta prevalência (STARFIELD, 2004).

A gestão do Sistema Único de Saúde engloba três esferas governamentais e foram fundamentais para a reforma sanitária brasileira, pois foram consideradas tais diretrizes em prol do comprometimento em garantir a qualidade de saúde e disponibilidade para todos de acordo com a Constituição Federal. Desta forma seguindo os princípios de elaborar e vincular ações em concomitância com os demais gestores que buscam garantir a qualidade do SUS como uma política pública, para que, desta forma, os serviços de saúde que são oferecidos, sejam resolutivos. (STARFIELD, 2004).

A abrangência do SUS necessita de uma infraestrutura que contemple a quantidade e a qualidade, tanto dos materiais, profissionais, organização e de grande valia destacar o processo de configuração do trabalho. (JÚNIOR; JÚNIOR, 2006).

Atualmente, as grandes cidades agregam outras estruturas de gestão em saúde, como áreas de coordenação, fiscalização ou saneamento e áreas técnicas, que embora necessárias, burocratizam o processo de gestão da saúde pública. Recentemente, alguns municípios optaram pela gestão indireta, contratando organizações sociais ou entidades filantrópicas que visam a gestão de profissionais e serviços. (JÚNIOR; JÚNIOR, 2006).

No âmbito da gestão de saúde pública, destaca-se que os gestores públicos de saúde, encontram grandes desafios no processo administrativo em prol de oferecer uma qualidade de saúde à população, decorrente a escassez de recursos em algumas situações, pois alguns gestores por vezes encontram-se em situações das quais são obrigadas a reprimir demandas, pois é necessário destacar que um diagnóstico precoce, por exemplo ou outras ações de cunho preventivo podem evitar grandes problemas, e desta forma priorizar os casos mais elevados de emergência, decorrente à escassez de recursos. (STARFIELD, 2004).

Destaca-se que os serviços no âmbito da saúde são concentrados no modelo de curativo, com uma das principais atenções em prol de um trabalho resolutivo das enfermidades, ou seja, uma tríade é formada para o processo de atendimento ser formado: iniciado por consultas médicas, sequenciadas dos exames e concluída pela medicalização. (JÚNIOR; JÚNIOR, 2006).

As possíveis ligações entre gestão, saúde e educação configuradas no âmbito da gestão clínica podem ser entendidas em termos de simultaneidade social. Tal compreensão engloba e compreende as concepções de relação entre a população e as instituições visam um longo prazo de tempo, mas duradoura de menos frequência. Porque estão presos na era da liquidez, volatilidade, incerteza e insegurança (modernidade da liquidez), substituindo a era anterior marcada por referências mais confiáveis. (JÚNIOR; JÚNIOR, 2006).

CONCLUSÃO

Desta forma, é de grande importância, da necessidade de expressar diferentes saberes e compartilhar poder de decisão entre gestores, profissionais e pacientes, pautar-se por uma assistência integral, de qualidade e segura e se adaptar às necessidades de saúde das pessoas. E para enfrentarmos esses desafios, é imperativo aprendermos e vivenciarmos a simultaneidade entre a certeza assumida e a incerteza por meio de uma compreensão crítica e de uma atitude aberta, que visa garantir um bom atendimento aos pacientes, de maneira justa e universal.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. O. M. Do nascimento da saúde pública ao movimento pré-SUS. In: SUS passo a passo: normas, gestão e financiamento. São Paulo: Hucitec; Sobral: Edições UVA, 2001. p. 19-28.

ANDRADE, L. O. M. A regulamentação do SUS. In: SUS passo a passo: normas, gestão e financiamento. São Paulo: Hucitec; Sobral: Edições UVA, 2001.

BAPTISTA, T. W. F. O direito à saúde no Brasil: sobre como chegamos ao Sistema Único de Saúde e o que esperamos dele. In: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Textos de apoio em políticas de saúde. 20. ed. Rio de Janeiro, 2005. v. 1.

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei n.º 8.080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Senado Federal. Legislação Federal. 1990.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Convergências e divergências sobre gestão e regionalização do SUS. Brasília: 2004. (Conass Documenta, 6).

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Legislação do SUS. Brasília: 2003. Conass Progestores.

BRASIL. Ministério da Saúde. Carta dos direitos dos usuários da saúde / Ministério da Saúde. – 3. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

CORRÊA, Áurea Christina de Paula et al. Acesso a serviços de saúde: um olhar de usuário de uma unidade de saúde da família. Revista gaúcha de enfermagem. Porto Alegre (RS). 2011 set; 32(5): p 51-7.

FEUERWERKER, L. Modelos tecnoassistenciais, gestão e organização do trabalho em saúde: nada é indiferente no processo de luta para a consolidação do SUS. Interface – Saúde, Educação, Comunicação, v.9, n.18, p.489- 506, set/dez. 2005.

JÚNIOR, Aylton Paulus. JÚNIOR, Luiz Codoni. Políticas públicas de saúde no Brasil. Revista Espaço para a saúde. Londrina; v6, nº1, p 13-19, dez 2006.

MATTA, G. C. Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde In: Matta, G. C.; Pontes, A. L. de M. (Org.). Políticas de saúde: a organização e a operacionalização do Sistema Único de Saúde. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2007. v. 3. p. 61-80.

MACHADO, C. V. Direito universal, política nacional: o papel do Ministério da Saúde na política de saúde brasileira de 1990 a 2002. Rio de Janeiro: Ed. do Museu da República, 2007.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). Diretrizes operacionais dos pactos pela vida, em defesa do SUS e de gestão. Brasília: 2006.

PAIM, J. S.; TEIXEIRA, C. F. Política, planejamento e gestão em saúde: balanço do estado da arte. Rev. Saúde Pública, [S.l.], n. 40 (especial), p. 73-78. 2006.

STARFIELD, B. Qualidade dos serviços de atenção primária de saúde. In: STARFIELD B. Atenção primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologias. Brasília: UNESCO; Ministério da Saúde do Brasil, 2004.

TEIXEIRA, F. V. S.; A eficácia da gestão escolar em duas escolas da rede estadual do Município de Santa Maria do Pará – Pará: A perspectiva discente, Belém-Pará: Conhecimento & Ciência, 2019. Volume 01.



**SAÚDE EM SEGURANÇA:
PROMOÇÃO E PREVENÇÃO
DE DOENÇAS**

SAÚDE EM SEGURANÇA: PROMOÇÃO E PREVENÇÃO DE DOENÇAS

Jucirema Nogueira
Vitória Baía Pinto
Ricardo Figueiredo Pinto

RESUMO

Este ensaio permite discutir as diversas abordagens sobre promoção e prevenção de doenças no contexto internacional e brasileiro, com o sentido de contribuir para a construção de novas práticas e compromissos em torno da produção social da saúde. Existem evidências científicas abundantes que mostram a contribuição da saúde para a qualidade de vida de indivíduos ou populações. Da mesma forma, é sabido que muitos componentes da vida social que contribuem para uma vida com qualidade são também fundamentais para que indivíduos e populações alcancem um perfil elevado de saúde. É necessário mais do que o acesso a serviços médico-assistenciais de qualidade, é preciso enfrentar os determinantes da saúde em toda a sua amplitude, o que requer políticas públicas saudáveis, uma efetiva articulação intersetorial do poder público e a mobilização da população.

Palavras-chave: Prevenção; promoção; políticas públicas de saúde.

ABSTRACT

This essay allows us to discuss the different approaches to disease promotion and prevention in the international and Brazilian context, with the aim of contributing to the construction of new practices and commitments around the social production of health. There is abundant scientific evidence showing the contribution of health to the quality of life of individuals or populations. Likewise, it is known that many components of social life that contribute to a quality life are also essential for individuals and populations to achieve a high health profile. More than access to quality medical care services is needed, it is necessary to face the determinants of health in its entirety, which requires healthy public policies, an effective intersectoral articulation of public authorities and the mobilization of the population.

Keywords: Prevention; promotion; public health policies.

RESUMEN

Este ensayo nos permite discutir los diferentes enfoques de la promoción y prevención de enfermedades en el contexto internacional y brasileño, con el objetivo de contribuir a la construcción de nuevas prácticas y compromisos en torno a la producción social de la salud. Existe abundante evidencia científica que muestra la contribución de la salud a la calidad de vida de individuos o poblaciones. Asimismo, se sabe que muchos componentes de la vida social que contribuyen a una calidad de vida también son fundamentales para que los individuos y las poblaciones logren un alto perfil de salud. Lo que se necesita es más que el acceso a servicios de atención médica de calidad, es necesario enfrentar los determinantes de la salud en su totalidad, lo que requiere de políticas públicas saludables, una articulación intersectorial efectiva de las autoridades públicas y la movilización de la población.

Palabras llave: Prevención; promoción; políticas de salud pública.

INTRODUÇÃO

A expressão, prevenção de doenças e promoção da saúde é comumente encontrada sempre que falamos sobre saúde. A ideia de prevenção de doenças por si só é bastante clara:

Prevenção primária significa evitar a ocorrência de doença. Prevenção secundária significa interromper a progressão de uma doença de seu estágio inicial não reconhecido para um mais grave (SILVA; BODSTEIN, 2016).

Nesse sentido, cabe ressaltar, que se tornou mais importante cuidar da vida a partir da redução da vulnerabilidade de adoecimento, através de políticas públicas adequadas, então, o processo saúde e doença evidenciou que o bem estar (ou mal estar) é resultado de modos de organização da produção de trabalho em determinados contextos sociais e consequentemente biológicos. A promoção da saúde, como uma das estratégias de produção de saúde, ou seja, como um modo de pensar e de operar articulado às demais políticas e tecnologias desenvolvidas no sistema de saúde brasileiro, contribui na construção de ações que possibilitam responder às necessidades sociais em saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010).

No SUS, a estratégia de promoção da saúde é retomada como uma possibilidade de enfocar os aspectos que determinam o processo saúde-adoecimento em nosso País – como, por exemplo: violência, desemprego, subemprego, falta de saneamento básico, habitação inadequada e/ou ausente, dificuldade de acesso à educação, fome, urbanização desordenada, qualidade do ar e da água ameaçada e deteriorada; e potencializam formas mais amplas de intervir em saúde. Considerando, ainda, que a responsabilidade compartilhada entre sociedade, setor produtivo e setor público é o caminho para a construção de modos de vida que tenham como objetivo central a promoção da saúde e a prevenção das doenças.

Durante este século, a prevenção de doenças mudou muito, deixando de focar na redução das exposições ambientais sobre as quais o indivíduo tinha pouco controle pessoal, como fornecer água potável, para enfatizar comportamentos como evitar o uso de tabaco, alimentos gordurosos e um estilo de vida sedentário. Embora os indivíduos tenham escolha nessas questões, já em 1952 a Comissão Presidencial sobre as Necessidades de Saúde da Nação observou que essa responsabilidade individual pela saúde só pode ser totalmente eficaz se a sociedade garantir o acesso à educação necessária e aos serviços profissionais. Avaliações mais recentes também citaram a necessidade de apoio social para iniciativas individuais de saúde (SHIMIZU et al. 2016).

REFERENCIAL TEÓRICO

Realizações de prevenção de doenças, como erradicação da varíola e o recente declínio na incidência e mortalidade de câncer de pulmão são mais conhecidas do que as falhas como as

mais de 330.000 mulheres americanas que morreram de câncer cervical desde 1946, quando o conhecimento de como prevenir tais mortes estavam disponíveis, e a epidemia de sarampo de 1989-1990. A prevenção de doenças é, portanto, muito bem delineada e compreendida (TEIXEIRA, COUTO, DELGADO, 2017).

A promoção da saúde, no entanto, é um conceito mais recente e indescritível que apareceu com destaque no léxico da saúde apenas durante a última parte do século XX. Este artigo considera algumas definições comuns de promoção da saúde; explora as razões pelas quais surgiram; discute a necessidade de repensar toda a ideia; apresenta uma visão de promoção da saúde mais explícita do que as usuais; e, por fim, faz sugestões de quem deve promover a saúde (COPELLI, et al 2016).

Conceitos de promoção da saúde

Henry E. Sigerist, um historiador médico, observou que "a saúde é promovida fornecendo um padrão de vida decente, boas condições de trabalho, educação, cultura física, meios de descanso e recreação, a saúde não é simplesmente a ausência de doença: é algo positivo, uma atitude alegre em relação à vida e uma aceitação alegre das responsabilidades que a vida impõe ao indivíduo. " (COPELLI, et al 2016)

Após o delineamento de Sigerist das condições sociais gerais responsáveis pela saúde, estudos epidemiológicos de 1950 a 1975 identificaram certos hábitos de alimentação, atividade física e uso de tabaco e álcool como os grandes responsáveis pela epidemia de doenças crônicas que então estava em andamento. Educadores de saúde, amplamente treinados em psicologia individual, adotaram o termo promoção da saúde para significar sua abordagem para modificar o comportamento. (FONTANELLA et al. 2011)

Em 1979, um documento oficial do Serviço de Saúde Pública dos EUA promulgou uma visão semelhante de promoção da saúde, afirmando que “visa o desenvolvimento de medidas comunitárias e individuais que possam ajudar [as pessoas] a desenvolver estilos de vida que possam manter e melhorar o estado de bem-estar”. A ênfase estava no desenvolvimento de estilos de vida saudáveis. Isso pode refletir a influência da psicologia individual na educação em saúde americana, com prioridade na motivação e responsabilidade pessoal. Além disso, o relatório não chegou a definir saúde, apenas rebatizando-o de "bem-estar" como consequência dos estilos de vida (FONTANELLA et al.. 2011).

Um documento norte-americano de 1991 sobre promoção da saúde refere-se a "independência funcional ... melhoria da qualidade de vida em cada estágio da vida ... aptidão cardiorrespiratória ... força muscular, resistência e flexibilidade" e lista maneiras de atingir

esses estados. A menção de tais formas, no entanto, é intercalada com atenção específica à prevenção de "doenças coronárias, hipertensão, diabetes, osteoporose e depressão". Claramente, tem sido difícil separar a promoção da saúde da prevenção de doenças (DUARTE, QUEIROZ, BUSCHER, 2015).

A Carta de Ottawa para Promoção da Saúde, patrocinada pela Organização Mundial da Saúde, reconheceu a importância de definir saúde na busca pela promoção da saúde. Depois de delinear a promoção da saúde como "o processo que permite às pessoas aumentar o controle e melhorar sua saúde", definiu a saúde como "um recurso para a vida cotidiana ... um conceito positivo que enfatiza os recursos sociais e pessoais, bem como as capacidades físicas. " Os elementos desse recurso aplicáveis a indivíduos devem ser delineados. Voltando ao conceito de Sigerist, a Carta de Ottawa também afirmou que "as condições e recursos fundamentais para a saúde são paz, abrigo, educação, alimentação, renda, um ecossistema estável, recursos sustentáveis, justiça social e equidade." (DUARTE, QUEIROZ, BUSCHER, 2015).

Assim, a Carta de Ottawa define a saúde como um "recurso para a vida cotidiana" e também traça as condições sociais necessárias para isso. As capacidades dos indivíduos também devem ser consideradas como um recurso para a vida cotidiana e devem ser enfatizadas (DUARTE, QUEIROZ, BUSCHER, 2015).

Por que surgiram os conceitos de promoção da saúde

Antes de examinar mais a fundo a natureza da promoção da saúde e quem deve ser responsável por ela, considere brevemente porque o conceito surgiu. A noção de promoção da saúde surgiu evidentemente na segunda metade do século 20 porque as pessoas estão vivendo mais do que antes e mais livres da ameaça de doenças (DUARTE, QUEIROZ, BUSCHER, 2015).

A longevidade nos Estados Unidos aumentou de menos de 50 anos em 1900 para mais de 75 anos agora. Esse aumento de mais de 50% durante o século 20 provavelmente foi a maior extensão de vida na história da humanidade. Embora a redução da mortalidade em idades mais jovens tenha dominado a tendência durante a primeira metade do século, o aumento da longevidade após os 60 anos foi relativamente maior nas últimas décadas. (SILVA; BODSTEIN, 2016)

A população pode, de fato, estar se aproximando da expectativa de vida humana, a duração "natural" da vida. Um rato pode viver cerca de 2 anos; um cachorro, 20 anos; e um humano, provavelmente de 85 a 100 anos, com apenas alguns indivíduos se tornando centenários. Além disso, uma proporção crescente da atual expectativa de vida humana de 70 a

85 anos, particularmente sua porção anterior, não é sobrecarregada por doenças, sugerindo o advento de uma era de "compressão da morbidade". Além disso, muitos dos mesmos fatores responsáveis pela mortalidade prematura são altamente associados à deficiência (SHIMIZU et Al. 2016).

Assim, é possível voltar a atenção para a natureza da saúde e considerá-la, como propõe a Carta de Ottawa, um recurso para viver. As pessoas parecem cada vez mais esperançosas de minimizar as doenças e deficiências durante suas vidas. Parecem estar pensando não apenas em como evitar ficar doente, uma visão negativa, mas também em como ampliar o potencial de viver, uma visão positiva da saúde. Esse ponto de vista é penetrante no pensamento médico; por exemplo, Nuland escreveu recentemente: "A medicina mudou de um foco principalmente na cura para um cada vez mais preocupado com a melhoria da vida", e observou que os eventos estão "voltando os olhos dos cientistas médicos cada vez mais para os mecanismos básicos da vida, em vez de doenças e morte." (TEIXEIRA, COUTO, DELGADO, 2017)

Consequentemente, a sociedade parece estar entrando em uma terceira "revolução da saúde pública". Terris observou que a primeira revolução da saúde pública lidou com doenças transmissíveis e a segunda com doenças crônicas não transmissíveis. Embora nenhuma dessas revoluções tenha atingido todo o seu potencial, foi feito um progresso tão notável contra as doenças que alguma energia pode agora ser dedicada ao avanço da saúde no sentido de maximizá-la como um recurso para viver (COPELLI, et al., 2016).

Repensando a ideia de promoção da saúde

Até o momento, as agências e profissionais de saúde geralmente consideram a promoção da saúde um processo realizado para manter a saúde do grupo. Metas foram enunciadas, por exemplo, para alcançar o seguinte até o ano 2000:(FONTANELLA et al. 2011)

Aumente a atividade física diária moderada para pelo menos 30% das pessoas. Reduza a prevalência do tabagismo para não mais do que 15% dos adultos. Reduza o uso de álcool por crianças de 12 a 17 anos para menos de 13% (DUARTE, QUEIROZ, BUSCHER, 2015).

Esses objetivos são certamente valiosos, mas não constituem medidas diretas de promoção da saúde no sentido de maiores capacidades de viver. Em vez disso, esses objetivos normalmente são considerados como lidando com fatores de risco para doenças coronárias, câncer de pulmão, alcoolismo e outras doenças. (GUERREIRO et al 2014)

Considerar a saúde como recurso para a vida cotidiana, no entanto, requer consideração de como delinear e até mensurar as capacidades pessoais que constituem um recurso para a vida. A maioria das pessoas aparentemente deseja que a vida inclua ser capaz de se mover

livremente, desfrutar de comida e sexo, sentir-se bem, lembrar de coisas e ter família e amigos. (DUARTE, et al 2015)

Ao alcançar a saúde como um recurso para esses aspectos da vida, as doenças agudas e crônicas devem ser evitadas porque prejudicam o potencial para a vida. Mas agora, para alcançar o pleno potencial de vida, está ficando claro que capacidades específicas devem ser desenvolvidas e mantidas. Isso está claramente além da prevenção de doenças e ilustra a importância de se considerar a natureza da promoção da saúde (DUARTE, et al 2015).

Um conceito mais explícito de promoção da saúde

A formulação da saúde pela Organização Mundial da Saúde como "bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças e enfermidades", constituiu um passo importante na elaboração de um novo conceito de saúde que pudesse servir de base para a promoção da saúde. (GUERREIRO et al 2014)

Uma publicação da International Epidemiological Association e da Organização Mundial da Saúde, em outra etapa, descreve aspectos da saúde: equilíbrio da saúde e potencial para a saúde. equilíbrio da saúde é essencialmente a noção hipocrática de equilíbrio dinâmico entre o organismo humano e seu ambiente, uma relação basicamente estável de uma pessoa com o mundo exterior (GUERREIRO et al 2014).

Por outro lado, o potencial de saúde consiste em reservas - a capacidade de um indivíduo de lidar com as influências ambientais que colocam em risco o equilíbrio da saúde. Este conceito vai além da ideia de imunidade a agentes microbiológicos nocivos; inclui a capacidade de resistir aos efeitos adversos dos fatores que causam a aterosclerose, a perda de um ente querido ou uma miríade de outras circunstâncias prejudiciais de vida (SILVA; BODSTEIN, 2016)

A saúde é um fenômeno dos indivíduos, assim como a doença é um fenômeno dos indivíduos. Cada pessoa tem um certo grau de saúde que pode ser expresso como um lugar em um espectro. Nessa perspectiva, a promoção da saúde deve se concentrar na melhoria da capacidade de vida das pessoas. Isso significa movê-los em direção à extremidade do espectro da saúde, assim como a prevenção visa evitar doenças que podem levar as pessoas para a extremidade oposta do espectro. (SHIMIZU et Al. 2016)

Medir o progresso na terceira revolução da saúde pública envolve ir além da contagem de doenças, seus indicadores e fatores de risco. Requer delinear e medir a saúde dos indivíduos, assim como as doenças são delineadas (diagnosticadas) nos indivíduos. Então, a saúde agregada

nas populações pode ser tratada para fins de saúde pública (TEIXEIRA, COUTO, DELGADO, 2017)

Descrever a saúde de um indivíduo quantitativamente para lidar com ela cientificamente requer a especificação de várias capacidades funcionais para a vida e a medição de sua extensão nos indivíduos, assim como várias deficiências funcionais (isto é, deficiências) são agora especificadas e medidas. (COPELLI, et al 2016)

Ao avaliar o problema de doenças crônicas das últimas décadas, Katz listou 6 "atividades da vida diária" que são necessárias para uma vida livre mínima, para evitar a dependência. Posteriormente, graus menores de deficiência foram delineados e medidos. A importância de definir e medir a deficiência foi reconhecida, tanto para as abordagens individuais quanto populacionais para uma vida melhor. Agora é a hora de proceder de maneira semelhante para lidar quantitativamente com graus mais elevados de saúde para viver, não limitando a medição da saúde a coisas como a ausência de deficiência (FONTANELLA et al. 2011)

Assim, é possível agora, nos esforços de saúde, ir além da prevenção de doenças, ou seja, o esforço para evitar ou minimizar as condições patológicas. Os indivíduos podem almejar mais do que a liberdade daqueles distúrbios físicos e mentais listados na nomenclatura de doenças. Com igual ênfase, a energia e as reservas de saúde que permitem uma vida flutuante, cheia de entusiasmo e a capacidade de enfrentar os desafios da vida, devem ser buscadas. Uma saúde considerável deste tipo pode ser desfrutada, mesmo tendo algumas condições de deficiência (DUARTE, QUEIROZ, BUSCHER, 2015)

Aceitando que saúde significa (1) o estado atual de equilíbrio de um organismo humano com o meio ambiente, muitas vezes chamado de estado de saúde, e (2) o potencial para manter esse equilíbrio, a promoção da saúde visa manter e expandir a função humana geralmente através da construção de reservas contra forças adversas à saúde. Uma vez que o grau de saúde de cada pessoa pode ser encontrado em algum lugar no continuum, uma diferença importante entre a promoção da saúde e a prevenção de doenças é se a ênfase principal está em buscar um movimento em direção ao lado positivo (saúde) do espectro ou simplesmente na resistência ao movimento em direção ao final negativo (enfermidade). A promoção da saúde significa facilitar pelo menos a manutenção da posição atual de uma pessoa no continuum e, idealmente, avançar em direção ao seu fim positivo. A prevenção de doenças, por outro lado (DUARTE, QUEIROZ, BUSCHER, 2015).

É importante pontuar que, muitas ações - por exemplo, obter exercícios adequados e nutrição apropriada - que visam a promoção da saúde também alcançam a prevenção de doenças específicas. (GUERREIRO et al 2014)

Na medida em que tais medidas são direcionadas contra uma doença específica, como a cessação do tabagismo para minimizar o risco de câncer de pulmão, eles podem ser considerados como prevenção de doenças. Na medida em que as mesmas medidas são destinadas a melhorar a saúde em geral, por exemplo, preservando os sistemas respiratório e cardiovascular ideais, elas podem ser consideradas como promoção da saúde. " (DUARTE, et al 2015).

Definindo e medindo capacidades de vida

Os esforços para medir a saúde em um sentido genérico tendem a se concentrar no aspecto do equilíbrio da saúde e, especialmente, no desequilíbrio. Fanshel propôs categoria para bem-estar no sentido da Organização Mundial da Saúde e 10 outras categorias que vão desde insatisfação e desconforto, passando por invalidez e confinamento, até coma e morte, indicando equilíbrio de saúde ou estado de saúde.(DUARTE, et al 2015)

A noção de construir reservas de saúde, as capacidades para manter o funcionamento ideal, tem recebido relativamente pouca atenção. Para uma abordagem científica da promoção da saúde nesse sentido, tais capacidades para viver precisam ser definidas e medidas (GUERREIRO et al 2014).

Por exemplo, no domínio físico, os geneticistas comumente relatam e os meios de comunicação de massa popularizam a identificação de marcadores genéticos para tendências a doenças específicas, e enormes recursos estão agora sendo investidos em tais investigações. (GUERREIRO et al 2014)

No entanto, pouco esforço parece ser dedicado à busca de indicadores genéticos de vidas mais longas e melhores, como a possível função dos telômeros de células T a esse respeito. Estudos anatômicos e medições para a saúde têm se concentrado principalmente em fatores patológicos como bases de doenças como osteoporose, artrite e cárie dentária. Não deveriam ser devotados em parte ao papel da anatomia na manutenção da saúde, ou seja, capacidade de viver? O teste ergométrico e outros testes de função fisiológica são normalmente usados para determinar a existência e extensão da doença, mas também podem ser usados como medidas de saúde no sentido ideal, por exemplo, duração do tempo de esteira, alto volume expiratório forçado e taxa de filtração glomerular (SILVA; BODSTEIN, 2016)

Até recentemente, os pacientes recebiam uma "aprovação" com um nível de glicose no sangue inferior a 7,8 mmol / L (140 mg / dL) e colesterol de 6,21 mmol / L (240 mg / dL), porque esses níveis supostamente indicavam quimicamente nenhum diabetes e perigo mínimo de lipídios no sangue. (SHIMIZU et Al. 2016)

Atualmente, os níveis mais baixos estão sendo marcados como perigosos, com o diabetes sendo definido em níveis de glicose no sangue acima de 6,9 mmol / L (125 mg / dL) e apenas leituras de colesterol abaixo de 5,17 mmol / L (200 mg / dL) comumente consideradas "normais." com um nível de glicose no sangue inferior a 7,8 mmol / L (140 mg / dL) e colesterol de 6,21 mmol / L (240 mg / dL), porque esses níveis supostamente indicavam quimicamente nenhum diabetes e perigo mínimo de lipídios no sangue. (SHIMIZU et Al. 2016)

Agora, os níveis mais baixos estão sendo marcados como perigosos, com o diabetes sendo definido em níveis de glicose no sangue acima de 6,9 mmol / L (125 mg / dL) e apenas leituras de colesterol abaixo de 5,17 mmol / L (200 mg / dL) comumente consideradas "normais." Os níveis mais baixos não deveriam ser considerados ideais para a saúde? Além disso, a vacinação induzindo imunidade a doenças transmissíveis da infância é comumente praticada. No entanto, a imunidade artificial a doenças transmissíveis de adultos precisa ser consideravelmente estendida, especialmente para viajantes e idosos. Além disso, deve-se dar atenção à imunidade a patógenos de doenças não transmissíveis, como alérgenos. A percepção sensorial é, obviamente, uma importante capacidade de vida. Neste contexto, o aumento da capacidade de um indivíduo, por exemplo, com óculos ou aparelhos auditivos, deve ser considerado na medição de saúde (SHIMIZU et al., 2016).

Itens semelhantes podem ser observados nos domínios social, mental e comportamental da saúde. A rede social de um indivíduo, assim como as características comportamentais relacionadas à saúde, é também uma base fundamental da saúde como capacidade de viver. Tanto o comportamento quanto a rede social são cada vez mais reconhecidos por sua relação com a saúde. (TEIXEIRA, COUTO, DELGADO, 2017)

Um humor positivo e uma boa memória constituem atributos mentais que contribuem substancialmente para a vida. Desvios negativos dessas e de outras características mentais constituem as áreas usuais de preocupação médica e psicológica, mas a saúde é muito mais do que sua ausência. (COPELLI, et al 2016)

As características comportamentais estão fora do domínio usual de medição de doenças e saúde. Alguns, como nenhum uso de tabaco; uso moderado de álcool, se houver; e a atividade física apropriada, entretanto, deve ser incluída aqui como parte integrante da capacidade de

viver, frequentemente afetando não apenas os indivíduos com essas características, mas também outros (FONTANELLA et al. 2011)

Por mais rudes que possam ser algumas dessas ilustrações, elas exemplificam o tipo de reservas necessárias não apenas para manter o equilíbrio nas exigências da vida, mas também para maximizar o potencial de diversão. O último é verdadeiro, quer os interesses de alguém sejam ler, escalar montanhas, ouvir música, passar tempo com a família, desfrutar de alimentos ou outra participação nos prazeres da vida (DUARTE, QUEIROZ, BUSCHER, 2015).

Quem deve empreender a promoção da saúde?

Muitos indivíduos, especialmente em grupos de maior escolaridade, já estão engajados pessoalmente no tipo de promoção da saúde aqui prevista. Às vezes, suas ações parecem excessivas, por exemplo, em formas extremas de atividade física ou escolhas bizarras de alimentos e suplementos alimentares. No entanto, muitas pessoas aparentemente buscam algo na área da saúde além da prevenção de doenças específicas. Eles buscam a saúde como recurso para viver. À medida que mais pessoas contemplam uma vida de 7 a 9 décadas, essa tendência pode aumentar. (GUERREIRO et al 2014)

Em resposta, os profissionais de saúde e cientistas da saúde podem querer dar mais atenção a como a saúde pode ser promovida, tanto para os indivíduos quanto para o público. Exemplos disso são os geneticistas que estudam os desvios cromossômicos relacionados a uma saúde melhor, não apenas explorando as bases genéticas de doenças específicas; internistas e médicos de família atingindo níveis ideais de glicose e colesterol no sangue do paciente, não apenas evitando o desenvolvimento de diabetes e placas coronárias; dentistas que buscam marcas de alto índice oral para seus pacientes, não apenas reparando dentes e gengivas; radiologistas enfatizando ossos fortes, não apenas diagnosticando osteoporose; e assistentes sociais preocupados em fortalecer a família e outras redes sociais, não apenas ajudando famílias disfuncionais (DUARTE, et al., 2015)

É claro que essas mudanças de ênfase por parte dos profissionais de saúde devem sempre ser examinadas em busca de possíveis consequências adversas, por exemplo, a geração de autoimagem negativa em algumas pessoas. No entanto, o uso desse conceito de promoção da saúde traz um potencial considerável para o avanço da saúde e para levar a saúde além da prevenção de doenças.

CONCLUSÃO

A partir do que foi exposto, reconhece-se a diversidade de formatos, experiências, projetos, programas, ações e iniciativas de promoção da saúde que são levados invariavelmente para a busca potencializar processos de mudança ao vincular a promoção da saúde à construção da autonomia dos sujeitos, à participação, a incessantes movimentos instituintes, a processos de subjetivação e atribuição de significados e sentidos para as experiências vividas.

A intenção deste artigo se aproxima de ideias, dúvidas, e a tarefa de examinar permanentemente as instituições cabe a todos, e não o fazer tende a manter as coisas como elas estão, pois, as instituições tendem a se autoconservar e se defender dos ataques a seus postulados para assegurar certa ordem e grau de previsibilidade para a ação humana, que, por certo, traduziram ou traduzem uma aspiração instituinte que as criou (CASTORIADIS, 1987). Sem esse exame, todos os atores ficam sem saber se estão fazendo escolhas e podem, inadvertidamente, apenas reproduzir aquilo que gostariam, na verdade, de transformar.

Por fim, destaca-se que os profissionais de saúde, os movimentos sociais e as organizações populares, políticos e autoridades públicas têm responsabilidades sobre as repercussões positivas ou negativas que as políticas públicas têm sobre a situação de saúde e as condições de vida. A estratégia dos municípios saudáveis propicia, através de uma nova institucionalidade social a ser construída em cada momento histórico específico em que vivem as diferentes formações sociais, a promoção da saúde por intermédio da ação intersetorial, que viabiliza as políticas públicas saudáveis.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – 3. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010.
- CASTORIADIS, C. Encruzilhadas do labirinto II: domínios do homem. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987
- COPELLI F. H. S., OLIVEIRA R. J. T., OLIVEIRA C. M. S., MEIRELLES B. H. S., MELLO A. L. S. F., MAGALHAES A. L. P. O pensamento complexo e suas repercussões na gestão em enfermagem e saúde. Aquichán. 2016;16(4):501-12.
- DUARTE S. C. M., QUEIROZ A. B. A., BÜSCHER A., STIPP M. A. C. O erro humano no cotidiano da assistência de enfermagem em terapia intensiva. Rev Latino Am Enfermagem. 2015;23(6):1074-81.

- FONTANELLA B. J. B., et. al. Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. Cad Saúde Pública. 2011;27(2):388-94. (FONTANELLA et al. 2011)
- GUERREIRO E. M., RODRIGUES D. P., QUEIROZ A. B. A., FERREIRA M. A. Educação em saúde no ciclo gravídico-puerperal: sentidos atribuídos por puérperas. Rev Bras Enferm. 2014; 67(1):13-21.
- SHIMIZU H. E., DUTRA E. B., TRINDADE J. S., MESQUITA M. S, RAMOS M. C. Índice de responsividade da Estratégia Saúde da Família da Zona Urbana. Acta Paul Enferm. 2016;29(3):332-9
- SILVA C. S., BODSTEIN R. C. A. Referencial teórico sobre práticas intersetoriais em Promoção da Saúde na Escola. Ciênc Saúde Coletiva. 2016;21(6):1777-88
- TEIXEIRA M. R., COUTO M. C. V., DELGADO P. G. G. Atenção básica e cuidado colaborativo na atenção psicossocial de crianças e adolescentes: facilitadores e barreiras. Ciênc Saúde Coletiva. 2017;22(6):1933-42.



**ASSOCIAÇÃO ENTRE
OBESIDADE CENTRAL E
FUNCIONALIDADE EM
IDOSOS COM SÍNDROME
METABÓLICA**

ASSOCIAÇÃO ENTRE OBESIDADE CENTRAL E FUNCIONALIDADE EM IDOSOS COM SÍNDROME METABÓLICA

Layce Bianca Pereira da Silva
Valeria de Nazaré Alves de Paula

RESUMO

Introdução: A falta de exercício físico pode ser considerada um fator de risco para o desenvolvimento de doenças crônicas degenerativas como a Síndrome Metabólica (SM), que se caracteriza por 3 ou mais disfunções metabólicas, dentre elas, a obesidade central. A prática do Treinamento Resistido (TR), um tipo de treinamento físico, pode ser um fator não-farmacológico para a melhora e profilaxia desta doença. **Objetivo:** Correlacionar a SM e a Funcionalidade de idosos treinados. **Metodologia:** A amostra foi constituída de 50 indivíduos (25 idosos com 3 ou mais disfunções e 25 idosos com 2 ou menos disfunções). Os indivíduos realizaram avaliações antropométricas (Circunferência abdominal) e o teste funcional de sentar e levantar da cadeira. Os resultados mostraram, por meio do teste de correlação de Spearman, que há correlação negativa fraca entre a obesidade central e o teste de SL ($p=0,0015$; $r=-0,4374$). **Conclusão:** Idosos com SM que apresentam maiores níveis de obesidade abdominal apresentam menores níveis de funcionalidade.

Palavras Chaves: Síndrome Metabólica; Funcionalidade; Idosos.

ABSTRACT

Introduction: Lack of physical exercise can be considered a risk factor for the development of chronic degenerative diseases such as Metabolic Syndrome (MS), which is characterized by 3 or more metabolic disorders, including central obesity. The practice of Resistance Training (RT), a type of physical training, can be a non-pharmacological factor for the improvement and prophylaxis of this disease. **Objective:** To correlate MS and Functionality of trained elderly people. **Methodology:** The sample consisted of 50 individuals (25 elderly people with 3 or more dysfunctions and 25 elderly people with 2 or less dysfunctions). The individuals performed anthropometric assessments (abdominal circumference) and the functional test of sitting down and standing up from a chair. The results showed, through Spearman's correlation test, that there is a weak negative correlation between central obesity and the SL test ($p=0.0015$; $r=-0.4374$). **Conclusion:** Elderly people with MS who have higher levels of abdominal obesity have lower levels of functionality.

Key-Words: Metabolic Syndrome; Functionality; Seniors.

RESUMEN

Introducción: La falta de ejercicio físico puede considerarse un factor de riesgo para el desarrollo de enfermedades crónicas degenerativas como el Síndrome Metabólico (SM), que se caracteriza por 3 o más trastornos metabólicos, entre ellos la obesidad central. La práctica del Entrenamiento de Resistencia (RT), un tipo de entrenamiento físico, puede ser un factor no farmacológico para la mejora y profilaxis de esta enfermedad. **Objetivo:** correlacionar SM y Funcionalidad de personas mayores capacitadas. **Metodología:** La muestra estuvo formada por 50 individuos (25 ancianos con 3 o más disfunciones y 25 ancianos con 2 o menos disfunciones). Los individuos realizaron evaluaciones antropométricas (circunferencia abdominal) y la prueba funcional de sentarse y levantarse de una silla. Los resultados mostraron, mediante la prueba de correlación de Spearman, que existe una correlación negativa débil entre la obesidad central y la prueba SL ($p = 0,0015$; $r = -0,4374$). **Conclusión:** las personas mayores con EM que tienen niveles más altos de obesidad abdominal tienen niveles más bajos de funcionalidad.

Palabras-clave: síndrome metabólico; Funcionalidad; Mayores.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento é um processo natural e gradual, que inevitavelmente, gera diferentes mudanças biológicas e fisiológicas (FECHINE; TROMPIERI, 2012), entre elas, perdas das capacidades motoras, como a perda de força muscular, diminuição da flexibilidade, lesões osteoarticulares decorrentes do enfraquecimento dos tecidos, além de alterações da composição corporal ocasionando o surgimento da inflamação crônica, indicada pelo aumento de biomarcadores inflamatórios que são comumente associados ao desenvolvimento de doenças cardiovasculares (SANTOS; ANDRADE; BUENO, 2009).

Além do envelhecimento, o sedentarismo pode ser considerado um fator de risco para o desenvolvimento de doenças crônicas degenerativas que tem como base condições hipocinéticas. Segundo Cassiano *et al* (2020), “indivíduos ativos apresentam risco 30% menor de desenvolver hipertensão arterial que os sedentários. Entretanto, a redução do risco está associada à dedicação, disponibilidade e aderência no programa de exercícios”. Dentre essas doenças, a obesidade central, diabetes e hipertensão arterial sistêmica, quando estão associadas são reconhecidas como Síndrome Metabólica (SM).

A Sociedade Brasileira de Hipertensão (SBH) *et al* (2005), de acordo com a I Diretriz Brasileira de Diagnóstico e Tratamento da Síndrome Metabólica (I- DBSM) (2005), em concordância com a National Cholesterol Education Program’s Adult Treatment Panel III (NCEP-ATP III), considera um indivíduo acometido por SM, aquele que apresentar três ou mais dos fatores de risco, como: obesidade abdominal; hipertensão arterial; resistência à insulina ou do distúrbio do metabolismo da glicose, triglicerídeos elevado e a diminuição da lipoproteína de alta intensidade, considera-se também o uso de medicação anti-hipertensiva, hipoglicemiantes e hipolipemiantes.

Devido ao aumento do número de idosos a cada ano, a população idosa tem procurado cada vez mais minimizar ou regular as mudanças ocasionadas no organismo, que podem levar a disfunções, para a obtenção de um envelhecimento saudável com autonomia funcional, aptidão física e qualidade de vida (VERAS, 2020). As pesquisas atuais, do meio científico, evidenciam a prática do treinamento resistido (TR) como fator determinante não-farmacológico para a melhora e profilaxia de diversas doenças que afetam a população em geral (SANTIAGO *et al*, 2015).

Dentre as atividades físicas, o exercício físico, como o TR é uma forma de treinamento físico caracterizado pelo uso de resistências contra a ação muscular, que podem ser geradas por

pesos livres, máquinas, peso corporal e outras formas de equipamentos, afim de melhorar a potência, a força, a resistência muscular e de aspectos relacionados à saúde e a funcionalidade (ARMSTRONG *et al*, 2015; SANTARÉM, 2012).

Diante disso, foi elaborado o seguinte problema de pesquisa: que correlações podem ser identificadas entre os componentes da SM e a funcionalidade em idosos com SM?

O presente estudo teve como objetivo analisar a correlação entre a obesidade central e funcionalidade em idosos treinados.

REFERENCIAL TEÓRICO

Na atualidade, o envelhecimento populacional ocorre de forma rápida, ocasionando uma maior preocupação com o aspecto da qualidade de vida, em virtude de, com o avanço da idade, existir a ocorrência da perda da funcionalidade, o que diminui a independência física e psíquica dos idosos (GUEDES; SILVEIRA, 2004). Dessa forma, ressalta-se a realização de atividades físicas pela população idosa com o intuito de promover a melhoria da aptidão física relacionada à saúde.

Segundo a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (2014), a capacidade de executar atividades de vida diária (AVD) é o mais importante indicador de funcionalidade em idosos. As AVD são classificadas em Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD) e Atividades Instrumentais da Vida Diária (AIVD). A ABVD se relaciona com a realização de atividades relacionadas ao fato de o idoso precisar ou não de ajuda ao tomar banho, vestir-se, alimentação, deslocamentos e afins, ou seja, se referem ao autocuidado. Já a AIVD está relacionada com a realização de atividades da vida prática, como o gerenciamento de finanças e medicamentos, realização de compras e refeições e afins.

De acordo com um estudo realizado por Costa e Silva *et al* (2011), a maioria das mulheres (51,4%) e uma parte dos homens (48,6%) apresentaram dificuldade moderada/grave para execução das tarefas diárias, requerendo auxílio para fazê-las. O treinamento possui grande influência sobre a realização de atividades de vida diária e independência de idosos, pois protocolos de exercícios com padrões funcionais produzem estímulos de sensações de movimentos do corpo, os quais podem auxiliar no desenvolvimento do controle corporal, buscando a evolução da eficiência dos movimentos, além de realizar, mais especificamente, um maior ganho de propriocepção, força, flexibilidade, coordenação motora e condicionamento cardiovascular, podendo assim diminuir as perdas funcionais que o indivíduo acarreta com o avanço da idade (PEREIRA *et al*. 2017).

Vale ainda ressaltar a importância da realização de exercícios físicos na melhora e manutenção do equilíbrio de idosos e a força muscular, uma vez que, com uma maior eficiência nesses aspectos, há uma grande redução no número de quedas, a qual é cada vez mais frequente na população idosa em virtude da perda da funcionalidade (SANTARÉM, 2012).

METODOLOGIA

Amostra: Foram selecionados idosos treinados participantes do Projeto de Aptidão Física, Força e Saúde do Laboratório de Exercício Resistido e Saúde (LERES). A amostra foi constituída por 50 indivíduos (17 homens e 33 mulheres), com idade entre 60 e 91 anos. Vale ressaltar que 25 idosos apresentaram 3 ou mais disfunções e 25 idosos com 2 ou menos disfunções).

Foram utilizados os critérios da I-DBSM: Obesidade Central: ≥ 80 cm para mulheres e ≥ 94 cm para homens; Glicemia Plasmática: Jejum ≥ 100 mg/dl ou tratamento para diabetes; Colesterol HDL: < 50 mg/dl para mulheres e < 40 mg/dl para homens; Triglicerídeos: ≥ 150 mg/dl; Pressão Arterial: Sistólica < 130 mmhg; Diastólica < 85 mmhg; e uso de medicação anti-hipertensiva, hipoglicemiantes e hipolipemiantes.

Crítérios de Inclusão: Foram instituídos indivíduos idosos (a partir de 60 anos); de ambos os sexos, praticantes de TR há pelo menos 6 meses; todos os participantes deveriam apresentar atestado médico; e assinar do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a participação na pesquisa.

Crítérios de Exclusão: Foram excluídos os indivíduos que apresentaram alguma doença cardiovascular, neurológica, psíquica, musculoesquelética grave que impeça ou se agrave com o TR.

Cronograma: Para que o levantamento da pesquisa fosse realizado, o cronograma foi dividido em 3 partes: antes e após 6 meses de TR, e após 2 meses de destreino.

Perimetria: Foi utilizado uma fita métrica metálica flexível Sanny, com resolução de 1 milímetro para a realização das medidas da circunferência central do abdome.

Teste de Sentar e Levantar da Cadeira: Utilizou-se uma cadeira com encosto, sem apoio para os membros superiores. O teste inicia com o indivíduo sentado na cadeira, com os pés apoiados no chão. Tal indivíduo é orientado a sentar completamente na cadeira, levantar-se estendendo totalmente os joelhos. Todos os indivíduos repetiram o procedimento o mais rápido possível, tantas vezes quanto possível, em um período de 30 segundos, sendo a cadência de execução do teste livre (RIKLI; JONES, 1999).

Protocolo de Treinamento: Os idosos treinados realizavam duas sessões semanais em dias não consecutivos. No início de cada sessão, todos os idosos realizavam o aquecimento composto de exercícios para os membros superiores e inferiores. Após o aquecimento, cada indivíduo realizou o treinamento de força, sendo 2 séries de 08 a 12 repetições com intervalo de 1 a 2 minutos (SILVA *et al*, 2020).

Os exercícios foram: levantamento terra, leg press, mesa flexora, panturrilha em pé, remada unilateral, supino biodelta sentado, tração frontal, desenvolvimento e abdominal infra, sendo divididos em treino A (supino, leg press 45°, tração frontal, panturrilha em pé, abdominal infra, desenvolvimento e levantamento terra) e treino B (supino, leg press 45, tração frontal, remada unilateral, panturrilha em pé, abdominal infra e flexora).

ANÁLISE ESTATÍSTICA: A normalidade de dados foi verificada pelo teste de Shapiro-Wilk. Para correlacionar dos dados, foram utilizados os métodos estatísticos Coeficiente de Correlação de Spearman. Foi adotado como nível de significância $p < 0,05$. Os cálculos estatísticos foram realizados usando Biostat versão 5.3. Os valores são expressos em média $\pm$ desvio padrão.

RESULTADOS

As características dos participantes desse estudo estão mostradas na tabela 1. A correlação da obesidade central e seus componentes com a funcionalidade estão mostrados na tabela 2.

Tabela 1 – Características da amostra

Características	Média	Desvio Padrão	P-valor
Idade (anos)	70.2	± 7.6	0.0099
SM (total de componentes)	2.6	± 1.5	0.0099
TSL (repetições)	18.0	± 5.3	0.0164
Obesidade abdominal (cm)	95.9	± 10.8	0.4283*

Legenda: SM (Síndrome Metabólica); TSL (Teste de Sentar e Levantar); cm (centímetros); mg/dL (miligramas por decilitro).

*P-valor relativo à normalidade de dados ($> 0,5$) para as variáveis categóricas desta amostra.

Fonte: autoria própria

Tabela 2 – Correlação da SM e do TSL

Componentes	Coeficiente (r)=	(p)=

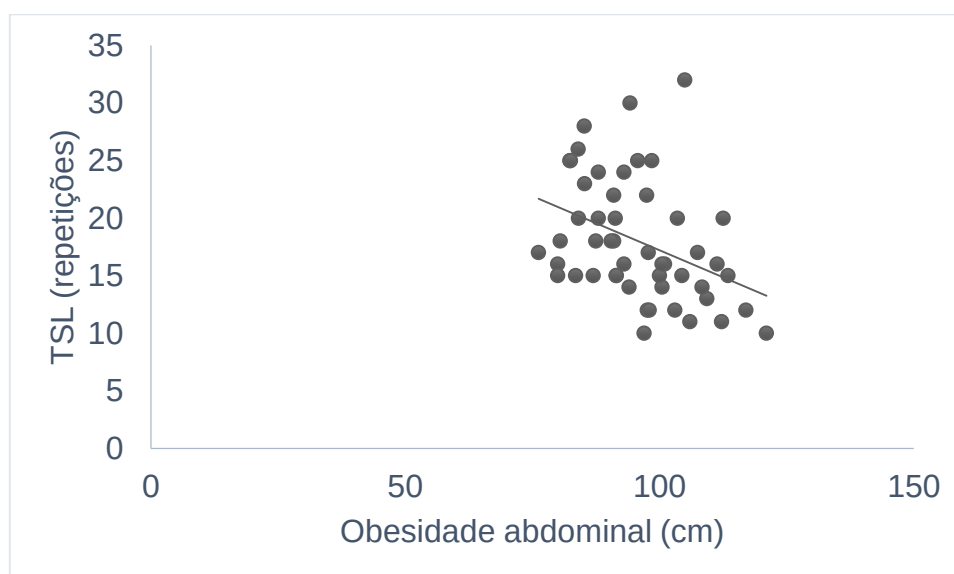
Obesidade e TSL	-0.4374	0.0015*

*P-valor relativo à significância de dados ($<0,5$) para as variáveis categóricas desta amostra.

Fonte: autoria própria

Com o teste de correlação de Spearman, observou-se que há uma correlação negativa moderada entre obesidade e o TSL ($p=0,0015$; $r=-0,4374$) (ver figura 2).

Figura 2 – Correlação entre Obesidade e SL



Fonte: autoria própria

DISCUSSÃO E ANALISE DOS DADOS

O presente estudo buscou analisar a correlação dos componentes da obesidade central com a funcionalidade, por meio do TSL. O nosso estudo mostrou que há correlação negativa entre os agravos da obesidade central e o TSL, ou seja, quanto maior a circunferência abdominal, menores os níveis de funcionalidade.

Um dos possíveis mecanismos responsáveis por esses achados é a alta produção de citocinas pró-inflamatórias em idosos com SM que pode levar ao decréscimo de densidade do tecido muscular, concomitantemente diminuindo a sua eficácia mecânica mais rapidamente (SILVA; MACEDO, 2011).

O estudo de Stenholm *et al* (2008) realizado com idosos com obesidade sarcopênica, identificou um declínio na velocidade de marcha e uma maior possibilidade de desenvolver maiores incapacidades funcionais, como a diminuição da força no teste de preensão de mão específico e ainda concluíram que tais idosos tendem a apresentar piores escores em testes de desempenho, principalmente em tarefas que envolvem a locomoção.

Semelhante a isto, o estudo de Jeasen (2005) concluiu que mulheres com IMC mais elevado obtinham piores escores nos testes: timer up and go, velocidade de caminhada e sentar e alcançar, em comparação com mulheres que apresentavam o IMC normal, mostrando uma associação negativa entre IMC elevado e pontuação no teste de desempenho físico.

CONCLUSÃO

Idosos com SM que apresentam maiores níveis de obesidade abdominal, triglicerídeos e glicemia, apresentam menores níveis de funcionalidade.

REFERÊNCIAS

FECHINE, B. R. A.; TROMPIERI, N. Processo de envelhecimento: as principais alterações que acontecem com o idoso com o passar dos anos. *Rev Cient Int.*, v.1, n.7, p. 106-94, jan/mar, 2012. Disponível em: <http://www.interscienceplace.org/isp/index.php/isp/article/view/196>. Acesso em: 06 abril 21.

SANTOS, F.H., ANDRADE V.M.; BUENO, O.F.A. Envelhecimento: um processo multifatorial. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 14, n. 1, p. 3-10, jan./mar, 2009.

CASSIANO, A. N. et al. Efeitos do exercício físico sobre o risco cardiovascular e qualidade de vida em idosos hipertensos. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 6, p. 2203-2212, junho, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020000602203&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 julho 2020.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE HIPERTENSÃO (SBH) et al. I Diretriz Brasileira de Diagnóstico e Tratamento da Síndrome Metabólica. *Arq. Bras. Cardiol.*, São Paulo, v. 84, supl. 1, p. 3-28, abril, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0066782X2005000700001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 set. 2020.

VERAS, R. Um modelo de atendimento contemporâneo e inovador para idosos. *Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, e200061, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180998232020000100202&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 julho de 2020.

SANTIAGO, L. A. M. et al. Treinamento resistido reduz riscos cardiovasculares em idosos. *Rev. Bras. Med. Esporte*, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 261-265, agosto, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151786922015000400261&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 julho 2020.

ARMSTRONG, M. et al. Moving beyond cardio: the value of resistance training, balance training, and other forms of exercise in the management of diabetes. *Diabetes Spectr.*, v. 28, n.1, p. 14-23, janeiro, 2015. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25717274/>. Acesso em: 10 março 2021.

SANTAREM, J. M. Musculação em todas as idades. 1ª ed., Manole, 2012.

GUEDES, J.; SILVEIRA, R. Análise da capacidade funcional da população geriátrica institucionalizada na cidade de Passo Fundo - RS. *Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano*, v. 1, n. 2, 17 maio 2006. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rbceh/article/view/10>. Acesso em: 15 maio 2021.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA. *Revista de Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, v. 8. n. 1, jan, fev, mar., 2014. Disponível em: <https://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2014/10/2014-1.pdf>. Acesso em: 15 maio 2021.

COSTA E SILVA, M. D. et al. Fatores associados à perda funcional em idosos residentes no município de Maceió, Alagoas. *Rev. Saúde Pública, São Paulo*, v. 45, n. 6, p. 1137-1144, Dec. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102011000600016&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 May 2021.

PEREIRA, L. M. et al. Impacto do treinamento funtional no equilíbrio e funcionalidade de idosos não institucionalizados. *R. bras. Ci. e Mov*, 2017. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-880855>. Acesso em: 15 maio 2021.

RIKLI, R.E.; JONES, C.J. *Teste de Aptidão Física para Idosos*. 1ª edição. Barueri. Manole. 2008. p. 76-98. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/16153/8/Protocolo%20Rikli%20e%20Jones.pdf>. Acesso em: 03 maio 2019.

SILVA, L.B.P. et al. Efeito de destreinamento em idosos com síndrome metabólica. *Brazilian Journal of Development Braz. J. of Develop.*, Curitiba, v. 6, n. 7, p.48158-48169, jul. 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/13412>. Acesso em: 10 mar. 21.

SILVA, F. O. C.; MACEDO, D. V. Exercício físico, processo inflamatório e adaptação: uma visão geral. *Rev. bras. cineantropom. desempenho hum.* (Online), Florianópolis, v. 13, n. 4, p. 320-328, Aug. 2011. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198000372011000400012&lng=en&nrm=iso. Access on 30 June 2020.

STENHOLM, S. et al. Sarcopenic obesity-definition, etiology and consequences. *Curr Opin Clin Nutr Metab Care*, v. 11, n. 6, p. 693-700, 2008. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2633408/>. Acesso em:20 abr. 21.

JENSEN, G.L. Obesity and functional decline: epidemiology and geriatric consequences. *Clin Geriatr Med*. v. 21, n. 4, p. 677-687, 2005. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/16182081/>. Acesso em 21 abril 2021.



**TREINAMENTO DE FORÇA
COMO INTERVENÇÃO NA
SAÚDE MENTAL EM
IDOSOS: UMA REVISÃO
BIBLIOGRÁFICA**

TREINAMENTO DE FORÇA COMO INTERVENÇÃO NA SAÚDE MENTAL EM IDOSOS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Márcio Venício Cruz de Souza
Letícia Vívian Teixeira da Rocha
Larissa Walenna Barbosa Gusmão
Alena do Socorro Rodrigues Feio

RESUMO

A saúde mental é um estado de bem-estar e que abrange questões como: sociais, pessoais, emocionais e financeiros. Nesta pesquisa bibliográfica, utilizou-se o treinamento de força como estratégia de intervenção para minimizar os efeitos das doenças mentais em idosos. O objetivo deste estudo é mostrar que o treinamento de força auxilia na melhora mental do indivíduo idoso. O método de pesquisa deste trabalho foi feito, através dos artigos de livre acesso e indexados nos bancos de dados do Google Acadêmico, Scielo e PubMed.

Palavras-chave: Treinamento Resistido; Saúde mental, Idosos.

ABSTRACT

Mental health is a state of well-being and encompasses issues such as: social, personal, emotional and financial. In this bibliographical research, strength training was used as an intervention strategy to minimize the effects of mental illnesses in the elderly. The aim of this study is to show that strength training helps in the mental improvement of elderly individuals. The research method of this work was done through free access articles and indexed in the databases of Academic Google, Scielo and PubMed.

Keyword: Resistance Training; Mental health; Seniors.

RESUMEN

La salud mental es un estado de bienestar y engloba aspectos como: social, personal, emocional y económico. En esta investigación bibliográfica se utilizó el entrenamiento de fuerza como estrategia de intervención para minimizar los efectos de las enfermedades mentales en los ancianos. El objetivo de este estudio es demostrar que el entrenamiento de fuerza ayuda en la mejora mental de las personas mayores. El método de investigación de este trabajo se realizó a través de artículos de libre acceso e indexados en las bases de datos de Academic Google, Scielo y PubMed.

Palabras clave: Entrenamiento de Resistencia; Salud mental, Ancianos.

INTRODUÇÃO

A OMS (Organização Mundial de Saúde) define a saúde como a falta de alguma doença ou enfermidade; não somente isso, mas também é um completo estado de bem-estar físico, social e mental (WORLD HEALTH ORGANIZATION et al. 1948).

A saúde mental é um estado de bem-estar e que engloba questões como: sociais, pessoais, emocionais e financeiros. Além disso, para ter uma sanidade mental, é necessário atividades de prevenção, promoção e recuperação da saúde, com o objetivo de atenuar as

adversidades da vida de pessoas em condições psíquicas não favoráveis para a higidez do indivíduo. (WORLD HEALTH ORGANIZATION et al; 2014).

Tendo em vista disso, no tocante ao cenário problemático psíquico, os Transtornos Mentais Comuns (TMC), são condições de ansiedade, depressão, sofrimento psíquico, transtornos mentais orgânicos, esquizofrenia, transtornos de humor, transtornos de personalidade e sintomas somatoformes, caracterizada por Transtornos de Sintomas Somáticos (TSS), que pode ou não ser manifestado na pessoa; os quais compõem o grupo de caráter não-psicótico, como: dificuldade de concentração, insônia, fadiga, problemas de memória, irritabilidade, sentimentos de inutilidade e queixas que se somam aos itens anteriores que afeta consideravelmente o corpo humano (GOLDBERG & HUXLEY, 1992).

Desse modo, o cuidado com a sanidade mental não é somente atenuar os fatores psicossomáticos ou controlar esses sintomas, é ter equilíbrio das funções mentais, pois isso é de fundamental importância para um convívio social mais saudável (FUREGATO, 2009; OREŠKOVIĆ, 2016; AMARANTE, 2007).

Portanto, a doença mental está relacionada com a fisiopatologia, no qual apresenta um impasse na vida do indivíduo. Tendo em conta que a predominância de pessoas que sofrem no mundo por transtornos mentais é estimada em 320 milhões de pessoas. Em relação ao Brasil, o transtorno da depressão atinge a porcentagem de 5,8% da população, já os distúrbios ligados à ansiedade afetam uma população de 9,3% e a ocorrência de estresse é em torno de 32%. (WORLD HEALTH ORGANIZATION et al, 2017; RIBEIRO, et al, 2018).

Além disso, tornaram-se prevalente de 50,3% as queixas de transtorno mental e problemas psíquicos na Atenção Básica à Saúde (ABS) (WORLD HEALTH ORGANIZATION et al, 1948; BLEGER, 1984; DEJOURS, 1994).

Sendo assim, quando a saúde psíquica não é cuidada, há um favorecimento para a aparição do sofrimento do indivíduo, causando grandes prejuízos em suas relações com o seu meio social. A família por sua vez, sofre inúmeras mudanças em sua estrutura, por conta do diagnóstico. Pois o tratamento e seus efeitos do uso de medicamentos, que geram mudanças nos comportamentos dos indivíduos com transtornos mentais (POMPEU, 2016).

Bem como, o clima familiar é atingido por sentimento de estresse, mal-estar e cansaço devido a nova rotina, porém mesmo com as adversidades, os parentes muitas vezes tornam-se um lugar de cuidado, de afeto, compreensão (DE OLIVEIRA et al, 2013).

Dentro dessa linha de pensamento, o indivíduo que sofre ainda mais é o idoso, visto que sua idade avançada (mais de 60 anos de idade) contribui para o cansaço, estresse por conta de estar dependente da família, e pela sua situação psíquica. Com base nisso, o que acontece no

envelhecimento é de forma natural e traz modificações na saúde mental (MACENA, HERMANO e COSTA, 2018).

Tendo em vista que nesta idade há uma tendência de aparições de transtornos que tendem a ser crônicos, pois o envelhecimento é inevitável, e podendo apresentar situações, como: sofrimento psíquico, ocasionando no aumento da dependência funcional, risco de suicídio, isolamento social, piora da qualidade de vida, no qual eleva a mortalidade das pessoas afetadas (FEDERAL 2003; PARADELA, 2011; BARNES, 2015).

Bem como, tristeza profunda, sentimentos de inutilidade, ausência de apetite e distanciamento social, os quais também contribuem para a decaída da sanidade mental (BARROSO et al, 2018).

Portanto, uma das formas de intervenção na saúde mental é a prática regular de atividade física que é um agente de prevenção para reduzir os sintomas de doenças mentais, pois promove o desenvolvimento de hormônios, como: a serotonina, noradrenalina e dopamina. Com isso, para uma saúde física e mental favorável, o cuidado e o zelo pelo corpo devem ser primordiais (FRAZER et al, 2005).

Desse modo, uma das atividades físicas que promovem a sanidade mental é o Treinamento de Força (TF), visto que este programa de exercícios que visa melhorar a saúde como um todo, o desempenho, a aptidão física, auxilia na capacidade funcional nas atividades diárias, há um progresso significativo da função cognitiva; além de constitui-se por diversos exercícios contra uma resistência (MARIANO, 2013; GAERTNER et al, 2018).

O treinamento de força tem ganhado visibilidade por melhorar as funções do cérebro, visto que indivíduos fisicamente ativos apresentam baixo risco de apresentar distúrbios mentais em comparação com pessoas inativas. Com isso, a explicação para essa melhora cognitiva é devido ao crescente fluxo sanguíneo no cérebro e, por consequência disso, melhora a circulação e o aumento dos níveis de neurotransmissores (FAIGENBAUM et al, 2009).

Além disso, são liberadas no TF substâncias que melhoram a fixação da memória, como por exemplo: a endorfina, norepinefrina, epinefrina e dopamina, no qual estas por sua vez têm um forte aumento no desempenho cognitivo, físico e na alteração benéfica no comportamento de idosos com carência cognitiva e demência quando realizam exercícios físicos (ANTUNES, 2006; QUEIROZ e MUNARO, 2012).

Com isso, o objetivo desta pesquisa é mostrar que o Treinamento de Força é uma estratégia de intervenção na saúde mental em idosos, tendo como respaldo os estudos plausíveis na literatura.

REFERENCIAL TEÓRICO

PROBLEMAS PÚBLICOS DE SAÚDE MENTAL

Concernente à saúde pública, a constituição que assegura a saúde geral de indivíduos brasileiros que necessitam de algum auxílio é a Constituição de 1988, que está alicerçada no Art.194, que tem como objetivo a previdência e a assistência social com medidas voltadas para a saúde da população (XAVIER, 2012).

Sendo assim, é de fundamental importância que haja um fortalecimento nos atendimentos de assistência humanizada, no tocante a saúde mental que está alicerçada na lei brasileira de número 10.216/02. Dessa forma, é imprescindível que se tenha uma atenção a inclusão das ações de saúde mental, por meio agentes públicos, como: CAPS (Centros de Atenção Psicossocial), SRTs (Serviços Residenciais Terapêuticos) e UPHG (Unidades Psiquiátricas em Hospitais Gerais). Com o intuito de proporcionar a inclusão social de indivíduos na atenção básica nas inúmeras patologias mentais (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2007).

É indubitável saber que a saúde mental deve ser cuidada corriqueiramente, na qual abraça demandas de atenção; contudo o que impede desse problema ser resolvido é a falta de recursos, a carência de assistência profissional, desrespeito dos direitos dos indivíduos doentes e entre outros.

Portanto, o cuidado de psicopatologias deve ser executado no dia a dia, e que abraça questões de atenção, porém nem toda vez está prontamente assistida por conta de inúmeras barreiras que os pacientes e sua família vivenciam, não somente estes, mas também por profissionais da saúde e na sociedade como um todo, como: a inadequada assistência profissional, falta de recursos, infração de direitos dos pacientes, barreiras de acesso a programas profissionalizantes, dentre outras dificuldades que podem ser encontradas (WORLD HEALTH ORGANIZATION et al, 2017).

Portanto, é importante que haja uma mudança no cenário atual, pois a prevalência de pessoas que recebem um bom tratamento é baixa, visto que é menos de 10% em muitos países recebem tratamento eficaz, isto é, menos da metade da população (FUREGATO, 2009).

Desse modo, quando a saúde psíquica não é cuidada, há um favorecimento para a aparição do sofrimento mental que atua no indivíduo, causando grandes prejuízos em suas relações com sua rede social. A família sofre inúmeras mudanças em sua estrutura, por conta do diagnóstico, tratamento e seus efeitos do uso de medicamentos, que fazem gerar mudanças nos comportamentos dos indivíduos com transtornos mentais (POMPEU, 2016).

FATORES QUE PREJUDICAM A SAÚDE MENTAL INSÔNIA

A insônia é o distúrbio do sono, onde sua prevalência é mais comum em mulheres, bem como pessoas idosas, com baixos níveis socioeconômicos e divorciados. Ademias, a insônia é a dificuldade em iniciar ou manter o sono. E com isso, as mudanças do sono REM (*Rapid Eye Movements*) são evidenciadas, onde se verifica na primeira fase um elevado do período de sono REM, atenuação da latência do REM, e da consistência REM. Entretanto, é necessário ter em mente que impasses como estes, que geram perdas nos pacientes em relação à funcionalidade diurna (ARMITRAGE et al, 1995; LUCCHESI et al, 2005; SANTOS & NASCIMENTO, 2020; ROSENBERG, 2014).

Desse modo, é indubitável obter-se uma boa condição de bem-estar global do indivíduo, pois é um fator de grande necessidade, a fim de haver a conservação da vida de cada pessoa, ficando considerado algo crucial de fisiologia básica. A vista disso, o sono é uma ação biológica e natural do organismo, e sendo é importante para a restauração do desgaste cotidiano, bem como a estabilidade do controle biopsicossocial das pessoas (GIORELLI et al, 2012).

Para ser considerada crônica, a insônia deve ser persistir mais de um mês, ou aguda se ela estiver ligada para a presença de um fator estresse e não transpor três meses. Além disso, se o distúrbio persistir no indivíduo há maiores chances de obter doenças mentais, como a depressão (RIEMANN, 2003).

CLASSIFICAÇÕES DA INSÔNIA

A classificação da insônia se dá quanto a sua duração, frequência e severidade. Em relação para a duração da insônia, esta pode ser transitória (que se faz presente em certas noites e está relacionada ao estresse e a condições da vida). No tocante a curta duração (insônia aguda), no qual neste caso a frequência pode ser menos de três semanas; e longa duração (insônia crônica), com uma constância de mais de três semanas (CLEMENTE, 2006).

Quanto ao que se refere ao tipo de insônia, pode-se afirmar sobre a insônia primária e secundária. No que diz respeito à primária, é a ocorrência por causa emocional, é independente de outros transtornos ou condições e pode ser idiopática, paradoxal ou psicofisiológica. Desse modo, o que predomina na insônia primária são os fatores comportamentais, fisiológicos e cognitivos. Dessa forma, pode acontecer um transtorno do sono ser um dos sintomas de outra perturbação física ou mental. Com isso, diversas condições psiquiátricas ou físicas podem agregar para um episódio de transtorno (MONTI, 2000).

Em relação à insônia secundária, tem como causa por outros distúrbios mentais, por dependência de substâncias, como drogas e etc.; bem como por estresse psicossocial ou por costumes de vida sem relação com o sono (VARELA et al, 2005; PASSOS et al, 2007).

Desse modo, o sono é sem dúvidas uma necessidade humana que é fundamental influência, no que diz respeito na qualidade de vida, no bem-estar físico e emocional do ser humano. Mais especificamente falando na população idosa, pois se observam frequentes queixas com relação na dificuldade para dormir, bem como o aumento do tempo de início do sono, sonolência diurna, despertares noturnos, ronco, dificuldades respiratórias e insônia (LORENZINI, 2003).

Entretanto, se o sono não estiver em ordem, pode causar declínio cognitivo, quedas e ação negativa para condições de saúde e vida em idosos, além disso, pode, por exemplo, potencializar outras desordens, aumentando quadros algícos. Somando assim, com outras patologias que afetam a vida da pessoa idosa; (BARROS, 2014; GEIB et al, 2003).

ALIMENTAÇÃO DESREGRADA

O intestino é considerado o grande auxiliador na saúde do organismo, pois a sua importância no funcionamento regular é necessária, a fim de que sua função fisiológica contribua na geração de um estado saudável do indivíduo.

A vista disso, fatores estressantes e maus modos dietéticos têm consequências significativas na microbiota intestinal, haja vista que esta pode ser prejudicada, por meio de uma alimentação de baixa qualidade, causando malefícios na fisiologia do estômago. Tendo como consequência, uma má sinalização do eixo intestino-cérebro e, que posteriormente causando um desequilíbrio dos sinais neurais.

Em relação ao desequilíbrio de neurotransmissores para justificativa das mudanças de humor e a dieta ricas em triptofano (pioneiro da serotonina) como opção para o equilíbrio através dos níveis de neurotransmissores pelo eixo intestino-cérebro, pois são importantes para manter uma estabilidade na transmissão de sinais, oferecendo assim uma saúde mental e qualidade alimentar (PATIER et al, 2018).

A alimentação desregrada pode ocasionar um desequilíbrio na microbiota intestinal, causando um aumento de bactérias, gerando significativas consequências. Entretanto, para evitar esta causa, deve-se evitar o excesso de alimentos industrializados e açúcares simples, bem como elevar a obtenção de frutas, cereais e vegetais. Com o intuito de obter uma vida

saudável, manter uma saúde mental de qualidade, e sustentar o bom funcionamento do intestino com modos alimentares saudáveis (BRANDÃO E SOARES, 2018).

ANSIEDADE

Dentre as doenças mentais, pode-se mencionar que a psicopatologia da ansiedade é um estado corporal gerado através de estímulos de repulsa a uma determinada situação, isto é, um possível comportamento de fuga-esquiva.

Essa patologia é um arranjo confuso de sentimentos, como: apreensão, medo e preocupação, no qual pode haver uma complexidade cerebral ou até mesmo estar ligado a impasses médicos englobando outros transtornos psiquiátricos. Ademais, a psicopatologia da ansiedade tem por característica a antecipação de algum perigo, é um sentimento de medo, tensão, apreensão de algo desconhecido (COSTA, et al, 2017; ÜUEIROZ p. 257, 2001).

É importante frisar que a ansiedade e o medo só passam a ser vistos como doença quando os casos são exorbitantes no tocante ao estímulo, isto é, para diferenciar ansiedade patológica de uma ansiedade normal é observando se o indivíduo está ansioso por causa do estímulo do momento específico (curta duração) ou não. Com isso, as consequências da ansiedade patológica fazem com que interfira na qualidade de vida e na área emocional da pessoa, além de ser um sentimento desagradável que promove uma apreensão negativa no tocante ao futuro. (PINTA, 2011).

A doença de ansiedade se desenvolve ainda mais em indivíduos que tem uma herança neurobiológica, ou seja, a pessoa adquire uma predisposição genética para desenvolver esta patologia (ALLEN, 1995; HIRSHFELD, 1999; REYES, 2017; ROSEN, 1998).

A ansiedade é um sentimento desagradável de apreensão de algo desconhecido, medo, tendo por característica a tensão, bem como o desconforto originado de uma antecipação de algum perigo. Com isso, os indivíduos que sofrem diariamente com os transtornos de ansiedade, visto que a maioria deixa de efetuar as atividades do cotidiano por estar medo dos sintomas ou de crises (OREŠKOVIĆ, 2016).

Dessa maneira, as pessoas que são acometidas por situações que geram ansiedade algumas vezes são suportadas com muita dificuldade e muitas das atividades exigem a presença de outros indivíduos, com finalidade de serem feitas; ocasionando uma má qualidade de vida e atenuar o nível de independência (ALLEN, 1995; MACHADO et al, 2016).

DEPRESSÃO

A depressão vem crescendo exponencialmente na sociedade, é a terceira doença que mais colabora para o aparecimento da carga global de patologias, esta doença é a causa de óbitos em jovens de 15 a 29 anos. Ela uma síndrome decorrente a mecanismos patogênicos e etiológicos, bem como é também um transtorno mental, no qual pode ser considerado leve, moderado e grave.

Ademais, a psicopatologia da depressão prevalece em 322 milhões de indivíduos no mundo, mais especificamente 4,4% população do globo. Há uma estimativa que entre alguns anos a depressão será a doença mais comum e a que mais vai promover a incapacidade em termos emocionais, sociais e físicos (WORLD HEALTH ORGANIZATION et al, 2017).

De maneira fisiológica a depressão age no corpo como um déficit de neurotransmissores monoaminérgicos, no qual este tem o trabalho de aumentar hormônios, como: dopamina, serotonina, adrenalina, e etc., por exemplo. No qual são responsáveis pelas sensações de humor, apetite, conforto, prazer e bem estar (físico e emocional) (DEL PORTO, 1999; DEPRESSION, 2017).

Esses sinais de alterações podem ser de algumas semanas, meses ou até mesmo em anos, provocando mudanças significativas na vida da pessoa que a possui. Bem como, os sintomas de depressão estão relacionados à área de estados de humor ou afetiva, podendo causar a diminuição da autoestima (OPAS/OMS, 2018; SOUZA, 2017; JARDIM, 2011).

Com isso, o diagnóstico da depressão é realizado por um psiquiatra, no qual este profissional detecta num certo tempo os sintomas que esta patologia possui, por meio de uma anamnese. Sendo assim, os sintomas da depressão podem aparecer em diferentes quadros clínicos, como: demência, transtorno de estresse pós-traumático, alcoolismo, esquizofrenia, patologias clínicas, entre outros. (GREENBERG et al, 1993).

Outrossim, podem ocorrer fatores desencadeantes para que possa haver um quadro de depressão, como: condições estressantes, episódios sociais e econômicos adversos. Não só isso, mas também causa mudanças do humor, como: apatia, tristeza falta da capacidade de sentir prazer e irritabilidade, porém também uma abrange a outros aspectos, no qual se inclui mudanças cognitivas, psicomotoras e vegetativas, podendo desencadear sintomas depressivos (COSER, 2003).

No tocante aos transtornos de humor, são divididos em: depressão unipolar e distúrbio bipolar. Tendo como característica sobre o transtorno de humor bipolar são os casos de mania do indivíduo, identificados por um humor anormal, elevado, algo que irrita a pessoa devido o aumento das ações e da energia, e episódios de hipomania, no qual são menos agressivos do que a mania. (MENEZES, 2017).

Entretanto, o transtorno de humor unipolar, ou pode-se chamar de depressão, é um distúrbio de humor que persiste, este é identificado por um estado de humor depressivo, não somente isso, mas também pela atenuação de interesse na maior parte das ações que a pessoa executa (WANNMACHER, 2004).

DOENÇAS MENTAIS PREVALENTES EM IDOSOS

DEPRESSÃO

A depressão é uma patologia de saúde mental mais importante que atinge a na terceira idade. Tendo como prevalência mundial que variam de 14% a 42% de depressão em idosos regularizado. Os quadros psiquiátricos nos indivíduos seniores destacam-se: estados depressivos, a demência, episódios psicóticos e transtornos ansiosos. Esses sintomas da depressão vêm crescendo no grupo da terceira idade, no qual é a população que mais tem se desenvolvido no Brasil, de acordo com o censo de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. No Território brasileiro, é aproximadamente 10 milhões a estimativa de idosos que sofrem de depressão (GUIMARÃES et al, 2019; BLAZER, 2003; SNOWDON, 2002).

Esta doença acomete ainda mais na terceira idade, pois ocorrem nesta fase da vida algumas alterações na atuação neurofisiológica, que podem ocasionar a neurodegeneração importante das funções do sistema nervoso central. Com isso, pesquisas comprovam que existe uma diminuição do fluxo sanguíneo em certas regiões cerebrais, colaborando a uma degeneração em dadas células do hipocampo, córtex e subiculum (RAICHLIN, 2017).

Além disso, a carência de neurônios, atenuação de condições neurotróficas, como por exemplo, o BDNF (*Brain Derived Neurotrophic Factor*), no qual este trabalha sendo o intercessor na neurogênese no local do hipocampo, mais especificamente na neuroplasticidade cerebral que é um dos intermediadores neuroprotetores, que levam a decadência cognitiva e a demências (LÄHTEENVUO, 2012; JAGUST, 2013).

Ademais, as queixas dos idosos são corriqueiramente psíquicas e sociais, mas também são físicas. Dessa maneira, estes indivíduos devem ser avaliados de forma abrangente, com o intuito de detectar as mudanças existentes. Além de observar sinais de risco possíveis de perdas funcionais, tendo como consequência uma perda significativa da autonomia (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2008; SOUZA, 2015).

Desse modo, esta avaliação da depressão (clínico) é fundamental em idosos, pois visa uma investigação dos episódios depressivos anteriores, esta avaliação visa analisar se há sintomas de mania ou hipomania, verificar uso de fármacos. Ademais, faz-se necessário uma

avaliação de um questionário cuidadoso de quesitos, no tocante ao suicídio e luto (BARCELOS-FERREIRA, 2010).

DEMÊNCIA

Caracteriza-se demência uma doença crônica e progressiva, na qual se refere a uma deterioração cognitiva e que gera mudanças comportamentais, afetando em atividades de vida diária (AVD's). A evolução da doença pode acarretar em declínio da autonomia e gerando uma total dependência do indivíduo. Além disso, aumenta a imobilidade, desnutrição e disfagia (PRINCE et al, 2003; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2008; DE PAULA PESSOA et al, 2016).

No ano de 2012 apresentava-se no mundo mais de 35 milhões de indivíduos que possuía algum grau de demência, possivelmente passando a triplicar número até 2050, podendo alcançar mais de 115 milhões de pessoas. Em países de baixa e média renda atingirá maior prevalência da doença, em média de 60% de ocorrência da patologia (WHO, 2012).

A prevalência de demência no mundo do ano de 2015 era de 46,8 milhões de pessoas. A estimativa em território brasileiro era de 1,6 milhão de idosos com esta doença. Portanto, acredita-se que o aumento da expectativa de vida eleve a quantidade de indivíduos com esta patologia mental (PRINCE et al, 2015).

MÉTODO

Foi realizada uma pesquisa de cunho bibliográfico e qualitativa, visto que o seu objetivo é explicar em vários artigos os fenômenos que estarão sendo apresentados nos estudos indexados nos bancos de dados do Google Acadêmico: Scielo e Pubmed. A justificativa da escolha destes bancos de dados foi por abordar as três referências abertas de literatura científicas mais importantes sobre o tema vigente no País. Bem como, contando com os principais periódicos nacionais de psicologia, saúde coletiva, psiquiatria e dentre outros.

A pesquisa foi realizada no período de Junho a Setembro de 2021, utilizando as palavras chaves em português e de livre acesso, com os seguintes descritores: Treinamento resistido, Saúde mental e idoso; bem como as palavras chaves em inglês, foram: Resistance Training, Mental health e Seniors. Foram selecionados artigos originais, além de referências adicionais encontradas nas referências desses artigos.

Foram selecionados os estudos que mencionaram, no título, os termos “saúde mental”, “Treinamento Resistido” e “Idoso”, e a termos associados a estes. A menção desses termos no título foi motivo de requisito para o objetivo delimitado no tema desta revisão bibliográfica.

Foram excluídos os estudos que abordavam o tratamento da saúde mental em outras áreas do conhecimento, bem como o treinamento resistido que estivesse ligado a outro tema, e igualmente da palavra chave idoso. Esta exclusão foi feita nas três bases de dados (VOLPATO, 2007; GODOY, 1995).

A partir destas etapas, foi feita a análise dos artigos indexados e a conversa entre autores para promover a ligação entre os temas afins. Assim, pôde ser verificada, por meio da pesquisa, a correlação entre eles para que a partir disto houvesse o respaldo a respeito da temática proposta.

ANÁLISES DOS BANCOS DE DADOS

Abaixo se encontra em anexo as tabelas, no qual estão descritas de maneira detalhada como decorreu a pesquisa nos seguintes bancos de dados: Saúde Mental (Tabela 1), Treinamento Resistido (Tabela 2) e idoso (Tabela 3), respectivamente.

Tabela 1: Saúde Mental

Banco de dados	Total dos Resultados	Resultados Excluídos	Resultados Selecionados
Google Acadêmico	591,000	590,980	20
Scielo	9,721	9,711	10
Pubmed	422,682	422,678	4

Tabela 2: Treinamento Resistido

Banco de dados	Total dos Resultados	Resultados Excluídos	Resultados Selecionados
Google Acadêmico	20,200	20,198	4
Scielo	27,327	27,326	1

Tabela 3: Idoso

Banco de dados	Total dos Resultados	Resultados Excluídos	Resultados Selecionados

Google Acadêmico	362,000	361,996	5
Scielo	502	499	3
Pubmed	186,951	186,949	2

A partir da análise dos artigos citados na tabela acima, verificou-se que:

- Houve uma correlação entre as três tabelas (idoso, saúde mental e TR), pois entre os artigos foi feita varias analises a respeito dos grupos controles, aonde se pode observar os efeitos benéficos do Treinamento Resistido correlacionados a saúde mental desses indivíduos.
- A partir das praticas do TR, houve uma melhora na autoestima do Idoso, fazendo com que o mesmo sentisse inserido no meio social e aumentando a sua pré-disposição física e mental, pois aumentou suas taxas hormonais, fazendo com que seu humor e sua força dessem animo para realizar as atividades de vida diária.
- O apoio familiar é essencial. Em casos de internação, pode verificar que houve um abalo psicológico devido à alteração em sua rotina, com isso o apoio e afeto familiar vai ser o diferencial na recuperação do indivíduo. Idosos que possuem contatos sociais familiares mais próximos tendem a ter um desenvolvimento mais acentuado quando se diz respeito à saúde mental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, que a finalidade desta pesquisa foi verificar as evidências na literatura em relação ao Treinamento de Força como Intervenção na saúde mental em idosos. Com isso, verificou-se que a sanidade mental é um fator primordial para qualquer indivíduo, pois sem ela torna-se difícil ter paz interior, a convivência social é prejudicada e o corpo físico do indivíduo é afetado.

Sem dúvidas, uma das profissões que colaboram com a promoção da saúde mental e física do ser humano, é o profissional de Educação Física, pois este profissional é responsável pela área de atuação relacionada à saúde do corpo e da mente. Dessa maneira, estes profissionais devem ter em mente o conhecimento sobre as patologias psíquicas para entender cada indivíduo e oferecer um melhor atendimento. Com a finalidade de promover uma melhor qualidade quanto a saúde das pessoas.

Sendo assim, pode-se observar na literatura científica que indivíduos que praticam o treino de força, ganham vigor tanto físico como psicológico. Isso nos mostra o quão benéfico

são os exercícios de força para pessoas com déficit na sanidade mental. Portanto, é necessário haver mais estudos falando da abordagem estudada nesta revisão bibliográfica. Com o intuito de aumentar as evidências científicas no tocante aos impactos do treinamento de força como intervenção na saúde mental em idosos.

REFERÊNCIAS

- ARMITAGE, Roseanne. Microarchitectural findings in sleep EEG in depression: diagnostic implications. *Biological Psychiatry*, v. 37, n. 2, p. 72-84, 1995.
- AMARANTE, Paulo. Saúde mental e atenção psicossocial. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2007.
- ANTUNES, H. K. M. et al. Exercício físico e função cognitiva: uma revisão. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, v. 12, n. 2, p. 108-114, 2006.
- ALLEN, Albert John; LEONARD, Henrietta; SWEDO, Susan E. Current knowledge of medications for the treatment of childhood anxiety disorders. *Journal of the American Academy of child & Adolescent psychiatry*, v. 34, n. 8, p. 976-986, 1995.
- BARNES, Jill N. Exercício, função cognitiva e envelhecimento. *Avanços na educação em fisiologia*, v. 39, n. 2, pág. 55-62, 2015.
- BARROSO, M. L. et al. A depressão como causa do desenvolvimento da ideação suicida na pessoa idosa e as consequências no âmbito familiar. *Revista Multidisciplinar e de Psicologia*, v. 12, n. 41, p. 66-76, 2018. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1201>. Acesso em: 20 mar 2020.
- BARCELOS-FERREIRA, Ricardo et al. Depressive morbidity and gender in community-dwelling Brazilian elderly: systematic review and meta-analysis. *International psychogeriatrics*, v. 22, n. 5, p. 712, 2010.
- BARROS, Newton. Entendendo a dor. Artmed Editora, 2014.
- BLAZER, Dan G. Depression in late life: review and commentary. *The Journals of Gerontology Series A: Biological Sciences and Medical Sciences*, v. 58, n. 3, p. M249-M265, 2003.
- BRANDÃO, Ingrid Silva; SOARES, Denise Josino. A obesidade, suas causas e consequências para a saúde. 2018.
- BLEGER, José. Temas de psicologia: entrevista e grupos. In: *Temas de psicologia: entrevista e grupos*. 2007. p. 137-137.
- COSER, O. Depressão: clínica, crítica e ética [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003. 170 p. Coleção Loucura & Civilização. ISBN: 85-7541-030-X. Available from SciELO Books.
- CLEMENTE, Vanda. Como tratar os doentes com insónia crónica? O contributo da Psicologia Clínica. *Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar*, v. 22, n. 5, p. 635-44, 2006.
- DEPRESSION, W. H. O. Other common mental disorders: global health estimates. Geneva: World Health Organization, p. 1-24, 2017.
- DEJOURS, Christophe et al. Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.

DEL PORTO, José Alberto. Conceito e diagnóstico. *Brazilian Journal of Psychiatry*, v. 21, p. 06-11, 1999.

DE PAULA PESSOA, Rebeca Mendes et al. Da Demência ao Transtorno Neurocognitivo Maior: Aspectos Atuais/From Dementia to Major Neurocognitive Disorder: Current Aspects. *Health Sciences Journal*, v. 6, n. 4, p. 5-17, 2016.

DE OLIVEIRA, Lannuzya Veríssimo; CIRILO, Livia Sales; COSTA, Gabriela Maria Cavalcanti. O cuidar do portador de transtorno mental: significado para a família. *Revista Baiana de Saúde Pública*, v. 37, n. 1, p. 164-164, 2013.

FAIGENBAUM, Avery D. et al. Treinamento de resistência juvenil: documento de declaração de posição atualizado da associação nacional de força e condicionamento. *The Journal of Strength & Conditioning Research*, v. 23, p. S60-S79, 2009.

FRAZER, Cathy J.; CHRISTENSEN, Helen; GRIFFITHS, Kathleen M. Effectiveness of treatments for depression in older people. *Medical Journal of Australia*, v. 182, n. 12, p. 627-632, 2005.

FEDERAL, Senado. Estatuto do idoso. Brasília (DF): Senado Federal, 2003.

FUREGATO, Antonia Regina Ferreira. Mental health policies in Brazil. *Rev Esc Enferm USP*, v. 43, n. 2, 2009.

GAERTNER, Beate et al. Physical exercise and cognitive function across the life span: Results of a nationwide population-based study. *Journal of science and medicine in sport*, v. 21, n. 5, p. 489-494, 2018.

GEIB, Lorena Teresinha Consalter et al. Sono e envelhecimento. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, v. 25, n. 3, p. 453-465, 2003.

GIORELLI, Andre S. et al. Sonolência Excessiva Diurna: aspectos clínicos, diagnósticos e terapêuticos. *Rev Bras Neurol*, v. 48, n. 3, p. 17-24, 2012.

GOLDBERG, David P.; HUXLEY, Peter. Common mental disorders: a bio-social model. Tavistock/Routledge, 1992.

GODOY, A. S. A abordagem qualitativa oferece três diferentes possibilidades de se realizar pesquisa: a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia. *Revista de Administração de Empresas*, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GREENBERG, Paul E. et al. The economic burden of depression in 1990. *The Journal of clinical psychiatry*, 1993.

GUIMARÃES, Lara de Andrade et al. Sintomas depressivos e fatores associados em idosos residentes em instituição de longa permanência. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, p. 3275-3282, 2019.

HIRSHFELD, D. R. et al. The neurobiology of childhood anxiety disorders. *Neurobiology of mental illness*, p. 823-838, 1999.

JAGUST, William. Vulnerable neural systems and the borderland of brain aging and neurodegeneration. *Neuron*, v. 77, n. 2, p. 219-234, 2013.

JARDIM, Sílvia. Depressão e trabalho: ruptura de laço social. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 36, n. 123, p. 84-92, 2011.

LÄHTEENVUO, Johanna; ROSENZWEIG, Anthony. Effects of aging on angiogenesis. *Circulation research*, v. 110, n. 9, p. 1252-1264, 2012.

LORENZINI, L. M.; AT, Coelho. Rossini. Sono e atividade física: considerações atuais. Reimão R, organizador. *Distúrbios do sono*. São Paulo: Associação Paulista de Medicina, p. 32-5, 2003.

LUCCHESI, Ligia Mendonça et al. O sono em transtornos psiquiátricos. *Brazilian Journal of Psychiatry*, v. 27, p. 27-32, 2005.

MACENA, Wagner Gonçalves; HERMANO, Lays Oliveira; COSTA, Tainah Cardoso. Alterações fisiológicas decorrentes do envelhecimento. *Revista Mosaicum*, n. 27, p. 223-238, 2018.

MARIANO, Eder Rodrigo et al. Força muscular e qualidade de vida em idosas. *Revista Brasileira de geriatria e gerontologia*, v. 16, p. 805-811, 2013.

MACHADO, Mayara B. et al. Prevalência de transtornos ansiosos e algumas comorbidades em idosos: um estudo de base populacional. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, v. 65, n. 1, p. 28-35, 2016.

MENEZES, Itiana Castro; JURUENA, Mário Francisco. Diagnosis of unipolar and bipolar depressions and their specifiers. *Medicina (Ribeirao Preto)*, v. 50, n. supl. 1, p. 64-71, 2017.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gestão 2003-2006: saúde mental no SUS: acesso ao tratamento e mudança do modelo de atenção. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, –Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007.

MONTI, Jaime M. Insônia primária: diagnóstico diferencial e tratamento. *Brazilian Journal of Psychiatry*, v. 22, n. 1, p. 31-34, 2000.

OREŠKOVIĆ, Stjepan. Breaking down the silo mentality in global mental health: The new role for the schools of public health. *Psychiatria Danubina*, v. 28, n. 4, p. 318-320, 2016.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE- OPAS/OMS. Folha informativa: depressão, 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE et al. A carga global de doenças: atualização de 2004 . Organização Mundial da Saúde, 2008.

RAICHLEN, David A.; ALEXANDER, Gene E. Adaptive capacity: an evolutionary neuroscience model linking exercise, cognition, and brain health. *Trends in neurosciences*, v. 40, n. 7, p. 408-421, 2017.

REYES, Amanda Neumann; FERMANN, Ilana Luiz. Eficácia da terapia cognitivo-comportamental no transtorno de ansiedade generalizada. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, v. 13, n. 1, p. 49-54, 2017.

RIEMANN, Dieter; VODERHOLZER, Ulrich. Primary insomnia: a risk factor to develop depression?. *Journal of affective disorders*, v. 76, n. 1-3, p. 255-259, 2003.

RIBEIRO, Melck Kelly Piastrelli et al. Equidade na cobertura dos gastos com saúde pelo Sistema Único de Saúde de pessoas com indicativos de transtornos mentais comuns no município de São Paulo. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 21, p. e180011, 2018.

ROSEN, Jeffrey B.; SCHULKIN, Jay. From normal fear to pathological anxiety. *Psychological review*, v. 105, n. 2, p. 325, 1998.

ROSENBERG, Richard S.; VAN HOUT, Steven. The American Academy of Sleep Medicine inter-scorer reliability program: Respiratory events. *Journal of clinical sleep medicine*, v. 10, n. 4, p. 447-454, 2014.

SANTOS, Edenilson Cavalcante; DO NASCIMENTO, José Kildere Alves. TERAPIAS ALTERNATIVAS AO USO DE BENZODIAZEPÍNICOS NO TRATAMENTO DA INSÔNIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA. TERAPIAS ALTERNATIVAS AO USO DE BENZODIAZEPÍNICOS NO TRATAMENTO DA INSÔNIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA, p. 1-388-416.

SNOWDON, John. How high is the prevalence of depression in old age?. *Brazilian Journal of Psychiatry*, v. 24, p. 42-47, 2002.

SOUSA, Karolliny Abrantes de et al. Prevalência de sintomas de depressão em idosos assistidos pela Estratégia de Saúde da Família. *Revista Mineira de Enfermagem*, v. 21, 2017.

SOUZA, Isis Aline Lourenço de et al. O impacto de atividades linguístico-discursivas na promoção da saúde de idosos de uma instituição de longa permanência. *Audiology-Communication Research*, v. 20, n. 2, p. 175-181, 2015.

PARADELA, Emylucy. Depressão em idosos. *Revista Hospital Universitário Pedro Ernesto*, v. 10, n. 2, 2011.

PASSOS, Giselle Soares et al. Tratamento não farmacológico para a insônia crônica. *Brazilian Journal of Psychiatry*, v. 29, n. 3, p. 279-282, 2007.

PATIER, Pedro Henrique Ximenes et al. Relação Entre Depressão, Qualidade Alimentar Dietética e Eixo Intestino-Cérebro. *International Journal of Nutrology*, v. 11, n. S 01, p. Trab684, 2018.

PITTA, José Cássio do Nascimento. Transtornos de ansiedade. *RBM rev. bras. med*, 2011.

POMPEO, Daniele Alcalá et al. Strategies for coping with family members of patients with mental disorders. *Revista latino-americana de enfermagem*, v. 24, 2016.

PRINCE, Martin et al. Dementia diagnosis in developing countries: a cross-cultural validation study. *The Lancet*, v. 361, n. 9361, p. 909-917, 2003.

PRINCE, Martin James et al. World Alzheimer Report 2015-The Global Impact of Dementia: An analysis of prevalence, incidence, cost and trends. 2015.

QUEIROZ, Ciro Oliveira; MUNARO, Hector Luiz Rodrigues. Efeitos do treinamento resistido sobre a força muscular e a autopercepção de saúde em idosos. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 15, p. 547-553, 2012.

QUEIROZ, Patrícia Piazzon; ÇUILHARDI, Hélio José. Identificação e análise de contingências geradoras de ansiedade: Caso clínico. *Sobre Comportamento e Cognição*, p. 257, 2001.

VARELA, Maria José V. et al. Insônia. *Revista Neurociências*, v. 13, n. 4, p. 183-189, 2005.

VOLPATO, Gilson Luiz. Como escrever um artigo científico. *Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica*, v. 4, p. 97-115, 2007.

WANNMACHER, Lenita. Depressão maior: da descoberta à solução. Uso racional de medicamentos: temas selecionados. http://www.opas.org.br/medicamentos/docs/HSE_URM_DEP_0404.pdf (acessado em 26/Mai/2006), 2004.

WHO, ADI. Dementia: a public health priority. Geneva: World Health Organization, 2012.

WORLD HEALTH ORGANIZATION et al. Constituição da Organização Mundial de Saúde. OMS/WHO, 1948.

WORLD HEALTH ORGANIZATION et al. Mental health: Strengthening our response-Fact sheet No. 220; 2014. 2014.

WORLD HEALTH ORGANIZATION et al. Depression and other common mental disorders: global health estimates. World Health Organization, 2017.

XAVIER, B. F. Um estudo sobre ações sociais do estado brasileiro direcionadas ao idoso e a contribuição do IFRN alusiva a essa temática. HOLOS, v. 2, p. 275-283, 2012.



**PERCEPÇÃO DAS
MULHERES COM CÂNCER
DE MAMA SOBRE A
ASSISTÊNCIA DO
CUIDADO HUMANIZADO
E QUALIDADE DE VIDA**

PERCEPÇÃO DAS MULHERES COM CÂNCER DE MAMA SOBRE A ASSISTÊNCIA DO CUIDADO HUMANIZADO E QUALIDADE DE VIDA

Maria de Belém Ramos Sozinho
Anne Caroline Flores de Souza Barbosa Teixeira
Maria Inês Vieira de Oliveira Lima
Ricardo Figueiredo Pinto

RESUMO

De acordo com a definição do Instituto Nacional de Câncer (2015), o câncer é um conjunto de mais de 100 doenças que, como característica comum, apresenta crescimento desordenado de células e envolvem tecidos e órgãos, podendo ou não se ampliar para outras partes do corpo. Discorrer a Percepção das mulheres com câncer de mama sobre a assistência do cuidado humanizado. No Brasil o câncer de mama teve um marco histórico, em meados dos anos 80, ao ser incluído no Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher No Sistema Único de Saúde - SUS foram lançadas as novas diretrizes nacionais para a detecção precoce câncer de mama no domínio de rede de referência para diagnóstico do câncer de mama. Estadiar um caso de câncer significa avaliar seu grau de disseminação havendo regras internacionalmente estabelecidas, em constante aprimoramento. O diagnóstico precoce do câncer pode ser realizado por exame de imagem, capaz de identificar nódulos, mesmo antes de serem palpáveis, o cuidado de enfermagem é fundamental para estabelecer que os profissionais sejam comprometidos com a assistência em que o atendimento deve ser baseado no cuidado humanizado e sobretudo na ética, e na valorização das práticas técnicas e científicas com o pensamento crítico. Portanto buscar-se avaliar a qualidade de vida das mulheres com câncer de mama em relação à sua atitude na vida, suas expectativas, e preocupações individuais em relação à saúde.

Palavras-chave: Câncer de Mama; Cuidados de Enfermagem; Qualidade de Vida; Oncologia.

ABSTRACT

According to the definition of the National Cancer Institute (2015), cancer is a set of more than 100 diseases that, as a common characteristic, have disordered cell growth and involve tissues and organs, and may or may not spread to other parts of the body. Discuss the perception of women with breast cancer about humanized care assistance. In Brazil, breast cancer had a historic milestone, in the mid-1980s, when it was included in the Comprehensive Assistance Program for Women's Health In the Unified Health System - SUS, new national guidelines for early detection of breast cancer in Brazil were launched. domain of reference network for breast cancer diagnosis. To stage a case of cancer means to assess its degree of dissemination, having internationally established rules, which are constantly being improved. The early diagnosis of cancer can be performed by imaging, capable of identifying nodules, even before they are palpable, nursing care is essential to establish that professionals are committed to care in which care must be based on humanized care and above all in ethics, and in valuing technical and scientific practices with critical thinking. Therefore, seeking to assess the quality of life of women with breast cancer in relation to their attitude to life, their expectations, and individual concerns regarding health.

Keywords: Breast Neoplasms; Nursing Care; Quality of Life; Medical Oncology.

RESUMEN

Según la definición del Instituto Nacional del Cáncer (2015), el cáncer es un conjunto de más de 100 enfermedades que, como característica común, tienen un crecimiento celular desordenado e involucran tejidos y órganos, pudiendo o no diseminarse a otras partes del cuerpo. Discutir la percepción de las mujeres con cáncer de mama sobre la asistencia asistencial humanizada. En Brasil, el cáncer de mama tuvo un hito histórico, a mediados de la década de

1980, cuando fue incluido en el Programa de Atención Integral para la Salud de la Mujer En el Sistema Único de Salud - SUS, se lanzaron nuevas directrices nacionales para la detección temprana del cáncer de mama en Brasil. dominio de la red de referencia para el diagnóstico del cáncer de mama. Poner en escena un caso de cáncer significa evaluar su grado de diseminación, contando con reglas establecidas internacionalmente, que se mejoran constantemente. El diagnóstico precoz del cáncer puede realizarse por imagen, capaz de identificar nódulos, incluso antes de que sean palpables, el cuidado de enfermería es fundamental para establecer que los profesionales estén comprometidos con un cuidado en el que el cuidado debe basarse en el cuidado humanizado y sobre todo en la ética, y en la valoración de prácticas técnicas y científicas con pensamiento crítico. Por tanto, se busca evaluar la calidad de vida de las mujeres con cáncer de mama en relación con su actitud ante la vida, sus expectativas y preocupaciones individuales con respecto a la salud.

Palabras-clave: Neoplasias de la Mama; Atención de Enfermería; Calidad de vida; Oncología Médica.

INTRODUÇÃO

CÂNCER DE MAMA

De acordo com a definição do Instituto Nacional de Câncer – INCA – (2015), o câncer é um conjunto de mais de 100 doenças que, como característica comum, apresentam crescimento desordenado de células e invadem tecidos e órgãos, podendo ou não se expandir-se para outras partes do corpo. Apresentando crescimento rápido, incontrolável e agressivo. O câncer atinge altos índices de incidência, constituindo-se na segunda causa de mortalidade no Brasil.

A neoplasia de mama, por sua vez, é entendida como um tumor maligno desenvolvido em tecido mamário, sendo o de maior incidência na região Nordeste do Brasil, com uma incidência de onze mil casos por ano (Brasil, 2016). No Brasil o câncer de mama teve um marco histórico, em meados dos anos 80, ao ser incluído no Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, que demandava o cuidado mais extenso do que a atenção ao ciclo gravídico-puerperal (INCA, 2015).

O programa viva a mulher inicia no final dos anos 90, em que foram dar início a ações envolvendo à formulação de diretrizes e à estruturação da rede assistencial para a detecção precoce do câncer de mama. Junho de 2009, houve a implantação do Sistema de Informação do Câncer de Mama (SISMAMA), e o estímulo ao aumento da oferta de mamografias pelo Ministério da Saúde incentivaram a organização das ações de controle. A reafirmação do câncer de mama com priorização do controle plano nacional de fortalecimento da rede de prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer pela Presidência da República em março de 2011 (INCA, 2015).

Já em maio de 2013, a PNAO foi atualizada pela Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer. Para dinamizar a organização da atenção secundária, em 2014 foi publicada a Portaria nº189, que constituiu incentivos financeiros de custeio e de investimento para a implantação de Serviços. Em 2015, No Sistema Único de Saúde - SUS Surgiu lançadas as novas Diretrizes Nacionais para a Detecção Precoce câncer de mama no domínio de rede de Referência para Diagnóstico do Câncer de Mama (INCA, 2015).

A Sociedade Brasileira de Patologia (2016) define o câncer de mama como um tumor maligno, que surge por alterações genéticas em células da glândula mamária. Essas células se apresentam de forma imperfeita e se proliferam de uma forma desordenada, tendo como consequência a formação de nódulo mamário, em tecidos vizinhos (axila), ou em outras partes do corpo (metástase).

Segundo o Instituto Oncoguia (2020) o estadiamento de um caso de câncer significa avaliar seu grau de disseminação. Em que, há regras internacionalmente estabelecidas de constante aprimoramento. O estágio de um tumor reflete não apenas a taxa de crescimento e a extensão da doença, mas também o tipo de tumor e sua relação com o hospedeiro.

A Breast Cancer Organization (2016) diz, que a adição numérica a estes três componentes indica a extensão da dimensão da doença, assim temos: extensão do tumor primário (T0, T1, T2, T3, T4), ausência ou presença e a extensão de metástase em linfonodos regionais (N0, N1, N2, N3) e ausência ou presença de metástase à distância (M0, M1).

O Câncer de mama estágios 0, 1 e 2 são os estágios iniciais do câncer de mama, nos quais o tumor está limitado à mama, nestes estágios a paciente possui maior chance de cura, devendo haver diagnóstico precoce com positiva resposta ao tratamento. O estágio 3 é chamado de câncer de mama avançado localizada, o que significa que o câncer se expande para os nódulos linfáticos e/ou para outros tecidos da mama, mas não para outros locais do corpo. No estágio 4 o câncer de mama é chamado de câncer de mama metastático ou câncer de mama avançado, nesta etapa, o câncer se expande para outros locais do corpo, como pulmões, ossos, cérebro e /ou outros tecidos (BREAST CANCER ORGANIZATION, 2016).

A partir do lançamento da Política Nacional de Atenção Oncológica (PNAO), em dezembro de 2005, todo o empenho do Instituto Nacional de Câncer (INCA) foi dado na promoção de ações integradas do governo com a sociedade para implementar uma nova política, que reconhece o câncer como problema de saúde pública e estrutura a realização das ações para o seu controle no Brasil através da Rede de Atenção Oncológica (RAO) (INCA, 2015).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde. Há vários tipos histológicos de carcinomas mamários. Esses podem formar dois tipos de lesões: in situ ou invasivas. Os estudos

lembram que os carcinomas de mama invasivos são os mais incidentes, sendo o carcinoma ducal infiltrante o subtipo mais frequente, responsável por 70 a 80% dos cânceres de mama. O restante dos casos é ocasionado pelo carcinoma lobular infiltrante, com 5 a 15%, ou por outros subtipos histológicos (INCA, 2015).

O câncer de mama é a neoplasia maligna mais incidente e a maior causa de morte por câncer na população feminina adulta em todo o mundo. No Brasil, a magnitude dessa doença tem relevância a nível de saúde pública, a mortalidade por câncer de mama no país é baixa quando comparada a países desenvolvidos como EUA, Canadá e Austrália, e melhor que alguns, como a França e Inglaterra, porém, é preciso avançar na prevenção, sobretudo na diminuição das desigualdades regionais e socioeconômicas, a mortalidade por câncer de mama está ligada principalmente ao acesso a diagnóstico imediato e na implantação do tratamento adequado, uma vez que é uma doença com grande potencial de cura caso diagnosticada e tratada precocemente (INCA, 2015).

A neoplasia de mama, por sua vez, é entendida como um tumor maligno desenvolvido em tecido mamário, sendo o de maior incidência na região Nordeste do Brasil, com uma incidência de onze mil casos por ano (INCA, 2021). O câncer pode se originar das mais diversas maneiras, podendo essas ser por motivos internos ou externos. As causas internas geralmente estão ligadas a genética, ou a capacidade do organismo de se defender. Enquanto as externas estão ligadas aos hábitos de vida, meio ambiente ou até mesmo costumes sociais ou de um ambiente, (INCA 2017).

De acordo a Sociedade Brasileira de Mastologia (2021), o câncer de mama é o mais comum entre as mulheres, sendo responsável por 22% dos novos casos a todo ano. Contudo é um câncer altamente detectável, com indícios podendo ser percebidos pelo próprio paciente, e sendo confirmado pelo exame de mamografia, onde o quanto antes ser descoberto mais a probabilidade de cura, atualmente o maior número de casos descobertos no Brasil, não estão mais em fases tão avançados (URBAN et al., 2017).

No início do século XX, a radiografia de mama foi implantada iniciou o uso para o diagnóstico de alguns tipos de câncer. A radiografia das mamas já era feita nessa ocasião, mas, somente na década de 1960, foi criado um aparelho específico: o mamógrafo. Quanto a mamografia é um exame por imagem, capaz de identificar nódulos, mesmo antes de serem palpáveis. A partir de 1976, tornou-se o método de escolha para rastreamento do câncer de mama (INCA, 2015).

Em relação ao exame clínico das mamas é a palpação das mamas por um médico ou enfermeiro treinados. Tal exame pode detectar tumores superficiais a partir de 1 cm. Sabe-se

que ultrassonografia avalia a forma e a consistência das mamas, ajudando a distinguir os nódulos sólidos dos cistos. É utilizada no diagnóstico, no seguimento de lesões e para a realização de biópsias com agulhas, pois mostra o local da lesão e guia o médico sobre a área a ser examinada ou biopsiada (INCA, 2015).

No entanto a ressonância nuclear magnética utiliza um campo magnético para produção de imagens do corpo humano, sem a utilização de radiação. Pode ser usada de forma complementar a quando há suspeita de malignidade, é necessária a confirmação do diagnóstico por meio da biópsia. Essa técnica consiste na retirada de uma porção do nódulo suspeito ou do nódulo inteiro por meio de uma pequena cirurgia ou de punções (por agulha fina, grossa ou merotomia). O material retirado é analisado pelo patologista para a definição do tratamento mais adequado os outros exames (INCA, 2017).

Assim nasceu em Nova York, em 1990 movimento conhecido como outubro rosa iniciou na última década, para estimular a participação da população na luta contra o câncer de mama. O laço cor-de-rosa foi lançado pela Fundação Susan G. Komen for the Cure e distribuído aos participantes da Corrida pela Cura. A partir de 1997, ficou marcado este mês diversas institutos passaram a celebrar essa data, realizando ações de mobilização para o diagnóstico precoce. Logo, evidencia-se como objetivo desta pesquisa discorrer a percepção das mulheres com câncer de mama sobre a Assistência do Cuidado Humanizado. (INCA,2018)

REFERENCIAL TEÓRICO

Frente ao diagnóstico do câncer de mama evidenciam-se as reações emocionais que ocasionam diferentes sentimentos. Assim como o câncer de mama, outros tipos de câncer afetam diversas regiões do corpo relacionadas à sexualidade, pelo fato da mama desempenhar função expressiva na estética feminina, que podem influenciar no bom senso e bem-estar da mulher, visto que sua maior incidência ocorre na faixa etária de 40 a 60 anos (HORTA; MARTINS; PINA, 2016).

A mama desempenha função expressiva na autoimagem, a mulher pode sentir-se inferior esteticamente alterado em sua vida e em sua feminilidade. Sobre esses aspectos, cabe ressaltar a necessidade do apoio de profissionais da saúde na assistência integral, visando à melhor qualidade de vida e à diminuição da angústia e do sofrimento exposto pelo trauma do diagnóstico da doença (HORTA; MARTINS; PINA, 2016).

Cuidado de enfermagem

Dentre os profissionais envolvidos no cuidado ao paciente acometido de câncer de mama o enfermeiro possui grande destaque, com o seu olhar holístico oferece atendimento integral ao paciente, desde a anamnese até o seu cuidado técnico. O atendimento ofertado pelo profissional de enfermagem ao paciente baseia em uma investigação, com perguntas que perpassam desde o tempo do problema, até ações de promoção e prevenção de saúde, até orientações quanto ao tratamento (SOUZA; CAZOLA; OLIVEIRA, 2016).

Sabe-se que o enfermeiro atende diretamente mulheres diagnosticada com o câncer de mama, é fundamental que coloquem os tormentos, temores e sofrimentos que o diagnóstico do câncer traz consigo. Portanto, os cuidados de enfermagem necessitam ser efetivados de forma integral durante todo tratamento, consistindo nas práticas dos cuidados de enfermagem, o apoio psicológico que iram dar nortes, visto que a mulher e sua família permanência desnorreada a uma doença estigmatizada, que muitas vezes necessita de um tratamento difícil e doloroso, além dos agravos a autoimagem da mulher (HORTA; MARTINS; PINA, 2016).

Todavia, compreendo o cenário dessa doença e seus fatores de risco, os tratamentos disponíveis, bem como os tipos mais comuns para que o acolhimento e o acompanhamento da mulher sejam integrais. Destaca-se de modo, que as orientações e o atendimento realizado pelo enfermeiro no cuidado humanizado na abordagem à mulher com neoplasia maligna de mama são necessários e os cuidados sejam direcionados de forma a atender suas precisões sua autonomia, contribuindo mais qualidade de vida e um melhor prognóstico (BINOTTO; SCHWARTSMANN, 2020).

A paciente diagnosticada com câncer de mama, entendendo, dessa forma, a percepção do profissional e seus cuidados dentro do processo de luta, aceitação e tratamento da doença. Aponta-se que o cuidado prestado pelo enfermeiro é considerado fundamental enfatizando o quanto as informações sobre o estado de saúde e tratamento dos pacientes oncológicos devem ser constantes (BAYRAM; DURNA; AKIN, 2014).

Entender-se, que o enfermeiro é um ser de relação com as pessoas que cuida. O ser da enfermagem obtém sentido a partir do momento que utiliza a linguagem na interação humana, com ela externa seu saber e sua intencionalidade para o cuidado para com o outro e lhe compreende como um todo. É a assistência de enfermagem que possibilita que se estabeleça o diálogo com o ser de cuidado, visto que o vínculo entre enfermeiro e paciente é o fator mais importante da assistência (RAMÍREZ-PÉREZ, 2015).

O cuidado de enfermagem ao paciente oncológico e de grande importância para que seja realizado de maneira holística, que envolva cuidados físicos, emocionais e sociais da doença. É de responsabilidade de toda a equipe de saúde o tratamento terapêutico que por sua vez solicita

conhecimento, o enfermeiro é o membro da equipe que usualmente permanece lado a lado com os pacientes durante todo o processo saúde-doença devendo ser habilitado na área oncológica estando atento às experiências de sua prática cotidiana ao lidar com os diferentes casos que possam vir a acontecer (ZUCULO; PAULINO, 2014).

Entende-se que o Cuidar é mais que um ato, é uma atitude, portanto representa mais que um momento de atenção. Representa uma atitude de ocupação, preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com o outro. Diante disso a equipe de enfermagem precisa estar atenta às experiências de sua prática cotidiana, aberta a novas possibilidades envolvendo a família como participante ativa no processo de enfrentamento da doença. (CRUZ; ROSSATO, 2015)

A família pode também contribuir com informações o enfermeiro é o membro da equipe que usualmente permanece lado a lado com os pacientes durante todo o processo saúde-doença. Logo, o preparo para enfrentar a problemática no cuidado emocional do paciente é de responsabilidade de toda a equipe de saúde, que precisa estar em condições emocionais de trabalhar com pacientes, seus familiares e comunidade (MORAIS et al., 2019).

O Ministério da Saúde preconiza na atenção oncológica, que sejam envolvidos todos os níveis de atenção à saúde, e a assistência ao paciente seja prestada por uma equipe multidisciplinar na qual o enfermeiro está inserido. Tratando-se do câncer de mama, por ser um profissional que dispõe de grande autonomia, o enfermeiro passa a ser elemento primordial para ajudar no tratamento deve estar muito bem-preparado tecnicamente para realizar o atendimento integral à mulher e relatar as informações que possa surgir durante a consulta de enfermagem (MELO et al., 2017).

O cuidado de enfermagem, demanda que os profissionais sejam comprometidos com o cuidado, para isto, suas tarefas precisam se baseadas em uma assistência humanizada e sobretudo ética com a valorização das práticas técnicas e científicas representada por uma atitude de preocupação, de responsabilidade e de envolvimento afetivo com o outro, baseando-se no carinho, compaixão e acima de tudo, no respeito ao ser humano para conseguir a excelência do cuidar de forma contínua (PAIVA; SALIMENA, 2016.).

De acordo com quadro clínico, o tratamento da pessoa com câncer deve incluir atenção especial ao ser humano e não apenas à sua doença. Na prática, essa humanização deve estimular a confiança em toda a equipe multidisciplinar de profissionais de Saúde médicos, enfermeiros, psicólogos e fisioterapeutas, entre outros, buscando a empatia e respeitando os desejos e necessidades do paciente (MORENO, 2016).

Humanizar os cuidados em saúde

É de extrema importância o cuidar do indivíduo como um todo, prestando uma assistência com respeito à sua individualidade e atendendo às demandas necessárias para garantir o seu conforto e bem-estar. Para isso, o grande desafio da equipe de saúde no processo do atendimento humanizado é favorecer um cuidado integral ao paciente e aos seus familiares (MORENO, 2016).

Para humanizar o atendimento está entre ações, fazer com que todos do quadro de funcionário possam oferecer uma escuta atenciosamente, como forma de acolher a clientela e garantir um atendimento com maiores possibilidades de amenizar o sofrimento dos pacientes. A partir daí, encontra-se uma alternativa para entrar neste universo, parar e ouvir o paciente é um exemplo de atividade que colabora para a humanização dos processos dentro de clínicas e hospitais. (GIORDANI, 2015).

A humanização dos cuidados idealiza assim um conjunto de ações que visam processo de cuidados de saúde capazes de compor a melhor tecnologia disponível com o acolhimento, o respeito ético e cultural das pessoas doentes, bem como visa atender espaços de trabalho para aderir um bom exercício técnico e à satisfação dos profissionais de saúde e dos respectivos usuários do sistema (SANCHES, 2016).

Assim Humanização sugere acolher o doente na sua essência, partindo de um ato eficaz traduzido na solidariedade, na compreensão do ser doente na sua singularidade e na apreciação da vida, tornando o ambiente mais agradável e menos tenso, de forma a adaptar ao doente um atendimento mais seguro e afetuoso. É um ato de agrupar a competência técnica à ternura humana, admitindo ao profissional de saúde aplicar a comunicação como meio para envolver a história de vida, de cada ser de agir do doente, bem como entender como ser humano em todas as suas dimensões (BEZERRA, 2015).

Para evidenciar humanização hospitalar, em que o respeito se combinou com o respeito pelos costumes, desejos, crenças e valores dos pacientes, onde, as rotinas hospitalares possam estar presentes, para atender cuidados hospitalares com base na dignidade e no respeito, é importante adaptá-las às necessidades dos pacientes e dos cuidadores (CALEGARI, 2015).

Qualidade de vida relacionada a saúde

A busca pela qualidade de vida (QV) em pacientes oncológicos é uma ferramenta importante na avaliação dos resultados do tratamento e reflete a aparência do paciente sendo

sua aferição parte complementar da avaliação proposta para pacientes com câncer de mama, a qualidade de vida pode ser analisada a partir da integração de diversos aspectos como a saúde física, os relacionamentos sociais, as características ambientais nas quais o paciente está inserido, sendo elas sua espiritualidade, o nível de independência e o estado psicológico (LOPES et al., 2018).

Para Ferreira e Franco (2019), estudos de qualidade de vida (QV) auxiliam na avaliação de intervenções a fim de atender uma melhor assistência e, portanto, uma reabilitação precoce, além de envolver problemas referentes a parte funcional e psicossocial no decorrer da doença. A QV pode ser mensurada em pacientes oncológicos com o intuito de medir o conflito da doença na vida do indivíduo. Essa mensuração pode ser feita através de questionários que são capazes de indicar o problema, favorecendo a detecção de necessidades funcionais como fatores psicológicos e sociais dos pacientes (SIMÃO et al., 2017).

Assim sendo avaliação da QV resulta da análise da percepção do indivíduo em relação à sua atitude na vida, tanto no contexto da cultura e dos sistemas de valores nos quais vive, como em relação aos seus objetivos, expectativas, e preocupações individuais em relação à saúde, à doença e ao que traz valor e significado para a vida da pessoa (MAREE, 2016).

Mesmo com a perspectiva da QV, é necessário que a enfermagem oncológica compreenda as dimensões que afetam as mulheres durante o tratamento para viabilizar uma assistência adequada, humanizada e integral, prevenindo e tornar mínimo efeitos imediatos ou tardios que a afetam. Garantindo, qualidade e respeito baseados em evidências científicas contribuem para uma prática de enfermagem qualificada e humanizada (CHENG, WONG, 2016).

CONCLUSÃO

Ponderando a alta incidência e o impacto que o diagnóstico e o tratamento do câncer de mama acarretam a vida das mulheres em que afetam sua percepção, seus sentimentos e comportamentos relacionados ao seu funcionamento diário, assim como à sua condição de saúde. Sendo organizado pelo INCA o programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher para melhorar assistência e fazer a prevenção e controle do câncer de mama com estadiamento da doença para definir o tratamento. Podemos afirmar que através do exame de imagem é capaz de identificar nódulos precoce no rastreamento do câncer de mama.

É de fundamental o cuidado humanizado no tratamento do câncer de mama, é importante lembrar que o enfermeiro é o profissional habilitado para cuidado humanizado na abordagem do atendimento à mulher com câncer de mama, buscando a qualidade vida, onde possa ser mensurada a pacientes oncológicos com o intuito de medir o impacto da doença na vida da

mulher com câncer de mama. É necessário que a enfermagem oncológica tenha uma visão holística no tratamento do câncer nos efeitos colaterais, garantido uma assistência baseada em evidências científicas que contribuam para uma prática de enfermagem qualificada e humanizada.

REFERÊNCIAS

- BAYRAM Z, DURNA Z, AKIN S. Quality of life during chemotherapy and satisfaction with nursing care in Turkish breast cancer patients. *Eur j cancer* (1): 675–684. Doi: <http://dx.doi.org/10.1111/ecc.12185>, care. 2014 Jan; 23
- BEZERRA, S.T.T; MORAIS, G.S.N.; CARNEIRO, A.D. et al. *Educação em Saúde como compromisso para humanizar a atenção básica: compreensão de profissionais de enfermagem. Revista de Enfermagem.*, v. 9, n. 5, p. 7835-42, 2015.
- BREAST CANCER ORGANIZATION. Stages of breast cancer. 2021. Disponível em: <<http://www.breastcancer.org/symptoms/diagnosis/staging>>. Acesso em: 20 fev. 2021.
- BINOTTO, M.; SCHWARTSMANN, G. Qualidade de Vida Relacionada à Saúde de Pacientes com Câncer de Mama: Revisão Integrativa da Literatura. *Revista Brasileira de Cancerologia*, v. 66, n. 1, 2020.
- CALEGARI, R.C.; MASSAROLLO, M.C.K.B.; SANTOS, M.J. Humanization of health care in the perception of nurses and physicians of a private hospital. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 49, p. 42-47, 2015.
- CHENG, KKF, WONG WH, Koh C. Unmet needs mediate the relationship between symptoms and quality of life in breast cancer survivors. *Supp Care Cancer*[Internet]. 2016[cited 2017 Feb 11];24(5):2025-33. Available from: <https://doi.org/10.1007/s00520-015-2994-0>.
- CRUZ, F. S., & ROSSATO, L. G. Care given to cancer patients undergoing chemotherapy: knowledge of family health strategy nurses. *Rev Bras Cancerol*[Internet], 61(4), 335-41, 2015.
- FERREIRA, R.G.R.; FRANCO, L.F.R. Qualidade de vida no câncer de mama. *Brazilian Journal of Development*, v. 5, n. 11, p. 22835-22845, 2019.
- GIORDANI, A. T. Humanização da saúde e do cuidado. 2 ed. São Caetano do Sul, SP. Difusão Editora; Rio de Janeiro: Editora Senac. Rio de Janeiro, 2015.
- HORTA, M.H.H.L.; MARTINS, L.L.S.; PINA, S. Mulheres com câncer de mama: Cuidados de enfermagem. *Revista Investigação*, v.15, n.4, p.113-117, 2016.
- INSTITUTO ONCOGUIA. Terapia hormonal para câncer de mama avançado. 2020. Disponível em: <<http://www.oncoguia.org.br/conteudo/terapia-hormonal-para-cancer-de-mama-avancado/6248/811/>>. Acesso em: 07 jan. 2017.
- INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (INCA). Diretrizes Nacionais para a Detecção Precoce do Câncer de Mama no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Rio de Janeiro: INCA, 2015.
- INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (INCA). Conceito e Magnitude. 2021. Disponível em: <<https://www.inca.gov.br/tipos-de-cancer/cancer-de-mama>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER (INCA). O que é o câncer? Rio de Janeiro, 2017. 1 p. Disponível em: < http://www1.inca.gov.br/conteudo_view.asp?id=322>. Acesso em: 03 abr. 201

INSTITUTO ONCOGUIA. Estadiamento do câncer de mama. 2020. Disponível em: <<http://www.oncoguia.org.br/conteudo/estadiamento-do-cancer-de-mama/1394/264/>>. Acesso em: 8 nov. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (INCA) FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ, A mulher e o câncer de mama no Brasil, 2018.

LOPES, J.V. et al. Impacto do câncer de mama e qualidade de vida de mulheres sobreviventes. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 71, p. 2916-2921, 2018.

MAREE, J.E.; VAN RENSBURG, J.J.M.J. Suitability of quality-of-life outcome measures in palliative care in the South African setting. Palliative & supportive care, v. 14, n. 2, p. 118-128, 2016.

MELO, F.B.B. et al. Ações do enfermeiro na detecção precoce do câncer de mama. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 70, p. 1119-1128, 2017.

MORAIS, E.S. et al. Vivência da família na sobrevivência ao câncer: entre esperança de cura e medo da recidiva. Rev. enferm. atenção saúde, p. 39-50, 2019.

MORENO, A. H. Humanização da Assistência à Saúde. Cuidarte Enfermagem, Catanduva, v.10, n.1, p.1-78, 2016.

PAIVA, A.C.P.C; SALIMENA, A.M.O. O olhar da mulher sobre os cuidados de enfermagem ao vivenciar o câncer de mama. HU Revista, v. 42, n. 1, 2016.

RAMÍREZ-PÉREZ, M.; CÁRDENAS-JIMÉNEZ, M.; RODRÍGUEZ-JIMÉNEZ, S. El Dasein de los cuidados desde la fenomenología hermenéutica de Martín Heidegger. Enfermería Universitaria. v. 12, n. 3, p. 144-51, 2015.

SANCHES, R.C.N. et al. Percepções de profissionais de saúde sobre a humanização em unidade de terapia intensiva adulto. Escola Anna Nery, v. 20, p. 48-54, 2016.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PATOLOGIA. Câncer de Mama. 2016. Disponível em: <<http://www.sbp.org.br/cancer-de-mama/>>. Acesso em: 27 jun. 2021.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE MASTOLOGIA. Câncer de mama ainda é o que mais acomete as mulheres. 2021. Disponível em: <<https://sbmastologia.com.br/cancer-de-mama-ainda-e-que-mais-acomete-as-mulheres/>>. Acesso em: 27 jun. 2021.

SIMÃO, D.A.S. et al. Qualidade de vida, sintomas depressivos e de ansiedade no início do tratamento quimioterápico no câncer: desafios para o cuidado. Enfermagem em Foco, v. 8, n. 2, 2017.

SOUZA, G. R. M. de; CAZOLA, L. H. O.; OLIVEIRA, S. M.V. L. de. Atuação dos enfermeiros da estratégia saúde da família na atenção oncológica, Revista Escola Anna Nery, Campo Grande, MS, v. 21, n. 4, 2017. Disponível em: . Acesso em: 03 maio 2018

URBAN, L.A.B.D. et al. Recomendações do Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem, da Sociedade Brasileira de Mastologia e da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia para o rastreamento do câncer de mama. Radiologia Brasileira, v. 50, p. 244-249, 2017.

ZUCOLO, F.; PAULINO, C.P. A percepção do enfermeiro sobre cuidados a pacientes oncológicos. Revista UNIARA., Araraquara, v.17, n.1, p. 51-57, 2014



**CARACTERIZAÇÃO DO
PACIENTE PORTADOR DA
DOENÇA DE CHAGAS:
FASE AGUDA E FASE
CRÔNICA**

CARACTERIZAÇÃO DO PACIENTE PORTADOR DA DOENÇA DE CHAGAS: FASE AGUDA E FASE CRÔNICA

Nahon Sá Galeno
Victória Baía Pinto
Ricardo Figueiredo Pinto

RESUMO

A doença de Chagas é uma condição crônica negligenciada com elevada carga de morbimortalidade e impacto dos pontos de vista psicológico, social e econômico. Representa um importante problema de saúde pública no Brasil, com diferentes cenários regionais. Mediante a isso, o objetivo deste trabalho é compreender através de estudos descritivos a caracterização do paciente com Doença de Chagas, analisar a forma e a distribuição da doença, além de aspectos sociais. Processos de urbanização e globalização da doença de Chagas decorrentes de grandes migrações, tanto nos países endêmicos quanto não endêmicos, contribuíram para tornar ainda mais complexos os cenários epidemiológicos. Os achados sugerem que a maioria dos infectados são pardos, e na faixa etária adulta, entre 18 a 59 anos, a baixa escolaridade também prevaleceu entre os casos. A partir do exposto, é possível perceber que grandes desafios ainda permeiam o campo das questões relacionadas à DC, mesmo passados cem anos de sua descoberta. Conforme discutido no trabalho de Dias, várias situações devem ser levadas em consideração, permitindo explorar melhor os aspectos necessários ao entendimento das questões da DC.

Palavras-chave: Doença de Chagas; pacientes; epidemiologia.

ABSTRACT

Chagas disease is a neglected chronic condition with a high burden of morbidity and mortality and impact from the psychological, social and economic points of view. It represents an important public health problem in Brazil, with different regional scenarios. Therefore, the objective of this work is to understand, through descriptive studies, the characterization of the patient with Chagas disease, to analyze the form and distribution of the disease, in addition to social aspects. Urbanization processes and globalization of Chagas disease resulting from large migrations, both in endemic and non-endemic countries, have contributed to making the epidemiological scenarios even more complex. The findings suggest that most of those infected are brown, and in the adult age group, between 18 and 59 years old, low educational level also prevailed among the cases. From the above, it is possible to see that great challenges still permeate the field of issues related to CD, even after a hundred years of its discovery. As discussed in Dias' work, several situations should be taken into account, allowing for a better exploration of the aspects necessary to understand CD issues.

Keywords: Chagas disease; patients; epidemiology.

RESUMEN

La enfermedad de Chagas es una enfermedad crónica desatendida con una alta carga de morbilidad y mortalidad e impacto desde el punto de vista psicológico, social y económico. Representa un importante problema de salud pública en Brasil, con diferentes escenarios regionales. Por tanto, el objetivo de este trabajo es comprender, a través de estudios descriptivos, la caracterización del paciente con enfermedad de Chagas, para analizar la forma y distribución de la enfermedad, además de los aspectos sociales. Los procesos de urbanización y globalización de la enfermedad de Chagas como resultado de grandes migraciones, tanto en países endémicos como no endémicos, han contribuido a hacer aún más complejos los escenarios epidemiológicos. Los hallazgos sugieren que la mayoría de los infectados son de color marrón, y en el grupo de edad adulta, entre 18 y 59 años, también prevaleció el bajo nivel

educativo entre los casos. De lo anterior, es posible ver que grandes desafíos aún permean el campo de las cuestiones relacionadas con el DC, incluso después de cien años de su descubrimiento. Como se comenta en el trabajo de Dias, se deben tener en cuenta varias situaciones que permitan una mejor exploración de los aspectos necesarios para comprender la problemática del DC.

Keywords: enfermedad de Chagas; pacientes; epidemiología.

INTRODUÇÃO

A doença de Chagas representa uma condição infecciosa (com fase aguda ou crônica) classificada como enfermidade negligenciada pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Estudos apontam que a doença é resultante da pobreza humana, apresentando elevada carga de mortalidade em países endêmicos, incluindo o Brasil.

A distribuição espacial da doença é limitada primariamente ao continente americano em virtude da distribuição de mais de 140 espécies do inseto vetor (Triatominae, Hemiptera, Reduviidae), por isso é também denominada “tripanossomíase americana” (OMS, 2015). Progressivamente, no entanto, a doença tem alcançado países não endêmicos, mediante o deslocamento de pessoas infectadas e por meio de outros mecanismos de transmissão, como resultado do intenso processo de migração internacional.⁶⁻¹³

Migrações humanas não controladas, degradação ambiental, alterações climáticas, maior concentração da população em áreas urbanas e precariedade de condições socioeconômicas (habitação, educação, saneamento, renda, entre outras) inserem-se como determinantes e condicionantes sociais para a transmissão de *T. cruzi* ao homem (DIAS, 2013; COURA, 2014, PRATA, 2001). Nesse sentido nota-se a importância da caracterização do paciente com Doença de Chagas, principalmente porque as populações infectadas apresentam maior vulnerabilidade, que se expressa pela sobreposição e maior exposição a outras doenças, condições e agravos, menor cobertura com intervenções preventivas, maior probabilidade de adoecimento, menor acesso à rede de serviços de saúde, pior qualidade da atenção recebida em serviços de atenção primária, menor probabilidade de receber tratamentos essenciais, menor acesso a serviços de nível secundário e terciário, maior probabilidade de desenvolvimento de formas graves da doença e maior risco de evolução para óbito (VICTORA, 2003).

Os estudos descritivos são os mais frequentemente utilizados para avaliação da infecção e da doença de Chagas e analisam a forma e a distribuição da doença, enquanto os estudos analíticos avaliam os seus determinantes. Para descrever a ocorrência da doença, algumas questões amplas têm que ser respondidas: quem está afetado? onde e quando os casos ocorrem? Ou seja, é necessário especificar pessoa, lugar e tempo, de acordo com a epidemiologia clássica.

REFERENCIAL TEÓRICO

O Brasil, possui dimensões continentais, e recorrentemente passa por grandes e rápidas transformações demográficas, sociais e ambientais, mas, com a persistência de graves desigualdades socioeconômicas e regionais as doenças associadas a contextos de vulnerabilidade social e negligência de saneamento básico, ainda afligem, consideravelmente a população (VICTORA, et. al., 2011).

No entanto, a saúde geral e a expectativa de vida da população brasileira têm melhorado gradativamente e continuamente, o que pode ser atribuído às mudanças nos determinantes sociais da saúde, ao progresso no controle de doenças infecciosas e à implantação de um sistema nacional de saúde mais abrangente com participação social relevante (VICTORA, et. al., 2011; BARRETO, et. al., 2011).

Os próximos anos trazem, para além dos desafios, oportunidades de uma ação ainda mais concreta e compartilhada no enfrentamento da Doença de Chagas (DC). Em 2015 por exemplo, foi o ano de lançamento dos novos dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que se baseiam nos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). A agenda que foi pactuada e consolidada no documento referencial “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” e representa uma oportunidade histórica e sem precedentes para que os países busquem novos caminhos globais (DIAS, et. al., 2016). De uma forma mais ampla, essas decisões determinarão o curso global de ação para o enfrentamento e eliminação da pobreza, com o objetivo de promover a prosperidade e o bem-estar para todos, além de proteger o ambiente e enfrentar as mudanças climáticas (DIAS, et. al., 2016).

A doença de Chagas insere-se no terceiro objetivo deste documento, que visa “assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades”, na meta de, até 2030, acabar com as epidemias de aids, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis (DIAS, et. al., 2016).

O estudo de DIAS, et. al., (2016) apresenta a Tabela 1 demonstrando as projeções relativas às estimativas do número de pessoas infectadas por *T. cruzi* e do número de casos com doença de Chagas na fase crônica com a forma cardíaca e com a forma digestiva no Brasil, no período de 2015 a 2055, segundo quinquênios. Em 2015, por exemplo, tomando-se como base a estimativa de população de 204.450.649, estimava-se que entre 1.426.994 e 3.357.633 brasileiros estivessem infectados por *T. cruzi*, de 142.699 a 335.763 potencialmente com a

forma digestiva, e de 428.098 a 1.007.290 com a forma cardíaca. A população estimada com infecção por *T. cruzi* na forma indeterminada variava de 856.197 a 2.014.580 pessoas.

Além do processo de migração interna no Brasil, com a urbanização da Doença de Chagas, sua ocorrência em migrações de áreas endêmicas de países tradicionalmente não endêmicos também tem gerado amplas discussões sobre os antecedentes de riscos e vulnerabilidades, que fundamentam a formulação de medidas de controle para essas populações representam desafios para os países (DIAS, et. al., 2002; MONCAYO, SILVEIRA, 2009; SCHMUNIS, 2010). Múltiplos fatores *bioecológicos*, socioculturais e políticos têm sido implicados neste processo (DIAS, 2013) demandando a ampliação do número de pesquisas da área de ciências sociais e humanas relativas à doença (COURA, DIAS, 2009).

Tabela 1 - Projeções das estimativas de prevalência de infecção por *T. cruzi* e da doença de Chagas na fase crônica com a forma cardíaca e com a forma digestiva no Brasil, no período de 2000 a 2055

Ano	Estimativa da população brasileira	Faixa etária de referência			Estimativa do número de pessoas infectadas		Estimativa de casos com a forma digestiva		Estimativa de casos com a forma cardíaca	
		Faixa etária	População	%	Infecção 1,02% ^a	Infecção 2,4% ^b	Infecção 1,02% ^a	Infecção 2,4% ^b	Infecção 1,02% ^a	Infecção 2,4% ^b
2000	173.448.346	≥5	156.133.836	90,0	1.592.565	3.747.212	159.257	374.721	477.770	1.124.164
2005	185.150.806	≥10	150.944.641	81,5	1.539.635	3.622.671	153.964	362.267	461.891	1.086.801
2010	195.497.797	≥15	145.563.676	74,5	1.484.749	3.493.528	148.475	349.353	445.425	1.048.058
2015	204.450.649	≥20	139.901.357	68,4	1.426.994	3.357.633	142.699	335.763	428.098	1.007.290
2020	212.077.375	≥25	133.880.929	63,1	1.365.585	3.213.142	136.559	321.314	409.676	963.943
2025	218.330.014	≥30	127.334.466	58,3	1.298.812	3.056.027	129.881	305.603	389.644	916.808
2030	223.126.917	≥35	120.096.221	53,8	1.224.981	2.882.309	122.498	288.231	367.494	864.693
2035	226.438.916	≥40	112.013.898	49,5	1.142.542	2.688.334	114.254	268.833	342.763	806.500
2040	228.153.204	≥45	102.983.115	45,1	1.050.428	2.471.595	105.043	247.160	315.128	741.479
2045	228.116.279	≥50	92.984.144	40,8	948.438	2.231.619	94.844	223.162	284.531	669.486
2050	226.347.688	≥55	82.097.220	36,3	837.392	1.970.333	83.739	197.033	251.218	591.100
2055	222.975.532	≥60	70.485.475	31,6	718.952	1.691.651	71.895	169.165	215.686	507.495

FONTE: IBGE apud DIAS, et. al., 2016

Além do contexto de migração, a projeção deixa evidente o deslocamento da prevalência de infecção por *T. cruzi* para faixas etárias mais avançadas no país, trazendo novos desafios para o SUS. Com o predomínio de casos de doença de Chagas na fase crônica decorrentes, em grande parte, de infecção por via vetorial no passado, ampliou-se a probabilidade de ocorrência de comorbidades, infecciosas ou não, a maioria de caráter crônico-degenerativo, em especial,

diabetes mellitus, hipertensão arterial sistêmica e outras cardiopatias (DIAS, et. al., 2016). Entre estas condições, insere-se e emerge a coinfeção HIV com *T. cruzi*, ou a associação com outras condições imunossupressoras, adquiridas ou induzidas (OMS, 2013).

Os estimados milhões de infectados pelo *Trypanosoma cruzi* no país indicam que o país tem uma grande responsabilidade nos campos da tecnologia, da ciência e da política, não só para prevenir novos casos, mas antes de tudo para implementar melhores decisões e beneficiários, mas, sobretudo, na implementação de melhores decisões e benefícios para os portadores da doença, tanto na fase aguda quanto crônica (DIAS, et. al., 2016). O Brasil e os demais países da América Latina têm um papel fundamental na condução desse processo e na execução dos compromissos de ação pactuados internacionalmente, sob as chancelas da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e da Organização Mundial da Saúde (OMS). O movimento social emergente deve ser valorizado e estimulado, a fim de se buscar a sustentabilidade das ações para enfrentamento

Na fase aguda o critério parasitológico utilizado é o exame parasitológico, sendo o mais indicado nesta fase. Este critério é definido pela presença de formas tripomastigotas de *T. cruzi*, identificadas por meio do exame direto do sangue periférico (com ou sem centrifugação prévia) com o uso de microscopia (com ou sem coloração) (BRASIL, 2014). Recomenda-se que vários métodos de exame parasitológico direto sejam realizados ao mesmo tempo, re-pesquisa de tripanossomas, métodos concentrados ou lâminas ou esfregaços com coloração espessa. Quando os resultados dos testes de frescor e concentração da primeira coleta forem negativos, uma nova coleta deve ser realizada até que o caso seja confirmado e / ou os sintomas da fase aguda desapareçam ou outra hipótese diagnóstica seja confirmada (BRASIL, 2005).

A Doença de Chagas aguda vem se tornando um evento menos frequente nos países endêmicos, inclusive no Brasil, onde o controle da transmissão vetorial (especialmente por *T. infestans*) e sanguínea foi decisivo neste novo cenário epidemiológico (BRASIL 2014). Por outro lado, a ocorrência de casos e surtos por transmissão oral, vetorial domiciliar sem colonização e vetorial extradomiciliar, principalmente na Amazônia Legal, vem ganhando importância epidemiológica, principalmente devidos aos processos que envolvem condições de saneamento ambiental e aspectos climáticos. Processos de urbanização e globalização da doença de Chagas decorrentes de grandes migrações, tanto nos países endêmicos quanto não endêmicos, contribuíram para tornar ainda mais complexos os cenários epidemiológicos.

Adicionalmente, eventos de reativação da doença de Chagas associados a imunodeficiências têm se tornado desafios emergentes para os sistemas de saúde (BRASIL, 2005). Nesse sentido, o estudo epidemiológico do modo de transmissão dos casos da doença de

Chagas é particularmente importante, não só para a implementação de medidas de controle, mas também porque diferentes vias podem levar à expressão clinicamente específica da doença na fase aguda.

Após o término da fase aguda, começa a fase crônica. Esse estágio é dividido em doença crônica assintomática (forma indeterminada ou latente) e doença crônica sintomática. As formas incertas ou latentes são caracterizadas por resultados de testes clínicos e laboratoriais, tais como: nenhuma manifestação clínica óbvia; nenhuma alteração óbvia no eletrocardiograma ou na radiologia normal do coração, esôfago e cólon, geralmente diagnosticada como sorologia no banco de sangue (TEIXEIRA, OLIVEIRA, 2015). Na verdade, a forma indeterminada ou latente é a forma clínica mais comum de tripanossomíase encontrada em populações e doadores de sangue em áreas endêmicas. Após 10 a 20 anos, 30% dos pacientes com formas incertas de chagásico apresentarão algumas formas crônicas de tripanossomíase (BARBOSA, 2009; MEYER, 2006)

A fase crônica, por sua vez, possui critério parasitológico devido à parasitemia subpatente na fase crônica da doença de Chagas, os métodos parasitológicos de enriquecimento/multiplicação e hemocultura (CHIARI, et. al., 1989) e xenodiagnóstico apresentam comprovadamente baixa sensibilidade, o que implica a ausência de valor diagnóstico quando o resultado for negativo (BRASIL, 2005). Quando apresentam resultados positivos, possuem utilidade principalmente no controle do tratamento específico ou nos casos não usuais, quando a sorologia apresenta resultados inconclusivos.

O critério utilizado nessa fase é essencialmente sorológico, e deve ser realizado utilizando-se um teste com elevada sensibilidade em conjunto com outro de alta especificidade (BRASIL, 2005). Considera-se indivíduo infectado na fase crônica aquele que apresenta anticorpos anti-T. cruzi da classe IgG detectados por meio de dois testes sorológicos com princípios/métodos distintos ou que possuam diferentes preparações antigênicas. O diagnóstico diferencial com outras doenças (por exemplo, leishmaniose visceral, hanseníase na forma clínica, doenças autoimunes, entre outras) deve ser considerado (CAMARGO, 1992; OMS, 2002).

O envolvimento cardíaco no estágio crônico da doença de Chagas inclui uma ampla gama de manifestações, desde anormalidades clinicamente insignificantes até formas graves, como insuficiência cardíaca em estágio terminal, complicações tromboembólicas, arritmia ventricular refratária e morte súbita (DIAS, et. al., 2016).

Em virtude ao aumento da faixa etária de infecção por T. cruzi, podemos delimitar o perfil clínico-epidemiológico da população acometida. O estudo de Silva, Aviz e Monteiro

(2020) demonstrou que entre 2010 e 2017, no Estado do Pará, foram notificados 1.515 casos confirmados de Doença de Chagas Aguda. A prevalência da doença foi maior entre homens, 54,78% eram do sexo masculino (Tabela 2). A faixa etária mais acometida foi entre 20-39 anos, com 521 casos, seguida pela faixa de 40-59 anos com 369 casos e a menos acometida foi a faixa de 0-04 anos, com 69 casos. Estes dados corroboram com o fato de que quanto maior a faixa etária maior o tempo de exposição e o risco de contrair a doença, já mostrado em outros estudos, como Dias, et. al., (2016) e Cardozo et. al., (2016) e Bozelli et. al., (2006).

Tabela 2 – Casos confirmados de Doença de Chagas aguda segundo ano, sexo e faixa etária

VARIÁVEIS		ANO								
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Sexo	Feminino	35	59	85	52	73	106	145	130	685
	Masculino	44	61	91	78	92	135	176	153	830
Faixa Etária (em anos)	0-04	01	03	10	02	05	14	17	17	69
	05-09	06	04	14	14	15	21	26	31	131
	10-14	8	10	17	11	12	17	30	23	128
	15-19	05	09	09	12	21	15	31	22	124
	20-39	29	36	53	43	62	88	118	92	521
	40-59	18	37	46	34	29	61	72	72	369
	≥ 60	12	21	27	14	21	25	27	26	173

Fonte: Ministério da Saúde apud SILVA, AVIZ e MONTEIRO (2020).

Dentre os indivíduos acometidos pela doença 77,62% se autodeclararam pardos (Tabela 3), que pode ser explicado pelo fato de que na região Norte, 72,3% da população se declarou parda, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Corroborando com o Junior, et. al., (2017), onde os resultados mostraram que o maior percentual de casos de infecção ocorreu com pardos (74,70%) e na faixa etária adulta (18 a 59 anos – 56,63) no município de Barcarena. Do total, 75,84% tiveram como modo provável de infecção a transmissão oral. Esse fato é consistente com estudos recentes, que mostram que a forma oral se tornou a principal forma de infecção na atualidade e é a principal causa de surtos agudos da doença de Chagas (DCA) (SILVA, AVIZ, MONTEIRO, 2020).

Tabela 3 - Casos confirmados de Doença de Chagas aguda segundo ano e raça, entre 2010 e 2017

ANO	RAÇA					
	Ignorado	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
2010	7	9	4	2	57	0
2011	34	7	4	0	75	0
2012	38	34	1	1	100	2
2013	25	11	5	1	87	1
2014	4	20	7	2	132	0
2015	13	14	3	1	209	1
2016	7	28	12	0	273	1
2017	2	19	17	1	243	1
Total	130	142	53	8	1176	6

Fonte: Ministério da Saúde apud SILVA, AVIZ e MONTEIRO (2020).

O método de transmissão oral está fortemente relacionado aos costumes do estado do Pará, pois a população geralmente tem o hábito de comer açaí, e essa fruta é cultivada para garantir a sobrevivência das famílias de baixa renda ribeirinhas. Neste caso, o preparo do açaí, geralmente, não recebe os cuidados necessários e nem o uso de tecnologias que garantam que não haja contaminação pelo *T. cruzi*. (SILVA, AVIZ e MONTEIRO, 2020).

Em outro estudo com a população do estado do Pará, observa-se que o gênero masculino foi predominante, em 51,61% (128/248) dos casos de Abaetetuba e em 56,36% (93/165) dos casos de Breves; em Belém, as mulheres foram as mais afetadas, representando 50,53% (143/283) dos casos. A faixa etária de 30 a 59 anos foi a mais acometida, sendo 35,89% (89/248) em Abaetetuba e 53,71% (152/283) em Belém; o que diferiu em Breves, onde 32,73% (54/165) tinham entre de 0 a 14 anos de idade. A maioria dos investigados declararam ser pardos, sendo 78,23% (194/248) de Abaetetuba, 68,90% (195/283) de Belém e 89,70% (148/165) de Breves. A baixa escolaridade prevaleceu entre os casos: 42,74% (106/248) e 63,64% (105/165) dos investigados possuíam Ensino Fundamental incompleto em Abaetetuba e Breves, respectivamente, e 17,69% (50/283) cursou até o Ensino Médio em Belém. Destaca-se o alto percentual de sub-registro da escolaridade de 34,63% (98/283) em Belém. Na área urbana, residiam 56,45% (140/248) e 96,11% (272/283) dos casos de Abaetetuba e Belém, respectivamente; em Breves, 66,06% (109/165) dos casos ocorreram na zona rural (VILHENA, et. al., 2020).

Júnior et. al., (2017) acrescentam ainda o maior percentual de casos de infecção foram entre os analfabetos (66,27% – 55/83); entre os residentes da zona urbana (53,01% – 44/83); e pela possível fonte de transmissão oral (69,88% – 58/83). Foi observado que todas as variáveis epidemiológicas e demográficas foram significantes, com valor $p < 0,05$ (JUNIOR, et. al., 2017).

Outro estudo que avaliou aspectos de perfil epidemiológico de pacientes chagásicos percebeu o impacto na morbidade da população por gerar grande ônus social e econômico, o presente estudo teve por objetivo avaliar o perfil de pacientes portadores de Doença de Chagas que realizaram acompanhamento ambulatorial no Serviço de Atendimento Especializado (SAE) do Hospital das Clínicas (HC) de Rio Branco – Acre de 2004 a 2011 (TEIXEIRA, OLIVEIRA, 2015).

Os casos identificados foram estratificados conforme o gênero, sendo que 27,90% dos pacientes eram do sexo feminino e 72,09% do sexo masculino, diferentemente de outros estudos já citados. Quanto à faixa etária, foi possível verificar que 62,79% dos casos encontrados correspondiam a pacientes com idade igual ou superior a 40 anos. Destes, 51,85% correspondiam a indivíduos entre 40-59 anos, 25,92% à faixa etária entre 50-59 anos e 22,22% (6) a pacientes com 60 anos ou mais (TEIXEIRA, OLIVEIRA, 2015).

Teixeira e Oliveira (2015) justificam a maior predominância de casos em pacientes do sexo masculino (72,09%) devido a maior exposição e contato com o meio ambiente por parte deste gênero, especialmente devido à atividade ocupacional que lhe exigem adentrar e estabelecer moradia em regiões que são habitat natural dos vetores da Doença de Chagas (LANA, TAFURI, 2005 apud TEIXEIRA, OLIVEIRA, 2015).

A maior taxa de prevalência em Rio Branco se deve, obviamente, à maior densidade populacional da capital e à maior acessibilidade dos residentes no estado aos serviços médicos, de forma que mais casos possam ser diagnosticados (BARROS, JUNIOR, 2004). Dentre os casos diagnosticados de Doença de Chagas, foi observada a presença de comorbidades como hepatites B e C, Leishmaniose tegumentar americana e hanseníase em 23,25% dos pacientes. Esta significativa prevalência ocorre, provavelmente, devido à endemia de tais patologias na região norte do país, principalmente, quanto aos casos de hepatites, que sozinhas atingiram uma prevalência de 18,45% neste estudo (TEIXEIRA, OLIVEIRA, 2015). Observou-se, portanto, que houve uma maior prevalência de comorbidades, superando a prevalência de complicações causadas pela própria Doença de Chagas, as quais atingiram 4,65% e se manifestaram apenas na forma cardíaca.

O perfil geral do estudo foi de pacientes do sexo masculino, com idade média de 40 anos ou mais, residentes em Rio Branco. A ressonância entre a doença de Chagas e outras doenças crônicas (principalmente hepatites) é elevada, o que requer atenção especial dos serviços médicos que prestam assistência a esses pacientes. Portanto, a doença de Chagas tem significado como diagnóstico diferencial no estado do acre, pois os casos da doença já foram

identificados. A equipe de saúde deve adotar medidas de vigilância epidemiológica para prevenir a progressão das doenças citadas na Amazônia.

Em um estudo realizado no Ceará, do total de 411 pacientes acompanhados neste Serviço entre julho de 2005 e junho de 2013, 97 (23,6%) eram indivíduos com idade superior a 60 anos. Observa-se um aumento progressivo da porcentagem de pacientes idosos em relação ao total de pacientes cadastrados no Serviço ao longo de seus oito anos de atividade. Entre julho de 2005 e junho de 2007, apenas dois pacientes idosos foram registrados entre 59 pacientes (3,4%). No período de julho de 2007 a junho de 2009, havia 16 pacientes idosos de um total de 80 (20,0%). No período seguinte, julho de 2009 a junho de 2011, foram inscritos 105 pacientes, dos quais 22 eram idosos (21,0%). E por fim, entre julho de 2011 e junho de 2013, foram cadastrados 167 pacientes e 57 idosos (34,1%). Comparando o percentual de idosos correspondentes aos primeiros quatro anos de atividade do serviço (12,9%) com os quatro anos subsequentes (29,0%), houve um aumento significativo desse percentual (PEREIRA, et. al., 2015).

Em relação às características sociodemográficas, constatou-se que a maioria dos pacientes era do sexo feminino (50,5%); 70,1% tinham entre 60 e 69 anos; a média de idade foi de $66,9 \pm 6,5$ anos; 54,6% eram aposentados e, entre os que ainda trabalham, a principal ocupação registrada foi a agropecuária (55,0%); 49,5% com ensino fundamental incompleto e alto percentual de analfabetismo (40,2%); 51,5% tinham renda mensal igual a um salário mínimo; e a maioria (51,6%) era casada. Com relação à procedência, 81 pacientes (83,5%) relataram residir no interior do estado do Ceará e 16 (16,5%) eram procedentes da capital Fortaleza. As principais cidades do interior citadas pelos pacientes como locais de origem foram: Quixeré (18; 18,5%), Jaguaruana (16; 16,5%), Russas (14; 14,4%) e Limoeiro do Norte (13; 13,4%), municípios localizados na Microrregião Baixo Jaguaribe, no Vale do Jaguaribe.

Kamiji e Oliveira (2005), o perfil clínico-epidemiológico dos pacientes chagásicos, apresentaram naturalidade, 171 (45,3%) pacientes nasceram no Estado de São Paulo, 159 (42,2%) no Estado de Minas Gerais e 47 (12,5%) em outros estados. Dos de Minas Gerais, 79 (49,7%) nasceram no sul do estado, 15 (9,4%) no norte, 3 (1,8%) na região central, 14 (8,8%) no centro-oeste, 16 (10%) no Alto Paranaíba, 15 (9,4%) no Triângulo Mineiro, e 17 (10,7%) na região do Jequitinhonha. Duzentos e oitenta (84,6%) pacientes do Grupo 1 e 43 (93,5%) do Grupo 2 eram procedentes do Estado de São Paulo. Quanto às formas clínicas, 300 (79,6%) tinham evidência de doença cardíaca. A forma digestiva foi detectada em 135 (35,8%) pacientes, 79 (58,5%) dos quais apresentavam também evidência de doença cardíaca. Vinte e

um (5,6%) não apresentavam evidências de manifestações digestivas nem de doença cardíaca e foram consideradas como tendo a forma indeterminada.

Entre os 71 pacientes com evidência clínica e/ou radiológica de megacólon, 38 (53,5%) haviam se submetido a tratamento cirúrgico, com tempo pós-cirúrgico mediano de 3,8 anos (0,25- 48 anos). Entre os 33 pacientes não operados, 22 (66,7%) apresentavam megacólon comprovado radiologicamente. A frequência de constipação entre aqueles previamente submetidos a tratamento cirúrgico é significativamente menor do que entre os que não foram operados (KAMIKI, OLIVEIRA, 2005).

Trinta e cinco (49,3%) pacientes com doença de esôfago haviam se submetido à cirurgia, 24 (68,6%) à miotomia à Heller-Pinotti. O tempo pós-operatório mediano do grupo total foi de 1,3 ano (0,14-49 anos). Entre os 37 pacientes submetidos a tratamento clínico, apenas um (2,7%), que se apresentava com disfagia, recebeu tratamento por dilatação. Não houve diferença entre a frequência de disfagia entre aqueles previamente submetidos a tratamento cirúrgico e aqueles submetidos a tratamento clínico (11/35 versus 12/37). Entre comorbidades crônicas, diabetes mellitus tipo 2 estava presente em pelo menos 27 (8,2%) pacientes, insuficiência renal crônica em pelo menos 11 (3,3%), neoplasia em 14 (4,2%), e doença de Parkinson em pelo menos cinco (1,5%). Para quatro (7,1%) dos 56 pacientes com forma digestiva isolada e para 45 (68,2%) dos 66 pacientes com forma digestiva e forma cardíaca combinadas, havia prescrição de dois ou mais medicamentos para tratamento de doença cardiovascular (anti-hipertensivos, anticoagulantes, antiarrítmicos e digitálicos).

CONCLUSÃO

Como visto, no geral, a saúde da população traz evoluções benéficas, esses achados podem ser justificados as mudanças nos determinantes sociais da saúde, no processo de controle de doenças, e a implementação de um sistema de saúde mais abrangente, porém, apesar dessas evoluções, quando acometido, o indivíduo é acometido de forma devastadora, pois a Política de Saúde Pública ainda não é uniforme, nesse caso, o morador da zona urbana certamente terá menos risco de contrair a Doença de Chagas (DC) que o morador sem recurso e plano de saúde da zona rural.

Baseado no que foi exposto, é possível perceber que grandes desafios ainda permeiam o campo das questões relacionadas à DC, mesmo passados cem anos de sua descoberta. Conforme discutido no trabalho de Dias, várias situações devem ser levadas em consideração, permitindo explorar melhor os aspectos necessários ao entendimento das questões da DC,

dentre as quais se destacam as relacionadas às leis de mercado, à economia em escala e às diversas situações de injustiça que inviabilizam o modelo agrícola e artesanal de pequenos produtores rurais, repercutindo diretamente em questões básicas da expansão da tripanossomíase; a questão educacional, a qual deve, sobretudo, desestimular o sistema educativo elitista e pouco voltado para questões sociais, o que de certa forma acentua o desinteresse pela doença.

Mesmo com o tratamento oferecido pelo Ministério da Saúde como foi descrito, a patologia pode evoluir de forma silenciosa, o que contribui para que doentes assintomáticos percam a oportunidade de tratamento, ocorrendo então o agravamento dos casos.

REFERENCIAS

BARBOSA L. G. Doença de Chagas. Rev Logos. n. 1, p. 20-36. 2009.

BARRETO M. L., TEIXEIRA M. G., BASTOS F. I., XIMENES R. A. A., BARATA R. B., RODRIGUES L. C. Successes and failures in the control of infectious diseases in Brazil: social and environmental context, policies, interventions, and research needs. Lancet. n. 9780, v. 377, p. 1877-1889, 2011.

BARROS M. N., JÚNIOR W. O. Doença de Chagas. In: Mello HR, Brito CA, Miranda Filho DB. Condutas em Doença Infecciosas: MEDSI; 2004. p. 594-605. São Paulo.

BOZELLI C. E. ARAÚJO S. M. GUILHERME A. L. G. GOMES M. L. Perfil clínico-epidemiológico de pacientes com doença de Chagas no Hospital Universitário de Maringá, Paraná, Brasil. Cad Saúde Pública. n. 22, v. 5, p. 1027-34, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de Vigilância em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde; 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Vigilância em Saúde. Consenso Brasileiro em Doença de Chagas. Rev Soc Bras Med Trop. 38 Supl 3: p. 1-29. 2005.

BRASIL. Nações Unidas. Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável [Internet]. [Rio de Janeiro]: Nações Unidas no Brasil; 2015.

CAMARGO M. E. Serological diagnosis: an appraisal of Chagas disease serodiagnosis. In: Wendel S, Brener Z, Camargo ME, Rassi A, editors. Chagas Disease (American Trypanosomiasis), its impact on Transfusion and Clinical Medicine. Sociedade Brasileira de Hematologia e Hemoterapia; 1992. p. 165-78. São Paulo.

CARDOZO E. J. S. CAVALCANTI M. A. F. BARRETO M. A. F. NASCIMENTO E. G. C. Perfil epidemiológico dos portadores de doença de chagas: dos indicadores de risco ao processo de enfrentamento da doença. Arq Ciências Saúde. n. 1v. 24, p. 41-6, 2017.

COURA J. R. DIAS J. C. Epidemiology, control and surveillance of Chagas disease: 100 years after its discovery. Mem Inst Oswaldo Cruz. Jul;104 Suppl 1: p. 31-40. 2009.

COURA J. R., VIÑAS, P. A., JUNQUEIRA A. C. Ecoepidemiology, short history and control of Chagas disease in the endemic countries and the new challenge for nonendemic countries. *Mem Inst Oswaldo Cruz*. 2014 Nov;109(7):856-62.

DIAS J. C. P, RAMOS J. R. A. N, GONTIJO E. D, LUQUETTI A., SHIKANAI-YASUDA MA, COURA JR, et. al. II Consenso Brasileiro em Doença de Chagas, 2015. *Epidemiol. Serv. Saúde* [Internet]. 2016 Jun;25(esp):7-86.

DIAS J. C. P. Human chagas disease and migration in the context of globalization: some particular aspects. *J Trop Med*. 2013.

DIAS J. C. P. Human chagas disease and migration in the context of globalization: some particular aspects. *J Trop Med*. 2013:789758.

DIAS J. C. SILVEIRA A. C. SCHOFIELD C. J. The impact of Chagas disease control in Latin America: a review. *Mem Inst Oswaldo Cruz*. Jul. n. 5, v. 97, p. 603-612, 2002.

DIAS, J. C. P. et. al. II Consenso Brasileiro em Doença de Chagas, 2015. *Epidemiol. Serv. Saúde*, Brasília. n. 25, 2016.

JUNIOR, A. S. S. et. al. Análise espaço-temporal da doença de Chagas e seus fatores de risco ambientais e demográficos no município de Barcarena, Pará, Brasil. *Rev Bras Epidemiol*. n. 4, v. 20, p. 742-755. Pará, 2017.

KAMIJI, M. M. OLIVEIRA, R. B. O perfil dos portadores de doença de Chagas, com ênfase na forma digestiva, em hospital terciário de Ribeirão Preto, SP. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*. n. 4, v. 38, p. 305-309, jul-ago, 2005

MEYER, I. F. KANESHIMA E. M. SOUZA-KANESHIMA A. M. Alterações no sistema digestivo desencadeadas pelo quadro infeccioso do trypanosoma cruzi. *Iniciação Científica Cesumar*. n. 1, v. 81, p. 11-23, 2006.

MONCAYO A. SILVEIRA A. C. Current epidemiological trends for Chagas disease in Latin America and future challenges in epidemiology, surveillance and health policy. *Mem Inst Oswaldo Cruz*. Jul;104 Suppl 1:17-30. 2009.

OMS. World Health Organization. Chagas disease in Latin America: an epidemiological update based on 2010 estimates. *Wkly Epidemiol Rec*. 2015 Feb;90(6):33-44

OMS. World Health Organization. Control of Chagas disease. Geneva: World Health Organization; 2002.

OMS. World Health Organization. Sustaining the drive to overcome the global impact of neglected tropical diseases: second WHO report in neglected tropical diseases. Geneva: World Health Organization; 2013.

PEREIRA, L. S. et. al. Clinical and Epidemiological Profile of Elderly Patients With Chagas Disease Followed Between 2005-2013 By Pharmaceutical Care Service In Ceará State, Northeastern Brazil. *Rev. Inst. Med. Trop*. n. 2, v. 57, p. 145-52, São Paulo, 2015.

PRATA A. Clinical and epidemiological aspects of Chagas disease. *Lancet Infect Dis*. 2001 Sep;1(2):92-100.

SCHMUNIS G. A. YADON Z. E. Chagas Disease: a Latin American health problem becoming a world health problem. *Acta Trop.* Jul-Aug. v. 115, p. 14-21. 2010.

SILVA, G. G. AVIZ, G. B. MONTEIRO, R. C. Perfil epidemiológico da Doença de Chagas aguda no Pará entre 2010 e 2017. *Para Res Med J.* 2020.

TEIXEIRA, R. B. OLIVEIRA, S. M. C. Perfil de pacientes portadores de Doença de Chagas em Rio Branco, Acre, Brasil. *Rev Soc Bras Clin Med.* out-dez; n. 4, v. 13, p. 262-265. 2015.

VICTORA C. G, BARRETO M. L. CARMO LEAL M. MONTEIRO C. A. SCHMIDT MI. PAIM J, et al. Health conditions and health-policy innovations in Brazil: the way forward. *Lancet.* 2011.

VILHENA, A. O. et. al. Doença de Chagas aguda no estado do Pará, Brasil: série histórica de aspectos clínicos e epidemiológico em três municípios, no período de 2007 a 2015. *Rev Pan Amaz Saude.* 2020.

PARTE II

Interdisciplinar





TIPOS DE AVALIAÇÃO

TIPOS DE AVALIAÇÃO

Airton Guedes Soares
Mylene Cunha de Melo Calixto
Ricardo Figueiredo Pinto

RESUMO

A presente pesquisa visa através de um levantamento bibliográfico sobre a temática publicados nos últimos cinco anos, compreender o que é a avaliação conforme definições, conceitos e classificação, assim como compreender os tipos de avaliação (formativa, diagnóstica, somativa e cumulativa) e suas concepções desempenhadas por meio do processo de ensino e aprendizagem. A avaliação é uma ferramenta de suma importância, que possibilita compreender se os objetivos pretendidos estão ou não sendo alcançados e uma ferramenta importante no desenvolvimento do conhecimento e da aprendizagem.

Palavras-chave: Avaliação; Tipos de Avaliação; Ensino Aprendizagem

ABSTRACT

The present research aims through a bibliographic survey on the theme published in the last five years, to understand what is evaluation according to definitions, concepts and classification, as well as to understand the types of evaluation (formative, diagnostic, summative and cumulative) and their conceptions performed through the process of teaching and learning. Evaluation is a tool of utmost importance, which makes it possible to understand whether the intended objectives are being achieved or not, and an important tool in the development of knowledge and learning.

Keywords: Evaluation; Types of Evaluation; Teaching Learning

RESUMEN

La presente investigación pretende a través de un relevamiento bibliográfico sobre el tema publicado en los últimos cinco años, comprender qué es la evaluación según definiciones, conceptos y clasificación, así como conocer los tipos de evaluación (formativa, diagnóstica, sumativa y acumulativa) y sus concepciones realizadas a través del proceso de enseñanza y aprendizaje. La evaluación es una herramienta de suma importancia, que permite comprender si los objetivos previstos se están alcanzando o no y una herramienta importante en el desarrollo del conocimiento y el aprendizaje.

Palabras clave: Evaluación; Tipos de evaluación; Enseñanza y aprendizaje

INTRODUÇÃO

O termo avaliação, de acordo com Afonso (2017, p. 488), compreende um campo bastante complexo que inclui, entre outros, “a avaliação dos alunos, a avaliação dos profissionais (educadores e professores), a avaliação institucional das escolas, a avaliação dos sistemas ou subsistemas educativos, a avaliação de projetos e programas”.

De modo específico, ao avaliar as características da avaliação em relação ao que ela representa ao aluno, Los Santos (2016) afirma que um fator que gera inquietação são as notas, que são consideradas como relevantes no processo avaliativo. No que Luckesi (2016) concorda

e chama atenção ao enfatizar que, as notas são vistas como indispensáveis tanto pelo professor como pelos alunos.

Ao trazer esta discussão à tona, Haydt (2016) diz que, além das notas, a avaliação é uma característica que está relacionada diretamente ao trabalho do professor, ou seja, à avaliação do próprio trabalho docente. Isto porque ao avaliar o que o aluno conseguiu aprender, o professor está avaliando o que ele próprio conseguiu ensinar.

Assim, este processo avaliativo dos avanços e dificuldades dos alunos na aprendizagem se constitui no fornecimento de indicações ao professor de como deve encaminhar e reorientar a sua prática pedagógica, a fim de aperfeiçoá-la. É por isso que há o entendimento de que a avaliação contribui para a melhoria da qualidade da aprendizagem e do ensino.

Neste sentido, por conta de uma série de reformas e mudanças ocorridas na educação nos últimos anos e pela nova legislação, em particular a LDB 9394/96, os sistemas de ensino tem introduzido maior flexibilização e autonomia nas escolas, provocando alterações significativas em relação à avaliação do desempenho dos alunos (BRASIL, 1996).

Muitas transformações têm sido realizadas ao termo avaliação, numa tentativa de superação das concepções em voga e de construção de modelos alternativos, para que professores, administradores e formuladores de políticas educativas mais globais sejam mais consistentes e consequentes na aferição do desempenho de alunos, das unidades escolares e de sistemas educacionais.

Percebe-se que a busca de uma terminologia que esteja mais atualizada com as teorias da moda, como também com as concepções mais consentâneas com as questões educacionais emergentes que ora privilegia os processos, ora destaca a importância dos resultados; ora centra-se no rendimento escolar do aluno, ora localiza o desempenho institucional; ora visa à correção de rumos e ora classifica terminalidades (ROMÃO, 2018).

A partir das considerações acima e para melhor entendimento, faz-se necessário saber algumas definições e conceitos de avaliação.

REFERENCIAL TEÓRICO

Definições e Conceitos

A palavra avaliação vem do latim *a + valere*, que significa atribuir valores e mérito ao objeto, avaliar é atribuir um juízo de valor sobre a propriedade de um processo neste caso a aprendizagem, o que querem identificar a mensuração, isto é, avaliar ou medir os conhecimentos adquiridos pelos alunos.

A avaliação da aprendizagem numa perspectiva formativa, apresenta-se como: [...] contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais (BRASIL, 1996, p. 21).

A avaliação é indispensável no contexto escolar, havendo sempre no processo ensino-aprendizado, é um termômetro e identificador sobre o progresso dos alunos se fazendo necessária também aos professores. Pois, as informações ali obtidas contribuem para que o professor encontre estratégias para ajudar os alunos a superar as dificuldades e proporcionar também um apoio ao processo de ensino.

É concebida por Pinheiro (2018) como sendo o elemento dinâmico que perpassa todo o processo e é vista sob dois aspectos: 1.o aproveitamento escolar do aluno, onde se inclui: a avaliação de aprendizagem/rendimento escolar e a avaliação do plano de ação; 2. a revisão do processo de ensino e o próprio projeto em curso.

Sabe-se que a avaliação é vivenciada na grande maioria das escolas do Brasil, é um mecanismo de sustentação da educação e são relevantes nas práticas pedagógicas educacionais, pois avaliar não é simplesmente definir nota, nem tão pouco estabelecer valores para o processo ensino-aprendizado.

Em relação à avaliação da aprendizagem, ratifica o já citado anteriormente, conferindo destaque ao papel do professor como partícipe desse processo. Nesse sentido, pondera que o docente, no procedimento avaliativo, deverá criar estratégias considerando as especificidades de seu alunado, visto que a avaliação da aprendizagem deve abranger o conhecimento prévio, o nível atual de desenvolvimento do estudante e as possibilidades de sua aprendizagem futura. Configura-se, dessa forma, uma ação pedagógica processual e formativa, que analisa o desempenho do aluno conforme seu progresso individual, indicando assim as intervenções pedagógicas a serem adotadas (BRASIL, 2010).

Backes (2016) ressalta que se deve levar em consideração os mecanismos imprescindíveis para verificar a aprendizagem, para que se possa de fato oportunizar subsídios no processo avaliativo.

Assim, abordar sobre avaliação remete ao entendimento e reflexão da amplitude da educação, pois ela não deve ser vista de forma isolada, mas sim integrada a um aspecto mais amplo, que influencia de uma forma ou de outra a ação educativa, com vistas na possibilidade da tomada de decisão, a fim de avançar na qualidade do ensino, identificando as ações e necessidades e melhorando o desenvolvimento do processo ensino-aprendizado.

É pertinente salientar que no que se refere à avaliação, o ensino vem melhorando, e isso é notório. Há décadas a prova era considerada o melhor meio de avaliação, uma realidade que mudou com o passar dos anos. No entanto, Gomes Neto e Aquino (2019) afirmam que a

prova não avalia nada, o que poderia induzir a injustiça com os alunos, claro que dentro do contexto educacional a avaliação através de testes e provas ainda são os meios e às vezes os únicos instrumentos utilizados, mas a discussão já é um caminho para as mudanças.

Além do que, é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino- aprendizagem (LIBÂNEO, 2017, p. 301), pois a avaliação dos resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho é comparada com os objetivos propostos a fim de constatar os progressos de aprendizagem, a aquisição de conhecimentos bem como o desenvolvimento do aluno.

Dessa forma, o processo avaliativo deve ser uma prática decorrente da realidade escolar, devendo ser desenvolvida com o intuito de elevar a qualidade educacional e prática decorrente da escola, bem como a necessidade de uma avaliação contínua no decorrer do ano letivo e na promoção da construção dos conhecimentos, destrezas, atitudes e valores necessários para ser um bom cidadão. Além disso, este processo educacional e avaliativo, não deve ocorrer de forma isolada da realidade vivenciada a qual a realidade escolar está inserida.

Nesse diapasão, é pertinente mencionar que uma escola autônoma dá um sentido novo à função social da escola e do educador, a partir de uma reflexão em cima do processo avaliativo desencadeado dentro do sistema educacional. Isto porque, o avaliar deve assumir proporções além de medir, sondar e testar conhecimentos.

Um fator determinante é a crença do professor de que o aluno pode aprender, independentemente de sua deficiência; daí resulta a importância de valorizar as potencialidades discentes ao invés das limitações. O aluno que é submetido a avaliações de acordo com as suas particularidades certamente demonstrará um desempenho melhor (BACKES, 2016, p. 67).

Assim, a avaliação faz parte da ação pedagógica e deve estar presente durante todo o período de um curso, permitindo ao professor conhecer o que o estudante aprendeu e o que não aprendeu e o reorientar para que supere suas dificuldades, na medida em que o que importa é aprender (ANDRADE, 2017).

Nessa direção, Mendes et al., (2018, p. 146) defendem que “uma avaliação como prática de investigação e oportunidade de aprendizagem assume natureza formativa e pressupõe que todas as interações do estudante, sejam com o professor, com outros estudantes ou com o material pedagógico”.

Com base no exposto, cita-se o que propõe Abreu e Masetto (2016, p. 22):

- a) estar relacionada com a aprendizagem;
- b) Ser pensada, planejada e realizada de forma coerente com os objetivos propostos para aprendizagem;

- c) Ser contínua, para acompanhar o processo de aprendizagem;
- d) Permitir um contínuo reiniciar até atingir os objetivos finais;
- e) Estar voltada para o desempenho do aluno;
- f) Incidir, também, sobre o professor e o plano de ensino;
- g) Exigir observação e registro por parte do professor e do aluno;
- h) Conter tanto a avaliação feita por outros, como a auto avaliação.

Os autores explicam que a avaliação pode ser considerada a apreciação da qualidade e da eficiência do sistema de ensino como um todo, uma vez que, diante dos objetivos propostos nos planos de ensino (da disciplina) ou nos de aula (do professor), deve provocar no aluno uma reflexão sobre o que vivenciou em uma situação de aprendizagem para ampliar seus conhecimentos.

Na sequência da discussão, será visto a classificação da avaliação.

Classificação

De acordo com Santos (2016), a classificação da avaliação, perpassa pela qualidade, isto é, àquilo que lhe é próprio porque identificam um procedimento a ponto de situá-lo num contexto para afirmar que ele está imbuído desta ou daquela ideologia.

Isso significa que quando um educador escolhe uma certa metodologia para ministrar suas aulas, está intrinsecamente ligada a uma corrente teórica/ideológica, o que de acordo com Oliveira e Serrati (2018, p. 44) “[...] esta é a razão pela qual Paulo Freire afirmava que todo ato pedagógico é também um ato político”.

Sant’Anna (2017) faz observação que sempre se tem uma escolha na medida em que os discursos se mesclam, pois não se tem um discurso único, e essa mistura coloca no mundo como sujeitos dotados de posições políticas e ideológicas, seja como cidadãos e/ou educadores. Tendo em vista essa afirmação, não se pode deixar de pensar que os alunos percebem e identificam as posições de sujeitos ativos no mundo com relação a vários temas.

A partir das considerações acima, apresentam-se algumas características de um processo avaliativo, segundo as contribuições de Libâneo (2017, p. 195-220). São elas:

A avaliação reflete a unidade: objetivos, conteúdos e métodos.

Na elaboração do seu plano de ensino, o professor deve ficar atento e prestar atenção para que cada elemento (objetivo, conteúdos, metodologia e avaliação) do processo didático seja parte constituinte do todo. Isto significa que, os objetivos explicitam conhecimentos, habilidades e atitudes, que são operacionalizados por meio de uma metodologia adequada, pela

compreensão e assimilação que devem ser manifestados por meio de exercícios, provas, seminários, pesquisas, dentre outros (LIBÂNEO, 2017).

A avaliação possibilita adequar o plano de ensino.

À medida que o professor realiza as avaliações diagnóstica e formativa, recolhe informações sobre a turma e diante do plano de ensino, toma decisão de adequá-lo às condições dos alunos, com reorientações de condutas e procedimentos avaliativos, para que não se percam de vista os objetivos estabelecidos. (LIBÂNEO, 2017, p.195).

A avaliação contribui para o desenvolvimento de competências e habilidades.

Toda e qualquer atividade avaliativa deve servir de referência para que o aluno se descubra nas suas potencialidades. Nesse aspecto, a avaliação, deve ser elemento de construção do conhecimento, propiciando o desenvolvimento da habilidade de saber refletir argumentar e elaborar, cumprindo, assim, a finalidade de formar cidadãos conscientes de seu papel social. (LIBÂNEO, 2017, p.195).

A avaliação deve focalizar as atividades dos alunos.

Na preparação dos objetivos, faz-se necessário um exame minucioso nas formas avaliativas, isto é, deve corresponder às expectativas que o professor tem em relação ao alcance do aluno. Logo, essa união entre objetivo e avaliação é que vai determinar o tipo de procedimento que deve ter o professor na proposta de atividades a serem desenvolvidas pelo aluno. Nesse contexto, quando o professor planeja uma aula, ele o faz criando e propondo situações de aprendizagem, que evidenciam as capacidades do aluno enquanto aprende (LIBÂNEO, 2017, p. 196)

A avaliação deve ser objetiva.

A avaliação deve ser capaz de fornecer uma imagem correta sobre as condições do aluno. Para tanto, uma avaliação é objetiva quando elimina ou reduz, tanto quanto possível, a subjetividade do professor. Isso não significa excluí-la, já que ela está sempre presente na relação pedagógica – o cuidado a ser tomado é para que a subjetividade não comprometa as exigências objetivas. Por isso, é interessante que o professor crie uma cultura de trabalho pedagógico baseado em elaboração de registros sistemáticos observados por ele, ao longo do ensino aprendizagem de seus alunos, vislumbrando recriar, elaborar e aplicar diferentes instrumentos de avaliação, bem como, criar um diálogo entre seus pares com propósito de melhorar a qualidade de ensino de cada turma. (LIBÂNEO, 2017, p. 197).

A avaliação deve ajudar na autopercepção do professor.

Como já fora dito anteriormente, a avaliação é também um termômetro dos esforços do professor por meio dos resultados que este constata no decorrer do processo. Ele faz inferências, seja para retomar o que está sendo trabalhado, ou para prosseguir (LIBÂNEO, 2017, p.198).

Neste item, Luckesi (2016, p. 61) afirma que: “a avaliação está comprometida com o futuro, com o que se pretende transformar, a partir do autoconhecimento do concreto, do real, que possibilita a clarificação de alternativas para a revisão desse real”.

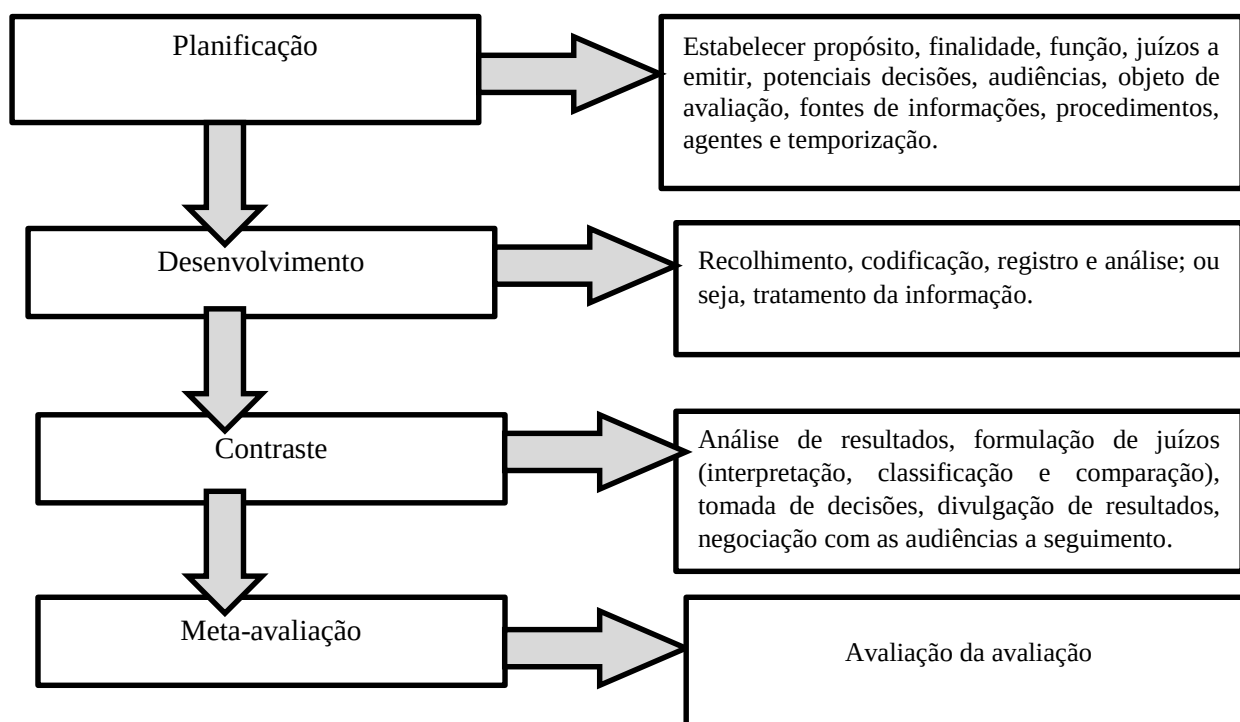
Desse modo, depreende-se que o trabalho do professor deve ser interligado com o desempenho dos alunos na busca de avanços significativos tanto na prática pedagógica do professor, quanto na real aprendizagem dos alunos (LIBÂNEO, 2017).

A avaliação reflete o modo de pensar do professor em relação aos alunos.

Neste item, o professor mostra as suas qualidades de educador na medida em que trabalha sempre com propósitos definidos em relação ao desenvolvimento das capacidades físicas e intelectuais dos alunos face às exigências sociais (LIBÂNEO, 2017). Assim, entende-se que o processo de avaliar é multidimensional e o professor deve ter a intenção de manter o aluno no processo educativo aprendendo continuamente, reconsiderando suas práticas pedagógicas constantemente.

Aliado ao que já foi exposto, citam-se também algumas fases no processo avaliativo geral, de acordo com conforme Lordêlo; Dazzani (2019) na Figura 1:

Figura 1. Fases e características da avaliação



Fonte: Lordêlo; Dazzani (2019)

Na fase de planificação ocorre a definição do objeto da avaliação e as fontes de informação, a delimitação dos procedimentos da avaliação (modelo e instrumentação); a definição dos agentes que realizarão a avaliação com o estabelecimento da temporalização da ação avaliativa (LORDÊLO; DAZZANI, 2019).

Na fase de desenvolvimento, ocorrerá o recolhimento e tratamento da informação, o que pressupõem as atividades de obtenção da informação, codificação, registo, análise, etc (LORDÊLO; DAZZANI, 2019).

Na fase de contraste está avaliação e a utilização dos resultados avaliativos, que compreendem a análise de resultados e a formulação de juízos (interpretação, classificação e comparação), tomada de decisões, divulgação dos resultados, negociação com as audiências e regulamento (LORDÊLO; DAZZANI, 2019).

E, por última, está a meta-avaliação que consiste na avaliação da avaliação, ou seja, na reflexão sobre a prática avaliativa, da qualidade da própria avaliação realizada.

Depreende-se que apesar de ser verdade que as avaliações têm uma orientação múltipla, em cada momento avaliativo existe sempre uma orientação específica, um diagnóstico-prognóstico, que requer um conhecimento prévio da situação e do contexto para adequar a concretização de qualquer intervenção educativa ou para detectar os problemas que são analisados, assim como para analisar as capacidades, personalidade e interesses quanto às funções de tutoria e de orientação. Isto significa a existência de tipos de avaliação, que será visto a seguir.

Tipos de Avaliação

Foram selecionados alguns tipos de avaliação muito citados na literatura vigente:

Avaliação formativa

Segundo Santos (2016, p. 2), a educação formativa tem por função verificar se os objetivos estabelecidos para a aprendizagem foram atingidos. E ainda, é aquela que ocorre por intermédio de regras bem definidas, que estipulam o conteúdo do aprendizado por meio de grades curriculares e ainda, determinam a forma da progressão.

Além disso, é planejada e estruturada no contexto educacional, por meio da aplicação de instrumentos avaliativos, como: testes, provas, atividades escritas e exercícios, e que os alunos e professores sabem quando ela acontece (FERNANDES, 2016).

Neste processo, na hora de avaliar, os professores também devem levar em consideração as observações feitas durante as aulas e as situações vivenciadas. Sua finalidade perpassa por

verificar se o aluno está conseguindo dominar gradativamente os objetivos previstos, expressos sob a forma de conhecimentos, habilidades e atitudes.

É realizada durante o processo ensino aprendizagem a fim de oferecer um acompanhamento efetivo de seu desempenho, permitindo alterações ao longo do curso. Assim, esse tipo de avaliação procura identificar as insuficiências na aprendizagem durante o processo, com a função do controle da qualidade do trabalho escolar. Desse modo, no momento de pontuar, os professores consideram o que foi planejado previamente, assim como as atividades desenvolvidas pelos alunos e suas reais necessidades.

Consoante a isso, a avaliação, numa perspectiva formativa, é entendida como sistêmica, multimodal e voltada para uma ação “simultânea ou paralela, na dinamicidade que caracteriza a própria aprendizagem” (FERNANDES, 2016, p. 17).

Sendo formativa, segundo o autor supra, deve servir para que o professor possa identificar potencialidades e falhas no processo de aprendizagem e para o aluno saber onde e como pode melhorar, o que confere ao processo avaliativo um caráter de maior participação de todos os envolvidos na aprendizagem, implicando menos centralidade do professor nas decisões e análises.

Essa abordagem pressupõe uma articulação da proposta avaliativa com o currículo escolar e significa que o ato de avaliar não é exclusivamente subjetivo, mas integrado às etapas formativas, com clarificação de conceitos e referenciais para que tanto os professores, como a gestão e principalmente os alunos, possam compreender e colaborar com o processo.

Por isso, alguns fatores podem influenciar na avaliação, como pré-julgamentos do educador e a subjetividade. Outros aspectos como sentimento, empatia, por exemplo, também estão presentes quando se avaliam execuções de tarefas em sala de aula (MELO, 2016).

Avaliação diagnóstica

Neste processo avaliativo, o docente realiza quando o aluno chega à escola, com o intuito de: observar e conhecer as características do aluno, analisar seus conhecimentos prévios, instigar o aluno sobre determinado assunto ou conceito. Desse modo, é utilizada para determinar a situação inicial do processo educativo. O diagnóstico é uma análise minuciosa dos conhecimentos prévios do aluno (LOS SANTOS, 2016).

Este tipo de avaliação ajuda a detectar o que cada aluno aprendeu ao longo dos períodos anteriores, especificando sua bagagem cognitiva, para auxiliar o professor a determinar quais conhecimentos e habilidades devem ser retomados antes de serem introduzidos os novos conteúdos previstos nos planos de ensino e de aula.

Portanto, ela ocorre antes de iniciar o processo e tem como objetivo estabelecer as necessidades prévias e subsidiar o planejamento das ações. O registro da coleta e a interpretação de dados têm a finalidade de determinar as necessidades educacionais que o currículo deve satisfazer. A verificação, no aluno, da presença ou da ausência de habilidades e requisitos para aprender algo novo e, assim, identificar as prováveis causas das dificuldades do aprendizado também pode ser entendida como a sondagem feita pelo professor para saber se o aluno apresenta pré-requisitos indispensáveis, em termos de conhecimentos e habilidades, para as diferentes experiências de aprendizagem propostas nos planos (SANTOS, 2016).

Avaliação somativa

A avaliação somativa, também conhecida como somatória, é amplamente utilizada como requisito para promoção dos alunos no decorrer dos anos escolares. Descreve-se que pode ser realizada ao longo de uma etapa, sendo que ao final de um curso, período letivo ou unidade de ensino ocorra a classificação dos alunos de acordo com as notas recebidas, ou seja, os seus níveis de aproveitamento (MELO; BASTOS, 2016). Em outras palavras, de modo geral, esse tipo avaliativo é comumente utilizado como critério para verificar se o discente pode prosseguir seu ciclo estudantil, através do rendimento obtido no decorrer das etapas.

No olhar de Freitas et al. (2017, p. 87), a avaliação somativa também tem a função classificatória, visto que, ao classificar os resultados da aprendizagem alcançados pelos alunos ao final do processo, ocorre dados quantitativos do processo avaliativo.

Também Oliveira (2016) cita a questão de classificar ao afirmar que esse tipo avaliativo tem como objetivo detectar o rendimento do aluno, ao realizar um balanço geral ao fim de uma etapa de aprendizagem, podendo, assim, ocorrer a classificação de acordo com as notas obtidas.

No pensamento de Santos (2016, p. 641) esse tipo de avaliação “é essencialmente retrospectiva, uma vez que se interessa em sumarizar o que o aluno aprendeu ou não, o que sabe ou não, o que é ou não capaz de fazer, no momento final de um ciclo”. Dentro dessa questão, além do seu uso como critério de promoção de alunos para séries posteriores, é considerada a existência de limitações e implicações na aprendizagem, visto que muitas vezes a nota é tratada como medida de aprendizagem o que pode não ser um fato concreto.

O autor acima menciona que a avaliação somativa é feita em ciclos, sendo que, não necessariamente evidencia que o aluno aprendeu de fato o que foi ensinado, ou seja, que ele terá condições de aplicar o conhecimento adquirido após algum tempo depois da finalização do ciclo avaliado.

Uma questão que deve ser evitada é sua característica autoritária, citada por Silva Filho et al. (2016, p. 56) “como aspecto autoritário e conservador e não tem a preocupação de auxiliar o aluno no seu desenvolvimento, pois nela ficam expressos a autoridade do professor e a opressão do aluno, o que cada vez mais dificulta o aprendizado”. Entende-se, portanto, que esta visão dá enfoque apenas na questão classificatória, uma vez que as notas atribuídas não se relacionam com a aprendizagem.

Enfim, reitera-se que é realizada no sistema escolar seriado, em que o aluno é promovido de uma série para outra ou de um curso para outro de acordo com o aproveitamento alcançado nos componentes curriculares estudados. É utilizada com o propósito de atribuir uma nota ou um conceito para fins de promoção e tem função classificatória, isto é, consiste em classificar os resultados obtidos pelo aluno ao final de um semestre, ano ou curso tendo por base os níveis de aproveitamento preestabelecidos. Resulta em tomada de decisões como certificação, interrupção ou continuidade do processo educacional, podendo oferecer novas bases para sua reformulação, e também serve para julgar e classificar o aluno segundo seu aproveitamento ao final de uma unidade, semestre, série ou curso.

Avaliação Cumulativa

É um tipo de avaliação que permite a estocagem de dados obtidos por meio do acompanhamento sistemático da aprendizagem. É aquela que leva em conta os resultados precedentes, que, em linguagem de informática, poderia ser comparada a um banco de dados do desempenho do aluno para ser utilizado no momento oportuno (SANTOS et al., 2016).

Desse modo, os diferentes tipos de avaliação, guardam relação direta com o desenvolvimento das aprendizagens, desde que considerem os processos da (re)construção e (re)constituição da subjetividade de cada ser. Assim, os três mecanismos avaliativos devem ser *conditio sine qua non* para uma práxis pedagógica calcada na inclusão, na democracia, no respeito às singularidades e idiosincrasias (FERREIRA, 2016).

Os tipos de avaliação compreendem uma posição que os professores adotam em relação aos condicionantes sociopolíticos da instituição de ensino. Isto significa que, procedimentos didáticos, métodos de ensino, aulas, livros, são secundários diante das possibilidades de oportunizar aos educandos um clima de autodesenvolvimento e satisfação pessoal, consequentemente um melhor relacionamento entre os indivíduos.

Reitera-se que durante muito tempo, a avaliação foi usada como instrumento para classificar e rotular os alunos entre bons, os que dão trabalho e os que não têm jeito. A prova bimestral, por exemplo, servia como uma ameaça a turma. Felizmente, esse modelo ficou

ultrapassado e, atualmente a avaliação é vista como uma das mais importantes ferramentas a disposição dos professores para alcançar o principal objetivo da escola: fazer todos os estudantes avançarem.

Tornar flexível a ação pedagógica significa que o professor deve libertar-se das práticas tradicionais que não conseguem perceber as diferenças entre os sujeitos, sendo manifestas situações em que o tempo de aprendizado dos alunos não é respeitado, resultando em fracassos e desistências.

As Concepções Avaliativas

Atualmente, existem concepções sobre a avaliação centradas nos resultados, em que ela se associa ao uso de tecnologias educativas, especializadas em fórmulas estandardizadas de recopilação da informação que reduzem a análise a realizações fragmentadas e parciais. Esta percepção da avaliação educativa, exclusiva ou fundamentalmente tecnológica, restringe a sua compreensão em profundidade e em toda a sua complexidade (SANTOS, 2016).

Desta forma, o reducionismo tecnológico proporciona uma visão determinista e preconcebida da avaliação centrada nos resultados finais. Mas também existem práticas avaliativas que conseguem dar ênfase ao estudo dos processos, aumentando notavelmente a percepção global da informação e favorecendo a aplicação das conclusões obtidas por meio da avaliação de realidades educativas imediatas.

Contudo, os resultados assim obtidos são muito irregulares. É frequente encontrar trabalhos que foram realizados com a ingenuidade de apresentar análises separadas do contexto ou que desprezam o efeito regulador que proporciona o facto de também considerar os resultados. O seu modelo teórico e as suas realizações tecnológicas costumam ser insuficientes, pondo assim em evidência as suas limitações conceptuais e metodológicas.

Em definitivo, faltam práticas avaliativas que atuem tendo em conta a complexidade da realidade educativa. A ausência de modelos explicativos satisfatórios reduz as tentativas integradoras a propostas parciais, geralmente de tipo eclético.

Segundo uma perspectiva funcional, a avaliação é um processo de reflexão sistemática, orientado, sobretudo, para a melhoria da qualidade das ações dos indivíduos, das intervenções dos profissionais, do funcionamento institucional ou das aplicações à realidade dos sistemas ligados à atividade educativa. Envolve um processo complexo que, por sua vez, inclui outros, de acordo com Fernandes (2016), tais como:

- Recolhimento de informação relativamente por meio de indicadores que refletem, o mais fielmente possível, a situação inicial, os processos ou os produtos referentes aos agentes escolares.
- Determinação do grau de congruência entre necessidades, realizações e objetivos.
- Elaboração de juízos de mérito ou de valor a partir de critérios estabelecidos ou acordados durante o próprio curso da avaliação.
- Tomada de decisões que conduza à escolha e à aplicação da alternativa de intervenção mais adequada a partir da informação avaliada ou que se encontra em processo de avaliação.
- Seguimento e controle da alternativa escolhida e nova avaliação das consequências derivadas da aplicação.

A avaliação assim entendida apresenta-se como um mecanismo regulador, possivelmente o mais importante de que se dispõe para descrever, julgar e reorientar a ação dos agentes que operam no âmbito de uma realidade educativa específica.

Do ponto de vista menos funcional e mais ontológico, avaliar é participar na construção do conhecimento axiológico. Avaliar consiste em exercer uma ação crítica, analisar a alternativa, apresentar visões não simplificadas das realidades avaliadas; interpretar a informação para estabelecer um diálogo com a sociedade em geral, e com o modelo educativo em particular, proporcionando a criação de uma cultura avaliativa (LUCKESI, 2016).

O Novo Papel das Instituições de Ensino e Novas Mentalidades sobre o Aprendizado

É preciso reconhecer que cada sujeito expressa suas emoções, sentimentos e visões de mundo diferenciadas e, nesse sentido, a reflexão sobre as diferenças, as limitações, deve ser parte constituinte das reflexões dos professores, em vista de perceber situações que podem ser evitadas no cotidiano das salas de aula.

A partir do erro desenvolve-se e reforça-se no educando uma compreensão culposa da vida, pois, além de ser castigado por outros, muitas vezes ele sofre ainda a autopunição. Ao ser reiteradamente lembrado da culpa, o educando não apenas sofre os castigos impostos de fora, mas também os mecanismos da autopunição, por supostos erros que atribui a si mesmo (LUCKESI, 2016, p.51)

De acordo com Oliveira (2016) a construção dos sujeitos envolve um conjunto de ações educativas sistematizadas pelas instituições que socializam o ser humano. Nesse

contexto, as instituições de ensino assumem um papel significativo na construção das identidades pessoais e coletivas.

A construção dos sujeitos assume relevância ao papel das instituições de ensino como agências formativas da sociedade. Assim, é fundamental que se considere o processo educativo em sua totalidade, buscando através da sistematização das atividades pedagógicas desenvolvidas contribuir com a formação do ser humano. Tornar o homem sociável é um dos desafios que se colocam a educação em vista da necessidade de intermediar o processo de interação e de convívio em sociedade.

Em face ao raciocínio, destaca-se o quanto as instituições de ensino são desafiadas para mudar em vista das responsabilidades que se colocaram para resolver tudo no que tange a educação integral dos alunos, como se apenas nesse espaço fosse possível educar e socializar, frente ao fracasso das outras instituições, em especial, a família.

Nesse diapasão, é importante ressaltar que a construção do *homo socius* é um processo que se avoluma durante toda a sua existência, considerando a essência inconclusiva e incompleta e, ao interagir com o contexto sócio cultural ele se forma. A reflexão sobre a inconclusão do ser humano possibilita avançar na compreensão da complexidade do processo educativo, em especial, no posicionamento dos profissionais que atuam na educação, em especial, na consideração das múltiplas situações que se fazem presente no cotidiano do trabalho docente.

Nas considerações de Silva Filho et al., (2016, p.32), a pedagogia do encantamento fundamenta-se no princípio de que a educação é um processo complexo constituído de múltiplas dimensões que interagem e se desdobram nas práticas educativas para formar o sujeito de acordo com os valores vigentes em determinado período histórico da sociedade, trata-se, portanto, de:

Um processo de envolvimento das diversas dimensões do ser humano (afetiva, religiosa, intuitiva, racional, instintiva, etc) na encarnação de práticas educativas que visem contribuir para a constituição e a consolidação de uma sociedade justa e amorosa, comprometida com a ética e a beleza, ávida por felicidade (SILVA FILHO et al., 2016, p. 32).

Considerar a totalidade como parte constituinte do sujeito é o desafio posto a educação formal, no instante em que no processo educativo ainda se mantém práticas educativas alienantes e descontextualizadas da realidade social. Ao refletir sobre a diversidade que constitui a essência humana, a instituição de ensino pode avançar na construção de propostas

educativas vinculadas a formação do cidadão ético, participativo e em condições de conviver com a diversidade.

Humanizar as relações no ambiente educativo é o ponto de partida para se construir um projeto educacional comprometido com a valorização do ser humano e, nesse contexto, a instituição de ensino deve assumir uma postura capaz de reconhecer seu espaço como democrático e estimulador da participação, superando as práticas opressivas que se fazem presente nas ações educativas no cotidiano educacional.

Muitas vezes o fracasso decorre das limitações no domínio da prática pedagógica dos professores, que ano após ano persistem nas aulas expositivas, monótonas, sem qualquer participação do aluno no processo de construção do conhecimento. Assim, é necessário que os professores estejam atentos em adequar os conteúdos à realidade sócio cultural dos educandos, tornando o ensino prazeroso, desafiador e contagiante.

Para Silva Filho et al., (2016, p. 34), a pedagogia diferenciada antecipa-se as situações complexas que se manifestam no ensino e alcança valor no instante em que proporciona facilitar o desempenho dos educandos. Trata-se, portanto, de orientar os alunos sobre possíveis entraves que eles podem encontrar no percurso da aprendizagem.

A pedagogia diferenciada possui duas características fundamentais: a da antecipação e da mediação. A primeira diz respeito à capacidade do professor de antecipar os obstáculos didáticos que são comuns à maioria dos alunos e inseri-los em situações de ensino-aprendizagem. A antecipação [...] é alimentada pelo processo avaliativo, pela coleta de informações que desvelam os impedimentos que dificultam os processos de aprendizagem. A mediação é a complementação da primeira característica, serve para fazer as regulações entre a ação docente e a discente durante a efetivação das situações didáticas. A mediação é diversificada, depende das necessidades dos aprendentes e/ou do grupo de alunos (SILVA FILHO et al., 2016, p. 34).

Assim, reconstruir o papel de uma instituição de ensino implica em mudanças na postura dos sujeitos em relação a sociedade em que vivem, compreendendo que é possível a convivência com as diferenças como um referencial de condutas e de comportamentos. A instituição de ensino ao reconhecer as diferenças como parte constituinte da essência dos sujeitos pode construir uma nova lógica na elaboração dos projetos educacionais, considerando cada aluno em sua singularidade e, reconhecer que é possível articular as atividades educativas pautadas na valorização do trabalho coletivo. Ao refletir sobre as diferenças é possível avançar na elaboração de um novo referencial para nortear as atividades educativas, valorizando o sujeito em sua essência (BLAYA, 2017).

O processo educativo, mesmo socializador como todos os processos sociais, deveria preponderar a construção da consciência crítica e autocrítica, dentro da perspectiva da formação do sujeito. A educação deve ser centrada no sujeito, pois é ele quem deve ser formado para interagir na sociedade.

O direito de aprender é reservado a todo sujeito, independente de sua condição social, étnica, cultural ou outros predicativos que compõem a subjetividade humana. A instituição de ensino ao reconhecer a diferença como princípio básico da condição humana:

Entende que todos os alunos aprendem, o que os diferenciam são seus ritmos e suas formas. Cabe ao professor descobrir quais são os percursos dos seus aprendentes para direcionar sua ação educativa, tornando-a mediadora entre a atividade mental singular do aprendente e os significados e os sentidos culturais dos conteúdos curriculares (SILVA FILHO et al, 2016, p. 33).

A diferença entre os sujeitos é um dos desafios que se apresentam na sistematização do processo educativo formal, no instante em que tal instituição à serviço do modo de produção capitalista homogeneiza o ensino desconsiderando as singularidades humanas resultando na exclusão (LORDÊLO; DAZZANI, 2019).

Conceber o aprendizado como algo possível a todos é um avanço na construção da nova mentalidade nos educadores, tornando possível reconhecer que não se trata de algo exclusivo aos sujeitos de uma determinada classe ou de um grupo social. O aprender é um processo diferenciado e cada pessoa tem seu ritmo próprio que a instituição deve levar em conta.

O currículo sistematizado valoriza o conhecimento científico em detrimento do saber popular, tornando restrito o aprendizado dos sujeitos pertencentes aos segmentos menos favorecidos. Assim, o tempo e o ritmo dos alunos oriundos das classes populares não são respeitados, resultando em fracassos.

A formação do professor vinculada ao domínio do conhecimento científico é insuficiente para lidar com as diferenças existentes no processo educativo, de modo que é impossível a ele personalizar sua ação educativa frente a um quadro adverso em que se encontra. De acordo com Silva Filho et al., (2016, p. 33), as mudanças nas instituições de ensino passam pela releitura da realidade existente em tal espaço, considerando que a “diversidade de aprendizagem dá-se pela condição histórica dos educandos”.

Compreendido a partir da perspectiva educativa enquanto prática social, as propostas de formação do professor vêm sendo discutidas a partir da abrangência que o ato educativo consegue contemplar na sociedade e, no instante que se vivenciam profundas reformas no ensino, as quais atingem diretamente a função social da escola, o papel do professor passa a ter

novos significados, muitos voltados à desvalorização da profissão, identificando-o como o principal responsável pelo fracasso dos alunos na escola (BLAYA, 2017).

Conceber que cada sujeito carrega em torno de si subjetividades e que estas interferem na construção de sua leitura de mundo oportuniza aos professores refletirem sobre as caracterizações do trabalho docente, avaliando as situações e condições materiais como elementos significativos da relação ensino-aprendizagem.

A avaliação do trabalho docente vem contribuir para elevar a qualidade do ensino ofertada pela instituição de ensino, reconhecendo ser possível compatibilizar as situações adversas existentes nas instituições brasileiras, onde se apresentam professores com a visão distorcida da realidade contemporânea, sem o compromisso ético e político com a educação (SHUDO, 2017).

Além disso, conhecer a identidade dos educandos é fundamental para sistematizar o conteúdo a ser ensinado, assegurando que cada um deles é produto de relações sociais e, dependendo do contexto sócio cultural em que estão inseridos, sua visão de mundo é produzida e se expressa em suas relações sociais.

As suas realidades de vida influenciam suas relações com o mundo, suas maneiras de interpretar a vida, de construir seus desejos, suas expectativas, suas formas de aprender. Como sujeitos históricos os aprendentes possuem caminhos de aprendizagem diferenciados, que se tornam objeto de investigação do professor para adequar o trabalho pedagógico e as estruturas educacionais às suas singularidades. Dessa forma, os focos da avaliação são o ensino (o que e como se ensina) e a aprendizagem (o que e como se aprende) (SILVA FILHO et al, 2016, p. 33-34).

Conceber as instituições de ensino como um recorte da diversidade existente na sociedade implica na reelaboração de seu papel educativo, em especial, concebendo o ser humano em sua singularidade, daí o rompimento com as práticas pedagógicas tradicionais que uniformizam o ensino sem levar em conta que cada sujeito é diferente. Compreender que a singularidade humana comporta diferentes visões de mundo e formas de aprendizagem desafiam os professores para adotarem novas metodologias de ensino e de concepções de avaliação.

A reflexão sobre a diversidade vem de encontro a necessidade de construir um ambiente educativo que valorize os sujeitos e possibilite a eles o exercício da autonomia para expressar sua visão de mundo orientado pelas condições materiais que vivenciam.

A instituição de ensino ao reconhecer que cada sujeito constrói suas formas próprias de aprendizado vinculadas ao contexto sócio cultural em que está inserido pode avançar na

formação de uma sociedade mais justa e que seja capaz de estimular o exercício da cidadania, assegurando a todos plenas condições de valorização da vida.

A discussão do projeto pedagógico com base na valorização das singularidades dos sujeitos é um dos princípios que balizam a ação educativa destinada a superação da exclusão produzida ora de forma explícita, ora implícita.

Reconhecer que a sociedade comporta a diversidade e esta deve ser incluída na proposta pedagógica da instituição de ensino é o desafio para a construção de um currículo que valoriza a identidade e a subjetividade dos sujeitos. Para Santos (2016, p.34), tal posicionamento implicou no questionamento do processo de avaliação, tornando possível refletir sobre “o que e como se ensina” e “o que e como se aprende”.

No entanto, a formação do professor deve ser estruturada, de acordo com perspectivas que sejam favoráveis as mudanças necessárias e a valorização profissional, em função das dimensões envolvidas na sua atividade de preparação do homem ao mundo do trabalho e, nesse caso, é por meio de uma ação voltada à geração de alternativas que favoreçam uma formação de qualidade, que se projeta esse pressuposto na formação do docente.

Avaliação no Processo Ensino Aprendizagem

O ponto de partida dos pressupostos que fundamentam a avaliação relaciona-se ao resgate do valor social da educação a partir da valorização da subjetividade humana com a finalidade de tornar possível a convivência coletiva. A essência social dos sujeitos assume um papel significativo na elaboração das propostas educacionais, considerando que todos tem condições de aprender.

Observa-se que a ação de avaliar é inerente a convivência humana, pois envolve subjetividade, normas, condutas e códigos criados pelo próprio homem, isso leva a crer que avaliar é um ato que se deve exercer constantemente no cotidiano. Entretanto, mesmo que seja no processo contínuo, o ato de avaliar não pode ser uma coisa fadada ao determinismo, mas pelo contrário, é preciso pensar como uma ação que envolve tomada de decisão.

A reflexão sobre a avaliação inclui um conjunto de mudanças que possibilitem resgatar o valor da essência humana, compreendendo que é possível humanizar o processo educativo, tornando possível se criar um ambiente educativo mais estimulante, participativo e acima de tudo reencantar a educação.

Haydt (2016), ao pensar na avaliação educacional, ou melhor, na avaliação que a escola se propõe exercitar por meio da mediação pedagógica praticada pelo professor, necessariamente, esse ato deveria fluir através de um diálogo construtivo, libertador, mediado

por descobertas, enfim, ausente de rótulos e determinismo. Para autora, a avaliação educacional, criou estigmas que rotulam transformando a avaliação no momento autoritário e repressivo.

É preciso rever conceitos e práticas, para então pensar na avaliação, educação enquanto prisma encarnado dos objetivos que se deseja atingir. É preciso observar os detalhes históricos e a forma de pensar sobre avaliação educacional brasileira e constituir um mecanismo instrumental, à medida que as provas quantitativas se tornaram teste aplicativos para se coletar índice de conhecimento baseados apenas no julgamento cognitivo de aprovação-reprovação como uma prática de promoção ou retenção do aluno na escola.

Apesar de ser avaliação uma prática social ampla, pela própria capacidade que o ser humano tem de observar, refletir e julgar, na escola sua dimensão não tem sido muito clara, ela vem sendo utilizada ao longo das décadas como atribuição de notas visando à promoção do aluno (SILVA FILHO, 2016, p. 2).

Observa-se que a avaliação possui uma atitude de reação que compõe uma postura contrária ao que se espera do educador em relação ao ato de avaliar. Pois, alguns autores observam como um ato autoritário que muitos usam para avaliar o aluno. Em relação a este pensamento Silva Filho (2016, p. 143) diz que “a avaliação é autoritária quando assume unilateralmente a responsabilidade pelo diagnóstico do desempenho do aluno e a partir daí tomam-se decisões fora do alcance que a própria avaliação oferece”.

Portanto, a avaliação da aprendizagem escolar é configurada como um instrumento que reprime nas mãos de alguns educadores. Assim, o aluno fica dependente de condição pelas atitudes autoritárias do educador, porque vê a avaliação como uma arma para medir o comportamento do educando. Neste sentido, observa-se que a relação professor-aluno é orientada por mecanismos que não beneficia o respeito e o comportamento ético. Porque o aluno se sente ameaçado diante das atitudes, impedido de expor suas ideias e suas dúvidas frente ao processo educativo. É por isso que:

A avaliação educacional escolar assumida como classificatória torna-se, desse modo, um instrumento autoritário e frenador do desenvolvimento de todos os que passaram pelo ritual escolar, possibilitando a uns o acesso e aprofundamento no saber, a outros a estagnação ou a evasão dos meios do saber (LUCKESI, 2016, p. 73).

Para o autor, o professor é um mero reproduzidor do sistema que ainda vigora nos dias atuais, ou seja, querendo ou não o educador tem que obedecer às diretrizes das maiores esferas educacionais a qual mede o nível de conhecimento dos alunos através de um determinado valor numérico, classificando-os quantitativamente via uma nota. Dessa forma, a instituição torna-se

verdadeira reprodutora de um movimento pirâmide que classifica o saber do educando selecionando os melhores e os piores alunos.

Em contrapartida, autor como Libâneo (2017) vê a avaliação como uma ação provocativa do professor, desafiando o aluno a refletir sobre as experiências vividas, a formular hipótese, direcionando para fazer um saber enriquecido. Neste caso, a avaliação permite que o professor acompanhe a construção do aluno, perceba e possibilite a sua interação na perspectiva de superação, uma vez que possa contribuir nas tomadas de decisões que se referem a educação. Enfim, a avaliação não deve ser um fim por si só, nunca pode ser usada como uma arma contra o aluno, com poder de aprovar ou reprovar.

Isto posto, é pertinente dizer que o novo desafio da educação requer melhorias no processo ensino-aprendizagem, buscando-se meios que possibilitem à construção de conhecimentos que levem o aluno a ação e por meio de sucessivos desafios para ele intervir de maneira ativa na realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação foi assimilada por muito tempo como uma maneira de medir ou testar o nível de aprendizagem do aluno. Através desta pesquisa podemos compreender e definirmos a avaliação, os tipos de avaliação, sua classificação e as funções que elas desenvolvem no processo de ensino aprendizagem.

A avaliação é uma ferramenta essencial para o processo educacional, rever o ponto de vista de avaliação é rever certamente as concepções de ensino aprendizagem, de educação, de escola, apoiado em princípios e valores comprometidos com instituição de aluno cidadão. Contudo há muito ainda a se discutir sobre avaliação, e seu real papel no processo de ensino aprendizagem, quando isso for colocado em prática a avaliação será vista como função diagnóstica, dialógica e transformadora da realidade escolar.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. C. de; MASETTO, M. T. O professor universitário em aula. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2016.

AFONSO, A. J. Questões, objetivos e perspectivas em avaliação. Avaliação, Campinas, v. 19, nº 2, p. 487-507, jul. 2017.

ANDRADE, M. O trabalho docente: teoria e prática. São Paulo: Pioneira, 2017.

BACKES, Dorimar Dal Bosco. Avaliação do processo ensino aprendizagem: conceitos e concepções. Cascavel - Paraná, 2016. p.1-13. Disponível em: http://www.nre.seed.pr.gov.br/cascavel/arquivos/File/Equipe%20Pedagogica/producao_dorimar.pdf. Acesso em: 22 ago.2021.

BLAYA, C. Processo de Avaliação. Disponível em: <https://www.ufrgs.br>. Acesso em: 24 de ago. 2017.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 24 ago. 2021.

FERREIRA, V. C. M. F. Avaliação escolar de alunos autistas: um estudo sobre a relação escola-família em uma instituição pública de ensino do município de Belém -Pará. 2015, 181 f. Dissertação (Mestrado) –Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém. Disponível em:<<http://www.ppged.com.br/arquivos.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2021.

FERNANDES, D. Ensino e avaliação no ensino superior: reflexões a partir da pesquisa realizada no âmbito do Projeto AVENA. Cad. Cedes, Campinas, 36 (99), p 223-238, 2016.

FREITAS, L. C. et al. Avaliação educacional: caminhando pela contramão. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GOMES NETO, Ana Lúcia C; AQUINO, Josefa de Lima F. A avaliação da aprendizagem como um ato amoroso: o que o professor pratica? Educação em Revista, Belo Horizonte, v.25, n.2, p.1-7, ago. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102. Acesso em: 22 ago. 2021.

HAYDT, R. C. C. Avaliação do processo ensino-aprendizagem. São Paulo: Ática, 2016.

LIBÂNEO, José Carlos. Avaliação em educação. 13 Ed. São Paulo: Cortez, 2017.

LORDÊLO, J. A. C.; DAZZANI, M.V. (Orgs.). Avaliação educacional: desatando e reatando nós. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 349 p. Disponível em: www.books.scielo.org. Acesso em 24 ago. 2021.

LOS SANTOS, D. C. K. Avaliação da aprendizagem escolar: uma reflexão sobre a prática docente. 2016. 39f. Produção didático-pedagógica (Programa de Desenvolvimento Educacional) – Unioeste, Cascavel, 2016.

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2016.

MELO, E. S.; BASTOS, W. G. Avaliação escolar como processo de construção de conhecimento. Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 23, nº 52, p. 180-203, maio/ago. 2016.

MELO, S. A. Ozório. Avaliação das aprendizagens: entre a formal e a informal. 2016. 39f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Coordenação Pedagógica) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

MENDES, M. T.; TREVISAN, A. L.; ELIAS, H. R. A utilização de TDIC em tarefas de avaliação: uma possibilidade para o ensino de Cálculo Diferencial e Integral. Debates em Educação, v.10, n. 22. set./dez., 2018.

OLIVEIRA, A. Avaliação: conceitos em diferentes olhares, uma experiência vivenciada no curso de Pedagogia. In: EDUCERE, 14. 2016, Curitiba, Anais...Curitiba: PUC-PR, 2016.

OLIVEIRA, S. B. da S.; SERRATI, I. R. B. Evaluation in Children Education: perspectives and developments. 2018. Number of sheets f. Monography (Undergraduate) - Pedagogy Course Full Degree, Faculdade Metropolitana de Rondônia, Porto Velho, 2018.

PINHEIRO, M. E. A ação coletiva como referencial para a organização do trabalho pedagógico. Campinas (SP): Papirus, 2018.

ROMÃO, J. E. Avaliação dialógica: desafios e perspectivas. 14 ed. São Paulo: Cortez. Instituto Paulo Freire, 2018.

SANT'ANNA, I. M. Por que avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos. 3 ed, Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

SANTOS, L. A articulação entre a avaliação somativa e a formativa, na prática pedagógica: uma impossibilidade ou um desafio? Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 24, nº 92, p. 637-669, jul./set. 2016.

SHUDO, Regina. Sala de aula e avaliação: caminhos e desafios. Disponível em: <https://www.educacional.com.br>. Acesso em 24 ag. 2021.

SILVA FILHO, J. A. et al. Avaliação educacional: sua importância no processo de aprendizagem do aluno. In: Forum Internacional de Pedagogia, 4. 2012, Campina Grande, Anais... Campina Grande: Realize, 2016.



**REDES SOCIAIS E
METODOLOGIAS
ATIVAS NA
EDUCAÇÃO**

REDES SOCIAIS E METODOLOGIAS ATIVAS NA EDUCAÇÃO

Carlos Eduardo Silva Castro

RESUMO

Este artigo apresenta como as redes sociais, fruto das mídias sócias principalmente disponibilizadas ao início dos anos 2000, se tornaram vias de interação social, podendo ser utilizadas como ferramentas nas mais diversas estratégias de relacionamento, interação e comunicação, em especial pela facilidade e agilidade no compartilhamento de informações das mais variadas áreas de conhecimento e atuação. Também será mostrado seu rápido crescimento, o pode ser notado não só pela adesão e adoção no cotidiano, mas também pelo elevado tempo que seus usuários dedicam a pesquisar, ler e interagir nos mais diversos assuntos de seu interesse, por meio de equipamentos como computadores, tablets e telefones inteligentes. Passaremos pela apresentação de um breve histórico das redes sociais, desde a primeira que surgiu em meados dos anos 1990, quando ainda não existia um ambiente tão avançado tanto na construção do espaço das mídias sociais, quanto da infraestrutura que viabiliza as conexões, com a que existe atualmente, até as modernas, abrangentes e repletas de recursos que existem na atualidade. Finalmente apresentaremos como algumas redes sociais, percebendo a grande quantidade de jovens “nativos digitais” nas escolas, compreenderam que poderiam inserir-se no ambiente educacional.

Palavras-chave: Aprendizagem; redes sociais; metodologias; educação.

ABSTRACT

This article presents how social networks, the result of social media mainly available at the beginning of the 2000s, have become ways of social interaction, and can be used as tools in the most diverse relationship, interaction and communication strategies, especially due to their ease and agility in sharing of information from the most varied areas of knowledge and performance. Its rapid growth will also be shown, which can be noticed not only by the adhesion and adoption in daily life, but also by the high time that its users dedicate to researching, reading and interacting on the most diverse subjects of interest, through equipment such as computers, tablets and smart phones. We will go through the presentation of a brief history of social networks, since the first one that emerged in the mid-1990s, when there was not yet such an advanced environment in terms of both the construction of the space for social media and the infrastructure that makes connections possible, with which it currently exists, even the modern, comprehensive, and feature-rich ones that exist today. Finally, we will present how some social networks, noticing the large number of young “digital natives” in schools, understood that they could enter the educational environment.

Keywords: Learning; social networks; methodologies; education.

RESUMEN

En este artículo se presenta cómo las redes sociales, resultado de las redes sociales puestas a disposición principalmente a principios de la década de 2000, se han convertido en formas de interacción social y pueden utilizarse como herramientas en las más diversas estrategias de relación, interacción y comunicación, especialmente por su facilidad y agilidad en el intercambio de información de las más variadas áreas de conocimiento y desempeño. También se mostrará su rápido crecimiento, el cual se puede notar no solo por la adhesión y adopción en

la vida diaria, sino también por el alto tiempo que sus usuarios dedican a investigar, leer e interactuar sobre los más diversos temas de interés, a través de equipos como como computadoras, tabletas y teléfonos inteligentes. Pasaremos por la presentación de una breve historia de las redes sociales, desde la primera que surgió a mediados de la década de 1990, cuando aún no existía un entorno tan avanzado en cuanto a la construcción del espacio para las redes sociales como a la infraestructura que hace posibles las conexiones, con las que existe hoy, incluso las modernas, completas y ricas en funciones que existen en la actualidad. Finalmente, presentaremos cómo algunas redes sociales, al notar la gran cantidad de jóvenes “nativos digitales” en las escuelas, entendieron que podían ingresar al entorno educativo.

Palabras llave: Aprendizaje; redes sociales; metodologías; educación.

INTRODUÇÃO

As redes sociais tem se tornado parte do cotidiano da grande maioria das pessoas. Nos mais diferentes âmbitos e momentos da vida, passaram a tomar conta de boa parte das atividades e do tempo que elas ocupam para se comunicar e relacionar com familiares, amigos e colegas, para tratar dos mais diferentes assuntos, urgentes ou não.

Com base nas vantagens que as redes sociais tem proporcionado, trazendo comodidade, rapidez e objetividade na transmissão de informações e na comunicação em geral, o setor educacional tem se utilizado delas, trazendo-as para dentro do ambiente ensino-aprendizagem como ferramentas auxiliares de grande alcance e utilidade, por apresentarem possibilidades as mais diversificadas no uso e aplicação, no momento, local e situação em que seja pertinente.

Assim, veremos a seguir como as redes sociais digitais, em associação com as Metodologias Ativas de ensino, tem sido aplicadas no contexto da transmissão do conhecimento, na pesquisa, no descobrimento de novos saberes e na expansão de todo o ecossistema educacional, e de como estão a mudar radicalmente o modelo quase fossilizado de ensino que tem preponderado por mais de 200 anos na sociedade moderna, e facilitado o acesso a todo esse arcabouço educacional, para um universo cada vez maior e mais variado de pessoas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Redes sociais e Metodologias Ativas na Educação

No que concerne aos avanços tecnológicos e sua relação com a interação social, temos a destacar as mídias sociais que consequentemente vem criando novas formas de interação social, como as redes sociais, pois estes novos meios de comunicação e interação com as diferentes partes do mundo entre pessoas, está causando mudanças notórias e significativas de comunicação, e por conseguinte vem tornar-se favorável para a construção de novas ferramentas estratégicas comerciais, por exemplo. (ROMANO ET AL, 2012).

Para Romano et al (2012), quando se trata de mídias sociais, é necessário compreender que se trata de aplicativos construídos por intermédio de bases tecnológicas, com a principal finalidade de permitir a socialização entre os adeptos desta ferramenta. Ainda segundo autor, enquadram-se como exemplos de mídias sociais digitais textos, áudios, vídeos, imagens, disponíveis em blogs, sites, entre outros, permitindo a interação entre seus respectivos usuários.

Destaca-se que as mídias sociais digitais, permite entre os usuários uma variedade de informação e fluxo contínuo de participantes e troca de assuntos dos mais variados temas. (RECUERO, 2009).

Esta facilidade e agilidade de compartilhamento de informações, no qual são abordados os mais variados assuntos, sejam estes de bens, consumo, educação, assuntos familiares entre outros temas, que são abordados de acordo com o que o usuário deseja e se enquadra em seu perfil de interesse, tem tornado o processo de comunicação mais rápido e prático, e consequentemente tende a criar uma dependência de informação para os usuários de mídias sociais digitais. (ROMANO ET AL, 2012).

Romano et al (2012), ainda destaca que, um dos fatores que distinguem as mídias sociais digitais de outros tipos de mídia é a capacidade de agregar informações sobre os usuários. (ROMANO ET AL, 2012).

Destaca-se que o fator crucial para a alavancagem das mídias sociais no decorrer dos anos é definitivamente ocasionado pelo grande número de adeptos destas novas ferramentas comunicativas. A razão para este aumento é decorrente ao tempo que cada usuário fica pesquisando na internet assuntos de seus interesses, e com a facilidade de inovações tecnológicas, podem fazer pesquisas na internet pelo computador, telefone, tablet, entre outros. (ROMANO ET AL, 2012).

Ainda para Romano et al (2012), com estas novas ferramentas de comunicação ganhando mais adeptos, o setor empresarial tende-se a ser afetado, pois as organizações utilizavam como uma de suas principais ferramentas de repasse de informação de seus produtos à venda, por intermédio das mídias tradicionais, como os jornais, outdoors, rádios, e com a chegada das mídias sociais, com o avanço das tecnologias, as mídias sociais digitais, tornaram-se necessárias e consequentemente integraram o setor de marketing das empresas. Porque ao recorrer desta nova ferramenta de comunicação, as empresas obterão informações que impactará em seu setor econômico, podendo o custo de marketing ser reduzido, se levarmos em consideração a forma tradicional que realiza campanhas publicitárias. (ROMANO ET AL, 2012).

Segundo pesquisa de Romano et al. (2012), no que concerne ao cenário midiático atual

a mídia social digital tende-se a tornar- ferramenta vital para as empresas. As redes sociais contribuem para o posicionamento da marca e da publicidade, promovendo assim o impulso da publicidade para atingir o máximo de pessoas de cada vez, apenas aumentando a interação com o público-alvo, aumentando assim o relacionamento com os clientes. (ROMANO ET AL, 2012).

Para Oliveira (2012):

“Diferentemente do que muitos acreditam, o marketing não se restringe a vender, nem tampouco a comunicar. Em vez disso, ele interage com os diversos recursos organizacionais de uma maneira lógica e coerente, visando contribuir para a otimização desses recursos”. (OLIVEIRA, 2012, p. 01).

A crescente popularidade das mídias sociais digitais são a comprovação de que o compartilhamento de suas experiências, pensamentos, entre outros, pelos usuários desta fermenta, está sendo cada vez mais utilizado e prazeroso para as pessoas. Desta forma, entende-se que a mídia social pode ser definida como um conjunto de aplicativos da Internet, como blogs, redes sociais, comunidades de conteúdo e mundos virtuais construídos na Web 2.0, bem como mundos virtuais baseados em conteúdo gerado e trocado por seus próprios usuários. (KAPLAN E HAENLEIN, 2010).

Fontoura (2008) destaca:

Mídias Sociais são tecnologias e práticas on-line, usadas por pessoas (isso inclui as empresas) para disseminar conteúdo, provocando o compartilhamento de opiniões, ideias, experiências e perspectivas (e eis o seu 1º grande diferencial). Seus diversos formatos, atualmente, podem englobar textos, imagens, áudio e vídeo. São websites que usam tecnologias como blogs, mensageiros, podcasts, wikis, videologs ou mashups (aplicações que combinam conteúdo de múltiplas fontes para criar uma nova aplicação), permitindo que seus usuários possam interagir instantaneamente entre si e com o restante do mundo. (FONTOURA, 2008).

Torres (2011, p. 113) destaca que as mídias sociais “recebem esse nome por que são sociais, são livres e abertas a colaboração e interação de todos”. Ou seja, é um local onde há liberdade de expressões, ideias, etc., e que não há um regimento de horário, dia, para o usuário publicar suas experiências e opiniões para os outros adeptos.

Corroborando com o exposto, Recuero (2011), vem destacar:

Mídia social, assim, é social porque permite a apropriação para a sociabilidade, a partir da construção do espaço social e da interação com outros atores. Ela é

diferente porque permite essas ações de forma individual e numa escala enorme. Ela é diretamente relacionada à Internet por conta da expressiva mudança que a rede proporcionou. (RECUERO, 2011, p. 01).

Para Torres (2011), a estruturação de pessoas ou organizações conectadas com as pessoas por intermédio da rede social, onde podem compartilhar seus pensamentos, planejamentos, sonhos, objetivos por exemplo, é o que podemos definir como redes sociais. A principal característica das redes sociais consiste na abertura de liberdade, e não há hierarquia de entre os usuários. A forma de comunicação entre as pessoas, está mudando e é decorrente as novas atualizações tecnológicas disponibilizadas para a sociedade, a destacar a internet, e principalmente as redes sociais, pois é notório a facilidade e agilidade de poder comunicar-se com as pessoas nos mais diferentes lugares do mundo de forma imediata e ágil. “As mídias sociais têm um enorme poder formador de opinião e podem ajudar a construir ou destruir uma marca, um produto ou uma campanha publicitária”. (TORRES, 2011, p. 111).

Para Comm (2009, p. 02), a definição mais apropriada para mídia social é: “o conteúdo que foi criado por seu público”. Comm (2009), explica que esta definição é decorrente a participação de outras pessoas em compartilhar os conteúdos e, ainda segundo o autor (2009, p 03), esse detalhe é o que podemos chamar de “a parte ‘social’ da mídia social e significa que, atualmente, publicar é participar”.

Para os autores Alves; Barbosa e Rolon (2014), no que se relaciona as novas tecnologias de comunicação social e sua interação entre empresa e consumidor, os mesmos dizem que “a interação do consumidor com a empresa cresceu significativamente nas redes sociais, e o gerenciamento destes relacionamentos faz toda a diferença na gestão de negócios”.

De acordo com Torres (2009, p. 31), A mídia social é uma atividade cultural em constante crescimento e mudança, e que leva a uma sensação de intimidade entre os consumidores e todos.

Com essa nova ferramenta de interação sendo amplamente utilizada entre as pessoas ao decorrer do mundo, as atividades de marketing nas redes sociais tendem a possibilitar uma ampla divulgação de informações a centenas de consumidores, e gerando baixo custo as empresas, se comparados com as ferramentas tradicionais de comunicação. Se a notícia ou o conteúdo do site da organização forem relevantes, a empresa pode aproveitar esse efeito de rede e compartilhar o conteúdo com consumidores de segmentos de mercado, que se beneficiam com a divulgação no mundo virtual. As atividades promocionais destinadas a essa mídia utilizam a conexão e a interação entre os consumidores para obter efeitos virais. Por meio dessas redes, a reputação e a reputação da marca podem ser melhoradas estabelecendo-se uma conexão mais pessoal com os consumidores. No que concerne o cenário atual, as principais redes sociais, que

possuem mais adeptos e consequentemente são alvos das empresas para o marketing dos seus serviços, são o facebook, instagram, youtube, spotify, instagram e tik tok. (CAETANO, 2014). “Os profissionais de marketing utilizam as redes sociais por meio da criação de perfis e páginas, propagandas em páginas de usuários ou pelo fornecimento de aplicativos para usuários em rede” (STRAUSS; FROST, 2011, p. 239).

Este conceito de reputação está associado a todas as informações e conteúdos existentes nas redes sociais. “Normalmente, as pessoas vão dar mais confiança às pessoas que são competentes no assunto, ou que tenham imagens de pura confiabilidade, ou as informações posteriormente obtidas por amigos. ” (ADOLPHO, 2012, p. 140).

Portanto, por meio da opinião de outros consumidores e amigos, a importância das redes sociais. Este meio é composto de sabedoria coletiva e tem um alto grau de credibilidade. Nesse meio, as opiniões justas da comunidade afetarão as opiniões individuais. (ADOLPHO, 2012).

Após longa explanação sobre mídias sociais digitais e redes sociais, é necessário destacarmos que há uma diferença notória entre suas respectivas definições, desta forma, visando os esclarecimentos destas dúvidas, destaca-se que uma é categoria do outro.

Enquanto mídias sociais tendem a ser ferramentas de compartilhamento de conteúdo, pensamentos, perspectivas, entre outros, entre os adeptos desta ferramenta de comunicação, onde vem facilitar a interação comunicativa entre estes, em diferentes partes do mundo de forma imediata, exemplo de mídias sociais, são os blogs, podcasts, wikis e a própria rede social. (ROMANO ET AL, 2012).

Como destacado que uma é categoria da outra, entende-se que as redes sociais são categorias incluídas na definição exemplificada de mídias sociais. Assim entende-se que as redes sociais são estruturas de cunho social, formada a partir de um grupo ou organização conectadas das mais variadas formas, dos mais diferentes lugares, em suma as redes sociais consistem na definição de “site de relacionamentos”, e dentro destas relações sociais, incluem-se os grupos familiares, de amizades, comerciais etc.). A exemplificar como rede social, destacam-se os mais utilizados na atualidade, Facebook, Instagram, Youtube, Spotify, whatsapp, Twitter e Tik Tok). (ROMANO ET AL, 2012).

Relacionando tais informações supracitadas e relacionando-as com o marketing comercial, Kotler e Armstrong (2015, p. 18), dizem, no entanto, “que é necessário encontrar uma maneira clara de unir as conversas sociais do consumidor com informações relevantes e interessantes sobre a marca. Para um bom marketing de rede social, é necessário contribuir com as conversas dos consumidores de forma verdadeira e relevante”.

Telles (2011, p. 46) destaca a importância da integração da mídia social, que permite

aos usuários alternar naturalmente entre as marcas e a mídia sem interferência. As mídias sociais proporcionam um ambiente informativo para empresas que buscam constantemente entender as necessidades de seus consumidores e buscar sugestões de melhorias. Ele também enfatizou que as empresas que participam das mídias sociais podem estudar as opiniões de seus clientes e podem usar os materiais existentes para entendê-los melhor. (TORRES, 2009, p.120).

O principal motivo que leva as empresas utilizarem o marketing digital é devido a dois principais fatores, o primeiro, é decorrente ao número de pessoas que utilizam esta ferramenta de relacionamento para interagir com as pessoas ao redor do mundo, do seu bairro, cidade, entre outros, com os amigos, familiares, e possivelmente estender o ciclo de relação social, para conhecer novas pessoas, e este número de usuários que tende-se a crescer continuamente, resulta no segundo motivo, que é decorrente ao grande poder de alcance global que as redes sociais proporcionam para que as informações das empresas cheguem aos adeptos das redes sociais aos mais diferentes lugares do planeta. Torres (2009, p. 118), contribuindo com o explanado, afirma que o marketing aplicado nas redes sociais, tende-se a ter um custo mais baixo e com um alto impacto informativo, bem como, cria uma relação direta entre consumidor e empresa. Desta forma, o monitoramento das mídias sociais, são de suma importância para o cenário atual, pois é oportuno em prol da interação entre cliente e empresa. (RODRIGUES; MELO, 2014, p. 15).

Para Rodrigues e Melo (2014, p. 14) “ferramentas como Twitter, Facebook, e blogs são bastante utilizadas pelas pessoas, e é um espaço online onde existe bastante troca de informação e interação” e para o SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, as redes sociais tratam-se de um canal excelente de comunicação direta com o consumidor. Tais contribuições, acima informadas, são enfatizadas por Zenone (2010, p. 107), que garante que as redes sociais possam ser utilizadas para estabelecer a melhor conexão entre um grande número de pessoas localizadas em diferentes regiões ao mesmo tempo, a qualquer hora e em qualquer lugar.

Breve história das redes sociais

Dados as definições sobre mídias sociais e redes sociais, bem como exemplificadas em prol de um entendimento mais amplo acerca do assunto em estudo, a seção subsequente, tem o objetivo de abordar a origem das redes sociais e seus avanços no decorrer dos anos, com as novas ferramentas disponibilizadas.

Recuero (2009), em seu entendimento destaca que uma rede social compõe “atores” que estão diretamente ligadas com suas conexões. Contudo, destaca-se que a definição de atores está ligada de forma elucidada das pessoas, dos grupos e instituições que utilizam essa

ferramenta comunicativa e fazem parte dessa rede e utilizam uma comunicação mediada pelo computador, celular, tablet, qualquer ferramenta que possa disponibilizar o acesso de redes sociais para o usuário, assim, de acordo com Silva (2011 p. 19) “modificou profundamente as formas de organização, identidade, conversão e mobilização social”.

De acordo com Jesus (2012), foi na década de 90 que a história das redes sociais começou a acontecer, com a criação do ClassMates (1995), rede social muito popular nos Estados Unidos e Canadá, e seu objetivo possibilitar encontros e reencontros entre pessoas que de alguma forma, faziam parte de algum grupo em tempos passados, como por exemplo, estudar juntos, trabalhar juntos, etc. Contudo o modelo que estabeleceu o conceito de rede social, foi a criação do SixDregrees, criado em 1997 e encerrado em 2001. (JESUS, 2012).

Seguindo a linha de criação das primeiras redes sociais, ainda de acordo com Jesus (2012), em meados do ano de 2002, foi criado por Jonathan Abrams na Califórnia a rede social de nome Friendster, que segundo o autor, foi uma estrondosa novidade. Com o sucesso da novidade da época, algumas empresas viram uma oportunidade de investir no ramo de rede social, desta forma, no ano seguinte ao nascimento do Friendster, foi criado e disponibilizado para os usuários da internet o MySpace (2003), esta trouxe como novidade, a possibilidade de atualizar fotos, vídeos e músicas.

Em 2003, surgiu também o LinkedIn, e sua proposta foi completamente diferente das demais, pois seu objetivo era reunir dados profissionais dos usuários, visando uma possível contratação, em determinada empresa. (JESUS, 2012).

Em 2004 um grande “boom” nas redes sociais aconteceu. Segundo Jesus (2012), com o surgimento da Web 2.0, as mais famosas redes sociais até a atualidade foram criadas: Orkut e Facebook. O Orkut foi criado pelo engenheiro turco Orkut Buyukkokten e tem como público-alvo norte-americanos, mas tornou-se popular no Brasil e na Índia. Depois que o Orkut foi lançado, foi um sucesso imediato. O Orkut tem um novo layout azul, informações pessoais, álbuns de fotos e comunidades, por isso atraiu muita atenção e foi rapidamente adquirido pelo Google. Quanto ao Facebook, criado por Mark Zuckerberg e seus amigos de universidade no ano de 2004, com a finalidade de uso interno. Tal serviço fora tão explicado que hoje em dia tornou-se a maior rede social. Seu principal atrativo é o feed de notícias, onde o usuário, pode postar pensamentos, fotos, vídeos, fazer compartilhamento, entre outros. (JESUS, 2012).

De acordo com Pereira (2014), em 2005 uma rede social de interação de vídeos fora criada: o Youtube, criado por Chad Hurley, Steve Chen e Jawed Karim, vem revolucionar o modo como as pessoas assistem e compartilham vídeos na internet. PEREIRA, 2014).

Outra rede social de estrondoso impacto no cenário virtual, foi com o surgimento do

Twitter em 2006, mas que só ganhou popularidade em 2008. O Twitter é uma espécie de microblog que permite ao usuário seguir pessoas de seu interesse, tornando-o único. A plataforma tem sido amplamente utilizada por serviços de notícias, celebridades e blogs. O Twitter é atualmente uma das maiores redes sociais. (JESUS, 2012).

O Instagram é um fenômeno social atual: rede social para compartilhamento de fotos e vídeos (2010). E permite que os usuários coloquem filtros em suas fotos e vídeos e os publiquem em seu perfil, onde seus amigos podem comentar. Portanto, a moeda de troca torna-se especialmente utilizado para fotografia, priorizando o processamento da imagem quando o espaço para “dizer algo” é limitado, em resumo. (TECHTUDO, 2013).

Destaca-se que outra importante rede social, o whatsapp, onde sua finalidade, consiste em:

Um aplicativo de mensagens multiplataforma que permite trocar mensagens pelo celular sem pagar por SMS. Está disponível para iPhone, BlackBerry, Android, Windows Phone, e Nokia e sim, esses telefones podem trocar mensagens entre si! Como o WhatsApp Messenger usa o mesmo plano de dados de internet que você usa para e-mails e navegação, não há custo para enviar mensagens e ficar em contato com seus amigos (WHATSAPP, 2020).

Por fim, a mais nova sensação do momento, de nome TikTok:

TikTok é um aplicativo que tem a função principal de gravar vídeos curtos entre 15 a 60 segundos, no máximo. O app conta com uma série de recursos, sendo o mais conhecido o de dublagem, que permite aos usuários dublar músicas e vozes engraçadas, além de produzir conteúdos leves. Os usuários podem gravar seus vídeos diretamente pelo aplicativo, adicionando emoticons, acelerando e usando os vários recursos do TikTok ou gravar e editar em outros programas e depois subir esses vídeos para a plataforma. Para engajar os usuários, continuamente o aplicativo é atualizado, com novos efeitos e biblioteca de música. Outro destaque é o TikTok Challenges, uma competição criada pelos usuários, em que cada participante deverá produzir vídeos com temas específicos escolhidos pela plataforma. (INGAGE, 2020).

Com o decorrer dos anos, e com o alcance imensurável que as redes sociais podem ocasionar, bem como suas interações entre as pessoas nos mais variadas partes do mundo, muitas redes sociais foram criadas, além das já citadas, contudo, no cenário atual poucas se popularizaram, como por exemplo o Facebook, YouTube, Twitter, Instagram e Whatsapp a atualmente o TikTok.

Hoje em dia, tornou-se comum as pessoas estarem conectadas com suas redes sociais de forma frequente, pois com a facilidade de acesso, os usuários podem acessar pelos seus celulares, tabletes, computadores, a qualquer hora do dia. (JESUS, 2012)

Redes sociais na educação

Para Kimura et al (2008 p. 161) as redes sociais podem ser caracterizadas como “uma representação das relações e interações entre indivíduos de um grupo e possui um papel importante como meio de propagação de informação, ideias e influências”. Já para Garton et al (1997, apud Recuero, 2009), uma rede social é definida como uma rede de computadores que se conectou a uma rede de pessoas e de organizações.

A interação entre as pessoas é a principal característica dessas, independente da mesma e sua finalidade, todas tem um único propósito, interação comunicativa entre as pessoas, a qualquer momento e conectadas em diferentes partes do planeta. Desta forma Silva (2011, p. 22), diz “rede social é gente, é interação, é troca social”, a interação pode ser por diferentes temas, diferentes posts e iniciada a partir de uma foto publicada, vídeos, etc.

Para Silva (2011) As redes sociais têm fornecido ferramentas que as pessoas entendem como tecnologia e prática, e as pessoas se acostumaram a usar essas ferramentas para compartilhar conteúdo, opiniões, experiências, opiniões e notícias.

“O estudo das redes sociais na *Internet* procura focar principalmente em como as estruturas sociais surgem, de que tipo são, como são compostas através da comunicação mediada pelo computador e como essas interações são capazes de gerar fluxos de informações e trocas sociais que impactam nessas estruturas (RECUERO. 2009, p. 24)

Se as redes sociais são gente, interatividade e intercâmbio social, manifestada por meio de posts e publicações, estas se encontram no campo das Ciências Humanas, que versam sobre o sujeito, que simultaneamente se torna objeto na investigação científica, o próprio “ser expressivo e falante” (BAKHTIN, 2014, p. 395), pois as Ciências Humanas são “as ciências do homem na sua especificidade, e não de uma coisa muda ou um fenômeno natural (BARKHTIN, 2015, p. 312), e desta forma se põe em contato com seu outro, refletindo seu eu no “outro empírico” (BARKHTIN, 2015, p. 373), quando a produção do conhecimento que emerge desse encontro é dialógico, pelo que se conclui que a única forma de expressão verbal adequada e de autêntica vida do homem é o diálogo inconcluso, pois ao viver e participar do diálogo, interrogamos, ouvimos, concordamos, respondemos, etc.

Mas, estamos tratando de quê diálogo? Mais ainda, o que é o diálogo como processo pedagógico? A interação pode nos fazer pensar que existe diálogo, mas às vezes interagir não implica na sua presença, como naquela que ocorre entre educadores e educandos, e também entre estes, quando estão fisicamente na sala de aula ou em um ambiente virtual de aprendizagem, o que é imprescindível para que os educandos se sintam participantes do processo de ensino/aprendizagem. Assim, igualmente como nos Ambientes Virtuais de

Aprendizagem, este tipo de interação também pode acontecer nos meios sociais, principalmente nas redes sociais, toda vez que um professor permite que o aluno participe da sua rede, ou quando ambos participam de grupos ou listas de interesse comum, o que se constitui em um momento único de aquisição mútua de conhecimento, devido a que “a interação educador-educando depende de um processo social no qual a própria interação se aprende e se desenvolve” (FRANCO, 2010).

Já foi declarado que o diálogo pode acontecer virtualmente, e quando assim o é, a interação ocorre por meio de recursos associados à internet, como em chats, fóruns, e-mail, etc., agilizando a comunicação simultânea entre várias pessoas, constituindo-se as palavras em uma “espécie de recuperação da informação que pode alcançar uma alta velocidade, assim como a totalidade do ambiente e da experiência” (McLUHAN, 1969, p. 77).

O educador, ao dialogar com seus alunos deve fazê-lo aproximando-se deles, sendo que a recíproca por parte destes deve acontecer verdadeiramente, para que haja um intercâmbio comunicativo e de conhecimento, permitindo que os alunos aprendam mais e melhor, cresçam em diversos aspectos ao participar com todos os elementos da linguagem, oral e escrita, de forma interdisciplinar e dentro do universo temático sobre o qual se dialoga, sob um ponto de vista investigativo e de problematização, o que conduzirá à natural, facilitada e efetiva participação dos alunos com a consequente manutenção da motivação, além da cooperação genuína.

No atual contexto, onde todos os ambientes da sociedade, inclusive o educacional, são atingidos e perpassados pelas novas tecnologias, o diálogo e a interação entre educadores e alunos não pode prescindir do uso e incorporação de ferramentas tecnológicas como as redes sociais, sob pena de tornar obsoleta a forma de ensino e drenar seu sentido, dado que elas tem todas as condiciones de favorecer a melhoria do desenvolvimento do contexto de aprendizagem, introduzindo “vivacidade aos conteúdos, conduzindo, de forma ativa, a construção de saberes pelos próprios alunos” (MINHOTO & MEIRINHOS, 2011, p. 27).

As redes sociais são um espaço de ampla interação entre seus participantes, que estarão conectados por redes de informação, médios com extremo potencial pedagógico muito importantes no processo de ensino-aprendizagem na escola como um todo e particularmente dentro da sala de aula, desde que exista uma boa mediação entre os participantes, o conteúdo e os objetivos determinados.

Sua forma dinâmica e interativa permite o intercâmbio apropriado e ágil de informação e conhecimento, muito acima do que a tradicional sala de aula permite. Além disso, a maior amplitude de temas passíveis de discussão, podendo difundir a informação e os resultados de

forma acelerada e personalizada, agradando aos alunos muito mais que antes, inserindo-os nessa dinâmica colaborativa de forma satisfatória, o que desenvolverá neles o sentido de pertencimento e satisfação com o alcance das metas.

Um determinado assunto pode ser abordado e pesquisado, incentivando a interação entre os alunos à partir de diversos questionamentos resultantes da análise de uma imagem, por exemplo, levando a que eles pesquisem livremente na internet, façam suas considerações e, quando necessário, o professor poderá exigir uma análise mais profunda e também sugerir outras fontes para consulta. Como a interatividade pode compreender vários grupos, os alunos também aprendem e adquirem novos conhecimentos entre si, com a imprescindível participação mediadora do professor, obedecendo a metodologias planejadas com antecedência, na proposição de questões, na organização da pesquisa e nos debates de ideias.

O professor também se beneficia por poder acompanhar seus alunos em um espaço de tempo maior, que não mais se limita ao tempo dentro da sala de aula.

Alguns dos fatores que fazem das redes sociais adequadas para uso na aprendizagem, segundo Paula Minhoto e Manuel Meirinhos, são:

- Aumentam as competências sociais, de interação e comunicação afetivas;
- Estimulam o pensamento crítico;
- Ampliam o contato com temas diversos e o acesso a informações;
- Fornecem oportunidades aos alunos para produzir seu próprio conhecimento de forma mais ativa;
- Estimulam os trabalhos em grupo;
- Fortalecem a auto confiança, a auto estima, a solidariedade e o respeito mútuo;
- Favorecem a solução de problemas de forma mais criativa e rica em conteúdo;
- Favorecem uma aprendizagem colaborativa entre os alunos de forma que eles colaborem entre si para a construção dos saberes;
- Incentiva os alunos a valorizar o conhecimento dos outros;
- Permite oportunidades de uma aproximação maior entre os alunos e o consequente intercâmbio de informações importantes nas soluções dos problemas da matéria;
- Transforma o aprendizado em uma atividade social;
- Torna as aulas mais satisfatórias para professores e alunos.

João Mattar (2013); Paula Minhoto e Manuel Meirinhos (2011) e Patrício e Gonçalves

(2010) enumeraram alguns recursos e aplicações presentes no Facebook e que podem ser usados na educação, vejamos:

- Mural: local para interação entre os usuários onde podemos promover debates entre alunos e professores, podemos publicar textos, fotos, vídeos e marcar as pessoas para incentivar sua participação;
- Grupos: Através dos grupos, alunos e professores podem interagir de maneira mais sistemática, podendo ou não, abrir os debates para o público. Quando um membro publica algo no grupo, os outros membros serão notificados;
- Páginas: As páginas podem servir para divulgar informações, compartilhar links, artigos, vídeos, notícias. Qualquer pessoa pode dar like e assim receberá suas atualizações. Alguns exemplos de páginas já existentes são:

Dalíngua Portuguesa

(<https://www.facebook.com/dalinguaportuguesa?ref=ts&fref=ts>)

onde o usuário recebe conselhos e curiosidades sobre o idioma;

Matemáticas fácil

(<https://www.facebook.com/matematicafacil2000?ref=ts&fref=ts>)

disponível para quem quiser sanar dúvidas da matéria, também conta com resolução de questões e vídeo aulas;

História Digital

(<https://www.facebook.com/historiadigital?ref=ts&fref=ts>)

conta com dicas de vídeos, leituras, jogos, com a temática História;

Geografia Visual

(<https://www.facebook.com/GeografiaVisual>)

traz fotos, infográficos, jogos, simuladores, mapas e vídeos;

Ciência Hoje

(<https://www.facebook.com/cienciahoje>)

com as últimas novidades da comunidade científica;

- Eventos: Pode servir para marcar a data de uma prova, atividade em grupo, aula de campo;
- Book Tag: Permite a criação de lista de livros e de questionários;
- Books iRead: Permite compartilhar livros;

- Chat: Põe à disposição comunicação em tempo real, ótimo para esclarecer dúvidas de alunos;
- Fotos: Permite carregar e tirar fotos, além de criar um álbum;
- Notas: adiciona pequenos textos, reflexões e observações, que podem ser comentadas;
- Quiz Creator: Cria testes ou questionários;
- Vídeos: Permite carregar vídeos de fontes externas, gravados na aula ou tutoriais de algum trabalho;

Algumas redes sociais notaram que poderiam contribuir para seu uso na educação, como é o caso do Facebook, que decidiu lançar o Guia Facebook para Educadores em 2011, no qual comenta como Facebook pode ser adequado para fins educacionais, devido a grande quantidade de pessoas da geração de nativos digitais existentes nas escolas, o que abriu uma excelente oportunidade de expandir a aprendizagem para além da escola, a todos os lugares, propiciando uma aula mais interativa com os alunos interagindo de forma criativa ao formar seu próprio conteúdo; mais focado no aluno como sujeito ativo da sua aprendizagem, o professor tendo um papel de mediador; mais autêntico na proporção em que o professor consiga fazer do uso do Facebook para fins pedagógicos algo muito parecido com a forma que o aluno o utiliza no seu cotidiano; mais colaborativa com trabalhos em grupos dentro da própria rede e sob demanda, para que o aluno possa ver o material da aula quando, onde e como quiser.

CONCLUSÃO

Pudemos ver como as redes sociais surgiram, cresceram e se expandiram na vida e nas relações entre as pessoas nos mais diferentes âmbitos do seu cotidiano, promovendo mudanças radicais e vertiginosas em curto espaço de tempo, facilitando a comunicação, interação, colaboração e evolução nas relações, não importa o lugar, o tempo ou a distância existente entre dois ou mais participantes.

Também foi possível depreender que, dada sua natureza e composição, a final são formada por pessoas e interação social, se constituem em ambiente perfeito para a propagação da informação, ideias e influências, e assim podendo ser utilizadas como ferramentas para os mais diversos fins e nos mais diversos ambientes, dentre os quais o do ensino-aprendizagem, que não poderia ficar de fora nem alheio a sua utilização, levando as próprias redes sociais ao correto entendimento de que poderiam se inserir nesse ambiente como ferramentas de grande relevância para os “nativos digitais”, que formam a quase totalidade dos alunos das escolas nos tempos atuais. Tudo isto resultando em diversas vantagens e melhorias para o ecossistema

educacional e seus participantes, que se transformaram de sujeitos passivos e receptores de informação, a ativos buscadores e criadores de novos conhecimentos e experiências, melhorando em diversos aspectos suas habilidades sociais e comportamentais (soft skills) e as habilidades técnicas e intelectuais (hard skills).

REFERÊNCIAS

ADOLPHO, Conrado (2012) Os 8Ps do Marketing Digital – O guia estratégico de marketing digital. Alfragide: Texto Editores, Ltda.

ALVES, E. BARBOSA M. et al. Marketing de Relacionamento: Como construir e manter relacionamentos lucrativos. Paraná: Intersaberes, 2014.

CAETANO; Diogo Vaz. O Contributo das Técnicas de Marketing Digital para a Performance das Organizações. Dissertação de Mestrado em Marketing, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para a obtenção do grau de Mestre, Coimbra, 2014. Disponível em: <<http://revistas.es.estacio.br/index.php/destarte/article/view/73>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

FONTOURA, Wagner. A hora e a vez das mídias sociais. Disponível em: <http://www.boombust.com.br/a-hora-e-a-vez-das-midias-sociais/> Acesso em: 08 de dez. 2020.

JESUS, Aline. História das redes sociais: do tímido ClassMates até o boom do Facebook. 2012. Disponível em:

KAPLAN, Andreas; HAENLEIN, Michael (2010) “Users of the world, unite! The challenges and opportunities of Social Media” Business Horizons. 1(53), 59-68.

OLIVEIRA, Braulio (org). Gestão de Marketing. São Paulo: Pearson, 2012.

OLIVEIRA, Renarth Bustamante de; LUCENA, Wellington Machado. O uso da internet e das mídias digitais como ferramentas de estratégia de marketing. destarte. v.2, n.1. 2012.

RECUERO, Raquel. Redes sociais na internet, Ed Sulina, 2 edições. Porto Alegre. Coedição CUBOCC, 2011.

RODRIGUES, Verônica Raulino Pinto; MELO, José Airton Mendonça de. A utilização do marketing digital como ferramenta estratégica nas pequenas empresas do Guará-DF. Brasília: Faculdade Projeção, 2014. Disponível em: <<http://biblioteca.projecao.br/upload/vinculos/000044/000044e5.pdf>>. Acesso em 09 de dez. 2020.

ROMANO, Fernanda Martins; CHIMENTI, Paula; RODRIGUES, Marco Aurélio de Souza; VAZ, Luiz Felipe Hupsel; NOGUEIRA, Roberto. O impacto das mídias sociais digitais na comunicação organizacional das empresas. Future Studies Research Journal. v.6, n.1, p. 53 – 82. São Paulo. 2014.

SILVA, Raquel Matos. As Redes Sociais e a Evolução em Tempo Real. O caso do Egito. Porto Alegre, 2011.

STRAUSS; FROST, Judy, Raymond. E-Marketing. São Paulo: Pearson, 2011.

TELLES, André. A Revolução das Mídias Sociais. Cases, Conceitos, Dicas e Ferramentas. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda., 2011.

TORRES, Cláudio. A Bíblia do Marketing Digital. São Paulo: Novatec, 2011.

ZENONE, Luiz Claudio. Marketing de Relacionamento: tecnologia, processos e pessoas. São Paulo: Atlas, 2010.



**A DESIGULDADE
SOCIAL NA PANDEMIA,
PELOS PRINCÍPIOS E
OS FUNDAMENTOS DA
CONSTITUIÇÃO DE
1988**

A DESIGUALDADE SOCIAL NA PANDEMIA, PELOS PRINCÍPIOS E OS FUNDAMENTOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Cícero Pereira Batista
Danyel Furtado Tocantins Alvares
Ricardo Figueiredo Pinto

RESUMO

O Brasil vivenciou uma queda inédita e sistemática na desigualdade em um período recente, porém continua a ocupar um dos países mais desiguais do mundo. Frente a pandemia poucos estudos abordam sobre essa temática, principalmente de acordo com os fundamentos da Constituição de 1988. Nesse sentido, a desigualdade social no Brasil caracteriza-se como um problema histórico-estrutural, herdado do nosso período colonial e financiado pela má distribuição de renda. Essa conjuntura influencia e direciona as decisões políticas e a elaboração de estratégias de proteção social, como políticas públicas na área social e da saúde, demonstrando a relevância da Constituição Federal de 1988, um marco aos direitos dos cidadãos brasileiros, por garantir liberdades civis e os deveres do Estado, regendo todo o ordenamento jurídico brasileiro. Assim, o ofício do poder judiciário consiste em aplicar leis de igualdade que reconhecem questões étnico-raciais.

Palavras-chave: Desigualdade social; pandemia; Constituição de 1988.

ABSTRACT

Brazil has experienced an unprecedented and systematic fall in inequality in a recent period, but it continues to occupy one of the most unequal countries in the world. Faced with the pandemic, few studies address this issue, mainly according to the foundations of the 1988 Constitution. In this sense, social inequality in Brazil is characterized as a historical-structural problem, inherited from our colonial period and financed by the poor distribution of income. This situation influences and directs political decisions and the elaboration of social protection strategies, such as public policies in the social and health area, demonstrating the relevance of the Federal Constitution of 1988, a milestone for the rights of Brazilian citizens, as it guarantees civil liberties and duties of the State, governing the entire Brazilian legal system. Thus, the function of the judiciary is to apply equality laws that recognize ethnic-racial issues.

Keywords: Social inequality; pandemic; 1988 Constitution.

RESUMEN

Brasil ha experimentado una caída sistemática y sin precedentes de la desigualdad en un período reciente, pero sigue ocupando uno de los países más desiguales del mundo. Frente a la pandemia, pocos estudios abordan este tema, principalmente de acuerdo con los fundamentos de la Constitución de 1988. En este sentido, la desigualdad social en Brasil se caracteriza como un problema histórico-estructural, heredado de nuestro período colonial y financiado por la mala distribución de la población. ingreso. Esta situación influye y orienta las decisiones políticas y la elaboración de estrategias de protección social, como las políticas públicas en el área social y de salud, demostrando la relevancia de la Constitución Federal de 1988, un hito para los derechos de los ciudadanos brasileños, ya que garantiza las libertades civiles. y deberes del Estado, que rige todo el ordenamiento jurídico brasileño. Por tanto, la función del poder judicial es aplicar leyes de igualdad que reconozcan las cuestiones étnico-raciales.

Palabras clave: Desigualdad social; pandemia; Constitución de 1988.

INTRODUÇÃO

De acordo com Jean-Jacques Rousseau, célebre filósofo, teórico político e escritor do século XVIII, a desigualdade social origina-se da aparição da agricultura e da metalurgia, na qual surgem infortúnios que o conduziram à divisão do trabalho e, ao desenvolvimento da ideia da propriedade privada. O ataque de Rousseau à propriedade privada e às mazelas que advieram com ela deveu-se à ideia de que a desigualdade socioeconômica sempre conferiria influência desproporcional a alguns, refletindo na elaboração das leis e na divisão dos benefícios sociais, ocasionado assim desequilíbrios e, por consequência, injustiça social, como posto em seu livro “A origem da desigualdade entre os homens”, publicado em 1775.

Nesse sentido, a desigualdade social no Brasil caracteriza-se como um problema histórico-estrutural, herdado do nosso período colonial e financiado pela má distribuição de renda. José Costa D'Assunção Barros, autor contemporâneo doutorado em história, explora em sua obra “A Construção Social da Cor - diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira” que a desigualdade no Brasil começa com a chegada dos portugueses a uma terra desconhecida, onde moravam os povos guaranis. Com o tempo, homens e mulheres foram trazidos por navios negreiros para serem submetidos a trabalhos escravos, acentuando a desigualdade e crescendo o fator cor ao etnocentrismo que se instituía. Mesmo após a abolição da escravatura, em 1888, as formas de desigualdade não cessaram de se reproduzir.

Por mais de uma década, ativistas negros e pesquisadores em saúde pública vêm apontando que o racismo institucional cria piores resultados para a saúde da população negra brasileira, baseando-se na primícia de que as desigualdades sociais colocam populações em situações mais precárias de adoecimento e morte, sendo distinto o impacto de acordo com o lugar ocupado pelos grupos populacionais na estrutura social, portanto, o andar da pandemia em uma sociedade fundamentada em princípios racistas penaliza grupos vulneráveis.

Essa conjuntura influencia e direciona as decisões políticas e a elaboração de estratégias de proteção social, como políticas públicas na área social e da saúde, demonstrando a relevância da Constituição Federal de 1988, um marco aos direitos dos cidadãos brasileiros, por garantir liberdades civis e os deveres do Estado, regendo todo o ordenamento jurídico brasileiro. Assim, o ofício do poder judiciário consiste em aplicar leis de igualdade que reconhecem questões étnico-raciais.

Visto o posto, o presente artigo se propõe a analisar a desigualdade presente na sociedade por uma nova perspectiva, levando em conta a Pandemia do Coronavírus e os princípios e fundamentos da Constituição de 1988. Primeiramente, em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade

de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Tratava-se de uma nova cepa (tipo) de coronavírus que não havia sido identificada antes em seres humanos. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia, desde então, 4.55 milhões de vidas foram tomadas pela doença. Contudo, percebe-se que essa pandemia não se limitou em causar um colapso na taxa de mortalidade brasileira, uma vez que essa foi precursora para o acentuamento das conhecidas desigualdades sociais.

REFERENCIAL TEÓRICO

Com o avanço da pandemia que assolou o Brasil, um dos retratos observados foi o crescimento, do abismo já existente, da desigualdade social que é uma designação ideológica que serve para caracterizar duas partes opostas que se contrastam através de aspectos visíveis, ou seja, esse fenômeno ocorre no âmbito social como fruto da segregação das castas sociais mais vulneráveis e com a omissão do Estado em relação à implementação de políticas públicas, destinadas a determinado grupo (NATIVIDADE, 2020).

Marino e Mendoça (2020) afirmam que, a população negra sofre diversos impactos, especialmente no período da pandemia da COVID 19. Esse grupo social precisa de saúde, assistência social, segurança, educação e, sobretudo a tutela do Sistema Judiciário, que pode intervir em algumas questões que envolvem os direitos fundamentais do cidadão (PNUD, 2020).

A Constituição Federativa Brasileira de 1988 é um marco histórico que assegura direitos aos cidadãos e delimita medidas administrativas para todas as esferas do Poder público, inclusive o Judiciário, que embora tenha um papel de destaque nas decisões políticas e na efetivação das mesmas, também têm incumbências e restrições estabelecidas pela Carta Magna (SARLET, 2017).

Silva (2019) se debruça na concepção de que a população negra, também conhecida atualmente como afro-descendentes tem maior predominância no território nacional. A partir dessa afirmação verifica-se também que a questão étnico-racial está aliada aos fatores sócio-econômicos, que por sua vez definem o patamar indenitário das classes sociais que compõem a sociedade brasileira (SILVA, 2019).

Deste modo, as desigualdades são ocasionadas entre as castas sociais, porque alguns grupos são privilegiados, com a aquisição de direitos e outros sofrem detrimento, com o abandono gerado pela falta de políticas públicas e por meio da neutralidade de uma grande parcela da sociedade, visto que a população negra atinge um percentual enorme em relação aos outros grupos étnicos (PIOVESAN, 2018).

Assim, à luz dos princípios jurídicos, esse grupo de pessoas são tão dignos quantos aos demais, em relação a garantia dos direitos fundamentais ao cidadão (FERREIRA, 2020); A Constituição Brasileira assegura vários direitos a todo brasileiro. Muitos desses direitos são reconhecidos pelo Poder Público. Isso se confirma quando a própria Constituição enuncia, ao longo de todo o seu texto (OLIVEIRA, 2019).

Moraes (2020) defende a ideia de que as políticas públicas são ferramentas que o Estado exerce sua atividade prestaciona aos cidadãos, sem discriminar fatores, como, gênero, idade, crença, região e cor da pele. Dallari (2018) afirma também que os direitos humanos permeiam conhecimentos específicos no campo sociológico, filosófico e jurídico, afinal, é preciso compreender as leis para que se possa inferir.

Segundo Almeida (2020), a população negra aparece com maior incidência no rol das castas que vivem em situação de risco e suscetibilidade social, através de fatores que evidenciam essa condição, a começar pela rentabilidade, moradia, nível de escolaridade, pobreza, falta de emprego e renda. Esses indicadores revelam a necessidade de se ampliar o prisma jurídico em atenção a esse grupo.

A atuação efetiva do Sistema Jurídico por meio do Estado Democrático de Direito consegue consolidar ações eficazes em prol da sociedade civil, considerando os diferentes níveis sociais que existem dentro do esquadro social do Brasil. Por isso, toma-se como base a Carta Magna e os princípios por ela regidos (MORAES, 2020).

Observa-se os termos direitos humanos e direitos fundamentais são comumente utilizados como sinônimos, a explicação corriqueira e, diga-se de passagem, procedente para a distinção é de que o termo “direitos fundamentais” se aplica para aqueles direitos do ser humano reconhecidos e positivados na esfera do direito constitucional positivo de determinado Estado (SARLET, 2017).

Ao passo que a expressão “direitos humanos” guardaria relação com os documentos de direito internacional, por referir-se àquelas posições jurídicas que se reconhecem ao ser humano como tal, independentemente de sua vinculação constitucional, e que, portanto, aspira, a validade universal, para todos os povos e tempos, de tal sorte que revelam um caráter internacional (SARLET, 2017, p. 104).

São notórios os efeitos da pandemia da COVID 19 e seus impactos negativos, que afetaram a sociedade de forma geral, em especial a população negra, por estar inserida em um nível social menos privilegiado em comparação a outros grupos sociais que existem na sociedade brasileira. Assim, essa análise acerca da pandemia é uma tarefa árdua, que exige uma

reflexão, desde o surgimento do vírus até sua concepção de letalidade e proliferação (REDE PENSSAN, 2021).

Com a pandemia, a população negra sofreu drásticas transformações, tendo uma ruptura repentina com a quebra do ciclo da normalidade, além da privação dos direitos fundamentais, bem como dos direitos humanos, visto que o acentuado índice de desemprego, a violência policial nas comunidades, envolvendo jovens negros, com o aumento do número de prisão de negros brasileiros (FREITAS, 2020).

Assim, o âmbito jurídico trata de forma abrangente as delimitações do Poder Público que servem para desencadear as discussões em torno das políticas públicas, que devem ser consolidadas no campo social e, no cenário atual com os desafios da pandemia, afinal, os desdobramentos da doença são evidenciados através do modelo capitalista a que se destaca com força no cenário político (PEREIRA, 2020).

Carvalho (2020), assinala que a pandemia impulsionou ainda mais o aumento das desigualdades sociais no país, uma vez que o vírus surgiu de forma repentina. Nessa situação, o que está em voga para os “homens poderosos” é apenas a questão econômica, o mundo dos negócios que movimenta as transações internacionais, gerando grande lucratividade, isso é o que importa para eles (AQUINO, 2020).

De acordo com Veloso (2017), a missão do poder judiciário consiste na aplicabilidade de normas, que por meio da criação de leis garantem a igualdade entre os membros da sociedade civil, reconhecendo a existência do preconceito racial e as questões étnico-raciais que se colocam a frente desse órgão, que por natureza tem o papel garantidor dos direitos humanos (SOARES, 2018).

Segundo a Revista IstoÉ (2021), O negacionismo do Governo Federal é nítido, no entanto, o Poder Judiciário, através do Supremo Tribunal Federal não tem se calado diante dos enfrentamentos vivenciados pela população negra, durante a pandemia. Essa problemática que realça a desigualdade social no Brasil, o racismo e a injustiça se apresentam como fatores de risco (PNUD, 2020).

Percebe-se que o povo negro enfrenta desafios no cotidiano e uma sobrecarga enorme após a eclosão da pandemia, ou seja, o Sistema Judiciário precisa resignificar a figura do negro no cenário político e social, pois, embora não exista mais senzala, os negros ainda são vítimas frequentes da violência urbana, com incidência à criminalidade, sendo maioria na população carcerária (ALMEIDA, 2020).

De acordo com Nascimento (2020), nesse contexto do período pandêmico percebe-se que o Poder Judiciário, através dos ministros da Suprema Corte se posiciona em defesa dos

grupos sociais mais vulneráveis, reconhecendo que existem desigualdades no país, bem como “golpes” implantados pelos “poderosos”, que estejam a supremacia na esfera econômica, causando danos à saúde da população.

Pereira (2020) afirma que há entraves que se colocam como barreiras para tolher a legitimidade da eficácia da Constituição Federal e dos demais órgãos que defendem os direitos fundamentais, que são tão importantes para todos os cidadãos, para que estes conseguem viver com dignidade dentro da sociedade apesar das desigualdades e das adversidades enfrentadas pela população negra.

Conforme Santos (2020), a população negra enfrenta problemas socioeconômicos, que por sua vez desencadeiam outros dilemas, especialmente no quesito étnico-racial, que se acentua nos aspectos contribuintes para o aumento da desigualdade no país. Assim, a quarentena não somente enclausurou as pessoas limitando-as de frequentar os espaços, mas também as excluiu dos sistemas.

Todas as minorias sociais precisam de assistência por parte do Estado, através da aplicabilidade de políticas públicas, que visam atenuar o risco e a vulnerabilidade social, tendo como foco a atenção por meio dos serviços de saúde, assistência social, sistema jurídico e medidas jurídicas, para combater o racismo, a violência e qualquer tipo de discriminação (SILVA, 2019).

Vale ressaltar a relevância do Sistema Judiciário frente a esse fato preocupante, destacando a missão do setor jurídico no combate a qualquer tipo de discriminação, uma vez que há registros incidentes de casos, envolvendo agressões verbal, física e psicológica à população negra, algo que pode culminar com a morte da pessoa negra e a impunidade do agressor (ALMEIDA, 2018).

Assim, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º diz que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes. Todo cidadão tem o direito de usufruir de suas prerrogativas que estão elencadas na Constituição e preconizadas pela legislação, que confere poder e autonomia ao Estado, para no uso de suas atribuições consegue nomear e criar entidades capazes de desenvolver um trabalho de qualidade diante da sociedade, que precisa dos serviços e atendimentos ofertados nas instituições públicas (BRASIL, 1988).

Deste modo, o Sistema Judiciário oferece ao cidadão a lisura dos deveres e a garantia dos direitos, com segurança, rigor e medidas legais, tomadas a partir da criação de leis (ALMEIDA, 2018); há tempo existe um estigma social muito forte ligado a atuação policial e

sua atuação ostensiva nas ruas, no que se refere aos atos de violência, demarcados por esse grupo em detrimento do povo negro (ROCHA, 2020):

Veloso (2017) sinaliza que diante das ocorrências jurídicas, em se tratando da questão étnico-racial, o Poder Judiciário às vezes se mostra omissos, e um dos motivos é o fato de que grande parte de seus agentes não têm nenhum tipo de pertencimento com a cultura afro-brasileira. Segundo Sarlet (2017), os cargos ocupados nesse escalão geralmente são por pessoas brancas, que pertencem a classe dominante.

Moraes (2020) elucida que, o Judiciário, embora tenha autonomia para legislar com maestria as questões sociais inerentes às populações das minorias, em alguns momentos negligencia a vulnerabilidade social desses grupos, pois de forma isolada não consegue sanar tais problemas. De acordo com Pereira (2020), a assistência jurídica às minorias é uma demonstração ativa dos princípios democráticos.

O Poder Judiciário apesar de silenciar alguns casos de racismo, prevê medidas legais em punição a esses atos ilícitos, pois a Constituição é considerada o manto protetor da população brasileira (PIOVESAN, 2018); por essa razão, a desigualdade social, como problema de ordem pública deve ser vista com um olhar humanizado, as populações de risco devem ser assistidas à luz da Justiça (MORAES, 2020):

[...] os acontecimentos deste século repercutiram em fatos determinantes de profundas mudanças nas relações sociais, o que se refletiu na situação atual, onde ao Judiciário impõem-se reformas, para atender as exigências sociais contemporâneas. Afinal, até o momento, o mesmo tem resguardado para si uma postura de superioridade, ignorando todos esses fatos novos e considerando as relações sociais como as considerava no início do século (MORAES, 2020, p. 78).

O lema: liberdade, igualdade e fraternidade como fruto da Revolução Francesa foi herdado no bojo dos princípios da Constituição Brasileira, levando em consideração os direitos humanos, que são vistos como uma conquista pela garantia à dignidade da pessoa humana (OLIVEIRA, 2019); os direitos fazem parte de um conjunto de parâmetros constitucionais geridos pelo Poder Público (PEREIRA, 2020).

Deste modo, a engrenagem social só funciona, mediante a tutela do Estado pois a sociedade se impõe a administração pública, ou seja, o Sistema Judiciário faz parte dessa conjuntura que integra (SOARES, 2018); o cumprimento desses direitos, foi instituído para contemplar a população, sem acepção do gênero, idade, crença ou etnia (SILVA, 2019).

Com a Constituição Federativa de 1988, a delegação de tarefas foi conferida aos diferentes poderes públicos: Legislativo, Executivo e Judiciário, porém cada segmento tem suas

especificidades e atribuições (TOLEDO, 2018); A criação do Estado Democrático de Direito é um aparato que beneficia todos os cidadãos brasileiro, pois dele decorre a democracia e cidadania (BRASIL, 1988).

Nossa Constituição de 1988 foi a primeira na história constitucional brasileira a prever os direitos sociais básicos e de caráter geral, ou seja, foi a partir dela houve uma grande evolução, pois, anteriormente, a assistência social era tratada como eminentemente privada. Deste modo, com a Constituição trouxe à tona os direitos sociais, com a gratuidade dos serviços aos cidadãos (PEREIRA, 2020).

De acordo com Piovesan (2018, p. 54), a dignidade da pessoa humana, está erigida como princípio matriz da Constituição, imprimindo-lhe unidade de sentido, condicionando suas normas ao lado dos Direitos e Garantias Fundamentais.

No cenário político brasileiro, os direitos humanos sempre foram vistos como algo muito aquém daquilo que realmente deve acontecer na prática, esse pensamento tem se perpetuado na sociedade, devido aos acontecimentos em que se percebe a presença de policiais e demais agentes do poder judiciário que atuam de forma corrupta, infringindo as leis e ferindo os princípios constitucionais (NUNES, 2019).

Nunes (2019), adverte que determinados comportamentos não é uma regra de via geral. O sistema judiciário deve exercer sua administração com maestria, representatividade, ética, cidadania e legitimidade, para defender os direitos da população e promover o bem-estar da coletividade.

A história da humanidade é marcada pelos problemas sociais que tendem a se manifestar na coletividade, tais conflitos são evidenciados e se manifestam, sinalizando os aspectos culturais, econômicos, políticos e sociais que são fatores inerentes ao próprio convívio social, por isso, a intervenção do Poder Público se faz necessária para atenuar os problemas sociais (MENDONÇA, 2020b).

Moraes (2020) aponta para o fato de que os direitos humanos é um quesito essencial garantido pela Constituição, sendo assim, não pode se desvencilhar do esquema protetivo do Estado, que tende a manifestar ações e desenvolver políticas públicas que garantam a sustentabilidade e a ordem social, para que os cidadãos possam sobreviver e conviver com dignidade e respeito.

Para legitimar a garantia e o cumprimento dos direitos que são inerentes a todo cidadão, o poder de polícia se constitui como um dos tipos de poder administrativo mais basilares nessa conjuntura, uma vez que sua eficácia nada tem a ver com a administração geral da União, mas

se restringe as especificidades que o Estado de Direito confere ao Sistema Judiciário (MORAES, 2020).

Deste modo, o Sistema Jurídico, como autoridade representante do Poder Público tem a missão de proteger os direitos do indivíduo, com suas garantias (ROCHA, 2020); trata-se de um conjunto de atribuições de caráter administrativo que emanam das leis constitucionais, que preconizam a disciplina social, por meio de intervenções feitas para manter a ordem social (LEITE, 2021).

Segundo Sarlet (2017), durante muito tempo, os direitos humanos foram suplantados pela força repressora do Estado, sem considerar as leis constitucionais que contemplam a dignidade da pessoa humana. Para Veloso (2017), com o passar dos anos, o poder atribuído ao Sistema Judiciário passou a ser visto sob uma perspectiva diferenciada, após a influência oriundas de ideais da Revolução Francesa.

Depois dessas transformações ocorridas no âmbito político, o âmbito jurídico passa a ser visto com mais seriedade diante da sociedade, uma vez que sua proposição como representante do Estado foi designada para manter a ordem pública, algo que eclodiu com mais força a partir da criação do Estado Democrático de Direito e as manifestações feitas pela grande massa, a saber, as minorias (VELOSO, 2017).

Oliveira e Silva (2019) afirmam que não se pode falar em direitos humanos, sem mencionar a Constituição Cidadã de 1988, uma vez que a mesma abriu o leque para a aquisição de direitos posteriores, que foram pouco a pouco conferindo garantias de uma vida mais digna, com direito à segurança pública, que acontece por meio das inferências do Poder Público.

De acordo com Miranda (2015), apesar de possuir responsabilidade em relação aos trâmites sociais, o Judiciário nem sempre consegue contemplar as populações das minorias, que enfrenta inúmeros desafios, devido a sua condição vulnerável. Moura (2020) aponta a população negra do Brasil, que sofreu com os impactos da desigualdade durante a pandemia e luta pela sobrevivência.

Os maiores conflitos demarcados pela pandemia da COVID 19 afetaram a população pobre do país, bem como os negros e moradores das favelas, pois a doença com sua natureza danosa destróçou ainda mais os sistemas públicos, sucateando os serviços, gerando uma crise econômica, que afetou, sobretudo os mais pobres (WHO, 2020b).

Quando se fala em políticas públicas, não se pode restringir somente ao âmbito social, contudo, a criação das mesmas se origina e partem desse princípio; se não houver políticas públicas, a sociedade não sobrevive. Assim, a existência do Estado Democrático de Direito em

face das necessidades da população corrobora também com as necessidades básicas da população (ROCHA, 2020).

Segundo Oliveira (2019), as políticas públicas estão associadas aos programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Governo, a fim de atender as necessidades da sociedade de modo geral, ratificando o papel do Estado em assegurar o direito de cidadania da população. Contudo, o Sistema Judiciário tem sido questionado pelos cidadãos quanto as atitudes repressivas e constrangedoras.

Moura (2020) relata que os cidadãos, que se sentem indignado com tamanho desrespeito se colocam na condição de vítimas diante de atitudes racistas e circunstâncias injustas, que põem em voga a marcante desigualdade no país. Para Rocha (2020), os direitos humanos pertencem a todo o cidadão, tendo a garantia deles na Constituição Federal, descrito no capítulo VII.

Nunes (2019), corrobora que as normas básicas concernentes a Administração Pública, suas especificidades e seu caráter direto e indireto, nos diversos segmentos, instituições e poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios fazem parte dos princípios constitucionais, tais como, o princípio da legalidade, da impessoalidade; da moralidade; publicidade; eficiência e razoabilidade.

É importante destacar a relevância do Poder Judiciário diante do avanço das desigualdades sociais no Brasil, que afeta a população negra. Deste modo, os direitos humanos funcionam como aporte, mensurando a participação do Estado, através da implementação de políticas públicas com o engajamento das instituições que oferecem serviços às populações (ROCHA, 2020).

Nisto percebe-se que, a constitucionalização dos princípios básicos da Administração Pública não elenca apenas esses princípios, mas também abrange grande parte das situações infraconstitucionais básicas, que geralmente ficam a cargo da polícia, com preceitos da Carta Magna que fazem destes oficiais agentes participantes da supremacia do interesse público e a autotutela (PEREIRA, 2020).

No entanto, a população negra sofre retaliações com a violência desses agentes e pela omissão do Sistema Judiciário, por silenciar ocorrências dessa natureza onde há o racismo (SILVA, 2019).

Para Pereira (2020), o Sistema Jurídico tem a incumbência de prestar assistências às pessoas, sobretudo aos entes que carecem de proteção e tutela jurisdicional, precisando, portanto, de orientação, encaminhamento, aconselhamento, para facilitar o acesso do indivíduo e a obtenção de direitos garantidos por lei, na Constituição Cidadã.

Segundo Benevides (2015), os direitos sociais, culturais e econômicos bem como os direitos coletivos, introduzidos no constitucionalismo das distintas formas de Estado social, do século XX nasceram abraçados ao princípio da igualdade, do qual não se podem separar. Deste modo a população brasileira, independentemente da etnia está coberta pela Constituição Federal.

A legitimidade dos Direitos Humanos sob uma perspectiva social se manifesta de forma efetiva através das políticas públicas, que por sua vez podem ser aplicadas em órgãos públicos ou não, no entanto, a intervenção do Direito Jurídico se constitui como um instrumento iniciativa importante, que se concretiza através de recursos e estratégias usadas em benefício da população (MIRANDA, 2015).

De acordo com Oliveira (2019), os direitos do homem, a democracia e a paz são três momentos necessários do mesmo movimento histórico: sem direitos do homem reconhecidos e protegidos, não há democracia; sem democracia não existem as condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos. E esses direitos foram inicialmente objeto de formulação especulativa em esferas políticas (NUNES, 2019).

Os direitos são valores básicos para a dignidade da pessoa humana:

Os termos direitos humanos e direitos fundamentais são comumente utilizados como sinônimos, a explicação corriqueira e, diga-se de passagem, procedente para a distinção é de que o termo “direitos fundamentais” se aplica para aqueles direitos do ser humano reconhecidos e positivados na esfera do direito constitucional positivo de determinado Estado, ao passo que a expressão “direitos humanos” guardaria relação com os documentos de direito internacional, por referir-se àquelas posições jurídicas que se reconhecem ao ser humano como tal, independentemente de sua vinculação com determinada ordem constitucional, e que, portanto, aspira, a validade universal, para todos os povos e tempos, de tal sorte que revelam um inequívoco caráter internacional (SARLET, 2017, p. 104).

Segundo Moraes (2020), a dignidade da pessoa humana é um elemento básico que emana dos direitos constitucionais e tem forte ligação com a cidadania exercida pelo sujeito em sua conduta comportamental e moral dentro do contexto social. Para Leite (2021) a dignidade se consolida através de ações promovidas pelo Estado em prol da população civil em geral, inclusive por meio da segurança pública.

Com a criação da Constituição Cidadão de outubro de 1988, a denominada Constituição Federal Brasileira, os direitos humanos tiveram maior ascensão, pois a cidadania do sujeito passou a ser vista com respeito, reconhecendo sua dignidade enquanto ser humano, capaz de contribuir com a ordem e o progresso da própria nação:

A dignidade da pessoa humana, vê-se assim, está erigida como princípio matriz da Constituição, imprimindo-lhe unidade de sentido, condicionando a interpretação das suas normas e revelando-se, ao lado dos Direitos e Garantias Fundamentais, como cânone constitucional que incorpora "as exigências de justiça e dos valores éticos, conferindo suporte axiológico a todo o sistema jurídico brasileiro (PIOVESAN, 2018, p. 54-55).

CONCLUSÃO

Portanto, com base no que foi apresentado, a desigualdade social registrada na história do Brasil, desde a invasão portuguesa até os dias contemporâneos, repercute em diversos âmbitos sociais, sendo o de saúde pública o mais prejudicado. A herança dos nossos colonizadores, financiada pelo capitalismo, segrega a população ao passo em que nega o acesso a assistência médica de qualidade para toda a população. Visto o posto, a população preta - grupo mais afetada em períodos pandêmicos- requer além de um auxílio social, uma tutela do Sistema Judiciário, que possui autoridade para intervenção em questões relacionadas aos direitos fundamentais do cidadão brasileiro.

Não obstante, os legisladores embasados pela da Constituição de 1988, diante do inconveniente enfrentado pela população afrodescendente, devem garantir através de diretrizes que sinalizam o direito à dignidade, saúde, educação e segurança, onde os cidadãos possam gozar de suas vontades e necessidades, sobretudo as minorias sociais, que precisam de tutela por parte da justiça, para que seus direitos sejam garantidos e cumpridos (BRASIL, 1988).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo Estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ALPINO, Tais de Moura Ariza, Cláudia Roberta Bocca Santos, Denise Cavalcante de Barros, and Carlos Machado de Freitas. 2020. "COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais." Cadernos de Saúde Pública 36: e00161320. IBGE, 2018

ARAÚJO, Melissa Luciana; RODRIGUES, Diana; NASCIMENTO, Mariana; SOUZA, Camila; MENDES, Aline; LOPES, Cristine. 2020. "Condições de vida de famílias brasileiras: estimativa da insegurança alimentar." Revista Brasileira de Estudos de População 37: 1-17

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo Caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CUNHA, Paulo Ferreira. *Teoria da constituição. Direitos humanos e fundamentais*. Lisboa: Editorial Verbo, 2020.

DALLARI, D. de A. *Elementos de teoria geral do Estado*. 32. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2018.
FORTUNATO, Rafaela; LIMA, Cristina; GONÇALVES, L. COVID-19 no Brasil: a evolução da doença num cenário de desigualdades sociais. *Middle Atlantic Review of Latin American Studies*, v. 4, n. 1, 2020.

GALINDO, Eryka; TEIXEIRA, Marco Antônio; ARAÚJO, Melissa De; MOTTA, Renata; PESSOA, Milene; MENDES, Larissa; e RENNO, Lúcio. 2021. “Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil.” *Food for Justice Working Paper Series*, no. 4. Berlin: Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy. DOI 10.17169/refubium-29554 ISBN: 978-3-96110-370-6.

GASPARINI, Diógenes. *Direito Administrativo*. São Paulo: Atlas, 2016.

GOES, E.; RAMOS, D. O.; FERREIRA, A. J. F. Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v.18, n.3, 2020, e00278110. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00278.

» <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00278>.

LEITE, M. P. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? *Sociedade e Estado*, v. 22, n. 3, p. 545-591, set./dez. 2021.

MARINO, A.; MENDONÇA, P.; FOLETTO, L.; BRITO, G.; ROLNIK, R.; SANTORO, P. (2020a). Para combater a covid-19, é preciso entender exatamente onde ela está. *LabCidade - Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade*. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/para-combater-a-covid-19-e-preciso-entender-exatamente-onde-ela-esta> Acesso em: 25 out 2020.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. *Democracia, Liberdade e Igualdade*. São Paulo: Saraiva, 2015.

MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional administrativo*. São Paulo: Atlas, 2020.

MOURA, J. (2020). Pico de Covid-19 nas classes altas já passou; o desafio é que o Brasil tem muita favela, diz presidente da XP. *Folha de S.Paulo*. 5 maio. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/brasil-esta-into-bem-no-controle-do-coronavirus-e-pico-nas-classes-altas-ja-passou-diz-presidente-da-xp.shtml> Acesso em: 27 out 2020 (AFONSO, 2021).

NATIVIDADE, M. S. et al. (2020). Distanciamento social e condições de vida na pandemia COVID-19 in Salvador-Bahia, Brazil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 9, pp. 3385-3392.

NUNES JUNIOR, Vidal Serrano. *A Cidadania Social na Constituição de 1988 – Estratégias de Positivização e Exigibilidade Judicial dos Direitos Sociais*. São Paulo: Verbatim, 2019.

PNUD. FPJ. IPEA (2020). Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br> Acesso em: 20 out 2020.
» <http://www.atlasbrasil.org.br>

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

REDE PENSSAN. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Instituto Vox Populi, 2021 - ISBN 978 65 87504 19 3. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/>. Acesso em: 02 de agosto de 2021.

REVISTA ISTOÉ. Com pandemia, desigualdade racial no mercado de trabalho bate recorde, 2021. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/com-pandemia-desigualdade-racial-no-mercado-de-trabalho-bate-recorde/>. Acesso em 03 de ago de 2021.

ROCHA, Juliana; e FARIAS, Victor. “Covid-19 potencializou diferenças sociais nos estados”. In: O GLOBO, 03/05/2020. Disponível em: <https://bityli.com/mfPXu>. Acesso em: 02 de agosto de 2021.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2017. 104

SOARES, Maria Victória de Mesquita Benevides. Cidadania e direitos humanos. Caderno de Pesquisas. Fundação Carlos Chagas. Quadrimestral. São Paulo: Editora Cortez, nº104 - julho de 2018.

SOLANO, Esther, and Camila Rocha de Oliveira Rocha. 2019. As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil. São Paulo: Expressão Popular.

TOLEDO, Cláudia. Direito adquirido e Estado democrático de direito. São Paulo: Landy, 2018.

World Health Organization (2020b). WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19 - 11 March 2020. Disponível em: <https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>. Acesso em: 02 de agosto de 2021.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. 1775. A origem da desigualdade entre os homens. Disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action&co_obra=2284

BARROS, José d'Assunção. 2009. A Construção Social da Cor - diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/320015031_A_Construcao_Social_da_Cor_-_diferenca_e_desigualdade_na_formacao_da_sociedade_brasileira



**A EDUCAÇÃO FÍSICA NO
ENSINO MÉDIO: NOVOS
PROCESSOS DE
INTERATIVIDADE E
DINAMISMO POR MEIO DA
TECNOLOGIA DIGITAL**

A EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO: NOVOS PROCESSOS DE INTERATIVIDADE E DINAMISMO POR MEIO DA TECNOLOGIA DIGITAL

Éder do Vale Palheta

Bruno de Almeida Garcia Palheta

Marcos Francisco de Oliveira Saraiva

Cilani de Nazaré Monteiro dos Santos

RESUMO

Percebe-se que nas normativas legais a Educação Física no Ensino Médio passou a ser um componente curricular obrigatório da educação básica integrada à proposta pedagógica da escola, ajustada às faixas etárias e às condições da população escolar, cuja proposta pedagógica deve estar subsidiada e respaldada teoricamente; e amparada e adequada às finalidades indicadas na citada lei. Este artigo teve como objetivo contribuir com o conhecimento e análise do uso da tecnologia digital na educação física do ensino médio, a fim de instigar constantes mudanças, tanto no campo pedagógico, social, quanto na cultura, ciência, sobretudo, na educação. Optou-se por realizar uma revisão de literatura de natureza descritiva e abordagem qualitativa, por meio do qual foi possível verificar que com a introdução das tecnologias, nas quais definem o processo de integração de vários métodos, vive-se um tempo de convergência cultural, digital e midiática, com um grande aumento do fluxo de conteúdos em diversas plataformas digitais e por fim uma grande migração e diferenciação dos meios de comunicação. Os resultados apontam que as tecnologias digitais aliadas as práticas de ensino, assim como os estudos contemporâneos sobre os processos de aprendizagem, apresentam recursos mais dinâmicos para acolher e incentivar os alunos nesse novo cenário de educação, estimulando-os a assumirem modernas funções na busca pela constituição dos saberes escolares e do mundo. Portanto, cabe aos professores de Educação Física do Ensino Médio rever concepções de sustentação de suas práticas pedagógicas cotidianas, para terem acesso e apropriarem-se de conhecimentos necessários para trabalharem com a produção de vídeos digitais na sala de aula ou outras interfaces, com vistas a propiciar motivação e aprendizagem.

Palavras-chave: Educação Física. Tecnologias Digitais. Ensino Médio.

ABSTRACT

It is noticed that in the legal regulations, Physical Education in High School became a mandatory curricular component of basic education integrated to the school's pedagogical proposal, adjusted to the age groups and conditions of the school population, whose pedagogical proposal must be subsidized and theoretically supported; and supported and adequate for the purposes indicated in the aforementioned law. This article aimed to contribute to the knowledge and analysis of the use of digital technology in high school physical education, in order to instigate constant changes, both in the pedagogical and social fields, as well as in culture, science, especially in education. It was decided to carry out a literature review of a descriptive nature and qualitative approach, through which it was possible to verify that with the introduction of technologies, which define the process of integration of various methods, there is a time of cultural convergence, digital and media, with a great increase in the flow of content on various digital platforms and, finally, a great migration and differentiation of the means of communication. The results show that digital technologies combined with teaching practices, as well as contemporary studies on learning processes, have more dynamic resources to welcome and encourage students in this new educational scenario, encouraging them to assume modern roles in the search for constitution of school and world knowledge. Therefore, it is up to high school Physical Education teachers to review concepts that support their daily

pedagogical practices, in order to access and appropriate the necessary knowledge to work with the production of digital videos in the classroom or other interfaces, with a view to provide motivation and learning.

Keywords: Physical Education. Digital Technologies. High school.

RESUMEN

Se advierte que en la normativa legal, la Educación Física en el Bachillerato pasó a ser un componente curricular obligatorio de la educación básica integrado a la propuesta pedagógica de la escuela, ajustado a los grupos etarios y condiciones de la población escolar, cuya propuesta pedagógica debe ser subsidiada y teóricamente sustentada. ; y apoyados y adecuados para los fines señalados en la citada ley. Este artículo tuvo como objetivo contribuir al conocimiento y análisis del uso de la tecnología digital en la educación física de secundaria, con el fin de instigar cambios constantes, tanto en el ámbito pedagógico y social, como en la cultura, ciencia, especialmente en educación. Se decidió realizar una revisión bibliográfica de carácter descriptivo y enfoque cualitativo, mediante la cual se pudo constatar que con la introducción de tecnologías, que definen el proceso de integración de diversos métodos, se da un tiempo de convergencia cultural, digital. y medios, con un gran incremento en el flujo de contenidos en diversas plataformas digitales y, finalmente, una gran migración y diferenciación de los medios de comunicación. Los resultados muestran que las tecnologías digitales combinadas con las prácticas docentes, así como los estudios contemporáneos sobre los procesos de aprendizaje, cuentan con recursos más dinámicos para acoger y animar a los estudiantes en este nuevo escenario educativo, animándolos a asumir roles modernos en la búsqueda de la constitución de la escuela y el mundo. conocimiento. Por tanto, corresponde a los docentes de Educación Física de secundaria revisar los conceptos que sustentan sus prácticas pedagógicas diarias, con el fin de acceder y apropiarse de los conocimientos necesarios para trabajar con la producción de videos digitales en el aula u otras interfaces, con miras a brindar motivación y aprendizaje.

Palabras clave: Educación Física. Tecnologías digitales. Escuela secundaria.

INTRODUÇÃO

Com o advento da tecnologia digital, experimenta-se uma popularização que influencia nos processos culturais da sociedade em relação à quantidade, velocidade e métodos de criação e disseminação de informações, resultando em inúmeras trocas, a partir do surgimento de novas formas de pensar, sentir, agir e viver juntos. A existência dessas tecnologias no cotidiano das pessoas sempre foi um fator de mudança e formação de novos hábitos, novos meios de interação social e novas formas de linguagem crescente (JALÚ; SCHÜTZ; MAYER et al., 2020).

Aduz-se que se vive um tempo de transformação digital, na qual a velocidade do uso de tecnologias está influenciando o modo de vida das pessoas. Neste diapasão, a comunicação e o consumo das mídias sociais, dos aplicativos que tomam conta de empresas, de escolas através de sistemas de gestão, as relações com seus clientes e fornecedores, isso em falar nas casas inteligentes e aplicativos de gestão do tempo. Por fim, fica fácil de entender que a educação também vive uma mudança, que determinará os novos processos de ensino e aprendizagem (SILVA; PETRY; UGGIONI, 2020).

É notório que a relação, cada vez mais íntima, entre informática e educação, demonstra que a propagação, em larga escala, de computadores em setores estratégicos da sociedade impõe uma radical mudança na formação de novas competências técnico-práticas para a comunidade escolar. Isto significa que a informática possui uma evidente contribuição na construção de uma nova sociedade (BELLONI, 2011).

Além do que, o espaço cibernético é uma ferramenta muito diferente das mídias clássicas, pois envolve dois fenômenos: a plasticidade potencial de todas as mensagens, e o fato de estas mensagens serem postas na rede, tudo isso ocorrendo concomitantemente (ROSINI, 2007).

Ao longo dos anos percebe-se que as mudanças pelas quais estão sendo vivenciadas com o uso de novas tecnologias pelo campo de educação, apontam para uma outra direção, a virtualização da educação, com possibilidades e enfrentamentos desconhecidos. Uma revolução na maneira de conceber os espaços, as relações, as emoções e principalmente os indivíduos dos quais fazem parte.

Considerando o papel estratégico que as TICs desempenham no campo da educação, cabe conhecer o alcance dessa iniciativa e em que medida essa ação vai atingir o objetivo e metas a que se propõe, a questão central a ser investigada é: De que forma o uso da tecnologia digital é uma estratégia de mudanças interativas e dinâmicas, tanto no campo pedagógico, social, quanto na cultura, ciência, sobretudo, na educação física do ensino médio?

Estabeleceu-se como objetivo principal contribuir com o conhecimento e análise do uso da tecnologia digital na educação física do ensino médio, a fim de instigar constantes mudanças, tanto no campo pedagógico, social, quanto na cultura, ciência, sobretudo, na educação.

A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica descritiva e qualitativa por meio de artigos na base da Pubmed, Lilacs e o Scielo, com a realização da leitura e filtro dos assuntos mais relevantes, onde iniciou-se o processo reflexivo para a efetivação do trabalho (MINAYO, 2014).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

PCNS EM EDUCAÇÃO FÍSICA PARA O ENSINO MÉDIO

Preliminarmente para entender a função e os objetivos da Educação Física na escola, se faz necessário compreender como se encontra inserida no Sistema Educacional Brasileiro através do arcabouço legal que lhe dá suporte.

A partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – (LDBEN) nº 9.394/96, a Educação Física passou a ser um componente curricular obrigatório como qualquer outro, trazendo em seu bojo uma série de mudanças, relacionadas a vários eixos: estrutura didática, autonomia dada às escolas e sistemas de ensino, e ainda o enfoque dado à formação do cidadão (BRASIL, 1996).

Com relação ao Ensino Médio, a maior contribuição da atual LDB foi a de conferir a identidade para este nível de ensino, explicitando que o mesmo é a etapa final da educação básica (BRASIL, 1996), traçando nos artigos 35 e 36, as diretrizes gerais para a organização curricular desta etapa, definindo como suas finalidades:

- I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II – a apresentação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação e aperfeiçoamento posterior;
- III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (BRASIL, 1996, p.156).

Neste mesmo sentido, outro documento que regulamenta e dá suporte à Educação e suas disciplinas são os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), no qual expõe que o Ensino Médio enquanto etapa de uma educação de caráter geral deve estar em sintonia com a construção de competências que situem o educando “como sujeito produtor de conhecimento e participante do mundo do trabalho” (BRASIL, 1998, p.22).

E de modo específico, com relação à Educação Física no Ensino Médio, os PCNs, estabelecem algumas propostas para o seu desenvolvimento com orientações, de maneira objetiva, aos profissionais da disciplina para que tenham competência e possam trabalhar de forma lúdica e educativa, a fim de permitir que o aluno aprenda diferentes conteúdos, tornando-se, assim, um cidadão capaz de resolver diferentes situações da vida cotidiana.

Além disso, é relevante pontuar com base no referido documento, que a Educação Física no Ensino Médio tem por objetivo de acrescentar e aprofundar conhecimentos, e não aplicar fundamentos já conhecidos sobre esportes e jogos (BRACHT, 2007).

Para tanto, os professores devem ter um planejamento de atividades de acordo com a escola e a equipe pedagógica, utilizando seus conhecimentos e desenvolvendo projetos, somado com aulas que venham ao encontro dos interesses e necessidades dos alunos.

É válido ressaltar que o professor de Educação Física deve repensar seu papel na escola frente às mudanças que ocorrem principalmente ligada à tecnologia. Para tanto, deve buscar uma interação com o trabalho desenvolvido na proposta pedagógica da escola, ressaltando a importância do seu componente curricular, para ser vista no mesmo patamar de seriedade e compromisso com a formação do educando, desenvolvendo o seu papel de mediador, adotando a posição de interlocutor de informações e mensagens, mostrando aos seus alunos que naquele espaço escolar eles aprendem a entender e aceitar as diferenças corporais e de comportamento entre os indivíduos.

Para se atingir tais metas, devem-se utilizar estratégias diversificadas, que vai desde o ensino e a vivência de modalidades esportivas, até a experimentação de linguagens como os jogos, a dança o circo, até a utilização de tecnologias digitais, entre outras.

Com essas ações o educador consegue estimular os educandos, permitindo que eles questionem e resolvam situações, adquirindo aos poucos condutas e valores pertinentes ao grupo e a si próprios.

BNCC EM EDUCAÇÃO FÍSICA PARA O ENSINO MÉDIO

Conforme aponta a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é possível dizer que é um documento normativo previsto na Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), na LDB nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996) e no Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2014), elaborado por especialistas de várias áreas, que traz em seu bojo o pluralismo de ideias, porque propõe um conjunto de conhecimentos, que devem ser desenvolvidos na Educação Básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio).

Assim, a BNCC apresenta um conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens, apontadas como essenciais, para que os alunos desenvolvam na Educação Básica, assim, lhes serão assegurados o direito de aprendizagens e desenvolvimento.

A partir deste documento citado, as redes de ensino e instituições escolares públicas e privadas, passam a ter uma referência nacional e obrigatória para elaborar/e adequar suas propostas pedagógicas e currículos (BRASIL, 2017, 2018). A ideia inicial foi da elaboração de um documento coerente com a realidade das escolas brasileiras e que para atingir esse objetivo se faz necessário promover debates que envolvessem os profissionais da educação e toda sociedade civil.

A Educação Física no ensino médio está inserida:

Na área de Linguagens e suas Tecnologias, a Educação Física possibilita aos estudantes explorar o movimento e a gestualidade em práticas corporais de diferentes grupos culturais e analisar os discursos e os valores associados a elas, bem como os processos de negociação de sentidos que estão em jogo na sua apreciação e produção. Nesse sentido, estimula o desenvolvimento da curiosidade intelectual, da pesquisa e da capacidade de argumentação (BRASIL, 2018, p. 483).

Nestes termos, o documento em pauta, ao situar a Educação Física na área de Linguagens, a define como um avanço em relação aos PCNs, por inseri-la, para além do Médio, no Ensino Fundamental juntamente com a Língua Portuguesa, Artes e Língua Estrangeira Moderna, e que corresponde às diferentes formas de linguagens e expressões e das diversas práticas sociais, que resultam na interação do eu com o outro e comigo mesmo, e tornam-se conhecimentos, valores e atitudes culturais que devem ser passadas às novas gerações. Este conhecimento, tendo em vista na Educação Física o se-movimentar, vai além do corpo orgânico propriamente dito (CALLAI, 2019).

Refletindo, brevemente, acerca do papel da educação escolar do ponto de vista da formação humana, que é o de possibilitar aos alunos o conhecimento histórico-cultural produzido pela humanidade e as mudanças sociais que vêm ocorrendo durante a história e como isso influencia em seu dia a dia, em seus direitos e deveres enquanto um cidadão, que é possível se posicionar criticamente diante do mundo no qual se vive. Assim, a Educação Física tem a finalidade de ensinar a cultura corporal de movimento, na qual, as práticas corporais promovem um tipo de conhecimento particular e significativo que tenha sentido para os diferentes os alunos e grupos sociais (BRACHT, 2007).

Conforme Brasil (2017), tal documento referenciado, traz as seguintes dimensões: a experimentação, uso e apropriação, fruição, reflexão sobre a ação, construção de valores, análise, compreensão e protagonismo comunitário, sendo as habilidades como ações específicas de cada prática corporal, sendo elas: 1- a experiência: entendida como vivência; 2 - uso e apropriação: realizar de forma autônoma; 3- fruição: apreciar a estética de experiências sensíveis; 4- reflexão sobre a ação: observação e análise; 5- construção de valores: conhecimentos advindos de discussões e vivências; 6- análise: compreensão de características e funcionamentos; 7- saber sobre; compreensão: conhecimento conceitual; 8- protagonismo comunitário: atitudes ou ações (BRASIL, 2017).

Compreende-se que por meio dessas dimensões o professor promoverá uma educação integral a seus alunos e também, a partir delas, poderá ter um avanço no mesmo conhecimento de um ano para o outro, pois cada bloco já prevê o que deve ser minimamente proposto no componente curricular de Educação Física.

Nessa lógica de pensamento, Bracht (2007) explica sobre essa relação de corpo, cultura e movimento:

[...] o movimentar-se é entendido como forma de comunicação com o mundo que é constituinte e construtora de cultura, mas, também, possibilitada por ela. É uma linguagem, com especificidade, é claro, mas que, enquanto cultura habita o mundo do simbólico. A naturalização do objeto da EF, por outro lado, seja alocando-o no plano do biológico ou do psicológico, retira dele o caráter histórico e com isso sua marca social. Ora, o que qualifica o movimento enquanto humano é o sentido/significado do mover-se, sentido/ significado mediado simbolicamente e que o coloca no plano da cultura (BRACHT, 2007, p. 45).

Pelas características dessa relação, consegue-se perceber que a Educação Física é uma área privilegiada, na medida em que consegue trabalhar as diversas capacidades do ser humano, além da possibilidade de tornar as pessoas críticas e autônomas. Considerando estes argumentos, cabe aqui enfatizar que são diversas questões que se apresentam na disciplina, além dos conhecimentos básicos, temas como preconceitos, estereótipos, ética, violência, meio ambiente são assuntos que devem estar presentes nos planejamentos escolares, para que esse indivíduo tenha uma posição ética e de respeito (DAOLIO, 2012) e que pode ser mediado por meio das tecnologias.

EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA

A revolução tecnológica ocorrida na passagem do século XX para o atual trouxe significativas mudanças nos meios de comunicação e de produção: as tecnologias digitais que possibilitaram mais um espaço social, com o diferencial de uma dinâmica físico-temporal sem precedentes que ocasionou a formação de novas práticas culturais (CASTELLS, 2012).

A nova era chamada de Sociedade da Informação, conforme o autor supra, exige que a escola comece a trilhar neste novo caminho, repensando e inovando suas formas de atuar, uma vez que nesta fase o professor também terá que se adaptar, compreendendo que o uso do computador não é mais apenas um luxo ou algo que ele não goste.

Esse lugar foi chamado de ciberespaço, cuja definição passa por um sistema de comunicação integrado baseado na linguagem digital, em que permite a distribuição de palavras, sons e imagens em escala global, resultando na circulação de bens culturais, com o alcance em indivíduos que poderão deles se apropriar e personalizá-los conforme sua identidade (MACHADO, 2015).

Um ponto a ser destacado no sistema de comunicação que se configura como um dos traços distintivos dessa rede interativa é a velocidade com que ela e seus conteúdos se

transformam. Desse modo, as interfaces tecnológicas podem se converter em recursos didático-pedagógicos possíveis de serem empregados em diferentes contextos e níveis educacionais, pois sua incorporação às práticas educativas deve ser feita “[...] sem negligenciar a indispensável mediação humana do acesso ao conhecimento” (LÉVY, 1999, p.173).

Com a sociedade mudando, o mercado de trabalho e as universidades, passa-se a exigir também do professor novas formações com novas capacidades, principalmente a de ter habilidades de interpretar esse grande número de informações.

Isso significa que a educação mediada pelas tecnologias conectadas em rede deve ter como objetivo uma pedagogia alicerçada pela cultura digital com os seguintes aspectos: flexibilidade, abertura, interlocução, intercâmbio, complexidade, criação, colaboração. Afora tais características, o foco nos resultados, deve ser permeado por uma prática educativa que deve se interessar por processos, relacionamentos e trocas estabelecidos entre e pelos sujeitos participantes do ato educacional (PANIAGO, 2016).

Conforme Mello (1998), a escola tem o fundamental papel de interpretação destas informações. E para alcançar este objetivo terá que cada vez mais desenvolver interdisciplinaridade nos currículos escolares. Isto porque na era da informação, a cada instante surgem novidades em *hardware* e *software*, ocorrendo alterações constantemente e a escola não poderá se mostrar indiferente a tudo isto, pois “num mundo globalizado, nenhum país quer perder o bonde da história. E condenar a população à pobreza e à exclusão significa condenar a própria nação ao limbo do mercado “ (BELLONI, 2011, p. 22).

Por tudo isso que as TICs também exercem um papel fundamental no desenvolvimento de projetos, por permitirem o registro desse processo construtivo, além do que funcionam como um recurso que irá diagnosticar o nível de desenvolvimento dos alunos, suas dificuldades e capacidades, favorecendo também a identificação e a correção dos erros e a constante reelaboração, sem perder aquilo que já foi criado (MOORE; KEARSLEY, 2008).

Enfim, a partir do que foi exposto neste trabalho, é possível afirmar que todo esse leque de oportunidades aconteça, seja vivenciado, é imprescindível que professor e aluno caminhem juntos, trabalhem num mesmo ritmo de cooperatividade, principalmente falem a mesma língua, que é a da era da informação, pois somente trabalhando os interesses da juventude será possível um aprendizado de forma gratificante e com resultados positivos para ambos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem (MATTAR, 2012).

Almeida (2015) afirma que é através das redes informatizadas que a sociedade passa a interagir e propiciar a solidariedade, a criação e o desenvolvimento de projetos. Lima (2015) reforça esse pensamento ao afirmar que quanto mais as novas tecnologias de informação e comunicação se tornam um elemento constante na cultura cotidiana, na atividade profissional como nos momentos de lazer, mas elas têm, obviamente, que ser incorporadas nos processos escolares.

Contudo, na elaboração de projeto deve englobar maiores perspectivas para as escolas e serem difundidos entre a comunidade escolar, principalmente aqueles que efetivamente usam os ambientes de informática.

Como já visto anteriormente, as tecnologias da informação provocam uma revolução na educação e na sociedade e a interação professor-aluno também muda, resultando em uma nova forma de mediação dessa interação.

Aduz-se, portanto, que a comunicação é muito importante para as tecnologias na educação, mas é necessário ter conhecimento de cada tecnologia e também da mídia que a vincula. Assim, é relevante citar que as atividades destas interações podem ser realizadas por diversos recursos técnicos, que são de forma síncrona ou assíncrona (MOORE; KEARSLEY, 2008).

A mediação síncrona é aquela em que o professor e o aluno devem estar utilizando o meio no mesmo instante, ou seja, utilizando uma ferramenta em tempo real, como mostra a Figura 1.

Figura 1. Mediação síncrona



Fonte: O autor/2021

Neste tipo de interação, conforme Moore e Kearsley (2008) é possível citar algumas ferramentas como exemplos:

- Chat: também conhecido como bate-papo, porque permite a interação de texto entre vários interlocutores, por meio de uma tela. Uma sessão de bate-papo é como um diálogo entre

diversas pessoas, porém, na forma de texto. Um chat pode ter suas atividades iniciadas por um professor, o que pode ser excelente para tirar dúvidas dos alunos. Nesse contexto, podem ser propostos antes do chat alguns temas. O papel fundamental do educador em uma sessão de bate-papo é atuar como moderador ou facilitador para manter a discussão focada em um tópico específico ou uma atividade de aprendizado.

- Audioconferência: nessa ferramenta os participantes podem ser conectados por linhas telefônicas, internet, VOIP etc. Além disso, podemos citar a ferramenta Skype, que se caracteriza pela comunicação instantânea por voz.

- Videoconferência: esse recurso permite a transmissão de imagens televisadas via satélite ou cabo. Trata-se de um sistema de *chat* que utiliza imagens de vídeo em vez de mensagem de texto. Com este sistema é possível conexão de muitas pessoas e a transferência de imagens de vídeo via internet. Existem muitos programas que fazem esta função. O mais utilizado atualmente é o Skype.

Já a mediação assíncrona acontece quando o professor envia uma mensagem ao aluno, que poderá lê-la ou respondê-la em outro momento. E como exemplos, tem-se:

- Fórum de discussão: nesta ferramenta os comentários do professor e dos alunos são publicados em uma área a que todos os membros de um grupo têm acesso. Os fóruns podem ser moderados, quando o professor participa dos comentários, ou livres, quando os comentários acontecem sem a mediação do professor. O professor pode programar para que os alunos modifiquem ou apaguem seus próprios comentários, ou, ainda, que não consigam modificá-los.

- E-mail ou correio eletrônico: um dos serviços mais utilizados na internet. Funciona de modo parecido ao e-mail convencional. O emissor escreve a carta, digita o endereço de e-mail do receptor e envia pelo correio; após alguns segundos, o receptor pode acessá-la. Um dos programas mais conhecidos de correio eletrônico é o Outlook.

- Blogs ou weblogs: em formato de diário pessoal, pode ter qualquer tipo de conteúdo gerenciável. Weblog é um site que consiste em uma série de entradas organizadas em ordem cronológica reversa, frequentemente atualizados com novas informações sobre temas específicos. A informação pode ser escrita pelo proprietário do site, adquirida a partir de outros sites ou outras fontes, ou contribuído por usuários. Geralmente, os weblogs são dedicados a um ou vários assuntos ou temas, geralmente de interesse tópico, e, em geral, pode ser pensado como o desenvolvimento de comentários, individuais ou coletivos em seus temas específicos (MOORE; KEARSLEY, 2008).

Diante do que foi exposto, observa-se que na atualidade, o surgimento de um novo tipo de sociedade tecnológica é determinado principalmente pelos avanços das tecnologias digitais

de comunicação e informação e pela microeletrônica. Essas novas tecnologias, assim consideradas em relação às tecnologias anteriormente existentes, quando disseminadas socialmente, alteram as qualificações profissionais. A ciência, hoje, na forma de tecnologias de comunicação e informação trouxe mudanças consideráveis e positivas para a educação (KENSKI, 2009).

TECNOLOGIA DIGITAL E A EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO

Inicia-se este item ressaltando que a UNESCO já se posicionou favorável sobre a possibilidade e utilização das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) no desenvolvimento educacional afirmando que ferramentas como “smartphones” e “tablets” representam aos alunos e docentes como instrumentos facilitadores de acesso à informação e, conseqüentemente possibilitam incremento substancial na qualidade das práticas pedagógicas (GIACOMAZZO; FIUZA, 2014).

A Educação de modo geral, vem passando por diferentes mudanças em seus discursos legitimatórios e em seus marcos legais, exigindo dela que prepare o aluno para enfrentar novas situações a cada dia na sociedade. Assim deixa de ser sinônimo de transferência de informações e adquire caráter de renovação constante (SOUSA; MOITA; CARVALHO, 2011).

Desse modo, é de se esperar que a escola, tenha que se reinventar, pois é condição *sine qua non* que o professor se aproprie de uma gama de saberes advindos das tecnologias digitais da informação e da comunicação para que possam ser sistematizadas em sua prática pedagógica (ASSMANN, 2005).

E só desta forma, a aplicação que o docente faz em sua prática pedagógica do computador e das ferramentas multimídia em sala de aula, vai depender de como ele entende esse processo de transformação e de como se sente em relação a esse processo, se é algo benéfico e que pode ser favorável ao seu trabalho (JALÚ; SCHÜTZ; MAYER, 2020).

Em suma, este novo olhar midiático por parte do professor de Educação Física, não deve ser vista de forma isolada, mas sim como parte da proposta pedagógica da escola onde está inserida, uma vez que está subsidiada, respaldada e amparada na própria LDBEN.

Portanto, é possível perceber que os referidos conteúdos digitais dão margem para revolucionar a pedagogia relacionada à Educação Física, seja no Brasil ou em outros países com abertura democrática para tal, porém é necessário que haja a participação dos docentes na criação, execução e parecer final avaliatório para que a novidade experimental seja proposta em toda a educação básica com o objetivo de enriquecer o ensino e conhecimento dos novos

conteúdos, sempre de forma crítica e produtiva diante das inúmeras possibilidades virtuais, seja blogs, redes sociais, celulares, computadores, jogos ou outras possibilidades na rotina escolar (TAHARA; DARIDO, BAHIA, 2017).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sobre o arcabouço legal do ensino médio que dá suporte à Educação Física na escola, percebeu-se que no Brasil, atualmente, após a promulgação da LDBEN, Lei nº 9.394/1996, ela passou a ser um componente curricular obrigatório da educação básica integrada à proposta pedagógica da escola, ajustada às faixas etárias e às condições da população escolar (BRASIL, 1996) e por sua vez, a proposta pedagógica deve estar subsidiada e respaldada teoricamente; e amparada e adequada às finalidades indicadas na citada lei.

É neste ponto que os PCNs, em seu volume destinado à Educação Física, descrevem algumas tarefas a fim de: garantir o acesso dos alunos às práticas da cultura corporal, contribuir para a construção de um estilo pessoal de vivenciá-las e oferecer instrumentos para uma apreciação crítica dessas vivências (BRASIL, 1998). Enfatiza que para a promoção dessas práticas deve-se levar em consideração a vida cotidiana dos alunos, dos professores, da realidade local e dos valores que ali estão presentes, enfim, a cultura de seu próprio grupo.

Nesse mesmo sentido, tanto a LDBN como os PCNs delegam autonomia para uma proposta pedagógica integrada de Educação, na qual a Educação Física deve estar inserida, atribuindo responsabilidade à escola e aos seus professores pela elaboração e implementação da ação educativa adequada às diferentes realidades e demandas sociais. Ademais, é revestido dessa autonomia que todo professor de Educação Física, deve ter em mente a necessidade de dominar os conteúdos programáticos; conhecer seus alunos, sua escola e sua comunidade; desenvolver uma proposta pedagógica adequada e que tenha significado para seu próprio grupo.

Mediante ao que foi exposto, nota-se que os documentos legais preveem novos horizontes formativos, de modo a contemplar as novas gerações que têm acesso midiático e eletrônico. Com base nisso, há preocupação com a adequação dos professores em relação a esse assunto, trazendo conhecimentos que possibilitem ações e debates durante o trabalho docente (formação inicial, continuada e/ou em serviço). Além do que ressaltam também que as propostas de modificações dos currículos devem ser realizadas de acordo com as necessidades de cada instituição, as quais devem ser debatidas com toda comunidade escolar por meio da reorganização dos planejamentos, como por exemplo, o Projeto Político Pedagógico (PPP) (DAOLIO, 2012).

E de modo específico, é relevante pontuar que a Educação Física Escolar no Ensino Médio tem por objetivo de acrescentar e aprofundar conhecimentos, e não aplicar fundamentos já conhecidos sobre esportes e jogos. É neste cenário que se inserem mudanças que possam afetar, em particular, a educação, que se vê frente à necessidade de lidar com diversas questões desencadeadas pela presença cada vez mais intensa das TICs no cotidiano.

No entanto, foi abordado que a disseminação acelerada das TICs nas últimas décadas, em especial da Internet, trouxe consigo diversos desafios e oportunidades tanto em nível individual quanto na sociedade, na medida em que novos modos de se relacionar com a informação e o conhecimento são estabelecidos (TRUCANO, 2012).

Assim, a ciência evidencia que o uso das tecnologias na educação, cultura digital, plataformas digitais, tem contribuído para alavancar a prática educativa em busca de uma melhor qualidade de ensino, seja preparar as pessoas para aproveitar plena e conscientemente todo o potencial dessas tecnologias, seja desenvolver metodologias e práticas capazes de promover a incorporação das TICs como instrumento pedagógico que dinamiza a educação de modo geral (BASTOS, 2011).

Outrossim, as redes tecnológicas fazem com que a escola explore e extraia informações do mundo. E o aluno tem a possibilidade de interagir com outras culturas e adquirir novos conhecimentos. Mas, com certeza, este novo mundo não é fácil neste âmbito de transformação e avanço tecnológico. Então, a educação terá novos desafios a serem superados, como fazer parte da nova era da informação e do conhecimento (JALÚ; SCHÜTZ; MAYER, 2020).

Reitera-se que, de modo geral, o uso da informática na educação implica novas formas de comunicar, de pensar, ensinar/aprender, ajuda aqueles que estão com a aprendizagem muito aquém da esperada. Esta não deve ser concebida ou se resumir à disciplina do currículo, e sim deve ser vista e utilizada como um recurso para auxiliar o professor na integração dos conteúdos curriculares. Sua finalidade não se encerra nas técnicas de digitação e em conceitos básicos de funcionamento do computador, há todo um leque de oportunidades que deve ser explorado por alunos e professores (XAVIER, 2015).

Em síntese, explica-se que diante de uma inovação, esta não deve ser vista como algo novo nas coisas às vezes conhecidas, deve-se pensar em ações que promovam novos papéis para a escola, em que a utilização das TICs no contexto educacional estabeleça uma rede dialógica de interação com o intuito de promover a ruptura do distanciamento entre sujeito-sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo objetivou contribuir com o conhecimento e análise do uso da tecnologia digital na educação física no ensino médio, a fim de instigar constantes mudanças, tanto no campo pedagógico, social, quanto na cultura, ciência, sobretudo, na educação.

Assim, percebe-se que com a introdução das tecnologias, nas quais definem o processo de integração de vários métodos, vive-se um tempo de convergência cultural, digital e midiática, com um grande aumento do fluxo de conteúdos em diversas plataformas digitais e por fim uma grande migração e diferenciação dos meios de comunicação.

Este processo se refere a uma transformação cultural à medida que os professores, os consumidores dessa nova forma de ensinar, são incentivados a procurar por informações e assim, criar novas conexões com estes conteúdos de mídias.

Nesta perspectiva, nota-se um consenso na literatura de que se faz necessário a possibilidade dos professores de Educação Física do Ensino Médio rever concepções de sustentação de suas práticas pedagógicas cotidianas, para terem acesso e apropriarem-se de conhecimentos necessários para trabalharem com a produção de vídeos digitais na sala de aula ou outras interfaces, com vistas a propiciar motivação e aprendizagem.

Nessa concepção, as tecnologias digitais aliadas as práticas de ensino, assim como os estudos contemporâneos sobre os processos de aprendizagem, apresentam recursos mais dinâmicos para acolher e incentivar os alunos nesse novo cenário de educação, estimulando-os a assumirem modernas funções na busca pela constituição dos saberes escolares e do mundo.

Portanto, todo professor, inclusive o de Educação Física, deve ter em mente a necessidade de dominar os conteúdos programáticos; conhecer seus alunos, sua escola e sua comunidade; desenvolver uma proposta pedagógica adequada, como é o caso da tecnologia digital e que tenha significado para seu próprio grupo.

Este trabalho permitiu verificar que as tecnologias digitais inseridas nas práticas pedagógicas abrem novas possibilidades à educação, exigindo uma nova postura de todos que trabalham na comunidade escolar e, principalmente, do educador, até porque uma de suas funções é formar cidadãos livres e autônomos, responsáveis pela sua própria trajetória no contexto sociocultural e educacional.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Luciano de. A relação teoria-prática na educação física escolar: desdobramentos para pensar um “programa mínimo”. *Kinesis*, v. 32, n. 2, dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/kinesis/article/view/16503>. Acesso em: 26 jun. 2021.
- ASSMANN, H. (Org.). *Redes digitais e metamorfose do aprender*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- BASTOS, M. I. Utilização das TIC em Escolas Públicas: um estudo de caso. Monitoramento e avaliação. Projeto 914BRA5002. Relatório Final, 2011.
- BELLONI, M. L. *O que é mídia-educação*. Campinas: Autores Associados, 2011.
- BRACHT, Valter. *Educação Física & Ciência: cenas de um casamento (in) feliz*. 3 ed. Ijuí: Unijuí, 2007.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, 5 de outubro de 1988
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996
- BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria da Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio*. Brasília: Ministério da Educação, 1998.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular/Ministério da Educação. *Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral*. Brasília: MEC, 2017.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular/Ministério da Educação. *Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral*. Brasília: MEC, 2018
- CALLAI, Ana Nathalia Almeida. Considerações acerca da Educação Física escolar a partir da BNCC. *Conexões: Educ. Fís., Esporte e Saúde*, Campinas: SP, v. 17, e019022, p.1-16, 2019.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede - a era da informação*. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.
- DAOLIO, J. A cultura da/na Educação Física. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- GIACOMAZZO, G.F.; FIUZA, P.J. A implantação do tablet educacional na perspectiva dos professores. *Revista Tecnologias na Educação*, v. 11, n. 1, p.1-10, 2014.
- JALÚ, Janete; SCHÜTZ, Jenerton Arlan; MAYER Leandro. *Desafios da educação em tempos de pandemia*. Cruz Alta: Ilustração, 2020. 324 p.
- KENSKI, V. M. *Educação e Tecnologias: O Novo Ritmo da Informação*. Campinas, SP: Papirus, 2009.
- LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- MACHADO, G. J. C. (Org.). *Educação e Ciberespaço: estudos, propostas e desafios*. Aracaju: Virtus, 2015

MATTAR, J. Tutoria e interação em educação a distância. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

MELLO, G. N. de. A Escola e a Estrada da Informação. Folha de São Paulo, São Paulo, 16 out. 1998. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz16109809.htm>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. 23 ed. Petrópolis: Ed. Vozes. 2014. 80 p.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. Educação a distância: uma visão integrada. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

PANIAGO, M. C. L. Narrativas eclipsadas e ressignificadas de docentes e discentes sobre/na cibercultura. R. Educ. Públ., Cuiabá, v.25, n.59, p.382-395, maio/ago. 2016.

ROSINI, A. M. As Novas Tecnologias da Informação e a Educação a Distância. São Paulo: Thomson Learning, 2007

SILVA, Luiz Alessandro da; PETRY, Zaida Jeronimo Rabello; UGGIONI, Natalino. Desafios da educação em tempos de pandemia: como conectar professores desconectados, relato da prática do estado de Santa Catarina.

SOUSA Robson Pequeno de; MOITA, Filomena M. C. da S. C.; CARVALHO, Ana Beatriz Gomes (Orgs.). Tecnologias Digitais na Educação. Campina Grande-PB: EDUEPB, 2011.

TAHARA, A.K.; DARIDO, S.C.; BAHIA, C.S. Materiais didáticos e a educação física escolar, Conexões: Educ. Fís. Esporte e Saúde, Campinas: SP, v. 15, n. 1, p. 368-379, jul/set, 2017.

TRUCANO, M. Ten things about computer use in schools that you don't want to hear (but I'll say them anyway). EduTech, a World Bank Blog on ICT use in Education. The World Bank, 2012. Disponível em: <<http://blogs.worldbank.org/edutech/10-things>>. Acesso em: 10 ago. 2021.



**O ADOLESCENTE
AUTOR DE ATO
INFRACIONAL USUÁRIO
DE DROGAS E O REGIME
DE SEMILIBERDADE
NA CIDADE DE BELÉM-PA**

O ADOLESCENTE AUTOR DE ATO INFRACIONAL USUÁRIO DE DROGAS E O REGIME DE SEMILIBERDADE NA CIDADE DE BELÉM-PA

Isadora Arícia Oliveira Dos Santos

RESUMO

Esta dissertação propõe uma análise do perfil do adolescente autor de ato infracional usuário de drogas que cumpre medida socioeducativa de semiliberdade no Estado do Pará. Mesmo com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, muitos adolescentes ainda estão envolvidos com a prática de ato infracional e o uso de substâncias entorpecentes, o que expõe a situação de vulnerabilidade na qual se encontram. O estudo baseia-se em pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, do tipo quali-quantitativa, que procura averiguar qual o perfil do adolescente usuário de drogas inserido no regime de semiliberdade. Os aspectos considerados para a realização da pesquisa foram os seguintes: gênero, tipo de ato infracional, estrutura familiar, renda familiar, escolaridade, envolvimento com o tráfico de drogas, aplicação da medida socioeducativa de semiliberdade, e a existência ou não de histórico de fuga da semiliberdade. Conclui-se que a ausência de políticas públicas voltadas para a juventude, que garantam direitos individuais básicos, contribui de forma considerável para o envolvimento do adolescente com o uso de drogas e com a prática de ato infracional.

Palavras-chave: Adolescente; Ato Infracional; Drogas; Semiliberdade; Políticas Públicas.

ABSTRACT

This dissertation analyzed the profile of the adolescent perpetrator of a drug user who complies with a socio-educational measure of semi-freedom in the State of Pará. Even with the advent of the Child and Adolescent Statute, many adolescents are still involved in the practice of infraction and use of narcotic substances, which exposes the situation of vulnerability in which they find themselves. The study is based on bibliographic research and field research, of the quali-quantitative type, which seeks to ascertain what is the profile of the adolescent drug user inserted in the regime of semi-freedom. The aspects considered for conducting the research were as follows: gender, type of offense, family structure, family income, education, involvement with drug trafficking, application of the socio-educational measure of semi-freedom, and the existence or not of a history of escape of semi-freedom. It is concluded that the absence of public policies aimed at youth, which guarantee basic individual rights, contributes considerably to the adolescent's involvement with the use of drugs and the practice of an infraction.

Keywords: Adolescent; Infractional Act; Drugs; Semiliberty; Public Policies.

RESUMEM

Esta disertación analizó el perfil del adolescente agresor de un consumidor de drogas que cumple con una medida socioeducativa de semilibertad en el estado de Pará. Incluso con la llegada del Estatuto de la Niñez y la Adolescencia, muchos adolescentes siguen involucrados en la práctica de una infracción y el uso de estupefacientes, lo que expone la situación de vulnerabilidad en la que se encuentran. El estudio se basa en la investigación bibliográfica y de campo, de tipo cuali-cuantitativo, que busca conocer cuál es el perfil del adolescente consumidor de drogas insertado en el régimen de semilibertad. Los aspectos considerados para la realización de la investigación fueron los siguientes: género, tipo de delito, estructura familiar, ingreso familiar, educación, vinculación con el narcotráfico, aplicación de la medida socioeducativa de semilibertad y existencia o no de antecedentes. de escape de la semi-libertad. Se concluye que la ausencia de políticas públicas dirigidas a la juventud, que garanticen los

derechos individuales básicos, contribuye considerablemente al involucramiento del adolescente con el uso de drogas y la práctica de una infracción.

Palabras clave: Adolescente; Acto infractor; Drogas; Semilibertad; Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

O Direito da Criança e do Adolescente, representado em nosso ordenamento jurídico pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, denominada de Estatuto da Criança e do Adolescente, sofreu diversas reformulações durante os anos até que se pudesse finalmente alcançar o modelo que vigora atualmente.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, fruto de uma construção histórica marcada por equívocos e acertos, é considerado o marco divisor na história do direito infanto-juvenil, uma vez que pôs fim à Doutrina da Situação Irregular e ao caráter tutelar que norteavam o regime anterior ao Estatuto.

Para este regime já obsoleto, crianças e adolescentes não eram considerados sujeitos de direitos, e apenas uma pequena parcela da população infanto-juvenil, as ditas bem-nascidas, é que mereciam ser tratadas como crianças, ao contrário dos chamados menores, os quais eram tratados como delinquentes, marginais, abandonados, e por conta disso, eram passíveis de sofrer a intervenção do Estado.

Com o advento da Doutrina da Proteção Integral, toda criança e adolescente é detentor de direitos garantidos pela Constituição, com absoluta prioridade, e passam a merecer um tratamento jurídico diferenciado, em razão da sua condição de pessoa em desenvolvimento.

Da mesma forma ocorre com o adolescente em conflito com a lei. Em tempos anteriores ao Estatuto, jovens que praticassem ato infracional eram submetidos a um regime injusto e excludente, sem quaisquer garantias processuais e direitos individuais protegidos, onde o caráter tutelar era latente.

No entanto, mesmo com a evolução da legislação infanto-juvenil, ainda são muitos os problemas enfrentados, seja na falta de políticas públicas voltadas para a juventude, seja na dificuldade de acesso à saúde, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização. A ausência do Poder Público, no sentido de suprir as necessidades mais básicas do indivíduo, faz com que o mesmo fique mais vulnerável ao mundo da criminalidade e das drogas.

O foco deste trabalho consiste na análise do perfil do adolescente usuário de drogas em conflito com a lei, o qual se encontra cumprindo a medida socioeducativa de semiliberdade. Utilizamos, para isso, a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo.

O PERFIL DO ADOLESCENTE USUÁRIO DE DROGAS NO REGIME DE SEMILIBERDADE

Com a entrada em vigor da nova Constituição Federal de 1988, que preconiza em seu art. 227 que todos (família, sociedade e Estado) são responsáveis por assegurar e proteger os direitos das crianças e dos adolescentes, com absoluta prioridade, foi necessário repensar uma nova lei específica que substituísse o defasado Código de Menores de 1979.

Conforme afirma Jesus (2006):

Para regulamentar o artigo 227 da Carta Magna foi elaborado o Estatuto da criança e do Adolescente, em substituição ao Código de Menores de 1979 e à doutrina da situação irregular. Abandonando as ideias de tratamento através da correção e da repressão, o texto infraconstitucional reconhece a criança e o adolescente como sujeitos de direitos e sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento (JESUS, 2006, p. 65).

Nas palavras de Saraiva (2009), o Estatuto da Criança pode ser estruturado em três grandes sistemas de garantia, quais sejam: a) sistema primário – que corresponde às políticas públicas de atendimento, de caráter universal, ou seja, sem distinções; b) sistema secundário – que se refere às medidas de proteção destinadas às crianças e aos adolescentes em situação de risco; e o c) sistema terciário – que abrange as medidas socioeducativas aplicáveis a adolescentes em conflito com a Lei, ou seja, autores de ato infracional, inaugurando terceira a fase da história do direito infracional trazida por Mendez (apud SARAIVA, 2009), a de caráter penal juvenil.

A Constituição Federal, abarcando a nova perspectiva internacional, preceitua que os menores de 18 anos de idade são considerados inimputáveis, ou seja, não se sujeitam às normas de direito penal comum, ficando a cargo da legislação especial regular suas condutas. Assim dispõe o Art. 228 da Constituição Federal de 1988: “São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial”. São considerados inimputáveis, isto é, incapazes de responder penalmente pelos atos praticados. Da mesma forma dispõe o art. 27 do Código Penal Brasileiro: “Os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.” (BRASIL, 1940).

Ao relacionar à criança e adolescente em conflito com a lei, o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 103, traz o conceito legal de ato infracional: “Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal”. Trata-se de uma definição aparentemente direta e simples, mas que merece uma atenção especial.

Atualmente, verificada a prática de ato infracional por adolescente, devem ser observados os direitos necessários à justa aplicação das medidas (direitos individuais e garantias processuais – Título III, Capítulos II e III da Lei nº 8.069/90).

Findo o procedimento de apuração de ato infracional, cabe à autoridade judiciária competente a aplicação das medidas socioeducativas previstas no Art. 112 do ECA. Atrelado a isso, o juiz poderá aplicar, de forma cumulativa, (VII) qualquer das medidas protetivas previstas no art. 101 do ECA.

A *semiliberdade* é a quinta medida socioeducativa prevista pelo Estatuto, é consiste em uma medida restritiva de liberdade, ou seja, não é privado totalmente da sua liberdade, na qual o adolescente é afastado do convívio familiar e comunitário, mas lhe é assegurado o acesso a programas sociais e formativos fora dos muros da unidade (VOLPI, 2011). Segundo Fonseca (2011, p. 342), “o adolescente fica internado à noite e realiza atividades externas durante o dia, tais como escola ou curso de profissionalização”.

Esta medida pode ocorrer de duas formas: poderá ser aplicada desde o início, ou como forma de transição para o regime aberto, como preceitua o Art. 120 do ECA. Ressalte-se, ainda, que o regime de semiliberdade não comporta prazo mínimo, mas não pode ultrapassar três anos, uma vez que se aplica a esta medida, no que couber, às regras referentes à medida de internação.

Atualmente, a sociedade e o Poder Público têm assistido o aumento do número de adolescentes e jovens envolvidos com o uso de drogas ilícitas e com a prática de ato infracional. É certo que, nessa fase da vida, tudo está em constante modificação, o que requer da família, da sociedade e do Estado, uma maior atenção. Para Weigert (2010):

O consumo de entorpecentes tornou-se uma das mais importantes questões da sociedade contemporânea, embora se saiba que as drogas sempre existiram e “o que variou foi o papel que desempenharam e o uso que se fez delas” em cada diferente cultura (WEIGERT, 2010, p. 7).

Nas palavras de Valle e De Mattos (2010):

A adolescência é uma fase complexa e dinâmica do ponto de vista físico e emocional na vida do ser humano. É neste período em que ocorrem várias mudanças no corpo, que repercutem diretamente na evolução da personalidade e na atuação pessoal da sociedade. Há muita preocupação com essa etapa, especialmente com os seus aspectos comportamentais e adaptativos, alertados já em 1904, quando Stanley Hall, um dos primeiros estudiosos sobre o tema, definiu a adolescência como um período de tempestade e tensão negativas (VALLE; DE MATTOS, 2010, p. 321-322).

Não há como negar que a adolescência é um período de transformações, e isso faz da adolescência um período de autoafirmação, momento em que o indivíduo faz novas descobertas e assume novas responsabilidades. Para Jesus:

A adolescência é um processo de transição durante o qual o corpo de criança se transforma gradualmente em um corpo adulto. Essa mudança age diretamente nos interesses pessoais e na forma como o indivíduo vai se relacionar com a sociedade. É um período turbulento que substitui a inocência da criança (JESUS, 2006, p. 27-28).

E esses conflitos e dúvidas podem potencializar o contato do adolescente com o mundo das drogas, uma vez que tal indivíduo se torna mais vulnerável às mazelas da sociedade (TEJADAS, 2007).

Arelado a isso, tem-se os fatores externos que contribuem negativamente para que a fase da adolescência seja um período problemático:

Diferenças sociais, econômicas e culturais não permitem que se analise a adolescência apenas como um período no qual o indivíduo deixa a infância e os limites da família para ingressar paulatinamente no mundo adulto. A infância e a saída para a adolescência podem ser um processo traumático, a partir do qual a criança vê o mundo como um lugar injusto, perdendo a inocência de um modo tão precoce que se esvai junto a esperança de um futuro melhor (JESUS, 2006, p. 29).

Como bem preconiza Barreto, as drogas servem para aqueles que a procuram como uma forma de esquecimento dos problemas, ou como um meio de sentir prazer, uma vez que, nos primeiros momentos de uso, as substâncias entorpecentes trazem ao indivíduo uma sensação de euforia e felicidade nunca antes alcançada. “Daí a facilidade encontrada pelos traficantes em corromper e manter no vício os que se deixam atrair pela quimera de uma solução existencial.” (BARRETO, 1971).

Diversos são os fatores que influenciam no uso de drogas e na prática de delitos, e o primeiro deles, segundo Barreto, é o fator econômico-cultural, senão vejamos:

O crescimento demográfico, que tem suscitado as mais variadas controvérsias entre economistas e autoridades eclesásticas sobre a limitação da natalidade, por exemplo, constitui, por si só, além da ressurreição da teoria de Malthus, verdadeiro impacto nas comportas naturais do mercado de trabalho. Daí o desemprego e, em consequência, a ociosidade, genetriz de todos os vícios, segundo o secular brocardo. O indivíduo, valetudinário ou não, tangido pela necessidade da sobrevivência e desprovido do indispensável lastro moral e intelectual, procura o uso de entorpecentes, como válvula de escape, e o tráfico, como fonte de renda (BARRETO, 1971, p. 35).

O segundo fator apontado por Barreto (1971) diz respeito à questão político-psicológica, ou seja, os costumes, a moral, os meios de comunicação, todos esses fatores externos

contribuem para que o indivíduo crie um *personagem*, diferente do seu modo de ser, a fim de se adaptar às exigências do mundo exterior. Por outro lado, muitos não aceitam certas imposições da sociedade, gerando assim os conflitos, e isso se torna mais visível na fase da juventude.

De sorte que, pregando a inércia como forma de contestação, criam uma predisposição ao uso das drogas. A incipiente formação da personalidade, em face da idade, surge como campo propício às pressões psicológicas exercidas por fatos exteriores, quase que impostos como forma de vida ou experiência apreciável pelos hodiernos meios de comunicação e até mesmo pela literatura (BARRETO, 1971, p. 44).

Por fim, este Autor destaca o caráter jurídico-social como o terceiro fator influenciador do uso de drogas e, conseqüentemente, do aumento da criminalidade, uma vez que, mesmo diante da evolução das normas penais sobre o assunto, não basta apenas a imposição indiscriminada de penas, iguais e de mesma intensidade, e sim a distinção das diversas categoriais existentes (traficantes, viciados, traficantes-viciados e experimentadores) (BARRETO, 1971).

Para Weigert (2010), existe uma preocupante relação entre o uso de drogas e a criminalidade, no entanto, não há que se falar em relação de causalidade, uma vez que nem sempre aqueles que cometeram crimes fizeram uso de algum tipo de droga.

Gisbert entende que existem quatro espécies de delinquência relacionadas às drogas:

A primeira delas, chamada de *delinquência funcional* é aquela causada pela necessidade de obter a droga. (...) Tais situações costumam estar vinculadas a substâncias que causam síndrome de abstinência, pois relacionadas com a compulsividade do sujeito que, dominado pela necessidade de obter a droga, é capaz de praticar qualquer conduta, independentemente de sua ilicitude. (...) Quanto aos delitos relacionados ao tráfico, o que acontece é que para ter suas necessidades saciadas o sujeito acaba se tornando pequeno traficante, obtendo em pagamento alguma quantidade de droga. Estes delitos – *tráfico ilícito ou distribuição de drogas* – costumam, portanto, ser associados ao consumo. (...) A terceira espécie, chamada de *delinquência induzida*, é aquela em que os efeitos psicofarmacológicos das drogas levam à probabilidade de que o consumidor se envolva em atividades delitivas geralmente violentas. Nestes casos é o próprio consumo que diretamente influencia na prática de delitos por comissão ou omissão, ao anular ou prejudicar a personalidade do usuário, suas faculdades intelectivas e/ou volitivas, produzindo perda ou diminuição do controle de suas condutas e/ou impossibilidade de avaliar corretamente suas atitudes e efeitos. (...) Um quarto e último tipo de criminalidade seria a chamada *delinquência associada*, que resulta da situação de exclusão e ilegalidade, motivada tanto pela desagregação social produzida pelas dificuldades para conseguir a droga ‘necessária’, quanto pela necessidade de associar-se a condutas delitivas (apud WEIGERT, 2010, p. 48-51. Grifos no original).

Sendo assim, diversos são os motivos que levam um indivíduo a praticar delitos, como também a consumir substâncias entorpecentes, o que deve ser analisado caso a caso. A partir

desse contexto é que analisaremos o perfil do adolescente usuário de drogas inserido no regime socioeducativo de semiliberdade.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

O estudo ocorreu através de uma pesquisa do tipo bibliográfica, onde estão referenciadas as principais doutrinas sobre o assunto, desde o aspecto histórico do direito da criança e do adolescente, até os conceitos e teorias sobre ato infracional, medidas socioeducativas e drogas. Também foi realizada uma pesquisa de campo, através da aplicação de um questionário a um grupo de adolescentes que cumprem medida socioeducativa de semiliberdade no município de Belém/PA, descrevendo e analisando os resultados encontrados, por meio da revisão dos registros.

Sua abordagem foi quantitativa, onde os resultados estão expressos através de gráficos, caracterizando o perfil da amostra e das observações sobre o perfil do adolescente usuário de drogas que cumpre medida socioeducativa de semiliberdade. À compreensão dos dados quantitativos estão acrescidas às observações a respeito dos resultados encontrados.

DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

No Estado do Pará, existem atualmente quatro centros socioeducativos que visam o atendimento de adolescentes autores de ato infracional sentenciados a cumprir a medida socioeducativa de semiliberdade, quais sejam: o Centro de Adolescentes em Semiliberdade (CAS e CAS 2), o Centro Interativo Jovem Cidadão (CiJOC), o Centro de Atendimento de Semiliberdade Feminino (CASF), e o Centro de Semiliberdade de Santarém (CSS).

A pesquisa de campo foi aplicada em um grupo de adolescentes que cumprem medida socioeducativa de semiliberdade no Centro de Adolescentes em Semiliberdade (CAS) e no Centro de Atendimento de Semiliberdade Feminino (CASF), localizados no município de Belém/PA, e que fazem parte da estrutura das unidades de atendimento da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará – FASEPA, onde foi possível traçar o perfil dos adolescentes inseridos no regime de semiliberdade que fazem uso de substâncias ilícitas, desde sua estrutura familiar até a sua situação de envolvimento com atos infracionais.

POPULAÇÃO/AMOSTRA

A população para a realização da pesquisa de campo foi constituída por todos os adolescentes que cumprem medida socioeducativa no Centro de Adolescentes em Semiliberdade (CAS) e no Centro de Atendimento de Semiliberdade Feminino (CASF), seja de

cumprimento inicial (definido em sentença) ou oriundo de outra medida (progressão ou regressão). A amostra do tipo de conveniência foi formada pelo grupo de adolescentes que se declararam usuários de substâncias entorpecentes.

CRITÉRIO DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Foram incluídos no estudo os adolescentes identificados no regime de cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e usuários de drogas. Foram excluídos os adolescentes que cumprem outras medidas socioeducativas.

COLETA DE DADOS

A coleta de dados ocorreu a partir da seleção dos adolescentes pertencentes a respectiva amostra, e foi realizada no período de julho e agosto de 2021. O questionário foi construído a partir das variáveis do estudo, e tal instrumento de pesquisa permitiu que fosse mantido o sigilo dos dados pessoais dos adolescentes envolvidos, pois foram identificados apenas por suas iniciais (APÊNDICE A).

RISCOS E BENEFÍCIOS

O risco relacionado à pesquisa inclui a quebra de sigilo de dados pessoais dos adolescentes envolvidos na pesquisa. Esse risco foi reduzido através assinatura do Termo de Confidencialidade assinado pelo pesquisador na manipulação dos questionários, se comprometendo a guardar o sigilo e a privacidade das informações, restringindo a sua divulgação a eventos e/ou publicações científicas.

Os benefícios do estudo estão relacionados à identificação do perfil do adolescente usuário de drogas que cumpre medida socioeducativa de semiliberdade sob diversos aspectos, pois tais informações servem de parâmetro para a análise e implementação de políticas públicas voltadas à prevenção do uso de drogas e ao tratamento dos adolescentes usuários, bem como na promoção de acesso a direitos básicos (educação, saúde, lazer, etc.).

PROCESSAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

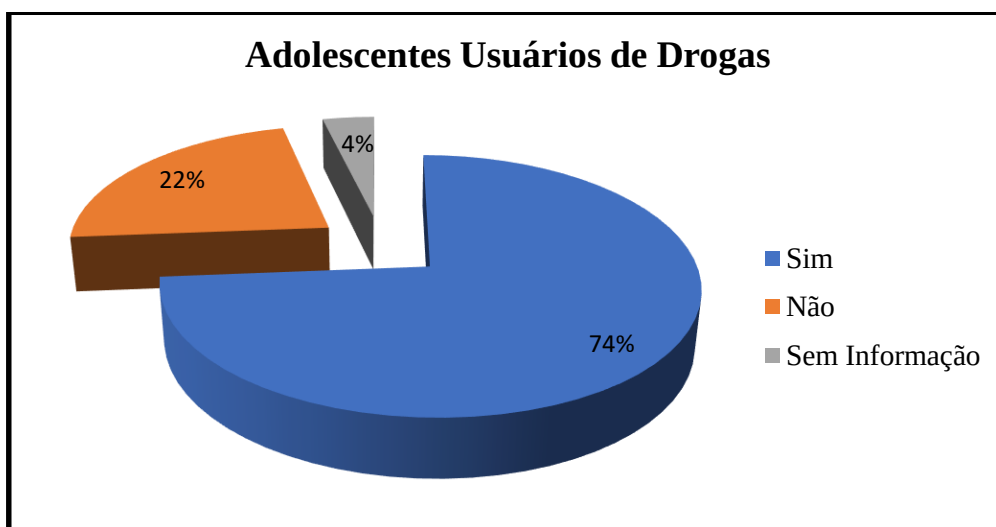
Os dados após coletados foram organizados em gráficos, o que possibilitou uma melhor visualização dos resultados obtidos na pesquisa.

O desfecho do estudo descreveu o perfil do adolescente autor de ato infracional usuário de drogas que cumpre medida socioeducativa de semiliberdade, e as variáveis do estudo como sexo, espécie de ato infracional, estrutura familiar, renda familiar, envolvimento com o tráfico de drogas, histórico de fuga, entre outros. A organização possibilitou a autora análise e embasamento dos achados, contribuindo para a cientificidade da pesquisa, possibilitando a compreensão do leitor.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Constatou-se, de antemão, que dos 80 adolescentes que responderam o questionário, 74% dos adolescentes afirmaram serem usuários de drogas, sendo as mais utilizadas a maconha, a cocaína, o craque, o êxtase e o “oxi”, além da substância conhecida como “cola de sapateiro”, enquanto que somente 12% dos adolescentes afirmaram não serem dependentes químicos, conforme Gráfico 1:

Gráfico 1 – Adolescentes usuários de drogas na semiliberdade

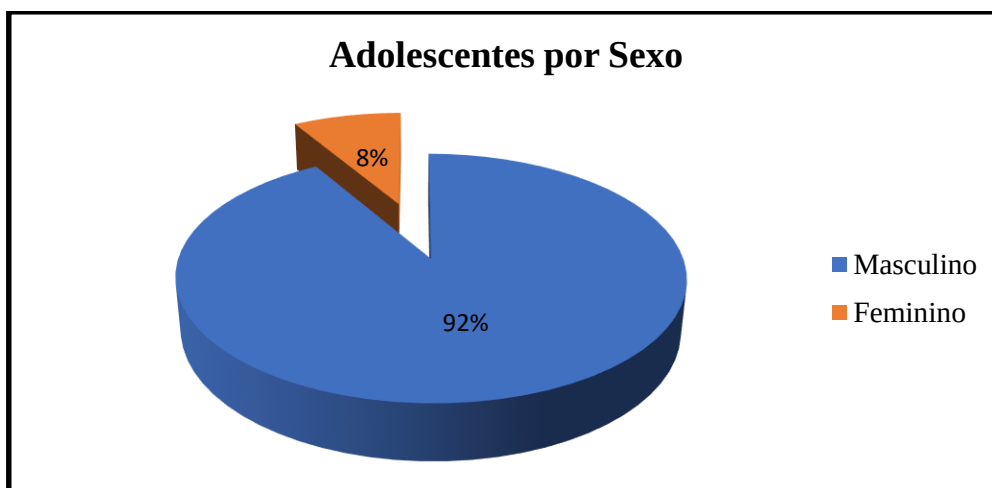


Fonte: Dados de campo (2021).

Os dados apontam para uma situação alarmante: a produção, o consumo e o tráfico de entorpecentes aumentam cada vez mais em todo o mundo (ONU, 2012), e como consequência, é cada vez maior o número de jovens envolvidos com o uso de drogas.

Em relação aos adolescentes usuários de drogas divididos por sexo, verificou-se que 92% são do sexo masculino, e apenas 8% são do sexo feminino, conforme Gráfico 2:

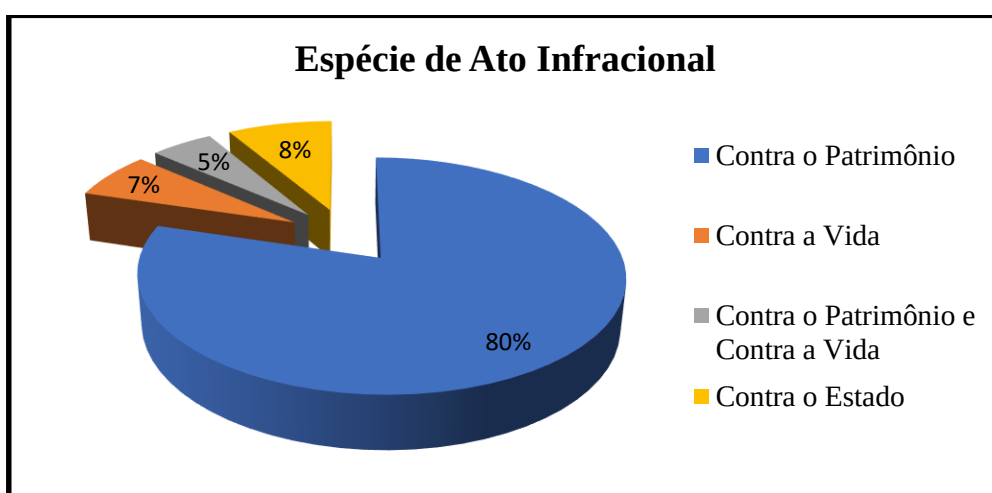
Gráfico 2 – Adolescentes por Sexo



Fonte: Dados de campo (2021).

Quanto à natureza do ato infracional, observou-se que há uma predominância no cometimento de atos infracionais contra o patrimônio (furto, roubo e latrocínio). Na pesquisa realizada, constatou-se que 80% dos adolescentes cometeram apenas atos infracionais contra o patrimônio, e 7% dos adolescentes haviam cometido apenas atos infracionais contra a vida (homicídio e lesão corporal). Já aqueles adolescentes que cometeram, numa mesma conduta, atos infracionais contra a vida e contra o patrimônio, estes somam 5% dos casos. Por fim, estão os atos infracionais que tem como vítima o Estado, quais sejam o tráfico de drogas e o porte ilegal de arma de fogo, que somam 8% dos casos (Gráfico 3):

Gráfico 3 – Espécie de Ato Infracional



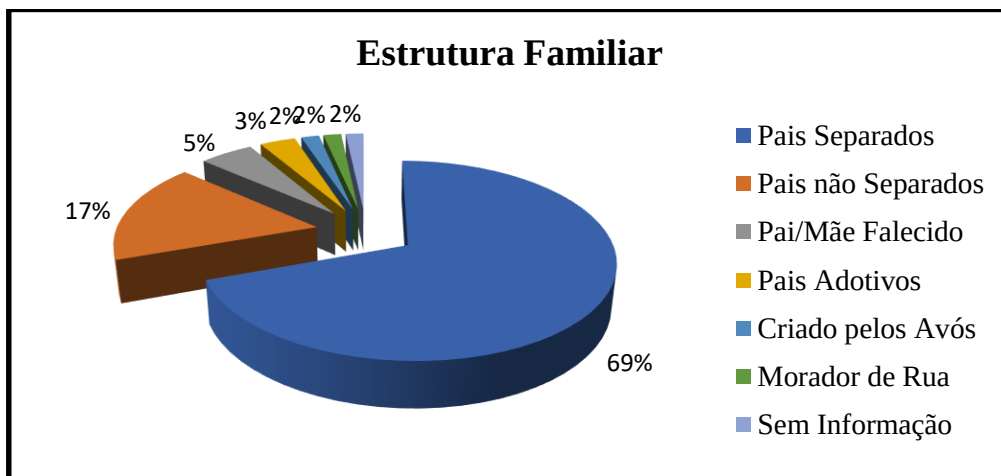
Fonte: Dados de campo (2021).

No que se refere à estrutura familiar (Gráfico 4), verificou-se que 69% dos adolescentes são filhos de pais separados, o que demonstra a instabilidade das relações familiares e, como

consequência disso, a falta de imposição de limites aos adolescentes. Da mesma forma, 2% dos adolescentes foram criados por seus avós, e 5% são filhos de mãe ou pai falecido. Importante destacar, neste ponto, o caso oriundo da Comarca de Bragança, no qual uma adolescente, sentenciada pela prática do ato infracional de homicídio qualificado, vitimou o próprio pai pelo fato dele tentar impedi-la de fugir de casa.

Apenas 17% dos adolescentes são filhos de pais não separados, e 2% são filhos de pais adotivos. Houve registro de 01 caso em que um adolescente vive como morador de rua, e apesar de possuir parentes na cidade de Belém, o mesmo se recusa a residir com eles, devido a problemas de relacionamento (Informação extraída do Relatório de Acompanhamento Institucional do Centro de Semiliberdade).

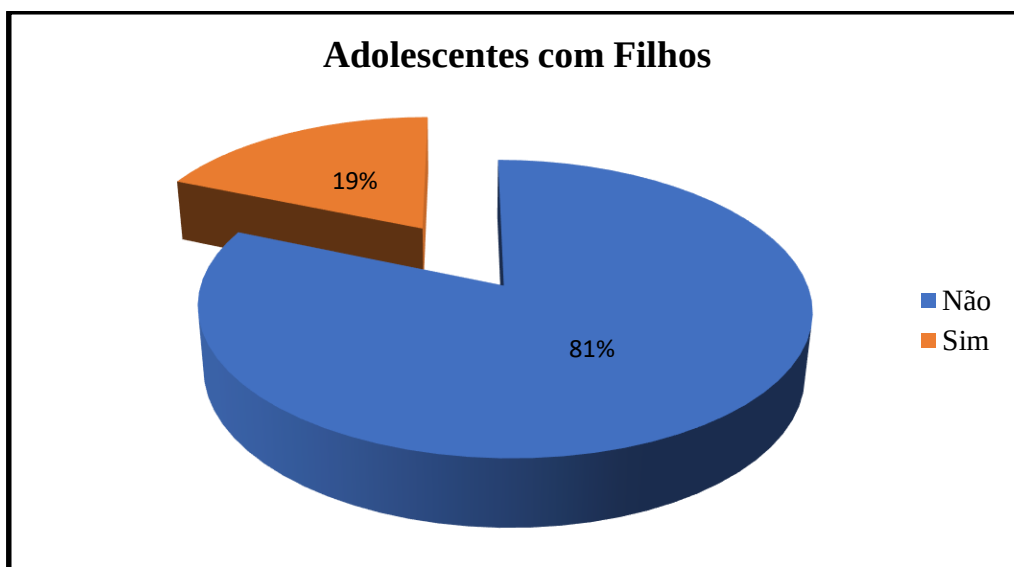
Gráfico 4 – Estrutura Familiar



Fonte: Dados de campo (2021).

Ainda em relação à estrutura familiar, também foi analisado o número de adolescentes que possuíam filhos. Constatou-se que 81% não tinham filhos, enquanto que 19% dos adolescentes já tinham filhos, e viviam maritalmente com seus (as) companheiros (as) antes da prática do ato infracional, mas ainda na residência dos pais (Gráfico 5). Houve registro de 01 caso em que uma adolescente se encontrava grávida no período de cumprimento da medida (Informação extraída do Relatório de Acompanhamento Institucional do Centro de Semiliberdade).

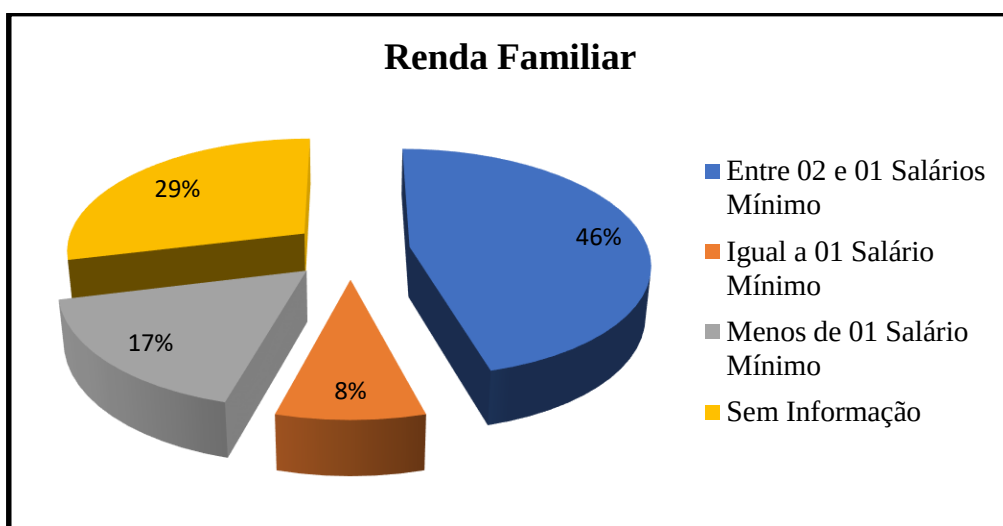
Gráfico 5 – Adolescentes com Filhos



Fonte: Dados de campo (2021).

Quanto à renda familiar, observou-se que 17% dos adolescentes possuem renda abaixo de um salário mínimo, enquanto que 8% possuem uma renda mensal com valor igual a um salário mínimo. Em contrapartida, 46% dos adolescentes possuem renda familiar entre um e dois salários mínimos, conforme demonstrado no Gráfico 6:

Gráfico 6 – Renda Familiar



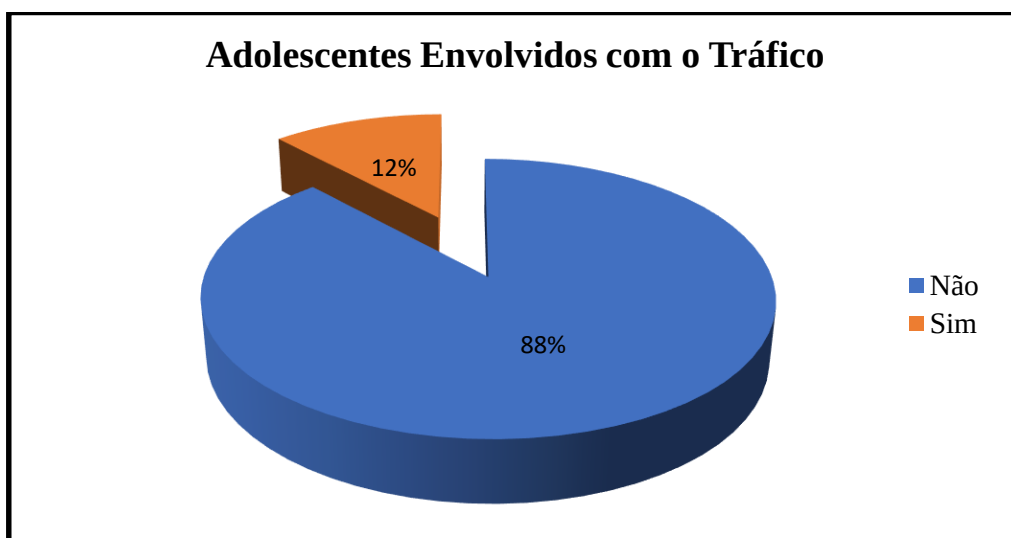
Fonte: Dados de campo (2021).

Quanto à situação escolar, verificou-se que todos os adolescentes frequentavam a rede pública de ensino e possuíam o ensino fundamental incompleto, o que não traria aparentemente nenhuma preocupação, se não fosse o histórico de repetência desses adolescentes, os quais acabam permanecendo em séries muito abaixo daquelas compatíveis com as suas idades,

conforme informações extraídas do Relatório de Acompanhamento Institucional do Centro de Semiliberdade.

No Gráfico 7, identificou-se que 88% dos adolescentes afirmaram não ter envolvimento com o comércio de substâncias entorpecentes. Já 12% dos adolescentes afirmaram ter envolvimento com o tráfico de drogas:

Gráfico 7 – Adolescentes Envolvidos com o Tráfico de Drogas

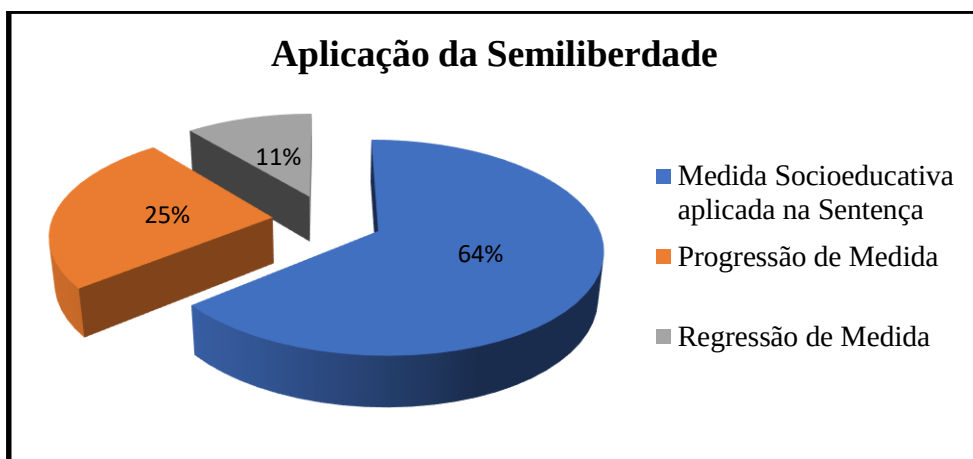


Fonte: Dados de campo (2021).

Também foi analisada nesta pesquisa a aplicação da medida de semiliberdade, e constatou-se que em 64% dos casos a semiliberdade foi aplicada como “*primeira medida socioeducativa*” ao adolescente. Vale ressaltar que, neste aspecto, a maioria dos adolescentes já possuíam antecedentes infracionais, no entanto, ainda não tinham sido sentenciados. Além disso, tendo como base as condições pessoais dos adolescentes e as circunstâncias do ato infracional, o juiz da vara de conhecimento entendeu por bem aplicar-lhes a medida socioeducativa de semiliberdade, logo de início.

Em 25% dos casos, a semiliberdade foi aplicada como progressão da medida de internação, e nos outros 11% dos casos, os adolescentes sofreram regressão de regime, pois já cumpriam outra medida socioeducativa em meio aberto (Gráfico 8):

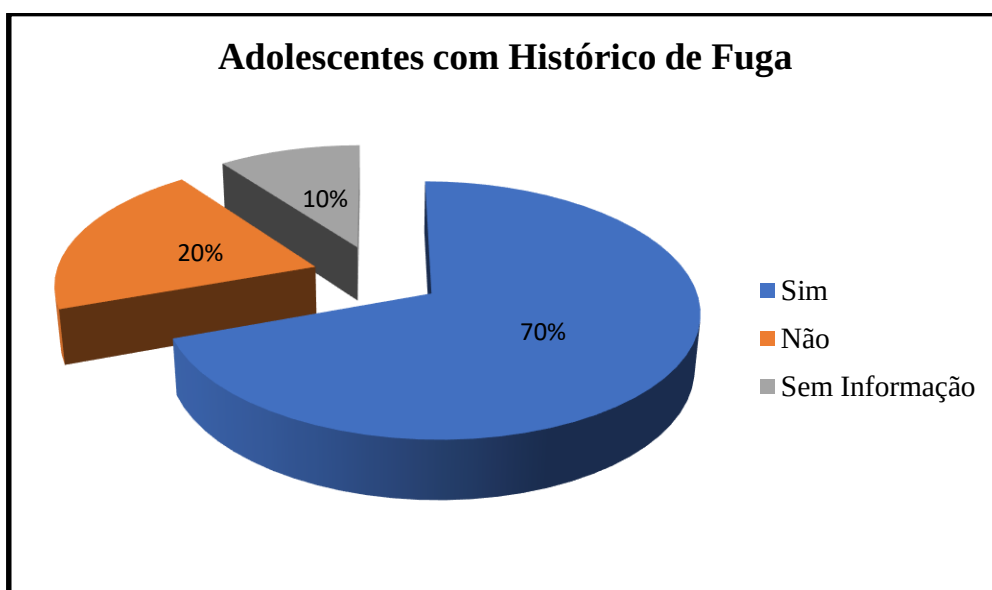
Gráfico 8 – Aplicação da Semiliberdade



Fonte: Dados de campo (2021).

Por fim, quanto à ocorrência de fugas nos centros de semiliberdade, verificou-se que 70% dos adolescentes usuários de drogas apresentavam histórico de fuga, enquanto que 20% dos adolescentes não registravam tal conduta, conforme Gráfico 9:

Gráfico 9 – Adolescentes com Histórico de Fuga na Semiliberdade



Fonte: Dados de campo (2021).

Da análise dos dados apresentados, verificou-se a real situação de vulnerabilidade do adolescente usuário de drogas inserido no regime socioeducativo de semiliberdade: famílias desestruturadas, renda familiar precária, baixa escolaridade. Atrelado a isso, as más companhias e a falta de políticas públicas fazem do adolescente um alvo fácil das drogas e do mundo da criminalidade.

Tejadas (2007, p. 80), em sua pesquisa sobre as causas da reincidência entre jovens autores de ato infracional, observou o mesmo panorama, informando que “as informações referentes ao adolescente autor de ato infracional demonstram o quanto a prática do crime relaciona-se com vulnerabilidades que se iniciam antes mesmo do cometimento da infração”.

No que se refere à situação econômica das famílias, não é possível estabelecer uma relação de causalidade entre a pobreza e a criminalidade, uma vez que, segundo Volpi, diversos são os fatores que podem gerar violência. Para este autor:

Aqueles mais afetados pelo desemprego e marginalizados do sistema educacional são os que sofrem maior risco de serem vítimas da violência arbitrária da polícia, bem como da criminalidade comum. Assim, na maior parte das metrópoles latino-americanas, há uma correlação positiva entre as comunidades pobres e a mortalidade por causa da violência (VOLPI, 2011, p. 55).

No mesmo sentido, Tejadas (2007) afirma que a prática de ato infracional não pode ser vinculada a um fator determinado, mas sim a vários aspectos sociais e comunitários que influenciam na formação do jovem. Sendo assim, a prática de ato infracional não deve ser associada unicamente à pobreza.

Abramovay, citado por Tejadas (2007), ao analisar a questão da violência, identificou alguns fatores que estão presentes na realidade juvenil e que contribuem para o aumento da violência:

Aumento do acesso a armas; a juvenilização da criminalidade; a violência policial contra jovens na periferia; a ampliação no mercado de drogas e do narcotráfico; a cultura individualista e de consumo, que resultaria em expectativas não-satisfeitas (ABRAMOVAY apud TEJADAS, 2007, p. 81).

De acordo com Jesus (2006), a realidade brasileira nos mostra que o tráfico de drogas e de armas é a principal forma de envolvimento da juventude com o mundo da violência. Mas isso apenas constitui o resultado de uma série de violências que o jovem vem sofrendo ao longo de sua vida, a começar no ambiente familiar (*“violência doméstica”*, *“maternidade precoce”* e *“demissão da paternidade”*).

Ainda segundo Jesus (2006):

O meio criminógeno das drogas e das armas é marcado por uma violência que além de expor a risco a sociedade que nele não atua, expõe também os seus próprios atores, muitos deles meninos, entregues a riscos internos como os confrontos com a polícia e com facções rivais, e frequentes desacertos dentro do próprio grupo (JESUS, 2006, p. 169).

Em relação à família, Jesus (2006, p. 116) ressalta a grande responsabilidade que a entidade familiar possui no processo de desenvolvimento da criança e do adolescente, uma vez que a relação familiar faz surgir uma reciprocidade de obrigações entre seus membros, sendo assim a “primeira provedora dos direitos fundamentais que são a própria base dos grupos familiares: afeto, saúde, alimentação, abrigo e educação”.

Da mesma forma, Barreto (1971) considera acerca da importância da família na formação da criança e do adolescente:

Tratando-se, essencialmente, de menores a sair do limiar da adolescência, nada mais deletério para a formação da sua personalidade que a constatação da falta de apoio no lar. Não nos referimos à anuência dos desmandos inconsequentes creditados à “razão da idade”; ao contrário, o apoio a que aludimos é, justamente, traduzido na orientação sobre os problemas inerentes e peculiares à juventude, que precisam ser analisados e ponderados com os moços para evitar, exatamente, os tropeços que a imaturidade provoca. Todavia, para exercitar esse direito-dever, urge que o interlocutor mais idoso se apresente munido de uma indefectível credencial: a autoridade moral. Sem ela as tentativas se frustrarão no vácuo. *Os pais que não se impuserem como paradigma ético perante os filhos hão de continuar a lamentar a juventude de hoje.* (grifo nosso) (BARRETO, 1971, p. 48).

Ao que concerne à desestruturação familiar, Barreto (1971) explica que, devido a diversos fatores, como o avanço científico e tecnológico que afasta seus membros, a necessidade financeira que obriga o trabalho fora do lar, a falta de tempo para o diálogo, as brigas conjugais que afetam diretamente os filhos, enfim, tudo contribui para o rompimento da unidade familiar.

Em relação ao papel desempenhado pelo Poder Público, Barreto (1971) tece importante comentário sobre a importância da atuação do Estado no desenvolvimento da sociedade:

As classes dirigentes têm, com efeito, a grande responsabilidade de conduzir criteriosamente o encaminhamento do progresso social. Atenta aos novos reclamos comunitários, não pode olvidar, porém, os princípios básicos que estruturam essa mesma comunidade, nem deve admitir o acesso das contestações iconoclastas, que, a pretexto de evolução, inoculam subversão (BARRETO, 1971, p. 56).

O Estado deve se fazer presente através das políticas sociais que visem a sua interação com a comunidade e os cidadãos, para que os direitos garantidos pela Constituição sejam efetivados (BARRETO, 1971). Ao tratar das políticas públicas, Tejedas (2007) afirma que estas são:

Um meio de aferir os patamares de cidadania em que se encontra a população, mediante o acesso ou não às políticas. Ao mesmo tempo, o acesso às políticas ou a

falta desse acesso têm implicações importantes na experiência social de populações que vivenciam contextos que os expõem à vulnerabilidade (TEJADAS, 2007, p. 158).

E, conclui o autor, acerca da real atuação do Estado através das políticas públicas:

Pode-se afirmar que a juventude ainda se reveste de grande invisibilidade nas políticas sociais, ora diluída nas propostas universais ora lembrada a partir dos “problemas” que pode gerar, como a violência, o uso de drogas, a prática de atos infracionais, remetendo a programas pontuais e desarticulados (TEJADAS, 2007, p. 108).

É importante destacar que as políticas de atendimento ao adolescente em conflito com a lei devem estar pautadas nos princípios estabelecidos pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, para que possam apresentar resultados positivos (VOLPI, 2011).

Além da atuação do Poder Público, a organização comunitária também apresenta um significativo papel na construção da personalidade do adolescente, uma vez que é na comunidade que o jovem se relaciona e constrói vínculos mais próximos com as pessoas em sua volta. E, ao mesmo tempo, ainda possui a responsabilidade de ressocializar os adolescentes autores de ato infracional, através do incentivo ao esporte, lazer, religião, etc. (JESUS, 2006).

Segundo Jesus (2006):

Não só a comunidade tem claro interesse no desenvolvimento de suas crianças e adolescentes como cidadãos, como possui legitimidade para atuar no sentido de recuperar aqueles que mantiveram comportamento antissocial (JESUS, 2006, p. 125).

Da mesma forma, tem-se a precariedade na educação como ponto fundamental da situação de vulnerabilidade do adolescente, pois o grande desafio atualmente não é apenas garantir o acesso à educação, mas também conseguir que crianças e adolescentes permaneçam na escola (VOLPI, 2011).

Tejadas (2007) tece importante comentário acerca da situação dos jovens no âmbito escolar, ao observar que:

A expressiva maioria dos adolescentes teve acesso à política pública de educação, não tendo garantidas, entretanto, as condições de manutenção dentro da política, revelando-se, de modo geral, uma experiência escolar demarcada pela *evasão* e *insucesso* (TEJADAS, 2007, p. 166. Grifos no original).

Arelado a esses fatores externos, nos deparamos com as dificuldades enfrentadas pelos centros de semiliberdade, no que se refere à aplicação e ao cumprimento eficaz da medida:

A situação é de funcionamento precário do regime de semiliberdade. A noção prevalente é a de que se trata de um regime fácil de aplicar, bastando prover atividades orientadas para os jovens ao longo do dia e, à noite e nos fins de semana, recolhê-los a uma instituição cuja função básica é mantê-los fora de circulação nesse período (COSTA apud TEJADAS, 2007, p. 166).

No entanto, o que ocorre é que os adolescentes acabam tomando outros rumos fora dos centros de semiliberdade e, na maioria das vezes, terminam por descumprir a medida, como foi demonstrado anteriormente. A falta de controle da frequência dos adolescentes nas atividades externas à semiliberdade também se apresenta como um problema a ser superado.

Para o cumprimento desta medida, há várias etapas que requerem sacrifício, pois os adolescentes, muitas vezes, não estão habituados a cumprir as mínimas normas no cotidiano familiar e social. Quando deparam com as regras para conviverem com os mais variados tipos de comportamento, encontram dificuldades para uma convivência harmoniosa. Há regras e há adolescentes que precisam de constantes orientações, para que entendam por que e para que foram contemplados com esta medida.

Volpi (2011) acredita que as medidas socioeducativas somente terão êxito se corretamente aplicadas e supervisionadas. A medida socioeducativa de semiliberdade não é tão simples de ser aplicada, pois exige daqueles que a executam um conhecimento amplo e peculiar sobre cada adolescente atendido, sob os vários aspectos (contexto histórico, familiar, social, econômico e cultural).

Além disso, as unidades de semiliberdade muitas vezes não conseguem suprir as demandas existentes, tais como: atendimento psiquiátrico, psicopedagógicos, terapêuticos, dentre outros, o que dificulta a eficiência no atendimento, o que pode atrasar a eficácia dos resultados.

No mesmo sentido, Tejedadas (2007) também entende que existem dificuldades em criar estratégias que possam por em prática tudo aquilo que é estabelecido e proposto pelas normas nacionais e internacionais, tais como estrutura arquitetônica, qualificação técnica e especializada, intervenção no cotidiano e em áreas como a educação e a profissionalização dos adolescentes.

Para que o problema do desvio social para a juventude possa ser amenizado, é necessária uma articulação em rede no sentido de melhorar não só a questão da segurança pública, mas também as áreas de acesso à saúde, à educação, à profissionalização, ao esporte, ao lazer, enfim, visando o atendimento dos direitos básicos de todo cidadão.

CONCLUSÕES

O Estatuto da Criança e do Adolescente trouxe, sem dúvida alguma, uma nova perspectiva para o direito da infância e da juventude, rompendo com doutrinas e princípios já obsoletos e contrários à ordem constitucional estabelecida a partir de 1988.

A doutrina da situação irregular, que regeu por muito tempo as legislações sobre o assunto, tratava crianças e adolescentes em razão de sua condição social, diferenciando as bem-nascidas daquelas consideradas em situação de risco, seja pela ausência da família ou do Estado, seja pela situação de conflito com a lei.

Em qualquer dos casos, eram aplicadas às crianças e aos adolescentes medidas ditas “protetivas” que chegavam até a restringir a sua liberdade, na maioria das vezes sem prazo determinado e sem qualquer direito à defesa.

A doutrina da proteção integral coloca crianças e adolescentes numa posição de sujeitos de direitos, ou seja, detentores de todos os direitos assegurados pelas leis internas dos países e pelas normas internacionais. O Estatuto, por sua vez, traz um rol de direitos que, independente da condição social, são garantidos às crianças e aos adolescentes, em sua plenitude, e com absoluta prioridade.

Contudo, devido a diversos fatores, entre eles o envolvimento com o uso de substâncias entorpecentes, o adolescente acaba por enveredar no mundo da criminalidade. Ou vice e versa: após o seu envolvimento com a prática de ato infracional, o jovem é levado também a experimentar a droga, e torna-se um usuário.

Em especial, as medidas socioeducativas são a resposta do Estado frente à prática de ato infracional por adolescentes, que pela sua condição de pessoa ainda em desenvolvimento, não poderiam receber o mesmo tratamento destinado aos adultos. A semiliberdade, assim como as demais medidas socioeducativas, possui suas especificidades, mas é pouco debatida no Estatuto.

Por conta disso, analisando os processos judiciais da Vara da Infância e Juventude de Belém, estabelecemos o perfil do adolescente em conflito com a lei usuário de drogas inserido no regime socioeducativo de semiliberdade.

Este adolescente se apresenta como sendo, na maioria dos casos, do sexo masculino, autor de ato infracional contra o patrimônio, com dificuldades em seguir regularmente os estudos, filho de pais separados, com renda familiar que varia entre dois e um salários mínimos, sem filhos, que não tem envolvimento com o tráfico de drogas, que foi sentenciado pela

primeira vez com a medida socioeducativa de semiliberdade, e que apresenta um histórico de fugas dos centros de semiliberdade.

A Constituição Federal, em seu art. 227, e o Estatuto da Criança e do Adolescente, dispõem que é dever da família, da sociedade e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, os direitos de toda e qualquer criança e adolescente, uma vez que, pela sua condição de pessoa em pleno desenvolvimento físico e psicológico, merecem a proteção integral desses entes.

Percebemos, no entanto, que faltam políticas sociais que garantam o mínimo de direitos para esses adolescentes (educação, saúde, profissionalização, esporte, lazer, segurança, habitação, entre outros). Ante a ausência do Estado, os adolescentes acabam entrando em um ciclo vicioso, cujas drogas e a prática de ato infracional os corrompem e, muitas das vezes, os levam para um caminho sem volta.

Medidas urgentes devem ser tomadas para que esta realidade se modifique, pois a falta de comprometimento de todos (família, sociedade e Poder Público) com a questão da infância e da juventude compromete o progresso do Estado por inteiro, e afeta, direta ou indiretamente, a curto ou a longo prazo, a todos (família, sociedade e Poder Público), sem qualquer distinção.

REFERÊNCIAS

BARRETO, João de Deus Lacerda Menna. O desafio das drogas e o direito. Coleção Memória do Direito. Rio de Janeiro: Renes, 1971.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 15 de fev. 2021.

BRASIL. Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 05 jul. 2021.

BRASIL. Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. Institui o Código de Menores. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 05 jul. 2021.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 05 de jul. 2021.

BECCARIA, Cesare. Dos delitos e das penas. Trad. J. Cretella Jr. e Agnes Cretella. 2 ed. rev. 2 tir. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

COSTA, Elder Lisboa Ferreira da. Direito criminal constitucional: uma visão sociológica e humanista. Parte geral. Arts. 1º ao 120. Belém: Paka-Tatu, 2012.

FONSECA, Antonio Cezar Lima da. Direitos da criança e do adolescente. São Paulo: Atlas, 2011.

GOMES, Luiz Flavio. Direito penal: parte geral – teoria constitucionalista do delito. vol. 3. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

JESUS, Mauricio Neves de. Adolescente em conflito com a lei: prevenção e proteção integral. São Paulo: Servanda, 2006.

LIBERATI, Wilson Donizeti. Adolescente e ato infracional: medida sócio-educativa é pena? São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003.

MACEDO, Renata Ceschin Melfi de. O adolescente infrator e a imputabilidade penal. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

MIRABETE, Julio Fabrini; FABBRINI, Renato N. Manual de direito penal: parte geral – Arts. 1º ao 120 do CP. vol. 1. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude – Regras de Beijing, de 29 de novembro de 1985. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Crian%C3%A7a/regras-minimas-das-nacoes-unidas-para-a-administracao-da-justica-da-infancia-e-da-juventude-regras-de-beijing.html>>. Acesso em: 24 ago. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil – Diretrizes de Riad, de 1988. Disponível em: <http://www.mp.rs.gov.br/infancia/documentos_internacionais/id103.htm>. Acesso em: 25 ago. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Regras Mínimas das Nações Unidas para Proteção de Jovens Privados de Liberdade, de 14 de dezembro de 1990. Disponível em: <<http://www.mp.am.gov.br/attachments/article/1797/REGRAS%20M%C3%8DNIMAS%20DAS%20NA%C3%87%C3%95ES%20UNIDAS%20PARA%20A%20PROTE%C3%87%C3%83O%20DOS%20JOVENS%20PRIVADOS%20DE%20LIBERDADE.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2021.

OZELLA, Sergio. Adolescência: uma perspectiva crítica. In: CONTINI, Maria de Lourdes Jeffery; KOLLER, Sílvia Helena; BARROS, Monalisa Nascimento dos Santos. Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas. Disponível em: <<http://www.crprj.org.br/publicacoes/cartilhas/adolescencia.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

PARÁ. Fundação de Atendimento Socioeducativo – Fasepa. Disponível em: <<http://www.fasepa.pa.gov.br>>. Acesso em: 11 ago. 2012.

PEREIRA, Almunita dos Santos F. Semiliberdade: uma alternativa possível. Disponível em: <<http://www.casa.sp.gov.br/site/paraleitura.php?cod=865>>. Acesso em: 27 ago. 2021.

RAMIDOFF, Mário Luiz. Lições de direito da criança e do adolescente: ato infracional e medidas socioeducativas. 3. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2011.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato social e discurso sobre a economia política. 7. ed. Trad. Márcio Pugliesi e Noberto de Paula Lima. São Paulo: Hemus.

SARAIVA, João Batista Costa. Adolescente em conflito com a lei: da indiferença à proteção integral. 3. ed. rev. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

SARAIVA, João Batista Costa. Compêndio de direito penal juvenil: adolescente e ato infracional. 4. ed. rev. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

SOARES, José de Ribamar B. A maioria penal no Brasil e em outros países. 2006. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/1487>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

TAVARES, José de Farias. Direito da infância e da juventude. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

TEJADAS, Silvia da Silva. Juventude e ato infracional: as múltiplas determinações da reincidência. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

VOLPI, Mario (Org.). O adolescente e o ato infracional. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

WEIGERT, Mariana de Assis Brasil e. Uso de drogas e sistema penal: entre o proibicionismo e a redução de danos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.



**A INFLUÊNCIA DA
PRÁTICA DO SWASTHYA
YÔGA NA EMPRESA EM
TEMPOS DE PANDEMIA**

A INFLUÊNCIA DA PRÁTICA DO SWASTHYA YÔGA NA EMPRESA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Janaina Santana de Melo

RESUMO

Este trabalho relata a experiência da adoção da prática do Swásthayôga como estratégia de promoção da qualidade de vida no trabalho, para os funcionários da empresa Sesc Pará na pandemia da COVID-19. Aplicamos um questionário para verificar a qualidade de vida relacionada à saúde, e a interferência na realização das tarefas diárias no trabalho. A metodologia utilizada foram aulas semanais, no período de aproximadamente 03 meses onde o questionário sf-36 foi aplicado no início e no final da pesquisa. O estudo pretende sensibilizar os gestores quanto a importância do desenvolvimento de um trabalho voltado a qualidade de vida dos funcionários, que possa trazer benefícios físicos e mentais. O yôga é uma filosofia prática de vida que integra técnicas que proporcionam aos praticantes uma oportunidade de evolução, conduzindo a plenitude do autoconhecimento.

Palavras-chave: Yôga. Sesc. Qualidade de vida

ABSTRACT

This paper reports the experience of adopting the practice of swasthya yoga as a strategy to promote quality of life at work for employees of the company Sesc Pará in the COVID-19 pandemic. We applied a questionnaire to verify health-related quality of life and interference in the performance of daily tasks at work. The methodology used was weekly classes, in a period of approximately 03 months, where the sf-36 questionnaire was applied at the beginning and at the end of the research.

The study aims to make managers aware of the importance of developing work aimed at the quality of life of employees, which can bring physical and mental benefits.

Yoga is a practical philosophy of life that integrates techniques that provide practitioners with an opportunity for evolution, leading to the fullness of self-knowledge.

Keywords: Yoga. Sesc. Quality of life

RESUMEN

Este trabajo reporta la experiencia de adoptar la práctica Swásthayôga como estrategia para promover la calidad de vida en el trabajo de los empleados de la empresa Sesc Pará en la pandemia de COVID-19. Se aplicó un cuestionario para verificar la calidad de vida relacionada con la salud y la interferencia en el desempeño de las tareas diarias en el trabajo. La metodología utilizada fueron clases semanales, en un período de aproximadamente 03 meses, donde se aplicó el cuestionario sf-36 al inicio y al final de la investigación. El estudio tiene como objetivo concienciar a los directivos de la importancia de desarrollar un trabajo orientado a la calidad de vida de los empleados, que puede traer beneficios físicos y mentales. El yoga es una filosofía de vida práctica que integra técnicas que brindan a los practicantes una oportunidad para la evolución, conduciendo a la plenitud del autoconocimiento.

Palabras clave: Yoga. Sesc. Calidad de vida.

INTRODUÇÃO

A palavra “Yôga” deriva do termo sânscrito “yuj” que pode significar “união” ou “disciplina” (KLYAMA, p.23,2003). Corpo e mente de forma integrada é uma visão que vem sendo compartilhada em diversas escolas do conhecimento humano, tanto no Ocidente quanto no Oriente. Essa antiga arte baseada em um sistema de harmonização e de desenvolvimento que torna o corpo forte e a mente flexível, além de melhorar o funcionamento dos sistemas respiratório, circulatório, digestivo e hormonais, promovendo ainda a estabilidade psicoemocional. Sua prática pode ser posicionada como uma forma independente para a conquista da qualidade de vida e da saúde, para prevenir doenças crônicas (DESHPANDE ET AL.,2009), tendo como meta o autodesenvolvimento e a auto realização.

O Swásthayôga (o yôga antigo) de raízes pré-clássica, é considerado o yôga mais completo do mundo. Swásthya significa autossuficiência, bem-estar, conforto e satisfação. Baseado em raízes muito antigas (Tantra-Sámkhya), e por isso é tão completo, o que deu origem aos oito ramos mais antigos (Ásanayôga, Rajayôga, Bhaktiyôga, Karma yôga, Jñanayôga, Layayôga, Mantra yôga e Tantra yôga). Sua prática consiste em oito feixes de técnicas: mudrá (linguagem gestual), puja (retribuição ética de energia), mantra (vocalização de sons e ultrassons), pranayama (respiratórios), kriyá (purificação das mucosas), ásana (posturas), yôganidra (técnica de descontração) e samyama (concentração, meditação e outras técnicas mais profundas).

Atualmente, sabe-se que os problemas oriundos da mente afetam diretamente o corpo físico, uma vez que o corpo é a expressão concreta das emoções, pois nada se passa na mente que o corpo não se manifeste. Durante a pandemia observou-se uma grande adesão de praticantes ao yôga na busca pelo autoconhecimento, diminuição da ansiedade, depressão e algumas vezes pânico provocados pelo isolamento social devido a covid-19.

Verificamos em pesquisas que no período de 2003 a 2013 o yôga começou a se consolidar em termos de resultados cientificamente comprovados, como prática integrativa e complementar em saúde, em países como Índia, França, Estados Unidos e Inglaterra, e começou também a ser utilizado no Brasil, onde destacamos artigos de publicações científicas da Science Direct e PubMed.

O yôga atualmente vem sendo reconhecido por várias instituições de diferentes campos do conhecimento, sendo citado pela OMS (Organização Mundial de Saúde) na classificação da Medicina Tradicional/ Medicina complementar Alternativa. No Brasil, o yôga e outras práticas corporais foram introduzidas no Sistema Único de Saúde por meio da Portaria nº 719, de 7 de

abril de 2011, com a criação do Programa da Academia de saúde pelo Ministério de Saúde (BRASIL, 1996).

Ray (2001) afirma que na última década, um crescente número de estudos tem demonstrado que a prática do yôga pode promover efeitos favoráveis para o corpo e a mente, sendo encontrados efeitos físicos, como flexibilidade, força e resistência muscular, controle de variáveis fisiológicas, como dor, pressão arterial, respiração, frequência cardíaca e melhora do condicionamento físico, controle de variáveis psicológicas como ansiedade, depressão, estresse, fadiga e estados de humor, além de efeitos sociais, como mudança no estilo de vida. Ao atuar na inteligência emocional, o yôga estimula a capacidade do discernimento, facilitando a diferenciação entre o real e o ilusório, ajudando o praticante a manter a tranquilidade e o equilíbrio físico, mental e emocional.

A preocupação com o bem-estar e a qualidade de vida dos indivíduos está cada vez mais presente nas organizações, onde observa-se que esta qualidade de vida é influenciada pela exposição a determinados acontecimentos significativos de vida, onde a profissão se enquadra nesta temática, tornando-se um fator condicionante. O local de trabalho na maioria das vezes é onde as pessoas passam a maior parte do seu tempo, por isso a qualidade do ambiente laboral assume elevada importância na vida das mesmas.

De acordo com Aranha et al (2000), o trabalho se constitui em dos fatores para a humanização do ser social, pois pode servir como meio para sua realização, condição para sua existência e não somente um meio para satisfação de suas necessidades. A satisfação do trabalho não decorre apenas da renda ou do status adquirido, mas do processo a ele inerente.

OBJETIVOS

GERAL: O objetivo geral deste estudo foi identificar os benefícios gerados pela prática do Swásthayayôga em funcionários do Sesc Pará durante a pandemia da COVID-19.

ESPECÍFICOS: Mostrar o desenvolvimento do yôga durante a pandemia; Definir o Swásthayayôga e suas técnicas; descrever a metodologia das aulas aplicadas no estudo, fazendo uma relação com a situação organizacional da empresa; Mostrar o baixo custo com o investimento do yôga na empresa e os resultados obtidos neste período pela prática dos colaboradores.

DESENVOLVIMENTO

Arroyo (2003) afirma que o trabalho, embora seja um lócus formador do ser humano, pode também deformá-lo. Estudos mostram que as péssimas condições de trabalho, sua

intensidade, o trato contínuo com as situações humanas no limite da vida e de morte, são fatores que deformam os trabalhadores podendo gerar estresse e desgaste pela sobrecarga de trabalho. Quanto maior a rigidez da gestão, maior o desgaste psíquico do trabalhador na busca em responder às exigências do trabalho.

A organização da instituição pode ser um fator desestruturante da saúde psíquica do trabalhador, gerando vivências de sofrimento quando limita o mesmo à sua possibilidade de expressão e suas potencialidades. Muitas vezes a patologia surge quando se rompe o equilíbrio estabelecido nesse processo de defesa e o sofrimento não é mais contornável, ou seja, quando o sujeito já fez uso dos seus recursos internos para dar conta da atividade e obrigações impostas pelo trabalho.

Verificamos assim que as condições e a organização do trabalho ainda se constituem como fatores de risco para saúde do trabalhador que continua a adoecer, levando a consequências como atrasos, absenteísmo, rotatividade e perda de produtividade.

A medida que as organizações compreendem o impacto da saúde dos funcionários no desempenho das empresas, há cada vez mais empregadores incluindo diferentes atividades físicas em seus programas corporativos. A saúde mental dos colaboradores é considerada hoje como preocupação nas empresas, e por este motivo o yôga está cada vez mais próximo aos locais de trabalho.

Um estudo realizado por pesquisadores da Universidade de Bristol relatou que funcionários que se exercitavam antes ou durante o horário de trabalho são mais felizes, sofrem menos estresse e são mais produtivos nos dias das práticas. Os colaboradores obtiveram um desempenho significativamente melhor nas três áreas avaliadas: mental-interpessoal, de produção e de tempo. Empresas líderes de sucesso como Apple, Facebook, Nike e Forbes, introduziram o yôga em seus programas corporativos de bem-estar e colheram benefícios como maior produtividade e maior motivação dos funcionários.

ATIVIDADE FÍSICA E A COVID-19

A atual pandemia de COVID-19 apresenta um desafio à saúde pública, com várias medidas sendo implementadas por governos, organizações não - governamentais e indivíduos, objetivando retardar a disseminação do vírus para evitar a sobrecarga do sistema de saúde.

A transmissão do SARS-Cov-2 ocorre principalmente a partir da disseminação respiratória de pessoa para pessoa através de gotículas respiratórias produzidas quando uma pessoa infectada tosse ou espirra.

A prática de exercícios físicos regulares de intensidade moderada a vigorosa, segundo as diretrizes do Colégio Americano de Medicina do esporte (ACSM), irão promover a melhora às respostas imunológicas a infecções; diminuir a inflamação crônica de baixo grau e melhorar os marcadores imunológicos e inflamatórios em vários estados de doenças, incluindo doenças cardiovasculares, diabetes, obesidade e outros.

No combate ao sedentarismo e melhoria da saúde física e mental o ACSM divulgou recentemente um guia em que sugere que a atividade física de intensidade moderada deva ser mantida no período de quarentena em função do COVID-19, enfatizando assim, a importância de um indivíduo ativo. Entretanto, essa recomendação se estende as pessoas em distanciamento social que não estejam infectadas pelo COVID-19 e para pessoas que estejam infectadas, mas permanecem assintomáticas. Caso os sintomas se estendam por algum tempo, os exercícios físicos deverão ser interrompidos.

Há poucas diretrizes sobre o que as pessoas podem ou devem fazer em termos de manutenção de suas rotinas diárias de exercícios ou atividades físicas. Manter uma atividade física regular e exercitar-se rotineiramente em um ambiente seguro é uma estratégia importante para uma vida saudável durante a pandemia.

Cheval et al. verificaram que mudanças na atividade física e comportamentos sedentários durante o confinamento estão associados a mudanças na saúde física e mental. Com base em recomendações da OMS, Jakobsson et al. reforçam os benefícios da atividade física durante a pandemia do COVID-19 no sentido de que “fazer algo é melhor do que não fazer nada”, estabelecendo as seguintes recomendações: evitar o tempo sentado prolongado; reduzir o sedentarismo com breves pausas ativas durante o dia; acompanhar aulas de exercícios on-line para motivação do exercício, ser cauteloso e ciente de suas próprias limitações e não fazer exercícios com sintomas de infecção.

Devido as novas características do COVID-19 e seu efeito negativo no sistema imunológico e complicações cardíacas raras, incluindo miocardite, deve-se ter cautela quanto a continuação do exercício em pacientes sintomáticos.

Pessoas que já foram infectadas por gripe, síndrome respiratória aguda grave ou o atual COVID-19 podem se exercitar moderadamente desde que apresentem sintomas leves do trato respiratório superior (exemplo, coriza, congestão nasal, dor de garganta leve). Entretanto, não é recomendável o exercício físico para pessoas com sintomas de dor de garganta intensa, dores no corpo, falta de ar, fadiga geral e outros. Recomenda-se procurar atendimento médico.

A restauração das atividades físicas e esportivas diárias deve ser progressiva, começando com curtos períodos de atividades, aumentando gradualmente o número de dias e,

a quantidade de tempo de participação, minimizando assim o risco de lesões após o confinamento.

Neste sentido, a opção pela técnica do yôga foi baseada em dois aspectos. O primeiro refere-se ao fato do yôga consistir em uma abordagem de técnicas e cuidados do corpo que considera a pessoa integralmente em seus aspectos físico, vital, mental, psíquico e espiritual. O segundo, por possuir uma riqueza de recursos que promovem a homeostasia, alivia tensões psicofísicas, associa bem-estar e autoconhecimento, além de desenvolver a capacidade das pessoas de buscarem hábitos saudáveis para elevar a qualidade de suas vidas.

METODOLOGIA

Foram realizadas 19 aulas nos meses de abril e junho/2021 sempre às quintas e sextas-feiras com os colaboradores da Unidades Sesc Ananindeua. As sessões aconteceram com o tempo de 30 minutos, e executadas ao final do expediente sendo constituídas por cinco etapas: Etapa 1: Concentração com alunos em silêncio para início da prática, com tempo de 01 minuto;

Etapa 2: Exercícios de pranayamas (respiração consciente) com tempo de 05 minutos;

Etapa 3: Ásanas (posições) de fácil execução com a duração de 20 minutos;

Etapa 4: Yoganidra (descontração e relaxamento) na posição de savásana com duração de 04 minutos.

Foram utilizados para as práticas tapetes de yôga e espaço ventilado na Unidade. Todas as medidas de prevenção da COVID-19 foram utilizadas, como a exigência do uso de máscaras para os alunos, distanciamento entre os mesmos durante a realização das práticas, e álcool em gel disponível para a utilização de todos. Após as práticas todos os tapetes eram higienizados com álcool 70%.

Na Unidade Sesc Ananindeua participaram da pesquisa 09 colaboradores todas mulheres com faixa etária entre 30 e 74 anos, dentre as 09 funcionárias, 04 foram contaminadas pela COVID-19, e 05 não foram infectadas. Ressaltando que houve o registro de nenhuma aluna que adquiriu COVID-19 no período da pesquisa.

O questionário aplicado na pesquisa foi o de qualidade de vida -SF-36, que busca avaliar vários aspectos como: Capacidade funcional, Limitação por aspectos físicos, Dor, Estado Geral de saúde, Vitalidade, Aspectos sociais, aspectos emocionais e Saúde mental. Esta ponderação de dados é feita através da pontuação de uma tabela para os cálculos dos escores, para aplicação ao cálculo do RawScale, com domínios que variam de 0 (zero) a 100 (cem), onde 0 = pior e 100 = melhor.

RESULTADOS

A pesquisa foi realizada em 03 aspectos: Capacidade Funcional, Dor e Saúde Mental, tendo como base as perguntas do questionário. Desta forma, verificamos quanto a capacidade funcional conforme pontuação da questão 03, que os resultados obtidos variaram antes da prática de 50 a 100, e após a prática de 65 a 100 tendo em média uma melhora de 67% da capacidade funcional, pois 06 mulheres obtiveram resultados positivos, e 03 mantiveram a mesma pontuação.

Quanto a Dor conforme pontuação referentes as questões 07 e 08, observamos uma variação de 30 a 62 antes da prática, e o resultado de 50 a 100 após a prática, tendo em média uma melhora em 78 %, onde 07 mulheres obtiveram resultados positivos, e 02 mantiveram a mesma pontuação.

Quanto a Saúde mental, conforme a pontuação da questão 09, observamos antes da prática variações de 72 a 84, e após a prática de 60a 100, tendo em média uma melhora de 88%, onde 08 mulheres obtiveram resultados positivos, e 01 com resultado negativo pois já no último mês apresentou problemas familiares relacionados a COVID-19 na família, faltando as práticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa fornece evidências quanto a melhoria na qualidade de vida das 09 funcionárias que participaram da prática do yoga. Foram aproximadamente 03 meses de pesquisa apenas com duas práticas por semana com curta duração de 30 minutos. Os benefícios adquiridos com a prática do yoga foram significativos nos 03 aspectos avaliados: Capacidade Funcional, Dor e Saúde mental, com o alcance de mais de 60% de resultado positivos.

É importante ressaltar que as condições de trabalho também devem ser consideradas, assim como a situação de pandemia da COVID-19. Dentre os relatos observamos ser comum a afirmação “Se eu tivesse praticando yoga antes da COVID-19 teria sido diferente”, o que nos relata que o sedentarismo, alimentação saudável e prática de exercícios físicos é fundamental para qualidade de vida das pessoas. Atentando que no yoga também trabalhamos bastante a respiração através das técnicas de pranayama, e sabemos que na COVID-19, temos o comprometimento da respiração como um dos fatores de complicação do vírus.

Mais uma vez enfatizamos a importância dos exercícios antes e depois da COVID-19 com base nos artigos já mencionados na pesquisa. O sedentarismo, a Obesidade e outras comorbidades só pioram o quadro da COVID-19.

Em tempos de pandemia as empresas devem dar mais atenção aos seus funcionários, principalmente quando a saúde mental, pois o isolamento e distanciamento social trazem as

peessoas para o aumento do estresse e depressão. Assim, a implantação de um programa de qualidade de vida através do yoga é uma estratégia de intervenção para a empresa lidar com o estresse no trabalho, e possivelmente detectar aqueles colaboradores que necessitam de atenção. O yoga mostrou ser seguro e eficaz, com baixos custos em material, visto que precisamos apenas tapetes (que devem ser individuais), e local ventilado para prática, sendo o custo principal a contratação de 01 instrutor de yoga.

Precisamos enfatizar que o yoga foi adotado pelo Sistema único de Saúde como prática importante a acontecer no âmbito da atenção primária em saúde, e a sua utilização como prática laboral pode ser organizada como parte da rotina de uma empresa, fazendo parte de seu programa de qualidade de vida para os seus colaboradores.

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, Márcia Cristina da Silva; WINIAWER, Fabiana Budy. Gestão de Corpo e Mentecom yoga: um enfoque para saúde, bem-estar e Qualidade de vida. Londrina, UNOPAR, v.16, n.3,2015.

VAZ, Luciana. Qualidade de vida na empresa: conceitos e práticas em uso (no segmento do comércio de bens e serviços na cidade de São Paulo). Campinas, SP, 2010.

SPAGNOL, Carla Aparecida; VILLA, Eliana Aparecida; VALADARES, Victor Mourthé; FREITAS, Maria Édila Abreu; SILVEIRA, Ana Paula de Oliveira; VIEIRA, Jackeline Soares; CANDIAN, Érica Santana; OLIVEIRA, Bárbara Kellen Souza. O yoga como estratégia para promover a qualidade de vida no trabalho. Ponta Grossa, volume 10, n.1, 2014.

TEOTÓNIO, Joana Inês Ferreira. A influência da prática de yoga no bem-estar afetivo e na satisfação com a vida. Universidade de Lisboa, 2014.

SANTOS, Terezinha Lourenço dos Santos. Qualidade de vida no trabalho: diagnóstico de uma empresa de alimentos sediada em Porto Nacional/TO. Brasília – DF, 2011.

Yoga: Dilemas de saúde na pandemia. By Admin in Dossiê Yoga eMeditação on julho 30, 2020. Disponível em: <https://nues.com.br/yoga-dilemas-de-saude-na-pandemia>. Acesso em: jan/2021.

BARROS, Nelson Filice. Yoga e promoção da saúde. Departamento de Saúde Coletiva, Faculdade de ciências médicas, Universidade Estadual de Campinas. R. Tessália Veira de Camargo, 126, Barão Geraldo.13.083-887. Campinas, SP.

Yoga pode ajudar a aliviar estresse na pandemia. Disponível em: <https://ciclovivo.com.br/covid19/yoga-saude-estresse-pandemia>. Acesso em: jan/2021



**A HISTÓRIA DA LUTA
OLÍMPICA: O ESPORTE
DE COMBATE NA
ESCOLA**

A HISTÓRIA DA LUTA OLÍMPICA: O ESPORTE DE COMBATE NA ESCOLA

Márcia de Araújo da Costa
Lielson Milburges da Costa Junior

RESUMO

Este artigo visa descrever alguns fatos da história da Luta Olímpica desde do surgimento como esporte de combate competitivo nas Olimpíadas da Grécia antiga até sua implantação no estado do Amapá. Conhecer a importância da Luta para arte e a ciência na cultura Grega e quem era os agentes praticantes da modalidade. Entender como ocorreu sua proibição como esporte competitivo e o seu retorno após séculos de esquecimento como pratica esportiva, bem como a importância da sua implantação no ambiente escolar, principalmente no estado do Amapá. A participação feminina nas competições de Luta Olímpica que só ocorreu apenas no início do século XXI. Quais as competições escolares mais importantes e o fortalecimento da modalidade com estas competições no âmbito estadual, nacional e internacional. Mostrar os resultados da Luta Olímpica com a implantação do Projeto Luta Amapá na Escola Estadual Antônio Messias sendo estes importantes para buscar novos caminhos para ampliação do número de praticantes da modalidade e o seu fortalecimento.

Palavras-chave: Luta olímpica; esporte; escola.

ABSTRACT

This article aims to describe some facts of the history of the Olympic Fight of this emergence as a competitive combat sport in the Olympic Games of ancient Greece until its implementation in the state of Amapá. To know the importance of the Fight for art and science in Greek culture and who was the practicing agents of the sport. Understand how its prohibition occurred as a competitive sport and its return after centuries of forgetfulness as a sports practice, as well as the importance of its implementation in the school environment, especially in the state of Amapá. The female participation in olympic wrestling competitions that only took place at the beginning of the 21st century. What are the most important school competitions and the strengthening of the sport with these competitions at the state, national and international levels. Show the results of the Olympic Fight with the implementation of the Fight Amapá Project in the Antônio Messias State School and these are important to seek new ways to expand the number of practitioners of the sport and strengthen it.

Keywords: Olympic wrestling; sport; school.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo describir algunos hechos de la historia de la Lucha Olímpica de este surgimiento como deporte de combate competitivo en los Juegos Olímpicos de la antigua Grecia hasta su implementación en el estado de Amapá. Conocer la importancia de la Lucha por el arte y la ciencia en la cultura griega y quiénes fueron los agentes practicantes del deporte. Comprender cómo se produjo su prohibición como deporte competitivo y su regreso tras siglos de olvido como práctica deportiva, así como la importancia de su implementación en el ámbito escolar, especialmente en el estado de Amapá. La participación femenina en competiciones de lucha olímpica que sólo tuvo lugar a principios del siglo 21. Cuáles son las competencias escolares más importantes y el fortalecimiento del deporte con estas competencias a nivel estatal, nacional e internacional. Mostrar los resultados de la Lucha Olímpica con la implementación del Proyecto Lucha Amapá en la Escuela Estatal Antônio

Messias y estos son importantes para buscar nuevas formas de ampliar el número de practicantes.

Palabras clave: lucha olímpica; deporte; colegio.

INTRODUÇÃO

A Luta Olímpica ou Wrestling¹ é uma das modalidades olímpicas mais antiga que se tem registro. Os grandes responsáveis por incluir a luta no mundo esportivo foram os gregos, nas Olimpíadas da Grécia Antiga no século 7 a.C. Os Jogos Olímpicos reúnem os gregos de várias cidades para esse evento esportivo que acontecia de 4 em 4 anos na cidade de Olímpia. As Olimpíadas eram tão importantes que os gregos divulgavam durante 10 meses antes da sua realização. Os jogos tinham influências religiosas, políticas e culturais e um dos motivos da sua realização era em honra a Zeus, o Deus grego. As competições chegavam a interromper guerras entre cidades gregas, a chamada trégua sagrada. Muitos gregos iam para assistir o evento, porém mulheres não podiam assistir ou participar das competições.

A Luta foi introduzida pela primeira vez na décima oitava olimpíada grega. Segundo Leonard (1897) nesse ano Eurabatos, um espartano, levou a coroa. O prêmio naquela época consistia em uma coroa de oliveira, feita dos ramos da oliveira uma árvore sagrada que simbolizava a paz, a sabedoria, a abundância e glória do seu povo e era a mais alta honra ao atleta, onde os vencedores eram considerados heróis em suas cidades. Os atletas lutavam nus e passavam em seus corpos uma mistura de azeite e terra que evidenciava seus músculos. As competições de Luta eram disputadas sem divisão de categorias, a duração não foi fixada e continuava até a vitória segundo Ahmed (1993). Teseu um atleta grego desenvolveu as primeiras regras da Luta Livre onde o objetivo era derrubar ou lançar o adversário três vezes e era considerado queda quando o adversário tocava as costas, o ombro ou o tórax no solo.

Os gregos foram os primeiros a ter a luta como ciência e arte divina. A Luta Livre era um componente do sistema de treinamento físico de crianças, jovens e adultos sendo usado para criar um homem forte, hábil e determinado segundo Belov (2000). Os filósofos gregos praticavam e também ensinavam a Luta. Platão (427-347 a.C) era um excelente atleta e participou dos jogos olímpicos como lutador. Pitágoras também um importante filósofo e matemático grego teve como aluno o mais famoso lutador dos antigos jogos olímpicos, Milon de Crotona que foi seis vezes campeão olímpico. Milon possuía enorme força muscular e existe relatos que ele carregava um animal desde pequeno e à medida que o animal crescia sua força

também aumentava proporcionalmente criando assim umas das descrições mais antiga do treinamento com cargas ou o princípio da sobrecarga na musculação.

Alexandre, o grande rei da Grécia antiga expandiu o império grego através das conquistas na Ásia menor (atual Turquia), na região correspondente ao Líbano, parte da Síria, Israel, Palestina e no Egito com isso difundiu a cultura e os valores gregos para o oriente. O declínio do poder grego e o rompimento da ascensão dos gregos pelo mundo aconteceu após a morte de Alexandre e os jogos dos quais a Luta Livre recebeu sua força começou a decair na península grega.

O domínio do Império Romano sobre a Grécia teve como uma das consequências o fim dos jogos olímpicos por este ser considerado uma festividade pagã. Roma tinha adotado devido aos interesses políticos o cristianismo como religião romana e os conflitos com os gregos que eram politeístas foi inevitável, milhares de gregos foram reprimidos pelo forte exército romano e Teodósio I no ano de 393 d.C. atendendo ao pedido de Ambrósio, bispo de Milão acabou com as Olimpíadas na Grécia Antiga depois de 293 edições ininterruptas. O Império Romano cresceu e conquistou todas as terras que anteriormente estava sob domínio grego. Segundo Leonard (1897) a luta foi escolhida para ser assistida com o propósito de saciar o povo. Os gladiadores e os escravos eram massacrados e quanto mais violenta eram as lutas mais satisfatório elas eram perdendo assim os valores olímpicos. Apesar do fim dos jogos olímpicos a Luta permaneceu na cultura romana e atravessou os séculos.

Na Alemanha a luta fazia parte da formação da cavalaria alemã, como um exercício atlético de grande importância segundo Klug (1967). No século 18 e 19 o filantropismo dos educadores Basedow, Vieth e Guts Muths introduziu a luta livre no sistema educacional alemã que mais tarde foi utilizado pelos ginastas no festival de ginastica.

Na idade média e no renascimento a luta era praticada pela elite social, em castelos e palácios e era patrocinada por algumas famílias reais como a da França, Japão e Inglaterra.

Muitos lutadores na França em 1830 não tinham acesso à elite da luta e formavam caravanas de lutadores para se apresentar ao redor da França e desafiava o público a derrubá-los. Em 1848, Jean Exbroyat um francês que foi soldado de Napoleão criou uma caravana com os melhores lutadores e estabeleceu as regras para a luta que na atualidade é conhecida como o estilo de luta greco-romano (antes chamado de luta francesa), onde o lutador não poderia atacar partes do corpo abaixo da linha da cintura durante os combates, nem técnicas dolorosas que poderiam prejudicar o adversário. O nome greco-romano foi batizado pelo lutador italiano Basilio Bartoletti. A influência francesa do novo estilo se estendeu ao império Austro-húngaro, Itália, Dinamarca e a Rússia.

Na Rússia a luta também era comum devido as condições históricas de guerras travadas frequentes com invasores estrangeiros. Essas batalhas envolveram uma luta de um contra um e o resultado dependia principalmente da força, da destreza, resistência e coragem do lutador. A luta livre foi amplamente aplicada não apenas na ciência militar da Rússia, mas também como forma de entretenimento em feriados e festivais russos segundo Belov (2000). Com o novo sistema educacional russo após a revolução socialista houve uma atenção especial aos esportes onde se prezava pelo desenvolvimento físico dos jovens e pela excelência esportiva e a luta foi um dos esportes de destaque.

Os imigrantes britânicos foram os responsáveis por levar o estilo de Luta Livre para os EUA que logo se tornou um esporte muito popular. Abraham Lincoln considerado um dos melhores presidente americano era praticante de Luta e ganhou um título de um campeonato em 1831 sobre Jack Armstrong um lutador forte e experiente.

A luta foi incluída nas escolas e universidades americanas que logo organizarão suas ligas estudantis para desenvolver o esporte. Em 1927 criaram as regras da Luta escolar e universitário americano, mas ainda era um esporte praticados somente pelos os homens. Mas na década de setenta as americanas começaram a fundar pequenos clubes de luta escolar e em 1994 já possuíam 804 atletas de luta escolar. Porém depois de um certo tempo foi que a luta feminina criou sua própria liga e pode se desenvolver. Hoje são mais de 14 mil praticantes da luta feminina escolar americana.

O retorno dos jogos olímpicos foi idealizado pelo aristocrata francês Pierre de Fredy, mais conhecido como o Barão de Coubertin que era pedagogo e historiador. Sua paixão pelo esporte o motivou a usá-lo como instrumento de educação. Em uma viagem para Inglaterra onde conheceu Willian Penny Brookes que realizava competições nos moldes das olimpíadas da antiguidade ele observou a importância do esporte no sistema escolar. O Barão de Coubertin começou a fazer palestras e escrever artigos sobre o esporte na educação. Em 1887, criou uma comissão para discutir a prática esportiva nas escolas francesas. Com a descoberta arqueológica de Olimpia na Grécia, o Barão de Coubertin resolveu reviver os jogos olímpicos. Em 1894 realizou em Paris um encontro internacional com o objetivo de discutir a volta dos jogos olímpicos. Foi criado o Comitê Olímpico Internacional (COI) e decidiram que o primeiro evento olímpico seria em Atena e que aconteceria de 4 em 4 anos como na antiguidade. A Luta Olímpica estava entre os esportes da primeira olimpíada da era moderna e assim se tornou um elo entre o passado e o presente. O primeiro vencedor das olimpíadas da era moderna na Luta Olímpica foi o alemão Carl Schuhmann que disputou com 5 atletas de 3 países.

A UWW United World Wrestling é a entidade responsável pela Luta Olímpica no âmbito internacional e tem a missão de promover e desenvolver a Luta Olímpica em todos os seus estilos em todos os continentes. Também exercer o controle sobre as federações nacionais filiadas e seus membros associados, supervisionar a aplicação das regras e regulamentos da Luta Livre nos Jogos Olímpicos, Campeonatos Mundiais, Copas do Mundo, competições Continentais e todos os eventos internacionais que sejam realizados sob o controle da Federação (UWW, 20021).

Na Luta Olímpica são dois os estilos de lutas disputados nos Jogos Olímpicos: livre (masculino e feminino) e o greco-romano. Apesar de algumas diferenças nas regras, o objetivo é o mesmo nas duas: dominar o adversário, em um duelo de força e estratégia, em que não são permitidos socos, golpes baixos e puxões de cabelo.

Há três meios para chegar à vitória: por encostamento, que é quando o lutador consegue dominar o oponente com as costas no tapete (acaba a luta na hora); por superioridade técnica, quando um tem larga vantagem de pontos sobre o outro; ou, se nenhuma das situações ocorrerem, vence quem tiver somado mais pontos ao final do tempo. São dois rounds de três minutos, com intervalo de 30 segundos entre um e outro. A pontuação é distribuída a partir da execução de movimentos técnicos específicos e varia de 1 a 5 pontos, na greco-romana e no estilo livre, dependendo do grau de dificuldade deles.

No estilo greco-romano, os atletas só podem utilizar tronco e braços para defender e atacar. Se um dos adversários conseguir abrir uma margem de 8 pontos durante a luta ele é considerado vencedor por superioridade técnica. As categorias olímpicas são até 60kg, até 67kg, até 77kg, até 87kg, até 97kg e até 130kg. Já as não olímpicas são: até 55kg, até 63kg, até 72kg, até 82kg (CBW, 2021).

No estilo livre masculino é permitido o uso das pernas para defender e atacar. Se um dos atletas conseguir abrir vantagem de 10 pontos, ele será declarado vencedor por superioridade técnica. As categorias olímpicas são 57Kg, 65Kg, 74Kg, 86kg, 97Kg e 125Kg. As categorias não olímpicas são 61kg, até 70kg, até 79kg, até 92kg (CBW, 2021).

A luta feminina é equivalente ao estilo livre masculino. Logo, o uso das pernas para defender e atacar é permitido. É proibido fazer pegadas no cabelo e na altura dos seios. É o único estilo disputado por mulheres e entrou no cronograma olímpico na edição de 2004, em Atenas. As categorias olímpicas são até 50kg, até 53kg, até 57kg, até 62kg, até 68kg e até 76kg. As categorias não olímpicas são até 55kg, até 59kg, até 65kg, até 72kg (CBW, 2021).

No Ranking do Jogos Olímpicos de 2021 o Japão ganhou 5 medalhas de ouro seguido da Rússia com 4, EUA com 3, Cuba 2, Irã, Ucrânia, Hungria e Alemanha com 1 medalha.

A Luta Olímpica no Brasil

A luta Olímpica no Brasil teve sua primeira aparição através do tele catch, uma mistura de luta olímpica, vale tudo e catch, com característica de espetáculo, não havia competições ou regulamentação. Oliveira, Oliveira, Vagetti (2020, p. 33) afirma que durante muito tempo a luta ficou restrita ao um pequeno grupo que focava o alto rendimento. Na década de 70 foi fundada pelo professor Roberto Leitão a primeira entidade de Luta Olímpica, a Federação de Lutas do Estado do Rio de Janeiro-FLERJ. Ainda na década de 70, os professores Roberto Leitão e Pedro Gama Filho viajam com uma equipe de lutadores brasileiros para o México e Argentina onde fizeram suas primeiras trocas de experiência com o exterior. A vinda do treinador mexicano professor Manuel de Andrade que ministrou cursos de Luta Olímpica fez com que luta chegasse nos estados do Rio Grande do Sul com o professor Neri Satter, Bahia com o professor Paixão e em Goiás com o professor Hilbernon Oliveira.

Em 1979, a luta olímpica era apenas um setor que fazia parte da Confederação Brasileira de Pugilismo. Em 1988, ano em que foi criada a Confederação Brasileira de Lutas e que marca a primeira participação da luta olímpica brasileira nos Jogos Olímpicos, na edição de Seul, com Floriano Spiess no estilo greco-romano e com Roberto Claudio Neves Leitão no estilo livre. Roberto Leitão ainda representaria o país nos Jogos Olímpicos de Barcelona em 1992 se tornando o único atleta masculino a participar de dois Jogos Olímpicos (CBW, 2020). No ano 2000 é fundada a Confederação Brasileira de Lutas Associadas (CBLA) pelo professor Pedro Ernesto Prato Ferreira da Gama que com seu esforço e dedicação desenvolveu o esporte de combate no Brasil. No ano de 2015 a CBLA passou a se chamar Confederação Brasileira de Wrestling (CBW) devido a mudança da nomenclatura da entidade que rege o esporte mundialmente que passou a se chamar United World Wrestling (UWW).

Depois de ficar de fora de duas edições das olimpíadas de 1996 e 2000 o Brasil volta em 2004, com Antoine Jaoude na categoria até 96Kg no estilo livre. Em 2008, em Pequim aconteceu a primeira participação feminina com a atleta Rosangela Conceição, na categoria 72 Kg do estilo livre. Em 2012, a representante foi Joice Silva na categoria até 55Kg. Em 2016, no Rio de Janeiro houve um recorde de atletas classificados: o armênio naturalizado, Eduard Soghomonyan 130 Kg no estilo greco-romano, Aline Silva 76 Kg, Joice 58Kg, Lais Nunes 62Kg e Gilda Oliveira 67 Kg demonstrando a força da luta olímpica feminino no Brasil.

Em 2012 a Luta Olímpica foi inserida nos Jogos escolares da Juventude que é organizado pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e contou com a participação de apenas 9 estados da união e em 2016 já eram 20 estados participantes. Hoje é considerada umas das mais importantes competições no cenário nacional.

Com o propósito de popularizar a prática da modalidade e melhorar o nível técnico nas categorias de base, no ano de 2011, a Confederação Brasileira de Lutas Associadas iniciou um estudo visando melhoras na qualidade técnica, didática e metodológica dos técnicos que atuavam nas categorias de base. Primeiramente foi realizada uma análise de como eram desenvolvidos os trabalhos de Luta Olímpica nas categorias de base gerenciadas pela confederação (OLIVEIRA, 2017 p. 31).

Nesse estudo segundo Oliveira (2017) verificou-se: a utilização de vários métodos de ensino, deficiência técnica dos alunos, diferentes terminologias para identificar um movimento técnico e a falta de acompanhamento dos treinadores.

Buscando desenvolver uma metodologia de aperfeiçoamento de técnicos a CBLA desenvolveu no final de 2011 o Programa de Desenvolvimento da Luta Olímpica (PDLO). Esse projeto teve duração de dois anos e houve capacitação de técnicos em encontros presenciais e a distância dando ênfase para técnicos que trabalhavam com atletas de 14 e 15 anos com o objetivo de detectar talentos para participar dos Jogos Olímpicos da Juventude em 2014. O objetivo foi alcançado e o Brasil classificou dois atletas para os Jogos Olímpicos da Juventude em Nanjin - China no ano de 2014. Houve também um avanço na melhora do índice técnico dos atletas.

Buscando a expansão da modalidade o presidente da Federação de Luta Livre, Luta Olímpica e Submission do Rio Grande do Norte (FELLOS) Carlos Alexandre Sobrinho afirma que recentemente a cidade de Natal através da sua Câmara Municipal aprovou um projeto de lei a PL 236-2020 de autoria da vereadora Divaneide Basílio (PT) que torna obrigatório a prática do Wrestling (luta Olímpica) nas escolas da capital. Natal se torna a primeira cidade do Brasil com uma lei específica que torna o Wrestling obrigatório nas escolas, uma modalidade de caráter educacional e de baixo custo. Essa iniciativa foi um avanço para o Wrestling na cidade de Natal e um exemplo a ser seguido pelas outras cidades do Brasileiras.

A Luta Olímpica no Amapá

A luta olímpica, foi introduzida no Amapá em fevereiro de 2006, através do professor Lielson M. da Costa Junior, o qual já praticava esta modalidade desde 1996 no Estado do Pará, sendo titulado como Técnico da modalidade em 2002, pela Federação Paraense de Lutas e Estilos Associados-FPLA e possuía vários títulos como campeão paraense.

No início o ensino da modalidade estava bastante restrito a academias e lutadores de MMA e Jiu-Jitsu de Macapá até 2014.

Em 2014 foi fundada a Federação Amapaense de Lutas Associadas – Federação Amapaense de Wrestling – com o intuito de organizar, melhor ensinar o Wrestling de forma

pedagógica e estruturada e difundir o Wrestling em nosso Estado. Foi percebido que o Wrestling amapaense, somente iria crescer verdadeiramente se houvesse primariamente a formação de professores que pudessem disseminar as técnicas em suas equipes, além de que precisaria haver o surgimento de atletas que pudessem ser treinados e levados a competições nacionais divulgando o nome do Estado do Amapá o que proporcionaria em maior probabilidade de apoios Estaduais e Particulares. Desta forma, através da equipe Angelus Team, criada em 2012, em 16 de setembro de 2014 surgiu o Projeto Luta Amapá – Um Filho Teu Não Foge a Luta que é coordenado pelo prof. Ten Cel PM Costa Junior, com os objetivos de: Formar Professores, captar talentos, treinar e especializar atletas de qualquer modalidade de luta para competições pela Luta Olímpica, ensinar Luta Olímpica para crianças e jovens, e principalmente, através do ensino de valores positivos ligados a prática da Luta Olímpica, como disciplina, honra e respeito, ajudar na formação de cidadãos e prevenir que estes jovens acabem cedendo ao mundo do crime

Após contato e convite a vários professores de artes marciais do Amapá, observou-se que maior interesse destes estava em que os seus alunos fossem treinados pelo Projeto Luta Amapá, e não houve empenho em aprender a modalidade e a difundir em seus projetos sociais, e isso resultou que o primeiro processo formativo iniciasse com 18 professores de artes marciais e Educação Física, onde apenas três Técnicos foram formados, justamente devido os professores que iniciaram o processo de formação não terem se dedicado o suficiente para a Luta Olímpica. São nossos técnicos: Ênio Rafael Rodrigues o qual é atleta de Wrestling desde 2011, e no ano de 2018, foi o terceiro melhor atleta do Brasil na categoria 74 Kg estilo livre. Thed Michel, professor de Educação Física do estado e vem desenvolvendo seu trabalho no Oiapoque e a professora de Educação Física Marcia Costa, coordenadora do projeto na Escola Estadual Antônio Messias de Gestão Compartilhada, e desde 2017 vem obtendo os melhores resultados do Wrestling escolar amapaense, e a que tem o maior número de atletas praticantes.

Em 2017 foi implantada a modalidade esportiva Luta Olímpica na escola Estadual Antônio Messias de forma experimental através do projeto Luta Amapá com apoio da Federação Amapaense de Wrestling. A aceitação dos alunos foi imediata o que possibilitou que ela se transformasse na modalidade de desporto olímpico praticada de forma sistemática na escola. As aulas de Luta Olímpica na escola Estadual Antônio Messias era a mesma carga horária das aulas de Educação Física regular com isso foi possível desenvolver o Wrestling com objetivos competitivos. As aulas eram divididas por turma e no contra turno com 2 ou 3 vezes na semana com duração de uma hora e meia. A primeira medalha nacional em competições escolares para a Escola Estadual Antônio Messias veio em 2018 através da

modalidade Luta Olímpica com a aluna Vitoria Caroline Feitoza de 13 anos de idade nos Jogos Escolares da Juventude em Natal. Este resultado proporcionou a modalidade uma maior visibilidade dentro da escola aumentando o número de praticantes. Em 2019 a modalidade foi a mais vitoriosa da história do Estado do Amapá em competições escolares com 9 medalhas no Jogos Escolares da Juventude em Blumenau sendo a escola Antônio Messias uma das escolas mais premiadas do Brasil na categoria 12 a 14 anos. Em 2019 o atleta José Hailton Lopes de 15 anos de idade e aluno do projeto Luta Amapá no polo do município do Oiapoque se classificou na seletiva nacional em Brasília para representar o Brasil no Combate Games na Hungria em 2019 que uma competição internacional realizada pela Federação Internacional de Desporto Escolar. José Hailton ficou em 4ª Lugar nesta competição. Todos esses bons resultados devem servir de modelo para a expansão da modalidade no ambiente escolar.

CONCLUSÃO

As competições escolares de Luta Olímpica no âmbito estadual dos Jogos Escolares Amapaenses são realizadas pela Secretaria de desporto estadual (SEDEL) e a Federação Amapaense de Wrestling (FAW) que classifica para os Jogos Escolares da Juventude que é realizado pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB) com alunos na faixa etária de 15 a 17 anos, masculino e feminino divididos em 5 categorias de peso. Jogos de Combat Games e Gymnasiade no âmbito estadual são de responsabilidade da Federação Amapaense de desporto Escolar (FADE) e a FAW, no âmbito nacional quem realiza o evento é a Confederação Brasileira de Desporto Escolar (CBDE) e de atuação internacional é a Federação Internacional de Desporto Escolar (ISF). Temos também os Jogos Estudantis Amapaense (JEA) sobre responsabilidade da FADE e FAW que classifica para os Jogos Estudantis Brasileiros (JEB) sobre responsabilidade da CBDE. Essas competições são muito importantes para estimular a pratica da modalidade Luta Olímpica bem como o seu fortalecimento.

REFERÊNCIAS

ALIMED M. APRROCHE D'un Procédé Technico-Tactique Reliase Sur La Zone de Passivité em Lutte Sportive. mai 1993.

BELOV, V.S. Greco Roman Wrestling: Lines from History, Moscou Im-From, 2000.

CBDE. Confederação Brasileira de Desporto Escolar. Competições. Disponível em <https://www.cbde.org.br/cbde/competicoes/>. Acesso em 07 ago. 2021.

CBW. Confederação Brasileira de Wrestling. História da Luta Olímpica. Disponível em <http://www.cbw.org/modalidades/historia-da-luta-olimpica>>. Acesso em: 06 ago. 2021.

COB. Comitê Olímpico Brasileiro. Jogos Escolares. Disponível em <https://www.cob.org.br/pt/jogos-escolares/modalidades/wrestling/>. Acesso em: 07 ago. 2021.

Dantas, E. Como funciona o Wrestling nos EUA. Disponível em <https://revistapegada.com.br/como-funciona-o-wrestling-nos-eua/>. Acesso em: 06 ago. 20021.

ISF. International School Sport Federation. Combat Games. Disponível em <https://www.sfsports.org/isf-world-schools-combat-games>. Acesso em 10ago. 2021.

KLUG, Werner. Der Freie Ringkampf Handburch Fur Trainer und Ubungslerter Limpert Fachbucher, edição 1967.

LEONARD, H, F. A Hand Book of Wrestling, E.R. Pelton Publisher, 1897.

Oliveira, Sergio R.L; Oliveira, Valdomiro; Vagetti, Giislaine C. Luta Olímpica: A Teoria Bioecológica na Formação Esportiva. 1 ed. Londrina: Even3 Publicações, 2020.

UWW. United World Wrestling. History Wrestling. Disponível em <https://uww.org/organisation/history-wrestling-uww>. Acesso em: 06 ago. 2021.



**ANÁLISE DOS PERFIS DE
LIDERANÇA DA ESCOLA
SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
DO PARÁ – ESEPA COM
ÊNFASE EM GESTÃO COM
PESSOAS**

ANÁLISE DOS PERFIS DE LIDERANÇA DA ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO PARÁ – ESEPA COM ÊNFASE EM GESTÃO COM PESSOAS

Márcio Brito Cerveira

RESUMO

Este estudo propõe uma análise dos perfis de liderança da Escola Superior de Educação do Pará – Esepa (Brasil) com ênfase em Gestão com Pessoas e o modo como as lideranças estão contribuindo para a cultura, e o clima organizacional satisfatório na Faculdade. Trata-se de uma pesquisa de campo e bibliográfica, do tipo quantitativa que procura analisar o conjunto de propriedades mensuráveis do ambiente de trabalho percebido, quer seja direta ou indiretamente pelos indivíduos que vivem e trabalham neste ambiente e que influenciam na sua motivação. Utilizam-se como parâmetros, indicadores o grau de satisfação dos colaboradores da empresa e observaram-se as categorias da sua cultura organizacional: liderança, políticas de RH, modelo de gestão, processo de comunicação, valorização profissional e identificação com a empresa. Constatou-se na pesquisa a presença de ambientes e comportamentos organizacionais diferentes no ambiente organizacional da Escola Superior de Educação do Pará - Esepa, sendo percebido também, um ambiente lideracional mais liberto, aonde os funcionários sabem suas responsabilidades, não existindo a necessidade da ordem imediata de seu superior hierárquico para a realização de suas tarefas, o que evidencia características peculiares na tomada de decisões referentes à comunicação e ao comportamento organizacional.

Palavras-chave: Liderança; Gestão com Pessoas; Cultura Organizacional; Clima Organizacional; Educação Superior Privada.

ABSTRACT

This study proposes an analysis of the leadership profiles of the Escola Superior de Educação do Pará–Esepa (Brazil), with a comparison of People Management and the way in which leaders are contributing to the culture and the satisfactory organizational climate at the Faculty. This is a field and bibliographic research, of a quantitative type, which seeks to analyze the set of measurable properties of the perceived work environment, whether directly or indirectly by individuals who live and work in this environment and who influence their motivation. As parameters, indicators are used the degree of satisfaction of the company's employees and the categories of its organizational culture were observed: leadership, HR policies, management model, communication process, professional development and identification with the company. It was found in the research the presence of different organizational environments and behaviors in the organizational environment of the Escola Superior de Educação do Pará - Esepa, being also perceived a more freed leadership environment, where employees know the responsibilities, with no need for immediate order of their hierarchical superior to carry out their tasks, which shows peculiar characteristics in decision-making related to communication and organizational behavior.

Keywords: Leadership; Management with People; Organizational culture; Organizational Climate; Private Higher Education.

RESUMEN

Esta investigación propone un análisis de los perfiles de liderazgo de la Escola Superior de Educação do Pará–Esepa (Brasil), con énfasis en la Gestión de Personas y la forma en que los líderes están contribuyendo a la cultura y el clima organizacional satisfactorio en la Facultad. Se trata de una investigación de campo y bibliográfica, de tipo cuantitativo, que busca analizar el conjunto de propiedades medibles del entorno laboral percibido, ya sea directa o indirectamente

por las personas que viven y trabajan en este entorno y que influyen en su motivación. Como parámetros, se utilizan indicadores del grado de satisfacción de los empleados de la empresa y se observaron las categorías de su cultura organizacional: liderazgo, políticas de RRHH, modelo de gestión, proceso de comunicación, desarrollo profesional e identificación con la empresa. Se encontró en la investigación la presencia de diferentes ambientes organizacionales y comportamientos en el ambiente organizacional de la Escuela Superior de Educação do Pará - Esepa, siendo también percibido un ambiente de liderazgo más libre, donde los empleados conocen sus responsabilidades, sin necesidad de orden inmediato de su superior jerárquico para el desempeño de sus tareas, lo que presenta características peculiares en la toma de decisiones relacionadas con la comunicación y el comportamiento organizacional.

Palabras clave: Liderazgo; Gestión con Personas; Cultura de la organización; Clima organizacional; Educación superior privada.

INTRODUÇÃO

Na década de 30, ocorreram significativas alterações nas relações do trabalho. Durante o Governo Getúlio Vargas, instalado através de uma revolução que instigou amplas intervenções nas questões trabalhistas com criação do Ministério do Trabalho e da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Surge nesse período a Administração de Pessoal, de natureza legal, disciplinada, punitiva e paternalista. O administrador, ou melhor, o chefe de pessoal, era um profissional que cuidava basicamente de atividades burocráticas e disciplinares. Não se preocupava com os aspectos de integração, produtividade e bem-estar de mão-de-obra, mas sim com a papelada e os procedimentos legais. Se administrava papéis e não pessoas. (GIL, 1994)).

Hoje, o setor de Gestão de Pessoas se torna uma parte chave da instituição, contribuindo para o bom andamento do órgão e possibilitando a este alcançar sua visão e cumprir sua missão. Preocupados com a cultura e o clima organizacional no ambiente de trabalho, a gestão de pessoas busca, conjuntamente com os demais setores, resolver conflitos e desenvolver estratégias que visem, simultaneamente, o aumento da produtividade; o bom funcionamento dos serviços oferecidos; a manutenção de um ambiente e um de trabalho favorável; e, a satisfação pessoal do seu cliente interno (as pessoas).

Diante desse cenário, a nova gestão de pessoas tem se tornado um setor indispensável para a instituição. Ela deve identificar o potencial das pessoas por meio de uma gestão que valorize as competências de cada indivíduo e possibilite o desenvolvimento dos seus conhecimentos, habilidades e atitudes (CHA). Este o grande diferencial na nova tendência da Gestão de Pessoas hoje.

Diante disso, o presente artigo buscou analisar discussões sobre liderança e gestão de pessoas no ambiente universitário.

ANÁLISES E DISCUSSÕES SOBRE LIDERANÇA E GESTÃO DE PESSOAS

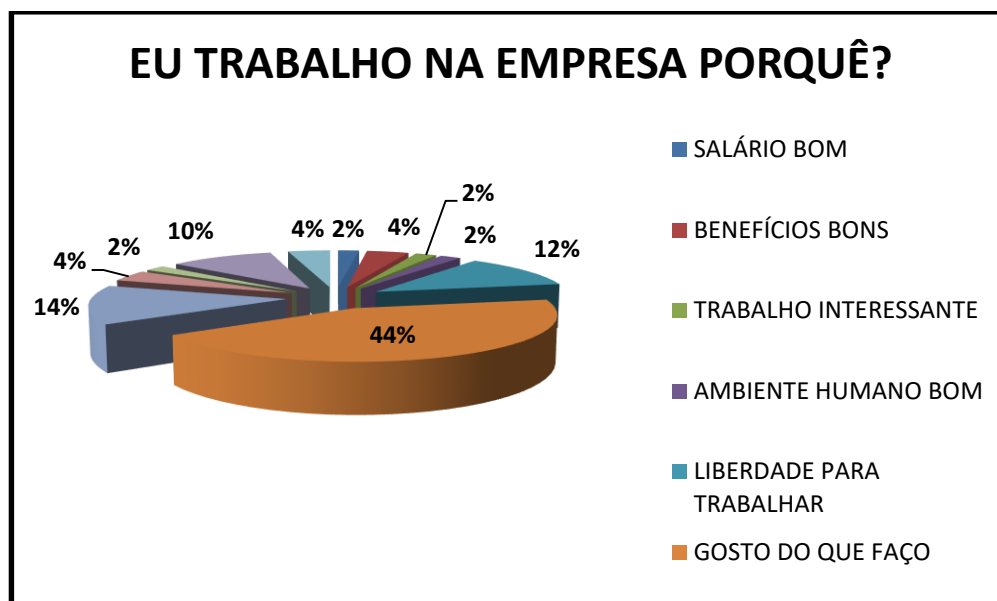
Na análise dos resultados obtidos a partir da aplicação dos 200 (duzentos) questionários elaborados com base no protocolo da Escala de Likert, a quantidade de pessoas entrevistadas corresponde a 100% do total de pessoas das áreas pedagógicas, administrativas e docentes da Escola Superior de Educação do Pará – Esepa.

Dentre muitos tópicos importantes sobre a temática de gestão, fala-se também sobre a temática de liderança ofertada aos colaboradores da organização estudada, sendo possível encontrar três estilos de liderança no ambiente estudado da empresa, tais como: autoritário, democrático e democrático/autoritário, sendo este último uma mescla de ambos os estilos anteriores.

Para Silva (2005), não se pode em hipótese alguma deixar de falar sobre alguns elementos que afetam e interferem no clima organizacional e consequentemente nos colaboradores que são: a comunicação, objetivos, responsabilidade, benefícios, participação, criatividade, liderança, motivação, reconhecimento e padrões de qualidade.

Apesar de tantos conceitos diferentes serem abordados e virem à tona, três palavras são frequentemente encontradas na maioria dos conceitos de liderança, cultura e clima organizacional, satisfação e a percepção dos líderes e liderados, itens de extrema importância e que são citados nos gráficos, retratando claramente quando há ou não uma liderança alinhada e o clima organizacional que proporcione um crescimento mútuo na Escola Superior de Educação do Pará – Esepa.

Gráfico 1 - Questões Introdutórias



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

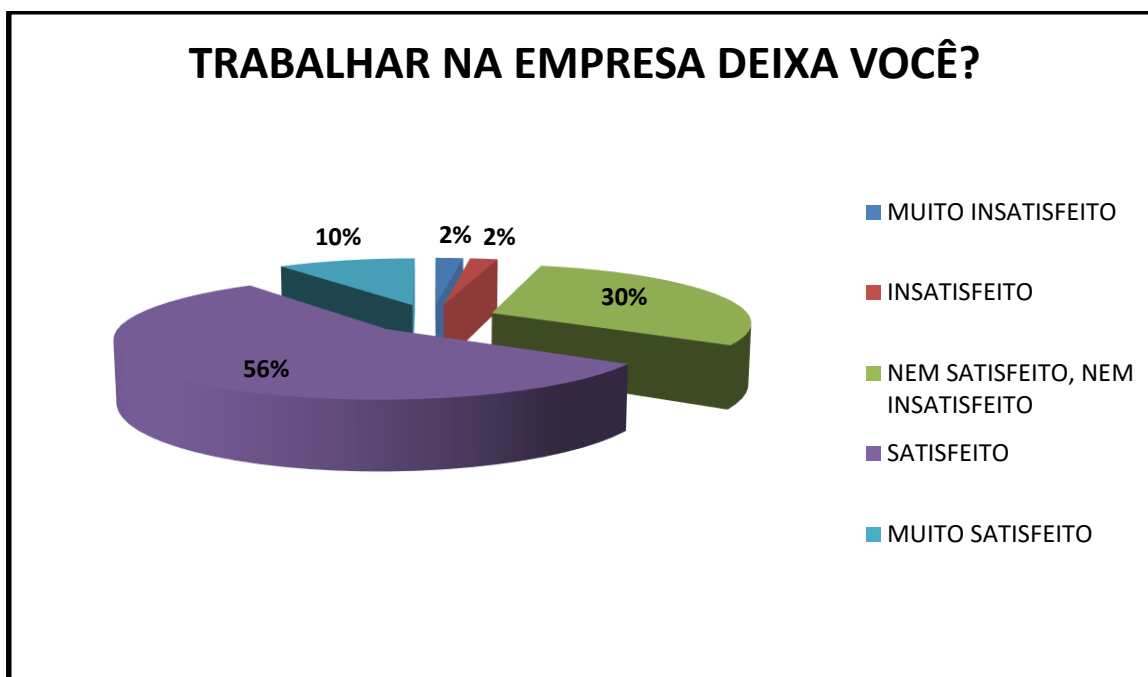
É possível perceber no Gráfico 1, dentre os diversos fatores citados na entrevista que a realização profissional dos funcionários em “gostar do que faz”, é relativamente alta diante das inúmeras possibilidades, como por exemplo, a estabilidade no trabalho que deixou de ser um dos fatores prioritários para a retenção do funcionário na empresa.

A ascensão profissional tomou grande lugar no quesito motivação no trabalho, pois a mesma possibilita para que o funcionário busque cada vez mais suas melhorias na empresa, que nada mais é, que almejar um cargo melhor, um salário melhor e consequentemente esses fatores influenciem diretamente na vida pessoal.

Nessa situação, é de extrema importância para eles fazerem o que gostam no trabalho, mas, também, a garantia de sua subsistência. O mundo contemporâneo é domesticado pela submissão ao trabalho e todas as atividades são feitas como labores pela sobrevivência.

Locke (1969) define satisfação (contentamento) no trabalho como o resultado da avaliação que o trabalhador tem sobre o seu trabalho ou a realização de seus valores por meio dessa atividade, sendo uma emoção positiva de bem-estar ou a situação oposta de insatisfação (sofrimento) além de dinâmico, essa interação complexa entre papéis desempenhados pelas pessoas, tarefas, responsabilidades, sistemas de benefícios e recompensas, reconhecimento entre vários outros aspectos.

Gráfico 2 - Questões Introdutórias



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Para Casado (2002), uma vez definido que o gestor pouco ou nada pode fazer diretamente para motivar um funcionário, seu papel será o de identificar os norteadores de comportamento de seus liderados, assumindo a natureza intrínseca e individual da motivação de modo a gerir a direção da energia que naturalmente se encontra dentro de cada um num sentido compatível com os objetivos da organização e com o crescimento de cada integrante de seu grupo de trabalho.

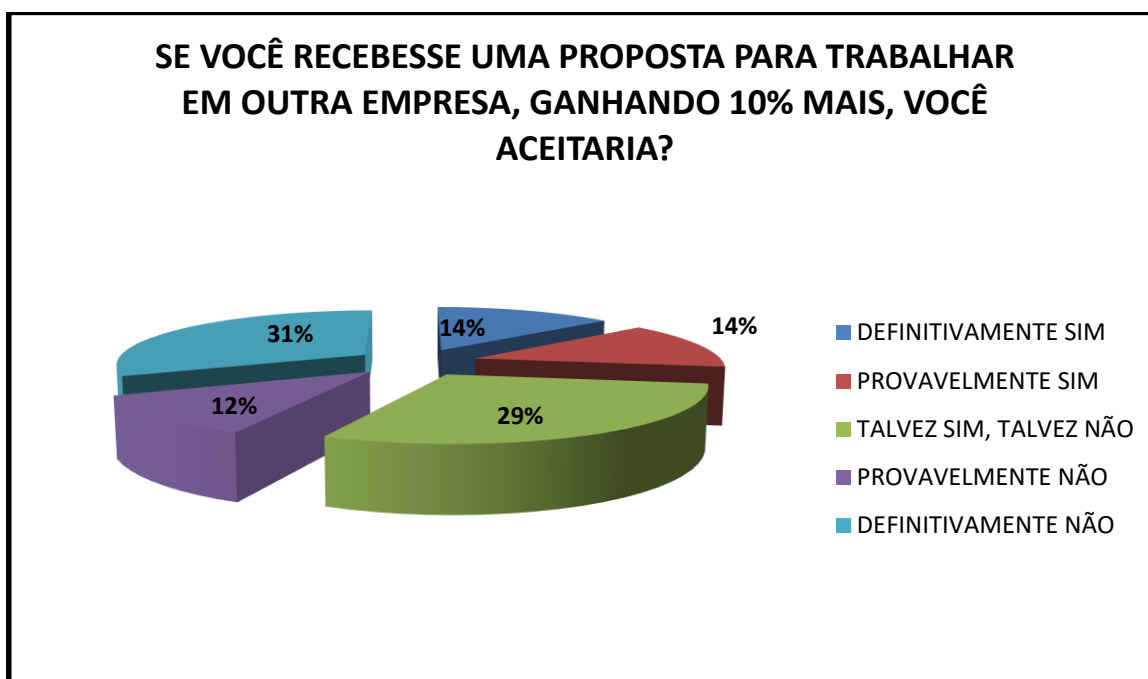
É muito comum que em determinados setores das empresas privadas, em especial as Instituições de Nível Superior, por exemplo, no setor operacional, a reclamação pela satisfação no trabalho pode até mesmo revelar que é constante, mas se partirmos do princípio que a satisfação deriva da motivação, pode-se supor que um funcionário motivado estará satisfeito com o seu trabalho, mas por outro lado, sentindo-se satisfeito, o funcionário “recebe” estímulos que, junto à sua energia interior resulta em motivação.

Isso reflete na atualidade os desafios das empresas em relação a avaliação da satisfação do quadro funcional mostra-se como um dos termômetros que sinaliza a qualidade da gestão, que, inevitavelmente, reflete a qualidade ou quantidade de produção.

Para Gramigna (2002) este modelo está ligado a um processo contínuo e articulado de formação e desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes no qual o indivíduo é responsável pela construção e consolidação de suas competências a partir da sua interação com outras pessoas, tendo em vista o aprimoramento de sua capacitação e também adicionando valor as atividades da organização.

O que reforça a importância desses processos integrados e fundamentados em conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias aos colaboradores em seus espaços ocupacionais, tendo como referência os objetivos estratégicos da organização e as singularidades de cada área de negócio (GRAMIGNA, 2002).

Gráfico 3 - Questões Introdutórias



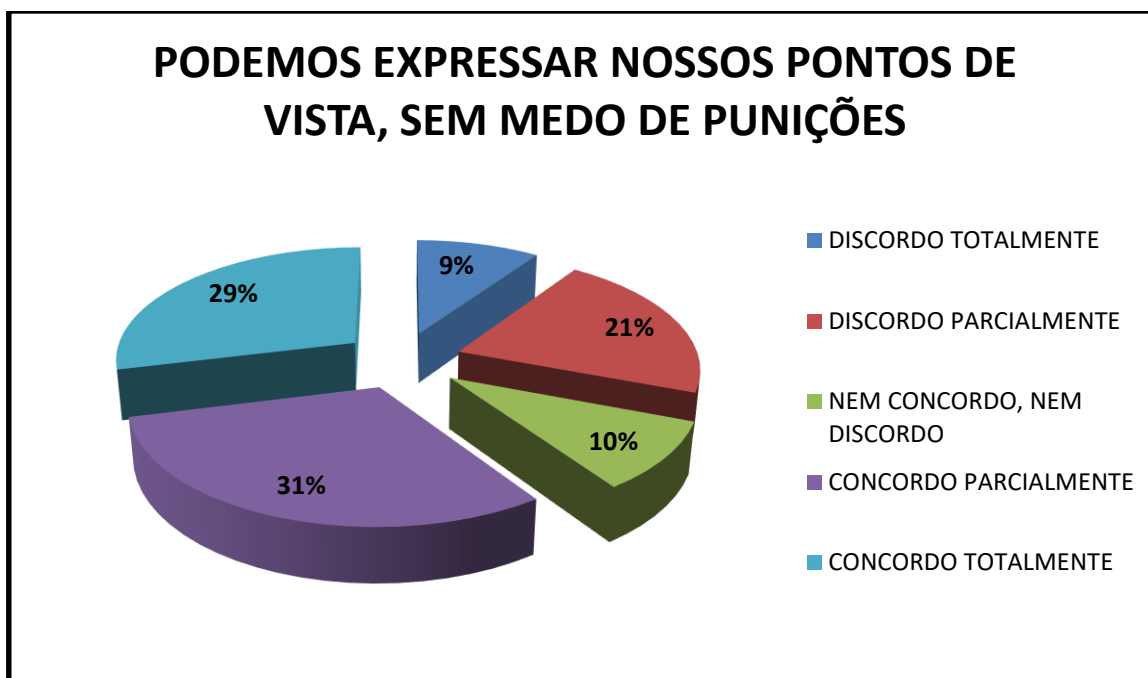
Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Todas as pessoas querem encontrar significado em seu trabalho, e quando o trabalho não tem significado, a vida também perde o significado, assim, há muitos anos, já afirmava Maslow (2000).

No Gráfico 3 pode-se observar que, de uma forma geral, o envolvimento dos funcionários é relativamente alto. Há bastante ciência da importância de suas atividades para os negócios da empresa atendida, os colaboradores conhecem bem as atuais políticas de remuneração da empresa e das demais concorrentes, isso vem contribuir significativamente para que os mesmos não tenham total certeza se continuariam na IES caso fossem consultados pela concorrente do ramo ou ramos afins.

Percebe-se ainda que os valores e a missão da empresa estão sendo praticados em seu dia-a-dia. Outro ponto que chama atenção é que eles não sentem que vêm à empresa apenas cumprir suas horas de trabalho e receber seus salários. Isso evidencia que os níveis de envolvimento com a organização ainda se encontram incipientes.

Gráfico 4 - Relacionamentos



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

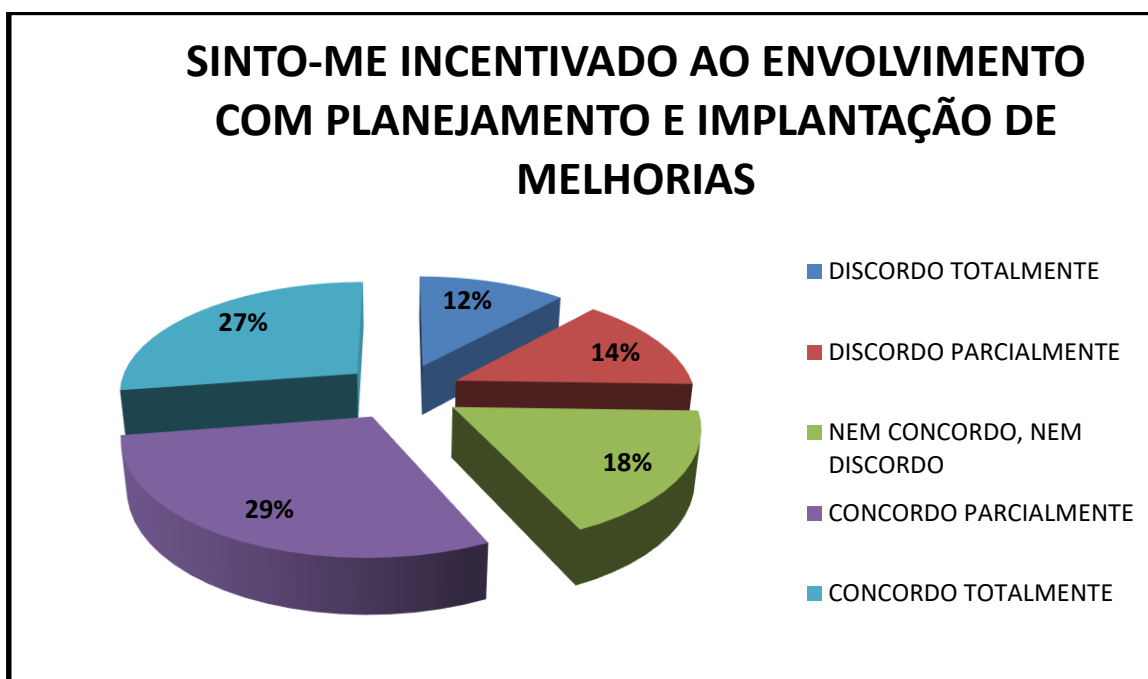
Segundo Marques (2007), para as empresas é interessante ter colaboradores motivados e satisfeitos para melhores resultados e o *Coaching In Company* é um dos métodos mais procurados, e comprovadamente mais eficientes quando o assunto é motivação e alto desempenho. Neste sentido, para Nuñez-Cacho, Grande e Lorenzo (2015, p. 169) coaching é um processo desenvolvido por uma organização que envolve duas partes - um *coach* e um *coachee* - e que visa corrigir problemas de desempenho relacionados ao trabalho e melhorar as habilidades e capacidades do coachee para auxiliar no desenvolvimento de carreira.

Ao que corrobora a análise de Marques (2013, p. 1) “Para tanto, as empresas vêm investindo em treinamento motivacionais, visando o bem estar dos colaboradores o alto desempenho das equipes, e a maior produtividade das organizações”.

A lógica do capitalismo diverge dos pressupostos do lazer, o que o torna por vezes subversivo ao sistema. As exigências veladas de horas extras se contrapõem às necessidades de lazer, ou seja, de um tempo livre para dedicar-se à família e às atividades de livre escolha, na busca do prazer e da liberdade e, principalmente, momentos de interação, nos quais encontram a autoestima, acolhimento e afeto, valorização expressa e ter feito para melhorar e não cometer mais aquele erro ou, por outro lado, ficam saboreando o gol que fizeram ou que ajudaram a fazer, ou ainda a bola que defenderam e evitou a derrota da equipe.

Quando se encontram durante o turno de trabalho, o assunto também é futebol. Agendam os jogos, avisam os participantes, discutem sobre o futebol dos profissionais ou apenas brincam entre si. Percebemos por tudo isso, que esses trabalhadores se alimentam mentalmente do lazer vivido aos finais de semana, durante o trabalho.

Gráfico 5 – Planejamento de Trabalho

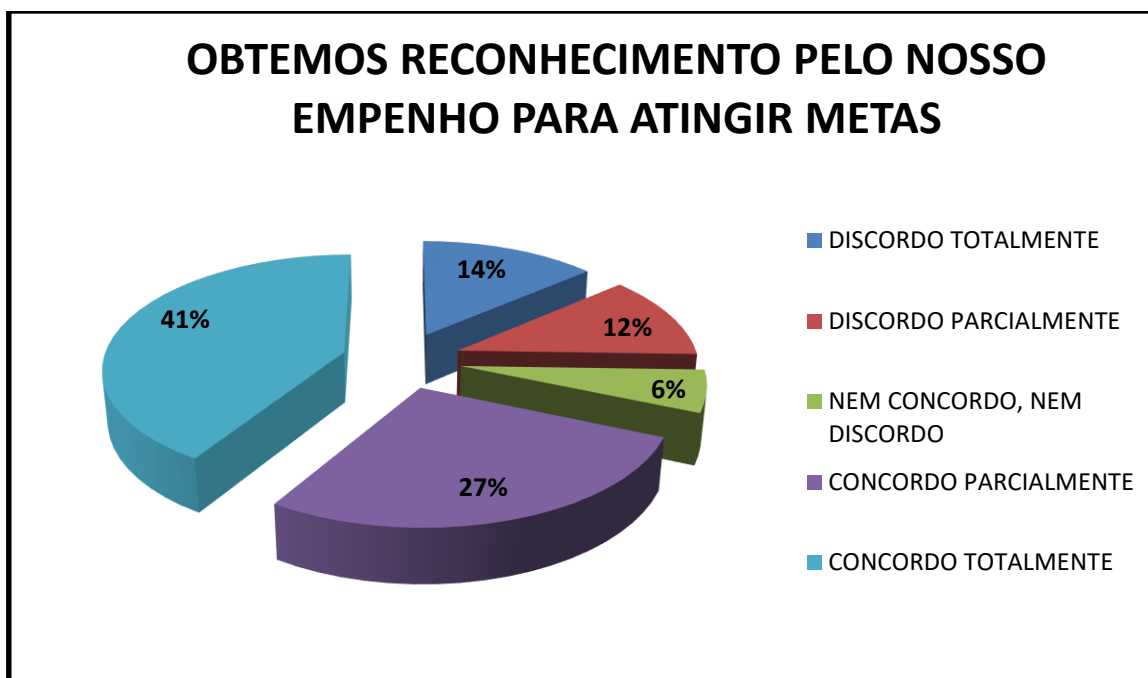


Fonte: Pesquisa de campo (2021).

É perceptível que o percentual de 27% dos entrevistados se sentem envolvidos com o planejamento e a implantação de melhorias no trabalho, pois entendem que são razoáveis as ferramentas utilizadas pela empresa com intuito de serem usadas como forma de informação dentro do âmbito organizacional, é notória a necessidade que os profissionais tem de ser mais bem informados sobre os processos e acontecimentos da empresa como um todo, ficando visível entre os colaboradores a ‘insatisfação’ das metodologias de planejamento atuais usadas pela empresa.

Segundo Zarifian (2001), competências individuais são aquelas que dizem respeito a cada um dos profissionais da organização. São as competências que o indivíduo possui por sua formação educacional, por sua criação familiar, por sua biografia. Correspondem também aos valores e crenças que o indivíduo possui por sua formação ou história de vida.

Gráfico 6 – Planejamento de Trabalho



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Para Wood Jr. e Picarelli Filho (1996) defendem que as empresas devem dar um enfoque estratégico para seus sistemas de remuneração e recompensas, de modo que esses acompanhem o posicionamento da empresa e favoreçam o alcance de seus resultados.

Os autores sugerem que se transforme a visão usual da remuneração como fator de custo para uma visão da remuneração como fator de aperfeiçoamento da organização, como impulsionador de processos de melhoria e aumento da competitividade.

O círculo virtuoso da valorização profissional é algo que não pode ser ignorado pela Escola Superior de Educação do Pará – Esepa já que a mesma busca incessantemente por profissionais que satisfaçam suas necessidades técnicas e comportamentais, assim como, pela formação continuada com o corpo discente.

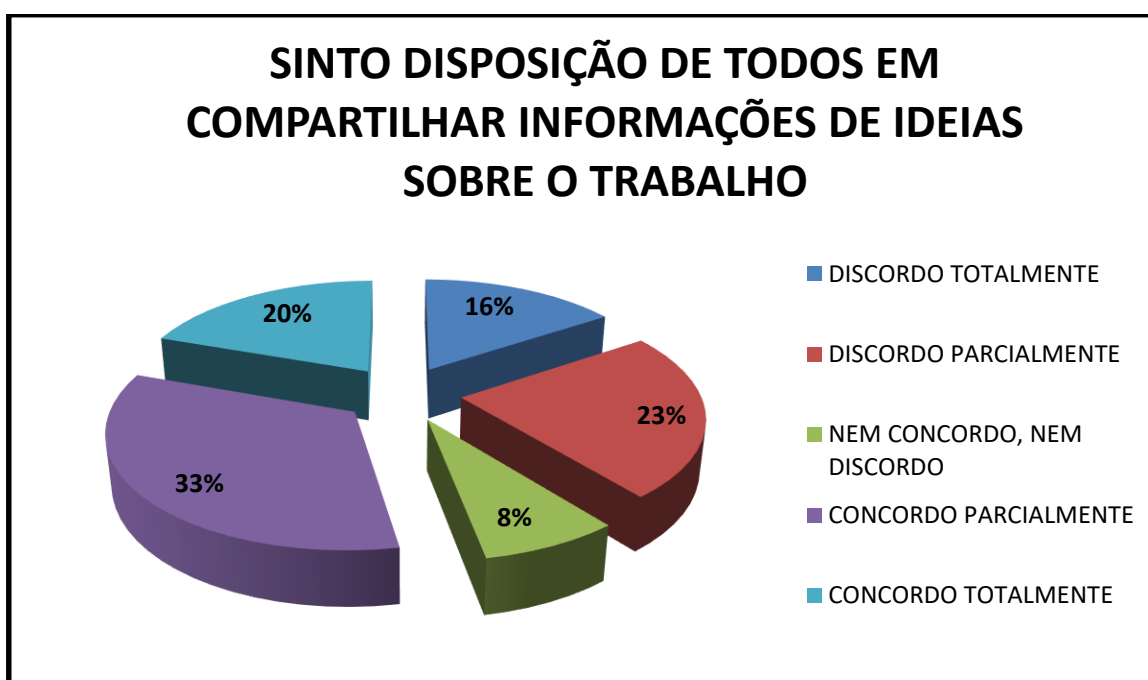
A empresa analisada de certa forma acaba deixando de cumprir a sua parte, muitas vezes pelas próprias atitudes que os funcionários costumam a ter, que é de questionar sempre o que a empresa pode fazer por eles e se esquecem de dizer para a empresa o que eles podem fazer por ela, deixando de lado suas responsabilidades assumidas no ato de sua admissão, com isso ocasionando muitas vezes a desmotivação para a liderança estratégica da empresa.

É importante salientar que 41% dos entrevistados, afirmaram que se sentem reconhecidos pelo atingimento de suas metas, seja ela na parte profissional, quando nas questões pedagógicas, fator de extrema importância, pois o reconhecimento é uma poderosa ferramenta de aumento dos índices de motivação dentro da empresa. Mas que não se pode

confundir com o feedback de momentos singulares que acontecem dentro da empresa, sendo visto de forma diferenciada os colaboradores que se inserem em eventos de forma conjunta e voluntária, agregando valor e união a equipe da empresa.

Os entrevistados afirmaram ainda que se sentiriam muito mais valorizados se na empresa na qual os mesmos estão efetivados mesmos que momentaneamente, no caso dos discentes, os momentos de integração acontecessem de forma mais rotineira e que as pessoas fossem citadas por suas benfeitorias, tarefas bem executadas, até mesmo em momentos que houvessem erros por parte deles, que a empresa os compreendessem e com isso o aprendizado e desenvolvimento profissional deles seriam muito mais proveitoso.

Gráfico 7 – Planejamento de Trabalho



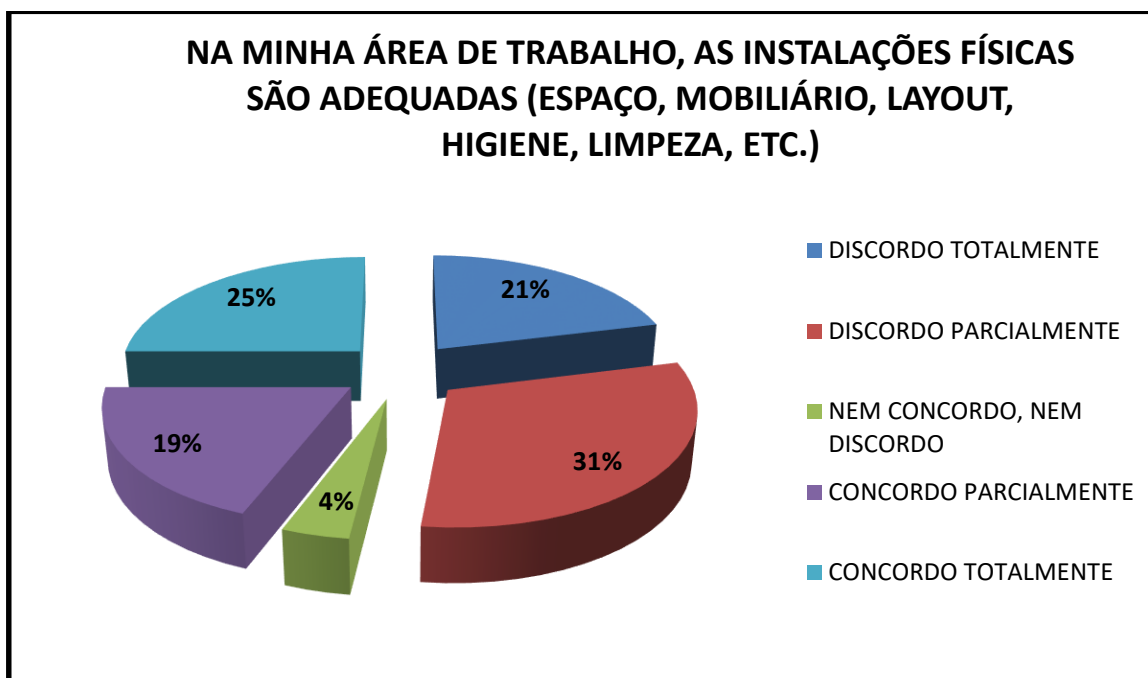
Fonte: Pesquisa de campo (2021).

De acordo com Matos (2009) a comunicação empresarial é a relação da empresa com seu público interno e externo, ela envolve um conjunto de procedimento e técnicas destinados ao processo de comunicação e de transmissão de informações sobre os seus desempenhos, resultados, missão, objetivos, metas, projetos, processos, normas, procedimentos, instruções de serviços etc.

É possível perceber neste gráfico que a comunicação entre funcionários e alunos se faz necessária, pois o percentual de 20% se sente totalmente informado em relação às ideias que podem trazer melhorias para o trabalho de todos.

A empresa deve se atentar a estes quesitos, pois 33% dos entrevistados sentem de forma parcial a disposição dos colegas de trabalho, em compartilhar informações pertinentes sobre o trabalho e demais ações que serão realizadas pela empresa.

Gráfico 8 – Ambiente Físico de Trabalho



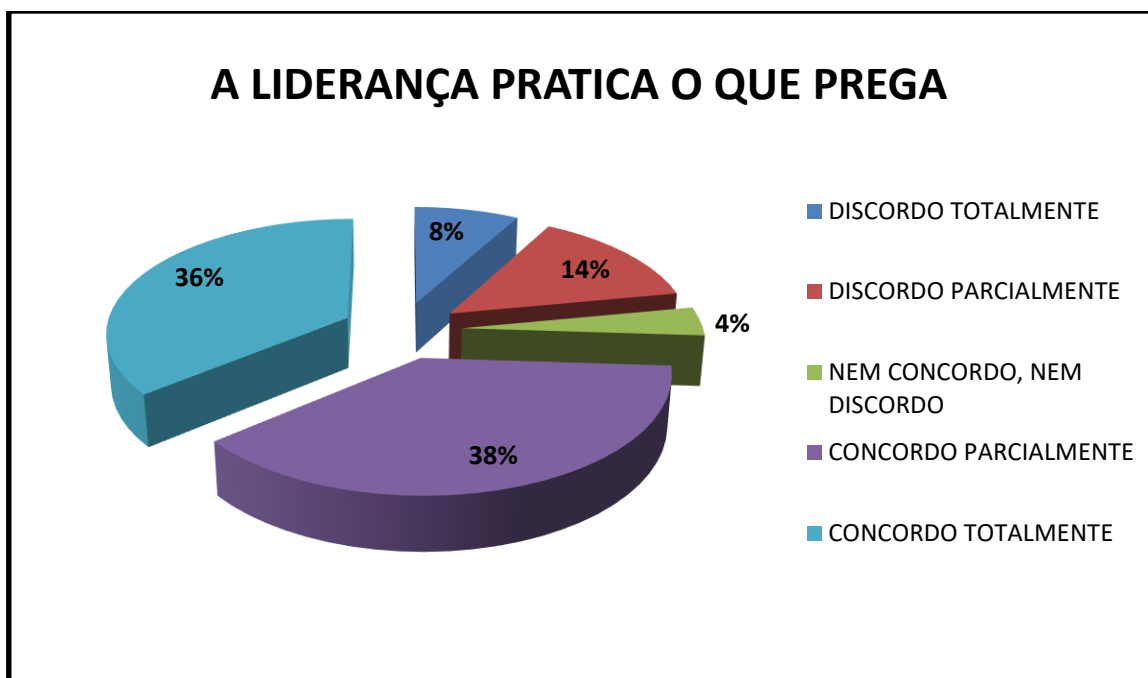
Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Chiavenato (2004, p. 48), afirma que propiciar um ambiente adequado à realização das atividades produtivas dispõe ao trabalhador melhor qualidade de vida, uma vez, que quando posto em condições de trabalho apropriadas, a delegação de responsabilidades é feita de modo a não sobrecarregar o trabalhador, para que a eficiência do processo não dependa apenas do método de trabalho e do incentivo salarial, mas também de um conjunto de condições de trabalho que garantam o bem estar físico do trabalhador e a diminuição da fadiga.

Neste aspecto, a maioria dos entrevistados discorda que as atuais condições para o desenvolvimento de um trabalho de excelência, fator que se deve ter atenção em relação ao ambiente ofertado aos entrevistados, ressaltando-se ainda que muitos omitiram o seu grau de satisfação em relação ao nível de intensidade do trabalho desenvolvido e o mesmo aconteceu relação das condições físicas na Escola Superior de Educação do Pará – Esepa.

Os dados apontam a necessidade da empresa obter tais informações para que sejam utilizadas como estratégia de realocação de funções, se for o caso, aumentando, assim, os níveis de satisfação e oferta de trabalho seguro e saudável.

Gráfico 9 - Liderança e Superiores



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

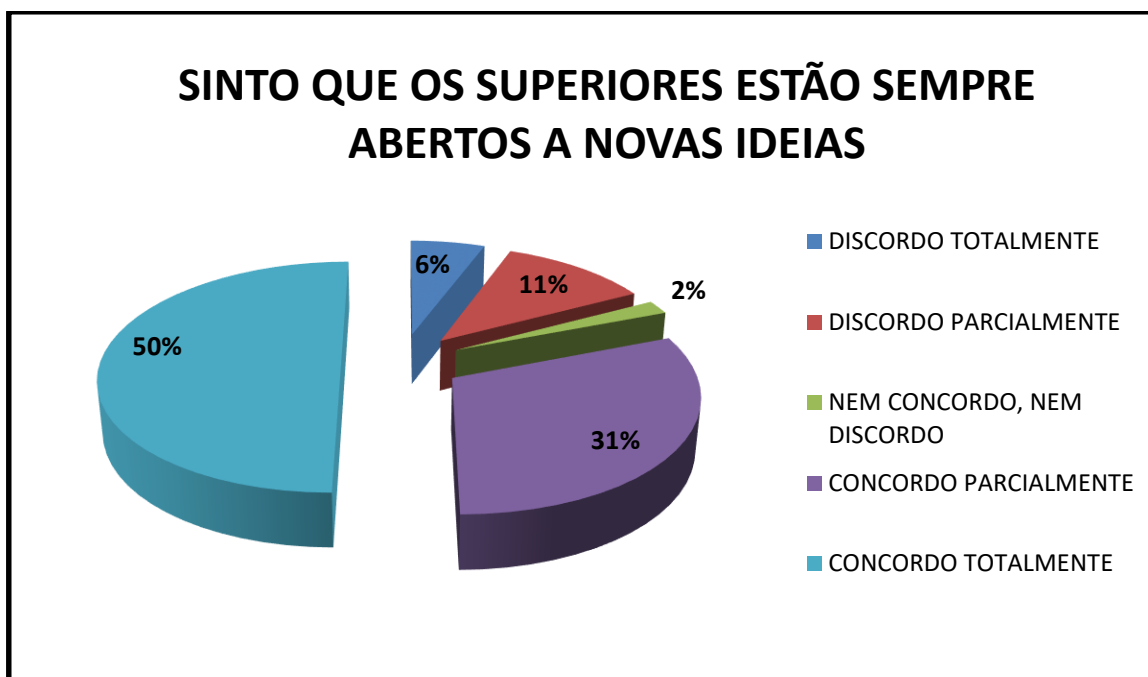
Para Kotler (2002), liderança é essencialmente o processo de ajudar a mudar alguns aspectos fundamentais para aproveitar as condições mutantes da economia e do mercado.

Baseando-se na afirmação citada pelo autor acima, em relação à Liderança, em sua maioria 38% concordam parcialmente que os Gestores praticam o que pregam, logo demonstram certa insatisfação com o atual modelo de gestão da instituição.

Em relação a este quesito, a Escola Superior de Educação do Pará – Esepa, observa-se que, as políticas ou renovações relacionadas aos Recursos Humanos, podem ser de certa forma, estratégias para o aumento significativo desses percentuais de satisfação entre os funcionários, e consequentemente aumentar os níveis de produção dentro da organização.

Renovações e novas políticas de Recursos Humanos far-se-ão necessárias para que sejam alinhados ainda mais o perfil das lideranças estratégicas da empresa, dessa forma contribuindo para a padronização das políticas de liderança transformacionais dentro da empresa.

Gráfico 10 - Liderança e Superiores



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

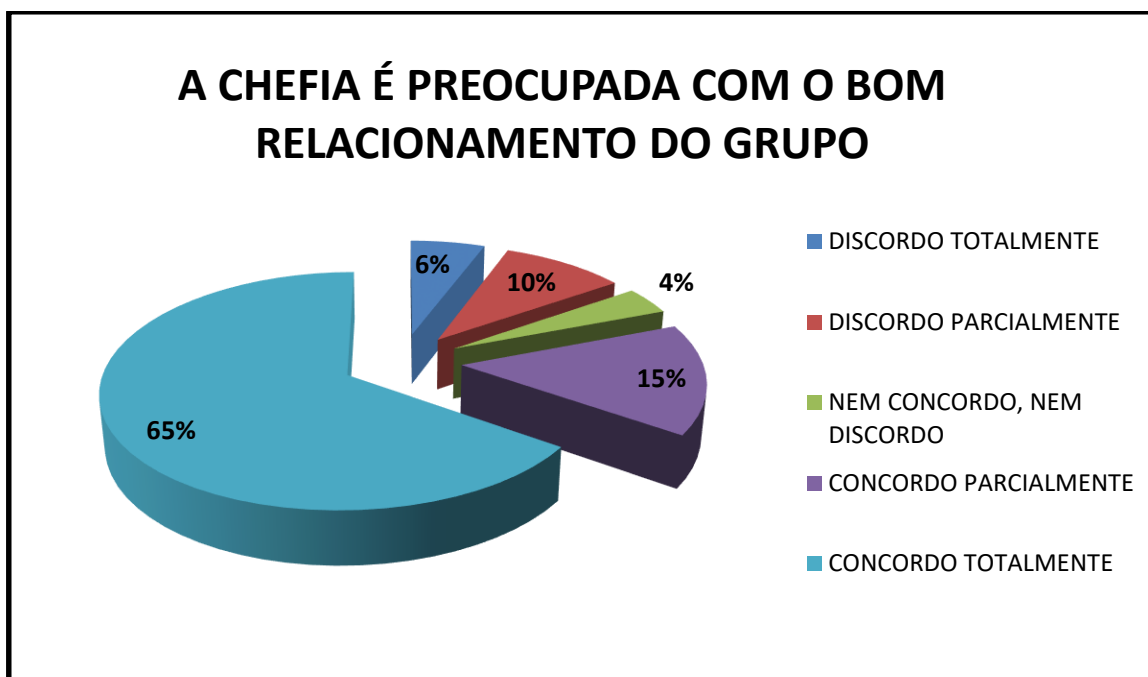
Para Chandler e Richardson (2008, p. 102) se o líder está animado com uma ideia, toda a equipe também ficara. A animação, a força e a energia do líder são contagiantes e motivam significativamente conforme o autor.

Se você é um líder positivo, com pensamento positivo sobre o futuro e as pessoas que lidera, acrescenta algo a cada pessoa com quem conversa. Agrega algo de valor a cada comunicação. Até mesmo cada e-mail (que seja positivo) soma algo à vida da pessoa que o recebe, porque o positivo (+) sempre acrescenta algo (CHANDLER; RICHARDSON, 2008, p. 102).

Neste quesito a empresa vem demonstrando que tem cumprindo seu papel, mas vale ressaltar, que a empresa se encontra em seu limiar, pois como podemos observar 50% dos entrevistados afirmam sentir em suas lideranças a real abertura para novas ideias que poderão trazer melhorias tanto as relações de trabalho quanto, no relacionamento entre empresa/funcionário/líderes.

É perceptível que os 31% dos entrevistados, por algum motivo ou alguma ação, se encontram em partes discordantes com seus gestores em relação à abertura de novas ideias, vale lembrar que tal ação se faz necessária para o alcance dos mais altos níveis de satisfação dentro da empresa.

Gráfico 11 - Liderança e Superiores



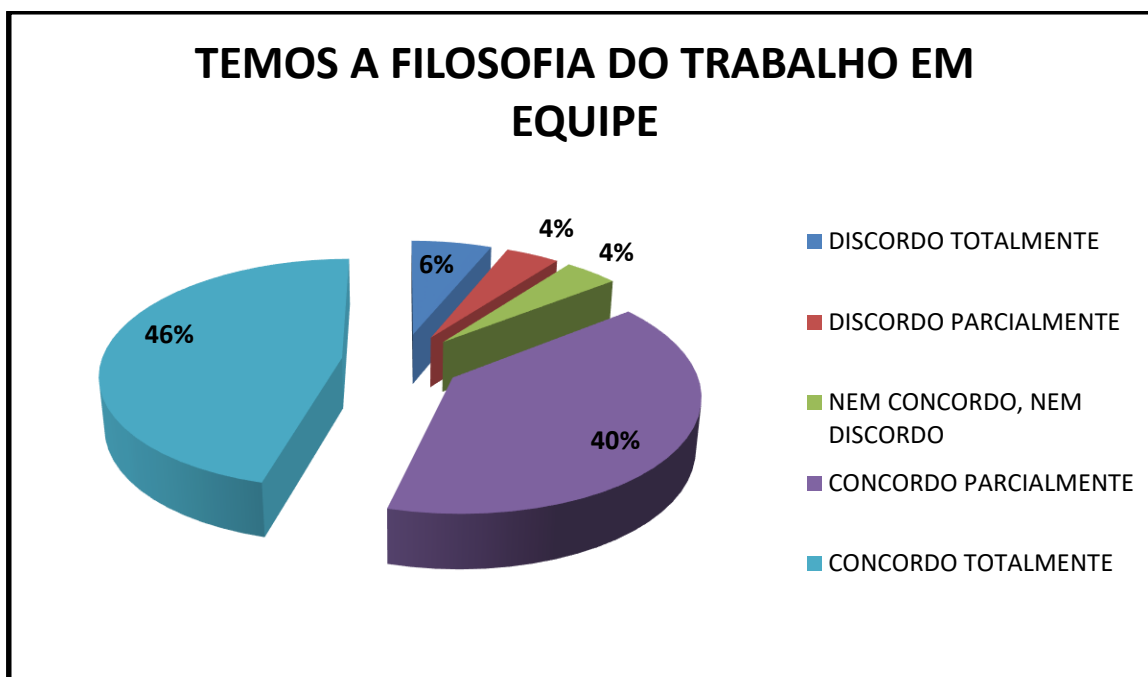
Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Segundo Lucena (1990, p. 52), sua teoria na essência, as organizações tem sua origem nas pessoas, o trabalho é processado por pessoas e o produto de seu trabalho é destinado a pessoas.

É possível perceber no Gráfico 11 que as atuais lideranças da Escola Superior de Educação do Pará – Esepa firmam o compromisso pelo bom relacionamento da equipe, o índice de 65% que concordam totalmente demonstra esse reconhecimento por parte do grupo pesquisado, o que revela este ser um fator de suma importância para a retenção de novos talentos e dos talentos desenvolvidos na empresa, pois entendem o real poder do relacionamento interpessoal dentro da organização.

É comum a procura por estabilidade, salários atraentes, liberdade, mas ainda o clima da empresa, no qual os grupos sociais estão inseridos ainda fazem à diferença, ele ainda é o principal fator de mudança ou retenção destes profissionais dentro das organizações, a Escola Superior de Educação do Pará – Esepa vem priorizando o bom relacionamento do grupo com maestria.

Gráfico 12 - Relacionamentos



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Segundo Maximiano (1995a) sugere que a equipe é um grupo de pessoas com um objetivo comum, que pode decidir como fazer para alcançá-lo, e que trabalha dentro de uma área de autonomia definida de comum acordo com a administração.

Toda e qualquer empresa em seu âmbito organizacional sempre será confrontada com as relações interpessoais e interdepartamentais que precisam ser melhoradas no dia a dia de trabalho.

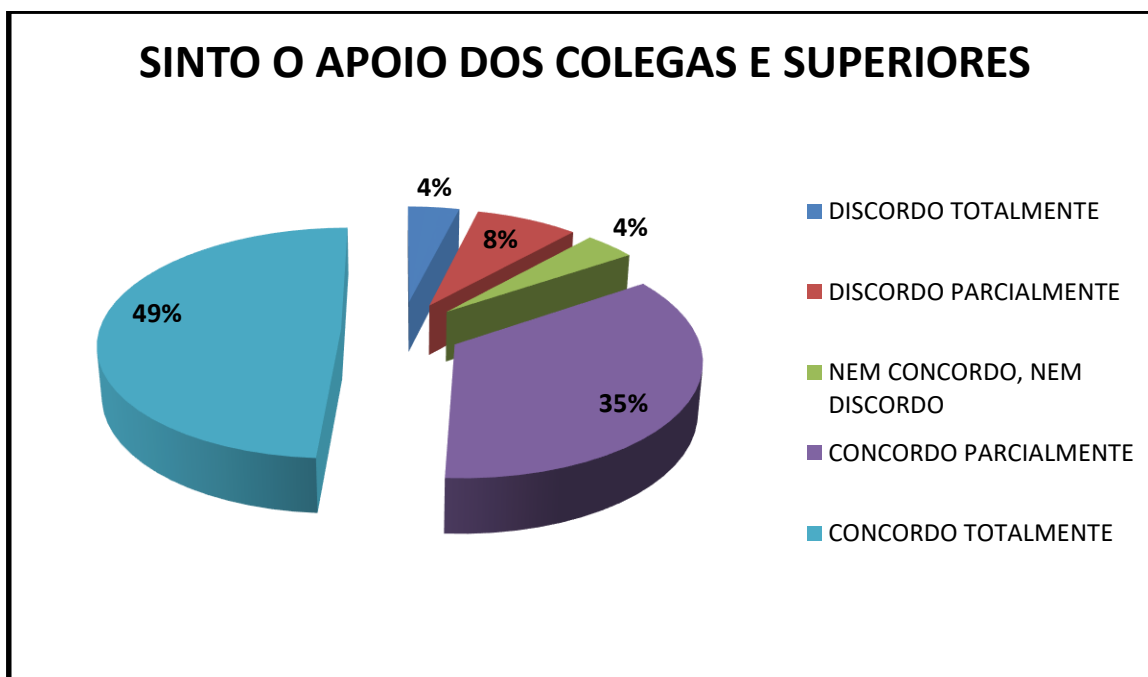
Percebe-se no decorrer da pesquisa que grande parte dos funcionários entrevistados simplesmente não tem a habilidade necessária para construir um ambiente de sucesso ou simplesmente tem certa dificuldade de entender o poder do trabalho em equipe e seus benefícios para o crescimento da empresa.

Haja vista que conceitos sobre grupo e equipe, vêm sendo modificados a cada momento, já que os conceitos atuais afirmam que equipe é somente o conjunto de pessoas que atuam juntas num determinado projeto ou uma ação.

Tal conceito tem um significado diferenciado na linguagem corporativa para algo mais amplo que é o ‘espírito’ de equipe, conscientizando cada integrante de qual é a sua atuação no grupo, mas considerando o todo e colaborando com ideias e sugestões para soluções eficazes e criativas.

Mesmo assim, é possível observar que 46% dos colaboradores afirmam que concordam totalmente em relação aos assuntos importantes relacionados à filosofia do trabalho em equipe, além dos 40% que concordam em parte, caso somados, o total chega a 86% dos colaboradores que se sentem suficientemente à vontade para colocar suas opiniões acerca dos processos e atividades dentro do âmbito organizacional, um número que ainda precisa ser melhorado já que as empresas só conseguirão desenvolverem-se de forma efetiva quando houver um combinado de processos eficazes e dentre eles o trabalho em equipe.

Gráfico 13 - Relacionamentos



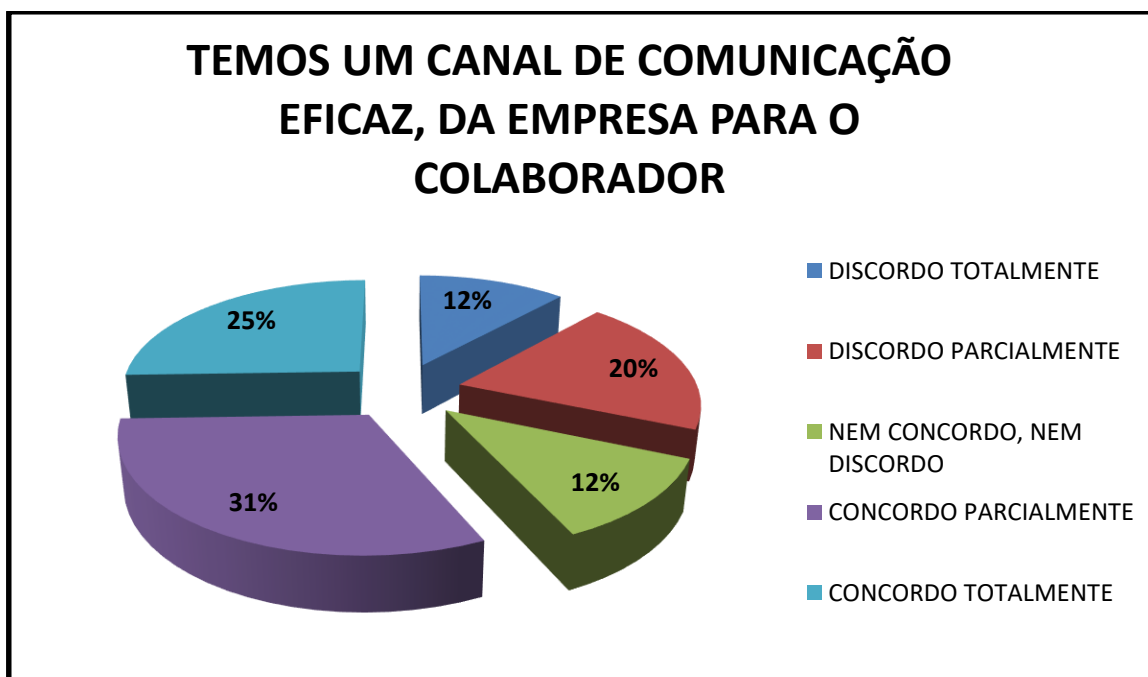
Fonte: Pesquisa de campo (2021).

É de grande importância em uma organização o papel do líder, é nessa pessoa que os liderados irão se influenciar (BERGAMINI, 1994).

Os dados apontam na pesquisa, que os gestores apesar de falarem sobre o trabalho em equipe, acabam utilizando de uma liderança centralizadora em suas gestões, diminuindo assim o poder de satisfação e de importância das opiniões dos colaboradores dentro da empresa, fazendo com que os percentuais de eficiência do trabalho em equipe e o apoio necessário aos pares, se tornem muito abaixo do esperando para o sucesso de uma empresa.

Fator que se deve ter uma ótica diferenciada em relação a sua importância, já que o líder exerce uma função estratégica e de suma preciosidade dentro da organização, devendo se apoderar e disponibilizar de uma liderança diplomática, buscando assim oportunizar a todos os reais interessados em contribuir e crescer dentro da empresa.

Gráfico 14 - Planejamento do Trabalho



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

O líder deve possuir a competência de esclarecer os caminhos e os objetivos no âmbito organizacional de forma a trazer benefícios para sua empresa (BERGAMINI, 1994; CHIAVENATO, 2009).

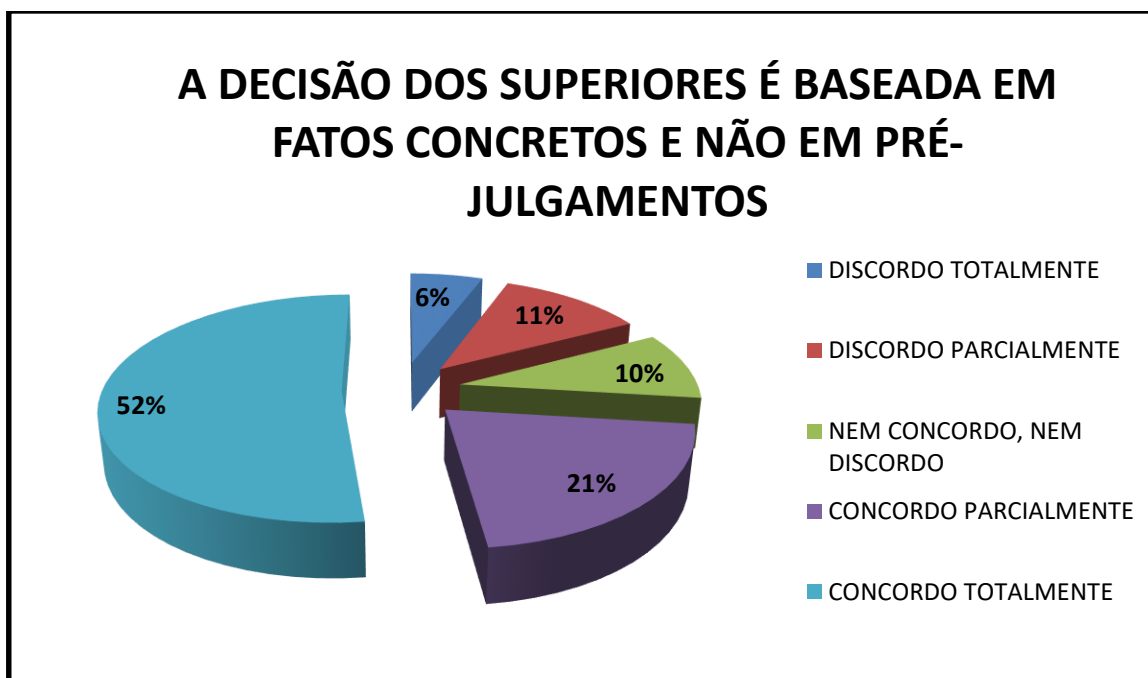
O mesmo autor afirma também que a comunicação empresarial é vista como multidisciplinar, envolvendo métodos e técnicas de relações públicas, jornalismo, assessoria de imprensa, lobby, propaganda, promoções, pesquisa, mídias sociais, endomarketing e marketing. Percebe-se, então, a necessidade de sinergia entre as áreas, envolvendo a todos que possuem relações com a organização.

Por sua vez, o ambiente comunicacional foi qualificado, como político, apresentando como características: comunicação existente sendo apenas a necessária para que os colaboradores façam seu trabalho de forma superficial, só algumas informações são fornecidas pelos subordinados aos superiores e ocasionalmente ocorrem reuniões para discussão de trabalho.

Dessa forma evidencia-se os pontos de melhoria entre os colaboradores e suas avaliações de feedbacks deixando esquecidos pontos importantes com relação ao seu desempenho profissional ou pessoal.

Observando-se ainda a importância de um trabalho efetivo e sistematizado para o aumento de técnicas para o recebimento de críticas entre os colaboradores do mesmo nível hierárquico e níveis superiores.

Gráfico 15 - Liderança e Superiores



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Para Gomes (2012), a cultura do indivíduo influencia diretamente na tomada de decisão. É através da cultura que o analista acumula suas informações, criatividade, associa modelos conceituais, experiência de vida e administrativa ao longo do tempo.

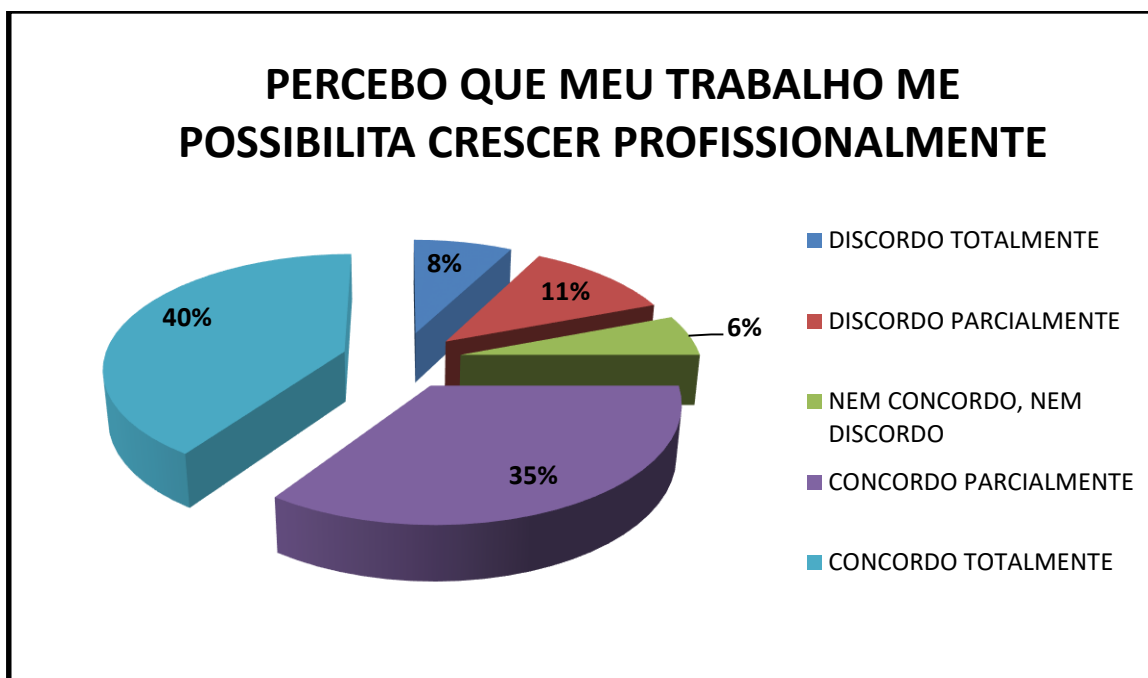
Gomes (2012) define a teoria da decisão como:

[...] Conjunto de procedimentos e métodos de análise que procuram assegurar a coerência, a eficácia e a eficiência das decisões tomadas em função das informações disponíveis, antevendo cenários possíveis. A teoria da decisão é uma teoria que trata de escolhas entre alternativas. [...] (GOMES, 2012).

No quesito justiça, podemos observar no Gráfico 15, que os atuais gestores em sua maioria, enfatizam suas decisões ou ações, na realidade dos fatos, acontecimentos no que realmente houve e não no que se ouve, tal procedimento de extrema importância para que os mesmos possam evitar comentários dentro da empresa em relação a sua gestão.

Com isso diminuem futuras ações negativas da equipe em relação as suas gestões como um todo e possibilitam o engrandecimento de sua imagem diante da equipe de trabalho, para que em ações futuras, a equipe possa cumprir determinações ou pedidos sem questionamentos descabíveis, que muitas vezes os colaboradores tendem a propagar, quando as lideranças, lideram a equipe de forma tendenciosa.

Gráfico 16 - Desenvolvimento Profissional



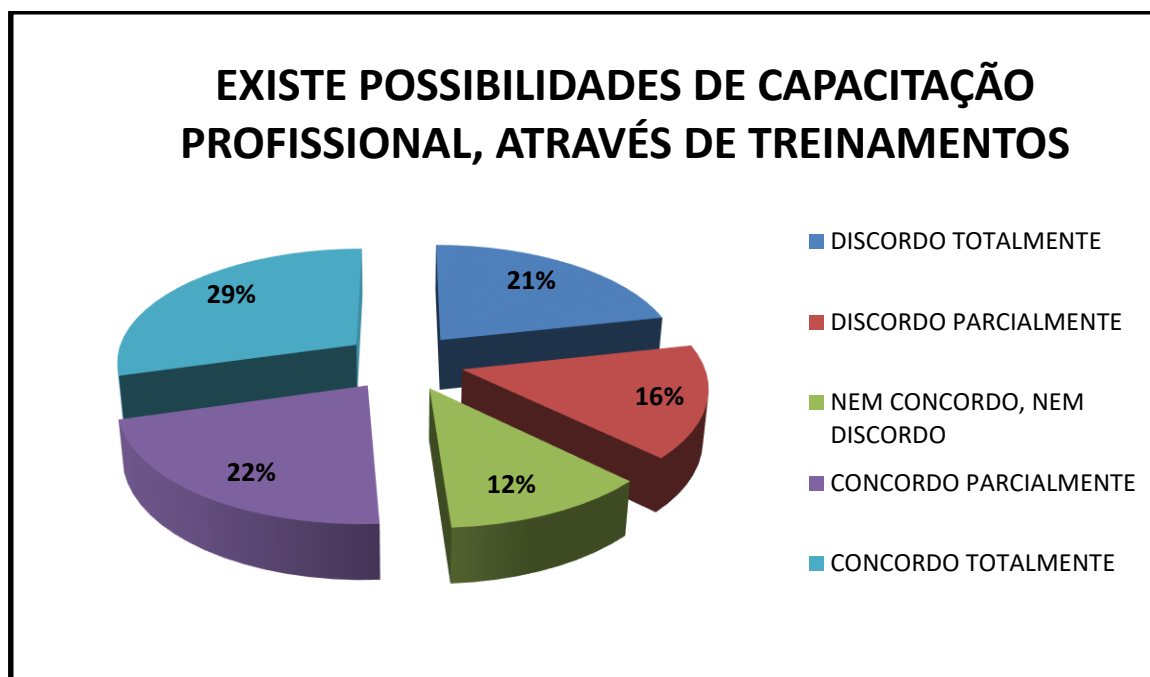
Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Durand (1998) assevera que "nos tempos medievais, os alquimistas procuravam transformar metais em ouro; os gerentes e as empresas atualmente procuram transformar recursos e ativos em lucro. Uma nova forma de alquimia é necessária às organizações." Vamos chamá-la de "competência".

Baseando-se na teoria Durand (1998) percebe-se nos dados analisados que a Escola Superior de Educação do Pará – Esepa, ainda peca no quesito de treinar e desenvolver seus colaboradores com intuito que obter um diferencial ainda mais competitivo diante do mercado de trabalho e de oportunizar a eles crescimento na empresa.

No Gráfico 16 observa-se que 35% dos entrevistados na empresa afirmaram que concordam parcialmente na relação de seu crescimento profissional, acreditamos ser um diferencial para todos os setores e líderes como fator de retenção e motivação, é um papel fundamental dentro da empresa, no quesito organizar, administrar, planejar, recrutar e selecionar pessoas, e principalmente treinar, objetivando o desenvolvimento das competências individuais e coletivas.

Gráfico 17 - Desenvolvimento Profissional



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

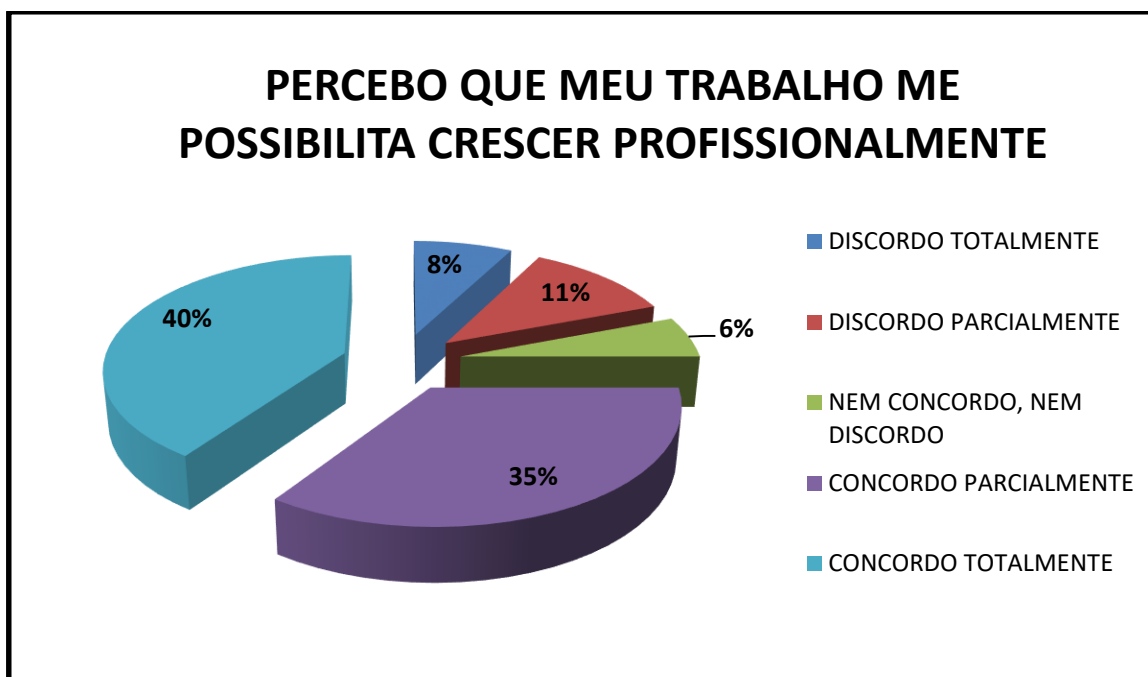
Para Saad (2002) o conceito de empregabilidade é imprescindível para compreender nossas potencialidades versus as oportunidades do mercado de trabalho.

Nesse aspecto é possível perceber a diversificação dos entrevistados na hora de opinarem em relação à capacitação profissional, possivelmente pela oferta a determinados setores ou determinados cargos.

É de extrema importância que esses níveis de percepção possam ser modificados, pois é 22% concordam parcialmente e logo em seguida vêm 21% dos entrevistados discordando totalmente de tais práticas de capacitação profissional dentro da empresa.

Isso demonstra que nem todos os setores da empresa estão sendo atingidos pelo Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI ou pelos programas de capacitação profissional, fator de deve ser revisto de forma efetiva e contínua, a fim de eliminar os índices de insatisfação quanto ao quesito capacitação profissional, pois tal fator é de extrema importância para o crescimento e amadurecimento pessoal/profissional dos colaboradores inseridos na empresa.

Gráfico 18 - Desenvolvimento Profissional



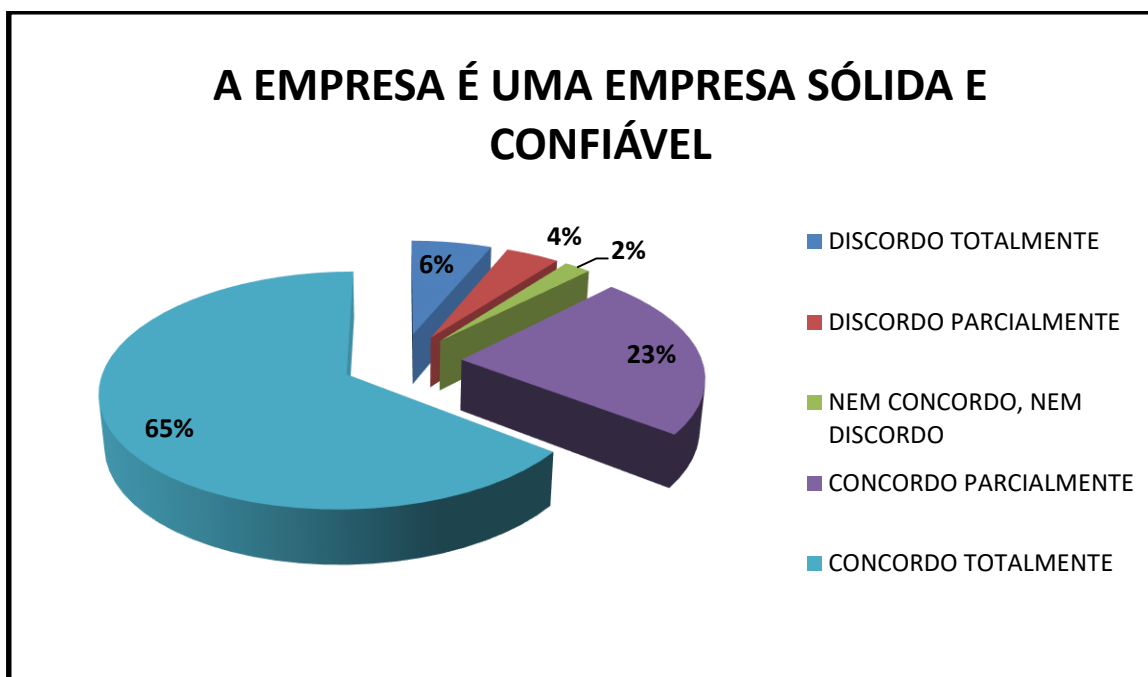
Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Durand (1998) assevera que "nos tempos medievais, os alquimistas procuravam transformar metais em ouro; os gerentes e as empresas hoje procuram transformar recursos e ativos em lucro. Uma nova forma de alquimia é necessária às organizações." Vamos chamá-la de 'competência'.

Baseando-se na teoria de Durand (1998) os dados analisados apontam que a Escola Superior de Educação do Pará – Esepa, ainda peca no quesito de treinar e desenvolver seus colaboradores com intuito que obter um diferencial ainda mais competitivo diante do mercado de trabalho e de oportunizar a eles crescimento na empresa.

Observa-se ainda que 35% dos entrevistados na empresa afirmaram que concordam parcialmente na relação de seu crescimento profissional, acreditamos ser um diferencial para todos os setores e líderes como fator de retenção e motivação, é um papel fundamental dentro da empresa, no quesito organizar, administrar, planejar, recrutar e selecionar pessoas, e principalmente treinar, objetivando o desenvolvimento das competências individuais e coletivas.

Gráfico 19 - Imagem da Empresa



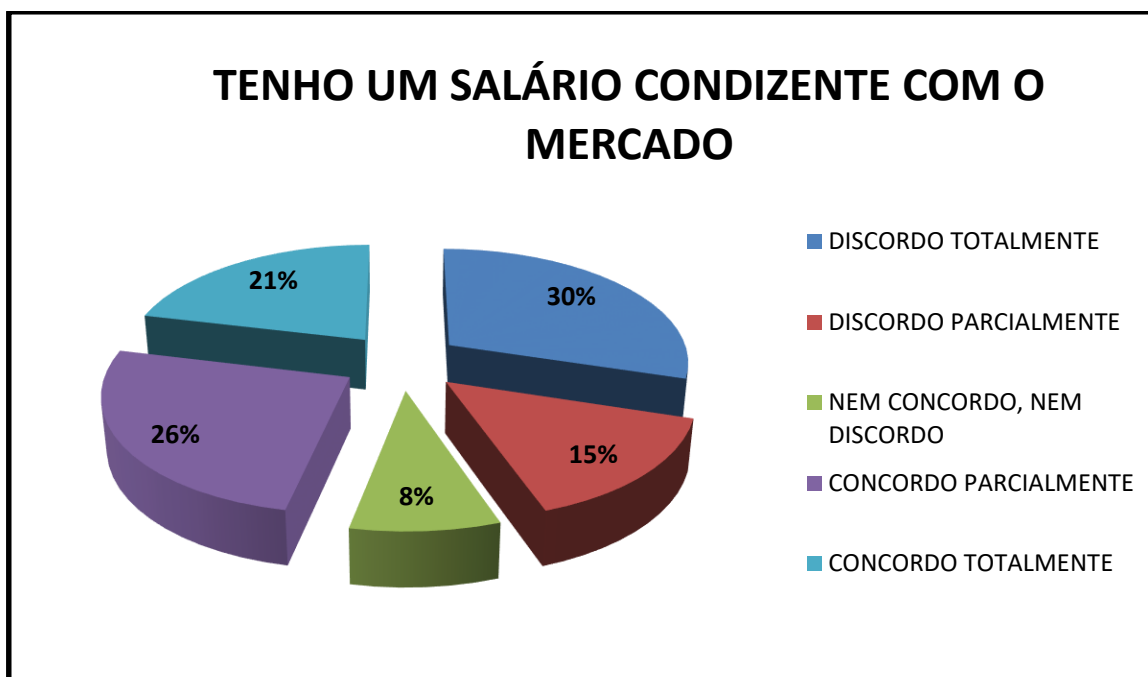
Fonte: Pesquisa de campo (2021).

O valor da reputação para o negócio é bem conhecido: “uma boa reputação aumenta o valor de tudo o que a organização faz e diz. A má reputação desvaloriza seus produtos e serviços e age como um ímã que atrai ainda mais desmoralização” (DOWLING, 2001, p. 8).

Ao analisar o gráfico acima, é perceptível que a empresa conseguiu atingir altos níveis de satisfação em relação a sua consolidação no mercado de trabalho, pois 65% dos entrevistados, afirmam acreditar que a empresa é sólida e confiável o suficiente para atingir altos níveis dentro do mercado de trabalho.

Fator este, que acaba sendo de certa forma uma estratégia de mercado, já que fazer parte de uma organização consolidada no mercado, motiva e incentiva cada vez mais seus funcionários que se dedicarem ainda mais, gerando resultados satisfatórios para a empresa e consequentemente, diferencial competitivo no mercado de trabalho, oportunizando ainda mais aos funcionários crescimento mutuo dentro da organização.

Gráfico 20 - Remuneração



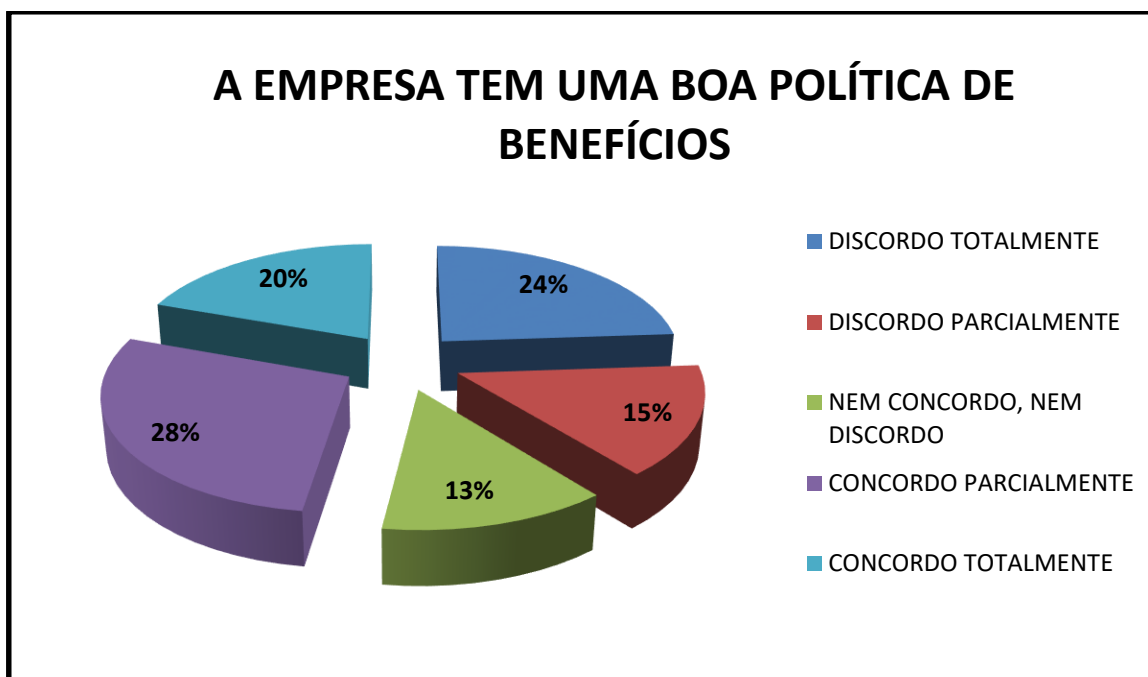
Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Segundo Resende (1999) o modelo tradicional de remuneração baseado em cargos e salários não obteve o sucesso esperado, pois gera uma elevação desnecessária da folha de pagamento, os funcionários ficam insatisfeitos com os critérios utilizados e reclamações trabalhistas pela falta de transparência e justiça na equiparação dos cargos. Isso só acontece, pois neste modelo não é considerado as variáveis culturais e estratégias de gestão.

Logo é importante salientar que essa análise ficou bastante dívida as opiniões dos entrevistados, são comportamentos normais do cotidiano dos funcionários, pois é comum o funcionário pleitear salários melhores e mais altos, vale ressaltar que tais aspirações só se podem prevalecer.

Quando os vários fatores que norteiam tais remunerações, se fazem presentes, tais como: investimento na carreira profissional com intuito de obter direito a ter um salário condizente com o mercado de trabalho, comportamentos alinhados com os valores da empresa, dentre outros fatores que se fazem necessários para o pleiteio de um salário almejado.

Gráfico 21 - Remuneração



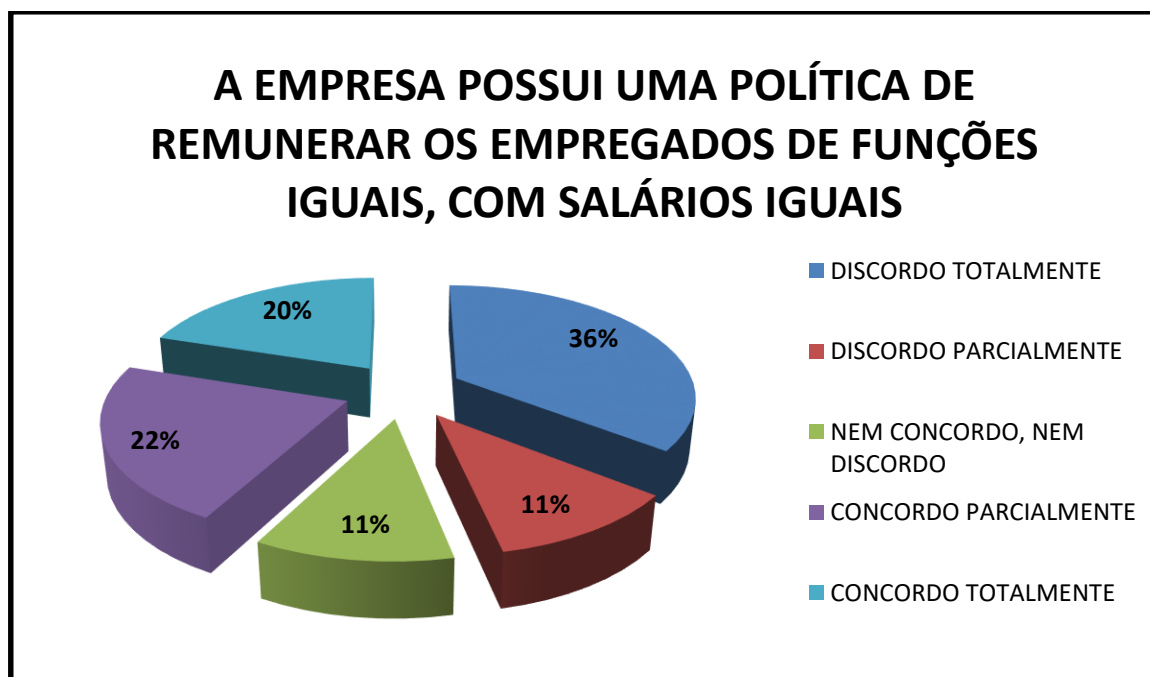
Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Os programas com essa finalidade desempenham um papel fundamental para o alcance das metas empresariais (GROSS; FRIEDMAN, 2004), apoiam a estratégia dos negócios (LAWLER III, 2000; CARRAHER et al., 2003; GROSS; FRIEDMAN, 2004; COHEN apud BABCOCK, 2005) e contribuem para efetividade organizacional (LAWLER III, 2000).

Como visto, a gestão de desempenho e de remuneração fazem parte de um processo maior de gestão organizacional, uma vez que permitem rever estratégias, objetivos, processos de trabalho e políticas de recursos humanos, entre outros, objetivando a correção de desvios e dando sentido de continuidade e sustentabilidade à organização.

Ao analisar o Gráfico 21, percebe-se que as políticas de benefícios da Escola Superior de Educação do Pará – Esepa vêm deixando de cumprir seu real papel, visando utilizar tais políticas como forma ou mesmo estratégia competitiva de mercado, diferenciando-se, assim, das demais concorrentes no mercado de trabalho.

Gráfico 22 - Remuneração



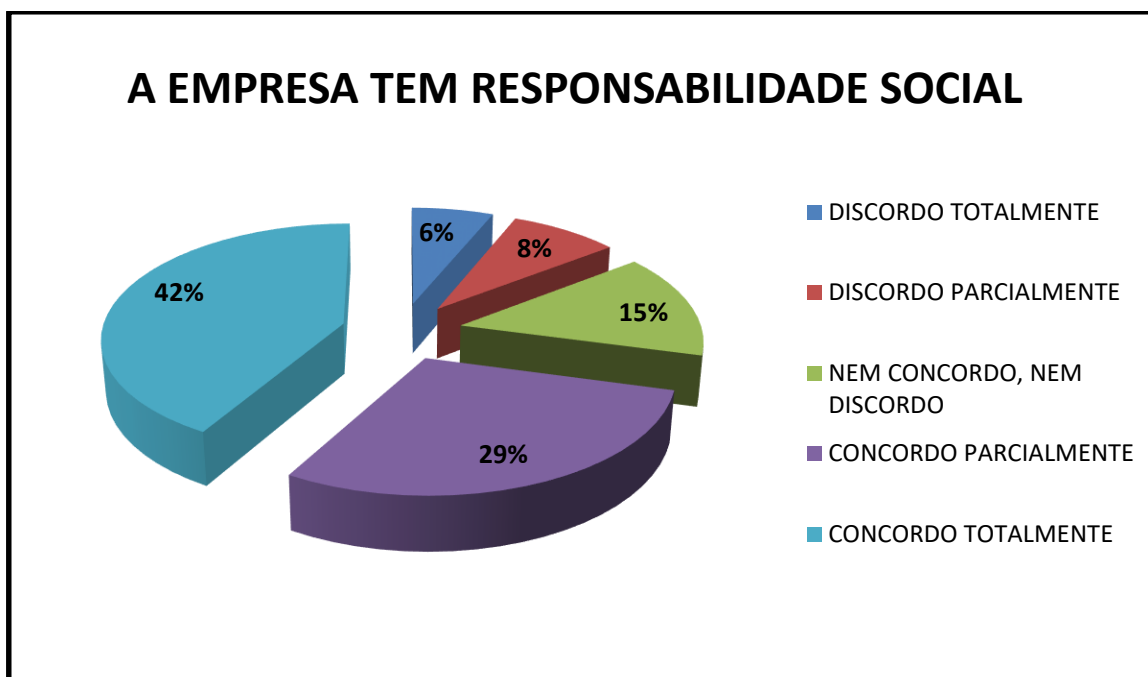
Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Conforme Resende (1999), as empresas estão insistindo no “aumento de mérito” baseado em fatores comportamentais ou ações pontuais, que muitas vezes acontece de forma equivocada, e acabam por menosprezar um critério mais adequado baseado em qualificação, capacitação e habilidades.

No Gráfico 22, 36% dos entrevistados não acreditam que a Escola Superior de Educação do Pará – Esepa enfatize a equiparação salarial dos funcionários por funções e cargos.

Fator que deve ser revisto pelo setor de Recursos Humanos para a verificação e adequação de tais políticas, com intuito de diluir tal insatisfação vigente na atual gestão da Escola Superior de Educação do Pará – Esepa.

Gráfico 23 - Imagem da Empresa

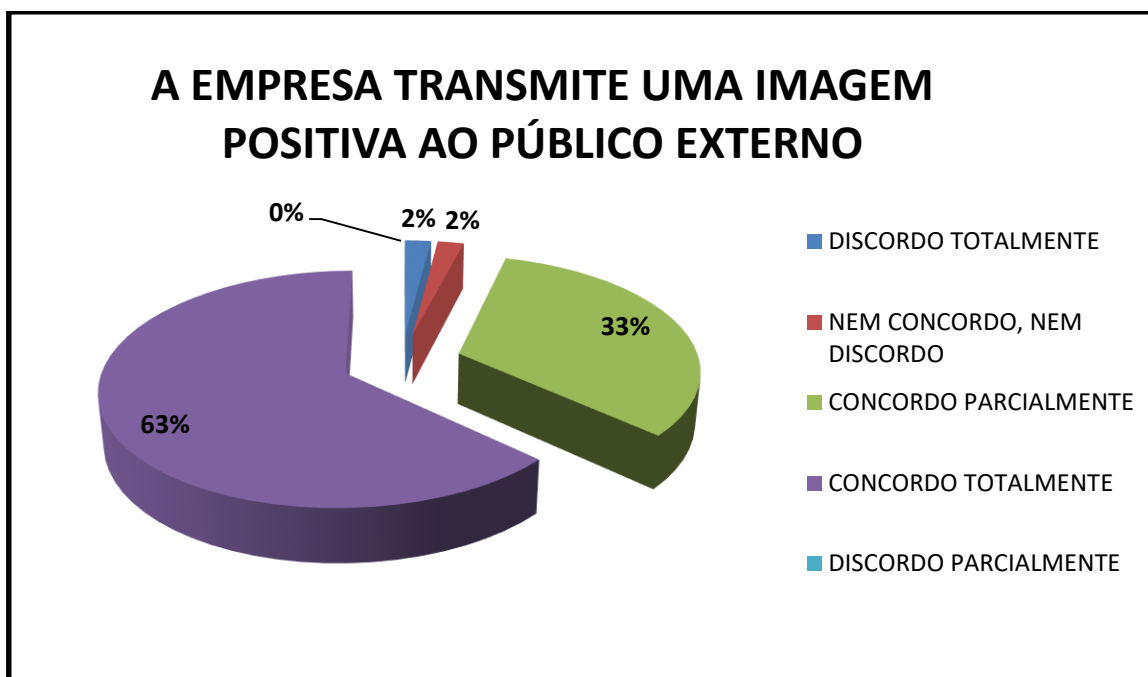


Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Segundo Jones (1996) faz uma abordagem crítica ao conceito de responsabilidade social corporativa, concluindo que o conceito e discurso da responsabilidade social corporativa carecem de coerência teórica, validade empírica e viabilidade normativa, mas que oferecem implicações para o poder e conhecimento dos agentes sociais.

Baseando-se na teoria acima mencionada é possível perceber no Gráfico 23 que 42% dos entrevistados, uma parte significativa dos funcionários, concordam que a Escola Superior de Educação do Pará – Esepa vem desenvolvendo a responsabilidade social de forma satisfatória, visando assim melhorar ainda mais suas políticas sociais e a imagem da empresa, como organização socialmente responsável diante da sociedade na qual está inserida.

Gráfico 24 - Imagem da Empresa



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Segundo Simões (1995), as Relações Públicas atuam em uma função política na organização, devendo-se pensar, e gerenciar a comunicação organizacional visando sempre na interface entre todos os elementos que compõem o processo de comunicação organizacional.

Em relação à imagem da Escola Superior de Educação do Pará – Esepa é extremamente satisfatório o percentual de entrevistados que acreditam verdadeiramente que a empresa passa uma imagem positiva a sociedade em geral, pois a equipe, que nela trabalha, contribui de forma eficaz para o seu sucesso e sente-se orgulhosa para isso, como é possível observar no Gráfico 24, que 63% dos entrevistados concordam totalmente com a mesma afirmativa.

CONCLUSÃO

Ao longo da construção deste estudo foi possível perceber que a Liderança da Escola Superior de Educação do Pará – Esepa de certa forma caminha em alinhamento com as estratégias da empresa, ou seja, se comporta nos moldes empresariais, mas que ainda precisa melhorar muito no quesito gestão de pessoas.

Ao propor identificar o perfil das lideranças e gestores e profissionais na Esepa foi possível verificar a opinião dos colaboradores em relação aos colegas de trabalho, gestores, a comunicação e avaliar o ambiente organizacional, com ênfase na Gestão com Pessoas. Para que este estudo fosse realizado contamos com a colaboração dos colaboradores do departamento de administração, pedagógico e operacional, o que nos deu acesso às respostas ao questionário que lhes foi proposto.

Soma-se a este momento o devido esclarecimento dos aspectos éticos pertinentes para a coleta de dados através da aplicação do questionário (Anexo A).

Observa-se que nos resultados obtidos a maioria dos colaboradores estão mais ou menos satisfeitos com a forma que os gestores lideram a equipe. Todavia ainda pode-se destacar que sempre a lugar para melhorias dentro da organização. A seguir veremos as recomendações para os gestores e demais interessados no tema.

Em seguida, no intuito de debater acerca dos aspectos da Liderança com ênfase em Gestão de Pessoas ficou notório que ainda existem muitas possibilidades de levantamentos mais aprofundados sobre o tema, pois se sabe que a Liderança pode e, definitivamente, interfere nos resultados a curto, médio e longo prazo da organização.

A partir do exposto pode-se ressaltar alguns aspectos que chamam atenção em relação ao proposto na análise comparativa dos perfis na Esep, partindo-se dos dados coletados, pode-se considerar que a maioria dos participantes da pesquisa consideram que suas lideranças apresentam uma real abertura para novas ideias que poderão trazer melhorias tanto as relações de trabalho quanto, no relacionamento entre empresa/funcionário/líderes. Este pode ser um forte indicativo de aumento significativo dos percentuais de satisfação entre os funcionários, e consequentemente aumentar os níveis de produção da organização.

Como recomendação sugere-se a elaboração e implantação do Plano de Cargos e Salários e que fosse criado o Programa de Oportunidade Interna – POI, pudesse haver mais momentos de integração entre Empresa/Gestores/Liderados da Escola Superior de Educação do Pará – Esepa no sentido de potencializar os resultados através do Clima Organizacional e do feedback aos mesmos, possibilitando assim, a sinergia adequada para o sucesso do departamento.

Dirigimos nossas recomendações ainda às lideranças e empresários da Escola Superior de Educação do Pará – Esepa, aos gestores; aos acadêmicos e demais profissionais que se interessem pelo tema estudado.

Destaca-se como uma das limitações pandemia SARS-Covid/19, ocorrida durante a coleta de dados, que dificultou a dificuldade de aplicação da entrega e recolhimento dos questionários aos participantes, já que estes estavam em período de revezamento semanal. Este fato fez com que a interação presencial necessária foi prejudicada, já que para nosso entendimento, auxilia e facilita o processo a interação e a reflexão acerca da temática pesquisada.

REFERÊNCIAS

- ADMINISTRADORES. Cultura organizacional: cultura e contribuições. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/cultura-organizacional-significado-e-contribuicoes/47238/> Acesso em: 20/09/2020.
- BARROS FILHO, Clóvis de. Ética na Comunicação: da informação ao receptor. São Paulo: Moderna, 1995.
- BASS, Bernard M. Liderança e Desempenho além das expectativas. New York: The Free Press, 1985.
- BASS, Bernard M. De transacional para liderança transformacional: aprendendo a compartilhar visão. *Dinâmica Organizacional*, 18 (3), 19-31, 1990.
- BERGAMINI, Cecília W. Liderança. Administração do Sentido. São Paulo: Atlas, 1994.
- BERGAMINI, Cecília Whitaker. Motivação nas organizações. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- BILHIM, João Abreu de Faria (1996). Teoria Organizacional: Estruturas e Pessoas. Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1996.
- BITENCOURT, Cláudia. Gestão Contemporânea de Pessoas: novas práticas, conceitos tradicionais. Porto Alegre: Bookman, 2004.
- BOWDITCH, James L. Fundamentos de Comportamento Organizacional. Rio de Janeiro: LTC, 2006. Tradução: Luiz Henrique Baptista Machado.
- BRANDÃO, Hugo Pena; GUIMARÃES, Tomás de Aquino. Gestão de Competências e Gestão de Desempenho. *Revista RAE*, FGV, v.41, n.1, jan./mar. 2001.
- BRASIL. Resolução CNS n. 466, de 12 de dezembro de 2012.
- BRASIL. Resolução CNS n. 510, de 07 de abril de 2016.
- CARRAHER, S. M.; HART, D. E.; CARRAHER JR., C. Attitudetowardsbenefitsamongentrepreneurialemployees. *Personnel Review*. v. 32, n. 6, 2003.
- CASADO, T. A motivação e o trabalho In: FLEURY, M.T.L. (Coord.). As pessoas na Organização. São Paulo: Gente, 2002.
- CHANDLER, Steve; RICHARDSON, Scoot. 100 Maneiras de motivar as Pessoas. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.
- CHIAVENATO, Idalberto. Administração: teoria, processo e prática. 3ª ed. São Paulo: Makron Books, 2002.
- CHIAVENATO, I. Gerenciando Pessoas: o passo decisivo para a administração participativa. São Paulo: Makron Books, 2004.
- CHIAVENATO, I. Introdução à teoria geral da administração. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2009. Edição compacta.
- CHIAVENATO, I. Introdução à teoria geral da Administração. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- CHIAVENATO, I. Os novos paradigmas: como as mudanças estão mexendo com as empresas. São Paulo: Atlas, 1996.

- CHIAVENATO, I. Recursos humanos na empresa. São Paulo: Atlas, 1989.
- CHIAVENATO, I. Recursos Humanos. Edição compacta. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- CHIAVENATO, I. Administração: teoria, processo e prática. 3 ed. São Paulo: Makron Books, 2002.
- CHIAVENATO, I. Gerenciando Pessoas: o passo decisivo para a administração participativa. São Paulo: Makron Books, 2004.
- CHIAVENATO, I. Gestão de Pessoas e o Novo Papel dos Recursos Humanos nas Organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- CHIAVENATO, I. Introdução à teoria geral da Administração. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- CHIAVENATO, I. Os novos paradigmas: como as mudanças estão mexendo com as empresas. São Paulo: Atlas, 1996.
- CHIAVENATO, I. Recursos humanos na empresa. São Paulo: Atlas, 1989.
- CHIAVENATO, I. Recursos Humanos. Edição compacta. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- CUNHA, Cleide; CARMO, Simone do. A Cultura e o Clima Organizacional e suas consequências no planejamento de carreira. Projeto de Pesquisa. Faculdade de Tecnologia da Amazônia. FAZ, 2007. Disponível em: <http://static.recantodasletras.com.br/arquivos/536680.doc>>. Acesso 15 Mar 2011.
- CURY, Antonio. Organização e métodos: uma visão holística. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- DAVENPORT, T., PRUSAK, L. Conhecimento empresarial. Rio de Janeiro: Campus, 1999. 237p.
- DAVENPORT, T., PRUSAK, L. Enxugamento de pessoal no Brasil: podem-se atenuar seus efeitos em empresa e indivíduo? Revista de Administração de Empresas, v. 40, n.1, p.29-41, 2000.
- DAVENPORT, T., PRUSAK, L. Reengenharia de processos. Rio de Janeiro: Campus, 1994.
- DOCA, Roberto. Pesquisa de clima organizacional e gestão estratégica de recursos humanos. In: BERGAMINI, Cecília W.; CODA, Roberto (org.). Psicodinâmica da vida organizacional: motivação e liderança. São Paulo: Atlas, 1997.
- DOWLING, G. Creating Corporate Reputations – Identity, Image and Performance. New York: Oxford University Press: 2001.
- DURAND, Thomas. Forms of incompetence. Trabalho apresentado na 'Conference of Management of Competence' [Anais...], Oslo, 1998.
- DUTRA, Joel Souza. Competências: Conceitos e instrumentos para a gestão de pessoas na empresa moderna. São Paulo: Atlas, 2008.
- FLEURY, Maria Tereza Leme, FISCHER, Rosa Maria. Cultura e poder nas organizações. Rio de Janeiro: Atlas, 1991.

- GIL, Antônio Carlos. Gestão de Pessoas: Enfoque nos Papéis Profissionais. São Paulo: Atlas, 2001.
- GOIS JÚNIOR, Luiz Eduardo Mello; ALMEIDA, Marcos Bezerra de. Fatores intervenientes da tomada de decisão no esporte. Rev. Acta Brasileira do Movimento Humano – Vol.3, n.2, p.01-18 – Abril/Junho, 2013 – ISSN 2238-2259.
- GOLEMAN, Daniel. Daniel Goleman na prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 2ª reimpressão
- GOMES, L. F. A. M; GOMES, C. F. S. Tomada de Decisão Gerencial: Enfoque Multicritério. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- GONÇALVES, José Ernesto Lima. Processo, que processo? São Paulo: 2000.
- GRAÇA, Hélio. Clima Organizacional: uma abordagem vivencial. Brasília: FUNADESP, 1999.
- GRAMIGNA, Maria. Rita. Modelo de competências e gestão dos talentos. Pearson Makron Books: São Paulo, 2002.
- GROSS, S. E.; FRIEDMAN, H. M. Creating an effective total reward strategy: holistic approach better supports business success. Benefits Quarterly, Brookfield, v. 20, n. 3, 2004.
- JONES, Marc T. Missing the forest for the trees: A critique of the Social Responsibility concept and discourse. Business and Society. v. 35, n. 1, p. 7-41, mar.1996.
- KOTTER, John P. “Os Líderes Necessários”: In: JULIO, Carlos Alberto; SILIBI NETO, José (Org.) Liderança e Gestão de Pessoas: autores e conceitos imprescindíveis. São Paulo: Publifolha. 2002. p 47-54. (Coletânea HSM Management).
- KOTTER, John P. O fator de liderança. Nova York: Free Press, 1988.
- KOTTER, John P. Uma força para a mudança: Como a Liderança difere a partir de gestão. Nova York: Free Press, 1990.
- LACOMBE, Francisco J. Masset e HEIBORN, Gilberto L. José. Administração: Princípios e Tendências. São Paulo: Saraiva, 2003.
- LAWLER III, E. Pay strategy: new thinking for the new millennium. Compensation and Benefits Review, v. 32, n. 1, 2000.
- LEGGE, K. Human resource management: rhetorics and realities. London: McMillan, 1995.
- LHALLIER, Loíse Amaral. Pesquisa Social e suas Relações com a Ação Social e o Compromisso Político do Pesquisador. Revista de Ciências Humanas. Vol. 6, No. 9, 1990.
- LOCKE, E. A. What is job satisfaction? Organizational Behaviour Human Performance. v. 4, n. 4, p. 309-336, 1969.
- LUCENA, Maria Diva S. Pensamento de Recursos Humanos. São Paulo: Atlas, 1990.
- LUZ, Ricardo Silveira. Clima Organizacional. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.
- LUZ, Ricardo Silveira. Clima organizacional. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1995.
- MALDANER, Otavio Aloísio. A formação inicial e continuada de professores de química professor/pesquisador. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000. 424p.

- MARQUES, José Roberto. *Leader Coach: Coaching como filosofia de liderança*. São Paulo, Ser Mais, 2013.
- MARQUES, José Roberto. Vantagens de um treinamento de motivação no trabalho. Disponível em: www.ibccoaching.com.br, acesso em: 01/08/2020.
- MARRAS, Jean Pierre. *Administração de Recursos Humanos: do operacional ao estratégico*. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- MASLOW, Abraham Harold. *Maslow no gerenciamento*. Rio de Janeiro: Qualimark, 2000.
- MATOS, Gustavo Gomes de. *Comunicação Empresarial sem complicação*. 2ª edição. Barueri, SP: Manole, 2009.
- MAXIMIANO, Antônio Cesar Amauri. *Além da hierarquia: como implantar estratégias participativas para administrar a empresa enxuta*. São Paulo, Atlas, 1995.
- MAXIMIANO, Antônio Cesar Amauri. *Introdução à Administração*. 5ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2000.
- MELLO, Mônica Seixas de Oliveira. *A qualidade do clima organizacional como variável interveniente no desempenho humano no trabalho: estudo de caso da empresa HERBARIUM*. 2004. 368 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.
- MOSCOVICI, Fela. *Desenvolvimento interpessoal: treinamento em grupo*. Rio de Janeiro. José Olympio, 1997.
- MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à Educação do futuro*. São Paulo: Cortez; 2011.
- MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2017.
- NUÑEZ-CACHO, Pedro; GRANDE, Félix Angel; LORENZO, Daniel. The effectsof coaching in employeesandorganizational performance: The Spanish Case. *Intangible Capital*. IC, 2015 – 11(2): 166-189 – Online ISSN: 1697-9818 – Print ISSN: 2014-3214 <http://dx.doi.org/10.3926/ic.586> Access: May, 2nd, 2020.
- PAGÈS, M. et al. *O poder das organizações*. São Paulo: Atlas, 1993.
- PIMENTA, Maria Alzira. *Comunicação Empresarial*. 4ª ed. São Paulo: Aliena, 2004.
- QUINN, R. E. *BeyondRational Management*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1998.
- RESENDE, Enio. *Remuneração e carreira baseadas em competências e habilidades: Salário deixa de ser problema para tornar-se solução*. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed: ABRH - Nacional, 1999.
- RIBEIRO, Antônio de Lima. *Teoria da Administração*. São Paulo: Saraiva, 2003.
- ROBBINS, S. P. *Comportamento Organizacional*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall, 2005.
- ROST, Joseph C. *Liderança para o Vigésimo primeiro Século*. Westport: Praeger, 1993.
- RUITA, Ana Maria; BUCELLI, Dalton Osvaldo. *Critérios de excelência*. São Paulo: FPNQ, 2001.
- SAAD, E. *Empregabilidade*. In: BOOG, Gustavo, BOOG, Magdalena (Coords.). *Manual de gestão de pessoas e equipes: volume 2*. São Paulo: Gente, 2002.

SILVA, Gustavo de Sá e. Administração de Empresas e Desenvolvimento. RAE - Revista De Administração de Empresas 11.3 (1971). Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901971000300001, Acesso em: 20/03/2021.

SILVA, Reinaldo de Oliveira da. Teoria da Administração. São Paulo: Pioneira ThomsomLeanirg, 2005.

SILVA, Dirceu. SIMON, Fernanda Oliveira. Abordagem quantitativa da análise de dados de pesquisa: construção e validação da escala de altitude. Cadernos CERU. série 2. N. 16, 2005.

SIMÕES, Roberto Porto. Relações Públicas: função política. 3ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Summus, 1995.

SORIO, Washington. Clima Organizacional. Disponível em: www.guirh.com.br>. Acessado em: 13 Mar 2019.

TACHIZAWA, Takeshy; FERREIRA, Victor Claudio Paradela; FORTUNA, Antônio Alfredo Mello. Gestão com Pessoas: Uma abordagem aplicada às estratégias de negócios. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

TEIXEIRA, Elizabeth. As três metodologias. 3ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

TRIGO, J. R.; COSTA, J. A. Liderança nas organizações educativas: a direcção por valores, Ensaio. Avaliação e Políticas Públicas em Educação. Rio de Janeiro, v. 16, n. 61, p. 561- 582, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362008000400005 Acesso em: 10/02/2021.

WOOD JR. T.; PICARELLI FILHO, V. Remuneração Estratégica: a nova vantagem competitiva. São Paulo: Atlas, 1996.

ZARIFIAN, P. Objetivo competência. São Paulo: Atlas, 2001.



**GESTÃO EM EDUCAÇÃO
SUPERIOR A DISTÂNCIA:
DESAFIOS ENFRENTADOS
PELOS GESTORES E
TUTORES**

GESTÃO EM EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA: DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS GESTORES E TUTORES.

Mylene Cunha de Melo Calixto
Ilderley da Silva Moraes

RESUMO

A Educação a distância tem uma ampla trajetória histórica e atualmente registra a modalidade educacional com um número ascendente de matrículas. A separação física dos alunos, tutores e gestores nos cursos superiores de educação a distância poderá criar lacunas e dificuldades caso a gestão e os tutores não realizem um trabalho de integração com a comunidade acadêmica. A habilidade exigida dos gestores e tutores dessas instituições acadêmicas para atingir metas como a manutenção e expansão de matrículas, entre outros fatores que são exigidos para preservar não somente a credibilidade do estabelecimento de ensino, mas também para atrair mais discentes. O presente artigo teve como objetivo a compreensão do transcurso defrontando pelos gestores das faculdades a distância, podemos notar com a pesquisa um foco no trabalho dos tutores e gestores para realizar um melhor atendimento ao aluno. Foi realizada um levantamento bibliográfico sobre a temática publicados nos últimos cinco anos, além de uma investigação com representantes de uma faculdade a distância localizada no município de Belém.

Palavras-Chave: Educação a distância; Gestão educação superior; Tutores; Interatividade; Tecnologia.

ABSTRACT

Distance Education has a broad historical background and currently records the educational mode with a rising enrollment. The physical separation of students, tutors and administrators in higher education distance education can create gaps and difficulties if the management and the tutors do not perform an integration work with the academic community. The skill required of managers and guardians of these academic institutions to achieve goals such as maintaining and expanding enrollment and other factors that are required to preserve not only the credibility of the educational establishment, but also to attract more students. This article aims at understanding the course facing the managers of the distance to schools, we can note with a focus on the research work of tutors and managers to do a better service to the student. A literature review on the subject published in the last five years was carried out, and an investigation with representatives of a college distance located in the municipality of Belém.

Keywords: Distance learning; Management higher education; Mentoring; Interactivity; Technology.

ABSTRACTO

La Educación a Distancia tiene una amplia trayectoria histórica y actualmente registra la modalidad educativa con un número creciente de matrículas. La separación física de estudiantes, tutores y directivos en los cursos de educación superior a distancia puede generar lagunas y dificultades si la dirección y los tutores no realizan una labor de integración con la comunidad académica. La habilidad que se requiere de los gerentes y tutores de estas

instituciones académicas para lograr metas como mantener y ampliar la matrícula, entre otros factores que se requieren para preservar no solo la credibilidad del plantel educativo, sino también para atraer a más estudiantes. Este artículo tuvo como objetivo comprender el rumbo que enfrentan los gerentes de colegios a distancia, podemos ver con la investigación un enfoque en el trabajo de los tutores y gerentes para brindar un mejor servicio al estudiante. Se realizó una encuesta bibliográfica sobre el tema publicada en los últimos cinco años, además de una investigación con representantes de un colegio a distancia ubicado en la ciudad de Belém.

Palabras clave: Educación a distancia; Gestión de la educación superior; Tutores; Interactividad; Tecnología.

INTRODUÇÃO:

As matrículas nas faculdades de educação a distância têm crescido significativamente nas últimas décadas no Brasil. Para manter a qualidade no processo de ensino, de acordo com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação superior, quatro tópicos são analisados nas avaliações dos cursos: A melhoria da qualidade da educação superior, orientação da expansão de sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e ao aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior.

Além de alcançar outras metas como um aumento no número de matriculados, a gestão fica responsável pela organização e planejamento do processo de ensino e conta com a colaboração dos tutores para que seja criado um ambiente harmonioso que atenda as expectativas dos discentes.

A educação a distância contemporânea é subdividida entre 100% a distância em que todas as atividades são realizadas pela plataforma virtual e semipresencial que tem encontros presenciais uma vez na semana e o restante das aulas são realizadas pela plataforma virtual.

Os alunos que frequentam as aulas semipresenciais, contam com o apoio do tutor virtual e do tutor presencial. O tutor virtual é responsável pela correção das atividades e verifica se o aluno está com pendências e o alerta quando tem alguma atividade que ainda não foi realizada. O tutor de sala media as aulas transmitidas via satélite, tira dúvidas e é responsável pelo lançamento da presença dos discentes.

Em relação ao polo central da Unopar localizada em Londrina, verificamos que apresenta cursos que não tem nos polos de Belém, como por exemplo odontologia, nutrição, fisioterapia, além de mestrado e também apresenta uma biblioteca física com cerca de 46 mil livros e periódicos e também conta com laboratórios. Nos polos de Belém não contam com biblioteca física, os alunos têm acesso a uma biblioteca virtual e também não têm laboratórios.

Este estudo objetiva a compreensão sobre o processo de atuação do gestor e tutor do sistema de ensino de Educação a Distância (EAD), para podermos depreender como essas instituições se planejam para atrair um maior número de alunos matriculados.

Foi feita uma pesquisa utilizando fontes bibliográficas e entrevistas. Decorrente deste fato, tivemos como indagação quais as estratégias adotadas pelo gestor da Famac/Belém e os tutores dos cursos de administração, pedagogia e educação física para manter os alunos antigos e atingir mais matrículas.

REFERÊNCIAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS:

De acordo com Moran (2012) temos três modalidades educacionais: A educação a distância e presencial. A educação a distância pode ou não ter momentos presenciais e acontece tendo os docentes e discentes separados fisicamente, mas que estão juntos através da tecnologia de comunicação e informação. A educação presencial, os alunos e professores se encontram sempre em um mesmo espaço físico chamado sala de aula.

A proliferação crescente de novas informações e tecnologias da comunicação favorecem o desenvolvimento da educação a distância que está cada vez mais complexo para as práticas dos gestores e tutores nesse setor.

O trabalho dos tutores e gestores da educação a distância são considerados complexos, uma vez que envolve as ações desses sujeitos que devem satisfazer as diferentes necessidades dos alunos, professores e investidores do estabelecimento de ensino. Nas estratégias devem estar incluídas técnicas para garantir o cumprimento de metas, como por exemplo, o aumento do número de matrículas.

Histórico da Educação a distância no Brasil

No Brasil a modalidade de Educação a Distância teve início no século XX, ocorrendo devido uma necessidade do mercado de trabalho. Durante o processo da industrialização que ocasionou a necessidade de formar os operários para determinada ocupação laboral, portanto a modalidade a distância se tornou uma possibilidade para suprir a carência do mercado do trabalho que ofertava vagas que não eram ocupadas devido ao trabalhador não terem formação, sendo uma carência maior na área rural que teve inicialmente, a utilização dos rádios locais que foram uma viabilidade para que os habitantes não precisassem se deslocar para os centros urbanos para estudarem. Atualmente, o público da educação a distância são pessoas que almejam uma ascensão profissional, a maioria oriunda da classe social menos favorecida economicamente e pela alternativa da flexibilidade de tempo, optam pela educação a distância.

Autores mais críticos questionaram os objetivos envolvidos na educação a distância. Nunes (1992) nos aponta que o histórico da Educação a Distância no Brasil esteve interligado com a exigência da formação profissional. Além dos mais o autor nos afirma que a partir da década de 30, tivemos uma manipulação política utilizando o ensino EAD como instrumento ideológico para alfabetizar parte da população sendo que não ocorria de forma crítica e reflexiva, ocorrendo apenas o ensino de códigos linguísticos visando formar apenas a decodificação desses códigos.

Nesse período, de acordo com o autor, tivemos também o surgimento do Instituto Rádio Técnico Monitor no ano de 1939, e o Instituto Universal Brasileiro, em 1941 que foram responsáveis pela formação da educação profissional básica. No Instituto Rádio Técnico Monitor no ano de 1939, as apostilas do curso eram enviadas pelos correios juntamente com o material primordial para o aluno colocar em prática os conhecimentos apreendidos durante as aulas, como por exemplo, se o curso era sobre manutenção e montagem de rádio, era enviado pelos correios, além do material técnico, as ferramentas e peças também eram remetidas para o aluno vivenciar o momento prático do curso. Instituto Universal Brasileiro, ainda está atuante no mercado e oferece mais de 70 cursos que são divididos entre técnico (técnico em logística, secretariado, segurança do trabalho, etc.), profissionalizante (corte e costura, mestre em obras e edificações, montagem e manutenção de computadores, etc.), supletivo (ensino fundamental e médio) e preparatório (fundamental e médio).

A partir do ano de 1967 durante a ditadura militar tivemos a criação do Centro Brasileiro de TV Educativa que objetiva transmitir conteúdos relacionados a educação, cultura e desportos.

No ano de 1995 tivemos a criação do Telecurso 2000 que objetivava a formação de parte da população que não havia terminado o ensino fundamental e médio, também tivemos a criação do Telecurso 2000 profissionalizante (automação, leitura e interpretação de desenho técnico-mecânico, higiene e segurança do trabalho, etc.). Esse modelo perdurou até 2007 e após esse tempo passou por uma reformulação para atender as demandas pautadas nas legislações educacionais.

Outra relevante data para a Educação a Distância foi no ano de 1996 que tivemos a criação da Secretaria de Educação a Distância (SEED) que objetivou fomentar a utilização dessa modalidade educacional. Além do mais também tivemos na Lei das Diretrizes e Bases da Educação que promulgou o EAD como uma modalidade equivalente aquelas já existentes (Fundamental, Médio, Superior e Pós-Graduação)

Em 1997 a SEED/MEC elaborou o Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO) que tem por finalidade proporcionar o uso educacional da informática para os alunos da educação básica da rede pública. O programa além de oferecer os equipamentos, softwares e estruturas adequadas, similamente promove cursos de formação para os educadores virem atuar com estes discentes.

No ano de 2000 as primeiras universidades foram credenciadas no Ministério da Educação e Cultura (MEC) que teve a matrícula de 8.002 discentes em todo o país.

HISTÓRICO DA FAMAC/ UNOPAR

Há 12 anos o Grupo MAC de Ensino faz o diferencial no setor educacional em Castanhal. É uma empresa que iniciou com um cursinho preparatório para vestibular e concursos públicos e em menos de dois anos criou o Colégio MAC que hoje atende alunos do 6º ano ao convênio no município de Castanhal.

Em 2007, objetivando levar a formação superior aos paraenses, o Grupo MAC inaugurou a Famac, que se tornou parceira da UNOPAR e assim trouxe para Castanhal cursos de graduação reconhecidos pelo MEC com preços acessíveis a população. A instituição que tem sede no município de Castanhal é atualmente a segunda maior em número de alunos no país e além de já está nas cidades de Castanhal (3 unidades), está também em Belém (2 unidades), Paragominas (1 unidade), Abaetetuba (1 unidade) e Cametá (1 unidade), com 26 cursos de graduação e pós-graduação reconhecidos pelo MEC.

No Pará, estima-se que esta rede de ensino atenda aproximadamente 6.200 alunos pela modalidade de ensino presencial e mais de 1.100 formados pela instituição.

A Unopar é a maior instituição de ensino à distância do país, presente em mais de 450 municípios brasileiros e em expansão no estado do Pará, contando atualmente oito unidades.

Como suporte operacional, a Famac/Unopar conta com o Sistema de Ensino Presencial Conectado – SEPC, que é uma infraestrutura tecnológica diferenciada que possibilita o desenvolvimento dos ambientes virtuais dos cursos oferecidos no estabelecimento.

As aulas no Sistema de Ensino Presencial Conectado SEPC são geradas em Londrina no Paraná, no Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas. Das salas de geração do SEPC o sinal é transmitido diretamente ao satélite, utilizando para isso o padrão Multicasting de redes.

ELUCIDANDO ACERCA DA MODALIDADE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Há uma variedade de definições para o termo "educação a distância", ele está se tornando um conceito muito evasivo para definir, tanto a partir de ponto de vista teórico quanto

prático. Alguns autores argumentam que, devido à sua expansão considerável, a educação a distância agora se refere a qualquer atividade educacional em que os alunos são separados do corpo docente e seus pares, e isso pode incluir, além de aprendizagem independente, em ambientes síncronos ou assíncronos com uma variedade de modos de instrução. Como podemos notar:

“...a Educação a Distância como a separação física entre professor e aluno, que a distingue do ensino presencial, comunicação de mão dupla, onde o estudante beneficia-se de um diálogo e da possibilidade de iniciativas de dupla via com possibilidade de encontros ocasionais com propósitos didáticos e de socialização” (KEEGAN,1991)

Os estudiosos sugerem que a modalidade de educação a distância se tornou bem-sucedida por ter uma flexibilidade enquanto ao acesso ao sistema e por dá um suporte ao aluno para facilitar o acesso ao ambiente virtual aonde as atividades são realizadas, e vídeo aulas são assistidas. Em tal sistema, com professores qualificados e com experiência no ensino EAD oferece ajuda aos alunos para organizarem seu tempo e desenvolver suas habilidades de estudo, além da prestação de assistência tutorial durante o curso, pessoalmente ou virtualmente.

A educação a distância pode ser pensada tanto como um conjunto de métodos e de um modo de provisão. Focando no conjunto de métodos, a educação a distância está preocupada em encontrar maneiras de se comunicar e medeiam o currículo, sem necessariamente exigir professores e estudantes para estar no mesmo lugar ao mesmo tempo. Em relação aos métodos de ensino a distância, temos a geração de recursos de aprendizagem, estruturado para o estudo independente, pode ser integrado que caso contrário pode ser predominantemente integrado com encontros presenciais nos polos de Educação a Distância.

Tendo como base a legislação, temos:

§ 1o A Educação a Distância organiza-se segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares, para as quais deverá estar prevista a obrigatoriedade de momentos presenciais para:

I – avaliações de estudantes;

II – estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente;

III – defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente;

IV – atividades relacionadas a laboratórios de ensino, quando for o caso. (BRASIL, 2005)

Como um modo de provisão, a educação a distância está preocupada com a construção de programas que pressupõem a separação espacial e/ou temporal de professores e alunos, para a maioria, e possivelmente a totalidade, da aprendizagem experiência. A educação a distância se concentra na aprendizagem de projeto, e a implementação de ensino e aprendizagem, apoiada na avaliação (com ou sem suporte da tecnologia) que tem como objetivo proporcionar oportunidades educacionais para os estudantes que não estão fisicamente nos polos.

As instituições podem optar por um único modo de provisão em que toda a oferta é através da distância ou de um modo misto em que os cursos e programas envolvem uma combinação de métodos tradicionalmente associados com uma parcela a distância e presencial.

Enquanto as oportunidades de aprendizado online possam ser oferecidas tanto para alunos remotos pelo campus e também a distância que tem como premissa um corpo discente diversificado e distribuído geograficamente pelos diversos estados brasileiros, com um nível de aprendizagem independente, e apoio descentralizado para os alunos que podem nunca frequentar o campus central ou até mesmo um centro satélite. Portanto terão à disposição apoio online e suporte a distância que não pode ser confundido embora estejam correlacionados e ambos são essenciais para o processo de ensino.

O ensino à distância pode assim, ser entendida como um conjunto de métodos, que visa uma aprendizagem estruturada, bem como um modo de transmissão de conhecimento que não se faz necessário a presença física por longos períodos. O modo que está disposto visa a criação de um ambiente de aprendizagem usando uma combinação adequada de diferentes recursos de aprendizagem (chat, fórum, etc.), apoio tutorial, grupo de discussão e sessões práticas (real ou virtual ou uma combinação de ambos). Sobre este aspecto, podemos verificar:

A Educação à Distância, assim como toda a Educação, encontra-se necessariamente vinculada ao contexto histórico, político e social em que se realiza, sendo considerada, sempre, como uma prática social de natureza cultural. A Educação à Distância não deverá ser pensada como algo a parte da organização de ensino, mas como uma modalidade de educação que, em função de suas peculiaridades espaço-temporais, dos tipos de mídias e recursos tecnológicos utilizados e de suas características contextuais, requer a organização de um sistema que ofereça ao aluno as condições necessárias para que o mesmo efetue sua formação (BOLETIM – SALTO DO FUTURO/ MEC, 2002)

O fato é que a educação a distância utiliza as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) para apoiar o ensino e a aprendizagem que estão cada vez mais ocupando ou operando um espaço comum, aponta para uma indefinição mais geral da distinção entre distância e presencial.

A GESTÃO NO ENSINO EAD

A dinâmica alternativa deste sistema para preparação de professores e para sustentar a qualidade da entrada do professor nesse meio, como: concepção e desenvolvimento curricular, práticas curriculares que são princípios da pedagogia emergentes, além da avaliação de desempenho alunos são práticas essenciais que os gestores devem ficar atentos. Sobre esse aspecto, temos:

A emergência dos consórcios e dos modelos de ensino não-presenciais a partir de estruturas institucionais tradicionalmente organizadas para o ensino presencial está exigindo novas formas de gestão organizacional ainda somente ensaiados, pois há poucos modelos em que se inspirar. Mesmo os exemplos internacionais precisam ser adaptados às nossas características da cultura institucional do país, com seus vícios e empecilhos burocráticos, e à necessidade de alguma forma de controle externo da qualidade, principalmente quando se está lidando com uma metodologia que traz com ela as inseguranças inerentes da novidade. (RONDELLI, 2002)

Durante a entrevista realizada com a gestora do polo de Belém da Famac/Unopar foi questionado se ela já havia tido experiência na gestão a distância e como ela definia o seu papel na Famac/Unopar. Ela respondeu que já vem de outra faculdade a distância em Belém, trabalhou durante 5 anos nesse espaço e atualmente seu trabalho era mediar e reorganizar o polo, haja visto que estava alguns meses sem um gestor e algumas lacunas como o alto índice de evasão dos discentes precisavam ser resolvidas urgentemente.

O processo da gestão é mediar as atividades realizadas de forma eficiente e eficaz com e através de outras pessoas. É algo que acontece em todas as organizações. As funções gerenciais de planejamento, organização, liderança e controle pode ser feito bem ou mal. Quando são feitos mal, recursos são desperdiçados, oportunidades são perdidas, instituições perderão seus clientes, a credibilidade cai, e, no final, a instituição passa por problemas em todos os setores.

Durante a entrevista também foi questionado quais as características necessárias para ser um gestor. Foi respondido que seria necessário criar parceria com os tutores e criar vínculos com os alunos, pois já havia altas queixas de atendimentos inadequados ali no espaço que ela está atuando, fazendo com que os alunos ficassem frustrados e optassem em fazer transferência para uma outra universidade, haja visto que suas expectativas não eram atendidas.

Sobre as características necessárias para a modalidade de educação a distância:

- O aluno como sendo o centro do processo educativo.
- O docente que será o motivador e possibilitador da aprendizagem cooperativa e interativa no ambiente virtual.

- A comunicação que poderá ser realizada através de material impresso, audiovisual, telemática (Internet, softwares, CD-ROM, vídeo interativo, hipermídia, entre outros) e a tutoria mediando o presencial e o virtual.
- A estrutura e organização dos materiais, da distribuição de materiais, processos de comunicação e avaliação, fazem parte do processo inicial no desenvolvimento de programas de ensino a distância. (LANDIM, 1997)

Em relação as questões pedagógicas para serem resolvidas a gestora informou que constantemente faz reuniões com os tutores e sempre está em contato com eles para poder constatar as dificuldades dos alunos e assim em conjunto tentar solucionar os problemas que podem surgir, como por exemplo, o aluno que alega dificuldade em acessar o sistema virtual para realizar uma atividade, é encaminhado para o setor da informática que conta com profissionais habilitados para tirar as dúvidas que surgem em relação ao ambiente virtual. Além do mais, a gestora informou que realiza também atendimentos aos alunos todos os dias.

A entrevistada também foi questionada acerca de além resolver as questões pedagógicas, quais outros aspectos também faziam parte do seu trabalho. Foi respondido que ela era responsável por enviar a frequência dos funcionários para que fosse realizado o pagamento, realizava os pagamentos, enviava semanalmente a lista de presença dos alunos, precisava controlar a frequência e contava com o apoio dos tutores para verificar quais os alunos faltosos para ela poder entrar em contato posteriormente visando diminuir a evasão universitária, enviava relatórios para os acionistas acerca de suas constatações do cotidiano do espaço, promove campanhas para aumentar o número de matrículas e por essa necessidade é realizado o “FAMAC day” que conta com a ajuda dos tutores e secretarias para realizarem ligações para os alunos que prestaram vestibular para instituição e informar que estes já podem efetuar a matrícula e durante esse processo deverá ser informado os descontos que o aluno poderá ter se realizar o pagamento antecipado além de tirar possíveis dúvidas que ainda surgem em relação ao sistema de ensino a distância. Ela concluiu falando que seu trabalho no polo é um conjunto de ações tanto pedagógicas quanto administrativas.

No portal do UAB/Capes está discriminado o que é um polo de apoio presencial, sua função e organização:

Os polos de apoio presencial são as unidades operacionais para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância pelas instituições públicas de ensino superior no âmbito do Sistema UAB. Mantidos por Municípios ou Governos de Estado, os polos oferecem a infraestrutura física, tecnológica e pedagógica para que os alunos possam acompanhar os cursos a distância.

O polo de apoio presencial também pode ser entendido como "local de encontro" onde acontecem os momentos presenciais, o acompanhamento e a orientação para os estudos, as práticas laboratoriais e as avaliações presenciais. O objetivo dos polos é oferecer o espaço físico de apoio presencial aos alunos da sua região, mantendo as instalações físicas necessárias para atender aos alunos em questões tecnológicas, de laboratório, de biblioteca, entre outras.

Durante a entrevista foi constatado a preocupação em atingir a meta proposta pelos acionistas de obter 5 mil alunos matriculados, e para isso, era utilizado a gestão estratégica no estabelecimento Famac/Unopar.

A gestão na educação, deverá ser realizada de modo que o produto é eficiente (ou seja, a relação entre as entradas e saídas do processo educativo são administrados para minimizar os custos dos recursos) e eficaz (é, ele alcança seus objetivos), é de vital importância para aqueles que têm uma participação no setor. Isso os proprietários e acionistas das instituições privadas de ensino e os próprios alunos.

Hoje em dia a maioria das organizações de ensino superior planejam suas atividades de acordo com os requisitos de abordagem da gestão estratégica. Assim, os gestores colocam o processo de gestão estratégica na prática.

Sobre a definição da gestão estratégica, temos:

Gestão Estratégica é uma forma de acrescentar novos elementos de reflexão e ação sistemática e continuada, a fim de avaliar a situação, elaborar projetos de mudanças estratégicas para acompanhar e gerenciar os passos de implementação. Como o próprio nome diz, é uma forma de gerir toda uma organização, com foco em ações estratégicas em todas as áreas. (CAMPOS, 2009).

Conforme Campos (2009), o processo de gestão estratégica consiste nas fases de uma análise do ambiente, em determinar os objetivos, a análise das opções estratégicas, a tomada de decisões entre as opções estratégicas, aplicação de estratégias, controle e avaliação

Partindo de uma análise do ambiente, nesse particular objetivo básico inicial que tem como missão o foco em determinar a organização e os meios para atingir as metas. A próxima fase inclui uma análise das opções estratégicas. Depois de fazer uma decisão entre opções analisadas, chega a fase de aplicação.

A última fase é constituída por uma avaliação dos resultados alcançados após a aplicação das estratégias. A documentação e comunicação é feita nesta última fase. A realização equilibrada e correta dos elementos da abordagem de gestão estratégica só é possível com os meios e técnicas que são usados na gestão estratégica.

A abordagem de gestão estratégica leva a organização como uma unidade inteira e afirma que o sucesso na criação de uma identidade organizacional seria conquistado através divisão do trabalho entre os diversos escalões da organização estabelecimento.

No ambiente de ensino à distância, deverá ser realizada uma reflexão cuidadosa em relação quais mecanismos de execução são apropriados para serviços de apoio aos estudantes universitários. Garay (2000) identifica duas razões para isso. Em primeiro lugar, a experiência indica que os alunos precisam de apoio, a fim de ter sucesso, e, segundo a visão sistêmica que geralmente usamos para discutir a educação à distância inclui serviços de apoio.

Behar (2009) argumenta que a adoção da abordagem centrada no aluno auxilia e cria uma ponte que contribui para uma diminuição na sensação de distanciamento entre a comunidade acadêmica. Nós podemos minimizar a distância e seus efeitos psicológicos, empregando métodos e técnicas para construir o “rapport”, que é uma técnica que utiliza uma ligação de sintonia e empatia entre as pessoas e assim visa diminuir o isolamento e melhorar a interação.

A entrevistada informou que enfrentou bastante dificuldade ao chegar no estabelecimento, pois estava alguns meses sem uma pessoa responsável pela gestão e assim criou um ambiente com bastante conflitos que precisavam ser solucionados o mais breve possível. Foi citado os alunos insatisfeitos com cobranças indevidas, determinados cursos com tutores faltosos, falta de infraestrutura como por exemplo um espaço para o curso de estética e imagem pessoal, além das constantes queixas dos alunos de educação física que exigiam material para as aulas práticas como colchonetes, bolas, entre outros recursos que não tinham na faculdade, além das dificuldades em estabelecer vínculos com outras instituições para realizar o estágio supervisionado dos discentes.

É importante salientar que os gestores que identificarem a falta de apoio dos tutores (presenciais ou virtuais), se receberem queixas dos alunos sobre as dificuldades em entrar em contato com os tutores, será um ponto que terá que ser revisto pelos gestores e será necessário ter uma conduta diferente pois é um dos fatores que pode contribuir na decisão da suspensão das matrículas por parte dos discentes.

As Tecnologias de comunicação e informação (TICs) fornecem um meio para a interação entre aluno e tutores, síncrona ou assíncrona, vinda de uma pessoa (aluno ou tutor) ou bidirecional. O desenvolvimento de ferramentas adequadas para prosseguir o diálogo é necessário. O uso de uma variedade de meios de comunicação e engajamento significativo com os indivíduos permitirá uma maior oportunidade de alcançar os objetivos afetivos de serviços para os estudantes, assim uma diminuição do abandono ao longo do curso.

Podemos notar algumas alternativas possíveis de superação dos desafios da evasão:

- Organização de grupos de estudo no polo – o grupo de estudo pode se constituir em uma estratégia que possibilita ao estudante a superação das dificuldades quanto ao contato físico e a delimitação do tempo de estudo. A sistematização deve ter como eixos os temas/conteúdos das disciplinas e as demandas apontadas pelos professores, sendo que o tutor presencial tem o papel de mediador que apesar de não ter domínio sobre os conteúdos das disciplinas, possibilita os encaminhamentos necessários ao estudo.
- Incentivo às equipes das disciplinas (professores e tutores a distância) para realização de encontros presenciais, pelo menos uma vez por semestre.
- Realização de reuniões nos polos, da coordenação do curso com os alunos e tutores presenciais, a cada semestre, com o intuito de perceber as demandas e realidades locais, a fim de buscar alternativas para superação das dificuldades apresentadas.
- Realização de reuniões entre a coordenação do curso e os docentes – no início do semestre, para apresentação do Projeto Político do curso e especificidades da EAD; término da I unidade – avaliação do processo, apresentação/levantamento das demandas e dificuldades enfrentadas pelos alunos, na busca de caminhos de superação.
- Solicitação de cursos de extensão que possibilitem o conhecimento e o manuseio das ferramentas de comunicação e interação, além de cursos específicos voltados para melhor utilização do ambiente virtual de aprendizagem. (ARAÚJO, 2013)

A evasão é somente um dos desafios enfrentados pelos gestores e configura como um dos aspectos preponderantes de suas ações, sendo um fator que deverá ser analisado, observando se é uma insatisfação oriunda dos aspectos pedagógicos, administrativos, tecnológicos ou pessoais e assim o gestor possa estabelecer estratégias que contemple a dimensão dos alunos, instituição e sistema educacional.

O PROFESSOR- TUTOR

Caso surja alguma dúvida ou dificuldade, os estudantes das faculdades a distância não se encontram sozinhos, podem contar com apoio do tutor do polo que será um facilitador e mediador do processo de ensino.

Em relação ao conceito de professor tutor, temos:

[...] tem como papel central o apoio docente a um professor. Esse apoio geralmente se dá em uma das disciplinas de um curso, na sua preparação de material didático e no acompanhamento das atividades desenvolvidas. Espera-se também que este seja responsável pelas ferramentas de avaliação, assim como, na análise dos trabalhos dos alunos. Além disso, tem por tarefa o encaminhamento de dúvidas dos alunos aos professores, promovendo maior interatividade entre os mesmos, e com o corpo docente. Atua, ainda, no esclarecimento de dúvidas dos alunos através de e-mail, fórum, telefone ou pessoalmente, no recebimento e controle de entrega dos trabalhos. [...]. Um ponto fundamental é estar atento as necessidades do aluno, fazendo pontes entre as demandas dos alunos e propostas do professor, podendo agir de maneira a solucionar as questões tanto teóricas quanto de situações do dia-a-dia. Isso quer dizer

que o tutor deverá estar atento no nível de interatividade dos alunos, para então identificar quais alunos não estão interagindo e tentar resgatar a relação interativa. (JAEGER; ACCORSSI, 2006)

Durante a entrevista foi questionado se os tutores dos cursos de administração, pedagogia e educação física já tinham trabalhado anteriormente com turmas de ensino superior, todos afirmaram que sim, mas que a experiência na modalidade a distância era a primeira vez de todos os docentes. Em relação a formação acadêmica foi informado os três tutores possuem pelo menos uma especialização.

Outro aspecto abordado na entrevista foi para descrever como são as aulas presenciais e qual o papel do tutor de polo, foi respondido que as aulas aconteciam uma vez na semana. As aulas eram transmitidas via satélite e ao vivo por um professor da sede da faculdade Unopar que fica localizada no Paraná, a titulação mínima desses docentes é o mestrado e geralmente cada disciplina tem duração de 3 a 5 aulas.

Os tutores relataram que haviam ocasiões de interação entre os docentes, tutores do polo e o professor da disciplina, como por exemplo, alguns minutos que tinham durante as aulas transmitidas via satélite poderia desenvolver um breve debate, fazer indagações ou responder as perguntas levantadas pelo professor responsável pela disciplina, sendo que podem ser enviadas pelo tutor de polo pelo chat e algumas são selecionadas e lidas ao vivo durante a transmissão. Além do mais, após terminar a aula via satélite tinha um segundo momento no qual o tutor de polo fica responsável por conduzir a aula de acordo com orientações vindas pelo professor da disciplina, que variava bastante, como por exemplo, leitura de textos, produções realizadas na sala, aula prática como por exemplo, ginástica para a turma de educação física, entre outros.

Esclarecendo sobre a diferença entre o tutor de polo e o professor da disciplina, temos:

Existem significativas diferenças entre o professor-autor e o professor tutor, embora ambos sejam profissionais virtuais. O professor-autor desenvolve o teor do curso, escreve e produz o conteúdo e atua na organização dos textos e na estruturação do material. É preciso que ele conheça as possibilidades e ferramentas do ambiente, pois deverá interagir com a equipe de desenvolvimento para entender a potencialidade dos recursos a serem utilizados e elaborar o desenho de texto e do conteúdo do curso, de forma a contemplar todas essas potencialidades (MAIA, 2002).

Sobre o aspecto da função do tutor, de acordo com a CAPES (2013), são atribuições dos tutores:

- Mediar comunicação de conteúdos entre o professor e os estudantes;
- Acompanhar as atividades discentes, conforme o cronograma do curso;

- Apoiar o professor da disciplina no desenvolvimento das atividades docentes;
- Manter regularidade de acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA e responder às solicitações dos alunos no prazo máximo de 24 horas;
- Estabelecer contato permanente com os alunos e mediar as atividades discentes;
- Colaborar com a coordenação do curso na avaliação dos estudantes;
- Participar das atividades de capacitação e atualização promovidas pela instituição de ensino;
- Elaborar relatórios mensais de acompanhamento dos alunos e encaminhar à coordenação de tutoria;
- Participar do processo de avaliação da disciplina sob orientação do professor responsável;
- Apoiar operacionalmente a coordenação do curso nas atividades presenciais nos polos, em especial na aplicação de avaliações.

Foram questionadas quais eram as dificuldades enfrentadas pelo tutor de polo e foram salientados as faltas e atrasos dos discentes, falta de infraestrutura citada pelo tutor de educação física que relatou que os materiais para as aulas práticas não tinham na faculdade e ele tinha que utilizar o seu próprio material que nem sempre era o suficiente para direcionar as aulas, dificuldade em fechar parcerias com espaços para os alunos realizarem os estágios, além do mais no ano de 2015 dois tutores relataram problemas no acesso ao sistema, pois não aparecia as turmas que eles ministravam aula e assim não conseguiam acompanhar o conteúdo das aulas seguintes e nem lançar presença dos seus alunos no sistema.

Posteriormente questionou-se que sabendo das dificuldades citadas, o que o tutor fazia para solucionar. Foi respondido que em relação a falta e atraso, havia um diálogo constante entre o tutor e os discentes para salientar a importância de ser assíduo, pois o aluno que falta, geralmente apresenta dificuldades de acompanhar as próximas aulas, além do mais, em cada disciplina o aluno só poderá ter uma falta. Sobre a questão da infraestrutura, foi dito que algumas mudanças já haviam acontecido, e alguns materiais já haviam sido comprados após a reclamação dos tutores de educação física e um abaixo assinado feitos pelos discentes do curso. Em relação ao problema de acesso ao sistema, os tutores procuraram os gestores e apesar de ter demorado um certo tempo para ajustar, o problema foi solucionado.

Outro aspecto também questionado foram as estratégias utilizadas ao longo do semestre pelos tutores, foi respondido que o tutor de polo tem que despertar o interesse dos alunos para as disciplinas que estão sendo ministradas, abrir um espaço para que o aluno contribua durante as aulas. Levar o aluno a perceber a relevância daquele assunto ministrado relacionando as suas necessidades e interesses profissionais.

Foi pontuado pelo tutor de educação física que muitos alunos chegam na universidade acreditando que já terão aula prática e alguns se frustram quando conhecem o Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso que durante grande parte das disciplinas do primeiro ano são

teóricas, portanto o tutor relatou que uma estratégia adotada foi explicar desde o momento da inscrição do vestibular sobre a grade curricular para que assim possa minimizar as expectativas dos discentes que não condiz com a realidade do curso.

Além do mais, os tutores relataram que mantém contato constantes com seus alunos, inclusive fornecendo até número do celular, se inserindo nos grupos do aplicativo WhatsApp para que informações sejam trocadas, dúvidas sejam sanadas e problemas sejam minimizados.

No sentido de explicitar o papel do tutor de polo, temos os seguintes procedimentos:

- atuar como mediador;
- conhecer a realidade de seus alunos em todas as dimensões (pessoal, social, familiar, escolar);
- oferecer possibilidades permanentes de diálogo, saber ouvir, ser empático e manter uma atitude de cooperação;
- oferecer experiências de melhoria de qualidade de vida, de participação, de tomada de consciência, de elaboração dos próprios projetos de vida etc.;
- demonstrar competência individual e de equipe para analisar realidades, formular planos de ação coerentes com os resultados de análises e de avaliação, etc.;
- identificar suas capacidades e limitações para atuar de forma realista com visão de superação;
- manter uma atitude reflexiva e crítica sobre a teoria e a prática educativa;
- possibilitar a comunicação entre os diferentes níveis, de pessoas, de coletivos etc. (ARREDONDO, 1998)

Sabemos que o professor tutor entra em ação não somente para finalidades pedagógicas, mas precisa desenvolver estratégias para manter um bom relacionamento com os alunos e assim promover uma interação. Sobre este aspecto, temos:

- Competência tecnológica – domínio técnico suficiente para atuar com naturalidade, agilidade e aptidão no ambiente que está utilizando. É preciso ser um usuário dos recursos de rede, conhecer sites de busca e pesquisa, usar e-mails, conhecer a netiqueta, participar de listas e fóruns de discussão, ter sido mediador em algum grupo (e-group). O tutor deve ter um bom equipamento e recursos tecnológicos atualizados, inclusive com plug-ins de áudio e vídeo instalados, além de uma boa conexão com a Web. O tutor deve ter participado de pelo menos um curso de capacitação para tutoria ou de um curso online; preferencialmente, utilizando o mesmo ambiente em que estará desenvolvendo sua tutoria.
- Competências sociais e profissionais – deve ter capacidade de gerenciar equipes e administrar talentos, habilidade de criar e manter o interesse do grupo pelo tema, ser motivador e empenhado. É provável que o grupo seja bastante heterogêneo, formado por pessoas de regiões distintas, com vivências bastante diferenciadas, com culturas e interesses diversos, o que exigirá do tutor uma habilidade gerencial de pessoas extremamente eficiente. Deve ter domínio sobre o conteúdo do texto e do assunto, a fim de ser capaz de esclarecer possíveis dúvidas referentes ao tema abordado pelo autor, conhecer os sites internos e externos, a bibliografia recomendada, as atividades e eventos relacionados ao assunto. A tutoria deve agregar valor ao curso. (MAIA, 2002)

O tutor do polo é responsável por orientar, mediar e minimizar os conflitos relacionados não somente ao momento da sala de aula, pois sabemos que ele também vai lidar com o gestor e é nesse trabalho em parceria constante e ocorrendo a intercomunicação entre toda comunidade acadêmica possivelmente os resultados serão alcançados mais facilmente.

CONCLUSÃO

Com o surgimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) tivemos um novo impulso para o surgimento das universidades na modalidade a distância. A Educação a Distância que teve início por correspondências, sofreu modificações ao longo dos anos que trouxe uma ampliação para o acesso a aprendizagem.

No novo cenário da educação a distância, algumas mudanças também ocorreram em relação aos papéis dos professores e gestores. Com essa nova dinâmica, os comportamentos oriundos do ensino tradicional já não eram suficientes para contemplar a necessidade deste espaço educacional.

Sabendo da competição do mercado, o foco do trabalho dos tutores e gestores são para amparar as necessidades dos alunos e conseqüentemente aumentar o número de matrículas e minimizar a evasão universitária.

Portanto, a crescente procura pelas universidades a distância, passou a ocupar uma posição instrumental estratégica para tutores e gestores para satisfazer as amplas e diversas necessidades do público discente.

Neste cenário a Educação a distância busca melhor e mais interatividade e em conjunto com as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) possam proporcionar acessibilidade e flexibilidade a oferta de ensino.

Os problemas que surgem ao longo do processo de ensino, exigem um repertório de conhecimento e condutas por parte dos tutores e gestores para assim proporcionar aos discentes um ambiente harmonioso e comprometido com os aspectos de aprendizagem.

O artigo intentou responder à questão norteadora acerca do papel dos tutores e gestores nesse cenário educacional para que assim possamos compreender melhor o fenômeno em estudo.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Jacyene Melo de Oliveira. Alunos Ingressos No Curso De Pedagogia A Distância: Dificuldades e Motivos de Evasão. In: V Seminário Internacional de Educação a Distância: meios, atores e processos. Belo Horizonte/ MG: CAED-UFMG, 2013.
- ARREDONDO, S. Acción tutorial en los Centros Educativos: formación y práctica. Madrid: Uned, 1998.
- BEHAR, P. A. Modelos pedagógicos em educação a distância. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BRASIL. Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o artigo 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 20 dez. 2005.
- CAMPOS, Wagner. O que é Gestão Estratégica? Disponível em <http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/o-que-e-a-gestao-estrategica/28653>. Acesso em 16 de janeiro de 2016.
- CAPES. UAB (Universidade Aberta do Brasil). Disponível em: http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=50%3Atutor&catid=11%3Aconteudo&Itemid=29. Acessado em: 18 de janeiro de 2016.
- GARAY, A. Gestão. In: CATTANI, A. D. (Org.). Trabalho e tecnologia: dicionário crítico. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- JAEGER, F. P.; ACCORSSI. A tutoria em educação a distância. Disponível em: <http://www2.abed.org.br/visualizaDocumento.asp?Documento_ID=86>. Acessado em: 13 de janeiro de 2016.
- KEEGAN, D. Foundations of distance education. 3rd ed. London: Routledge, 1996.
- LANDIM, Cláudia Maria das Mercês Paes Ferreira. Educação à distância: algumas considerações. Rio de Janeiro: s.n.1997.
- MAIA, Carmem. Guia Brasileiro de Educação a Distância. São Paulo, Esfera, 2002.
- MORAN, José Manuel. O que é educação a distância? 2002. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran/dist.htm>. Acesso em: 13 jan. 2016.
- NUNES, I. B. Educação a Distância e o Mundo do Trabalho. Revista Tecnologia Educacional, n. 107, p. 73-78, jul./ago., 1992. In: LOBO NETO, Francisco José da Silveira (org.). Educação a Distância: referências e trajetórias. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Tecnologia Educacional; Brasília: Plano, 2001.
- RONDELLI, E. As experiências das redes de universidades virtuais no Brasil. In: Carmem Maia. Guia Brasileiro de Educação à Distância. São Paulo: Editora Esfera, 2002.



**FORMAÇÃO DO
PROFISSIONAL DE
EDUCAÇÃO FÍSICA: O
PROCEDIMENTO DE
TRABALHO AVALIATIVO A
PARTIR DA CONTRIBUIÇÃO
TEÓRICA DE VYGOSTKY**

FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA: O PROCEDIMENTO DE TRABALHO AVALIATIVO A PARTIR DA CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA DE VYGOSTKY

Rogério Cunha Coelho
Miciko Assano
Mylene Cunha de Melo Calixto
Ricardo Figueiredo Pinto

RESUMO

Este trabalho de relato de experiência é fruto de uma longa vivência pedagógica na disciplina de Educação Física. Isso permitiu levantar alguns questionamentos sobre a continuidade do uso de práticas avaliativas tradicionais pelos profissionais da referida área. Logo, o presente relato tem como objetivo apresentar uma ferramenta inovadora de Avaliação Pedagógica para a melhoria da formação do profissional de Educação Física e suas ações como educador. Tal objetivo tem como caminho expressar uma experiência a partir da utilização de uma Avaliação Computadorizada do Perfil Psicomotor (APP), que demonstra possibilidades reais de execução quantitativa permitindo um laudo qualitativo de um dado grupo alunos. Possibilita, assim, um mapeamento de ganhos e de progressões em diferentes Valências Psicomotoras. Portanto, evidencia-se a importância do trabalho da Zona de Desenvolvimento Proximal (Vygostky, 1984) na construção e mediação dos procedimentos pedagógicos de avaliação, esta zona contribui de forma produtiva para o avanço do processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Zona de Desenvolvimento Proximal. Procedimentos de Avaliação. Formação de Professores de Educação Física. Valências Psicomotoras.

ABSTRACT

This experience report work is the result of a long pedagogical experience in the Physical Education discipline. This allowed us to raise some questions about the continued use of traditional assessment practices by professionals in that area. Therefore, this report aims to present an innovative Pedagogical Assessment tool to improve the training of Physical Education professionals and their actions as an educator. This objective aims to express an experience based on the use of a Computerized Evaluation of the Psychomotor Profile (APP), which demonstrates real possibilities of quantitative execution allowing a qualitative report of a given group of students. Thus, it enables a mapping of gains and progressions in different Psychomotor Valences. Therefore, it highlights the importance of the work of the Proximal Development Zone (Vygostky, 1984) in the construction and mediation of pedagogical assessment procedures, this zone contributes productively to the advancement of the teaching and learning process.

Keywords: Proximal Development Zone. Assessment Procedures. Physical Education Teacher Training. Psychomotor valences.

RESUMEN

Este trabajo de informe de experiencia es el resultado de una larga experiencia pedagógica en la disciplina de la Educación Física. Esto permitió plantear algunos interrogantes sobre la continuidad del uso de las prácticas tradicionales de evaluación por parte de los profesionales de esta área. Por ello, este informe pretende presentar una herramienta innovadora de Evaluación Pedagógica para mejorar la formación de los profesionales de la Educación Física

y su actuación como educadores. Tal objetivo tiene como forma de expresión una experiencia a partir del uso de una evaluación computarizada del Perfil Psicomotor (PPA), que muestra posibilidades reales de ejecución cuantitativa permitiendo un informe cualitativo de un grupo de estudiantes. Permite, por lo tanto, un mapeo de los avances y progresos en las diferentes valencias psicomotrices. Por lo tanto, se evidencia la importancia del trabajo de la Zona de Desarrollo Próximo (Vygostky, 1984) en la construcción y mediación de los procedimientos pedagógicos de evaluación, esta zona contribuye productivamente al avance del proceso de enseñanza y aprendizaje.

Palabras clave: Zona de Desarrollo Próximo. Procedimientos de evaluación. Formación de profesores de educación física. Valoraciones psicomotoras.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a questão da avaliação na educação básica assumiu novas feições e gerou um interesse renovado pelos pesquisadores da área, no que concerne a um marco na avaliação. Tais feições são duramente criticados pela metodologia empregada e pelo fato de instaurarem uma classificação entre os diferentes espaços escolares. A ponto dos instrumentos avaliativos terem em sua maioria o caráter somativo em suas propostas avaliativas, apresentando-se ainda, uma natureza avaliativa que nem sempre demonstra clareza das concepções subjacentes ao referido processo.

Dessa forma, a avaliação pode influenciar na configuração dos currículos escolares. Sendo concretizado nos Projetos Políticos Pedagógicos, Planos de Ensino e Planos de Aula, instrumentos estes que demonstram a concretude de uma avaliação somativa adotadas pelas escolas. O currículo revela a proposta avaliativa de cada instituição escolar, a qual foi abstraída das ideias da sociedade contemporânea. Ratifica-se a discussão do currículo nas afirmações de Apple (2006) ao significar o currículo escolar em toda a sua amplitude considerando a sua função de produtor e reproduzidor de hegemonia, quando incorpora determinado capital humano, quando absorve e veicula determinada visão da realidade socioeconômica, que estão postas em restrita relação com os grupos dominantes, ou seja, o conhecimento veiculado na escola tem origens históricas, políticas e econômicas que devem ser consideradas no estudo do currículo.

A preocupação do autor em demonstrar como o espaço escolar e seus profissionais funcionam na reprodução cultural e econômica das relações de classe, evidencia o compromisso político de Apple na busca por justiça social, na ênfase do papel imprescindível do professor de compreender a escola em sua função reprodutora de desigualdades; de situar o conhecimento que transmite dentro da estrutura social vigente e como tais conhecimentos contribuem para manter a hegemonia de determinados grupos sociais como a avaliação escolar.

Apple (1979) critica as explicações e as teorizações utilizadas no espaço escolar. Ele sinaliza para a necessidade de se teorizar a partir da dimensão ética, econômica, política e cultural da educação, do currículo, do conhecimento. Entende que somente, assim, poderemos ver o funcionamento da escola em toda a sua complexidade e não- só vê-la a partir de modelos psicológicos que têm como base de sustentação a modificação do comportamento do aluno, com vistas a manter o controle social, através dos mecanismos de avaliação e verificação da aprendizagem, deixando de fora a possibilidade de se transformar a estrutura escolar.

Destaca-se nesse cenário a Educação Física como uma disciplina incluída na grade escolar da Educação Básica e que tem como objetivo a melhoria da qualidade de vida social dos indivíduos que dela desfrutam em suas diferentes aplicabilidades. Justifica-se a partir das orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) da proferida disciplina, que pressupõe uma prática pedagógica inovadora e que contemple uma dimensão não só psicológica, mas social e psicomotora onde o aluno possa ser visto de forma mais específica durante seu processo de desenvolvimento e aquisição de habilidades e competências que vão incrementar as possibilidades de um novo fazer e de uma nova formação de sujeito quanto ao seu aspecto de ser e construtor do seu próprio desenvolvimento por intermédio de suas trocas e convivências sociais.

Observa-se, assim, que a Educação Básica apresenta dificuldades com a avaliação pedagógica no contexto da composição do currículo, logo a avaliação representa uma dificuldade, também, para a disciplina de Educação Física a qual está situada no espaço escolar e na matriz curricular.

Identifica-se o princípio de que o profissional da educação física continua a “rejuvenescer” procedimentos pedagógicos tradicionais, associando-lhes conteúdos “modernos” sem questionar os pressupostos didáticos subjacentes; p nas atividades de ensino/aprendizagem não se alcançará uma mudança real nas práticas avaliativas.

Essa questão avaliativa, surgida da prática do professor de Educação Física, levou-me a tomar consciência do fato de que as opções metodológicas e práticas avaliativas mantêm uma estreita inter-relação com a temática teórica da avaliação.

A questão que se apresenta então, é se os estudos teóricos de Vygotsky, no que concerne a Zona de Desenvolvimento Proximal podem colaborar na metodologia avaliativa do trabalho pedagógico da Educação Física?

Diante de tal questionamento, o trabalho pretende demonstrar argumentos teóricos de Lev Semionovich Vygotsky onde a presença de suas ideias sobre a Zona de Desenvolvimento Proximal é possível de ser encontrada, e ao mesmo tempo mediada pelo professor, desde que

o mesmo não esteja preso aos paradigmas reducionistas de práticas avaliativas as quais foram superadas ao longo do tempo e questionadas por vários educadores, deixando assim, a disciplina de Educação Física sob uma nuvem escura e empobrecida de ação-reflexão-ação de seus subsídios científicos em seu trabalho pedagógico avaliativo.

O trabalho irá se dispor nos seguintes pontos:

- Um diálogo com os conceitos de Zona de Desenvolvimento Proximal;
- O diálogo e a cooperação dos conceitos de Zona de Desenvolvimento Proximal na metodologia de trabalho avaliativo na disciplina de Educação Física;
- Uma aplicação empírica dos pressupostos teóricos de Vygotsky aplicados numa metodologia de avaliação de Educação Física, centrada numa ferramenta pedagógica elaborada a partir da concepção do professor pesquisador;
- Existe reciprocidade teórica e prática na aplicação dos conceitos de Zona de Desenvolvimento Proximal proposto por Vygotsky e sua real contribuição para a melhoria das metodologias avaliativas dos profissionais de Educação Física.

Um diálogo com os conceitos de Zona de Desenvolvimento Proximal.

Neste instante procura-se evidenciar o suporte teórico das concepções sócio – histórica de Lev Semionovich Vygotsky. Tem como objetivo se apropriar dos conceitos de Zona de Desenvolvimento Real, Zona de Desenvolvimento Proximal e Zona de Desenvolvimento Potencial do referido autor, dando ênfase a Zona de Desenvolvimento Proximal como argumento do estudo em questão.

A Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) é um conceito que se destacou nas pesquisas vigotskianas, a ponto de se transformar em um eixo articulador importante da teoria, principalmente nas contribuições de cunho educacional, como a compreensão adequada da relação entre aprendizagem e desenvolvimento.

A preocupação do teórico com o estudo do desenvolvimento do ensino e aprendizagem, apesar de tal estudo aparecer mais tarde em sua obra, mostrou-se um imperativo para os estudos pedagógicos da época, vindo contradizer algumas teorias já existentes em sua contemporaneidade. Para Vygotsky (1984), essa relação ainda era o problema mais nebuloso para o emprego de teorias de desenvolvimento das crianças em idade escolar. De acordo com o autor, na época, a interação entre desenvolvimento e aprendizagem podia ser explicada através de três concepções teóricas diferentes a seguir.

A primeira ressalta que os processos de desenvolvimento não dependem da aprendizagem. A teoria que se destaca é a de Jean Piaget. Piaget (1978) afirma que o desenvolvimento acontece independente da aprendizagem. O sujeito deve estar maduro, pronto para aprender. O desenvolvimento precede a aprendizagem. Isso se ratifica em Vygotsky ao dizer que:

“O aprendizado é considerado um processo puramente externo que não está envolvido ativamente no desenvolvimento. Ele simplesmente se utilizaria dos avanços do desenvolvimento ao invés de fornecer um impulso para modificar seu curso.” (VIGOTSKI, 1984, p. 103-104)

A segunda, demonstra que o desenvolvimento e a aprendizagem cruzam-se, um depende do outro, como nas teorias do condicionamento, aprendizagem e desenvolvimento estão no mesmo nível.

Vygotsky (1984), afirma que o desenvolvimento é visto como domínio dos reflexos condicionados, não importando se o que se considera é a leitura, a escrita ou a aritmética, isto é, o processo de aprendizado está completo e inseparável do processo de desenvolvimento.

A última vem superar as outras duas, tentando combinar as ideias apresentadas em destaque e ampliá-las. Nesta abordagem há três aspectos novos: a primeira concilia os dois pontos de vista anteriormente considerados contraditórios, a segunda leva em consideração a questão da interdependência e, o mais importante, a terceira consiste numa ampliação do papel da aprendizagem no desenvolvimento da criança. De acordo com Vygotsky.

“ (...) Um exemplo claro dessa abordagem é a teoria de Koffka, segundo a qual o desenvolvimento se baseia em dois processos inerentemente diferentes, embora relacionados, em que cada um influencia o outro - de um lado a maturação, que depende diretamente do desenvolvimento do sistema nervoso; do outro o aprendizado, que é, em si mesmo, também um processo de desenvolvimento. (VYGOTSKY, 1984, p.106)

Nesse contexto, Vygotsky contesta tais ideias e, também, recusa os princípios das outras abordagens, aqui enunciadas, propondo sua concepção sobre a relação entre aprendizagem e desenvolvimento.

Em seus estudos, também, afirma que o desenvolvimento apresenta uma gênese social, isto é, se dá de fora para dentro, destacando a influência da cultura no proferido processo. Por isso, podemos observar que a aprendizagem torna-se fundamental no caminho do desenvolvimento. Na concepção do autor é a partir da aprendizagem que se estabelece por qual caminho o desenvolvimento pode acontecer.

Ao apresentar uma explicação sobre a relação entre aprendizagem e o desenvolvimento, Vygotsky (1984, p.115) descreve que:

“(...) a aprendizagem não é, em si mesma, desenvolvimento, mas uma correta organização da aprendizagem da criança conduz ao desenvolvimento mental, ativa todo um grupo de processos de desenvolvimento, e esta ativação não poderia produzir-se sem a aprendizagem. Por isso, a aprendizagem é um momento intrinsecamente necessário e universal para que se desenvolvam na criança essas características humanas não-naturais, mas formadas historicamente.”

O autor sustenta, ainda, a ideia de que a aprendizagem da criança se inicia muito antes de ela ir para a escola. Na interação com o outro, no processo sócio-histórico-cultural, desde seu nascimento. Nesse contexto escolar, afirma que para elaborar as dimensões do aprendizado utiliza-se de um conceito capaz de explicar como ocorre tal processo, denominado: “zona de desenvolvimento proximal” (Vygotsky, 1984). Com o estabelecimento dessa zona, o autor explica como se processam as atividades e como se dão as relações entre o processo de desenvolvimento e a capacidade de aprendizagem, instituindo dois níveis de desenvolvimento: o real e o potencial utiliza, na língua russa, para se referir a esse processo é “obuchen”, que significa algo como processo ensino e aprendizagem.

Vygotsky (1984), assim, proporciona o primeiro nível que pode ser chamado de nível de desenvolvimento real, isto é, o nível de desenvolvimento das funções mentais da criança que se estabeleceram como resultado de certos ciclos de desenvolvimento já completados. Quando se determina a idade mental de uma criança usando testes, estamos quase sempre tratando do nível de desenvolvimento real. Nos estudos do desenvolvimento mental das crianças, geralmente admite-se que só é indicativo da capacidade mental das crianças aquilo que elas conseguem fazer por si mesmas.

O nível de desenvolvimento real vem a ser a capacidade que as crianças apresentam para executar as atividades ou funções, dessa maneira são as vitórias e as conquistas que conseguem em um determinado período dos seus desenvolvimentos, sem o auxílio de outras pessoas. O próprio nome que recebeu é bem característico: desenvolvimento real, é aquilo que a criança consegue fazer na realidade, naquele momento, indicando que os processos mentais estão em harmonia e que os ciclos de desenvolvimento já se completaram.

O outro nível é chamado de desenvolvimento proximal ou potencial, ou seja, são aquelas ações que a criança não é capaz de realizar sozinha, mas com a ajuda de um adulto ou de uma criança mais experiente. Esse processo pode acontecer em situações em que existam diálogo, colaboração, trocas de experiências, interação, imitação, que, para Vygotsky, têm um papel importante a desempenhar no desenvolvimento da aprendizagem da criança.

Assim, com o auxílio de uma outra pessoa mais experiente, a criança é capaz de realizar uma ação, antes não dominada, mesmo se a ação for permeada pelo uso da imitação, passando a realizar determinadas ações de acordo com um modelo. No entanto, a criança possui, na perspectiva de Vygotsky, um potencial que possibilitará no futuro internalizar o processo realizado e resolver sozinha aquela ação que foi imitada ou auxiliada por um outro. Pois:

“ A zona de desenvolvimento proximal define aquelas funções que ainda não amadureceram, mas que estão em processo de maturação, funções que amadurecerão, mas que estão presentemente em estado embrionário. Essas funções poderiam ser chamadas de “brotos” ou “flores” do desenvolvimento, ao invés de “frutos” do desenvolvimento. O nível de desenvolvimento real caracteriza o desenvolvimento mental retrospectivamente, enquanto a zona de desenvolvimento proximal caracteriza o desenvolvimento mental prospectivamente.” (VYGOSTKY, 1984, p. 113)

Portando, compreende-se que a ideia de se estabelecer a aprendizagem de acordo com os níveis de desenvolvimento da criança não se justifica mais, visto que a necessidade é descobrir como se estabelece a relação entre o desenvolvimento e a capacidade de aprendizagem atual que a criança demonstra.

Significa dizer que, a determinação feita por Vygotsky sobre a necessidade de identificar os dois níveis de desenvolvimento que caracterizam a zona de desenvolvimento proximal é:

“(…) a distância entre o nível do desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes.” (VYGOSTKY, 1984, p. 112)

A zona de desenvolvimento proximal (ZDP), dessa forma, desperta nos educadores e pessoas interessadas uma grande expectativa ao se trabalhar no contexto da sala de aula, porque em contato direto com as crianças podemos observar o movimento que as funções mentais estão realizando e identificando como irá se auxiliar para que a aprendizagem seja internalizada, completando o processo do interpessoal para o intrapessoal.

O diálogo e a cooperação dos conceitos de Zona de Desenvolvimento Proximal na metodologia de trabalho avaliativo na disciplina de Educação Física.

Com aporte teórico de Vygostky conceituando os diferentes níveis de desenvolvimento: real e potencial. Visualiza-se que existe a possibilidade de uma concreta mediação do educador durante o processo ensino e aprendizagem, a partir do trabalho da zona de desenvolvimento

proximal. Nessa visão o profissional de Educação Física pode se apropriar desses conceitos com objetivo de melhorar os procedimentos pedagógicos de avaliação, no domínio psicomotor e sócio-interacionista da disciplina.

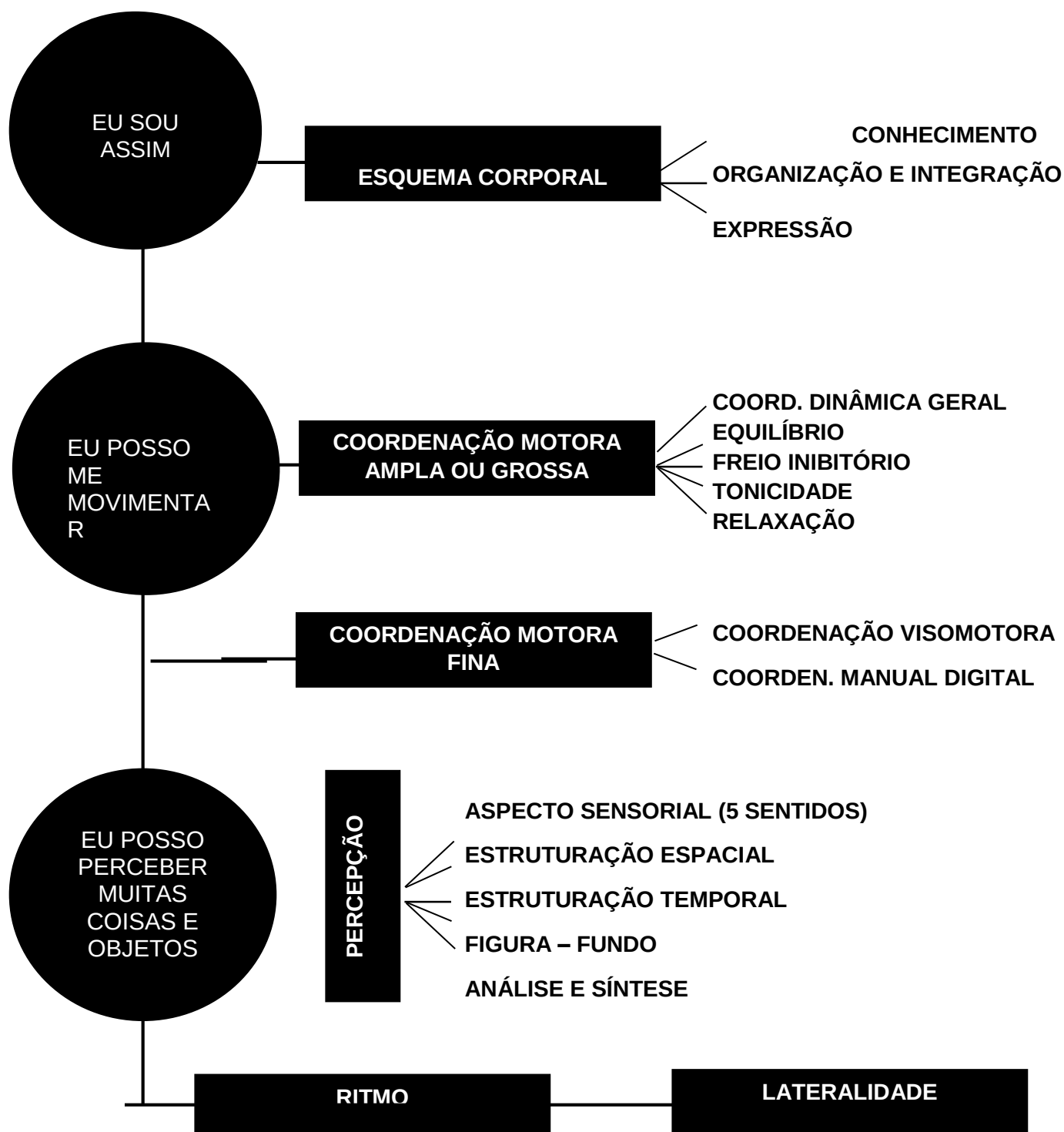
Dessa maneira, o profissional de Educação Física é exigido em sua prática de professor, uma reflexão criativa para articular o saber escolar com o saber da experiência discente no contexto educacional. O que ratifica a afirmação de Schön, (1995) como um processo de reflexão-na-ação. Nessa visão, pressupõe-se que tal profissional reconheça os alunos como sujeitos detentores de conhecimentos acumulados espontaneamente por experiências historicamente vivenciadas. Uma educação baseada na reflexão-na-ação, apresenta-se como um grande desafio, já que o modelo tradicional não retrata este caminho, pois a cultura da prática pedagógica atual ainda é sustentada na ideia de uma avaliação que contempla somente os indicadores de frequência e do uso adequado do uniforme escolar.

Uma aplicação empírica dos pressupostos teóricos de Vygotsky aplicados numa metodologia de avaliação de Educação Física, centrada numa ferramenta pedagógica elaborada a partir da concepção do professor pesquisador.

Os estudos teóricos de Vygotsky trabalhados por meio de diversas leituras sobre o tema de níveis de desenvolvimento efetuado nos módulos do Mestrado em Ciências da Educação da Universidade Autônoma de Asunción (PY) e como aluno especial 2008 na Universidade Estadual do Pará – UEPA. Isso proporcionou a formatação de um trabalho acadêmico, o qual esboça a experimentação e a aplicabilidade dos conceitos de Vygotsky na metodologia avaliativa pedagógico que se utiliza de uma ferramenta, produzida pela experiência profissional do autor deste artigo, de Avaliação Psicomotora Computadorizada, que tem o propósito de fazer um estudo comparativo entre alunos de uma Escola Pública e de uma Escola Particular no Estado do Pará. A ponto de evidenciar, quando aplicada pela primeira vez, a Zona de Desenvolvimento Real dos alunos e após a execução de um trabalho semestral, ao ser novamente aplicado o instrumento é possível perceber o avanço dos sujeitos avaliados, o que se denomina de Zona de Desenvolvimento Potencial. O referido instrumento de avaliação sinaliza dados do aluno os quais desvelam a maneira de se observar o comportamento e a conquista de habilidades e competências nas Valências Psicomotoras à saber:

VALÊNCIAS PSICOMOTORAS

- Quadro Geral das Ideias Geradoras



01- Esquema Corporal – Conceitos:

- É o reconhecimento e a conscientização das diversas partes do corpo possibilitando as relações com o meio ambiente.
- É a representação relativamente global, científica e diferenciada que a criança possui de seu próprio corpo.

ETAPAS:**A) CONHECIMENTO:**

A criança deve demonstrar o conhecimento das diferentes partes do corpo em relação a ela mesma e nos outros.

Ex.: Mostra-me tua cabeça; Mostra-me tua boca; Toca na minha mão; Toca no meu nariz.

B) ORGANIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO:

São todas as atividades em que a criança organiza e integra as diferentes partes do corpo dentro de situações especiais. Esta organização ocorre de ordem interna.

Ex. Saber que a cabeça fica em cima do tronco; e Saber que os braços ficam ao lado do corpo.

C) EXPRESSÃO:

É o uso de toda a expressão corporal da criança de forma observável. (Naturalmente ou com estímulo verbal).

Ex.: Qual a nossa expressão quando está frio?

Qual a nossa expressão quando está calor?

Como um pássaro faz para voar?

Imitar um macaco.

02- Coordenação Motora Ampla:

É uma ação motora que envolve os grandes músculos e as grandes massas musculares.

ETAPAS:**A) COORDENAÇÃO DINÂMICA GERAL:**

Capacidade da criança em usar coordenadamente os músculos em uma determinada atividade.

B) EQUILÍBRIO:

Define-se pela manutenção do corpo em uma mesma posição durante um tempo determinado.

Tipos: Estático, Dinâmico e Recuperado.

C) FREIO INIBITÓRIO:

Capacidade que a criança tem de controlar o seu próprio corpo e mudá-lo de direção quando em movimento. É o controle do movimento no tempo e no espaço.

D) TONICIDADE:

É o estado de tensão em que se encontram os músculos quando a inversão e a vascularização estão intactas.

E) RELAXAÇÃO:

Diminuição da tensão muscular que leva a criança a sentir-se mais a vontade com o seu próprio corpo.

03 – Coordenação Motora Fina: É uma ação motora que envolve os pequenos músculos e as pequenas massas musculares.

ETAPAS:

A) COORDENAÇÃO VISO MOTORA:

É o uso coordenado do olho em relação às mãos, aos pés e ao próprio corpo.
Dividem-se em: Óculo Manual e Óculo Pedal

B) COORDENAÇÃO MANUAL DIGITAL:

É aplicação correta e coordenada dos dedos em relação às mãos.

04 – Percepção

Processo de organização e interpretação dos dados que são obtidos através dos sentidos.

ETAPAS:

A) ASPECTO SENSORIAL:

Meio pelo qual o indivíduo organiza, e chega a uma compreensão dos fenômenos, que são constantemente dirigidos sobre ele.

B) ESTRUTURAÇÃO ESPACIAL:

Consiste na capacidade de reconhecer e perceber uma determinada forma em qualquer posição no espaço. Percebendo assim as posições de dois ou mais objetos em relação entre si abrangendo desde a posição que ocupamos no espaço até as formas de como dispomos dele.

C) ESTRUTURAÇÃO TEMPORAL:

É uma ação cognitiva, que visa a confirmar a noção de que há coisas, que se seguem no espaço. É conhecer o presente a um “ANTES” e um “DEPOIS”.

D) FIGURA FUNDO:

É a capacidade de discriminação da figura principal entre um grupo de elementos.

E) ANÁLISE E SÍNTESE:

ANÁLISE é separar. “Operação que decompõe o objeto de estudo em unidade menores”.

Ex.: Palavras em sílabas.

SÍNTESE é juntar. “Operação que coloca as unidades para formar um todo”.

Ex.: Sílabas em Palavras.

05 – Ritmo

É o resultado das relações entre os fenômenos de velocidade, duração, intensidade, observando suas variáveis.

06 – Lateralidade

É a capacidade de integrar relações sensório-motoras com o ambiente através do estabelecimento da dominância homolateral das mãos, pés e olhos.

- É o uso preferencial que se faz por um dos lados do corpo.
- É a tradução de um predomínio motor referido aos segmentos (olhos, mão, pé) direito ou esquerdo do corpo.

CONCLUSÃO

A constante prática acadêmica reforçada permanentemente na circunscrição da ação-reflexão-ação, permite realizar por meio de uma tessitura de trabalho o relato de experiência, baseado numa vivência profissional sócio-histórica. Dessa forma chega-se a culminância de

trabalhar os questionamentos avaliativos tradicionais adotados pelos professores de Educação Física na atualidade.

Assim apresenta-se a discussão de Apple (2006) acerca da avaliação curricular. Destaca-se para esse teórico que as avaliações não devem estar concentradas em modelos psicológicos o que não inviabiliza seu uso e adoção pois a contribuição da mesma é evidente quando nos propomos considerar num processo avaliativo todas as dimensões dos sujeitos avaliados. O autor não aponta nenhuma possibilidade de trabalho descentralizada dos elementos psicológicos.

A viabilidade da adoção dos elementos psicológicos é importante para o processo ensino aprendizagem. Por isso a discussão teórica de Apple levou o presente trabalho de relato de experiência a procurar contribuições e suportes teóricos no estudo específico da Zona de Desenvolvimento Proximal de (Vygotsky, 1984).

Essa busca proporcionou a viabilidade da criação de um trabalho pedagógico autoral na construção de uma ferramenta avaliativa em diversas áreas do domínio Psicomotor, o que fica evidente e claro a presença dos conceitos de Vygotsky no que concerne a identificação do nível de desenvolvimento real e potencial dos alunos, dessa forma, visualiza-se concretamente a distância entre os níveis definidas pelo autor identificada como Zona de Desenvolvimento Proximal, local possível da mediação do educador por meio da produção de procedimentos avaliativos pedagógicos, os quais podem conciliar o trabalho teórico e o uso da tecnologia.

O recurso tecnológico serviu como instrumento para auxiliar uma pesquisa experimental a partir de um dado grupo de alunos. Tal recurso permitiu visualizar e analisar o desenvolvimento Psicomotor dos alunos de forma quantitativa e qualitativa de forma gráfica apontando para as reais necessidades da melhoria das Valências Psicomotoras no planejamento da avaliação na disciplina de Educação Física.

Dessa forma, o referido trabalho da adoção do uso dos elementos psicológicos pode ser uma viabilidade descentralizada de um trabalho avaliativo pedagógico não sinalizado por Apple.

Contribui, também, para a qualificação na formação dos professores em Educação Física e combinando com a necessidade inovadora de produção das práticas avaliativas sugeridas nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

REFERÊNCIAS

- APPLE, Michael. Ideologia e currículo. 2ª. Ed. Revisada. Porto Alegre: Arte Médica, 2006.
- CONTRERAS, J. A autonomia de Professores. São Paulo: Cortez, 2002.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (coleção leitura).

GALLAHUE, David L. & OZMUN, John C. Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos. São Paulo: Phorte Editora, 2001.

HOFFMAN, Jussara M. L. Avaliação: mito e desafio. Porto Alegre: Mediação, 1995.

LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. A. Fundamentos de Metodologia Científica. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.

SCHON, Donald. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, A. (org.). Os professores e sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, Volume 1 , Brasília: 1997.

PIAGET, J. A Noção de Tempo na Criança. Rio de Janeiro: Record, 1978.

SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 2007.

VIGOTSKY, L. S. A Formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984.



**PLURAL: ENTRE
O SER E O PERCEBER
DO UNIVERSO
FEMININO**

PLURAL: ENTRE O SER E O PERCEBER DO UNIVERSO FEMININO

Roseane Monteiro – Santos
Lindemberg Monteiro dos Santos
Claudio Joaquim Borba – Pinheiro

RESUMO

Esta pesquisa teve o objetivo de contribuir na discussão sobre o universo feminino através da investigação artística/educacional em dança contemporânea. Foi desenvolvida com a utilização da pesquisa-ação, sendo utilizadas 3 (três) participantes intérpretes-criadoras com características reais: 1 (um) deficiente visual, uma negra, uma de meia idade, 1 (um) intérprete-criador que deu vida ao corpo travesti e 1 (uma) atriz. As respostas foram desenvolvidas a partir do ser/perceber das entrevistadas dos intérpretes/criadores e do público participante, dando-nos ressignificações com uma dosagem, inclusive poética de percepções para as diversas características femininas as quais tivemos contato, onde para cada vivência, corpo-sujeito e emoção teremos um novo perceber desse universo, que se alimenta de outros universos para a constante troca do fazer/ser/perceber.

Palavras-Chaves: Corpo feminino. Dança-Educação. Dança contemporânea. Intérprete-Criador.

ABSTRACT

This research aimed to contribute to the discussion of the female universe through artistic/educational investigation in contemporary dance. It was developed with the use of action research, using 3 (three) participant interpreters-creators with real characteristics: 1 (one) visually impaired, one black, one middle-aged, 1 (one) performer-creator who gave life to the transvestite body and 1 (one) actress. The answers were developed from the being/perception of the interviewees of the interpreters/creators and the participating public, giving us new meanings with a dosage, including poetic perceptions of the various female characteristics we had contact, where for each experience, body- subject and emotion we will have a new perception of this universe, which feeds on other universes for the constant exchange of doing/being/perceiving.

Keywords: Body feminin. Dance-Education. Contemporary dance. Interpreter-Creator.

RESUMEN

Esta investigación tuvo como objetivo contribuir a la discusión del universo femenino através de la investigación artística / educativa en la danza contemporánea. Se desarrolló con el uso de la investigación-acción, utilizando 3 (tres) intérpretes-creadores participantes con características reales: 1 (una) deficiente visual, un negro, uno de mediana edad, 1 (una) performer-creadora que dio vida al cuerpo de travesti y 1 (una) actriz. Las respuestas se desarrollaron a partir del ser / percepción de los entrevistados de los intérpretes / creadores y del público participante, dándonos nuevos significados con una dosificación, incluyendo percepciones poéticas de las diversas características femeninas con las que tuvimos contacto, donde para cada experiencia, cuerpo-sujeto y emoción tendremos una nueva percepción de este universo, que se alimenta de otros universos para el constante intercambio de hacer / ser / percibir.

Palabras-Claves: Cuerpo-Educación. Danza contemporánea. Intérprete-Creador.

INTRODUÇÃO

Plural: Entre o ser e o perceber do universo feminino, trata de uma pesquisa para produção e difusão artística que contribui com estudos sobre o ser feminino e tem como base os pressupostos teóricos de Almeida (2010), onde a autora conversa sobre o universo feminino de forma científica e poética. E, essa poesia nos instigou a buscarmos essa contribuição. A autora utiliza-se do imaginário, do simbolismo em harmonia com concepções históricas e filosóficas e nos mostra mais um olhar sobre o feminino.

A mesma, utiliza argila como forma interpretativa desse universo, transportando à cena artística para a visualização dos corpos que são e os que se percebem femininos independentemente de qualquer contexto. Neste sentido, optamos por direcionar nosso olhar, enquanto pesquisadores do movimento, para o feminino deficiente, o feminino travesti, o feminino negro, o feminino de meia idade, os quais são particularidades de um corpo-sujeito onde os resultados foram utilizados para montagem de um espetáculo de dança contemporânea.

A dança contemporânea alicerça e contribui para o desenvolvimento do fazer deste trabalho pois, a viabilidade que a mesma apresenta quanto a utilização por variados corpos, espaços, não-padronização de movimentos proporcionando um fazer e refazer de investigações, em um hibridismo vivo. Sobre isso, Mendes (2013, p.18) narra: “E a investigação ocorre pelo fato de que as construções que adotam esta linguagem não estagnam quando finalizado o processo de montagem, mas permanecem em constante aprimoramento do movimento expressivo”.

Esse movimento expressivo, enquanto linguagem inerente ao homem, sobretudo em um contexto do movimento criativo de acontecimentos no espaço/tempo, dimensionou grandezas extensas que foram construídas a partir das singularidades dos intérpretes-criadores e que ao longo do processo criativo foram sendo conectadas em um pensar e fazer arte num sentido plural.

O sentido plural almeja a multiplicidade de ideias que traz em si contextos apreendidos no decorrer do processo criativo, remetendo-se as variadas práticas em pesquisa de movimentos constituindo experimentos cercados em percepções com outros corpos e objetos criados para a cena, por meio das sensibilidades femininas, ora naturalmente expostas, ora pesquisada no íntimo do ser.

A linguagem da dança contemporânea utilizada para tal, proporciona um fazer plural a este trabalho. O hibridismo que a cerca permite que investigações de movimentos sejam realizadas sem determinismos, sem resultados previamente expostos. A utilização do corpo

como um elo entre o ser e o perceber é capaz de nos direcionar a caminhos desconhecidos em nossa essência.

A essência dos seres femininos que transformadas em ato no processo criativo permeando essências singulares ressignificadas em quantidades intensivas, almejando possibilidades de experiências que cerca o corpo em seu processo criativo, que permeia as sensações através da experiência real das singularidades dos intérpretes-criadores permeando o campo das sensações que podem ser consideradas como ferramentas para o processo criativo em dança.

As diferentes ferramentas das quais ela pode se apropriar, os elementos cênicos que temos possibilidade de interagir, as múltiplas linguagens artísticas que podem vir a surgir no fazer cênico de nosso corpo-sujeito através do espaço/tempo, desencadeiam sequências de sensações com a dança que nutrem nosso ser. Corroborando com esse ecoar artístico, Lima (2017, p. 242), diz: “Na dança, os imaginários fazem circular intenções plurais, despertando novas organizações sensório-motoras, atravessadas por coloridos de movimento que, por sua vez, carregam consigo potências expressivas, inaugurando poéticas dançadas.”

Ainda contribuindo com os pressupostos teóricos, utilizamos autores que da mesma forma transitam em diferentes áreas, fortalecendo assim a construção científica, como: Pimenta, Woff (2017); Rodrigues (2016); Sales (2012) entre outros, para um fazer artístico plural como o contexto do corpo, e nesse caso o corpo feminino. Os estudos sobre as concepções do corpo são amplos, profundos e resultam de diversas áreas que cercam o conhecimento humano.

Essas concepções passam por linhas filosóficas, educacionais, médicas, religiosas, poéticas e são potencializadas pela própria construção de vida de quem os propõem, acrescentando assim visões ressignificadas durante a história da humanidade, o que nos incita em algum momento no fazer pensar e agir, sobre o ser e o se perceber, nessa construção do corpo-eu, corpo-meu, corpo-sujeito.

Com isso, deparamo-nos com o estudo do corpo feminino o qual também está inserido em um universo de significados. Desde a concepção histórica de que o ser feminino era uma cópia inferior do até então único ser existente, o masculino, até o ser feminino que se colocou na visibilidade, conquistou seu lugar na sociedade, colocou-se enquanto ser essencial na troca de vivência da humanidade, porém com uma ainda visível distância entre gêneros, então masculino e feminino, podendo então este corpo feminino ser tanto dono de casa ou cientista, ou então as duas coisas (Almeida, 2010; Fernandes, 2009).

E assim, perguntamos: Que ser feminino é este? Que ser se percebe feminino? Percebemos o ser feminino a partir da deficiência, do gênero, da senescência e das

características biológicas? De todas essas formas, o ser feminino com seu corpo-sujeito dotados de signos e prontos a explodirem em realizações, fazem-se presentes. Em nosso século XXI, pesquisas se fazem necessárias sobre o universo feminino a partir de diferentes propostas e em um contexto tão globalizado de constantes mudanças, dessa forma, sentimo-nos estimulados a essa pesquisa.

A pesquisa teve o objetivo de contribuir através da investigação artística/educacional em dança contemporânea, na discussão sobre o universo feminino no que diz respeito à deficiência, ao gênero, a senescência e às características biológicas, buscando os sentidos e significados desses movimentos através do corpo-sujeito dos participantes, com uma apresentação, em forma de espetáculo de dança contemporânea.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO CORPO FEMININO

No que se refere a contextualização do corpo feminino deficiente ainda visualizamos este corpo, além de todos os aspectos agravantes de como o corpo feminino sem deficiência é tratado, estes aspectos são potencializados pela deficiência e encontramos sendo marginalizado, rotulado, não acreditado em sua capacidade criativa e por que não performática de movimentar-se.

Sobre isso, Rodrigues (2016, p. 2) fala: “Trabalhar com este “Corpo feminino deficiente” não significa apenas re-empoderá-lo, ressignificar suas potências, [...] não querendo se restringir a um trabalho com a física ou com a physis, quer também sensibilizar a matéria viva e sua performance. Notamos a amplitude para o trabalho nesta área e o quanto o processo de tratar o ser humano além das questões motoras, funcionais, fisiológicas enfim, faz-se necessário. A busca por ferramentas que utilizem questões de sensibilidade é perfeitamente direcionada à área da arte/educação por trabalhar esta sensibilidade, como a dança por exemplo.

Quanto ao corpo travesti ou transexual, verificamos que questões de corpo, desejo, medos sociais estão inseridos neste contexto onde convergências e divergências estão presentes. O corpo feminino ecoa em sensações que surgem de hormônios que são levados ao corpo ou do próprio corpo-sujeito, transitando também pelo corpo masculino o que pode causar sentimentos diversos.

Para este ponto, Pimenta e Woff (2017, p. 3) narram: “Nesses fragmentos, nota-se a reprodução que se tem de um corpo e o seu pertencimento [...] Os corpos “masculinos” e “femininos”, já são naturalizados e quando nos deparamos com corpos que quebram tal dualidade, nos assustamos e os marginalizamos.” Mesmo com estudos discutindo sobre a diversidade humana, a sociedade contemporânea ainda estigmatiza seus cidadãos.

Por sua vez, o corpo feminino negro, carregado de concepções históricas, onde nesse corpo estavam gravadas as marcas de suas lembranças e marcas de pertencimentos, o caminho para discussão em seu contexto é longo e ainda é feito de preconceitos e oportunidades menos visíveis. Mas as concepções avançam, pesquisadores em diferentes áreas do conhecimento buscam discutir elementos que povoam as questões de características biológicas e étnicas.

Para Sales (2012) a ressignificação dos elementos que estão marcados na trajetória histórica, social, estética do corpo negro feminino resulta em diferentes formas de escrever acerca desse corpo e acrescentamos: podem resultar em formas diferentes de se dançar, fazendo com esse corpo expresse-se através da dança contemporânea.

Já o corpo feminino de meia idade, caminha lado a lado com um fator determinante à sua trajetória: o tempo. Este, é impiedoso e registra no corpo as marcas de sua caminhada. A velhice ainda é rótulo em nossa sociedade. O tempo para as mudanças do corpo humano, definitivamente não tem como estacionar, a não ser com outro fator determinante: a morte do corpo físico.

Questões psicológicas, hormonais, sociais entre outras, devem estar bem canalizadas para que esse ser feminino possa caminhar realizado, pois neste momento da vida, como afirmam Antunes, Silva e Baptista (2013) caminhamos entre baixa nas funções motoras, estéticas e sociais e alta na experiência, a segurança do passo firme e a coragem de arriscar que esse momento da vida pode trazer.

Corpos femininos que atravessam o espaço/tempo com as suas singularidades inseridas em contextos sociais que carregam consigo as suas “bagagens” de argumentações, que demonstram a potência de vozes que ecoam no campo do conhecimento, nesse caso específico, apontamos a arte do movimento dançante que permeia as sensibilidades de saberes do corpo feminino, assim como as suas facetas plurais no campo do processo criativo. Nesse contexto,

Os seres humanos não têm qualquer faculdade pronta que lhes assegure a concretização de sua aspiração ao infinito. Mas podem extrair, dos encontros fortuitos com outros corpos, da descoberta daquelas cujas relações constitutivas se compõem com as suas, do cultivo das paixões alegres, a ideia adequada de uma causalidade imanente atuando na natureza inteira, que produz tudo o que ocorre de modo necessário, não para vitimizar, castigar, ou mesmo favorecer homens (SILVA, 2013, p. 289).

São vieses que causam percepções no corpo dos humanos e nesse sentido, de encontros entre corpos vivos que predominaram variadas ações de sensações permeando o espaço/tempo que atravessaram corpos distintos, porém com causas e pretensões para um fim, isto é, o

processo criativo para criações de movimentos e cenas plurais para as suas construções que foram evidenciadas durante a pesquisa de encontros de intérpretes-criadores que almejam a figura feminina.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Local e tipo de pesquisa

O processo de ensaio foi realizado na sala de dança de um estúdio de dança no município de Tucuruí, sudeste do Pará. Já o espetáculo, foi realizado na sala cênica do Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU's) no mesmo município, com entrada gratuita. A pesquisa foi desenvolvida através da pesquisa-ação, que segundo Thiollent (2007) caracteriza-se por utilizar para que, tanto os pesquisados como o pesquisador, sejam envolvidos de maneira planejada, podendo haver mudanças no agir.

Participantes

Os participantes deste estudo foram cinco intérpretes-criadores, sendo: 01 (uma) intérprete criadora com deficiência visual, 1 (uma) intérprete criadora de meia idade (autora do estudo), 01 (uma) intérprete criadora negra, onde sendo reais, auxiliarão melhor na composição de seus personagens, 01 (um) intérprete-criador que pesquisará à cerca do corpo travesti e 01 (uma) intérprete criadora que transitará entre as cenas, ecoando os dizeres, às vezes pela própria fala de entrevistadas, às vezes por vídeos, dos resultados das entrevistas feitas em Tucuruí com mulheres escolhidas aleatoriamente dentro das características das personagens do espetáculo.

Para instrumento de coleta e análise dos dados, utilizou-se os pressupostos de Rocha (2010), onde foram utilizados:

- 1- Diário de Campo: para os registros em todos os encontros, das situações e ações dialógicas do pesquisador e dos participantes diretos ou indiretos no projeto.
- 2- Observação Participante: onde o pesquisador efetivamente participa do processo observando-o, agindo e registrando-o por completo.
- 3- Grupo Focal: processo onde se oportuniza aos participantes lidar com as situações individuais e coletivas a fim de expor, criar, recriar, refletir, criticar para assim transformar as experiências no decorrer de todo o processo, com incentivo constante.
- 4- Laboratório de Criação: espaço para laboratórios teórico-práticos de técnicas teatrais e dança contemporânea, os quais proporcionaram aos envolvidos as experiências e saberes necessários às produções criativas para o produto final, ou seja, o espetáculo.

5- Entrevista: com as perguntas centrais para auxílio na construção dos personagens e para narradas entre as cenas no momento do espetáculo, realizada aleatoriamente pelo elenco às mulheres pelas ruas de Tucuruí em diversos pontos para riqueza de diversidade social, cultural, educacional, que serão: o shopping da cidade, a rua considerada ponto das prostitutas em Tucuruí (Av. Magalhães Barata – “Corre Água”), a praça do Alto Alegre e a feira municipal.

Para as entrevistas foi construído o questionário contendo as seguintes perguntas:

1. Você autoriza o uso de sua imagem e/ou palavras no espetáculo, Plural; Entre o ser e o perceber no universo feminino na cena tucuruense?
2. Quais as sensações positivas que você desenvolve em seu universo feminino sendo negra (ou pessoa com deficiência; ou travesti ou mulher de meia idade)?
3. Quais as sensações negativas que você desenvolve em seu universo feminino sendo negra (ou pessoa com deficiência, ou travesti ou mulher de meia idade)?
4. Imagine que você tem o poder de se remodelar. Você mudaria alguma coisa em seu corpo? Se sim, o quê?

Imagens do processo criativo

As imagens que seguem abaixo, apresentam o processo de construção do espetáculo, mostrando de forma resumida as etapas em que os procedimentos foram colocados em prática até a finalização com as apresentações ao público. Nesse aspecto, foram relevantes para o processo criativo as entrevistas propostas e realizadas pelos intérpretes-criadores, de modo que vivessem as suas próprias experiências de corpo naquele momento imaginário e criativo acerca das suas singularidades.

Cabe registrar que elencamos algumas frases ditas por cada um do foco femininos entrevistados, ou seja, do corpo feminino com deficiência, negro, de meia idade e travesti. Estas frases foram agregadas ao texto que foi desenvolvido pela atriz e também foram impressos e deixados à mostra na instalação que foi feita na recepção da sala cênica e que foi usada como cena final do espetáculo.

A partir das entrevistas, as quais foram escritas em seus diários de bordo para que trabalhassem em um viés da sensibilidade continua de suas vivências de vida, surgindo assim, as células de movimentos, no caso as sequências dançantes que foram sendo apropriadas às suas escritas e concepções de seus objetos físicos, ou seja, seus objetos cênicos que poderiam ser utilizados para a cena do espetáculo.

Cabe ressaltar que como tínhamos uma intérprete-criadora com deficiência visual total, coube a ela pensar em uma melhor forma de registrar os achados sensoriais do processo, onde ora ela fazia através de áudio em seu celular, ora ela narrava que ficava na emoção/ação de suas pesquisas. Posterior a esse momento, houve então da interação com os vasos de argila, onde cada intérprete-criador buscou sua conexão entre palavras, áudios, música e poética de vida, sendo embaladas ou não por músicas.

Nesse contexto, os laboratórios foram extensos e intensos na perspectiva de cada processo criativo, sobretudo individual e consequentemente coletivo. Na escrita poética de seus registros foram dimensionados na perspectiva plural das ideias almejando o campo da sensibilidade sendo conectadas às práticas das ações do corpo, surgindo assim, uma prática plural de corpos que desenharam no espaço físico as ações do corpo dos intérpretes-criadores e surgindo o seu processo.

Imagem 1 – Processo de construções do espetáculo



Fonte: compilação da autora

Na contextualização do corpo feminino como falado anteriormente, partimos das concepções de cada corpo feminino com todas as suas idiossincrasias em contexto atual de vivências presente e como desejariam ser “tratadas” de fato perante a sociedade. Neste momento, as buscas constantes das escritas pessoais foram relevantes e posteriormente aplicadas e pesquisadas/experimentadas/ para as criações dos movimentos com as suas respectivas nuances de vida que o cercam. Nesse contexto, surgiram:

Os elementos cênicos

As cartas realizadas a partir das suas escritas tornaram-se elementos para o processo criativo na perspectiva de se tornarem uma escrita poética no que tange, o modo linguístico de entender a escrita e ao mesmo tempo, de interpretá-las de maneiras e formas do corpo expressivo para a cena e sendo conectadas através de objetos físicos entre eles: cartas escritas, vasos, bancos, coxias, enfim arcabouços relevantes que foram primordiais para as criações das células criativas e construções das cenas.

Os vasos em cerâmica observados e adquiridos no distrito de Icoaraci no Pará que foram confeccionados por artesãos com habilidades nas mãos e criatividade para criar as suas formas, deram um sentido dinâmico na interpretação de cada criador de cena. Nesse sentido, o processo de confecções dos vasos fora observado pelos intérpretes-criadores de modo que trouxesse de alguma forma a percepção dos sentidos da sensibilidade permeando seus materiais de suas criações em versos escritos que se tornaram um viés poético, no caso as cartas, realizadas por meio de escritas poéticas individuais.

A concepção da estética dos vasos criados pelos artesãos foi adquirida e consequentemente experimentada com os corpos dos intérpretes criadores nos processos em laboratórios e evidenciados no contexto de corpo e objeto. Assim, foram trabalhados para o processo criativo de modo que as sensações de cada intérprete seriam imersas ao seu mundo pessoal, mas agora conectando ao objeto vaso.

Nesse caso, o pressuposto teórico que coaduna com o pensamento do professor e escritor João de Jesus Paes Loureiro que: “A obra de arte tem caráter de signo, cujo significado está na cultura. A obra material é o suporte sensível do “objeto estético”, o seu símbolo exterior” (LOUREIRO, 2002, p.83). Isto é, o limiar da obra (vaso) de uma determinada cultura, pode ser convertida para o campo sentimental do intérprete-criador conectado ao objeto e consequentemente levado para a cena artística, tornando-se outro símbolo sensorial exterior em comunhão com os intérpretes-criadores.

Aqui observamos o processo criativo do espetáculo sendo alicerçados por bases teóricas sobre a conversão semiótica, em que o vaso deixou da função de ser vaso, para estar evidenciado na cena conectadas a outros símbolos, sobretudo os sentimentais de modo que as construções de cada personagem se tornassem *realizer* ou *construer* o seu próprio mundo individuais com as usa idiossincrasias ou ainda coletivas em uma concepção de humanização entre o coletivo de modo autêntico e plural no ato de ser e criar arte/educacional.

Este processo percebemos tanto as habilidades dos artesãos para moldar os vasos em seus respectivos *lócus* de uma cultura e propomos uma realidade estética imaginária em obras

de arte do movimento do corpo, demonstrando as formas, qualidades e variações de movimentos dos corpos no espaço físico.

DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS

A partir da temática abordada nesta pesquisa artística/educacional, o espetáculo de dança contemporânea, intitulado *Plural: Entre o ser e o perceber do universo feminino*, de aproximadamente 45' (quarenta e cinco minutos) foi realizado dentro da proposta. O resultado foi a demonstração da pluralidade que a dança contemporânea proporcionou através da experimentação, com a linguagem corporal e verbal, a improvisação em uma construção coletiva entre os atores da cena e dos bastidores interligados pela vontade de gerar um produto que proporcionasse ao público uma visão além do visto no cotidiano sobre o universo feminino. E o retorno na apresentação foi positivo.

A utilização da dança foi enlaçada pelos textos adaptados a partir das falas das entrevistadas, somando-se a utilização de vasos de diversos tamanhos e pedaços de argila bruta com os quais os intérpretes-criadores interagiram entre si e com o público, tendo a instalação como cenário, a qual estava localizada fora da sala cênica.

Estas materializações causaram nos intérpretes-criadores e em algumas entrevistadas que estavam na plateia, sensações pulsantes de percepção, concretude e ressignificação de seu ser/agir no mundo, como narraram os intérpretes na finalização do ensaio do espetáculo e as entrevistadas após o término do mesmo.

Por fim, realizou-se o relatório do estudo e que neste momento, está sendo socializado em forma de capítulo de livro para grupos de pesquisadores e o público em geral interessado, a fim de gerar informações alimentadoras de outros projetos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegarmos na finalização do projeto *Plural: Entre o ser e o perceber do universo feminino*, observamos que o objetivo de contribuir através da investigação artística/educacional em dança contemporânea, na discussão sobre o universo feminino foi alcançado. As respostas aos questionamentos no início do projeto, foram desenvolvidas através de um ser/perceber em cada uma das entrevistadas, dos intérpretes-criadores e do público participante, dando-nos ressignificações com uma dosagem, inclusive poética, de percepções para as diversas características femininas as quais tivemos contato,

As várias fases metodológicas nos proporcionaram encontrar os significados dos corpos-sujeitos femininos, em uma sempre oportunidade de captar as informações, ressignificá-las e colocá-las em cena para, da mesma forma, terem novos resultados. Estes resultados, quando comparados aos autores que nos embasaram, foram abrindo novos questionamentos e sensações corpóreas, proporcionando um fazer artístico/educacional de muito significado aos intérpretes-criadores.

Esperamos que este relato possa contribuir com outros pesquisadores que se lancem ao estudo do ser feminino, pois para cada vivência, para cada corpo-sujeito, para cada emoção teremos um novo perceber desse universo, que se alimenta de outros universos para a constante troca do fazer/ser/perceber. Esperamos também que outras pesquisas sejam lançadas à experimentação para alimento de nossas mentes e almas inquietas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, FL. Mulheres recipientes: recortes poéticos do universo feminino nas artes Visuais [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 238 p. ISBN 978-85-7983-118-8. Available from SciELO Books.

ANTUNES, PC; SILVA, AM; BAPTISTA TJR. Corpo e saúde na produção acadêmica da educação física brasileira: um estudo centrado na meia idade. *Motrivivência* Ano XXV, Nº 41, P. 176-189 Dez. / 2013.

BOAL, Augusto. Teatro do oprimido e outras poéticas políticas. 9º ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

FERNANDES, Ciane. O corpo e(m) contraste: a dança-teatro como memória. In: MOMMENSOHN, Maria; PETRELLA, Paulo. (org.). Reflexões sobre Laban, o mestre do movimento. São Paulo: Summus, 2006.

FERNANDES, MGM. O corpo e a construção de gêneros das desigualdades de gênero pela ciência. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 19 [4]: 1051-1065, 2009.

LIMA, RAF. Leitura do Gesto na Formação do Artista da Dança Contemporânea: O singular nos estudos das técnicas sistematizadas e nas experiências compositivas em dança. *Rev. Cena*, Porto Alegre, n. 22, p. 236-243, jul. / out. 2017.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. Elementos de estética: 3ª ed. rev. e ampl. Belém: EDUFPA, 2002.

MENDES, AN. A não-padronização do movimento como possível caracterização da Dança Contemporânea. 2013. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciado Pleno em Dança) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Artes. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2013.

PIMENTA, RD; WOFF, O. O grito transviado “O corpo de-for-mar”. In: Seminário Internacional Desfazendo Gênero, 3. 2017, Campina Grande. Artigo completo... Campina Grande, 2017.

ROCHA, DD. Corpos, tempos e espaços: Descobrimos caminhos para a composição coreográfica do corpo com deficiência visual. 2010. 91 f. Monografia (Especialização em Pedagogia da Educação Física) - Curso de Pós-Graduação Especialização Latu Sensu em Educação Física-Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ, Chapecó, 2010.

Disponível em:< <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/Deizi-Domingues-daRocha.pdf>>. Acesso em 23 mar 2015.

RODRIGUES, MCS. O que pode o “corpo feminino deficiente” – Potências e possibilidades nas aulas de Educação Física. In: Reunião Científica Regional da ANPED, 11, Curitiba, 2016.

SALES, CS. Pensamentos da Mulher Negra na Diáspora: Escrita do Corpo, Poesia e História. Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, Ano V, Nº IX, Julho/2012.

SILVA, Cíntia Vieira de. Corpo e pensamento: Aliança conceituais entre Deleuze e Espinosa. Campinas – São Paulo. Editora da Unicamp, 2013.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 11. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2002.



**GESTÃO EM SAÚDE NO
BRASIL: MITO OU
REALIDADE DA FALTA
DE RECURSOS PARA
SEU FINANCIAMENTO?**

GESTÃO EM SAÚDE NO BRASIL: MITO OU REALIDADE DA FALTA DE RECURSOS PARA SEU FINANCIAMENTO?

Biratan dos Santos Palmeira

RESUMO

Este ensaio analisou como são geridos os recursos de financiamento da saúde pública no Brasil e os principais eixos norteadores desse aspecto entre receitas e despesas, com um volume muito alto, porém sempre insuficientes. Fundamentou-se nos diplomas legais e em dados oficiais, onde a necessidade de atender a todos durante o ano todo, desde a atenção primária, passando pela secundária até a terciária. Utilizou-se como procedimento metodológico a análise documental dos instrumentos jurídico-normativos e dos documentos oficiais e os produzidos pelos estudiosos no assunto. Verificou-se que os recursos financeiros são bem elevados, maior que o PIB de muitos Países, mas a população em geral, ainda sofre pela malversação dos recursos ao final da cadeia, faltando transparência, profissionalismo e principalmente atender de forma mais humana os interessados na prestação desse serviço essencial, uma gestão mais eficiente desses recursos.

Palavras-chave: Saúde, legislação de Saúde, gestão, gestão de saúde, financiamento da saúde

ABSTRACT

This essay analyzed how public health financing resources are managed in Brazil and the main axes guiding this aspect between income and expenditure, with a very high volume, but always insufficient. It was based on legal diplomas and official data, where the need to serve everyone throughout the year, from primary care, through secondary to tertiary. The methodological procedure used was the documental analysis of legal and normative instruments and official documents and those produced by scholars on the subject. It was found that the financial resources are very high, greater than the GDP of many countries, but the population in general still suffers from the misuse of resources at the end of the chain, lacking transparency, professionalism and mainly to serve those interested in provision of this essential service, a more efficient management of these resources.

Keywords: Health, Health legislation, management, health management, health financing

RESUMEN

Este ensayo analizó cómo se gestionan los recursos de financiación de la salud pública en Brasil y los principales ejes rectores de este aspecto entre ingresos y gastos, con un volumen muy elevado, pero aún insuficiente. Basado en diplomas legales y datos oficiales, donde la necesidad de atender a todos durante todo o año, desde la atención primaria, pasando pela secundaria hasta la terciaria. El procedimiento metodológico utilizado fue el análisis documental de los instrumentos jurídico-normativos y documentos oficiales y los producidos por académicos en el tema. Se encontró que los recursos financieros son muy altos, superiores al PIB de muchos Países, pero la población en general, aún sufre por el mal uso de los recursos al final de la cadena, falta de transparencia, profesionalismo y principalmente para atender de forma mais humana os interessados en la provisión, una gestión más eficiente de estos recursos.

Contraseñas: Salud, legislacion Sanitarias, manejo, manejo de la salud, financiamiento de la salud.

INTRODUÇÃO

A escolha do tema ocorreu em função da importância do mesmo dentro do atual debate desenvolvido no Brasil com os gastos decorrentes da Pandemia do COVID19, criando uma expectativa muito grande para a leitura e construção desse, a partir de outros autores especializados sobre a temática e com isso desmistificar alguns mitos, menos por falta de recursos financeiros, mais por problemas de eficiência no trato das prioridades na aplicação desses recursos, onde gasta-se mais com custeio do que capital.

Nos termos do artigo 1º da Carta Magna, são fundamentos da República Federativa do Brasil: a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político, que serve para balizar o entendimento de como cada brasileiro deveria ser tratado, desde antes do nascimento, até sua morte.

Na Constituição de 1988, e seu capítulo II - dos direitos sociais, em seu art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. Os direitos sociais compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Após a constituição de 1988, o sistema de Saúde pública brasileiro vivenciou diversos mecanismos de financiamento, entretanto ainda persistem as dificuldades para atingir o volume de recursos necessários à melhoria dos serviços ofertados à população ou uma melhor gestão desses recursos. Nesse período, o sistema conviveu com perda de recursos e grandes problemas de atenção a saúde do usuário e uma crise de gestão quase infinita.

A partir dessas informações iniciais, a respeito das questões legais, devemos lembrar que devido a pandemia do COVID 19, a partir de 18 de março de 2020, utilizaremos os dados oficiais de 2019, pois esse era cenário comum. Em 2019, o Brasil tinha orçamento previsto em saúde de 127,07 bilhões de reais, sendo que até 31 de dezembro de 2019, já tinha sido utilizado nas despesas 114,18 bilhões, segundo o site da transparência Brasil.

A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

O Sistema Único de Saúde (SUS) tem uma clientela potencial de quase 200 milhões de pessoas (universalidade), já que a Constituição de 1988 consagrou o acesso gratuito à Saúde como direito fundamental de todo cidadão, sem qualquer pré-condição. Embora o setor

privado atue de forma complementar ao serviço público de Saúde, onde mais de 80% da população brasileira depende do SUS como único meio de acesso aos serviços de Saúde.

A Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. Esta Lei regula em todo o território nacional as ações e serviços de saúde, executados isolada ou conjuntamente, em caráter permanente, eventual, por pessoas naturais ou jurídicas de direito público ou privado.

O Sistema Único de Saúde- SUS, constituído pelo conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público. A iniciativa privada participa do Sistema Único de Saúde em caráter complementar.

As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o SUS é desenvolvido de acordo com as diretrizes previstas no artigo 198 da Constituição Federal vigente, obedecendo ainda princípios organizativos e doutrinários. Existem os procedimentos do SUS que são veiculados por meio de regulamentos, decretos, portarias. Essas normas infralegais devem adequar-se à moldura constitucional que impõe a observância dos procedimentos à efetivação dos direitos fundamentais.

Assim, integra o chamado direito sanitário não apenas a Constituição Federal de 1988 e leis específicas atinentes à saúde, mas também as portarias e protocolos dos SUS, sendo imperioso que todas as normas atendam à finalidade constitucional do direito à saúde.

Assim, dentro do SUS, temos uma série de programas específicos para atender todos os grupos de pessoas, independente de idade, sexo, condição física, social, dentre eles pode-se citar: saúde da família, nacional de vacinação, controle de HIV/AIDS, transplantes, tratamento contra hepatite C e controle do tabagismo. Do SUS fazem parte os centros e postos de saúde, hospitais – incluindo os universitários, laboratórios, hemocentros, bancos de sangue, além de fundações e institutos de pesquisa, como a FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz e o Instituto Vital Brazil, que são financiados com recursos arrecadados através de impostos e contribuições sociais pagos pelo contribuinte e compõem os recursos do governo federal, estadual e municipal. Além do serviço permanente da vigilância em saúde.

A vigilância em saúde tem por objetivo a observação e análise constantes da situação de saúde da população, articulando-se em um conjunto de ações destinadas a controlar determinantes, riscos e danos à saúde de populações que vivem em determinados territórios, garantindo-se a integralidade da atenção, o que inclui tanto a abordagem individual como coletiva dos problemas de saúde.

As ações de vigilância, promoção, prevenção e controle de doenças e agravos à saúde, devem se constituir em espaço de articulação de conhecimentos e técnicas. O conceito de vigilância em saúde inclui: a vigilância e o controle das doenças transmissíveis; a vigilância das doenças e agravos não transmissíveis; a vigilância da situação de saúde; vigilância ambiental em saúde; vigilância da saúde do trabalhador e a vigilância sanitária.

O propósito da Vigilância Epidemiológica é fornecer orientação técnica permanente para os que têm a responsabilidade de decidir sobre a execução de ações de controle de doenças e agravos. Tem como funções, dentre outras: coleta e processamento de dados; análise e interpretação dos dados processados; divulgação das informações; investigação epidemiológica de casos e surtos; análise dos resultados obtidos; e recomendações e promoção das medidas de controle indicadas. A operacionalização da vigilância epidemiológica compreende um ciclo de funções específicas e complementares, desenvolvidas de modo contínuo, permitindo conhecer, a cada momento, o comportamento da doença ou agravo selecionado como alvo das ações, de forma que as medidas de intervenção pertinentes possam ser desencadeadas em tempo oportuno e com eficácia.

No artigo 7º chegamos ao coração e alma da lei 8.080, a expressão maior dos valores defendidos nos primórdios do movimento da reforma sanitária brasileira, e que cotidianamente permanece como a bandeira de cada um dos que lutam pelo direito à saúde. De acordo com o próprio caput deste capítulo, tais princípios e diretrizes já foram afirmados na CF/88, e seus efeitos estão espalhados sutilmente nas descrições de vários outros artigos da lei 8.080 e de outras normativas do SUS. Por isso é tão importante compreender os conceitos que embutidos nestes princípios e diretrizes. Destaca-se também que a lei é bem clara ao declarar que esses princípios se aplicam ou deveriam se aplicar a todos os serviços públicos, privados, contratados ou conveniados que integram o SUS.

DE ONDE VEM OS RECURSOS PUBLICOS PARA A SAÚDE?

A saúde é direito de todos e dever do Estado. Esse preceito garantiu à saúde lugar de destaque entre os direitos fundamentais previsto na Constituição, e também em diversos outros capítulos. O princípio é repetido no artigo 196:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL, 1988).

A criação do SUS surgiu de um grande debate na sociedade brasileira antes e durante a Assembleia Nacional Constituinte. Os constituintes tinham que optar entre a manutenção do modelo em vigor, que excluía a maior parte da população, e um novo sistema de amplo acesso aos serviços públicos de Saúde com cobertura para todos os cidadãos.

Depois de intensos enfrentamentos na Assembleia Nacional Constituinte, a mudança, defendida pelo movimento dos médicos sanitaristas e pela Conferência Nacional de Saúde, foi inscrita na Carta Magna. Assim, a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, trouxe a definição inicial das diretrizes para a Saúde do País, no Capítulo II, que trata da Seguridade Social – Título VIII – Da Ordem Social.

Evidentemente, era imprescindível a sua regulamentação para melhor delineamento das formas e caminhos para o seu cumprimento. O Capítulo II do Título VIII da Constituição estabelece os parâmetros de identificação das ações e serviços de Saúde. O primeiro dispositivo do capítulo, o artigo 194, insere a saúde no âmbito da seguridade social, que será organizada de acordo com os seguintes objetivos, dentre outros: i) universalidade da cobertura e do atendimento; ii) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; e iii) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.

A seguridade social será financiada por toda a sociedade, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais (novas poderão ser instituídas por lei complementar). As políticas, ações e serviços de saúde têm natureza preventiva e reparadora.

A capacidade de financiar os sistemas de Saúde vem sendo ameaçada na maior parte dos países devido a mudanças no perfil demográfico (envelhecimento da população combinado com a diminuição das taxas de natalidade), ao aumento da incidência de doenças crônicas que consomem muitos recursos durante longos períodos, ao aumento da expectativa de vida, a constante introdução de novas tecnologias e medicamentos e, em alguns casos mais específicos, ao custo associado à violência e morte por causas externas.

Conforme dito anteriormente, as contribuições sociais são as principais fontes de recursos do Sistema de Seguridade Social. Mas elas poderia ter sido extinta tivesse sido aprovada a proposta de Emenda Constitucional nº 233, de 2008, conhecida como projeto de reforma tributária.

Os custos e a demanda são crescentes e despertam questionamentos. Estudos mostram que a inovação tecnológica foi responsável por mais da metade da inflação do setor nos últimos anos. No trabalho Conceitos básicos para analisar o financiamento do SUS, de janeiro de 2018, Flávia Poppe utilizou dados do Consumer Price Index (CPI), divulgados pelo Fundo Monetário

Internacional com as taxas de inflação de diversos países, no período de 2012 a 2014, e do Instituto de Estudos sobre Saúde Suplementar (IESS). Em todos, os custos com serviços e assistência à Saúde subiram mais do que a inflação.

No Brasil, se por um lado, a inclusão de milhões de pessoas na rede de proteção social a partir da Constituição de 1988 garantindo o acesso aos serviços públicos de Saúde como direito fundamental de todo cidadão foi um grande avanço, do ponto de vista do financiamento, essa conquista representa enorme desafio.

Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 29 (BRASIL, 2000a), são fixados percentuais de gasto em Saúde para Estados e Municípios, respectivamente 12% e 15 % de suas receitas próprias. Porém, relativamente à regra de aplicação de recursos pela União em Saúde, abandona-se a vinculação a um percentual de receitas do Orçamento da Seguridade Social. O orçamento federal da Saúde passa a ser orientado por um piso mínimo, obtido a partir da correção dos valores de despesa empenhada no ano anterior pela variação nominal do PIB (crescimento econômico mais a inflação), até edição de lei complementar, que definiria o mecanismo de fixação do orçamento da Saúde. A regulamentação ocorreu em janeiro de 2012, com a sanção pela presidente da República da Lei nº 141 (BRASIL, 2012c), que manteve a regra até então vigente, segundo a qual os gastos mínimos a serem realizados pela União serão obtidos da correção dos valores empenhados no ano anterior pela variação nominal do PIB.

Já o artigo 195 estabeleceu que a Seguridade Social deve ser financiada “por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.” (BRASIL, 1988). Prevendo as bases do financiamento: Orçamento da Seguridade Social no nível federal e orçamentos fiscais para estados e municípios.

Em relação ao Orçamento da Seguridade Social, sua composição já foi demonstrada no Capítulo I. Portanto, torna-se necessário explanar sinteticamente sobre a base tributária estabelecida pela Constituição Federal de 1988, a fim de que as esferas subnacionais pudessem cumprir com suas obrigações, inclusive na área social.

OS PROBLEMAS DA GESTÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS PARA A SAÚDE?

O financiamento da Saúde no Brasil, hoje, está interligado à ideia de Seguridade Social. Compõem a Seguridade Social, nos termos da CF de 1988: Previdência Social, Saúde e

Assistência Social. O orçamento da seguridade, a partir de 1988, seria dividido entre as três áreas, de forma a assegurar direitos a todos os cidadãos.

O financiamento das ações e serviços públicos de Saúde no Brasil deve ser analisado sob dois aspectos: das fontes de receitas e da forma como se estruturam os gastos. O retorno a ser obtido depende de orientações políticas, que definem as prioridades do gasto, e que, portanto, devem ser medidos por seu impacto e contribuição para o desenvolvimento socioeconômico.

A Constituição de 1988 criou fontes para sustentar o projeto político de estender a todos os brasileiros o direito à saúde com base no conceito de seguridade social. O objetivo foi alcançado e o SUS, hoje, é uma realidade: dele dependem exclusivamente cerca de 80% da população brasileira. Mas se identifica a necessidade de investir mais recursos: a elaboração de Contas-Satélites de Saúde, estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) com a colaboração do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Ministério da Saúde, Agência Nacional de Saúde (ANS) e Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), estima que o setor de Saúde foi responsável, no período de 2017 a 2018, por, em média, 6,1% do total da produção de riqueza do País (PIB); destes, a saúde pública contribuiu com apenas um terço do PIB do setor. Sob a ótica das despesas com consumo final de bens e serviços de Saúde, entre 2017 e 2018, essa proporção atinge 8,5% do PIB. Destes, o consumo final das famílias foi, em média no mesmo período, de 57%, enquanto o da administração pública foi de 43% (IBGE, 2019).

Na maioria dos países, o debate sobre financiamento em Saúde está vinculado à noção de sustentabilidade de seus sistemas. A sustentabilidade não é exclusivamente fiscal. Há outras questões implícitas como a busca de eficiência e melhora na performance do sistema de Saúde como eixos do modelo de financiamento. No estudo “As novas configurações de antigos problemas: financiamento e gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde no Brasil”, os técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) José Aparecido Ribeiro, Sérgio Francisco Piola e Luciana Mendes Servo apontam a diferença no foco do debate entre os países.

Embora seja importante a busca do equilíbrio entre receitas e despesas, o financiamento da Saúde não pode se resumir a uma simples equação contábil. A discussão do financiamento deve se dar sobre o volume de recursos a ser destinado à Saúde, mas também sobre como prover acesso oportuno da população a serviços de Saúde de qualidade, eficazes, seguros e, também, custo-efetivos, segundo suas necessidades. Sempre com vistas a atingir os princípios e as diretrizes do SUS.

Mesmo com a definição na Constituição dos princípios básicos do SUS (acesso universal e igualitário), das suas diretrizes (descentralização, atendimento integral e participação da comunidade), e da forma como este deve ser financiado, há necessidade de aprofundamento das discussões sobre sua sustentabilidade. Informações sobre a distribuição de recursos governamentais, extraídos da Contabilidade Nacional, indicam prioridades estabelecidas politicamente.

No período analisado, 37% do total de gastos do Brasil, em média, foram para refinanciamento da dívida pública, enquanto o Reino Unido gastou, em média, 7% com serviço da dívida. A saúde pública representou 15% do total dos gastos do Reino Unido, e a Educação consumiu 12%. No Brasil, o gasto com Saúde foi de apenas 3,9% do total. A Educação representou 2,2%.

Em relação ao gasto com a “seguridade social” (saúde, previdência, assistência social e trabalho), no período analisado, o gasto do Reino Unido também é superior ao do Brasil: 50 % no Reino Unido e 26% no Brasil. Esses números indicam a necessidade de um debate intragovernamental e com a sociedade, com vistas à alteração de peso entre os setores. Mais financiamento não é sinônimo de mais arrecadação tributária, porém, possivelmente, uma distribuição mais estratégica do ponto de vista da busca por condições sociais mais justas e equitativas (POPPE, 2018).

Se, por outro lado, observamos apenas o orçamento “real” (gastos federais excluídas as despesas com pagamento de juros da dívida pública), veremos que, no período analisado, o Brasil gastou, em média, 6,2% com Saúde; 3,4% com Educação e 41% com Seguridade Social, participações percentuais ainda menores que as do Reino Unido.

Outra questão de fundamental importância é a verificação da proporção de gastos do setor público e do setor privado, incluindo aqueles pagos diretamente pelas pessoas. No Brasil, segundo dados de Contas-Satélites de Saúde, 8,5% do PIB, em média, correspondem às despesas de consumo final de bens e serviços de Saúde entre 2017 e 2019. O setor público participou com 3,5% do PIB nesse período. O setor privado movimenta o maior volume de recursos. Os gastos do setor público correspondem a 43% do total, percentual próximo ao dos Estados Unidos, que adotam sistema muito diferente do brasileiro (POPPE, 2018). Embora o Sistema Único de Saúde (SUS) seja comparável ao modelo britânico, em termos de princípios, no Reino Unido o financiamento público do setor chega a 85% do total dos recursos gastos em Saúde.

O debate engloba ainda a discussão sobre a melhor forma de remunerar os médicos, pois ela pode criar distorções no sistema. Por exemplo, o pagamento de salário fixo pode

desestimular a produtividade, enquanto a remuneração por serviços prestados pode criar mais atendimento do que o necessário. Os (des)incentivos embutidos nas diferentes formas de pagamento e, também, de reconhecimento e crescimento profissional afetam o funcionamento do sistema e devem ser amplamente monitorados. As modalidades variam de acordo com o objetivo específico a ser alcançado. Não há fórmula ideal para o financiamento das diferentes funções associadas à cadeia de produção de Saúde, porém sua abordagem deve ser constante e flexível o suficiente para responder aos efeitos indesejados do ponto de vista da condição de saúde das pessoas (POPPE, 2018). Já existem profissionais capacitados e habilitados para atuar com a gestão, que precisa englobar toda sociedade, desde médicos, empresários, usuários e os devidos conselhos de classe da área da saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não existe sistema ideal ou modelos infalíveis a serem seguidos. De modo geral, todos os países estão enfrentando problema semelhante na manutenção de seus sistemas de proteção social, e este debate mantém-se atual e necessário no sentido de encontrar meios para garantir os recursos financeiros em volume e eficiência na gestão suficiente para assegurar o direito constitucional à saúde.

Esse desequilíbrio entre as obrigações do sistema de Saúde e sua capacidade de cumpri-las, representa risco real para todo sistema de Saúde nacional. A busca do equilíbrio entre receitas e despesas exige a investigação das causas desse desalinhamento eterno, realizadas tanto por agentes do governo, como técnicos, especialistas e gestores da saúde.

Verificou-se que os recursos financeiros são bem elevados, maior que o PIB de muitos Países, mas a população em geral, ainda sofre pela malversação dos recursos ao final da cadeia, faltando transparência, profissionalismo e principalmente atender de forma mais humana os interessados na prestação desses serviços essenciais. Logo é um mito pelo volume de recursos financeiros empregados, porém torna-se realidade para uma grande parcela da população onde tais serviços não chegam causando profundas feridas em familiares e por conseguinte, naquela localidade, pois ficará sempre a mercê de uma ineficiente política pública essencial.

Sugere-se mais estudos a respeito do tema, pois nesse período de pandemia, muitas instituições ainda estão atualizando esses dados, que não são reais, pois foi injetado na saúde, dezenas de bilhões de reais, para atender essa emergência sanitária, com indícios de desvios e corrupção, que em breve poderá ser investigado, por isso, usamos os dados de 2019.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm>. Acesso em: 18 agosto de 2021.

_____. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, 1990a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm>. Acesso em: 18 de agosto de 2021.

_____. Lei nº 8142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. [acessado em 18 de agosto de 2021]. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaLegislacao.action>.

_____. Emenda Constitucional n.º 29, de 13 de setembro de 2000. Altera os artigos 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde. [acessado em 18 de agosto de 2021]. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/ccivil/Constituicao/Emendas/Emc/emc29.htm>.

FERGUSON, N. M. et al. Impact of Non-Pharmaceutical Interventions (NPIs) to Reduce COVID-19 Mortality and Healthcare Demand. *imperial.ac.uk*, 2020.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos Cedes*, ano XXI, nº 55, novembro/2011, Campinas – SP.

LIMA, L. D.; ANDRADE, C. L. T. Condições de financiamento em saúde nos grandes municípios do Brasil. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 10, out. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2009001000014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 de agosto de 2021.

POPPE, F. Fatores que influenciam o ambiente da Assistência à Saúde no Brasil: modelo atual e novas perspectivas. *Sinais sociais*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 8, p. 10-37, 2018. Disponível em: <<http://www.sesc.com.br/wps/wcm/connect/98cdab44-4a92-4731-9204-188bf9bd4d4b/08.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=98cdab44-4a92-4731-9204-188bf9bd4d4b>>. Acesso em: 18 agosto de 2021.

_____. Documento Interno de Trabalho. OPAS, 2018.

_____. A saúde no Rio de Janeiro: o velho compromisso pendente. In: URANI, A.; GIAMBIAGI, F. (Org.). Rio: a hora da virada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. p. 213-226.

RIBEIRO, J. A. C.; PIOLA, S.; SERVO, L. M. As novas configurações de antigos problemas: financiamento e gasto com ações e serviços públicos de saúde no Brasil. Rio de Janeiro: CEBES, 2007. (Divulgação em Saúde para Debate, n. 37).

SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE ORÇAMENTOS PÚBLICOS EM SAÚDE (SIOPS) [Site]. Brasília: Ministério da Saúde, Departamento de Informática do SUS. Disponível em <<http://siops.datasus.gov.br>>. Acesso em: 18 agosto de 2021.

SECCHI, Leonardo. Análise de Políticas públicas: conceitos, categorias de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.



Há 21 anos produzindo
*Conhecimento
& Ciência*

Participe dos nossos eventos online!

*28 a 31 de
outubro de 2021*

**III ENCONTRO CIENTÍFICO
DO GRUPO PESQUISAS &
PUBLICAÇÕES - GPs**

**EIXOS TEMÁTICOS:
NUTRIÇÃO, EDUCAÇÃO,
SAÚDE PÚBLICA,
CAMINHADA/CORRIDA DE
RUA.**

*25 a 28 de
novembro de 2021*

**IV ENCONTRO CIENTÍFICO DO
GRUPO PESQUISAS &
PUBLICAÇÕES - GPs**

**EIXOS TEMÁTICOS:
PREVENÇÃO DO CÂNCER
E EXERCÍCIO FÍSICO,
YÔGA, EDUCAÇÃO E
SAÚDE PÚBLICA.**

*02 a 05 de
dezembro de 2021*

**V ENCONTRO CIENTÍFICO DO
GRUPO PESQUISAS &
PUBLICAÇÕES - GPs**

**EIXOS TEMÁTICOS: MÚSICA,
SAMBA, EDUCAÇÃO E SAÚDE
PÚBLICA.**

Informações

www.conhecimentoeciencia.com
secretaria@conhecimentoeciencia.com
+55 91 99631-3408 (WhatsApp)

Apoio:

